

SALAZAR E AS ELEIÇÕES

UM ESTUDO SOBRE
AS ELEIÇÕES GERAIS
DE 1942

coleção PARLAMENTO

colecção PARLAMENTO

SALAZAR E AS ELEIÇÕES

UM ESTUDO SOBRE
AS ELEIÇÕES GERAIS
DE 1942

José Reis Santos



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

FICHA TÉCNICA

Título **Salazar e as Eleições: Um Estudo Sobre as Eleições Gerais de 1942**

Autor **José Reis Santos**

Edição **Assembleia da República – Divisão de Edições**

Revisão **Paula Crespo**

Capa e Design **Nuno Timóteo**

Paginação e Pré-impressão **Undo**

Impressão **XXXX**

Tiragem **600 exemplares**

ISBN **978-972-556-587-2**

Depósito Legal **XXXX**

Lisboa, Dezembro 2011

© Assembleia da República.

Direitos reservados, nos termos do artigo 52.º da Lei n.º 28/2008, de 30 de Julho.

www.parlamento.pt

ÍNDICE

Agradecimentos	??
Introdução	??
Capítulo 1 O estado da arte, bibliografia e fontes	??
1.1. Reflexão solta à luz de publicações recentes	??
1.2. Bibliografia	??
1.3. Fontes	??
Capítulo 2 Portugal, Novembro de 1942	??
2.1. A Situação	??
2.2. A Oposição	??
Capítulo 3 Quem vota?	??
3.1 A Lei Eleitoral	??
3.2 O recenseamento eleitoral	??
Capítulo 4 Em quem se vota? Estudo sobre a lista de deputados de 1 de Novembro de 1942	??
4.1. A lista da União Nacional, o Presidente do Conselho e as eleições	??
4.2. As eleições legislativas de 1934 e 1938 e as presidenciais de 1935 e 1942 em perspectiva comparada	??
4.3. Análise genética à lista de deputados de 1942	??
4.4. Construção da Lista de Deputados de 1942	??
4.5. Recusas e aceitações. A opinião da elite parlamentar.	??
4.6. O Manual do Deputado: os apontamentos de Assis Gonçalves	??
4.7. Outros elementos comparados para a compreensão da construção da lista de deputados à Assembleia Nacional	??
4.8 Algumas conclusões	??

Capítulo 5 A Campanha eleitoral	??
5.1. O sistema eleitoral: Ministério do Interior, União Nacional, governos civis	??
5.2. A União Nacional nas eleições de 1942	??
5.3. Os dinheiros e os recursos da campanha	??
5.4. A macro-dinâmica da campanha eleitoral	??
5.5. A campanha ao nível nacional	??
5.6. As caravanas eleitorais distritais	??
5.7. O dia da eleição: 1 de Novembro de 1942	??
5.8. Algumas conclusões	??
Capítulo 6 Os resultados eleitorais	??
6.1. Eleições em regimes totalitários-autoritários. Breves considerações	??
6.2. A mecânica eleitoral	??
6.3. A fraude eleitoral	??
6.4. Análise aos resultados eleitorais	??
Capítulo 7 Análise prosopográfica às primeiras quatro legislaturas do Estado Novo (1934-1945)	??
Conclusões	??
Fontes e bibliografia	??
Anexos	??

Lista de siglas

AOC	Aliança Operária Camponesa
CADC	Centro Académico de Democracia Cristã
CEP	Centro Expedicionário Português
CLNRF	Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista
FNAT	Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho
GNR	Guarda Nacional Republicana
IANTT	Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo
IC	Internacional Comunista
INTP	Instituto Nacional do Trabalho e Previdência
LNRF	Livro Negro sobre o Regime Fascista
MRPP	Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado
MUNAF	Movimento de Unidade Nacional Antifascista
NDAS	Núcleo de Doutrinação e Acção Socialista
PCDUN	Presidente da Comissão Distrital da União Nacional
PCM	Presidência do Conselho de Ministros
PCP	Partido Comunista Português
PDC	Partido Democrata Cristão
PIDE	Polícia Internacional de Defesa do Estado
PIDE/DGS	Polícia Internacional de Defesa do Estado / Direcção-Geral de Segurança
PL	Partido Liberal
PSP	Polícia de Segurança Pública
PVDE	Polícia de Vigilância e Defesa do Estado
SPN	Secretariado de Propaganda Nacional
UDS	União Democrato-Socialista
UN	União Nacional

Agradecimentos

O livro dado agora à estampa resulta de uma versão revista e aumentada da minha tese de mestrado apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em 2009.

Como qualquer trabalho de natureza académica ou científica, o produto final aqui apresentado – apesar de ser da minha exclusiva responsabilidade – representa o culminar de um lento processo de maturação intelectual partilhado com colegas, professores e amigos. Neste sentido, urge destacar quem, durante os vários anos de investigação e os longos meses de redacção, comigo partilhou reflexões, pensamentos, críticas, angústias e alegrias. E, em primeiro lugar, queria destacar o papel inspirador do meu orientador, o Professor Fernando Rosas, com quem tive a oportunidade de trocar muitas impressões sobre o meu trabalho e que sempre me deu a liberdade de explorar livremente o objecto do meu estudo. Depois, pela sua incisiva argumentação e pelo seu detalhado *rapport*, o Professor Manuel Loff, cuja intervenção académica se mostrou decisiva para a melhoria substancial da minha tese.

Ainda no âmbito dos agradecimentos académicos, não posso deixar de destacar os diversos colegas com quem partilhei os meus anos de investigação. Deles, em primeiro lugar, queria referir a Fátima Patriarca – uma permanente inspiração e com quem partilhei dias de conversas na Torre do Tombo –, o Pedro Faria, o Jorge Macieirinha, a Cristina Sizifredo, o Ricardo Revez, o Diogo Moreira e a Inês Queirós. Depois, queria individualizar os Professores António Reis e Medeiros Ferreira, que sempre se disponibilizaram para me receber e comigo trocarem ideias sobre a temática em questão; assim como a Marina Costa Lobo, o André Freire, a Inácia Rezola, o Carlos Jalali, o António Costa Pinto e a Alice Samara, amigos e colegas com quem partilhei muitas das minhas angústias e de quem recebi diversos conselhos. Finalmente, uma palavra para o Professor Pedro Oliveira, não só pela sua contribuição intelectual aquando da defesa da minha tese e pela sua amizade, mas especialmente pelas palavras de encorajamento à publicação deste trabalho.

Conjuntamente com o apoio académico recebido, tenho de, naturalmente, destacar um conjunto de pessoas que, do ponto de vista pessoal, sempre me apoiaram ao longo dos anos. Destes, queria destacar os meus pais e a Sandra. Os meus pais, por me terem dado a possibilidade de procurar desenvolver uma carreira académica, num quadro de grandes dificuldades para quem queira tomar esta decisão; e a Sandra, por ser uma companheira sempre presente, uma amiga ímpar e uma inspiração permanente. Ainda num tom familiar, um agradecimento especial ao meu gêmeo, à Luísa e à Rita.

Os últimos agradecimentos, como não podia deixar de ser, são dirigidos à Assembleia da República e à equipa responsável pela edição deste livro. Destes, em primeiro lugar, tenho que destacar o Presidente da Assembleia da República, responsável pela autorização desta publicação, Dr. Jaime Gama. Depois, uma palavra de gratidão para a Teresa Fonseca e para a Paula Crespo, responsáveis pela edição, e uma última para o Nuno Timóteo, responsável pela magnífica capa dada agora à estampa.

A todos, o meu muito obrigado. Certamente que sem a vossa existência e sem a possibilidade de convosco me cruzar regularmente, este trabalho não teria a dignidade para ser agora publicado.

Introdução

O presente estudo tem como tema as eleições legislativas de 1 de Novembro de 1942 e pretende contribuir para a história eleitoral do Estado Novo, apresentando uma monografia sobre as eleições legislativas de 1 de Novembro de 1942.

A historiografia portuguesa, e no que ao tema do Estado Novo diz respeito, tem diversificado as formas de abordagem e de produção científica. O crescimento dos níveis qualitativos e quantitativos da produção e publicação têm sido factores essenciais para um crescente conhecimento e divulgação de perspectivas de abordagem contemporâneas sobre a história do Estado Novo. No entanto, e apesar de bastante exploradas as questões políticas, institucionais e sociais do regime, pouco se conhece sobre a estruturação e organização dos seus actos eleitorais, peças regulares no seu funcionamento constitucional. Verificamos, de forma empírica, que o tema que nos propomos tratar não tem sido alvo de uma cuidada análise epistemológica por parte da historiografia contemporânea portuguesa, que tem privilegiado outras dimensões de investigação e de análise.

O estudo das eleições no Estado Novo esteve também, de certa maneira, condicionado pelas experiências políticas da oposição ao regime, uma vez que após a queda do Estado Novo a memória eleitoral foi construída por muitos dos intervenientes que, após 1945, procuraram a oposição eleitoral ao regime. Isto implicou que se desenvolvesse uma leitura restrita das experiências eleitorais entre 1933 e 1974, incidindo o interesse nos actos eleitorais onde a oposição procurou concorrer de forma sistemática e fez ouvir a sua vontade de uma forma mais ruidosa¹. Este desequilíbrio acabou por se revelar motivador, no sentido em que despoletou a nossa curiosidade em explorar e investigar outros períodos eleitorais, menos analisados ou expostos.

Metodologicamente, procurámos promover de forma sistemática o método de confronto de fontes, através da recolha empírica de material documental depositado dos diversos arquivos do universo do Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, trabalhados de forma sistematizada, e complementados com a investigação adicional proveniente de outros arquivos secundários, de onde destacamos o do

¹ Citamos, como exemplo, as eleições presidenciais de 1949 (onde Norton de Matos se apresentou como pré-candidato presidencial), de 1958 (onde Humberto Delgado e Arlindo Vicente se perfilaram como candidatos contra a “Situação”, tendo o *General sem medo* levado a sua intenção às urnas), e as eleições legislativas de 1945, 1953 e de 1969. Curiosamente, desde 1945 que existem listas concorrentes à da União Nacional em todos os actos eleitorais legislativos; listas que aparecem nas colónias ou com apoios fora do círculo da oposição comunista-socialista-republicana.

Arquivo Histórico da Assembleia da República e os de vários governos civis portugueses. Para a análise que posteriormente desenvolvemos, e que aqui apresentamos, procedemos ainda à recolha e confronto de outro tipo de fontes, recorrendo de forma criteriosa a um levantamento bibliográfico crítico, que apresentaremos no primeiro capítulo.

Curiosamente, o tema das eleições estadonovistas foi primeiramente estudado, de um ponto de vista académico, por investigadores estrangeiros que se interessaram pelo caso português na segunda metade da década de 70 e quando o Portugal pós-revolucionário era tema de interesse da comunidade académica internacional. Foi neste contexto que Philippe Schmitter apresentou no colóquio de 1976, em Paris, o primeiro contributo analítico sobre o significado dos actos eleitorais do Estado Novo, reflectindo sobre o significado das eleições no Portugal autoritário²; num interessante artigo onde o investigador norte-americano se revela impressionado com a quantidade e regularidade dos actos eleitorais do regime de Salazar/Caetano (o que acabou por ser outra das razões que nos aproximou do tema).

Nos anos 80, Fernando Rosas inaugurou em Portugal a análise dos processos eleitorais do Estado Novo com um estudo sobre as eleições de Dezembro de 1934, as primeiras legislativas do regime; interesse apenas seguido por Rita Almeida Carvalho, que, na dissertação de mestrado sobre a Assembleia Nacional no pós-guerra, explorou alguma da dinâmica eleitoral ocorrida em Novembro de 1945³. Complementarmente, foram publicados alguns artigos sobre a participação política durante o período do Estado Novo, de onde destacamos os trabalhos de Manuel Loff e Rui Ramos⁴; o que julgamos ser material manifestamente insuficiente perante a dimensão eleitoral do regime, acabando por justificar estas lacunas historiográficas a escolha do nosso objecto de estudo.

Nesta monografia, por questões metodológicas e pela dimensão prática que envolve o processo eleitoral, interessou-nos explorar essencialmente as dimensões práticas relativas à organização e apresentação do acto eleitoral – processo de recenseamento e mecânica eleitoral, construção da lista de deputados, desenvolvimento da campanha eleitoral –, remetendo as apreciações teóricas e comparadas para estudos a desenvolver no futuro.

² Philippe Schmitter, “The impact and meaning of ‘non-competitive, non-free and insignificant’ elections in authoritarian Portugal, 1933-1974”, in Guy Hermet, Richard Rose & Alain Rouquié, editores, *Elections Without Choice*, Hong Kong, The MacMillan Press, 1978, p. 145-167.

³ Fernando Rosas, *As Primeiras Eleições Legislativas sob o Estado Novo. 16 de Dezembro de 1937*, Lisboa, Edições “O Jornal”, 1985 e Rita Almeida Carvalho, *A Assembleia Nacional no Pós-Guerra (1945-1949)*, Assembleia da República/Edições Afrontamento, Lisboa, 2002. Recentemente (em 2008), assistimos à defesa da tese de mestrado de Sofia Ferreira sobre as eleições presidenciais de 1958 no Porto (*Esperança Defraudada. O Porto nas eleições presidenciais de 1949 e de 1958*).

⁴ Manuel Loff, “El proceso electoral salazarista (1926-1974) en el contexto de 150 años de sufragio elitista en Portugal”, in Roque Moreno Fonseret, editor, *Plebiscitos y Elecciones en las Dictaduras del Sur de Europa (siglo XX)*, Alicante, Marfil, 2003 e “Electoral proceedings in Salazarist Portugal (1926-1974): formalism and fraud”, in Rafael Romanelli, editor, *How Did They Become Voters?*, Haia, Kluwer Law International, 1998, p. 226-250. Rui Ramos, “Uma História da cidadania em Portugal”, *Análise Social*, n.º 172, Vol. XXXIX, Lisboa, 2004, 547-570.

Interessou-nos ainda explorar o período onde, em teoria, fazia menos sentido existirem eleições no Portugal salazarista: o período da II Guerra Mundial. Isto porque durante este conflito, muitos foram os países e regimes que suspenderam os seus actos eleitorais. Após 1945, e como bem explora Rita Almeida Carvalho, o Estado Novo português teve a necessidade de se enquadrar no cenário demo-liberal do pós-guerra (prometendo então eleições tão livres como em Inglaterra)⁵. Fernando Rosas, por outro lado, já tinha exposto de forma clara a necessidade da legitimidade eleitoral que o Estado Novo sentira em 1934, quando elegeu a sua primeira Câmara de Deputados. Já em 1933, o regime tinha utilizado um acto eleitoral para consagrar popularmente a nova Constituição⁶; e em 1935, organizaria as suas primeiras eleições presidenciais, concluindo assim o ciclo legitimador das novas instituições erigidas (Constituição – Assembleia Nacional – Presidência da República).

Mas qual seria, então, a razão para a organização de um acto eleitoral em Novembro de 1942? Por outras palavras, no quadro histórico da II Guerra, porque é que um regime associado aos fascismos, de matriz autoritária e nacionalista, e quando muitas das democracias suspendem os seus actos eleitorais, celebra eleições gerais/legislativas a 1 de Novembro de 1942?

É a esta questão central que este trabalho pretende responder, apresentando para o efeito uma exposição articulada que pretende (1) contextualizar o nosso objecto de estudo, (2) expor as condições eleitorais, (3) descrever a mecânica e a dinâmica da campanha eleitoral e (4) apresentar algumas considerações sobre o processo de recrutamento parlamentar e sobre a lista eleita.

Para atingir esses objectivos, dividimos o nosso trabalho em sete capítulos.

O primeiro justifica-se pela necessidade de apresentar uma reflexão, de âmbito mais alargado, sobre a produção historiográfica referente ao momento histórico que nos propomos tratar. Julgamos, até pela recente proliferação editorial, que importa apresentar um apertado critério de avaliação e crítica das fontes e do diverso material bibliográfico consultado. No segundo capítulo pretendemos contextualizar o período histórico em que se desenrolam as eleições de Novembro de 1942, com especial atenção para a avaliação das condições sociais e políticas internas, devidamente enquadradas na conjuntura internacional.

Depois das necessárias contextualizações, históricas e bibliográficas, entramos no nosso tema de estudo: as eleições legislativas de 1 de Novembro de 1942. Ao longo do terceiro capítulo procuramos apresentar as condições legais que rodeiam a eleição em causa, saber quem pode ter acesso a votar e ser eleito. Complementarmente a esta avaliação jurídica propomos uma apreciação prática do processo de recenseamento eleitoral, afinal decisivo para transportar a lei para a urna. De seguida, no quarto capítulo, é nossa intenção explorar a dinâmica da construção da lista de deputados sob o ponto de vista de quem a constrói e apresenta. Pretendemos, junto de

⁵ Rita Almeida Carvalho, *A Assembleia Nacional no Pós-Guerra (1945-1949)*, Assembleia da República/Edições Afrontamento, Lisboa, 2002.

⁶ O plebiscito constitucional foi organizado em Março de 1933.

uma breve comparação entre actos eleitorais, desconstruir a lista apresentada a 1 de Novembro, decifrando a mecânica subjacente à sua elaboração.

No quinto capítulo procuramos descrever e analisar a campanha eleitoral. Para esse efeito é nossa intenção expor uma visão alargada de todo o processo, apresentando o sistema eleitoral, o estado da União Nacional em 1942, os recursos empregues na campanha – quer nacional quer local –, e a análise do discurso eleitoral à luz da imprensa de época. O sexto capítulo prorroga a análise monográfica, deslocando o ponto de interesse da campanha eleitoral para os resultados apresentados. Neste ponto dispomo-nos ainda a uma breve reflexão sobre o significado dos actos eleitorais no Estado Novo, e a matizarmos os resultados oficiais à luz da denúncia das práticas não democráticas e fraudulentas e sua contextualização com outras eleições, sempre tomando em consideração o papel subalterno da Assembleia Nacional face ao governo. Finalmente, no sétimo capítulo, pretende-se apresentar alguns estudos prosopográficos sobre a lista eleita, apresentando as suas principais características e comparando-os com outras elites parlamentares.

Em suma, este não procura ser um trabalho sobre a Assembleia Nacional, sobre o parlamentarismo português ou sobre as características da representação parlamentar em regimes autoritários e não-democráticos. Esta dissertação procura ser um estudo prático sobre a eleição legislativa de 1 de Novembro de 1942, constituindo-se como um contributo para a História Eleitoral portuguesa.

Capítulo 1

O estado da arte, bibliografia e fontes

1.1. Reflexão solta à luz de publicações recentes

Muito se tem dito e escrito sobre o Estado Novo português. Têm-se discutido os seus pressupostos ideológicos, avaliado as suas políticas, biografado os seus líderes e principais estadistas. Tem-se estudado as instituições e as elites; analisado o papel das Oposições; problematizado sobre as políticas públicas; reflectido sobre a Ideologia; trabalhado sobre a política externa, política colonial e ultramarina; e ponderado sobre a evolução Económica, social e cultural do Portugal desse, quase, meio século de experiência política autoritária; explorando-se, revendo-se argumentos da história política e institucional e reinterpretando-se algumas conclusões datadas.

De facto, existe já muito trabalho produzido e publicado sobre este período da história contemporânea portuguesa. Trabalhos e publicações, no nosso entender, desnivelados, oscilando frequentemente entre a contribuição académica assente na análise empírica e científica e a publicação memorialista, por vezes demasiado revisionista e pouco fundamentada. Verifica-se também que muita desta produção tem sido pautada por leituras e análises políticas e ideológicas condicionadas pelo ponto de vista dos autores. É natural que tal desnível aconteça, uma vez que o regime em questão teve não só a característica de se ter apoderado de metade de um século, como também povoou, e ainda povoa, a imaginação de muitas gerações de intelectuais, académicos ou simples curiosos informados, que procuram reflectir sobre Portugal. Para muitos desses, o Estado Novo foi futuro, presente e também passado. Para alguns, Estado Novo ainda continua a ser uma referência.

Também a extensiva produção memorialista necessita de semelhante atenção. Num momento em que muito se publica e se divulga sobre o período do Estado Novo e sobre Salazar, quando se assiste à proliferação de programas de televisão, de séries de ficção, de documentários, quando se exploram as diversas intimidades do regime, quando se procuram na maioria dos casos rerepresentar a sociedade, as instituições e os principais actores do Estado Novo sob uma perspectiva pessoal e saudosista, é necessário manter apertado o crivo da qualidade empírica e da veracidade histórica.

Assim, para investigadores e historiadores a trabalhar no início do século XXI tanta informação, tanta análise e sistematização deve obrigar à construção de um apertado critério de avaliação crítica do diverso material consultado. Este critério deve ser aplicado à bibliografia e às fontes coevas e contemporâneas, uma vez que assistimos com frequência à análise emotiva e justificativa em detrimento da avaliação empírica, académica, com base em fontes directas¹. Tais análises condicionadas turvam a cientificidade necessária à utilização directa de tais fontes sem que lhes sejam aplicadas algumas cautelas, alguns filtros contextualizadores, retirados do confronto com as fontes directas disponíveis (arquivos, jornais, correspondência particular, etc.) e com o cruzamento da informação bibliográfica relevante. Tal verificação não significa que não sejam de utilidade tais produções, muito pelo contrário. Elas significam e simbolizam leituras políticas engajadas que, devidamente contextualizadas, podem assumir um importante valor analítico complementar.

Estas preocupações não são, no entanto, extensíveis às fontes primárias, nomeadamente às arquivísticas. Neste caso, verificamos que o seu tratamento, sistematização e acesso é bastante privilegiado. A informação arquivística está, na maioria dos casos, bem organizada e disponível; o leque de arquivos a consultar é bastante generoso e extenso, colocando o investigador perante uma situação de conforto privilegiada, tais as oportunidades de investigação que lhe são permitidas.

1.2. Bibliografia

Qualquer trabalho de natureza historiográfica necessita de uma densa contextualização, e esta deve contemplar um leque alargado de contribuições, de histórias gerais a trabalhos coevos, de actas de colóquios a memórias. Complementarmente, devemos ainda consultar monografias, teses, estudos comparados, publicações institucionais, para que o quadro de análise seja alargado e o mais completo possível. Como não nos propomos apresentar apreciações políticas mas académicas, julgamos necessário procurar construir uma rede bibliográfica o mais ampla possível do ponto de vista ideológico e político.

Neste sentido, e sobre o período do Estado Novo, consultámos as obras de referência generalistas e contextualizadoras coordenadas por José Mattoso, Oliveira Marques, Joel Serrão, Joaquim Veríssimo Serrão e António Reis². Sobre os anos 40

¹ Para os nossos intuítos, a definição de contemporaneidade é entendida como toda a produção publicada sob o regime democrático, isto é, desde 1974. Claro que esta definição ampla de contemporaneidade é, talvez, demasiado estendida, abarcando um período de 36 anos (em 2010); mas serve os nossos propósitos quando comparada com as obras coevas publicadas entre os anos 30 e 40, período histórico do nosso tema em análise.

² Ver A. H. Oliveira Marques e Joel Serrão, coordenadores, *Nova História de Portugal*, 10 volumes, Lisboa, Editorial Presença, 1987-2004; A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal, Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*, Lisboa, Palas Editores, 1986, 3.^a edição; Joaquim Veríssimo Serrão, *História de*

recorremos, como referências-base, aos trabalhos de Fernando Rosas, António José Telo, César Oliveira, António Louçã e Pacheco Pereira³. Complementarmente, foram consultadas as actas de diversos colóquios que desde os anos 80 têm sido organizados com o tema do Estado Novo como fundo⁴ e alguns dicionários e cronologias

Portugal, 17 volumes, Lisboa, Verbo, várias datas; António Reis, direcção, *Portugal Contemporâneo*, 6 volumes, Lisboa, Alfa, 1989-1993 e José Mattoso, direcção, *História de Portugal*, 8 volumes, Lisboa, Estampa, 1993-1995.

³ De Fernando Rosas, *As Primeiras Eleições Legislativas sob o Estado Novo. 16 de Dezembro de 1934*, Lisboa, Edições “O Jornal”, 1985; “Os anos da guerra e a primeira crise do regime”, in António Reis, direcção, *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Alfa, 1989, p. 33-74; “A crise do liberalismo e as origens do autoritarismo moderno e do Estado Novo em Portugal”, *Penélope* n.º 2, Lisboa, 1989, p. 97-114; “Cinco pontos em torno do estudo comparado do fascismo”, in *Vértice* n.º 13 (II Série), Lisboa, Abril 1989, p. 21-29; “O Estado Novo” (1926-1974), Vol. VII da *História de Portugal* da direcção de José Mattoso, Lisboa, Estampa, 1994; *Portugal entre a Paz e a Guerra, 1939-1945*, Lisboa, Estampa, 1995; “Estado Novo, império e ideologia imperial”, *Revista História das Ideias* n.º 17, Instituto de História e Teoria das Ideias/Faculdade de Letras, Coimbra, 1995, p. 13-33; *O Estado Novo nos Anos Trinta. Elementos para o Estudo da Natureza Económica e Social do Salazarismo (1928-1938)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996, 2.ª edição; “A indústria portuguesa durante a Segunda Guerra Mundial”, in AAVV, *Portugal na Segunda Guerra Mundial. Contributos para uma Reavaliação*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1999, 49-90; *Salazarismo e Fomento Económico. O Primado do Político na História Económica do Estado Novo*, Lisboa, Notícias Editorial, 2000; *Portugal século XX (1890-1976). Pensamento e Acção Política*, Lisboa, Notícias Editorial, 2004.

De António José Telo, “Relações Portugal – EUA (1940-1941)”, in AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, Vol. I, Fragmentos, Lisboa, 1987, p. 371-394; *Contributos para o estudo da Guerra secreta e da propaganda em Portugal*, Faculdade de Letras, 1989, policopiado; *Portugal na Segunda guerra (1941-1945)*, Vol. I e II, Lisboa, Veja, 1991; (coordenação), *O Fim da Segunda Guerra Mundial e os Novos Rumos da Europa*, Lisboa, Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa/Edições Cosmos, 1996; “A neutralidade portuguesa na Segunda Guerra Mundial”, in Nuno Severiano Teixeira, coordenação, *Portugal e a Guerra: História das Intervenções Militares Portuguesas nos Grandes Conflitos Mundiais (séculos XIX e XX)*, IHC da FCSH/Edições Colibri, Lisboa, 1998, p.109-125; *A Neutralidade Portuguesa e o Ouro Nazi*, Lisboa, Quetzal Editores, 2000. De César de Oliveira, *Portugal e a II República de Espanha*, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1985; *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, “O Jornal”, 1987; *Salazar e o seu Tempo*, Lisboa, “O Jornal”, 1991. De António Louçã, *Conspiradores e traficantes. Portugal no Tráfico de Armas e de Divisas nos Anos do Nazismo (1933-1945)*, Cruz Quebrada, Oficina do Livro, 2005; *Hitler e Salazar. Comércio em Tempos de Guerra, 1940-1944*, Lisboa, Terramar, 2005, 2.ª edição e (organização), *Portugal visto pelos Nazis. Documentos 1933-1945*, s.l., Fim de Século, 2005.

Finalmente, de Pacheco Pereira, “As primeiras séries do Avante! Clandestino”, in *Estudos sobre o Comunismo*, n.º 0, Lisboa, Julho de 1983, p. 23-26; “A clandestinidade: componente da cultura comunista”, in *Risco* n.º 14, Verão 1990, p. 89-99; e os volumes publicados da biografia política de Álvaro Cunhal: *Álvaro Cunhal, uma biografia política. “Daniel”, o jovem revolucionário (1913-1941)*, Lisboa, Temas e Debates, 2000, 3.ª edição; *Álvaro Cunhal, uma Biografia Política. “Duarte”, o Dirigente Clandestino (1941-1949)*, Lisboa, Temas e Debates, 2001; *Álvaro Cunhal, uma Biografia Política. “Daniel”, o Prisioneiro (1949-1960)*, Lisboa, Temas e Debates, 2005.

⁴ AAVV, *O Fascismo em Portugal*. Lisboa, A Regra do Jogo, 1982; AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, Vol. I e II, Lisboa, Fragmentos, 1987; AAVV, *Salazar e o Salazarismo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989; AAVV, *Salazar sem Máscaras*, Lisboa, Nova Arrancada, 1998; AAVV, *Portugal na Segunda Guerra Mundial. Contributos para uma Reavaliação*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1999; AAVV, *A Igreja e o Estado em Portugal. Da 1.ª República ao Limiar do Século XXI*. Actas dos Encontros de Outono, 21-22 de Novembro de 2003; AAVV, *Revistas, Ideias e Doutrinas. Leituras do Pensamento Contemporâneo*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003; Fernando Rosas, coordenação, *Portugal e*

comentadas, com destaque para o extenso trabalho coordenado por Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto sobre os parlamentares no Estado Novo⁵.

Trabalhar sobre o Estado Novo implica entrar na definição de regime que persiste legalmente entre 1933 e 1974. Fazê-lo significa explorar o debate acerca das suas características e a sua inserção nas diversas tipologias de análise de regimes políticos. Foi o Estado Novo um regime autoritário e totalitário? Esteve Portugal submerso, durante grande parte do seu século xx, num regime fascista? Apesar de termos uma opinião desenvolvida, não é este o espaço para acrescentar as nossas considerações, nem é esta a oportunidade de desenhar uma síntese sobre este debate (de certa maneira já produzidas por académicos como Fernando Rosas, César Oliveira, António Costa Pinto, Avelãs Nunes, Manuel Loff ou José Rebelo, para citar apenas alguns⁶). Devemos, no entanto, sob o tema, destacar os trabalhos que, nacional e internacionalmente, têm marcado o debate nos últimos 30 anos.

Dentro das primeiras contribuições, em certa medida pioneiras e importadas, destacamos os trabalhos de Heminio Martins, Manuel de Lucena, Manuel Villaverde Cabral, João Medina, Fernando Piteira Santos, Eduardo Lourenço, António de Figueiredo e Tom Gallagher⁷. Durante os anos 80, assiste-se à entrada em cena de

a Guerra Civil de Espanha, Lisboa, actas do Colóquio Internacional de Portugal e a Guerra Civil de Espanha, coord., IHC da FCSH/Edições Colibri, 1998; Maria Cândida Proença, coordenação, *Maió de 1968: Trinta Anos depois os Movimentos Estudantis em Portugal*, Lisboa, Edições Colibri/IHC da Universidade Nova de Lisboa, 1999; Nuno Severiano Teixeira e António Costa Pinto, coordenação, *A Primeira República Portuguesa. Entre o Liberalismo e o Autoritarismo*, Lisboa, Edições Colibri/IHC da Universidade Nova de Lisboa, 2000; Sérgio Campos de Matos, *Crises em Portugal nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002; António Reis, *As Grandes Correntes Políticas e Culturais do século XX*, Lisboa, [actas] do XI curso de verão do IHC-UNL, Lisboa, Edições Colibri, 2003.

⁵ João Morais e Luís Violante, *Contribuições para uma Cronologia dos Factos Económicos e Sociais, Portugal 1926-1985*, Lisboa, Livros Horizonte, 1985; Fernando Rosas e José Brandão de Brito *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. I e Vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996; Pedro Ramos de Almeida, *Salazar. Biografia da Ditadura*, Lisboa, Edições Avante, 1999; António Barreto e Maria Filomena Mónica, *Dicionário da História de Portugal. Suplemento*, volumes 7, 8 e 9, Porto, Figueirinhas, 2000; Helena Matos, *Salazar – Vol. I A Construção de um Mito*, Mem Martins, Temas e Debates, 2003 e *Salazar – Vol. II A Propaganda*, Mem Martins, Temas e Debates, 2004; Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, coordenação, *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1935-1974*, Vol. I e Vol. II, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais/Assembleia da República, 2005; José Adelino Maltez, *Tradição e Revolução. Uma Biografia do Portugal Político do século XIX ao XXI*, Vol. II (1910-2005), Lisboa, Tribuna, 2005.

⁶ Fernando Rosas, “A crise do liberalismo e as origens do autoritarismo moderno e do Estado Novo em Portugal”, *Penélope*, n.º 2, Lisboa, 1989; César Oliveira, *Salazar e o seu Tempo*; António Costa Pinto, *O Salazarismo e o Fascismo Europeu. Problemas de Interpretação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Estampa, 1992; João Paulo Avelãs Nunes, “O conceito de Fascismo na História recente de Portugal”, *Vértice*, n.º 52, Lisboa, 1993, p. 53-65 e “Tipologias de Regimes Políticos. Para uma leitura Neomoderna do Estado Novo e do Nuevo Estado” (separata da revista Portuguesa de História, Tomo XXXIV), Coimbra 2000; Manuel Loff, *Salazarismo e Franquismo na época de Hitler (1936-1942)*, Porto, Campo das Letras, 1996 e o recente “O nosso século é fascista!” *O mundo visto por Salazar e Franco (1936-1945)*, Porto, Campo das Letras, 2008; José Rebelo, *Formas de Legitimação do Poder no Salazarismo*, Lisboa, Livros e Leituras, 1998.

⁷ Hermínio Martins, “Portugal”, in Stuart Woolf, *European Fascisms*, New York, s.e., 1969; p. 302-336; Manuel de Lucena, *A Evolução do Sistema Corporativo Português. I – O Salazarismo*, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1976; *A Evolução do Sistema Corporativo Português. II – O Marcelismo*, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1976; “Interpretações do salazarismo: notas de leitura crítica I”, *Análise Social* n.º 83,

novos e jovens investigadores trabalhando em academias portuguesas, destacando-se Fernando Rosas, na Universidade Nova de Lisboa⁸; António Costa Pinto, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa⁹; Manuel Braga da Cruz, na Universidade Católica Portuguesa¹⁰, João Arsénio Nunes, no Instituto Superior de Ciências da Empresa e do Trabalho¹¹, e Luís Reis Torgal, na Universidade de Coimbra¹². Recentemente, foram acrescentados ao debate contribuições de Irene Flunser Pimentel, José Rebelo, Jaime Nogueira Pinto, João Paulo Avelãs Nunes ou Manuel Loff, que colocaram o tema no novo milénio¹³. No panorama internacional,

Vol. XX, Lisboa, 1984, p. 423-451 “Notas para uma teoria dos regimes fascistas”, *Análise Social*, n.º 125-126, Vol. XXIX, Lisboa, 1994, p. 9-32. De Manuel Villaverde Cabral, “Sobre o fascismo e o seu advento em Portugal: ensaio de interpretação a pretexto de alguns livros recentes”, *Análise Social*, n.º 48, Vol. XII, Lisboa, 1976, p. 873-915; “O Fascismo português em perspectiva comparada”, in AAVV, *O Fascismo em Portugal*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1982, p. 19-30. De João Medina, *Salazar e os Fascistas. Salazarismo e Nacional-sindicalismo, a história de um conflito 1932-1935*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1978; “Sidonismo e salazarismo”, *História*, n.º 3, 1979, p. 2-13; “O Congresso Fascista em Montreux (1934)”, in AAVV, *O Fascismo em Portugal*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1982, p. 187-194; “Salazar e Franco, dois ditadores, duas ditaduras”, in *História*, n.º 20 (nova série), 1996, p. 4-15. De Fernando Piteira Santos, “O Fascismo em Portugal, conceito e prática”, in AAVV, *O Fascismo em Portugal*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1982, p. 8-18. De Eduardo Lourenço, “Fascismo e cultura no antigo regime”, *Análise Social*, n.º 72-73-74, Vol. XVIII, Lisboa, 1982, p. 1431-1436. De António de Figueiredo, *Portugal: Cinquenta Anos de Ditadura*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1975. De Tom Gallagher, “Dictatorial Portugal, 1926-1974. A bibliography”, *Essays in Portuguese Studies*, n.º 3, ICGMP, 1979; e “Os oitenta e sete ministros do Estado Novo de Salazar”, *História*, n.º 28, 1981, p. 3-16.

⁸ Ver, de Fernando Rosas, “A Igreja em Portugal nos anos 40”, *História*, n.º 46, 1982, p. 2-17; “Putschismo” e oposição nos anos 40”, *História*, n.º 50, 1982, p. 36-51; “O Pacto Ibérico e a neutralização da península na II Guerra Mundial”, *História*, n.º 57, 1983, p. 3-17; “A crise do liberalismo e as origens do ‘autoritarismo moderno’ e do Estado Novo em Portugal”, *Penélope*, n.º 2, Lisboa, 1989, p. 97-114; “Cinco pontos em torno do estudo comparado do fascismo”, *Vértice*, n.º 13 (II Série), Lisboa, Abril 1989, p. 21-29; “Salazar e o salazarismo: um caso de longevidade política”, in AAVV, *Salazar e o Salazarismo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989, p. 13-58.

⁹ Mais tarde, António Costa Pinto seguirá os seus estudos no Instituto Europeu de Florença, retornando a Portugal para o ISCTE e ICS-UL. Ver António Costa Pinto e Nuno Afonso Ribeiro, “Fascismo e Juventude nos primórdios do Estado Novo: a Acção Escolar Vanguarda (1933-1936)”, in AAVV, *O Fascismo em Portugal*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1982, p. 229-258; António Costa Pinto, “A ideologia do fascismo revisitada: Zeev Sternhell e os seus críticos”, *Ler História*, n.º 6, 1985, p.109-120; “O fascismo e a crise da Primeira República: os nacionalistas lusitanos (1923-23)”, *Penélope*, n.º 3, 1989, p. 44-62; “O salazarismo e o fascismo europeu: os primeiros debates nas ciências sociais”, in AAVV, *Salazar e o Salazarismo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989, p. 153-188.

¹⁰ De Manuel Braga da Cruz, “O integralismo lusitano nas origens do salazarismo”, in *Análise Social*, n.º 70, Vol. XVIII, Lisboa, 1982, p. 137-182; *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1988; e “Salazar e a Política”, in AAVV, *Salazar e o Salazarismo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989, p. 59-70.

¹¹ De João Arsénio Nunes, “A formação do Estado fascista em Portugal à luz da correspondência diplomática britânica (1926-1933)”, in AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, Vol. I, Fragmentos, Lisboa, 1987, p. 189-198.

¹² Ver Luís Reis Torgal, “Salazarismo, fascismo e Europa”, *Vértice*, n.º 52, Lisboa, 1993, p. 41-52.

¹³ Irene Pimentel, “A presença do fascismo italiano em Portugal”, *História*, n.º 4, 1995, p. 14-25; Jaime Nogueira Pinto, *A Direita e as Direitas*, Lisboa, Difel, 1996; os contributos de Manuel Loff, João Paulo Avelãs Nunes e José Rebelo podem ser vistos na nota 14.

e com edição em Portugal, destacamos os trabalhos de Henri Michel, Jacques Georgel, Enzo Collotti, Zeev Sternhell ou de Renzo de Felice¹⁴; e os contributos das obras colectivas publicadas sobre o tema nos últimos 20 anos (de onde destacamos as contribuições de Stanley Payne, Stuart Woolf, Marco Palla, Reinhard Kühnl, Luís Bensaja dei Schirò ou de Stephen Fischer-Galati¹⁵). Recentemente o tema dos Fascismos voltou a ser trabalhado pela literatura internacional dedicada ao estudo da História e da Ciência Política, destacando-se os contributos de Juan Linz, Stanley Payne, Robert Paxton, Zeev Sternhell ou Roger Griffin¹⁶; ou os trabalhos recentes de Aristoteles Kalis, Constantin Iordachi, Philip Morgan, Daniel Woodley ou Sørensen e Mallett¹⁷; além, claro, dos trabalhos pioneiros editados por Stuart

¹⁴ Henri Michel, *Os Fascismos*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1977; Jacques Georgel, *O Salazarismo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1985; Enzo Collotti, *Fascismo, Fascismos*, Lisboa, Editorial Caminho, 1992; Zeev Sternhell, coordenação, *Nascimento da Ideologia fascista*, Venda-Nova, Bertrand Editora, 1995; Renzo de Felice, *Breve História do Fascismo. Uma Síntese da Página Mais Trágica do Século XX Italiano*, Cruz Quebrada, Casa das Letras, 2005.

¹⁵ Recolhidos em AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, Vol. I, Lisboa, Fragmentos, 1987, encontramos os contributos de Stanley Payne, “A taxonomia comparativa do autoritarismo”, p. 23-30; de Stuart Woolf, “Fascismo e autoritarismo: em busca de uma tipologia do fascismo europeu”, p. 15-22; de Marco Palla, “O regime fascista italiano”, p. 59-76; de Reinhard Kühnl, “Nacional Socialismo = Fascismo?”, p. 117-126, e de Stephen Fischer-Galati, “Regimes autoritários da Europa Oriental: estudo comparado”, p. 87-98. Ver ainda de Stanley Payne, “Autoritarismo Português et Autoritarismes Européens”, *Revista História das Ideias*, n.º16, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias/Faculdade de Letras, 1994, p. 7-18, de Luís Bensaja dei Schirò, “Apontamentos para uma integração do fascismo salazarista no fascismo europeu”, *Vértice*, n.º 13, 1989, p. 83-92.

¹⁶ Ver, por exemplo, de Juan Linz: “Some notes towards a comparative study of fascism in sociological historical perspective”, in *Fascism: a Reader's Guide. Analyses, Interpretations, Bibliography*, s.e, s.d, s.l.; *Totalitarian and Authoritarian Regimes*, Boulder, Lynne Rienner Publishers, 2000; e *Fascism, Breakdown of Democracy, Authoritarian and Totalitarian Regimes: Coincidences and Distinctions*, Estudo/Working paper 2002/192, Madrid, Instituto Juan March, 2002; de Stanley Payne: *A History of Fascism, 1914-1945*, Madison, The University of Wisconsin Press, 1995 e *Fascism in Spain, 1923-1977*, Madison, The University of Wisconsin Press, 1999; de Robert Paxton, *Vichy France. Old Guard and New Order, 1940-1944*; New York, Columbia University Press, 2001 ou *The Anatomy of Fascism*, London, Penguin Books, 2004; de Zeev Sternhell (with Mario Sznajder and Maia Asheri), *The Birth of Fascist Ideology. From Cultural Rebellion to Political Revolution*, Princeton, Princeton University Press, 1995); de Roger Griffin: *The Nature of Fascism*, London, Routledge, 1993; *International Fascism: Theories, Causes and the New Consensus*, New York, Arnold Publishers, 1998; *Modernism and Fascism. The sense of beginning under Mussolini and Hitler*, New York, Palgrave MacMillan, 2007; e *A Fascist Century*, New York, Palgrave MacMillan, 2008. Destacamos ainda as colectâneas de textos coevos, dos anos 20/30, como são exemplo, Helena Hernandez Sandoica, organização, *Los Fascismos Europeus*, Madrid, Itsmo, 1992; Roger Griffin, editor, *Fascism (Oxford readers)*, Oxford, Oxford University Press, 1995. Também o colóquio de Alicante dedicado ao estudo das ditaduras mediterrâneas apresenta-nos um interessante ensaio de Ismael Saz Campos, “Repensar o Fascismo”, in Roque Moreno Fonseret, editor, *Plebiscitos y Elecciones en las Dictaduras del Sur de Europa (siglo XX)*, Alicante, Marfil, 2003, p. 29-59.

¹⁷ Aristotle A. Kallis, editor, *The Fascism Reader*, London, Routledge, 2003; Daniel Woodley, *Fascism and Political Theory*, London, Routledge, 2010; Constantin Iordachi (ed), *Comparative Fascist Studies. New perspectives*, London, Routledge, 2010; Philip Morgan, *Fascism in Europe, 1919-1945*, London, Routledge, 2003; Gert Sørensen e Robert Mallett, *International Fascism, 1919-45*, London, Frank Cass, 2002.

Woolf, primeiro; e Stein Ugelvik Larsen, Bernt Hagtvet e Jan Petter Myklebust, depois¹⁸.

Apesar da ampla produção referida, cedo concluímos que a vasta investigação sobre os regimes autoritários, e em especial a dedicada aos anos 40, pouco tem privilegiado o estudo dos seus actos eleitorais, afinal peças permanentes na história do regime português. Das publicações existentes destacamos, como obras fundadoras, o trabalho de Oliveira Marques sobre a I Legislatura do Estado Novo (1934-1938), e o de Fernando Rosas sobre as eleições legislativas de 1934¹⁹. Estes estudos pioneiros, de geografia eleitoral, não foram, com poucas excepções, continuados por outras obras monográficas para que fossem caracterizados, de forma sistemática e sustentada, os actos eleitorais do Estado Novo, e se produzisse uma visão de conjunto para o período global de 1934 a 1973. Como complementos a estes trabalhos encontramos a teses apresentadas por Rita Almeida Carvalho sobre as eleições legislativas de 1945 e a IV legislatura (1945-1949) e por Sofia Ferreira (sobre as eleições de 1958 no Porto); o recente volume coordenado por Helena Pinto Janeiro e Heloísa Paulo, sobre as eleições presidenciais de 1949; o volume colectivo coordenado por Iva Delgado, Carlos Pacheco e Telmo Faria, sobre as eleições presidenciais de 1958; o artigo de Alexandre Luís sobre as eleições presidenciais de 1949; as entradas nos dicionários da especialidade e o catálogo da exposição organizada na Biblioteca Nacional em 1988 sobre cartazes de propaganda política do Estado Novo²⁰. Complementarmente, encontrámos ainda em alguns trabalhos universitários interessantes reflexões sobre as eleições de 1938 e de 1942²¹.

¹⁸ Stuart Woolf, *European Fascisms*, New York, s.e., 1969; Stein Ugelvik Larsen, Bernt Hagtvet e Jan Petter Myklebust, *Who Where the Fascists*, Bergen, Universitetsforlaget, 1980.

¹⁹ A. H. Oliveira Marques, *A Primeira Legislatura do Estado Novo – 1935/1938*, Lisboa, Edições Europa-América, 1974; Fernando Rosas, *As Primeiras Eleições Legislativas...*

²⁰ Rita Almeida Carvalho, “A elite parlamentar no pós-guerra (1945-1949)”, *Penélope*, n.º 70, 2001, p. 7-30; e Rita Almeida Carvalho, *A Assembleia Nacional no Pós-Guerra (1945-1949)*, Lisboa, Assembleia da República/Edições Afrontamento, 2002. Sofia Ferreira, *Esperança Defraudada. O Porto nas Eleições Presidenciais de 1949 e de 1958*, tese de mestrado apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em Março de 2008; Helena Janeiro, Heloísa Paulo, *Norton de Matos e as Eleições Presidenciais de 1949, 60 Anos Depois*, Lisboa, Colibri, 2010; Iva Delgado, Carlos Pacheco e Telmo Faria, organização, *Humberto Delgado, as Eleições de 1958*, Lisboa, Veja, 1998; Alexandre António da Costa Luís, “As eleições presidenciais de 1949. Dois ‘Portugais’ em Confronto”, *Revista História das Ideias*, n.º16, Instituto de História e Teoria das Ideias/Faculdade de Letras, Coimbra, 1994, p. 283-322. Do *Dicionário de História do Estado Novo* destacamos as entradas de José Manuel Quintas (“Eleições para a Assembleia Nacional” e “Eleições para a Presidência da República”), e de Manuel Braga da Cruz (“União Nacional”). Do suplemento do *Dicionário de História de Portugal* destacamos as entradas de Manuel Braga da Cruz (“União Nacional”, “Assembleia Nacional” e “Eleições”), de Jorge Miranda (“Leis Eleitorais”) e de Marcelo Rebelo de Sousa (“Democracia Orgânica”). Helena Pinto Janeiro e Isabel Alarcão e Silva, *Cartazes de Propaganda Política do Estado Novo, 1933-1949*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1988.

²¹ Referimo-nos aos trabalhos de Luísa Abreu, *As Eleições Legislativas de 1 de Novembro de 1942*, Universidade Nova de Lisboa, FCSH, História de Portugal Contemporâneo (4.º Ano), Lisboa, Setembro 2000 (policopiado); de Cristina Sifredo, *As Eleições Legislativas de 1938*, Universidade Nova de Lisboa, FCSH, História de Portugal Contemporâneo (4.º Ano), Lisboa, Setembro 2000 (policopiado), e de José Reis Santos, *As Eleições Legislativas de 1942: quatro pontos de análise*, trabalho apresentado no seminário de História de Portugal do mestrado em História Contemporânea, vertente século XX, da FCSH da Universidade Nova de Lisboa, 2003 (policopiado) e “Eleições Legislativas no Estado Novo,” *História*, n.º 78, 2005, p. 36-41.

No ponto de vista internacional o quadro é bem diferente. O debate contemporâneo sobre a problemática da realização de actos eleitorais em regimes autoritários (de diferentes características) foi inaugurado no colóquio “Eleições não concorrenciais”, em Maio de 1976 em Paris. Da publicação das suas actas emergem as grandes contribuições teóricas e conceptuais acerca do significado deste sub-tipo eleitoral, anteriormente menosprezado pela Ciência Política. Este trabalho inaugurou o debate sobre a importância das eleições em regimes que, na sua governança e natureza, não depositam valor político na incerteza eleitoral nem na organização de actos eleitorais para escolha de alternativas de poder. Do livro resultante retiram-se preciosas colaborações e reflexões. Guy Hermet teoriza sobre o contexto de eleições controladas pelo Estado; Juan Linz sobre eleições não competitivas na Europa; Richard Rose sobre eleições e autoridade política e Alain Rouquié sobre controlo clientelista em contextos autoritários²². Dos casos de estudo apresentados, num volume transversal, destacamos ainda os referentes a eleições em diversos países africanos, eleições na Síria e em países comunistas e o caso português, apresentado por Philippe Schmitter²³.

Sob influência de *Elections Without Choice* encontrámos ainda o interessante artigo de Carlos Huneeus sobre eleições no Chile autoritário²⁴ e, anos mais tarde, o colóquio “Ditaduras na Europa Meridional”, patrocinado pela Universidade de Alicante²⁵. Desta publicação, além das contribuições sobre o caso português, de João Madeira e Manuel Loff²⁶, destacamos os estudos sobre eleições na Espanha fran-

²² Cf. Guy Hermet, Richard Rose, & Alain Rouquié, editores, *Elections Without Choice*, Hong Kong, The MacMillan Press, 1978. Os capítulos citados são: Guy Hermet, “State-controlled elections: a framework”, p. 1-18; Juan Linz, “Non-competitive elections in Europe”, p. 36-64; Richard Rose, “Is choice enough? Elections and political authority”, p. 196-211; Alain Rouquié, “Clientelist control and authoritarian contexts”, p. 19-35.

²³ Todos os capítulos citados são de Guy Hermet, Richard Rose, & Alain Rouquié, editores, *Elections Without Choice*, Hong Kong, The MacMillan Press, 1978. Sobre eleições em regimes africanos, de cariz autoritário: para os Camarões, Jean-François Bayart, “Clientelism, elections and system of inequality and domination in Cameroun”, p. 66-87; para o caso do Quênia, Joel D. Barkan, John J. Okumu, “Semi-competitive elections, clientelism, and political recruitment in a no-party state: the Kenyan experience”, p. 88-107; e para a Tânzania, Denis Martin, “The 1975 Tanzanian elections: the disturbing six per cent”, p. 129-144. Sobre as eleições na Síria, de 1973, ver Elizabeth Picard, “Syria returns to Democracy: the May 1973 legislative elections”, p. 129-144. Finalmente, o capítulo de Alex Pravda versa sobre eleições nos regimes comunistas, “Elections in communist party state”, p. 169-197 e Philippe Schmitter sobre Portugal, “The impact and meaning of ‘non-competitive, non-free and insignificant’ elections in authoritarian Portugal, 1933-1974”, p. 145-167.

²⁴ Carlos Huneeus, “Elecciones no-competitivas en las dictaduras burocrático-autoritarias en América Latina”, *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, n.º 18, 1981, p. 101-138.

²⁵ Este colóquio foi realizado em Junho de 2001 em Alicante e publicado em Roque Moreno Fonseret, editor, *Plebiscitos y Elecciones en las Dictaduras del Sur de Europa (siglo XX)*, Alicante, Marfil, 2003.

²⁶ João Madeira, “Las oposiciones entre la abstención y la intervención en las ‘elecciones’ del Estado Novo”, p. 255-272 e Manuel Loff, “El proceso electoral salazarista (1926-1974) en el contexto de 150 años de sufragio elitista en Portugal”, p. 175-200. O artigo de Manuel Loff é uma versão revista e aumentada de um outro artigo, produzido em Florença aquando do seu doutoramento, e publicado em *How Did They Become Voters?*.

quista e na Itália fascista e as reflexões teóricas de Roque Moreno Fonserat, editor da publicação²⁷.

Recentemente, esta matéria foi alvo de alguma revisão, nomeadamente por alguns cientistas políticos. Estes, após a queda do modelo comunista e o aparente triunfo do demo-liberalismo, e face à generalização dos actos eleitorais no mundo pós Guerra-Fria, reinterpretaram o significado dos actos eleitorais produzidos na área cinzenta emergente dos processos de transição dos antigos autoritarismos para novas democracias “musculadas”²⁸. É nesta linha que se inserem, entre outros, os recentes trabalhos de Steven Levistky e Lucan Way e de Richerd Snyder e o volume colectivo *Electoral Authoritarianism*, editado por Adreas Schedler, que compila algum do trabalho desenvolvido sobre o significado de eleições não competitivas em novos contextos autoritários²⁹.

Na literatura internacional comparada recolhemos ainda importantes contributos no volume produzido no Instituto Europeu de Florença, e editado por Rafaele Romanelli, sobre o acesso ao voto na Europa, tema recentemente revisto nos seus conceitos gerais por Gabriel Lenz e Jonathan Ladd, e também trabalhado por Rui Ramos em artigo independente acerca do caso português. Para a necessária contextualização das frequências eleitorais no século xx socorremo-nos da recolha sistematizada de Thomas Mackie e Richard Rose³⁰.

²⁷ Cf. Roque Moreno Fonseret, “Las consultas populares en las dictaduras del sur de Europa”, p. 11-24; Roque Moreno Fonseret, “Las elecciones del tercio familiar en el regimen franquista”, p. 135-162; Maurizio Ridolfi, “Los plebiscitos en el regimen fascista italiano”, p. 163-173; Francisco Sevillano Calero, “El Nuevo Estado y la ilusión de la democracia orgánica”, p. 103-133.

²⁸ Desde 1989 que assistimos a uma série de transições constitucionais em países anteriormente sob influência soviética. Estas transições procuravam, em síntese, adoptar o novo modelo de legitimação política triunfante, o modelo demo-liberal, caracterizado pela existência de instituições democráticas competitivas e uma economia de mercado. Tal demanda provocou uma avalanche eleitoral (muitas vezes promovida por ex-ditadores) e uma súbita multiplicação dos países tidos como “democráticos”. Esta vaga de democratização produziu resultados diversos (desde democracias consolidadas a “autoritarismos eleitorais”) e originou que um novo campo da ciência política dedicasse o seu estudo à ampla zona cinzenta criada entre a democracia plural, consolidada e competitiva e o autoritarismo eleitoral.

²⁹ Steven Levistky e Lucan Way, “Autocracy by democratic rules: The dynamics of competitive authoritarianism in the post-Cold War era”, paper prepared for the conference “Mapping the Great Zone: clientelism and the boundary between Democratic and Democratizing”, Columbia University, 4-5 Abril de 2003; Adreas Schedler, editor, *Electoral Authoritarianism. The Dynamics of Unfree Competition*, Boulder, London, Lynne Rienner Publishers, 2006. Deste volume destacamos os artigos de Schedler e de Snyder: Adreas Schedler, “The logic of electoral authoritarianism”, p. 1-23; e Richard Snyder, “Beyond electoral authoritarianism: the spectrum of non-democratic regimes”, p. 219-231. Apesar da extensa bibliografia, recente, sobre eleições em países autoritários ou semi-autoritários, de onde se destacam as que têm por base de investigação a América Latina, a África e a Ásia, para nosso interesse importava retratar os casos existentes até ao final da II Guerra, e que manteriam uma maior compatibilidade com o nosso caso de estudo.

³⁰ Rafaele Romanelli, editor, *How Did They Became Voters?*, Haia, Kluwer Law International, 1998 (deste trabalho destacamos o capítulo sobre Portugal, por Manuel Loff, “Electoral proceedings in salazarist Portugal (1926-1974): formalism and fraud”, p. 226-250). Gabriel Lenz e Jonathan Ladd, “A quantitative investigation of the extension of the franchise in the West”, paper presented at the Annual Meeting of the American Political Science Association, 2003. Rui Ramos, “Uma História da cidadania em Portugal”, *Análise Social*, n.º 172, Vol. XXXIX, 2004, 547-570. Thomas Mackie & Richard Rose, *The International Almanac of Electoral History*, London, MacMillan, 1991, (3.ª edição).

Sobre o carácter electivo das instituições do Estado Novo destacamos alguns trabalhos recentes que procuram apresentar algumas reflexões sobre as origens ideológicas e jurídicas do regime, da sua construção institucional e da sua definição jurídica. Referimo-nos aos trabalhos de António Araújo e António Pedro Mesquita sobre a constituição de 1933, e de Valentim Alexandre sobre a formação ideológica de Salazar. Complementarmente, encontramos ainda em alguns dos trabalhos de Pedro Tavares de Almeida, Fernando Farelo Lopes, Venerando Matos e Luís Vidigal interessantes contribuições sobre eleições e caciquismo relativas ao final da Monarquia Constitucional e no período da I República³¹.

Sobre eleições administrativas no Estado Novo (para as juntas de freguesia, conselhos municipais e vereações municipais), e que tenhamos conhecimento, não existe qualquer tipo de produção académica que apresente uma abordagem sistematizada³². Investigação por nós conduzida para este trabalho aponta para uma riqueza, talvez pouco esperada, nas eleições desta ordem, onde eram frequentes situações de disputa e concorrência eleitoral fruto de competição aberta entre mais que uma candidatura no campo da situação³³. No nosso entendimento, urge produzir mais

³¹ Valentim Alexandre, *O Roubo das Almas. Salazar, a Igreja e os Totalitarismos (1930-1939)*, Lisboa, Dom Quixote, 2006; António de Araújo, *A Lei de Salazar. Estudos sobre a Constituição Política de 1933*, Coimbra, Tenacitas, 2007; e António Pedro Mesquita, *Salazar na História Política do seu Tempo*, Lisboa, Caminho, 2007. De Pedro Tavares de Almeida, *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, Difel, 1991; “Comportamentos eleitorais em Lisboa (1878-1910)”, *Análise Social*, vol. XXI, 1985, p. 111-153; (com José Manuel Sobral), “Caciquismo e poder político. Reflexões em torno das eleições de 1901”, *Análise Social*, n.º 72-73-74 (Vol. XVIII), Lisboa, 1982, p. 649-671. De Fernando Farelo Lopes, *Poder Político e Caciquismo na 1.ª República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994; *Os Partidos Políticos. Modelos e Realidades na Europa e em Portugal*, Oeiras, Celta, 2004; Venerando António Aspra de Matos, *Republicanos de Torres Vedras. Elites, Partidos, Eleições e Poder (1907-1931)*, Lisboa, Edições Colibri/Câmara Municipal de Torres Vedras, 2003; Luís Vidigal, *Cidadania, Caciquismo e Poder. Portugal, 1890-1916. Estudos*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998.

³² As “eleições administrativas”, que ao abrigo do novo Código Administrativo de 1936-1940 eram dotadas de lei eleitoral própria (e consequente colégio eleitoral – os “chefes de família”), começaram a ser eleitas em 1937, em eleições regulares que perdurarão até ao fim do regime.

³³ Detectámos muitos casos onde os candidatos provêm de dentro do regime, um apoiado pela União Nacional e outro pela câmara municipal em questão (ou pelo governo civil). Nestes casos, as eleições eram disputadas na urna e de resultado incerto, por vezes perdendo a lista patrocinada pela União Nacional (geralmente a candidata oficial). Quando tal acontecia, as soluções apontadas eram geralmente ou de anular e repetir o acto eleitoral ou anular a eleição e nomear uma comissão administrativa, enquanto se decidia o caso. Ver, a título de exemplo, para as eleições administrativas de 1937, o relatório da Comissão Concelhia da União Nacional de Sever do Vouga ao presidente e vogais da Comissão Central da UN, IANTT/AUN, caixa 4, maço 9-A. Relativo às eleições de 1941 pode-se apreciar os acontecimentos no Cadaval (onde aparecem duas listas, uma pela União Nacional, outra pelo presidente da Câmara Municipal, ver IANTT/AUN/caixa 26/maço 92); em Leomil (IANTT/AUN/caixa 52/maço 145), no Lordelo, Concelho de Paredes (IANTT/AUN/caixa 37/maço 110); e ainda os relatórios de Vila Nova de Cerveira (IANTT/AUN, caixa 46, maço 134-A), Figueira da Foz (IANTT/AUN, caixa 15, maço 37-A) e os casos de Moimenta da Beira (IANTT/AUN/caixa 52/maço 145) ou Valpaços (IANTT/AUN/caixa 49/maço 141). Para 1945, ver os casos de São João de Abrantes – Concelho de Abrantes (IANTT/AUN/caixa 38/maço 113); o caso do Concelho de Arcos de Valdevez (IANTT/AUN/caixa 45/maço 130), os acontecimentos de Proença-a-Nova (IANTT/AUN/caixa 20/maço 30), ou de Santarém (IANTT/AUN/caixa 38/maço 113). Ver ainda relatórios de reclamações nas eleições administrativas de 1941 e 1945 no

investigação sobre este tema, pois só com um levantamento sistemático poderemos entender a verdadeira dimensão destas ocorrências, apurar da sua importância e alastramento territorial e temporal, contribuindo assim para uma mais completa análise das relações entre o tripé político-administrativo “Ministério do Interior – União Nacional³⁴ – Governos Cívicos”³⁵.

Ainda sobre o caso português, e relativo ao processo de auto-análise que o Estado Novo produz sobre os seus actos eleitorais, é interessante assistir à sessão extraordinária da Assembleia Nacional que debateu a revisão constitucional de 1945, e a respectiva alteração de alguns pressupostos eleitorais³⁶. Esse debate forneceu a oportunidade de seguir a problemática dos actos eleitorais do regime, destacando-se as intervenções dos deputados Mário de Figueiredo, Juvenal Araújo, João Ameal, Ulisses Cortês, Joaquim Saldanha e Manuel Múrias³⁷. Complementarmente, num outro período sobre o mesmo tema, tivemos também a oportunidade de apreciar algumas das sugestões apresentadas na 1.ª secção do IV Congresso da União Nacional, realizado em 1956, nomeadamente as comunicações que apreciavam o carácter electivo do regime³⁸.

distrito de Viseu (Arquivo do Governo Civil de Viseu, caixa 2461, n.º 6; caixa 2474, n.º 68 e caixa 2475, n.º 29) ou, para 1949, a situação eleitoral no Porto (denunciando todo o país), sobre eleições administrativas (IANTT/AUN, caixa 870, maço 2).

³⁴ Nomeadamente as suas estruturas concelhias e distritais.

³⁵ Esta organização, desenvolvida na rede administrativa do país em diversos sub-níveis (nacional – distrital – concelhio – freguesia), é essencial para a manutenção do aparelho político-administrativo do Estado. Recordemos que dentro desta orgânica encontram-se todas as polícias, as estruturas concelhias e distritais da UN, as câmaras municipais e as juntas de freguesia. Sobre este tema ver Rui Ramos, “O Estado Novo perante os poderes periféricos: o governo de Assis Gonçalves em Vila Real (1934-39)”, *Análise Social*, n.º 90, Vol. XXII, 1986, p. 109-135.

³⁶ A sessão extraordinária que vota a revisão constitucional de 1945 ocorre entre 4 de Maio e 6 de Julho de 1945, durante quarenta e três sessões. A 18 de Maio, chega à Assembleia a proposta de lei n.º 110 versando sobre a revisão da Constituição e do Acto Colonial, subscrita pelo Presidente do Conselho. Como suplemento ao diário n.º 176, de 16 de Junho, é apresentado o parecer da Câmara Corporativa sobre a proposta de lei n.º 110, e é a partir da 175.ª sessão, a 19 de Julho, que se inicia o estudo, na Assembleia Nacional, sobre a mesma proposta. A maioria do trabalho dos deputados sobre o tema foi remetido para sessões de estudo, das quais infelizmente não temos registo. Depois de oito sessões de estudo a proposta subiu ao plenário para debate na generalidade. Aí intervieram os deputados Mário de Carvalho, Alçada Guimarães e Juvenal Araújo (na sessão de 2 de Julho de 1945); Antunes Guimarães, Oliveira Ramos e Joaquim Saldanha (na sessão de 3 de Julho); Marques Mano, Ulisses Cortez e João Ameal (na sessão de dia 4 de Julho) e, no dia da votação na especialidade, usou da palavra o deputado Mendes e Matos (sessão de 5 de Julho). Cf. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa* [adiante DSAN], sessão 183 a 186, de 2 a 5 de Julho de 1945.

³⁷ Mário de Figueiredo, “Intervenção na sessão n.º 183”, publicada no DSAN n.º 186, de 3 de Julho de 1945, p. 707; José Alçada Guimarães, “Intervenção na sessão n.º 183”, Juvenal Araújo, “Intervenção na sessão n.º 184”, publicada no DSAN n.º 187, de 4 de Julho de 1945, p. 721; Joaquim Saldanha, “Intervenção na sessão n.º 184”; Ulisses Cortês, “Intervenção na sessão n.º 184”, publicada no DSAN n.º 188, de 5 de Julho de 1945, p. 734-737; João Ameal, “Intervenção na sessão n.º 184”.

³⁸ Ver *IV Congresso da União Nacional, resumos das comunicações. 1.ª Secção, vida política*, Lisboa, Edições da União Nacional, 1956, em especial as comunicações de Ângelo Raposo Marques, “O problema da representação nacional e do sufrágio universal”, p. 16-20; Fernando de Araújo Barros, “O problema da representação nacional. As vias da representação orgânica”, p. 13-15; Joaquim Moreira da Silva Cunha,

A estes estudos eleitorais, decisivos na contextualização específica do nosso objecto de estudo, acrescentámos algumas referências sobre elites políticas, onde verificamos que o panorama académico nacional oferece um quadro bastante completo. No ponto de vista comparativo, Paul Lewis, contribuiu muito para uma compreensão global e transversal sobre o tema das elites fascistas; enquanto o trabalho de António Costa Pinto, Pedro Tavares de Almeida e Nancy Bermeu sobre as elites governativas do Sul da Europa permite que a análise extravase regimes políticos³⁹. Já José Tavares Castilho, Tiago Fernandes, Rita Almeida Carvalho e José Magone têm publicado sobre a Assembleia Nacional e a elite parlamentar portuguesa no Estado Novo, com destaque para o primeiro⁴⁰.

Ainda no tema das elites devemos destacar outros trabalhos de António Costa Pinto, Maria Amélia Clemente Campos, Manuel Braga da Cruz e de Maria Antónia Pires de Almeida⁴¹. No panorama internacional, a obra colectiva coordenada por

“O problema da representação nacional. As vias da representação orgânica”, p. 9-12; Jorge Figueiredo Falcão, “A realidade da democracia portuguesa através do corporativismo”, p. 24-26; e José da Costa Moreira, “Para uma orgânica eleitoral caracteristicamente corporativa”, p. 20-23.

³⁹ Paul Lewis, *Latin Fascist Elites. The Mussolini, Franco and Salazar Regimes*, Praeger, London, 2002; e “Salazar’s ministerial elite, 1932-1968”, *Journal of Politics*, 1978, p. 622-647. Pedro Tavares de Almeida, António Costa Pinto, Nancy Bermeu, organização, *Quem Governa a Europa do Sul?*, Lisboa, ICS, 2006; e *Who Governs Southern Europe?*, Londres, Frank Cass, 2003; e António Costa Pinto e André Freire, organização, *Elites, Sociedade e Mudança Política*, Oeiras, Celta, 2003. Ver ainda Tom Gallagher, “Os oitenta e sete ministros do Estado Novo de Salazar”, *História*, n.º 28, 1981, p. 3-16.

⁴⁰ Ver, de José M. Tavares Castilho, “A Assembleia Nacional, 1934-1974: esboço de caracterização”, *Penélope*, n.º 24, 2001, p. 65-84; “A elite parlamentar do marcelismo”, in António Costa Pinto e André Freire, organização, *Elites, Sociedade e Mudança Política*, p. 43-65; “A Câmara Corporativa (1935-1974). Perfil social e político” in António Costa Pinto e Tiago Fernandes (org.) – *Elites e autoritarismo. O Estado Novo Português*, Lisboa 2007 (no prelo); e *Os Deputados da Assembleia Nacional, 1935-1974*, Lisboa, Texto e Assembleia da República, 2009. Tiago Fernandes, *Nem Ditadura, nem Revolução. A Ala Liberal e o Marcelismo (1968-1974)*, Lisboa, Assembleia da República e Publicações Dom Quixote, 2006 e Rita Almeida Carvalho e Tiago Fernandes, “A elite política do marcelismo: ministros, secretários/subsecretários de Estado e deputados (1968-1974)”, in António Costa Pinto e André Freire, organização, *Elites, Sociedade e Mudança Política*, p. 67-96; Rita Almeida de Carvalho, “A elite parlamentar no pós-guerra (1945-1949)”, e *A Assembleia Nacional no pós-guerra (1945-1949)*. José Magone, “Political recruitment and elite transformation in modern Portugal 1870-1999: the late arrival of mass representation”, in Heinrich Best e Maurizio Cotta, *Parliamentary Representatives in Europe, 1848-2000. Legislative Recruitment and Career in Eleven European Countries*, Oxford, Oxford University Press, 2000, p. 341-370.

⁴¹ António Costa Pinto, “As elites políticas e a consolidação do salazarismo: o nacional-sindicalismo e a União Nacional”, *Análise Social*, n.º 116-117, 1992, p. 575-613; “Elites, Partido Único e decisão política nas ditaduras na época do fascismo”, *Penélope*, n. 26, Lisboa, 2002, p. 161-186; “O império do professor: Salazar e a elite ministerial do Estado Novo (1933-1945)”, *Análise Social*, n.º157, 2001, p.1055-1076; “Regimes fascistas: elites, partido único e decisão política nas ditaduras da época do fascismo”, in António Reis, coordenação, *As grandes correntes políticas e culturais do século XX*, Lisboa, [actas] do XI curso de verão do IHC-UNL, Edições Colibri, 2003, p. 11-42; *Os Camisa Azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal. 1914-1945*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994; António Costa Pinto e Tiago Fernandes, organização, *Elites e Autoritarismo. O Estado Novo Português*, Lisboa (no prelo); “Fascism era elites. Salazar’s ministerial elite, 1933-44”, *Portuguese Journal of Political Science*, Vol. 3, number 2, 2004, p. 103-113; “Elites, single-parties and political decision-making in fascist-era dictatorships”, *Contemporary European History*, n.º 11, 2002, p. 429-454. De Maria Amélia Clemente Campos, *As Mulheres*

Heinrich Best e Maurizio Cotta fornece-nos um quadro comparativo entre a realidade parlamentar europeia da primeira metade do século xx e algumas reflexões teóricas de interesse suplementar⁴². Por nos proporcionar uma excelente visão de profundidade sobre as elites constituintes do Estado Novo devemos ainda acrescentar a estes trabalhos empíricos o diário de Leal Marques comentado por Fátima Patriarca⁴³.

Complementarmente, consultámos um conjunto de trabalhos sobre os movimentos sindicais, em especial os desenvolvidos por José Pedro Castanheira, José Barreto, Fátima Patriarca e José Carlos Valente⁴⁴. Já os grémios e as ordens profissionais ainda aguardam por estudos de caso e de conjunto próprios⁴⁵.

Deputadas e o Exercício do Poder Político Representativo em Portugal. Do Pós 25 de Abril aos Anos Noventa, Lisboa, Edições Afrontamento, 2001. De Manuel Braga da Cruz, “Os monárquicos e o Estado Novo de Salazar” *Ler História*, n.º 6, Lisboa, 1985, p. 61-83; *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1986; “As elites católicas nos primórdios do salazarismo”, *Análise Social*, n.º 116/117, Vol. XXVII, 1992, Lisboa, p. 547-574. De Maria Antónia Pires de Almeida, “As elites municipais e a revolução: Portalegre 1941-1997”, António Costa Pinto e André Freire, organização, *Elites, sociedade e mudança política*, p. 9-35. Para as elites municipais no Estado Novo ver ainda de José Reis Santos, *As Eleições Municipais no Estado Novo. Um estudo de caso da Câmara Municipal de Lisboa no Marcelismo (1968-1974)*, trabalho apresentado no seminário de História de Portugal do mestrado em História Contemporânea, vertente século xx, da FCSH da Universidade Nova de Lisboa, 2003 (policopiado); *Elites dirigentes do Município de Lisboa no Marcelismo (1968-1974)*, tese de pós-graduação em História de Lisboa apresentada na Universidade Autónoma de Lisboa, 2001; *Os presidentes da Câmara Municipal de Lisboa: do fim da Monarquia à actualidade (1908-2003). Um esboço de caracterização*, trabalho apresentado no seminário de Recrutamento Político do mestrado em História Contemporânea, vertente século xx, da FCSH da Universidade Nova de Lisboa, 2003 (policopiado).

⁴² Heinrich Best e Maurizio Cotta, *Parliamentary representatives in Europe, 1848-2000. Legislative Recruitment and Career in Eleven European Countries*, Oxford, Oxford University Press, 2000; nomeadamente Heinrich Best e Maurizio Cotta, “Elite transformation and modes of representation since the mid-nineteenth century: some theoretical considerations”, p. 1-28; e Maurizio Cotta e Heinrich Best, “Between professionalization and democratization: a synoptic view on the making of the european representative”, p. 493-526.

⁴³ Fátima Patriarca “‘Diário’ de Leal Marques sobre a formação do primeiro governo de Salazar”, in *Análise Social*, n.º 178, 2006, p. 169-222.

⁴⁴ João Pedro Castanheira, *Os Sindicatos e o Salazarismo. História dos Bancários do Sul e Ilhas. 1910-1969*, Lisboa, Edição do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, 1983; José Barreto, “Comunistas, católicos e os sindicatos sob Salazar”, in *Análise Social*, n.º 125-126, Vol. XIX, Lisboa, 1994, p.287-317; Fátima Patriarca, *A Questão Social no Salazarismo. 1930-1947*, Vol. I e II, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995; Fátima Patriarca, *Sindicatos contra Salazar. A Revolta do 18 de Janeiro de 1934*, Lisboa, ICS, 2000; José Carlos Valente, “Salazar, os sindicatos e as greves (1942)”, *História* n.º 8, Lisboa, 1995, p. 28-39 ou “Sindicatos Nacionais” in *Dicionário de História do Estado Novo*, p. 916-923; “O 1.º de Maio sob o Estado Novo corporativo”, *História* n.º 33 (nova série), 1997, p. 4-17.

⁴⁵ O regime, através da União Nacional, interferia regularmente, pelo menos, nas eleições para a Ordem dos Médicos, correspondendo com médicos por todo o país lembrando-lhes do acto eleitoral e indicando-lhes a lista a votar. Ver, a título de exemplo, sobre a Ordem dos Médicos, Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (adiante IANTT)/Arquivo da União Nacional (adiante AUN)/caixa 5/maço 11-A, ou AINTT/AUN/caixa 23/maço 169, p. 429, ou IANTT/AUN/caixa 17/maço 44, todas referentes às eleições de 1947. Sobre as eleições para a Ordem dos Médicos de 1947, as de Janeiro e as de Dezembro de 1947, ver ainda a carta de Júlio Botelho Moniz para Salazar, de 19 de Janeiro de 1947, recolhida em AOS/CP – 183. Sobre interferência nos grémios, o caso do Grémio da Lavoura da região de Alcobaça, em 1947, IANTT/AUN/caixa 70/maço 197-A.

Estes estudos fornecem-nos uma panorâmica geral, e comparada, acerca das diversas elites constituintes do regime. Já sobre as oposições ao Estado Novo, do que apurámos, os trabalhos encontram-se dispersos e a necessitarem de obras de sistematização e de conjunto⁴⁶. Não há, no nosso entender, uma oposição ao Estado Novo. Existem, com graus de relevância e intensidade, diversas oposições, desde a oposição republicana e reviralista à oposição católica, socialista ou comunista, para citar as mais relevantes e consistentes⁴⁷. Muito recentemente foi publicado pela Assembleia

⁴⁶ Os exemplos mais próximos de uma reflexão de conjunto talvez sejam os de Manuel Braga da Cruz, “A oposição eleitoral ao salazarismo”, *Revista História das Ideias*, n.º 5, Coimbra, 1983, p. 701-781; de José Tengarrinha, “A oposição democrática portuguesa e a Europa”, in António José Telo, coordenação, *O Fim da Segunda Guerra Mundial e os Novos Rumos da Europa*, Lisboa, Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa/Edições Cosmos, 1996, p. 231-237 e de Dawn Linda Raby, *A Resistência Antifascista em Portugal – 1941/1974*, Lisboa, Salamandra, 1988; com destaque para a última obra que, embora um pouco datada, é a que melhor ambiciona um folgo de conjunto.

⁴⁷ Ver, entre outros contributos, Luís Farinha, *O Reviramento. Revoltas Republicanas Contra a Ditadura e o Estado Novo (1926-1940)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998; José Manuel Tengarrinha, “Os Republicanos na resistência à ditadura e ao Estado Novo”, in António Reis, coordenação, *A República Ontem e Hoje*, Lisboa, III Curso Livre de História Contemporânea, Edições Colibri/Fundação Mário Soares/IHC da Universidade Nova de Lisboa, 2002, 129-143; José Galdes Freire, *Resistência Católica ao Salazarismo-marcelismo*, Porto, Telos, 1976, Nuno Teotónio Pereira, “O arranque da dissidência católica”, in Iva Delgado, Carlos Pacheco e Telmo Faria, organização, *Humberto Delgado, as Eleições de 1958*, p. 128-136; João Miguel Almeida, *A Oposição Católica ao Estado Novo 1958-1974*, Lisboa, Edições Nelson de Matos, 2008; Susana Martins, *Socialistas na Oposição ao Estado Novo. Um Estudo sobre o Movimento Socialista Português de 1926 a 1974*, Lisboa, Casa das Letras, 2005. De Cristina Faria, *As Lutas Estudantis Contra a Ditadura Militar (1926-1932)*, Lisboa, Edições Colibri, 2000. José Medeiros Ferreira, *O Comportamento Político dos Militares. Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*, Lisboa, Editorial Estampa, 2001, 2.ª edição; Maria Carrilho, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Século XX: Para Uma Explicação Sociológica do Papel dos Militares*, Lisboa, Imprensa Nacional casa da Moeda, 1985; José Tengarrinha, “Os caminhos da Unidade Democrática contra o Estado Novo”, *Revista História das Ideias*, Vol. 16, Coimbra, 1994, p. 387-431. Dawn Linda Raby, “O DRILL (1959-61). Experiência única na oposição ao Estado Novo”, *Penélope*, n.º 16, 1995, p. 63-86; António Ventura, “A crise da oposição democrática no início dos anos cinquenta”, in Sérgio Campos de Matos, *Crises em Portugal nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, p. 249-258; Alberto Vilaça, *O MUD Juvenil em Coimbra. História e Estórias*, Porto, Campo das Letras, 1998; Rose Nery Nobre de Melo, *Mulheres Portuguesas na Resistência*, Lisboa, Seara Nova, 1975; Organização das Mulheres Comunistas, *Subsídios para a História das Lutas e Movimentos de Mulheres em Portugal sob o Regime Fascista (1926-1974)*, Lisboa, Edições Avante, 1994; Vanda Gorjão, *Mulheres em Tempos Sombrios. Oposição Feminina ao Estado Novo*, Lisboa, ICS, 2002. Na vasta bibliografia produzida sobre o Partido Comunista Português destacamos os trabalhos que Dawn L. Raby e David L. Raby produziram nos anos 80/90, designadamente Dawn Linda Raby, “A crise ideológica da oposição: o PCP de 1949 a 1957”, in AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, Vol. II, Lisboa, Fragmentos, 1987, p. 47-58, David L. Raby, “O problema da unidade antifascista: o PCP e a candidatura do general Humberto Delgado, em 1958”, *Análise Social*, n.º 72-73-74, Vol. XVIII, Lisboa, 1982, p. 869-883; David L. Raby, “O MUNAF, o PCP e o problema da estratégia revolucionária da Oposição, 1942-47”, *Análise Social*, n.º 84, Vol. XX, Lisboa, 1984, p. 687-700, e o livro de Dawn L. Raby, *A Resistência Antifascista em Portugal...* Também o trabalho que José Pacheco Pereira tem levado à estampa nos últimos anos, sobre o secretário-geral comunista Álvaro Cunhal nos foi muito útil para contextualizarmos o PCP nos anos 40 (ver nota 6). Por fim, ver ainda Fernando Rosas, “O PCP e a II Guerra Mundial”, in *Estudos sobre o Comunismo*, n.º 0, Lisboa, Julho 1983, p. 3-22;

da República um dicionário da oposição eleitoral ao Estado Novo, uma edição que fornece uma leitura mais apurada sobre o estado da oposição eleitoral, legal, ao Estado Novo⁴⁸.

Sobre as instituições do regime, é importante realçar as teses produzidas na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, num trabalho de identificação e sistematização institucional de incontornável relevância. Deste rol, e relevantes ao nosso trabalho, destacamos os trabalhos de Luís Nuno Rodrigues sobre a Legião Portuguesa, de Maria Inácia Rezola sobre o sindicalismo católico, de Telmo Faria sobre as Forças Armadas, Maria Conceição Ribeiro sobre a polícia política, até 1945, José Carlos Valente, sobre a FNAT, de Irene Flunser Pimentel sobre as organizações femininas e sobre a PIDE, de Daniel Melo sobre cultura popular e de Jorge Ramos do Ó sobre o Secretariado de Propaganda Nacional [adiante SPN] e António Ferro (que também é objecto de um importante estudo por parte de Ernesto Castro Leal)⁴⁹. Fora deste pólo universitário, mas com trabalho de referência e interesse ao nosso tema, encontrámos importantes contributos nos trabalhos de Nelson Ribeiro sobre a Emissora Nacional, de Aura Miguel sobre a Rádio Renascença, de Graça Franco sobre a censura, e de Goffredo Adinolfi sobre a propaganda no salazarismo⁵⁰.

Ainda na análise institucional são incontornáveis as obras de Manuel Braga da Cruz, nomeadamente a que produziu sobre a União Nacional e sobre parte da elite do Estado Novo; de José Medeiros Ferreira, sobre o comportamento das Forças Armadas no século xx português, e de Luís Reis Torgal sobre a universidade e o Estado Novo⁵¹.

⁴⁸ Luis Reis Torgal e Mário Matos Lemos, coordenação, *Candidatos da Oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo (1945-1973)*, Lisboa, Texto e Assembleia da República, 2009.

⁴⁹ Luís Nuno Rodrigues, *A Legião Portuguesa. A Milícia do Estado Novo, 1936-1944*, Lisboa, Editorial Estampa; Maria Inácia Rezola, *O Sindicalismo Católico no Estado Novo. 1931-1948*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999; Telmo Faria, *Debaixo de Fogo! Salazar e as Forças Armadas (1935-41)*, Lisboa, Edições Cosmos/Instituto da Defesa Nacional, 2000; Maria da Conceição Ribeiro, *A Polícia Política no Estado Novo, 1926-1945*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000; Irene Flunser Pimentel, *História das Organizações Femininas no Estado Novo*, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2000 e *A PIDE/DGS, 1945-1974*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2007; José Carlos Valente, *Estado Novo e Alegria no Trabalho. Uma História Política da FNAT (1935-1958)*, Lisboa, Edições Colibri/INATEL, 1999; Jorge Ramos do Ó, *Os Anos de Ferro. O Dispositivo Cultural Durante a "Política do Espírito", 1933-1949. Ideologia, Instituições, Agentes e Práticas*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999; Daniel Melo, *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*, Lisboa, ICS, 2001; Ernesto Castro Leal, *António Ferro: Espaço Político e Imaginário Social (1918-32)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994.

⁵⁰ Nelson Ribeiro, *A Emissora Nacional nos Primeiros Anos do Estado Novo, 1933-1945*, Lisboa, Quimera, 2005; Aura Miguel, *Rádio Renascença: os Trabalhos e os Dias (1933-1948)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1992; Graça Franco, *A Censura à Imprensa (1820-1974)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993; Goffredo Adinolfi, *Ai Confini del Fascismo. Propaganda e Consenso nel Portogallo Salazarista (1932-1944)*, Milano, Franco Angeli, 2007 (sobre o tema, ver ainda Aristotle A. Kallis, *Nazi Propaganda and the Second World War*, Great Britain, Palgrave MacMillan, 2008).

⁵¹ Manuel Braga da Cruz, "Notas para uma caracterização política do salazarismo", *Análise Social*, n.º 72-73-74, Vol. XVIII, Lisboa, 1982, p. 773-794; "O integralismo lusitano nas origens do salazarismo", *Análise Social*, n.º 70, Vol. XVIII, Lisboa, 1982, p. 137-182; *O Partido e o Estado no Salazarismo*

Foi também importante consultar várias intervenções da época, de onde individualizamos as do Chefe de Governo, António de Oliveira Salazar e de alguns dos seus mais próximos colaboradores, deputados e ministros. Das reflexões do Presidente do Conselho, destacamos as intervenções compiladas nos seus volumes de discursos⁵², a inúmera correspondência recolhida em publicações organizadas por Manuel José Homem de Mello, Freire Antunes ou Fernando Rosas; bem como algumas das colecções do Livro Negro do Regime Fascista⁵³. Em relação a alguns dos seus colaboradores, recolhemos importantes contributos das diversas intervenções, quer as proferidas à época do nosso estudo⁵⁴, quer as de ordem memorialista⁵⁵. Com interesse geral relativamente ao tema, apesar de datadas de outro período, encontramos diversa produção de cariz eleitoralista, quer apoiante do Estado Novo quer da sua oposição⁵⁶.

(ver ainda a nota 42). De José Medeiros Ferreira, *O Comportamento Político dos Militares...*; “As Forças Armadas no contexto das eleições de 1958”, in Iva Delgado, Carlos Pacheco e Telmo Faria, organização, *Humberto Delgado, as Eleições de 1958*, p. 227-237; “Relações entre as forças armadas e o poder político – um balanço do século xx”, in Nuno Severiano Teixeira, coordenação, *Portugal e a Guerra: História das Intervenções Militares Portuguesas nos Grandes Conflitos Mundiais (séculos XIX e XX)*, Lisboa, IHC da FCSH/Edições Colibri, 1998, p. 11-31. De Luís Reis Torgal, *A Universidade e o Estado Novo*, Coimbra, Minerva História, 1999; e (coordenação), *O Cinema sob o Olhar de Salazar*, Rio de Mouro, Temas e Debates, 2001.

⁵² Em especial os quatro primeiros; António Oliveira Salazar, *Discursos*. 6 volumes (1928-1966), Coimbra, Coimbra Editora, 1935-1967. Ver ainda as entrevistas a António Ferro (António Ferro, *Salazar, o Homem e a sua Obra*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1933) e alguns escritos do Presidente do Conselho, nomeadamente *Une Revolution Dans la Paix*, Paris, Flammarion, 1937 e *Como se Reergue um Estado*, Lisboa, Esfera do Caos, 2007 [1937].

⁵³ Da Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista [adiante CLNRF], destacamos *Cartas e Relatórios de Quirino de Jesus a Oliveira Salazar*, Mem Martins, Presidência do Conselho de Ministros [adiante PCM], 1987; *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar*, 4 volumes (1931-1944), Mem Martins, PCM, 1987-1991; *Assis Gonçalves – Relatórios para Oliveira Salazar. 1931-1939*, Mem Martins, PCM, 1981; e *Eleições Presidenciais – 1951 e Correspondência entre Oliveira Salazar e Craveiro Lopes*, Mem Martins, PCM, 1983. De Manuel José Homem de Mello, coordenação, *Cartas de Salazar a Craveiro Lopes, 1951-1958*, Lisboa, Moraes, 1983. De Freire Antunes, *Salazar e Caetano. Cartas Secretas, 1932-1968*, s.l., Círculo de Leitores, 1993; e de Fernando Rosas, com Rita Almeida Carvalho e Pedro Oliveira, *Daniel Barbosa, Salazar e Caetano. Correspondência Política 1945-1974*, 2 volumes, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002; com Pedro Oliveira e Júlia Leitão de Barros, *Armindo Monteiro e Oliveira Salazar. Correspondência Política 1926-1955*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996 e de Manuel Braga da Cruz, *Inéditos e Dispersos I. Escritos Político-Sociais e Doutrinários (1908-1928)*, Venda Nova, Livraria Bertrand, 1997 e *Inéditos e Dispersos II. Estudos Económico-Financeiros (1919-1928)*, Venda Nova, Livraria Bertrand, 1997. Recentemente foram publicados, de Oliveira Salazar, *Como se Reergue um Estado*, Lisboa, Esfera do Caos, 2007 [1937].

⁵⁴ Referimos, entre outros, os livros de João Ameal (*A Revolução da Ordem*, Lisboa, Tipografia Inglesa, 1932) e de Carneiro Pacheco, (*Portugal Renovado (discursos)*, Lisboa, Bertrand, 1940); e as intervenções políticas de Albino dos Reis Jr. recolhidas no seu arquivo particular no Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo [adiante IANTT], Arquivo Particular de Albino dos Reis Jr.

⁵⁵ Citamos, a título de exemplo Marcelo Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, s.l., Verbo, 2000, 4.ª edição [1977]; ou a compilação organizada por Jaime Nogueira Pinto, *Salazar Visto pelos seus Próximos*, Lisboa, Bertrand Editora, 2007, 3.ª edição [1993].

⁵⁶ Como exemplo de apoiantes do Estado Novo encontramos Jorge Botelho Moniz, *Campanha Eleitoral (palestras radiofónicas)*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1947; Costa Brochado, *O Sr. Norton de Matos e a sua Candidatura*, Lisboa, Portugália Editora, 1948; ou Jacinto Ferreira, *Quatro Anos na Assembleia Nacional*, Lisboa, Edição das Comissões de Freguesia de Lisboa da Causa Monárquica, 1953. Pela

1.3. Fontes

O trabalho arquivístico foi essencialmente desenvolvido no Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (adiante IANTT), na Assembleia da República e nos arquivos de diversos governos civis.

No IANTT, onde efectuámos a maioria da nossa investigação, consultámos muita da documentação respeitante ao Estado Novo. Começámos pelo Arquivo Oliveira Salazar, onde era nosso interesse procurar a intervenção do Presidente do Conselho nos actos eleitorais, explorando em especial a secção dedicada à Presidência do Conselho. Foi também importante investigar a sua intimidade política – a sua agenda e a sua correspondência pessoal – de forma a entendermos que laços estabelecia Salazar com os seus deputados na Assembleia Nacional⁵⁷.

“oposição”, citando alguns exemplos, Norton de Matos, *Os Dois Primeiros Meses da Minha Candidatura à Presidência da República*, Lisboa, Edição do Autor, 1948 e *A Nação*, Lisboa, Edição dos serviços centrais da candidatura, 1949. António Sérgio, J. Magalhães, J. Barros, M. A. Gomes, J. Régio, Lisboa, *Campanha Eleitoral da Oposição. Depoimento contra Depoimento*, Lisboa, Edição dos serviços centrais da candidatura, 1949; Mário de Figueiredo (*A Liberdade e a Democracia*, Lisboa, Companhia Nacional Editora, 1953); de Eduardo Ralha, *Documentos de uma Campanha Eleitoral. Porque sou Candidato de Oposição*, Porto, Tipografia J. R. Gonçalves, 1953; ou Mário Soares, *Escritos Políticos*, Lisboa, Edição do Autor, 1969, e *Portugal Amordaçado*, Lisboa, Arcádia, 1974.

⁵⁷ Interessava identificar as reuniões preparatórias dos actos eleitorais e explorar os apontamentos da agenda nas datas das eleições e nos dias subsequentes. No Arquivo António de Oliveira Salazar, na Torre do Tombo, encontrámos correspondência trocada entre Salazar e os seguintes deputados (nem toda a correspondência corresponde unicamente às eleições de 1942): Acácio Mendes de Magalhães Ramalho (AOS/CP – 233), Albano Camilo de Almeida Pereira Dias de Magalhães (AOS/CP – 166); Alberto Cruz (AOS/CP – 84); Albino Soares Pinto dos Reis junior (AOS/CP – 235 e AOS/CP – 236); Álvaro Henriques Pestrelo de Favila Vieira (AOS/CP – 279); Álvaro Salvação Barreto (AOS/CP – 26); António Bartolomeu Gromicho (AOS/CP – 134); António Carlos Borges (AOS/CP – 36); António Cortez de Lobão (AOS/CP – 156); Artur Aguedo de Oliveira (AOS/CP – 199); Artur de Oliveira Ramos (AOS/CP – 234); Artur Proença Duarte (AOS/CP – 97); Artur Ribeiro Lopes (AOS/CP – 159); Augusto Leite Mendes Moreira (AOS/CP – 186); Cândido Pamplona Forjaz (AOS/CP – 120); Carlos Moura de Carvalho (AOS/CP – 51); Fernando Augusto Borges Júnior (AOS/CP – 36); Francisco Cardoso de Melo Machado (AOS/CP – 164); Francisco José Vieira Machado (AOS/CP – 164); Henrique Linhares de Lima (AOS/CP – 155); Herculano Amorim Ferreira (AOS/CP – 110); Jaime Amador e Pinho (AOS/CP – 219); João Ameal (AOS/CP – 9); João Antunes Guimarães (AOS/CP – 136); João d’Espargueira da Rocha Paris (AOS/CP – 209); João Duarte Marques (AOS/CP – 169); João Garcia Mexia (AOS/CP – 164); João Xavier Camarate de Campos (AOS/CP – 46); Joaquim Diniz da Fonseca (AOS/CP-118); Joaquim Mendes do Amaral (AOS/CP – 8); Joaquim Saldanha (AOS/CP – 247); Joaquim Trigo de Negreiros (AOS/CP – 190); Jorge de Viterbo Ferreira (AOS/CP – 110); José Alberto dos Reis (AOS/CP – 237); José Gualberto de Sá Carneiro (AOS/CP – 48); José Manuel da Costa (AOS/CP – 79); José Maria Braga da Cruz (AOS/CP – 85); José Nosolini Pinto Osório da Silva Leão (AOS/CP – 194); José Ranito Baltazar (AOS/CP – 19); José Soares da Fonseca (AOS/CP – 119 e AOS/CP – 120); Juvenal Henriques de Araújo (AOS/CP – 13); Luís Cincinato Cabral da Costa (AOS/CP – 79); Luís da Cunha Gonçalves (AOS/CP – 132); Luís José de Pina Guimarães (AOS/CP – 218); Luís Lopes Vieira e Castro (AOS/CP – 61); Manuel da Cunha e Costa Marques Mano (AOS/CP – 167); Manuel Maria Múrias Júnior (AOS/CP – 189); Maria Baptista dos Santos Guardiola (AOS/CP – 134); Maria Luísa de Saldanha da Gama van Zeller (AOS/CP – 284); Mário de Figueiredo (AOS/CP – 115); Pedro

Ainda no IANTT investigámos o Arquivo da União Nacional, de onde retirámos muita e importante informação sobre o Partido do regime. Neste pouco explorado arquivo, dividido cronologicamente entre antes e depois de 1958, encontrámos dois tipos de documentação: a das estruturas locais da União Nacional (colónias, distritais, concelhias e de freguesia) e as da estrutura central (Comissão Executiva, Comissão Central, Comissão de Propaganda). No que consultámos, destacamos dois momentos que, pelo carácter informativo e denunciador, merecem destaque: a instalação do aparelho da União Nacional, nos anos 30, e os relatórios de análise política dos finais dos anos 40 (depois da guerra). É muito interessante ler o que estes dirigentes intermédios, verdadeiros eixos de ligação entre a política governamental e a política local, escrevem sobre o regime e o processo de implementação do Estado Novo.

No Arquivo do Ministério do Interior e no Arquivo da Presidência do Conselho de Ministros encontrámos importantes informações acerca do desenho da máquina eleitoral e da participação do Estado nos actos eleitorais, enquanto que no Arquivo do SPN/SNI, não tratado e completamente desorganizado, num processo de autêntica pesca à linha, encontrámos diverso material que permitiu melhor entender o mundo da propaganda do regime. Nos Arquivos da Polícia de Segurança Pública e da PIDE/DGS, contactámos com a engrenagem repressiva e com a oposição política do período em estudo e os arquivos da Legião Portuguesa e da Mocidade Portuguesa possibilitaram uma visão privilegiada de algumas das mais carismáticas instituições do regime. Ainda no IANTT percorremos os arquivos particulares de Albino dos Reis Jr. e de Marcelo Caetano, destacando o primeiro, onde podemos conhecer a prolífera actividade discursiva do eterno deputado do regime de Salazar e Caetano⁵⁸.

Na Assembleia da República, no seu Arquivo Histórico Parlamentar, pudemos tomar contacto com a vida parlamentar dos deputados eleitos em 1942, consultar as fichas e os Anais da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa, seguir as suas carreiras políticas e ler as suas intervenções no *Diário das Sessões da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa*.

Sabendo que a orgânica organizadora dos actos eleitorais se repartia pelo Ministério do Interior, União Nacional e governos civis, julgámos ainda importante procurar nos depósitos arquivísticos relativos a estes últimos informação que completasse a fornecida pelos Arquivos da União Nacional e do Ministério do Interior recolhida no IANTT. Neste sentido, consultámos os seguintes arquivos de governos civis: Lisboa, Porto, Santarém, Évora, Portalegre, Viseu, Guarda, Leiria. Os de Aveiro e Coimbra arderam nos anos 40, pelo que não têm documentação sobre o período em causa. Nos distritos de Castelo Branco, Bragança, Faro, Beja e Viana do

Inácio Alves Ribeiro (AOS/CP – 240); Querubim do Vale Guimarães (AOS/CP – 137); Quirino dos Santos Mealha (AOS/CP – 174); Rafael da Silva Neves Duque (AOS/CP – 100); Salvador Nunes Teixeira (AOS/CP – 265); Sebastião Garcia Ramires (AOS/CP – 234); e Ulisses Cruz de Aguiar Cortês (AOS/CP – 72 e AOS/CP – 73).

⁵⁸ Albino Soares dos Reis será eleito deputado à Assembleia Nacional, consecutivamente, entre 1934 e 1973, não falhando a presença em nenhuma legislatura. Faz parte, juntamente com José Dias Correia e Ulisses Cortez, da tripla de deputados que cumpriram na íntegra todos os mandatos da Assembleia Nacional. Albino dos Reis será Presidente da Assembleia Nacional entre 1945 e 1961.

Castelo, consultados telefonicamente, o material disponível não aparentou relevância; enquanto que o de Setúbal não tem documentação anterior a 1980.

Ainda desenvolvemos investigação noutros arquivos institucionais, nomeadamente no Arquivo da RDP, onde procurámos material de propaganda utilizado na campanha eleitoral de 1942; no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, onde procurámos construir uma visão externa do regime e dos seus actos eleitorais e no Public Record Office, onde procurámos uma visão externa, no caso inglesa, sobre o Estado Novo e as suas principais figuras (através da consulta dos *Who's Who* relativos a 1942 e 1943). Os arquivos da Fundação Mário Soares, em Lisboa, e do Espaço Memória dos Exílios, no Estoril, foram também espaços de interesse. O da Fundação Mário Soares, no trato da oposição ao Estado Novo, e o Espaço Memória dos Exílios, na contextualização dos anos 40.

Para os efeitos de contextualização legal, consultámos a ampla legislação eleitoral produzida pelo Estado Novo⁵⁹, bem como o texto constitucional de 1933.

Relativamente à imprensa da época, procurámos obter uma visão de conjunto alargada, consultando jornais nacionais, regionais e coloniais. No fornecimento do necessário enquadramento político-ideológico, encontramos no dicionário de Mário Matos e Lemos, sobre os jornais diários portugueses do século xx, uma importante ferramenta de apoio⁶⁰, e seleccionámos, com o objectivo de nos proporcionar uma boa cobertura, órgãos oficiosos e oposicionistas, populistas e neutrais, monárquicos e católicos, anglófonos e germanófilos, regionalistas e coloniais.

Assim, entre Outubro e Dezembro de 1942, trabalhamos os seguintes periódicos: *A Voz*, *Aurora do Lima*, *Avante!*, *O Comércio do Porto*, *Diário da Madeira*, *Diário da Manhã*, *Diário de Coimbra*, *Diário de Lisboa*, *Diário de Notícias*, *Diário Popular*, *Jornal do Comércio*, *Novidades*, *O Açoriano Oriental*, *O Comércio de Angola*, *O Século*, *O Século Ilustrado*, *O Primeiro de Janeiro*, *Rádio Nacional*, *República*, *Semanário da Vida Portuguesa*, *Vértice*. Como fontes primárias, consultámos ainda a colecção do *Livro Negro do Regime Fascista*, e os 15 volumes da obra de recolha produzida pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros sobre a política externa portuguesa durante a II Guerra Mundial⁶¹.

⁵⁹ Para uma lista completa dos textos consultados, ver a bibliografia e fontes. Foram, neste aspecto, úteis as colectâneas legislativas compiladas por Maria Namorado e Alexandre Sousa Pinheiro, *Legislação Eleitoral Portuguesa. Textos Históricos (1820-1974)*, Tomo I e II, Lisboa, Comissão Nacional de Eleições, 1998; Pedro Tavares de Almeida, organização, *Legislação Eleitoral Portuguesa, 1820-1926*, s.l., Presidência do Conselho de Ministros/Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998 e Jorge Miranda, *As Constituições Portuguesas. De 1822 ao Texto Actual da Constituição*, Lisboa, Livraria Petrony, 1997, 4.ª edição. Também consultámos a entrada de Jorge Miranda “Leis eleitorais”, in *Dicionário da História de Portugal*, p. 368-370; e Marcelo Caetano, *Constituições Portuguesas*, s.l, Verbo, s.d.

⁶⁰ Mário Matos e Lemos, *Jornais Diários Portugueses do Século XX. Um Dicionário*, Coimbra, Ariadne Editora/CEIS 20, 2006.

⁶¹ Da colecção do LNRD destacamos: *A Política de Informação no Regime Fascista I e II*, Mem Martins, PCM, 1980; *Eleições no Regime Fascista*, Mem Martins, PCM, 1979; *Eleições Presidenciais – 1951 e Correspondência entre Oliveira Salazar e Craveiro Lopes*, Mem Martins, PCM, 1983; *Presos Políticos no Regime Fascista*, volumes I a III (1932-1945), Mem Martins, PCM, 1981-1984; *Repressão Política e Social no Regime Fascista*, Mem Martins, PCM, 1986. E Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Dez Anos de Política Externa (1936-1947). A Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial*. 15 volumes, Lisboa, INCM, 1961-1993.

Ao nível das revistas, aparte de alguns números do *Século Ilustrado*, da *Seara Nova* e da *Vértice* dos anos 40, recorreremos a publicações recentes, nomeadamente às revistas *História*, *Análise Social*, *Revista História das Ideias*, *Ler História*, *Penélope* e, ainda, *Vértice*. Complementarmente, utilizámos também, quando possível, bibliografia coeva, procurando beber nela as ânsias, ambições e perspectivas dos anos 40 em Portugal.

Capítulo 2

Portugal, Novembro de 1942

2.1. A Situação

“Salazar absorvido pela alta política e a defesa do país no plano diplomático, pouca atenção dava ao estado da opinião interna”¹.

“Estou em Gouveia a passar férias e tenho-me deslocado quando o permite a falta de transportes. Confesso-me seriamente impressionado pelo ambiente que vim encontrar na Beira: de falta de fé, de descontentamento e irritação por todos os lados e em todos os sectores”².

Marcelo Caetano [1942]

“É nítida a agitação social na segunda quinzena de Outubro. Em algumas regiões do país, há alguns sintomas de perturbação. Observadores estrangeiros antevêem um estado generalizado de revolução, e muitos julgam que tudo está a ponto de se desintegrar”³.

Franco Nogueira

Estas referências de Marcelo Caetano, atento comissário Nacional da Mocidade Portuguesa, e de Franco Nogueira, biógrafo de Salazar, apresentam bem o estado do país na segunda metade de 1942. O quadro é de descontentamento generalizado. O país escapa-se à Guerra, aos bombardeamentos, ao confronto armado, à

¹ Marcelo Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, s.l., Verbo, 2000, 4.ª edição, p. 274

² Carta de Marcelo Caetano a Oliveira Salazar, de 12 de Setembro de 1942, in João Freire Antunes, *Salazar e Caetano. Cartas Secretas, 1932-1968*, s.l., Círculo de Leitores, 1993, p. 105; e Marcelo Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, p. 274

³ Franco Nogueira, *Salazar, as Grandes Crises, 1936-1945, Vol. III*, Coimbra, Atlântida Editora, Sarl., 1978, p. 405.

ocupação ou à mobilização geral⁴; mas não se escapa ao racionamento, à carestia, ao mercado negro, à falta de matérias-primas ou de produtos de primeira necessidade, como os géneros alimentícios ou os combustíveis.

Portugal vive dias difíceis, do ponto de vista interno e externo; na economia, na sociedade e na política; nas elites e nos meios populares. Esta crise, de espírito, de governo e de futuro, não deixa ninguém indiferente. A conjuntura externa continua a condicionar a política interna, como já o fizera durante a guerra civil espanhola, e continua a ser uma dimensão decisiva para o regime, que necessita de entender como se desenrolará a guerra, e antecipar o seu fim para sobreviver politicamente no novo mundo pós-conflito.

Marcelo Caetano destaca a ausência de Oliveira Salazar na condução próxima da política interna, e se de facto as suas energias e atenção se concentram nos desenhos internacionais, não é menos verdade que a questão social agudiza ao ponto de ser necessário ao Presidente do Conselho e aos principais ministros da área, mostrarem serviço no atendimento das crescentes demandas de parte importante da população obreira. É da relação com os sindicatos que nos reportamos, e esse ano de 1942 será de extrema importância para a reformulação do “contrato social” entre o regime e a sua estrutura corporativa⁵.

O panorama interno, descrito nos relatórios dos comandantes distritais da Polícia de Segurança Pública remetidos ao ministro do Interior, apresentam um país com graves debilidades sociais, estruturais e políticas. Em Novembro de 1942, nas apreciações da situação social e política, eram descritas várias situações sociais preocupantes, reconhecendo-se inclusive que “há bastante tempo que as circunstâncias económicas estão criando um ambiente propício à exploração no sentido Revolucionário”⁶, em virtude da situação de carestia generalizada, do açambarcamento do mercado negro e paralelo, e da falta de actuação estratégica e concertada por parte do regime e do Estado para normalizar e pacificar a situação.

No concreto, as avaliações de carácter social relatavam que em Beja era “quase permanente falta dos géneros alimentícios essenciais, como a carne de vaca, carneiro,

⁴ Foram, ainda assim, mobilizados cerca de 170 000 efectivos para reforço militar das colónias e ilhas atlânticas. Cf. CLNRF, *Correspondência de Santos Costa para Oliveira Salazar, Vol. I (1934-1950)*, p. 348-349; Fernando Rosas, *O Estado Novo (1926-1974)*, p. 371. Também sobre as Forças Armadas portuguesas e a II Guerra ver António José Telo, *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)*, Vol. I, p. 172 e 173; e António José Telo, *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)*, Vol. II, p. 115 a 117. Sobre a participação portuguesa na II Guerra Mundial, ver ainda e Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Dez Anos de Política externa (1936-1947). A Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial*, 15 volumes, Lisboa, INCM, 1961-1993.

⁵ Ver Fernando Rosas “Os anos da guerra e a primeira crise do regime”, in António Reis, direcção, *Portugal Contemporâneo*, Vol. 4, Lisboa, Alfa, 1990, p. 33-74; *Portugal entre a Paz e a Guerra, 1939-1945; O Estado Novo (1926-1974)*; e Fátima Patriarca, *A Questão Social no Salazarismo. 1930-1947*, em especial o Vol. II. Ver ainda José Carlos Valente, “Salazar, os sindicatos e as greves (1942)”, *História*, n.º 8, Lisboa, 1995, p. 28-39 e José Carlos Valente, “Sindicatos Nacionais” in *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. II, p. 916-923.

⁶ É o relatado no distrito do Porto; cf. relatório do Comando Geral da PSP de Outubro de 1942; IANTT/MI/GB/maço 532/caixa 90.

porco, azeite, bacalhau, peixe fresco, ovos, etc.”; e em especial o toucinho, mais ainda quando era sabido pela população que muitos porcos eram levados para o Montijo, sem que nada fosse fornecido, posteriormente, para o distrito alentejano⁷. Em Braga era denunciada a “febre dos negócios sobre géneros de primeira necessidade”, apresentado o exemplo do sabão, onde meia caixa adquirida por 84\$00 era negociada na fronteira por 900\$00⁸. Em Bragança, “meio pobre, sem grandes recursos e industrialmente pouco desenvolvido” é relatado o “escasseamento da maior parte dos géneros de primeira necessidade”; em Castelo Branco “nota-se um grande agravamento na vida económica”, enquanto em Coimbra é denunciada a “falta de alguns géneros alimentícios, tais como o açúcar, arroz, bacalhau e massa (...)”⁹. Em Évora reporta-se a falta de ovos; em Faro “nota-se um sensível agravamento no custo de vida”, palavras repetidas para Leiria, que denuncia a falta de milho. O Porto também relata episódios de mercado negro (1/2 caixa de sabão era vendida a 1200\$00 na fronteira com Espanha), e associa-se ao estado de carestia geral sentido no país. De Santarém queixam-se do “agravamento dos preços dos géneros de alimentação e do vestuário indispensável” e dos parcos salários reembolsados pelas actividades desenvolvidas na agricultura; de Setúbal relatam a desconfiança do operariado quanto à nova arquitectura jurídico-laboral recentemente aprovada pelo governo (em especial a relativa aos descontos para o abono de família). Na Guarda, distrito fronteiriço, é realçada a falta de combustíveis, acrescentando relatos de contrabando e açambarcamento e de falta de vigilância e controlo fronteiriço (relatos assinalados pelo punho de Salazar). Em Viseu também é assinalada a falta de gasolina, que resulta numa quase total “paralisação das comunicações”, e reporta-se a falta de arroz, bacalhau e açúcar. Viana do Castelo é o único distrito que não denuncia graves problemas sociais. Nas ilhas atlânticas, há boas notícias dos Açores, que comunicam que o investimento militar proporcionou o quase pleno emprego nas ilhas, enquanto no Funchal “a vida tem-se agravado bastante”.

Nas apreciações à “situação política” em Beja, Braga, Bragança, Évora, Portalegre, Santarém e Viseu foram apresentadas algumas considerações ao acto eleitoral, que analisaremos nos capítulos 5 e 6. Em Viana do Castelo, Aveiro, Coimbra, Funchal, Guarda, na Horta, Leiria, Ponta Delgada é reportado um simples “nada a assinalar”. Já em Angra do Heroísmo são detectadas frases de incitamento à revolta (escritas a carvão na estrada 28 de Maio); e em Santarém e Viseu são assinaladas manifestações de apoio da causa monárquica associadas às notícias e à passagem de D. Duarte Nuno por Portugal por altura da sua viagem matrimonial ao Rio de Janeiro (que trataremos com mais pormenor adiante).

Em Castelo Branco é detectado algum mal-estar do operariado da Covilhã, por “só trabalharem 4 dias por semana, [por] falta de matérias-primas, motivadas pela má distribuição da lã (...)”; e em Setúbal são relatados alguns boatos “importados

⁷ O próprio Salazar toma nota de tal ocorrência, assinalando a situação à margem do texto. Cf. IANTT/MI/maço 352.

⁸ IANTT/MI/maço 352.

⁹ IANTT/MI/maço 352.

de Lisboa, versando movimentos das classes operárias”, constando que nas fábricas da União Fabril e no Barreiro, tinham sido declaradas greves. É também assinalada a presença do *Avante!* no distrito. Em Beja adverte-se acerca das graves consequências que podem provir da complexa situação social, “tanto mais, que o início da agitação social, já começou em Lisboa, Barreiro, Almada, etc, e se alastrará com rapidez fulminante onde reine o mau estar, provações, fomes...”. O alcance das greves também atinge Braga, onde chegam boatos, “com tintas mais ou menos carregadas ao sabor das afinidades políticas do Revirinho & Companhia”, sobre as greves do pessoal dos eléctricos de Lisboa. E no Porto “há bastante tempo que as circunstâncias económicas estão criando um ambiente propício no sentido revolucionário, em manobras que, no seu conjunto revelam que deve tratar-se de uma actividade dirigida”.

O governo reage a esta situação. As suas principais preocupações são a situação internacional e a situação social interna. Salazar sabia que não podia descurar a política externa, decisiva para permitir a sobrevivência do Estado Novo em qualquer cenário no pós-guerra, mas também tinha consciência que internamente não podia permitir que o conflito social decorrente da carestia da guerra se organizasse de modo a colocar o regime em cheque.

Na frente externa as preocupações essenciais são os acordos comerciais com os aliados, que se arrastam desde 1940, a possibilidade de alteração do quadro político na Península Ibérica, as ocupações de Timor e a entrada do Brasil no conflito¹⁰, apoiando as forças aliadas.

A questão comercial era importante para inserir Portugal na órbita aliada, já dominada pelos Estados Unidos da América, e com a assinatura destes acordos o governo português reconhecia e inseria-se na nova ordem jurídica internacional¹¹; enquanto a alteração ministerial operada por Franco após o incidente de Bilbao¹²

¹⁰ Getúlio Vargas, no seguimento do afundamento de cinco navios brasileiros por forças submarinas do Eixo entre 15 e 17 de Agosto de 1942, reúne o seu Conselho de Ministros a 22 de Agosto e declara guerra à Alemanha e a Itália,

¹¹ Estes acordos, de âmbito comercial e económico, serão o prelúdio de uma aproximação diplomática mais activa à causa aliada, culminada com os acordos de cedência das bases açorianas em 1943 e tiveram como efeitos práticos, o acesso às matérias-primas controladas pelos norte-americanos, em especial o petróleo e o trigo. Cf. Fernando Rosas, *O Estado Novo (1926-1974)*, Vol. VII..., p. 312-313, e “Os anos da guerra e a primeira crise do regime”, in António Reis, direcção, *Portugal Contemporâneo*, p. 33-74; e *Portugal entre a Paz e a Guerra, 1939-1945*, p. 49 e seguintes.

¹² “À saída duma missa por alma dos soldados mortos na tomada da cidade aos vermelhos, foi deitada uma bomba no momento em [que] as autoridades assomavam à porta da Igreja. (...) houve 72 feridos, alguns com gravidade. E sabe V. Exma. quem deitou a bomba? Um automóvel com falangistas de Valladolid” (carta de Pedro Teotónio Pereira a Oliveira Salazar, datada de 20 de Agosto de 1942, CLNRF, *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar, Vol. II (1940-41)*, p. 166-171). Este episódio iria colocar em confronto directo os apoiantes da Falange com o Exército espanhol, estando em causa o domínio do regime e a postura de Espanha no conflito em curso. Sobre o assunto, o embaixador em Madrid (reproduzindo um comentário informado) refere que um governo falangista nem duraria “dois meses. É outra vez a guerra civil e com certeza a 2.ª frente de batalha que tanto se fala” (Carta secreta de 1 de Setembro de 1942 de Pedro Teotónio Pereira para Salazar, CLNRF, *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar, Vol. II (1940-41)*, p. 187-190).

(que substitui no Ministério dos Negócios Estrangeiros Serrano Suñer, germanófilo¹³, pelo general Jordana, tido como próximo dos aliados¹⁴) afastava definitivamente o perigo de invasão peninsular¹⁵. A alteração do rumo da política externa espanhola, associada à entrada do Brasil na guerra acabaria ainda por inviabilizar uma ideia que Salazar terá alimentado de se apresentar como um mediador possível entre os dois lados em conflito, liderando para o efeito uma ampla frente latina¹⁶. Já o caso de Timor, duplamente ocupado, primeiro por tropas australianas e holandesas (17 de Dezembro de 1941) e posteriormente por forças do Império Japonês (19 de Fevereiro de 1942), elucida a necessidade da ambiguidade das posições portuguesas no *plateau* internacional e os equilíbrios que a diplomacia lusa se via obrigada, para se manter resguardada dos abalos frequentes decorrentes de um conflito à escala mundial¹⁷.

A realidade é que no Outono de 1942 a II Guerra Mundial encontrava-se numa fase de grande contra-ofensiva aliada. De facto, após uns primeiros anos de grandes conquistas por parte do Eixo (que culminam no ataque à URSS no Verão de 1941), 1942 assiste simultaneamente ao final desta fase expansionista e ao início da contra-ofensiva aliada. No teatro do Pacífico, em Junho de 1942, a batalha de Midway anunciara esta passagem à ofensiva, que é reflectida no teatro europeu a partir do final do Outono de 1942 e consubstanciada com a execução da operação “Torch”,

¹³ António José Telo relata o seguinte comentário de Serrano Suñer a Ribbentrop (ministro das Relações Exteriores alemãs entre 1938 e 1945), ocorrido num encontro entre ambos a 16 de Setembro de 1940: Portugal “de um ponto de vista geográfico não tem o direito de existir”, mas será tolerado futuramente se seguir a política de Madrid. Ver *Documents on German Foreign Policy, Vol. XI*, Xavier Tusel e Genoveva Garcia, *Franco y Mussolini*, Barcelona, s.e., 1985 e Stanley Payne, *Franco*, Madrid, s.e., 1992 citados em António José Telo, “As relações peninsulares num período de guerras globais (1935-1945)”, in Fernando Rosas, coordenação, *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, p. 133-151.

¹⁴ Pedro Teotónio Pereira confessa mesmo a Salazar que “respiro só com a ideia de passar a encontrar no Ministério dos Assuntos Exteriores o bom do general Jordana com quem tenho mantido sempre as mais estreitas relações de amizade” (carta de 3 de Setembro de 1942, CLNRF, *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar, Vol. II (1940-41)*, p. 192-194). Franco Nogueira também reconhece as notícias tranquilizadoras que chegam de Espanha, referindo que era “afastado um homem que encabeça a política a favor do Eixo” por alguém que “não esconde as suas simpatias pelos aliados ocidentais e pela política portuguesa”, cf. Franco Nogueira, *Salazar, as Grandes Crises, 1936-1945, Vol. III*, Coimbra, Atlântida Editora, Sarl., 1978, p. 402.

¹⁵ O general Jordana prontifica-se a visitar oficialmente Portugal logo em Dezembro de 1942, sendo anunciado o Bloco Ibérico. Cf. Fernando Rosas, *O Estado Novo (1926-1974)*, Vol. VII..., p. 314 e seguintes. António José Telo, *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)*, Vol. I; e “As relações peninsulares num período de guerras globais (1935-1945)”, in Fernando Rosas, coordenação, *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, p. 133-151. Ver ainda, sobre os planos de invasão de Franco a Portugal, Manuel Rós Agudo, *A Grande Tentação. Os planos de Franco para Invadir Portugal*, Alfragide, Casa das Letras, 2009.

¹⁶ Sobre o plano da frente latina ver António Telo, *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)*, Vol. I e II; e Fernando Rosas, *O Estado Novo (1926-1974)*, p. 301-419.

¹⁷ Pedro Ramos de Almeida, *Salazar. Biografia da Ditadura*, Lisboa, Edições Avante, 1999; António José Telo, *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)*, Vol. I e II; e *A Neutralidade Portuguesa e o Ouro Nazi*, Lisboa, Quetzal Editores, 2000.

em Novembro de 1942, que faz desembarcar tropas aliadas no Norte de África (Marrocos)¹⁸.

No plano interno, como já referimos, preocupava sobremaneira a questão social, conseqüente do efeito económico da guerra. A crise do comércio internacional, agravada com a multiplicação de teatros de operações militares e com o incremento do nível de intensidade da guerra, teve um grande impacto no quotidiano nacional, afectando de igual maneira as classes populares, a pequena burguesia e a classe média, como vimos. Faltavam matérias-primas industriais, géneros alimentares de primeira necessidade, combustíveis e equipamentos vários. Como refere Isabel Alarcão e Silva, “ao agravamento das condições de vida das camadas populares, juntavam-se as dificuldades da pequena burguesia rural e urbana resultante do encarecimento dos factores de produção, do pagamento de baixos preços dos generos agrícolas (à saída do produtor), da proliferação de requisições de géneros, do aumento da carga tributária, da carestia de vida, acentuada pela desvalorização dos salários reais e das pensões. Toda esta situação suscitava a agudização das desigualdades sociais, para o que muito contribuía o aparecimento súbito de fortunas directamente ligadas ao negócio da guerra”¹⁹.

O governo, enquanto não se enquadrava na nova ordem económica em construção (a “Era Dalton”²⁰), tentou fomentar a auto-suficiência alimentar, através da promoção de campanhas de aumento da pequena produção minifundiária (como a campanha “Produzir é Poupar”, que inunda os jornais de 1942, e que incentiva a pequena produção de intuito auto-consumista). Procurou também uma política de substituição das importações, mediante a criação de novas indústrias, assumindo a direcção de algumas actividades comerciais, assegurando importações e proibindo exportações de bens de primeira necessidade²¹.

Este ajuste ao cenário da guerra exigiu muito das estruturas do Estado, nomeadamente ao seu aparelho burocrático-administrativo e de coordenação económica. Era posto à prova a organização corporativa, com a necessidade de envolver sindicatos, grémios, e outros organismos corporativos na administração económica. Era necessário que o sistema controlasse a distribuição administrativa de bens (da produção aos mercados de consumo), o tabelamento dos preços (na produção e no consumo final), e o racionamento.

A implementação destas medidas era dificultada pela inépcia do sistema corporativo (pouco acostumado à responsabilidade e permissivo à corrupção e à negligência), pelas dificuldades de abastecimento externo e carências nos transportes,

¹⁸ É por Outubro-Novembro que o avanço nazi é bloqueado a Leste, na cidade-mártir de Estalinegrado e que se altera o equilíbrio de forças no teatro africano (com o desembarque em Marrocos e com a derrota do Afrika Korps em Al-Alamein, no Egipto).

¹⁹ Isabel Alarcão e Silva, “Estado Novo e oposição: um breve retrato”, *História*, n.º 8, Lisboa, 1995, p. 40-47.

²⁰ Cf. Fernando Rosas, *O Estado Novo (1926-1974)*, Vol. VII..., e *Portugal entre a Paz e a Guerra, 1939-1945*.

²¹ Cf. Fernando Rosas, *O Estado Novo (1926-1974)*, Vol. VII..., e *Portugal entre a Paz e a Guerra, 1939-1945*; Isabel Alarcão e Silva, “Estado Novo e oposição: um breve retrato”, *História*, n.º 8, Lisboa, 1995, p. 40-47.

e pela proliferação de circuitos económicos paralelos. Junto a estas macro-políticas, a política anti-inflacionista prosseguida significava, em termos salariais, uma perda de poder de compra real, simultaneamente acentuando os desequilíbrios sociais, pois a construção de um cabaz de compras familiar satisfatório era definido mais pela capacidade de aceder aos circuitos comerciais paralelos que decorrente do cumprimento exclusivo da política de racionamento implantada pelo governo.

A reacção social é diversa. Durante os anos da guerra são com frequência relatados protestos populares, marchas de fome ou greves. O nível de politização generalizado preocupa o governo, que intervém a meados de 1942, com a apresentação de novos decretos laborais, regulando o horário de trabalho e as condições de remuneração do trabalho extraordinário e o trabalho realizado ao Domingo, criando e regulando o Abono de Família²². A reacção às novas leis laborais será de ira, pois na prática estava-se perante novo imposto/desconto, para o Abono de Família, e tornara-se mais apertado o acesso à remuneração extraordinária, importante complemento salarial para parte importante da população obreira²³. O descontentamento e irritação grassam por todos os lados e em todos os sectores, como bem assinala Marcelo Caetano²⁴, coexistindo verdadeiras “Marias da Fonte”, reivindicações espontâneas (como o são as greves do Outono de 1942), com movimentos politicamente organizados²⁵.

Em suma, é este o panorama geral do país nos anos do meio da guerra: carestia generalizada, constante falta de produtos de primeira necessidade, contrabando e mercado negro, em especial nas zonas fronteiriças, associado ao açambarcamento geral e à acumulação de capital proveniente da extracção do volfrâmio. Este quadro desembocará em regulares problemas sociais e laborais consequentes do agravamento das condições de vida, do ajustamento na política de trabalho do governo e da percepção de que o fim da guerra e uma vitória aliada poderia significar o fim do regime.

²² Ver Decreto-lei n.º 32.192 (abono de família) e Decreto-lei n.º 32.193 (horário laboral). Cf. Fátima Patriarca, *A Questão Social no Salazarismo (1930-1947)*, Vol. II..., p. 594.

²³ Cf. Fátima Patriarca, *A Questão Social no Salazarismo (1930-1947)*, Vol. II..., p. 599.

²⁴ Carta de Marcelo Caetano a Oliveira Salazar, de 12 de Setembro de 1942, in João Freire Antunes, *Salazar e Caetano. Cartas Secretas, 1932-1968*, p. 105; e Marcelo Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, p. 274

²⁵ Por exemplo, é interessante reflectir sobre a natureza das greves do Outubro-Novembro de 1942, como faz Fernando Rosas, e relevar o seu carácter espontâneo e apolítico, visível, por exemplo, no pouco destaque que o PCP lhes dedica à época (ver *Avante!*, VI série, n.º 20 (1.ª quinzena de Novembro de 1942), n.º 21 (2.ª quinzena de Novembro de 1942) e n.º 22 (1.ª quinzena de Dezembro)). Em 1943/1944, a situação é bastante diferente. Aí, é já o PCP quem convoca as greves e lhes fornece o necessário enquadramento político. Cf. Fernando Rosas, *Portugal entre a Paz e a Guerra, 1939-1945*, p. 373 e seguintes; e Fátima Patriarca, *A Questão Social no Salazarismo (1930-1947)*, Vol. II..., p. 567 e seguintes; e António José Telo, *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)*, Vol. II, Parte III, Capítulo XIV e XV.

2.2. A Oposição

“Pode dizer-se que, desde 1938 a 1943, Salazar governou a seu bel-talante, com a oposição totalmente desgovernada e sem quaisquer veleidades de fazer ouvir a sua voz”²⁶.

Mário Soares

Diversas razões ajudam a compreender a afirmação de Mário Soares. Destacamos três: a conjuntura internacional; as condições específicas da evolução dos diversos agrupamentos políticos oposicionistas durante os anos 40; e o comportamento tático da oposição face ao derrube do regime, que espera por um cenário favorável no pós-guerra.

A conjuntura internacional é decisiva para entendermos o comportamento de alguns agrupamentos políticos. Perante a possibilidade da perda da independência nacional – continental ou colonial – em caso de invasão peninsular por parte dos beligerantes, muitos são os que aceitam “baixar armas”. Esta oposição, maioritariamente republicana e anglófila, assume publicamente “o compromisso de não hostilizar o regime até ao final do conflito, de forma a permitir-lhe cumprir cabalmente e lealmente as cláusulas da aliança com a Grã-Bretanha”²⁷. Entre os assinantes desta premissa encontram-se Ramada Curto, Cunha Leal, Norton de Matos, Bernardino Machado, António Maria da Silva, Tamagnini Barbosa, entre outros²⁸.

No mesmo sentido é desenvolvida a “política nova”, tática de alinhamento comunista com a política externa anglo-francesa, num cenário de aliança entre a França, a Inglaterra e a URSS em caso de guerra. Bento Gonçalves, secretário-geral do PCP, preso no Tarrafal desde 1935, assumia que “no centro dessa política estava a afirmação de que colocando-nos acima de toda a luta de partidarismos nos integrávamos na defesa da Nação contra o inimigo que tentasse aniquilar a independência de Portugal”²⁹. Neste tema não era muito diferente a atitude dos comunistas terrafalistas e dos republicanos liberais, acabando também a política internacional por afectar sobremaneira o comportamento do PCP.

²⁶ Mário Soares, *Portugal...*, p. 82.

²⁷ Cf. Fernando Rosas, “Quando a oposição aceitou abater bandeiras”, *Diário de Notícias*, de 23 de Junho de 1984, p. 31 e 32, citado em Júlia Leitão de Barros, “Anglofilia e germanofilia em Portugal durante a segunda guerra mundial”, in AAVV, *Portugal na Segunda Guerra Mundial. Contributos para uma Reavaliação*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1999, 112.

²⁸ *Idem*.

²⁹ “Política Nova”, Carta da OCPT à OLP, 5/11/1942, transcrita em Acácio Tomás de Aquino, *O Segredo das Prisões Atlânticas*, Lisboa, Regras do Jogo, 1978, p. 374; citado em José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal, uma Biografia Política. “Daniel”, o Jovem Revolucionário (1913-1941)*, p. 398. Ver ainda Fernando Rosas, “O PCP e a II Guerra Mundial”, in *Estudos sobre o Comunismo*, n.º 0, Lisboa, Julho 1983, p. 3-22.

Este período, como refere Pacheco Pereira, é de bastante desgaste – político, ideológico e mesmo moral – para os comunistas: “os anos de 1939-1941, entre a assinatura do pacto germano-soviético e a invasão da URSS, fizeram o PCP passar de antigermanófilo para germanófilo e, depois para aliadófilo, num breve espaço de tempo. Eram mudanças demais para não terem consequências”³⁰. O pacto germano-soviético apanha desprevenidas as altas cúpulas comunistas, que reagem acusando o regime português de ser pró-britânico³¹. Bento Gonçalves sintetizaria, dizendo que “passámos da declaração da ‘política nova’ à política de neutralidade”³². Até à invasão da URSS, em Junho de 1941, o PCP procuraria manter alguma coerência discursiva, mas eram bem visíveis as graves contradições no discurso. No momento da invasão, o discurso terá novamente de ser adaptado, desta feita obrigando os dois partidos comunistas a operarem mais uma reviravolta política³³. Será então a “direcção legítima” quem melhor reagirá à mudança do rumo da guerra, iniciando um esboço de uma política de unidade nacional antifascista; apesar de caber a Álvaro Cunhal e aos “reorganizadores” a oportunidade de colocar esta “política de unidade” em prática³⁴.

As evoluções internas dos diversos agrupamentos políticos durante os anos 40 são outro auxílio para a compreensão do período de relativo amorfismo que a oposição atravessa. O falhanço das tentativas revirahistas havia posto fora de combate a tradicional oposição republicana e democrática³⁵, agora, como vimos, mais preocupada em patrocinar grandes leituras internacionais bem contextualizadas no quadro da segunda guerra mundial. As frentes populares dos finais dos anos 30 perderam sentido com a derrota republicana em Espanha e o início da II Guerra Mundial; e o 18 de Janeiro de 1934 tinha aniquilado a influência e a organização anarquista³⁶.

Ainda com alguma capacidade de acção encontrávamos os socialistas e os comunistas, sem contar com as oposições à direita, que trataremos adiante. Os socialistas esboçavam uma tentativa de reorganização. Em 1941, tinham estado

³⁰ José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal, uma Biografia Política*. “Duarte”, *o Dirigente Clandestino (1941-1949)* ...

³¹ “(...) Salazar, apesar das suas simpatias pelo fascismo, está sendo empurrado para uma aproximação com a Inglaterra, e o governo português deixará de ser um instrumento do imperialismo fascista para se tornar um instrumento do imperialismo franco-britânico”, in Bento Gonçalves, *Considerações...* citado em José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal, uma Biografia Política*. “Daniel”, *o Jovem Revolucionário (1913-1941)*, p. 410.

³² Cf. José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal, uma Biografia Política*. “Daniel”, *o Jovem Revolucionário (1913-1941)*, p. 410 e Fernando Rosas, “O PCP e a II Guerra Mundial”, in *Estudos sobre o Comunismo*, n.º 0, Lisboa, Julho 1983, p. 3-22.

³³ Durante o início dos anos 40, e segundo Pacheco Pereira, o PCP sofreu três reorganizações. Cf. José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal, uma Biografia Política*. “Duarte”, *o Dirigente Clandestino (1941-1949)*, p. 67 e seguintes, p. 25.

³⁴ José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal, uma Biografia Política*. “Duarte”, *o Dirigente Clandestino (1941-1949)*, p. 67 e seguintes. Ver adiante, ainda neste capítulo, apresentação da situação política do PCP durante os anos 40.

³⁵ Cf. Luís Farinha, *O Revirambo...*

³⁶ Cf. Fátima Patriarca, *Sindicatos contra Salazar. A Revolta do 18 de Janeiro de 1934...*

envolvidos na crise estudantil do final desse ano, e no Verão de 1942 toma forma o Núcleo de Doutrinação e Acção Socialista (NDAS) conduzido por José Magalhães Godinho, Almelim Moura Diniz e Manuel de Matos, e que conta com uma rápida expansão nos centros urbanos, nas classes médias e em alguns sectores do operariado³⁷. Em breve surgiria um outro núcleo, a União Democrato-Socialista (UDS), que conta com promotores como Fernando Mayer Garção, Armando Adão e Silva, José Joaquim Gaita e Carlos Sá Cardoso. Em 1944, o NDAS e a UDS fundem-se, dando origem à União Socialista³⁸. A influência da União Socialista, segundo Susana Martins, atinge a escala nacional. Colhe bastantes apoiantes nas classes médias e nas profissões liberais, destacando-se nos seus apoiantes nomes como Jaime Cortesão, Mário Azevedo Gomes, João Sarmento Pimentel, Francisco Keil do Amaral, entre outros³⁹. O objectivo dos socialistas é apresentarem uma alternativa democrática, de esquerda, aos comunistas, preparando-se para navegar nos novos ventos do pós-guerra sob influência do trabalhismo inglês, essencialmente. Fará, como quase toda a oposição, parte da experiência do MUNAF.

O PCP no final dos anos 30, na ressaca da guerra civil de Espanha, encontrava-se bastante enfraquecido após sucessivas direcções e estruturas clandestinas terem sido ceifadas pela polícia política portuguesa. A situação é tão grave que a Internacional Comunista chega a ordenar a dissolução da secção portuguesa, por suspeitas de infiltração policial⁴⁰. A reacção à resposta ao acordo entre a Alemanha e a URSS, aliada à fragilidade interna e ao número de prisões, está na base do processo de reorganização (ou refundação) operado nos anos de 1940 a 1943, de onde Álvaro Cunhal sairá como o grande líder e mentor. Na realidade, e segundo Pacheco Pereira, “não houve uma, mas três ‘reorganizações’: uma, incipiente, esboçada no interior por Francisco Miguel e pelos Secretariados de 1939; outra, que teve origem na IC e no núcleo comunista de Paris; e uma terceira dirigida por Júlio Fogaça, e vinda do Tarrafal. Foi esta última que vingou, absorveu as outras ou eliminou-as”⁴¹. Segundo o mesmo autor, a reorganização do PCP significou na prática o afastamento da direcção legítima do partido por uma nova direcção. E a reconstrução “quase do nada do partido (...) foi uma operação política arriscada que quase equivalia a uma refundação do PCP”⁴², encontrando-se o sucesso dos “reorganizados” mais na construção de um novo partido do que na conquista do existente⁴³. Na

³⁷ Como nos ferroviários. Cf. Susana Martins, *Socialistas na Oposição ao Estado Novo. Um Estudo sobre o Movimento Socialista Português de 1926 a 1974*, Lisboa, Casa das letras, 2005, p. 42.

³⁸ Cf. Susana Martins, *Socialistas na Oposição ao Estado Novo...* p. 43.

³⁹ Cf. Susana Martins, *Socialistas na Oposição ao Estado Novo...* p. 46-47.

⁴⁰ Cf. Fernando Rosas, *Portugal Século XX (1890-1976). Pensamento e Acção Política*, p. 107 e José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal, uma Biografia Política. “Duarte”, o Dirigente Clandestino (1941-1949)*.

⁴¹ José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal, uma Biografia Política. “Duarte”, o Dirigente Clandestino (1941-1949)*, p. 25.

⁴² José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal, uma Biografia Política. “Duarte”, o Dirigente Clandestino (1941-1949)*, p. 25.

⁴³ José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal, uma Biografia Política. “Duarte”, o Dirigente Clandestino (1941-1949)*, p. 109.

cronologia deste confronto, onde coexistem duas estruturas completas⁴⁴, o ano de 1942 é determinante, pois assiste à prisão dos principais protagonistas de ambos os lados⁴⁵, à morte de Bento Gonçalves (no Tarrafal) e à promoção de Álvaro Cunhal ao secretariado do PCP reorganizado⁴⁶. A partir de 1943, é o PCP reorganizado que lidera as propostas dos comunistas. O grupo de Velez Grilo, mantendo ainda alguma produção política, define até ao seu desaparecimento em 1945. É, portanto, o novo PCP, de Álvaro Cunhal, quem comandará o projecto de unidade antifascista desenvolvido por finais de 1942 e operacionalizado a partir de 1943 com a criação do MUNAF.

A oposição de direita encontrava-se relativamente pacificada desde 1933, quando Salazar, no processo de construção do Estado Novo, criou as novas instituições que esvaziariam a direita reivindicativa, dita revolucionária, depressa dispersa por diversas organizações. É o que acontece com o nacional-sindicalismo de Rolão Preto, ilegalizado em 1933, e cujos membros mais activos serão inseridos em diversas organizações de apoio ao regime, como a Legião Portuguesa, a Acção Escolar Vanguarda, a FNAT, os Sindicatos Nacionais, a Mocidade Portuguesa e mesmo na União Nacional⁴⁷. Este processo de assimilação é também repetido com os provenientes do Integralismo Lusitano ou da Liga 28 de Maio⁴⁸. E mesmo os católicos e a direita militar⁴⁹, que se encontravam entre os primeiros apoiantes do Estado Novo, terão de esperar até finais dos anos 40 para encontrarem um enquadramento que lhes permita abandonar algumas das suas reivindicações e críticas em relação ao regime⁵⁰. Repare-se, a

⁴⁴ Com estrutura directiva, logística própria, rede clandestina e militantes. Os dois partidos chegam mesmo a editar o seu jornal *Avante!*. Ver, sobre este tema José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal, uma Biografia Política*. “Duarte”, o *Dirigente Clandestino (1941-1949)*, p. 69 e seguintes; “As primeiras séries do *Avante! Clandestino*”, *Estudos sobre o Comunismo*, n.º 0, Lisboa, Julho de 1983, p. 23-26; Fernando Rosas, “O PCP e a II Guerra Mundial”, *Estudos sobre o Comunismo*, n.º 0, Lisboa, Julho 1983, p. 3-22; Fernando Rosas, “Os anos da guerra e a primeira crise do regime”, in *Portugal Contemporâneo*, Vol. 4, p. 33-74; João Madeira, “Imprensa comunista”, in *Dicionário de História do Estado Novo*, p. 451-454; e João Arsénio Nunes, “Comunismo”, in *Dicionário de História do Estado Novo*, p. 173-181.

⁴⁵ Dos Reorganizadores são presos Júlio Fogaça (secretário-geral), Pires Jorge e Pedro Soares. Da direcção é preso o seu mais predominante membro, Vasco de Carvalho. A nova situação de ambas as organizações será “moldada por novos núcleos dirigentes em que avultavam dois intelectuais”, Álvaro Cunhal, pelos reorganizadores, e Victor Hugo Velez Grilo, pela direcção. Cf. José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal, uma Biografia Política*. “Duarte”, o *Dirigente Clandestino (1941-1949)*, p. 193-194.

⁴⁶ José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal, uma Biografia Política*. “Duarte”, o *Dirigente Clandestino (1941-1949)*.

⁴⁷ Cf. João Medina, *Salazar e os Fascistas. Salazarismo e Nacional-sindicalismo, a História de um Conflito 1932-1935*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1978; e António Costa Pinto, *Os Camisas Azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal 1914-1945*.

⁴⁸ Manuel Braga da Cruz, “O integralismo lusitano nas origens do salazarismo”, *Análise Social*, n.º 70, Vol. XVIII, Lisboa, 1982, p. 137-182.

⁴⁹ José Medeiros Ferreira, *O Comportamento Político dos Militares. Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*; António José Telo, *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)*, Vol. I e II, Telmo Faria, *Debaixo de Fogo! Salazar e as Forças Armadas (1935-41)*, Lisboa, Edições Cosmos/Instituto da Defesa Nacional, 2000.

⁵⁰ Os militares, por exemplo, somente após as reorganizações dos anos 40 regressarão definitivamente aos quartéis (de onde, de resto, sairão com alguma frequência). Ver Telmo Faria, *Debaixo de Fogo...*

título de exemplo, que mesmo depois do encerramento do Centro Católico Português em 1934, a estrutura da Igreja mantém uma forte presença e intervenção no mundo social e político, nomeadamente através da Acção Católica, e das suas diversas organizações⁵¹. Esta é visível na intervenção público-política de alguns dos seus dirigentes, quando especialmente dirigida ao tecido operário⁵², o que expõe as contradições do modelo corporativo português, levando que até 1948 as relações entre o movimento sindical católico e o regime sejam consideradas de “quase dissidência social”⁵³, e de verdadeira “deserção e ruptura”, como observou Inácia Rezola⁵⁴. Até ao final do regime, a posição dos católicos irá oscilar entre uma colaboração próxima e a dissidência aberta⁵⁵. Já sobre as relações institucionais entre o Estado e a Igreja, e como bem exploraram Irene Pimentel e Bruno Cardoso Reis, será somente após a ratificação da concordata de 1940 que estas se pacificam⁵⁶.

Os monárquicos, na sua generalidade, também se encontravam integrados no regime, uma vez que também eles colonizaram as diversas instituições do Estado Novo⁵⁷, mas regularmente procuravam oportunidades de apresentar a Monarquia

⁵¹ A título de exemplo, como organizações de juventude, a JAC – Juventude Agrícola Católica, JEC – Juventude Escolar Católica, JIC – Juventude Independente Católica, JOC – Juventude Operária Católica, JUC – Juventude Universitária Católica. Como organizações para seniores: a LAC – Liga Agrícola Católica, LEC – Liga Escolar Católica, LIC – Liga Independente Católica, LOC – Liga Operária Católica, LUC – Liga Universitária Católica.

⁵² Veja-se o sucedido a Abel Varzim, reputado padre e deputado (1938-1942), afastado das bancadas de São Bento em 1942.

⁵³ Maria Inácia Rezola, *O Sindicalismo Católico no Estado Novo. 1931-1948*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999, p. 257.

⁵⁴ Cf. de Maria Inácia Rezola: “Movimento operário católico nos anos 40. Desactivação ou ruptura?”, *História*, n.º 31, p. 30-45; e *O Sindicalismo Católico no Estado Novo. 1931-1948*....

⁵⁵ Para as relações entre o Estado Novo e os católicos ver, entre outros, Fernando Rosas, “A Igreja em Portugal nos anos 40”, *História*, n.º 46, 1982, p. 2-17; António Matos Ferreira, “A Acção Católica – questões em torno da organização e da autonomia da acção da Igreja Católica (1933-1958)”, in AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, Vol. II, Fragmentos, Lisboa, 1987, 281-302; Manuel Braga da Cruz, “As elites católicas nos primórdios do salazarismo”, *Análise Social*, n.º 116/117, Vol. XXVII, 1992, Lisboa, p. 547-574; José Barreto, “Comunistas, católicos e os sindicatos sob Salazar”, *Análise Social*, n.º 125-126, p.287-317; Rita [Almeida] Carvalho, “Salazar e a concordata com a Santa Sé”, in *História*, n.º 31, 1997, p. 4-15; Maria Inácia Rezola, “Movimento operário católico nos anos 40. Desactivação ou ruptura?...”.; Paulo F. Oliveira Fontes, “As organizações de juventude e o movimento católico no século xx em Portugal”, *História*, n.º 31, 1997, p. 16-29; Manuel Braga da Cruz, *O Estado Novo e a Igreja Católica*...; Maria Inácia Rezola, *O Sindicalismo Católico no Estado Novo. 1931-1948*...; Nuno Teotónio Pereira, “Oposição católica”, in *Dicionário da História de Portugal*, p. 642-643; Luís Reis Torgal, “Igreja e Estado no regime de Salazar entre a “separação”, a “concordata” e a polémica”, in AAVV, *A Igreja e o Estado em Portugal. Da 1.ª República ao Limiar do Século XXI*. Actas dos Encontros de Outono, 21-22 de Novembro de 2003, Vila Nova de Famalicão, Editora Ausência e Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2004, p. 95-130.

⁵⁶ Bruno Cardoso Reis, *Salazar e o Vaticano*, ICS, 2007; Irene Flunster Pimentel, Cardeal Cerejeira, *o Príncipe da Igreja*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2010. Ver ainda Rita Almeida Carvalho; António Oliveira Salazar – Manuel Gonçalves Cerejeira, *Correspondência Política (1928-1968)*, Lisboa, Temas e Debates, 2010.

⁵⁷ Desde a União Nacional, à Assembleia Nacional, ao governo. Cf. Manuel Braga da Cruz, “Os monárquicos e o Estado Novo de Salazar” *Ler História*, n.º 6, Lisboa, 1985, p. 61-83; e *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1986.

como natural evolução institucional do regime. E 1942 traria duas oportunidades para a causa monárquica poder interferir nesse sentido. A primeira seria a eleição presidencial de Fevereiro de 1942, e a segunda o casamento de D. Duarte Nuno e as suas passagens por Portugal, em Maio e no Outono. O assunto terá o seu peso, pois, se por um lado, a questão da sobrevivência do regime no pós-guerra implica que Salazar contemple e antecipe todas as possibilidades de manutenção do seu Estado Novo (nem que isso obrigue a uma reconversão monárquica⁵⁸), por outro, o Presidente do Conselho sabe que necessita das forças republicanas que o sustentam e que ainda detêm grande influência no seio das Forças Armadas⁵⁹.

Ainda neste tema, António José Telo aponta para a possibilidade de restauração monárquica associada à eleição presidencial de Fevereiro de 1942, insinuando que Salazar, ao ponderar sobre a recandidatura de Carmona, terá oscilado entre novo mandato do Presidente e a restauração monárquica⁶⁰. Franco Nogueira refere que terão sido testados nomes de outros militares, mas estes “não reúnem condições políticas suficientes e podem mesmo ser fonte de dissidências”, e que somente o Presidente do Conselho poderia ser um candidato viável, o que chegou a ser equacionado por algumas figuras do regime, com recusa pronta de Salazar⁶¹. Afastada esta hipótese, bem como a questão restauracionista, parece-nos que Salazar procura aproveitar a oportunidade para rever a sua relação com Carmona, como veremos adiante. Resolvida a situação presidencial, rapidamente Salazar se alheia da situação interna para se concentrar no importante encontro com Franco, marcado para Fevereiro, em Sevilha⁶².

Mais denso é o período entre Maio e Novembro de 1942, quando D. Duarte por duas vezes atravessa o território nacional. Uma em Maio, vindo da Suíça, passando por Madrid e em direcção ao Rio de Janeiro, onde casará, e a outra no regresso, no Outono⁶³. É Pedro Teotónio Pereira quem, em Madrid, se encarrega da viagem de D. Duarte Nuno por terras espanholas⁶⁴. Na troca de correspondência com Salazar,

⁵⁸ Esta parece ser também a interpretação inglesa quando, no seu relatório de personalidades para 1942, na apreciação a D. Duarte Nuno, consideram que “Salazar (...) provavelmente contempla a restauração, que não terá apoio popular, como um expediente para manter como reserva para eventual uso no final da guerra se as circunstâncias se apresentarem a favor desta solução como um meio de manter o regime no poder”. Tradução nossa [“Dr. Salazar (...) probably regards the restoration, which would in any event meet with no popular enthusiasm, as an expedient to be kept in reserve for eventual use at the end of the war if circumstances appear to favour its adoption as a means to maintaining the regime in power”]. Cf. National Archives, FO 371/34714

⁵⁹ Apesar de Santos Costa ser considerado um monárquico e de ser um dos principais responsáveis pelo regresso da tropa aos quartéis, a principal matriz ideológica da elite castrense continua a ser republicana, a começar no Presidente da República.

⁶⁰ António José Telo, *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945) ...*, Vol. II, p. 93.

⁶¹ Franco Nogueira, *Salazar, as Grandes Crises, 1936-1945*, p. 369.

⁶² Pedro Teotónio Pereira dedica a maior parte do mês de Janeiro ao planeamento da visita de Salazar a Sevilha. Cf. CLNRF, *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar, Vol. III (1942)*, Mem Martins, PCM, 1990.

⁶³ Sobre o casamento do Duque de Bragança e a reacção de Salazar, ver de João Amaral, *O Roubo do Príncipe. Salazar e o Casamento do Duque de Bragança*, Lisboa, Tribuna, 2007.

⁶⁴ D. Duarte Nuno vivia na Suíça e no seu caminho para Lisboa, onde apanharia o barco para o Brasil, escolhe a rota terrestre, o que o leva a passar pela capital espanhola. Aí deslocam-se a recebê-lo o seu

comenta mesmo que “o momento parece perigoso. Mas por outro lado, a ideia do casamento precisa de ser tentada. Oxalá isso seja feito com tacto e discrição”⁶⁵. A atenção e a preocupação com o acontecimento levam Serrano Suñer a interrogar directamente o embaixador português com a questão restauracionista⁶⁶, ao que o diplomata responde: “Aí está um assunto do qual o Dr. Salazar nunca me falou nem o próprio Príncipe me fez perguntas”⁶⁷.

As inspirações para tais tramas relacionam-se também com algumas aspirações inglesas de procurar promover monarquias constitucionais no futuro quadro político europeu. Destas intenções dá Salazar conhecimento a Teotónio Pereira, numa longa carta de 27 de Julho de 1942 onde, reflectindo sobre a relação com os ingleses (em geral) e com Ronald Campbell, o embaixador inglês em Lisboa (em particular), desabafaria: “tenho a impressão que tem confiança na palavra e na seriedade do governo, mas desejaria ver-me substituído (...). Interessa-lhe muito a política interna: sente-se que lhe mexe e que pelo menos trabalha no que podemos chamar de partido inglês. A perspectiva da solução monárquica – monarquia constitucional, já se vê – parece ter-lhe agradado vivamente: deve ser ideia geral do FO [Foreign Office] de que muito conviria à Europa para depois da guerra adoptar a monarquia, a meio caminho da desordem das repúblicas democráticas e dos incómodos dos chefes, condutores de povos”. O desabafo tinha a intenção de ser transmitido a Samuel Hoare, embaixador inglês em Madrid⁶⁸. A apreciação de Salazar não encontra eco no relatório de Ronald Campbell de 2 de Junho de 1942, que o revela surpreendido com o casamento de D. Duarte. Em conversa com Armindo Monteiro, Campbel, quando confrontado com a interferência inglesa nos assuntos internos portugueses através do patrocínio de uma possível candidatura monárquica, remete a questão para o alinhamento português em torno do conflito mundial, não lhe interessando se o regime fosse monárquico ou republicano, apenas se era ou não pró-aliado. O embaixador inglês mostra-se ainda preocupado com as tendências germanófilas do pretendente ao trono português, desvalorizando a questão do regime⁶⁹.

lugar-tenente, João Azevedo Coutinho, o banqueiro Ricardo Espírito Santo e João do Amaral, monárquico de tendências germanófilas, deputado, enviado por Salazar. Cf. *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar, Vol. III (1942)*, p. 91 e seguintes.

⁶⁵ Carta de Teotónio Pereira para Oliveira Salazar, de 7 de Maio de 1942, in *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar, Vol. III (1942)*, p. 88-92.

⁶⁶ Serrano Suñer dirige-se directamente a Teotónio Pereira, interrogando-o: “Quer isto pois dizer que não irá restaurar brevemente a Monarquia?”

⁶⁷ Carta de Teotónio Pereira para Oliveira Salazar, de 21 de Maio de 1942, in *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar, Vol. III (1942)*, p. 97-100 e João Amaral, *O Roubo do Príncipe. Salazar e o Casamento do Duque de Bragança...*, p. 48.

⁶⁸ Carta de Oliveira Salazar para Pedro Teotónio Pereira, de 27 de Julho de 1942, in *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar, Vol. III (1942)*, p. 153-161. Ver ainda João Amaral, *O Roubo do Príncipe. Salazar e o Casamento do Duque de Bragança...*, p. 135.

⁶⁹ Ver relatório secreto de Sir R. Campbell em National Archives, FO 954/21. Em Junho de 1943, no relatório de personalidades produzido pelos serviços ingleses para Portugal relativo a 1942, D. Duarte era classificado “como anglófilo”; ver National Archives, FO 371/34714. Ver ainda João Amaral, *O Roubo do Príncipe...*, capítulo VIII e IX.

As mesmas preocupações restauracionistas são levantadas no Brasil, por parte da imprensa internacional que cobre a boda do titular da Casa de Bragança, chegando mesmo o correspondente do *Chicago Daily News* a garantir ao embaixador inglês no Rio de Janeiro que “estava eminente a restauração da Monarquia em Portugal”⁷⁰. Na realidade, toda a ideia nos parece demasiado rebuscada, parecendo-nos estranho que Salazar pudesse deixar os destinos do Estado Novo nas mãos de um estrangeiro escassamente letrado na língua de Camões, que vê Lisboa pela primeira vez na sua passagem para o Rio de Janeiro, com poucos apoios políticos, sem contacto com Portugal, e excessivamente dependente de apoios externos⁷¹. Imaginamos esta solução apenas como hipótese teórica num cenário de imposição inglesa ou numa tentativa desesperada de manutenção do regime onde nenhuma das suas figuras de topo – incluindo Salazar – pudesse assegurar essa continuidade.

Estes cenários nunca foram cumpridos, e nada encontramos que justifique ou sustente o argumento de que o Presidente do Conselho terá desenvolvido *démarches* sérias para restaurar a Monarquia em Portugal. João Amaral concorda com esta avaliação e adianta que “ao aceitar patrocinar o casamento brasileiro do duque de Bragança, Salazar fizera-o por considerar que este casamento servia (...) aquele que era, então, um dos grandes objectivos da sua política externa”⁷²; que era, como já vimos, e entre outras preocupações, o desenvolvimento de uma relação privilegiada como o Brasil (e com a América Latina), com a Espanha e a França procurando – pelo menos até ao Outono de 1942 – desenhar uma terceira via entre os Aliados e o Eixo: um bloco Latino-Americano⁷³.

No Outono de 1942, D. Duarte Nuno regressa a Portugal, já casado com a princesa Maria Francisca de Bragança. Este evento suscita de Salazar uma referência na sua lição aos governadores civis, de 8 de Outubro (que lançaria a campanha eleitoral), onde, e segundo apontamentos de Assis Gonçalves, o Presidente do Conselho lhe reconhece destacada importância para a política interna e externa do regime⁷⁴. As semanas de agitação monárquica serão acompanhadas com atenção por Salazar que assinala frequentemente no seu diário entradas relativas à questão, reconhecendo mesmo ao ministro do Interior que “é preciso moderar a campanha de *A Voz* pela

⁷⁰ João Amaral, *O Roubo do Príncipe...*, p. 127.

⁷¹ Um ano e meio mais tarde, nos finais de 1943, Artur Ribeiro Lopes, em carta a Salazar, sistematizava a situação: “rei assim protegido e reconhecido por potências estrangeiras seria em Portugal um Agente do Estrangeiro”, cf. Carta de Artur Ribeiro Lopes a António de Oliveira Salazar, 9 de Dezembro de 1943, cf. IANTT/AOS/CP – 157, p. 633-648.

⁷² João Amaral, *O Roubo do Príncipe...*, p. 135-135.

⁷³ Esta ideia nunca se concretizaria, até porque o Brasil declararia guerra à Alemanha em Setembro de 1942 e o desembarque de tropas aliadas em Marrocos, em Novembro de 1942, levaria à ocupação total do território francês por tropas alemãs.

⁷⁴ Na intervenção salienta a oportunidade deste casamento poder resolver, em simultâneo, “uma querela política entre portugueses monárquicos – constitucionalistas e absolutistas – que se arrasta sem elegância nacional”, uma “querela de família pela união dos dois ramos mais próximos e dissidentes da Casa de Bragança”, a “continuidade da Casa de Bragança” e um triunfo ao nível da política externa, pelas maiores “facilidades de aproximação entre Portugal e o Brasil”; cf. António de Oliveira Salazar, “Lição de Salazar para a Reunião dos Governadores Civis (...)”; IANTT/AOS/CP-129, pt. 4.1.3/4.

restauração da Monarquia”⁷⁵. Este desassossego é visível na sistematização dos cortes nos jornais de notícias relativas à passagem de D. Duarte Nuno por Portugal⁷⁶. As preocupações com a imprensa monárquica, já abordadas na reunião de Salazar com Mário Pais de Sousa, a 23 de Setembro, são reafirmadas na reunião com o ministro do Interior, de 27 de Setembro, onde se estabelecem as “orientações para a censura para a questão monárquica”⁷⁷. Salazar não queria que se repetissem as aglomerações de Maio⁷⁸, e via, naturalmente, algum perigo para o regime se se pudesse criar algum “elan restauracionista” à volta da “Família Real”. Salazar também se preocuparia com os equilíbrios necessários dentro da elite do Estado Novo, nomeadamente com a elite republicana, que não veria com bons olhos qualquer destaque e exaltação do chefe da Casa de Bragança e das qualidades do regime monárquico. Como referia de Madrid Teotónio Pereira, o regresso de D. Duarte Nuno deveria ser “rodeado da maior discricção e que tudo se passe rapidamente. Já não faltarão aí os bons republicanos a agitarem-se”⁷⁹.

Findo este período de intensa actividade monárquica, Salazar saíra reforçado no seu papel de aglutinador das elites conservadoras de direita, pois, como bem refere

⁷⁵ Cf. IANTT/AOS/DI – 3, 23 de Setembro de 1942. Os relatórios do Comando Geral da PSP de Outubro de 1942 confirmam as preocupações, identificando em Viseu e em Santarém alguma agitação; cf. IANTT/MI/GB/maço 532/caixa 90.

⁷⁶ Ver os cortes entre Outubro e Novembro de 1942, expostos nos boletins confidenciais de registo e justificação de cortes da Direcção dos Serviços de Censura, em IANTT/AMI/GM/maço 525/caixa 83. Ver ainda o relatório de Setembro de 1942 do SPN sobre a imprensa de província, onde se refere que “toda a imprensa, especialmente a do Norte, deu grande importância à notícia do casamento do actual chefe da Casa de Bragança”. Cf. Relatório mensal da imprensa de província de Setembro de 1942 do SPN, em IANTT/AMI/GM/maço 525/caixa 83. O mesmo já havia acontecido aquando da primeira passagem de D. Duarte Nuno, em Maio; cf. João Amaral, *O Roubo do Príncipe. Salazar e o Casamento do Duque de Bragança*, ...p. 57.

⁷⁷ Cf. IANTT/AOS/DI – 3, 27 de Setembro de 1942. Nos cortes apresentados, os critérios oscilam entre atenuar as referências à Monarquia em geral. Alguns exemplos: no jornal *A Voz* foi cortada a passagem “todos os monárquicos bragançanos confiam em Deus que tudo pode correr bem, para bem da pátria”, ver Direcção dos Serviços de Censura, *Boletim de Registo e Justificação de Cortes* [adiante DSC-BRJC], n.º 234, de 7/10/42; no jornal *A Voz*, de 15/10/42, foram cortadas “pequenas passagens inconvenientes ou pelas referências ao regime actual ou ao regresso da nação à plenitude das suas tradições e instituições seculares” (no artigo “Facto Histórico”); e “pela propaganda monárquica que nessa parte se faz” cortou-se o final do artigo “A primeira família”; ver DSC-BRJC, n.º 241, de 15/10/42). Também foram atenuadas as notícias da agenda pública do “casal real”, retirando dos noticiários as alusões a actividades, itinerários ou aparições, com a preocupação de evitar indesejados ajuntamentos de massas ou aclamações populares (alguns exemplos: O *Diário Popular*, de 27/10/42, viu ser cortada uma notícia com o local onde D. Duarte Nuno ficaria hospedado, na sua estada em Portugal; O *Século*, de 1/11/42, viu um “Eco” cortado; *A Voz*, de 1/11/42, viu um “Eco” cortado; no *Diário de Lisboa*, de 31/10/42, uma longa reportagem foi cortada “por determinações sobre o assunto”; e n’O *Século*, de 2/11/42, foi cortada uma notícia com uma actividade de D. Duarte Nuno; cf. DSC-BRJC, n.º 256, de 2/11/42. N’A *Voz*, de 3/11/42, foi cortada uma biografia da princesa Maria Francisca de Bragança “a fim de evitar que a imprensa dê a este acto um relevo que se tornaria inconveniente”; no *Diário de Notícias*, de 3/11/42, foi cortada uma notícia com o itinerário de D. Duarte. Cf. DSC-BRJC, n.º 257, de 3/11/42).

⁷⁸ João Amaral, *O Roubo do Príncipe* ..., p. 25 e seguintes.

⁷⁹ Carta de Salazar para Teotónio Pereira, de 21 de Outubro de 1942, in *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar, Vol. III (1942)*, p. 222-229.

João Amaral, roubara “o duque de Bragança aos seus partidários”⁸⁰. O sobrinho de João Amaral reconhece por fim que “se a Inglaterra se desinteressou da restauração, também em Portugal ninguém se mostrou especialmente interessado em ter o rei de volta – a começar por ele próprio (...). Os seus partidários, escassos e divididos, também nunca se empenharam de facto na restauração. Uns esperavam que ela fosse obra e graça de Salazar; outros desconfiavam do neto do Usurpador, o rei D. Miguel, e, em todo o caso, não estavam dispostos a bater-se por ele”⁸¹.

Será somente após dissipado o perigo da invasão peninsular por forças do Eixo ou a ele ligadas (finais de 1942, inícios de 1943) que a oposição (de “esquerda”) ao regime iniciará um processo de recriação de uma ampla frente antifascista, uma nítida evolução das frentes populares dos anos 30, também apoiadas pelos comunistas. À altura, é a direcção do PCP quem propõe a constituição de uma variante nacional da Frente Mundial contra o Fascismo (criada no âmbito da II Guerra Mundial), cujo programa e fórmula será muito similar ao que o PCP (já reorganizado) utilizará no MUNAF, a partir de 1944. Esta ampla frente oposicionista deverá “englobar não só os comunistas, os republicanos, os maçons, os anarquistas e todos os homens que desejam o restabelecimento da normalidade constitucional republicana, mas também os católicos, os monárquicos e os que, embora na fileira do actual regime, estão em oposição à política de traição salazarista”⁸².

Aparte da vida interna das diversas forças políticas, o regime apurou os seus métodos repressivos, directos e indirectos, assistindo este período a uma melhor eficácia da polícia política, que entre 1932 e 1942 detém, por crimes políticos, 11 694 indivíduos⁸³. Este aperto policial veio decepar as cúpulas de muitos dos movimentos políticos organizados, tal a qualidade das detenções operadas⁸⁴, diminuir o potencial de recrutamento dos movimentos oposicionistas e impedir que uma verdadeira cultura de oposição, com números sólidos e estruturas logísticas consolidadas, pudesse ser concretizada.

⁸⁰ João Amaral, *O Roubo do Príncipe ...*, p. 134.

⁸¹ João Amaral, *O Roubo do Príncipe...*, p. 136-137.

⁸² “*A frente Mundial Anti-fascista*”, Relatório do camarada X..., apresentado ao CC do PC em Janeiro de 1943 – citado em José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal, uma Biografia Política. “Duarte”, o Dirigente Clandestino (1941-1949)*, p. 104.

⁸³ Ver, sobre a PVDE (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado) ou a PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado) Maria da Conceição Ribeiro, *A Polícia Política no Estado Novo, 1926-1945*, Editorial Estampa, Lisboa, 2000 e Irene Pimentel, *A PIDE/DGS, 1945-1974*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2007. Entre 1932 e 1942 o Estado Novo prende 1169 presos políticos/ano, 97,4 presos/mês e 3,2 pessoas/dia. Os períodos mais agressivos encontram-se entre os anos de 1935 e 1938, com 8475 presos. cf. Fonte: Maria da Conceição Ribeiro, *A Polícia Política no Estado Novo, 1926-1945*, p. 293; e CLNRF, *Presos Políticos no Regime Fascista, 1932-1935*, Mem Martins, PCM, 1981; CLNRF, *Presos Políticos no Regime Fascista II, 1936-1939*, Mem Martins, PCM, 1982; e CLNRF, *Presos Políticos no Regime Fascista III, 1940-1945*, Mem Martins, PCM, 1984.

⁸⁴ Como vimos no caso dos comunistas, o que originou da parte desta organização que a segurança do Partido fosse frequentemente questionada; cf. José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal, uma Biografia Política. “Duarte”, o Dirigente Clandestino (1941-1949) ...*

No campo da Situação existia ainda, disseminada pelo país, alguma oposição local – de cariz eleitoral –, com características que a distinguem das oposições politicamente organizadas e cujo grau de actuação ou influência acaba por ser circunscrito essencialmente ao nível dos órgãos administrativos do Estado (nomeadamente juntas de freguesia e algumas câmaras municipais). Esta *oposição* padece assim de qualquer organização nacional ou intenções insurrecionistas, sendo na essência produto de desavenças locais relativamente à ocupação de cargos na estrutura administrativa. E, de facto, são diversos os exemplos que fomos encontrando nos Arquivos da União Nacional depositados na Torre do Tombo, que não só atestam alguma falta de controlo político no nível das freguesias (e de algumas câmaras) como pressupõe a existência de um relativo grau de competitividade dentro do campo da Situação no acesso a estes órgãos administrativos, especialmente na fase de construção da nova elite política do novo regime, instalada no decurso dos anos 30 e início dos anos 40.

A validar estas afirmações encontramos diversos exemplos relativos às eleições administrativas do Outono de 1941 que, sem procurar ser exaustivo, vos passamos a apresentar. A primeira situação analisada é a que ocorre no concelho do Cadaval onde, segundo o relato preocupado do vice-presidente da comissão concelhia local ao presidente da Comissão Central da UN, o presidente da câmara local perdera a eleição para os representantes ao Conselho Municipal e a Junta de Freguesia do Cadaval para uma lista da oposição nacionalista, por “207 votos contra 64”⁸⁵. Perante este enxovalho eleitoral, o remetente reporta ao seu superior hierárquico partidário, temendo possível comportamento menos correcto do desapoiado presidente da câmara na eleição seguinte – a relativa à vereação municipal –, procurando rapidamente demarcar-se de quaisquer desenvolvimentos futuros menos apreciados⁸⁶.

Mais a norte, no distrito de Coimbra, o presidente da Câmara Municipal de Coimbra, em correspondência confidencial com o governador civil do distrito, denunciou também a existência de uma segunda lista liderada então pelo presidente da Comissão Paroquial da Marinha das Ondas, Santos Silva, médico municipal. Esta lista, sustentada por um “grupo de políticos que se dizem nacionalistas” (mas que, no entender do remetente, seriam “responsáveis pela desordem política e desorganização municipal”), pretenderiam “tomar de novo conta do concelho, para voltarem aos velhos tempos das discórdias, de obstrucionismo, das perseguições políticas e dos compadrios”, escudando as suas intenções em “repetidas afirmações de nacionalismo e de dedicação situacionista”. Este grupo procurara “por todas as formas usadas na época do caciquismo” arrebanhar votos, andando “de porta em porta, de dia e de noite”, servindo-se inclusive, de forma abusiva, de nomes como o do “Doutor Bissaia Barreto”. Por terem entendido que “perderiam as eleições em todas as freguesias do concelho”, o referido grupo acabou por desistir de se apresentar às eleições, que acabaram por correr “o melhor possível”, verificando-se “grande animação e entusiasmo”⁸⁷.

⁸⁵ Ver IANTT/AUN/caixa 26/maço 92.

⁸⁶ Ver IANTT/AUN/caixa 26/maço 92.

⁸⁷ Correspondência confidencial do presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz, datada de 22 de Outubro de 1941; cf. IANTT/AUN/caixa 15/maço 37 – A. O grupo oposicionista em causa era

Estes dois casos, de concorrência eleitoral – uma efectiva outra apenas anunciada – não deixam dúvidas em relação à existência de disputa entre algumas elites locais do Estado Novo, especialmente onde a tomada do aparelho de Estado local por parte do novo poder político foi liderada por indivíduos ou grupos contestados localmente. Em alguns casos, as *novas elites nacionalistas* mais não eram que as *velhas elites democráticas* transformadas ou adaptadas às novas condicionantes políticas⁸⁸; noutros, verificamos que os novos titulares políticos não teriam granjeado a total concordância das elites locais e da população autóctone. Estas situações de desagrado ou de conflito local – encontradas com alguma frequência na correspondência oficial e/ou particular relativa às estruturas inferiores da União Nacional – identificam uma dimensão ainda pouco explorada pela historiografia do período: a observação dos processos de instalação do novo poder político – saído da Revolução de Maio e da Ditadura Militar – na estrutura administrativa do Estado (juntas de freguesia, câmaras municipais e algumas regiões) e a construção das novas elites locais do Estado Novo.

No entanto, e à revelia dos movimentos políticos organizados, encontramos uma oposição popular muito forte no Outono de 1942. Duplamente motivada pela questão sindical/salarial e pela carestia de vida, estas greves, maioritariamente organizadas por um operariado qualificado e urbano, são uma reacção directa à política salarial do governo e uma resposta à nova lei laboral vigente desde o Verão de 1942. De facto, o governo ao regulamentar o horário de trabalho – prejudicando o acesso às horas extraordinárias (meio de compensar o baixo soldo recebido) –, e instituindo novo desconto social – desta feita para o Abono de Família –, provocou uma forte reacção no operariado qualificado, o mais afectado pelas disposições. Esta verdadeira “ira popular” era uma clara manifestação de oposição ao regime, mas estava longe de ser conspirativa ou politicamente manipulada, apesar de ser considerada subversiva pelo governo⁸⁹. Os grevistas consideram-se, em síntese, mal tratados com a resposta do governo às reivindicações colocadas pelos sindicatos em Abril de 1942, o que simboliza, em certo sentido, a falência dos sindicatos nacionais como organismos de enquadramento social da classe operária.

Segundo Pacheco Pereira, “as greves de 1942 foram, de todo o ciclo de 1941 a 1947, aquelas que mais se aproximam de uma revolta operária espontânea, impulsionadas por uma insatisfação social genuína”⁹⁰. Fernando Rosas também reconhece estarmos “perante um movimento espontâneo, sem organização coordenadora, sem qualquer caderno reivindicativo preciso, expressão típica de resistência e de protesto

constituído por Dr. António Sotero, médico; Dr. Álvaro Malafaia, advogado; Dr. Alberto Borges, professor da Escola Industrial; Joaquim Gomes de Almeida, director do jornal “O Figueirense”; capitão Manuel de Oliveira; António da Silva Fonseca e João Guilherme Delgado, ajudantes de notário; além de Santos Silva, também médico.

⁸⁸ Num processo que é conhecido em Portugal por *Adesivagem*, ou em Espanha por *Transformismo*.

⁸⁹ Cf. Fátima Patriarca, *A Questão Social no Salazarismo. 1930-1947*, Vol. II, p. 599 e seguintes; e José Pacheco Pereira, “Duarte”, *o Dirigente Clandestino (1941-1949)*, p. 243.

⁹⁰ José Pacheco Pereira, “Duarte”, *o Dirigente Clandestino (1941-1949)*, p. 243.

com uma enorme aceitação na massa, ou seja, de um ambiente de revolta generalizada e incontível”⁹¹.

Em apoio posterior ao movimento grevista é impresso por um grupo de operários confederados, isto é, de anarco-sindicalistas da extinta CGT, um panfleto dirigido ao “proletariado de Portugal”, em que se regozija com as lutas das classes trabalhadoras contra o “regime de fome a que o jesuíta Oliveira Salazar as quer reduzir”⁹². Este panfleto, de Novembro de 1942, assume a impossibilidade do grupo “poder intervir na vossa defesa contra a repressão salazarista”, até porque o movimento anarquista havia sido politicamente decepado na sequência das greves de 1934, o que não impediria no entanto que mesmo “impossibilitados de nos manifestar publicamente, vimos por este meio dar-vos o nosso apoio moral e a nossa simpatia”⁹³.

Também o PCP reorganizado, que não reagiu em cima dos acontecimentos, apresenta pela pena de Álvaro Cunhal uma leitura conveniente sobre a onda grevista de 1942, procurando colá-la a um grande movimento político antifascista de oposição aberta ao regime. No seu relatório político ao III Congresso do PCP, em 1943, descreve estas greves como a primeira grande ofensiva do proletariado contra o regime salazarista, afirmando que “trabalhadores comunistas e anarquistas, republicanos e sem partido, católicos e legionários, todos se uniram na luta contra a exploração patronal e fascista”⁹⁴. Esta leitura tinha como objectivo político solidificar a experiência do MUNAF, criando uma visão possibilista do derrube do regime, no términos do conflito mundial.

Esta apreciação leva-nos ao último ponto de análise: as estratégias da oposição face ao possível derrube do regime no final da guerra. Até aos anos 40, a tradição de derrube de regimes políticos em Portugal era essencialmente a via militar, através da intervenção directa das Forças Armadas⁹⁵. Assim tinha ocorrido em 1910, no derrube da Monarquia, e em 1926, no derrube da República. Aparte destas duas bem sucedidas transformações constitucionais, desde 1910 que se assiste a várias tentativas de derrube de governos, do regime e de todo o sistema político, com a maioria destas revoltas liderada por forças militares, apesar da complementar presença de diversos movimentos e organizações políticas⁹⁶.

⁹¹ Fernando Rosas, *Portugal entre a Paz e a Guerra, 1939-1945*, p. 379.

⁹² Panfleto “Ao Proletariado de Portugal”, de um “Grupo de Operários Confederados”, datado de Novembro de 1942, in BN-AHS. Núcleo CGT, caixa 64, citado em Fátima Patriarca, *A Questão Social no Salazarismo (1930-1947)*, Vol. II, p. 607

⁹³ Panfleto “Ao Proletariado de Portugal”, de um “Grupo de Operários Confederados”, datado de Novembro de 1942, in BN-AHS. Núcleo CGT, caixa 64, citado em Fátima Patriarca, *A Questão Social no Salazarismo (1930-1947)*, Vol. II, p. 607

⁹⁴ Álvaro Cunhal, “A luta pelo pão”, citado em Dawn Linda Raby, *A Resistência Antifascista em Portugal – 1941/1974*, p. 83.

⁹⁵ Ver José Medeiros Ferreira, *O Comportamento Político dos Militares. Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no século XX...*

⁹⁶ Sumariamos as principais intervenções militares e políticas de cariz violento: 1911 – incursões monárquicas de Paiva Couceiro no Norte de Portugal; 1913 – golpe político de 27 de Abril liderado pela Federação Radical Republicana; 1915 – ascensão e derrube da ditadura de Pimenta de Castro; 1916 – tentativa de golpe militar liderada por Machado dos Santos; 1917 – ascensão e queda de Sidónio Pais; 1919 –

O quadro teórico à disposição da oposição dos anos 40 perante a questão da alteração constitucional desejada (quer num cenário de regresso à Constituição de 1911, quer na promoção de uma nova arquitectura constitucional) encontra-se balizado por métodos muito claros: os de inspiração militar e os de inspiração civil. De matriz militar encontramos os planos de tomada do poder via pronunciamento/levantamento militar ou via golpe de Estado. De natureza civil, com pouco sucesso em Portugal, podiam ser considerados – no plano teórico, repetimos – a insurreição geral/levantamento popular, a greve geral, movimentos de aliança antifascista com comportamento eleitoral ou a tomada do aparelho de Estado por via constitucional, utilizando para este efeito o quadro legal teoreticamente competitivo existente (o que significaria a entrada no governo através de uma vitória nas eleições presidenciais). Estes processos apresentavam muitas vezes uma matriz de comando e organização híbrida, no sentido em que forças civis e militares coabitam e partilham o espaço de decisão táctica e estratégica.

A estes modelos devemos ainda acrescentar algumas variáveis: o grau de violência a empregar na tomada do poder, a complexidade da organização política necessária para a boa prossecução do plano, e a dimensão das forças a utilizar na construção da estratégia necessária.

No caldo político dos anos 30 e 40, a importância da ideologia nas lideranças do movimento e o grau de consistência política e ideológica das forças envolvidas na transformação constitucional é também um factor a ter em consideração, isto do ponto de vista táctico e teórico. Táctico, por se reflectir necessariamente na composição política de determinado movimento oposicionista a composição ideológica da mesma (deve ser esta politicamente homogénea, bem definida ideologicamente, ou, face a um inimigo comum, dever-se-á privilegiar a junção de esforços?); teórico, porque a coabitação de modelos políticos antagónicos pode apresentar-se como impeditivo à construção de movimentos coesos e eficazes (nomeadamente quando con-

Monarquia do Norte; 1921 – golpe de Outubro, que levou ao assassinio de António Granjo, Machado dos Santos e José Carlos da Maia; 1925 – tentativa de golpe militar liderado por general Sinel de Cordes, Filomeno da Câmara e coronel Raúl Esteves, golpe do 8 de Maio; 1926 – Fevereiro, tentativa de golpe civil do Partido Radical; Junho – golpe de Estado que derruba Mendes Cabeçadas; 1927 – Fevereiro, revoltas militares no Porto e em Lisboa lideradas por Sousa Dias, Mendes dos Reis e Agatão Lança; e Agosto, golpe dos “Fifis”, liderado por Filomeno da Câmara; 1928 – tentativa de golpe militar liderada por Conceição Mascarenhas, Filomeno e Almeida e Sarmento de Beires; 1931 – Abril, golpe militar na Madeira, liderada por Sousa Dias; Abril e Maio, tentativa de golpe militar nos Açores, São Tomé e Guiné; Agosto, tentativa de golpe militar em Lisboa; 1932 – Outubro, tentativa de golpe militar em Bragança; 1935 – tentativa de golpe militar liderado por Mendes Norton e Manuel Valente; 1936 – movimento revolucionário nos navios *Dão*, *Bartolomeu Dias* e *Afonso de Albuquerque*; 1937 – tentativa de assassinato de Salazar por anarquistas. Ver, entre outros, António Reis, direcção, *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Alfa, 1989, volumes 1-6; José Mattoso, direcção, *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992-1993, volumes VI, VII e VIII; Luís Farinha, *O Revivalho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo (1926-1940) ...*; Luís Farinha, “1931: a ditadura face ao perigo espanhol”, *História*, n.º 15 (2.ª série), Lisboa, 1995, p. 4-13; A. H. Oliveira Marques, *O General Sousa Dias e as Revoltas contra a Ditadura*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1975.

frontados com o produto político final, ou seja, com o sistema de governo a implementar após o derrube do Estado Novo).

Na prática, eram de facto visíveis as disputas frequentes pela hegemonia ideológica e pela preponderância táctica no campo oposicionista, o que levava a que por vezes a oposição desconfiasse mais dela própria que do próprio Estado Novo; e a história da oposição à Ditadura Militar tinha demonstrado que o Revirinho ou as frentes populares não tinham produzido quaisquer resultados práticos. No entanto, verificamos que já nos anos 40, parte da velha elite republicana e liberal abandona progressivamente a tradicional via da conspiração militar, inclinando-se para a contestação unitária de cariz eleitoral, o que acaba por ir ao encontro da estratégia de frentes antifascistas promovidas pelo PCP (o de Álvaro Cunhal, pois o de Velez Grilo lentamente desaparece) a partir de 1943, quando propõe um modelo refrescado das frentes populares⁹⁷.

Pela conjuntura que temos exposto neste capítulo não esperávamos encontrar qualquer oposição legal organizada para o confronto eleitoral de Novembro de 1942, e é para essa conclusão que a literatura especializada e a historiografia portuguesa têm apontado⁹⁸. No entanto, verificámos que o PCP reorganizado dedicou algumas páginas do *Avante!* aos actos eleitorais 1942, primeiro às presidenciais de Fevereiro⁹⁹, depois às legislativas de Novembro¹⁰⁰.

No primeiro caso a apreciação é apenas um relato. São descritas sucintamente algumas características do acto eleitoral, fazendo referências ao “lançamento de foguetes” perto de São Bento (para fabricar um ambiente festivo em torno da eleição) e a diversas sessões de esclarecimento eleitoral “em que não compareceram uma

⁹⁷ Os anarquistas, apesar de pouco relevantes, continuavam a acreditar que a necessária deposição do regime viria de uma greve geral revolucionária impulsionada pelos sindicatos.

⁹⁸ Ver, entre outros, Mário Soares, *Portugal Amordaçado*, p. 50 e seguintes; Fernando Rosas, “Putchismo” e oposição nos anos 40”, *História*, n.º 50, 1982, p. 36-51; Fernando Rosas, “O PCP e a II Guerra Mundial”, *Estudos sobre o Comunismo*, n.º 0, Lisboa, Julho 1983, p. 3-22; David L. Raby, “O MUNAF, o PCP e o problema da estratégia revolucionária da Oposição, 1942-47”, *Análise Social*, n.º 84, Vol. XX, Lisboa, 1984, p. 687-700; Dawn Linda Raby, *A Resistência Antifascista em Portugal – 1941/1974*, p. 83; Fernando Rosas, “Os anos da guerra e a primeira crise do regime”, in António Reis, Direcção, *Portugal Contemporâneo*, Vol. 4, p. 33-74; António José Telo, *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)*, Vol. II, p. 109 e seguintes; José Tengarrinha, “Os caminhos da Unidade Democrática contra o Estado Novo”, *Revista História das Ideias*, Vol. 16, Coimbra, 1994, p. 387-431; Fernando Rosas, *O Estado Novo (1926-1974)*, p. 369 e seguintes; José Tengarrinha, “A oposição democrática portuguesa e a Europa”, in *O Fim da Segunda Guerra Mundial e os Novos Rumos da Europa*, p. 231-237; Fernando Rosas, “Oposição Republicana” in *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. II, p. 695-700; Luís Farinha, “Putchismo”, in *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. I, p. 807-808; David L. Raby, “Oposição” e “Oposição Democrática”, in *Dicionário da História de Portugal*, Vol. 8, p. 644-646; José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal, uma Biografia Política. “Duarte”, o Dirigente Clandestino (1941-1949)*, p. 341 e seguintes; João Madeira, “Las oposiciones entre la abstención y la intervención en las “elecciones” del Estado Novo”, in *Plebiscitos y Elecciones en las Dictaduras del Sur de Europa (siglo XX)...*, p. 255-272; Fernando Rosas, *Portugal Século XX (1890-1976). Pensamento e acção política...*, p. 91 e seguintes; João Arsenio Nunes, “Comunismo”, *Dicionário de História do Estado Novo*, p. 173-181.

⁹⁹ *Avante!* (VI Série), n.º 8, Março 1942.

¹⁰⁰ *Avante!* (VI Série), n.º 19, 2.ª quinzena de Outubro.

centena de eleitores”. Com base no *Diário de Notícias*, de 9 de Fevereiro, os comunistas, constataam ainda que “tinham votado 600 000, isto é, apenas 7.3% do povo português”, número bastante inferior “se contarmos apenas os que apareceram”¹⁰¹. No artigo citado, recomendavam que “é preciso desmascarar esses tartufos que andam não só iludindo o nosso povo como a opinião pública mundial, fazendo crer que o povo está unido em volta do governo fascista de Salazar. Isto só o conseguiremos indo às urnas e votando”¹⁰². E, finalizando o argumento, referiram-se às eleições de Novembro: “aproximam-se as eleições para a Assembleia Nacional. Concorramos a elas repudiando os falsos representantes do povo. Conscenciemo-nos todos para este fim”¹⁰³.

Não encontrámos mais referências que apoiassem este posicionamento tático, nem as devidas *démarches* necessárias para efectivar o desejo manifestado. A literatura sobre a história do PCP não refere este apontamento, como vimos, e o próprio Partido está mais preocupado em resolver o grave conflito interno que à época o deflagra que em organizar um combate eleitoral em plena Guerra Mundial. Julgamos assim que este texto possa ser ou uma precipitação ou uma antecipação do enquadramento tático e teórico subjacente à construção do MUNAF. As páginas do *Avante!* de 1942 são polvilhadas de apelos à unidade antifascista, propondo o Comité Central do Partido Comunista reorganizado “a todos os antifascistas, a todos os patriotas sinceros, a todos os portugueses honestos” que formassem uma “sólida frente nacional para a defesa da liberdade e independência”¹⁰⁴. Este comunicado, repetido nas suas linhas gerais durante todo o ano de 1942¹⁰⁵, pressupõe uma atitude de MUNAF *avant la lettre*¹⁰⁶. Até Outubro não voltamos a encontrar qualquer referência às eleições. O Verão é dedicado à guerra, à questão sindical e ao combate interno com o “grupeco provocador”¹⁰⁷.

Na segunda quinzena de Outubro, quando seria de esperar a publicação de uma lista de deputados alternativa, patrocinada pelo PCP (como prometida em Fevereiro), são impressas apenas reflexões e recomendações sobre o acto eleitoral de

¹⁰¹ *Avante!* (VI Série), n.º 8, Março 1942. Os resultados de Portugal continental, apresentados no *Diário da Manhã*, de 13 de Fevereiro, apontam 822 882 votos, faltando contabilizar as colónias e as ilhas. Cf. *Diário da Manhã*, de 13 de Fevereiro 1942.

¹⁰² *Avante!* (VI Série), n.º 8, Março 1942.

¹⁰³ *Avante!* (VI Série), n.º 8, Março 1942; negrito no original.

¹⁰⁴ Adiantam ainda que “O Partido Comunista está disposto a juntar os seus esforços a todos aqueles que queiram empreender uma acção comum com estes objectivos” e que “declarará que apoiará um governo cujas realizações estejam dentro desta linha geral de acção”; cf. *Avante!*, n.º 7 (VI série), Janeiro de 1942.

¹⁰⁵ Cf. *Avante!*, n.º 8 (VI série), Março de 1942; cf. *Avante!*, n.º 9 (VI série), Abril; *Avante!*, n.º 10 (VI série), Maio de 1942; *Avante!*, n.º 17 (VI série), 1.ª quinzena de Setembro de 1942; *Avante!*, n.º 22 (VI série), 1.ª quinzena de Dezembro de 1942.

¹⁰⁶ Dizemos que tem atitude “MUNAF” quando apela à unidade antifascista. Resta no entanto apreciar a sua eficácia, uma vez que o poder efectivo de qualquer dos partidos comunistas em 1942 era assumidamente fraco e pouco aglomerador.

¹⁰⁷ Cf. *Avante!*, n.º 16 (VI série), 1.ª quinzena de Setembro de 1942. Encontramos noticiada uma referência à União Democrática Espanhola, movimento antifascista englobando republicanos, anarquistas, socialistas e comunistas, demonstradora da capacidade do alcance destas políticas de unidade (cf. *Avante!*, n.º 17 (VI série), 2.ª quinzena de Setembro de 1942).

Novembro. Não seria entregue na Procuradoria-Geral da República nenhuma lista alternativa à da União Nacional, apesar da possibilidade jurídica e da promessa do *Avante!* Num artigo intitulado “A farsa das eleições para a Assembleia Nacional”, era novamente denunciado o acto eleitoral, em que “é absolutamente proibida qualquer lista de oposição, [e] em que é falsificado grosseiramente o número de votantes”¹⁰⁸. A atenção é depois dedicada à constituição da lista dos “90 criados de Salazar destacando o facto desta ter sofrido uma ampla renovação, onde “os criados mais irrequietos e alguns que (...) se atreveram a fazer certas objecções à política salazarista foram afastados”¹⁰⁹. Em compensação, o regime chamara à Assembleia Nacional “alguns conhecidos germanófilos quintacolonistas como João Ameal, Silva Dias, Ribeiro Ferreira, Manuel Múrias, Trigo de Negreiros, etc...”¹¹⁰. Era proposta uma indicação de voto, aconselhando os “patriotas que ‘votarem’” a riscarem “nas listas os nomes dos mais activos traidores germanófilos”; situação possível, uma vez que o voto negativo estava instituído¹¹¹. Os resultados publicados não revelam particular eficácia de tal recomendação, surgindo, dos nomes indicados, apenas o do secretário de Estado das Corporações, Joaquim Trigo de Negreiros, com cortes acima da média¹¹². Ao finalizar o artigo os comunistas apelavam aos “antifascistas que montem um ‘serviço de vigilância às portas de cada secção eleitoral, contando o número de votantes’, para depois poderem apresentar casos concretos de falsificação que desmascarem o ‘êxito’ que os fascistas não deixarão de proclamar”¹¹³.

Não encontramos, nos números seguintes do *Avante!* ou noutras fontes, referências ou relatórios sobre os actos de vigilância solicitados ou sobre o hipotético concurso às eleições de Novembro, pelo que somos levados a concluir que essas sugestões corresponderiam a objectivos de política tácticos e não concretos. Isto é, interessava ao PCP reagir politicamente ao processo eleitoral e aproveitar a oportunidade para denunciar a legitimidade das instituições em causa e do próprio Estado Novo e não colocar objectivamente em consideração a composição de listas de candidatos ou a colocação de observadores eleitorais nas mesas de voto do país¹¹⁴.

¹⁰⁸ Cf. *Avante!*, n.º 19 (VI série), 2.ª quinzena de Outubro de 1942.

¹⁰⁹ Cf. *Avante!*, n.º 19 (VI série), 2.ª quinzena de Outubro de 1942.

¹¹⁰ Cf. *Avante!*, n.º 19 (VI série), 2.ª quinzena de Outubro de 1942.

¹¹¹ O sistema eleitoral permitia votos negativos, ou seja, na lista apresentada podiam ser cortados os nomes dos candidatos, contando esse corte como um voto negativo. As votações oficiais oscilam entre os 873 595 votos de Formosinho Sanches e os 868 541 de Marques Mano. Dos citados, apenas Trigo de Negreiros (subsecretário de Estado das Corporações) baixou os 870 000 votos.

¹¹² Recordamos que Trigo de Negreiros – subsecretário de Estado das Corporações – era a face visível e pública da política governamental relativa ao mundo do trabalho, sendo frequentemente acusado de ser o responsável pelo mal-estar social decorrente da revisão das leis laborais de 1942.

¹¹³ Cf. *Avante!*, n.º 19 (VI série), 2.ª quinzena de Outubro de 1942.

¹¹⁴ A atenção é dedicada a uma “saudação do Partido Comunista à União Soviética e ao camarada Staline”, ao combate salarial, à unidade antifascista. Cf. *Avante!*, n.º 20 (VI série), 1.ª quinzena de Novembro de 1942; *Avante!*, n.º 21 (VI série), 2.ª quinzena de Novembro de 1942; *Avante!*, n.º 22 (VI série), 1.ª quinzena de Dezembro de 1942.

Em síntese: a oposição em Portugal no início dos anos 40 encontrava-se num estado de total desgoverno e “sem quaisquer veleidades de fazer ouvir a sua voz”¹¹⁵, parafraseando Mário Soares. As principais preocupações de Salazar, neste Outono de 42, não seriam comunistas ou anarquistas, republicanas ou reviralthistas, mas antes as contestações populares de Outubro-Novembro (às quais reagiria), e a passagem por Portugal do pseudo pretendente ao trono de Portugal (situação que o preocupava, como vimos). Desta forma, o aparelho eleitoral legal, apesar de teoreticamente apresentar um quadro competitivo, não teria de se preocupar com questões de conflito eleitoral e poderia dedicar os seus recursos à organização de uma campanha plebiscitária de incolução das mensagens do regime, servindo as eleições desta forma funções legitimadoras, comunicacionais e educacionais, como veremos.

¹¹⁵ Mário Soares, *Portugal...*, p. 82.

Capítulo 3

Quem vota?

“Seguidamente (...) chamou a atenção dos chefes dos distritos para a legislação que regula o acto eleitoral, destacadamente o decreto 23 406, de Dezembro de 1933, e 24631, de Novembro de 1934, pedindo o seu cumprimento a fim de que a eleição decorra com toda a legalidade e elevação, como é próprio do Estado Novo”¹.

Diário da Manhã [1942]

3.1. A Lei Eleitoral

A definição ideológica do voto: o Preâmbulo ao Decreto-Lei n.º 24 631

O Preâmbulo do decreto regulamentador das eleições durante o primeiro ciclo eleitoral do Estado Novo, o Decreto n.º 24 631, de Dezembro de 1934, fornece uma leitura bem completa sobre a apreciação que o novo regime detinha dos seus actos eleitorais, ao mesmo tempo que identifica a necessidade de Salazar em justificar politicamente a permanência de eleições num regime de tipo-novo, com características autoritárias assumidas. Nesta longa introdução à Lei Eleitoral, esgrimiam-se os conceitos de Estado Corporativo e Estado Liberal; confrontava-se a ideia da ordem e da unidade da nova situação versus o sectarismo e balbúrdia republicana; e defendia-se o interesse nacional renascido do Estado Novo em detrimento do interesse particular degenerado da República.

É neste sentido que devem ser entendidas as considerações que são proferidas à República e à nação: “A nação, no sistema liberal, era concebida como um somatório dos indivíduos, e a vontade nacional como o resultado numérico das vontades singulares, individuais. Compreende-se, portanto, que a representação fosse organizada de modo a traduzir (...) a vontade de cada um dos indivíduos que componham a nação. (...)”². Como contraponto, afirmava-se que “Os princípios constitucionais hoje são

¹ *Diário da Manhã*, 9 de Outubro de 1942.

² Decreto-lei n.º 24631, de 6 de Novembro de 1934, Preâmbulo.

outros. A nação é um todo orgânico superior e diferente dos indivíduos que a compõem em determinado ponto da sua evolução, uma unidade moral política e económica, formando um todo uno com o Estado e com ele integrado”; e desta forma a “eleição da Assembleia é por isso mesmo a designação de um dos órgãos do poder que promovem o interesse público e não um conjunto de forças partidárias preparadas e organizadas para a luta política”.

Como vemos, eram denunciadas as lutas partidárias e fratricidas que tinham impedido a formação de governos fortes e actuantes durante a I República (e uma das razões para a necessidade de uma Revolução na Ordem), reforçando-se a necessidade de estabilidade para governar; e essa não podia ser dependente de quimeras eleitorais ou desgastada em eleições permanentes e repetitivas. Aliás, João Ameal deixara bem claro na sua *História de Portugal* que a necessidade regeneradora da nação portuguesa fora imprescindível pois “a democracia entregou o poder às flutuações do sufrágio e às querelas dos partidos e assim converteu a vida política numa espécie de feira franca onde se leiloam os votos do ‘povo soberano’”. Por isso “tinha por isso de cair, e caiu, sob o domínio da plutocracia ‘anónima e vagabunda!’”³.

Visível o distanciamento da experiência republicana, e assumido o carácter não concorrencial e competitivo dos actos eleitorais, cabia ao eleitor exercer o voto, mas “em harmonia com os interesses da Nação e com os princípios de organização política em que ela se inspira, porque, elegendo, contribui para a formação de um órgão de soberania, de um representante de toda a Nação”⁴. No entanto, devemos ter em consideração, e como bem releva Rui Ramos, que “a ‘Democracia’ contra a qual Salazar fez doutrina na década de 1930 não significava um estado de direito representativo, como hoje, mas o domínio exclusivista e sectário da esquerda republicana”⁵.

Salazar, sobre esta matéria, diria ainda que o liberalismo político criara o “cidadão”, “indivíduo desmembrado da família, da classe, da profissão, do meio cultural (...) e conferiu-lhe (...) o direito de intervir na constituição do Estado. Foi assim que foram investidas nesse cidadão fontes da soberania nacional”⁶. Para o Presidente do Conselho esta noção era falsa, porque a base da soberania nacional deveria ser “a família, célula social irredutível, núcleo original da paróquia, da comuna e, portanto, da nação. Ela é (...) o primeiro dos elementos políticos do Estado constitucional”. Neste sentido, deveria ser a família a exercer “pela voz do seu chefe, o direito de eleger os membros dos corpos administrativos, pelo menos os da sua paróquia”, representando ele “o cidadão [que] tem direitos políticos”⁷.

As eleições não assumiam, assim, no Discurso, um carácter individual ou partidário. Não era valorizado o voto do indivíduo, como átomo constituinte e independente da sociedade, enaltecendo-se antes o voto orgânico, assumindo-se o indiví-

³ Cf. João Ameal, *História de Portugal, das origens a 1940*, p. 729-730

⁴ Idem, *ibidem*.

⁵ Rui Ramos, *Outra opinião. Ensaios de História*, Lisboa, O Independente, 2004, p. 36.

⁶ António de Oliveira Salazar, *Como se Reergue um Estado*, p. 51-52.

⁷ António de Oliveira Salazar, *Como se Reergue um Estado*, p. 51-52.

duo como parte de uma colectividade orgânica e dinâmica, diluindo quaisquer laivos da personalidade singular. Longe ficara a ideia de *citoyen*, como definido pela Revolução Francesa, apesar da manutenção do conceito de cidadão-eleitor⁸; consagrando-se antes o voto orgânico, vontade expressa do colectivo representado no ideal de “Nação”. O culminar deste pressuposto era o modelo corporativo. O Homem, o indivíduo, é encarado como “dependente, frágil e ávido de amparos [que] carece de ser enquadrado, através dos organismos naturais (famílias), profissionais (grémios, sindicatos, corporações), regionais (municípios e províncias)”⁹.

Era evidente o distanciamento da vida partidária da I República, que impele um discurso anti-partidos. Nas célebres entrevistas com António Ferro, Salazar reconheceria que “o novo estatuto constitucional português não reconhece os partidos e defenderá o Estado o quanto possa do assalto deles, pela própria essência da sua doutrina”¹⁰; e um par de anos mais tarde prometeria, mesmo “abolir definitivamente o liberalismo, o individualismo, as lutas sociais e partidárias”¹¹. O espaço político seria confinado à nação, essa entidade orgânica, fonte da soberania nacional. Neste argumentário, ser oposição ou minoria seria ser anti-nação, atitude não tolerada nem aceite. Não havia lugar a partidos, e o monopólio da representação política estava nas mãos do regime, num sistema hegemónico e controlado onde, segundo Salazar. “(...) mesmo com o Colégio Eleitoral nunca haverá grupos, nem partidos, nem lutas pela posse do poder na Assembleia Nacional”¹².

Era claro que a experiência dos 16 anos da República impunha que se assumisse um claro distanciamento político. É esse período a-histórico, – esses “dezasseis anos que vão de 1910 a 1926 [onde] a linha histórica da nação mal se descobre. São tais as aberrações ideológicas, tais os dirigentes e as massas que parece ter deixado de viver o Portugal cristão e imperial (...)”, escrevera João Ameal¹³ – que justifica a Revolução Nacional. E em 1940 era “incontestável que uma Revolução está em marcha, de uma ponta a outra no Mundo”, que essa “opõe-se categoricamente ao individualismo político, social e económico que encheu o último século de discórdias, de equívocos e de ruínas”, reforça João Ameal¹⁴.

Salazar já sintetizara e deixara bem claro que se assumia “por um lado anticomunista e por outro antidemocrata e antiliberal, autoritário e intervencionista”¹⁵; e por isso – completaria João Ameal – a Revolução teria de ser “antiliberal, antidemo-

⁸ Ver, por exemplo, o interessante editorial de João Ameal no *Diário da Manhã* de 8 de Outubro (João Ameal, “O Estado Novo e os mitos de 89”, *Diário da Manhã*, 8 de Outubro de 1942).

⁹ Cf. João Ameal, *História de Portugal, das origens a 1940*, p. 729-730.

¹⁰ António Ferro, *Salazar. O Homem e a Sua Obra*, s.l, Imprensa Nacional de Publicidade, 1933, p. 139.

¹¹ António de Oliveira Salazar, “A constituição das câmaras na evolução da política portuguesa” [1934], in António de Oliveira Salazar, *Discursos I 1926-1934*, p. 367-388.

¹² António de Oliveira Salazar, “A constituição das câmaras na evolução da política portuguesa” [1934], in António de Oliveira Salazar, *Discursos I 1926-1934*, p. 367-388.

¹³ Cf. João Ameal, *História e Portugal, das origens a 1940*, p. 709.

¹⁴ Cf. João Ameal, *História de Portugal, das origens a 1940*, p. 729-730.

¹⁵ Cf. António de Oliveira Salazar, “Problemas político-religiosos da nação portuguesa e do seu império”, discurso de 25 de Maio de 1940, recolhido em António de Oliveira Salazar, *Discursos III (1938-43)*, p. 237.

crática, antiplutocrática, antimarxista, restauradora da autoridade”; teria de tentar reconstruir a “verdadeira *ordem humana*, apoiada nos seus normais e lógicos fundamentos”¹⁶, e deveria visar a “libertação do poder, não mais sujeito às flutuações e corrupções da feira do sufrágio”¹⁷.

Esta análise maniqueísta, onde tacticamente são colocadas em confronto, de forma sistemática, as realidades políticas da República e do Estado Novo, confirma a utilização estratégica de um Discurso de contrários desordem/ordem¹⁸, antinomia dicotómica que perde força com os anos, mas que manter-se-á até ao fim do regime, com ajustes de intensidade.

O corpo eleitoral

As eleições de 1 de Novembro de 1942 regiam-se legalmente por dois diplomas: o Decreto-lei n.º 24 631, de 6 de Novembro de 1934, que definia a capacidade eleitoral passiva e que regulava directamente a eleição legislativa; e o Decreto-lei n.º 23 406, de 27 de Dezembro de 1933, que tratava do recenseamento eleitoral e da definição eleitoral activa. As condições de poder votar foram divulgadas com ampla antecedência na imprensa da época, que se limitava a reproduzir, na íntegra, as condições legais relativas à atribuição da capacidade eleitoral activa¹⁹.

Assim, e segundo Artigo 1.º § único do Decreto-lei n.º 24 631 “é eleitor todo aquele inscrito no recenseamento”²⁰. Este é definido no Decreto-lei n.º 23 406 que, no seu artigo 4.º, estipula que “são eleitores da Assembleia Nacional e do Presidente da República os cidadãos portugueses mencionados nos n.º 3, 4 e 5 do artigo 2.º”. E estes estabelecem serem eleitores:

- Os “(...) cidadãos portugueses do sexo masculino, maiores ou emancipados, que saibam ler e escrever, domiciliados no concelho onde se encontrassem há mais de seis meses, ou nele exercendo funções públicas desde o dia 2 de Janeiro anterior à da eleição”²¹.
- Os “cidadãos portugueses do sexo masculino, maiores ou emancipados domiciliados no concelho há mais de seis meses que, embora não saibam ler

¹⁶ Cf. João Ameal, *História de Portugal, das origens a 1940*, p. 729-730

¹⁷ Cf. João Ameal, *História de Portugal, das origens a 1940*, p. 729-730

¹⁸ Cf. José Martinho Gaspar, *Os Discursos e o Discurso de Salazar*, Lisboa, Prefácio, 2001, p. 109.

¹⁹ Ver, por exemplo, *Novidades* de 19 de Setembro 1942; *O Século* de 30 de Setembro de 1942.

²⁰ Decreto-lei n.º 24631, de 6 de Novembro de 1934, artigo 1.º, § único.

²¹ Decreto-lei n.º 23406, de 27 de Dezembro de 1933, artigo 2.º, 3.ª. Segundo o §2 do mesmo artigo 2.º, a prova de saber ler e escrever faz-se: “a) pela exibição de qualquer exame público feita perante a comissão a que se refere o artigo 6.º; b) por requerimento escrito e assinado pelo próprio, com reconhecimento notarial da letra e assinatura; c) por requerimento escrito, lido e assinado pelo próprio perante a comissão referida no artigo 6.º ou algum dos seus membros, desde que seja atestado no requerimento e autenticado com o selo branco ou a tinta de óleo da junta; d) pela declaração, nos mapas enviados pelas repartições dos serviços públicos civis, militares ou militarizados, de que o cidadão tem essas habilitações”.

e escrever, paguem ao Estado e corpos administrativos, a um ou a outros, quantia não inferior a 100\$00 por todos, por algum ou alguns dos seguintes impostos: contribuição predial, contribuição industrial, imposto profissional e imposto sobre a aplicação de capitais”²².

- Os “cidadãos portugueses do sexo feminino maiores ou emancipados, com curso especial, secundário ou superior, comprovado pelo diploma respectivo, domiciliando no concelho onde se encontrassem há mais de seis meses, ou nele exercendo funções públicas desde o dia 2 de Janeiro anterior à da eleição”²³.

Sob estes pressupostos, e sem estudos adicionais que o comprovem, julgamos que seria sob os propósitos do n.º 2 do artigo 4.º que se constitua o principal grupo eleitoral, ou seja, a maioria dos eleitores seriam os letrados. Quem não sabia ler e escrever podia votar se fosse um certo contribuinte, apesar das contribuições previstas (predial, industrial, profissional e aplicação de capitais), fossem apenas acessíveis a um grupo restrito da população: os proprietários (rurais e urbanos), os industriais, as profissões liberais e os capitalistas. Se considerarmos que as profissões liberais e as ligadas ao capital eram maioritariamente assumidas por letrados, resta explorar o acesso à propriedade e os salários dos possíveis votantes. Os analfabetos sem propriedade e não tributados por estes impostos não votavam, e estes constituíam o grosso da população (é preciso ter em conta que a taxa de analfabetismo em Portugal era em 1930 superior a 60%, e em 1940 estava muito perto dos 50%²⁴).

Sabemos, por exemplo, que nos contratos colectivos do trabalho para a indústria têxtil do Porto e Braga assinados em Dezembro 1941 (e ratificados em Julho de 1942), o salário de uma rendeira de tecelagem foi negociado a 13\$00/dia, sensivelmente 340\$00/mês; que um afinador, dos operários mais qualificados, ganhava 120\$00/semana, ou seja 480\$00/mês²⁵. Fernando Rosas refere que família operária-

²² Decreto-lei n.º 23 406, de 27 de Dezembro de 1933, artigo 2.º, 4.ª. Segundo o §3 do mesmo artigo 2.º, a prova de pagamento faz-se “a) pela exibição, perante a comissão a que se refere o artigo 6.º, do conhecimento ou conhecimentos respectivos, cujo numero ou números ficarão devidamente anotados no verbete ou processo individual do eleitor; b) pela inclusão do cidadão no mapa ou relação enviadas pelos chefes das repartições de finanças”.

²³ Decreto-lei n.º 23 406, de 27 de Dezembro de 1933, artigo 2.º, 5.ª. As habilitações referidas provam-se “pela exibição do diploma de curso, da certidão ou da pública-forma respectiva perante a comissão a que se refere o artigo 6.º”.

A comissão estipulada no artigo 6.º é composta “pelo presidente da junta de freguesia, do regedor e de um delegado do administrador do concelho respectivo, para organizar a relação dos eleitores da freguesia e para, em caso de dúvida, verificar se efectivamente os cidadãos sabem ler e escrever o requerimento que lhes será ditado (...)”.

²⁴ Cf. Maria Filomena Mónica, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, Lisboa, 1978, p. 381. No quadro apresentado, a percentagem de analfabetismo sobre a população com mais de 7 anos, em 1939, era de 62%, número que desce para os 49% em 1940.

²⁵ Cf. Fátima Patriarca, *O Salazarismo e a Questão Social...*

-tipo receberia 56\$90/dia, ou 1460\$00/mês²⁶. Na actividade agrícola, por exemplo, a apanha da azeitona era paga a 7\$00/dia²⁷. Um deputado ganhava 3000\$00/mês²⁸, e o ministro do Interior 8000\$00²⁹. Um Fiat 500 custava a quantia de 24 000\$00³⁰ e Salazar recebera 20 000\$00 de direitos de autor pelo terceiro volume dos *Discursos*³¹.

Tomando estes exemplos, 100\$00 de imposto predial parecem não ser muito elevados para quem esteja colocado na metade superior da hierarquia salarial³². Um funcionário público urbano, de nível médio, poderia pagar mais de 100\$00 de imposto predial da sua nova habitação social, num dos muitos bairros de renda económica controlada construídos nos anos 40 nos principais centros urbanos. Seria interessante, por exemplo, procurar confrontar os cadernos eleitorais com as percentagens de inscritos seguindo as três alíneas possíveis: letrados, contribuintes e mulheres³³.

Mesmo com estas restrições, os números de conjunto apresentam um ligeiro aumento da percentagem de eleitores face à população quando comparados com os números da República. Para 1942 calculamos, para Portugal continental, uma população de 7 278 600 com 870 822 eleitores, representando estes 12% da população, números ainda longe dos 18% de 1878, mas em todo caso superiores aos que regeram as eleições para a Assembleia Constituinte de 1911 (ver tabela 1).

²⁶ Cf. Fernando Rosas, *Portugal entre a Paz e a Guerra...*, p. 357.

²⁷ Cf. IANTT/AMI/GM/maço 527/caixa 85.

²⁸ É o subsídio estipulado no artigo 5.º do Decreto-lei n.º 24 631, de 6 de Novembro de 1942.

²⁹ Ver Arquivo MI, maço 561, caixa 119, NT 438. No mesmo gabinete, o subsecretário de Estado Joaquim Diniz da Fonseca ganhava 6000\$00/mês, o chefe de gabinete do ministro 2750\$00/mês, enquanto o condutor de automóvel ganhava 600\$00/mês.

³⁰ Cf. IANTT/AMI/GM/maço 527/caixa 85.

³¹ Ver carta da Coimbra Editora, Limitada, de 14 de Dezembro de 1942 a Alexandre Ribeiro da Cunha, secretário do Presidente do Conselho; cf. AINTT/AOS/PP – 6.

³² No resumo das monografias da região do Barroso, distrito de Vila Real, são identificadas as despesas das famílias. São apresentadas 3 camadas sociais, cada uma com dois exemplos: A, camada superior, a que pertencem as famílias mais abastadas; B, camada média, a que pertencem as famílias cujas explorações raramente empregam pessoal permanente; e C, camada inferior, a que pertencem famílias cujas receitas provenham da cultura de pequenos tratos de terra sua ou da jorna. Nas despesas com habitação, onde está incluída a renda, somente a camada A e a um exemplo da camada B ultrapassam os 100\$00. A camada A gasta 470\$00 e 490\$00 (os dois exemplos), para uma despesa anual geral de 11 397\$20 e 20 888\$50, respectivamente. O exemplo da camada B apresenta 105\$00 gastos em habitação (para 10 655\$80 de despesas gerais). O segundo exemplo da camada B apresenta gastos com a habitação de 73\$50 (para 9 262\$45 de gastos gerais). Os exemplos da camada C gastam 43\$00 (para 3 595\$10/ano) e 40\$00 (para 2 275\$00/ano), respectivamente. Considerando os gastos com a habitação como imposto predial, somente a camada A e um exemplo da camada B poderiam ter acesso ao voto. Este exemplo carece, no entanto, de confirmação com outras realidades no país. cf. Fernando Rosas, *O Estado Novo...*, p. 55; e Fernando Rosas, *Portugal entre a Paz e a Guerra...*, p. 396

³³ Segundo cálculos apresentados por Rita Almeida Carvalho, para 1945, cerca 33 427 mulheres estariam em condições de requerer constar nos cadernos eleitorais, resultando que “menos de um por cento das mulheres portuguesas tinham direito a voto”. Os cálculos apenas contabilizaram a percentagem de letradas em confronto com o número de mulheres portuguesas, sem discriminar idade, pelo que a percentagem será, inevitavelmente, ainda mais baixa. Cf. Rita Almeida Carvalho, *A Assembleia Nacional no Pós-Guerra (1945-1949)*, p. 41. Não existem números oficiais discriminando a percentagem de mulheres e de homens nos cadernos de recenseamento.

Tabela 1 – Eleitores e votantes: Estado Novo e eleições 1878 (Monarquia Constitucional) e 1911 (I República)³⁴

Ano	População	Eleitores		Votantes		
		Total	% pop	Total	% votos	% pop
1878	4 550 699	824 726	18,1	523 929	63,5	11,5
1911 (AC)	5 960 056	846 801	14,2	s.i.	s.i.	s.i.
1928 (P)	6 634 300	1 092 591	16,5	764 483	69,9	11,5
1933 (PC)	7 057 400	1 238 224	17,6	738 929	59,7	10,4
1934 (L)	7 147 000	588 957	8,2	476 706	80,9	6,6
1935 (P)	7 236 700	s.d.	s.d.	688 589	s.d.	9,2
1938 (L)	7 505 600	829 054	11,1	694 290	83,7	9,2
1942 (P)	7 278 600	909 790	12,5	829 042	91	11,3
1942 (L)	7 278 600	870 922	12	758 215	87,6	10,4
1945 (L)	7 503 600	909 456	12,1	489 133	53,8	8,5
1949 (P)	8 405 600	1 125 198	13,4	875 598	77,6	5,6
1949 (L)	8 405 600	1 223 172	14,1	927 264	75,8	11,0
1951 (P)	8 500 600	1 250 746	14,7	965 236	77,2	11,3
1953 (L)	8 606 400	1 239 504	14,4	845 281	68,2	9,8
1957 (L)	8 850 700	1 294 368	14,6	911 618	70,4	10,9
1958 (P)	8 926 400	1 294 779	14,5	684 857	52,9	7,6
1961 (L)	8 985 700	1 315 231	14,6	973 997	74,1	10,8
1965 (L)	9 122 000	1 357 459	14,9	998 542	73,6	10,9
1969 (L)	9 074 700	1 794 293	19,8	981 159	54,7	10,8
1973 (L)	8 978 200	2 096 020	23,4	1 391 990	66,4	15,5

Legenda: AC – Eleições para a Assembleia Constituinte; P – Eleição Presidencial; PC – Plebiscito Constitucional; L – Eleições ‘Legislativas’ (ou Gerais)

³⁴ Fontes para eleições na Monarquia Constitucional: *Diário do Governo*. Lisboa, 1860-1886; *Anuário da Direcção Geral de Administração Política e Civil*. Lisboa, 1896-1909; António Joaquim de Sousa Júnior, org. – *Censo Eleitoral da Metrópole*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1916; Pedro Tavares de Almeida – *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista, 1868-1890*. Lisboa: Difel, 1991. Ver *Materiais para a História eleitoral e parlamentar portuguesa, 1820-1926*, disponível em <<http://purl.pt/5854/1/index.html>>. Fontes para a I República: António Joaquim de Sousa Júnior, (org.) – *Censo Eleitoral da Metrópole*. Lisboa: Impr. Nacional, 1916; *Anuário Estatístico de Portugal*. Lisboa: Impr. Nacional, 1931. Ver *Materiais para a História eleitoral e parlamentar portuguesa, 1820-1926*, disponível em <<http://purl.pt/5854/1/index.html>>. Fontes para o Estado Novo: Manuel Braga da Cruz, *O Partido e o Estado...*

Com capacidade eleitoral passiva – poder ser eleito – encontramos os que cumpram as condições impostas pelo artigo 2.º do Decreto-lei n.º 24 631, de 6 de Novembro de 1934. Este estabelecia que “podiam ser eleitos membros da Assembleia Nacional todos os cidadãos portugueses que tenham capacidade eleitoral, que saibam ler e escrever e não incorram em qualquer das inelegibilidades previstas no artigo seguinte”³⁵. Excluía-se, portanto, os analfabetos. O artigo 3.º do mesmo diploma especificava que não podiam ser eleitores:

- “os portugueses por naturalização”³⁶.
- “Os que não podem ser eleitores”³⁷.
- “Os que não tenham tido residência efectiva e contínua em território português nos últimos cinco anos, salvo se tivessem saído em serviço da Nação ou devidamente documentados”³⁸.
- “Os que tiverem sido proibidos de residir em território nacional, nos termos do Decreto-lei n.º 23.203 de 6 de Novembro de 1933”³⁹.
- “Os que à data de publicação do presente decreto estiverem presos por delitos políticos ou sociais, ou tivessem residência fixa por efeito de medida preventiva do Governo”⁴⁰.
- “Os que professassem ideias contrárias à existência de Portugal como Estado independente, à disciplina social, e com o fim de promover a subversão violenta das instituições e princípios fundamentais da sociedade”⁴¹.

Segundo Philippe Schmitter, existem “poucas provas de que estas exclusões formais fossem regularmente utilizadas” para impedir o acesso ao voto⁴², mas José Magalhães Godinho relembra que para o acesso à candidatura “estas disposições eram utilizadas de forma extensiva e selectiva”⁴³. Não é possível testar ambas as hipóteses com os dados de que dispomos, mas parece-nos que, para as eleições de 1942, este era um “não assunto”, uma vez que a oposição não estava suficientemente organizada para poder confrontar o dispositivo legal apresentado.

³⁵ Decreto-lei n.º 24 631, de 6 de Novembro de 1934, artigo 2.º

³⁶ Decreto-lei n.º 24 631, de 6 de Novembro de 1934, artigo 3.º, 1.º

³⁷ Decreto-lei n.º 24 631, de 6 de Novembro de 1934, artigo 3.º, 2.º

³⁸ Decreto-lei 24.631, de 6 de Novembro de 1934, artigo 3.º, 3.º Na prática, significa quem desde 1937 não residisse em território nacional.

³⁹ Decreto-lei n.º 24 631, de 6 de Novembro de 1934, artigo 3.º, 4.º O Decreto-lei n.º 23 203, de 6 de Novembro 7 de 1933 estipulava serem crimes de rebelião (punidos com o desterro): “1.º o atentado contra a integridade territorial na nação; 2.º o atentado contra a forma republicana do governo; 3.º O atentado contra o governo instituído; 4.º O atentado contra a autoridade em exercício dos poderes do Presidente da República e dos ministros”. Cf. Decreto-lei n.º 23 203, de 6 de Novembro de 1933, artigo 1.º

⁴⁰ Decreto-lei n.º 24 631, de 6 de Novembro de 1934, artigo 3.º, 5.º Este artigo, como vemos, era dedicado aos presos políticos, que não tinham capacidade para serem eleitos.

⁴¹ Decreto-lei n.º 24 631, de 6 de Novembro de 1934, artigo 3.º, 6.º Na prática, esta disposição podia impedir o acesso à candidatura de todos os que não aceitassem o Estado Novo.

⁴² Cf. Philippe Schmitter, *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*, Lisboa, ICS, 1998, p. 74.

⁴³ Cf. José Magalhães Godinho, *A Legislação Eleitoral e a sua Crítica*, Lisboa, Prelo, 1969, citado em Philippe Schmitter, *Portugal: do autoritarismo à democracia*, p. 74.

A apresentação de candidaturas

Em todo o caso, a liberdade de apresentar lista, consagrada legalmente no capítulo II do Decreto-lei n.º 24 631, encontrava-se amplamente condicionada, quer pelo dispositivo legal, quer pelas condições políticas existentes⁴⁴. Não obstante tal condicionalismo, encontrámos na diversa imprensa da época informação relativa à capacidade eleitoral passiva e à possibilidade de entrega de listas concorrentes⁴⁵, noticiando *O Século* e *A Voz*, por exemplo, que “a Procuradoria-geral da República estivera aberta até à meia-noite, para recepção de qualquer outra lista, que não foi entregue”⁴⁶.

Na imprensa, a questão acaba por ser abordada. O *Diário da Manhã*, logo a 3 de Outubro, interroga: “Tratar-se-á verdadeiramente de uma eleição? Há quem duvide ou discorde. Eleição — dizem — é escolha, mas agora não se trata de escolher, visto haver só uma lista que o eleitorado deverá votar. Se houvesse sido proposta mais duma lista, como permite a lei, o caso mudava de figura”. Já *A Voz*, em editorial de 19 de Outubro sintetizaria a questão, assumindo que “no dia 1 do mês próximo [Novembro] votaremos todos. Como quisermos. Nada nos impede de manifestar a discordância da lista proposta, se o quisermos fazer. Bastará apresentar-se outra. Se tal não sucede, se todos aceitam a proposta, é porque se reputa má acção votar contra ou acção inútil ante a vontade nacional. Neste jornal sempre se aconselhou aos portugueses o cumprimento do dever cívico”⁴⁷.

Mas não haveria nenhuma lista oposicionista. A proposta apresentada pelo PCP reorganizado nas páginas do *Avante!* não produziu quaisquer efeitos práticos, como vimos, o que colocava o governo na situação ideal — uma candidatura única que plebiscitasse o regime, re-legitimasse as suas políticas e reforçasse o papel dos chefes no estabelecimento de uma Nova Ordem. Era essa afinal a ideia-chave destas eleições, como veremos: um plebiscito à política do governo e à “política de paz de Salazar”. A existência de uma lista concorrente seria considerada anti-governo, anti-nação, e em 1942 os que assim se assumiam não tinham lugar no Estado Novo.

Em todo o caso, e legalmente, as listas eram completas e fechadas e deveriam ser entregues na Procuradoria-geral da República, “perante o Procurador-geral, até trinta dias antes daquele que for designado para a eleição”⁴⁸. A apresentação consistiria na “entrega da lista contendo os nomes dos noventa candidatos”, acompanhada

⁴⁴ As referências legais a que nos referimos são as que condicionam a capacidade eleitoral passiva, isto é, ser eleito e pertencer a listas. Como vimos, estava vedado o acesso a quem professasse “ideias contrárias à existência de Portugal como Estado independente, à disciplina social, e com o fim de promover a subversão violenta das instituições e princípios fundamentais da sociedade”, ou seja, à maioria da oposição. As condicionantes políticas, às quais já referimos neste trabalho, determinantes para a possibilidade da existência de oposições, eram condicionadas pelas prisões, pelas deportações, exílios, residências fixas, que pautavam o quotidiano político do regime.

⁴⁵ Ver, por exemplo, o *Jornal do Comércio*, que descreve os preceitos legais determinados no artigo 8.º do Decreto n.º 24 631, de 6 de Novembro de 1934. Cf. *O Jornal do Comércio*, 19 de Setembro.

⁴⁶ Cf. *O Século*, *A Voz*, *Diário da Manhã*, *Diário de Notícias*, todos de 1 de Outubro 1942.

⁴⁷ Cf. *A Voz*, 19 de Outubro 1942.

⁴⁸ Decreto-lei 24.631, de 6 de Novembro de 1934, artigo 8.º

“por uma ou mais declarações onde os candidatos afirmem, em conjunto ou separadamente, que aceitam a candidatura e acatam os princípios fundamentais da ordem estabelecida”⁴⁹. Cada lista deveria ainda ser subscrita por duzentos eleitores, “e instruída com documentos que façam prova bastante de estarem, subscritores e candidatos, inscritos no recenseamento vigente à data da eleição”⁵⁰; os cinco primeiros candidatos e os dez primeiros eleitores que figurassem na lista ou a subscrevessem eram denominados “candidatos-mandatários” e “eleitores-mandatários”⁵¹. Qualquer lista que não cumprisse o estipulado não seria recebida⁵².

Num sistema de apertado controlo estatal, era também estipulado que “os funcionários públicos e todos aqueles que exerçam comissão ou emprego retribuídos pelo Estado não poderão aceitar a sua candidatura sem autorização prévia do governo, sob pena de inelegibilidade”, disposição que dotava o governo de um poder controlador acrescido, e que será utilizado com frequência nos actos eleitorais do pós-guerra⁵³. Relativamente às eleições de 1942, e tomando apenas os exemplos de Albino dos Reis (presidente do Supremo Tribunal Administrativo) e Quirino Mealha (delegado do INTP), é o Gabinete da Presidência do Conselho de Ministros quem comunica ao secretário da Comissão Executiva da União Nacional que o Presidente do Conselho tinha autorizado (a 29 de Setembro de 1942) estas candidaturas a deputado⁵⁴.

A lei também estipulava a possibilidade de apresentar reclamações, sendo as mesmas decididas num “tribunal constituído pelo procurador-geral da República [que também interpunha a reclamação] e por dois adjuntos para tal efeito designados pelo ministro da Justiça”, não havendo qualquer tipo de recurso da decisão de tal Tribunal⁵⁵.

Foi cumprindo estas condições que a lista da União Nacional foi depositada na Procuradoria-geral da República, e divulgada pelo Secretariado da Propaganda, devidamente articulado com Junta Central da União Nacional⁵⁶. A lista foi entregue pela Comissão Executiva da União Nacional às 15 horas⁵⁷, tendo Albino dos Reis,

⁴⁹ Decreto-lei n.º 24 631, de 6 de Novembro de 1934, artigo 9.º

⁵⁰ Decreto-lei n.º 24 631, de 6 de Novembro de 1934, artigo 9.º, § 1.

⁵¹ Decreto-lei n.º 24 631 artigo 9.º, §3.º

⁵² Decreto-lei n.º 24 631 artigo 13.º

⁵³ Decreto-lei n.º 24 631 artigo 9.º, §3.º

⁵⁴ O ofício está assinado por Manuel Correia Fernandes, e é datado de 29 de Setembro de 1942.

⁵⁵ Decreto-lei n.º 24 631 artigos 15.º a 21.º

⁵⁶ Ver ofício n.º 4029 assinado pelo secretário-geral da União Nacional, Ruy de Moraes Vaz, para o chefe dos serviços de informação e imprensa do SPN, comunicando que “Para efeito de publicação na Imprensa, tenho a honra de enviar a V. Exma. a lista de deputados à Assembleia Nacional que a UN vai apresentar nas eleições que se realizam em 1 de Novembro. A cerimónia de entrega da lista na PGR efectua-se hoje às 15h30”. Este ofício é respondido afirmativamente pelo chefe de serviços (interino) A. Tavares de Almeida pelo ofício n.º 3915 do SPN, que acusava a recepção do ofício n.º 4029, de 30 de Setembro e que tinha sido “remetida aos jornais a lista de candidatos a deputados”. Cf. IANTT/Arquivo SNI/SPN. NT 6544/4180.

⁵⁷ A lista era acompanhada pela documentação complementar, recolhida pelo ministro do Interior em São Bento na manhã de dia 30. Cf. IANTT/AOS/DI – 30 de Setembro de 1942.

Sebastião Ramires, Águedo de Oliveira, Madeira Pinto e Marques de Carvalho, como “candidatos-mandatários”⁵⁸, sido recebidos por Armando Cancela Abreu, procurador-geral interino. Na altura, Albino dos Reis declarou que “a UN tinha elaborado uma lista com a maior ponderação, certa a servir o interesse nacional”, tendo Cancela de Abreu desejado que “a próxima legislatura seja a legislatura da paz”⁵⁹. Após a entrega da lista reuniu-se a Comissão Executiva da União Nacional para preparar o acto eleitoral.

O sistema eleitoral

“A eleição de deputados é directa e feita num só colégio eleitoral que abrange todo o continente da República, ilhas adjacentes e território do Império Colonial Português”⁶⁰, ou seja, um sistema eleitoral de círculo único nacional, sem divisões distritais como durante a I República, nem com qualquer tipo de proporcionalidade na eleição dos parlamentares, como se verifica na constatação de que “considerar-se-ão eleitos apenas os candidatos que constituem a lista vencedora e que obtiverem, pelo menos, um décimo da votação total atribuída a essa lista”⁶¹. No entanto, estava à disposição do eleitor riscar da lista nomes de candidatos a deputados, sem que no entanto os pudesse substituir por outro nome, considerando-se para esse efeito “voto negativo a eliminação do nome do candidato na respectiva lista”⁶².

Para efeitos de assembleias eleitorais, era estipulado que “no continente da República e nas ilhas adjacentes haverá tantas assembleias eleitorais quantas as freguesias”, e nas colónias “tantas assembleias quantas as circunscrições ou concelhos”, podendo as mesmas serem desdobradas pelos governadores civis ou pelos governadores provinciais, nas colónias⁶³. Cabia às câmaras municipais, uma semana antes ao acto eleitoral, anunciar “o dia, local e hora em que se reúnem as assembleias e secções de voto, tornando públicos os desdobramentos ou anexações, se os houver”, anúncio que deveria ser efectuado através da fixação de editais “nos lugares do estilo”⁶⁴.

As mesas eleitorais eram constituídas por um presidente, dois secretários, dois escrutinadores e dois suplentes (escolhidos, de entre os eleitores presentes, pelo presidente da Mesa)⁶⁵; e as assembleias e as secções de voto presididas “por um

⁵⁸ Era nesta forma que a imprensa tratava os primeiros subscritores. Ver *O Comércio do Porto, O Século, A Voz, Diário da Manhã, O Século, Diário de Notícias*, todos de 1 de Outubro. Cf. Decreto-lei n.º 24 631, de 6 de Novembro de 1934, artigo 9.º, §3.º

⁵⁹ *O Século, Diário de Notícias, A Voz, O Comércio do Porto, Novidades, Diário de Coimbra, Primeiro de Janeiro*, todos de 1 de Outubro.

⁶⁰ Decreto-lei n.º 24 631, Artigo 27.º

⁶¹ Decreto-lei n.º 24 631, Artigo 55.º, § único.

⁶² Decreto-lei n.º 24 631, Artigo 43.º, §2 e Artigo 47.º

⁶³ Decreto-lei n.º 24 631, Artigo 29.º e 30.º

⁶⁴ Decreto-lei n.º 24 631, Artigo 31.º

⁶⁵ Decreto-lei n.º 24 631, Artigo 33.º

cidadão nomeado pelo governador civil”⁶⁶. Para uma boa organização do acto eleitoral, os presidentes das assembleias eleitorais e das secções de voto recebiam, “pelo menos dois dias antes do designado para a eleição” uma cópia do caderno eleitoral, remetida pelo chefe de secretaria da câmara municipal respectiva⁶⁷, que assim tinha acesso ao mesmo antes do acto eleitoral.

Constituídas as assembleias de voto, escolhidas geralmente entre membros da União Nacional⁶⁸, “o presidente e demais componentes das mesas votam em primeiro lugar”, sendo seguidos pelos delegados eleitorais, os magistrados e autoridades” ou os representantes das autoridades “que se encontrem junto das assembleias de voto”. Os militares “de terra e mar” e os agentes da força pública “podem votar fardados mas não armados”⁶⁹. Depois, “os secretários e escrutinadores procedem às descargas”, munidos de uma cópia das listas em sufrágio, conforme publicação definitiva no *Diário do Governo*⁷⁰. A seguir, “a contagem far-se-á pelo número de votos em cada lista e de cada candidato nela inscrito”, considerando-se voto negativo “a eliminação do nome do candidato na respectiva lista”, promovendo-se depois “um resumo de onde conste o número de votos obtidos por cada lista e por cada candidato”⁷¹.

Após o acto eleitoral, e “até três dias depois do da eleição”, os presidentes das assembleias eleitorais e secções de voto deveriam entregar em mão ao presidente da assembleia concelhia de apuramento “as actas, cadernos e papéis respeitantes à eleição, incluindo o resumo do apuramento”⁷². Esta assembleia concelhia de apuramento era, por sua vez, constituída pelo presidente da câmara municipal respectiva (que a presidia), cinco escrutinadores por ele escolhidos (provenientes das assembleias ou secções de voto da sede do concelho ou das freguesias mais próximas)⁷³. Esta assembleia concelhia deveria reunir-se no primeiro domingo após o acto eleitoral, e produziria três actas “que traduzam fielmente todas as operações realizadas e actos praticados” no decurso das eleições, sendo depois essas actas entregues à assembleia geral de apuramento, à Direcção-Geral da Administração Pública e Civil do Ministério do Interior, ficando a última acta na sede do concelho⁷⁴.

Por fim, e finalizando o processo de apuramento eleitoral, convocava-se e reunia a assembleia-geral de apuramento, que “começará a funcionar numa das salas da Câmara Municipal de Lisboa, às nove horas do segundo domingo posterior à eleição, sob presidência do conselheiro presidente do Supremo Tribunal de Justiça”; sendo

⁶⁶ Decreto-lei n.º 24 631, Artigo 34.º

⁶⁷ Decreto-lei n.º 24 631, Artigo 35.º

⁶⁸ Como se comprova da leitura da acta n.º 321 da Comissão Concelhia de Lisboa que, em reunião de 16 de Outubro “aprovou também os nomes das pessoas indicadas pelas comissões de freguesia para presidirem às mesas eleitorais no próximo dia 1 de Novembro (...)”; cf. IANTT, Arquivo UN, caixa 6, Livro 6.

⁶⁹ Decreto-lei n.º 24 631, Artigo 39.º

⁷⁰ Decreto-lei n.º 24 631, Artigo 41.º e 42.º

⁷¹ Decreto-lei n.º 24 631, Artigo 43.º e 44.º

⁷² Decreto-lei n.º 24 631, Artigo 48.º

⁷³ Decreto-lei n.º 24 631, Artigo 49.

⁷⁴ Decreto-lei n.º 24 631, Artigo 50.º e 51.º

esta assembleia constituída, além do seu presidente, pelo procurador-geral da República, um desembargador, um secretário, sem voto, que será o secretário-geral do Ministério do Interior, e dois escrutinadores” designados pelo ministro do Interior⁷⁵. O apuramento respeitante às ilhas e colónias “poderá basear-se em correspondência telegráfica transmitida pelos governadores respectivos”⁷⁶.

O apuramento consiste “na verificação do número total de votos de cada lista apresentada ao sufrágio”, “na proclamação da lista que tenha obtido maior número de votos” e na “proclamação dos candidatos”, considerando-se eleitos “apenas os candidatos que constituem a lista vencedora e que obtiverem, pelo menos, um décimo da votação total obtida a essa lista”⁷⁷. No fim do processo, será arquivada a acta final na Direcção de Administração Política e Civil do Ministério do Interior e comunicados os resultados oficiais (no território continental e insular pelo ministro do Interior, e nas colónias pelo respectivo ministro)⁷⁸. No caso das eleições legislativas de Novembro de 1942, a comunicação e divulgação oficial dos resultados – que não são totalmente coincidentes com os apontados nos dias subsequentes à eleição – é proferida a 16 de Novembro, e publicada na imprensa.

A mecânica eleitoral: os boletins de voto

O acto de votar durante o Estado Novo era semi-público. As urnas eram colocadas junto da mesa eleitoral e não existia cabina de voto. Aos eleitores eram entregues, em casa ou por correspondência, os votos, cabendo-lhes depois deslocarem-se às secções de voto e depositar o voto na urna. Os votos negativos eram efectuados pelo eleitor na sua privacidade, uma vez que obtinha a lista dos candidatos antecipadamente, não existindo assim nenhum processo individual onde o eleitor recebesse – apenas no dia da eleição – o voto e depois se deslocasse à cabina de voto para aí proceder às suas escolhas. Desta forma, e uma vez que o sistema era maioritário (e não proporcional) e como o regime – nas eleições de 1942 – não promovia qualquer nível de competitividade no acto eleitoral, o papel do eleitor resumia-se a (1) receber o voto em casa, (2) proceder aí às suas escolhas (riscando da lista os candidatos que lhe merecessem menos confiança), e (3) deslocar-se à assembleia de voto para depositar a lista na urna.

No caso das eleições gerais de 1942 existiram, de facto, vários milhares de votos negativos – que analisaremos em mais pormenor no capítulo 6 – e nenhum candidato a deputado recebeu a plenitude dos votos, variando estes entre os 873 595 recolhidos por Formosinho Sanches e os 868 541 de Marques Mano. Como já referimos, e aproveitando a existência do voto negativo, o Partido Comunista Português, nas páginas do *Avante!* da segunda quinzena de Outubro, aconselhava mesmo os

⁷⁵ Decreto-lei n.º 24 631, Artigo 52.º e 53.º

⁷⁶ Decreto-lei n.º 24 631, Artigo 53.º, § único.

⁷⁷ Decreto-lei n.º 24 631, Artigo 55.º

⁷⁸ Decreto-lei n.º 24 631, Artigo 57.º, 58.º e 59.º

“patriotas que ‘votarem’” a riscarem “nas listas os nomes dos mais activos traidores germanófilos”, identificando para o caso os nomes de João Ameal, Silva Dias, Ribeiro Ferreira, Manuel Múrias, Trigo de Negreiros⁷⁹; estratégia que se revelou infrutífera, sendo os votos negativos obtidos pelo subsecretário de Estado das Corporações (um dos nomeados mais riscados nas listas) justificados mais pelo desagrado da política governamental relativa às questões sociais que já referimos que ao alinhamento com a tática expressa pelo PCP.

O formato dos boletins de voto era também estipulado por lei, e deveria ser de “forma rectangular, com as dimensões de 0,24 m x 0,23 m, em papel branco liso, não transparente, sem qualquer marca ou sinal externo, e deverão conter, impressos ou litografados, os nomes e profissões dos noventa candidatos em duas colunas dispostas no sentido da maior dimensão”; colunas que deverão ser “divididas por um traço, no topo do qual será inscrita a designação alfabética atribuída à lista, na publicação no *Diário do Governo*”⁸⁰. Esta era mais uma forma de controlo eleitoral, pois a lista governamental – a da União Nacional – teria acesso à gráfica oficial (e a um determinado tipo de papel, com determinada textura⁸¹), podendo desta forma serem facilmente identificados todos os boletins de votos de outras listas, por se diferenciarem dos votos oficiais. Nas eleições de 1942, ou em todas as respeitantes ao primeiro ciclo eleitoral do Estado Novo (até 1945), e por terem sido eleições plebiscitárias sem oposição, esta estratégia de identificação do oponente acabou por não ser utilizada; mas após 1945 – e quando a oposição foi às urnas – eram frequentes as denúncias por parte dos candidatos fora da lista governamental em relação a este assunto.

O facto dos boletins de voto serem entregues via correio em casa dos eleitores significava ainda que o registo de moradas dos cadernos tinha de ser correcto e correspondente. Ora tal facto colidia com uma certa mobilidade populacional, natural e mesmo incentivada. Referimo-nos ao processo de migração interna – bem patente em Portugal na primeira metade do século xx e que permite que várias centenas de milhar de portugueses procurem melhores condições de vida junto dos principais centros urbanos do país (num movimento do interior para o litoral) – e às diferentes campanhas de colonização ultramarina. Isso significava que muitos dos eleitores que se deslocavam não só desapareciam dos cadernos de origem, como não transitavam para os cadernos das suas novas moradas. Essa era, aliás, uma das justificações para a avaliação negativa do mau estado dos cadernos eleitorais, e uma situação a qual a logística eleitoral nunca conseguiu totalmente resolver, como veremos seguidamente.

⁷⁹ Cf. *Avante!* n.º 19 (vi série), 2.ª quinzena de Outubro de 1942.

⁸⁰ Decreto-lei n.º 24 631, Artigo 45.º

⁸¹ Ver, a título de exemplo, a encomenda de “120 cartões c/ref.ªs. – Eleições de Deputados” efectuada pela Comissão Central da União Nacional à Casa Portuguesa, “Papelaria, Tipografia, Encadernações”, de 12 de Setembro (com o custo de 91\$50). Cf. IANTT, Arquivo UN, NT 421, maço 444.

3.2. O recenseamento eleitoral

“Não poderá esperar-se que de um mau recenseamento saia uma boa eleição”⁸².

Mário Pais de Sousa, ministro do Interior [1942]

Legalmente, o recenseamento estava consagrado no Decreto-lei n.º 23 406, de 27 de Dezembro de 1933, que na essência não se apresentava “diverso do da legislação republicana de 1913 e 1915”⁸³. A lei estabelecia que os cadernos de recenseamento eram constituídos ao nível de concelho ou de bairros administrativos (no caso de Lisboa e do Porto) por comissões compostas por um funcionário recenseador (o chefe de secretaria da câmara), um delegado do presidente do município e outro do governo civil⁸⁴; num sistema onde era reservado ao Estado – ou aos titulares de órgãos por si nomeados – o acesso exclusivo à maquina administrativa eleitoral⁸⁵.

Nas “instruções para a organização e orientação política da Comissão da União Nacional das Colónias”, texto geral apresentado às comissões instaladoras nos finais dos anos 30 e início dos anos 40, era descrito quais os procedimentos a cumprir na promoção do recenseamento eleitoral⁸⁶. Este deveria contemplar “não só dos filiados da UN como de todos os que, por motivos do cargo ou pelas suas afinidades políticas, dêem garantias de concorrer às urnas a favor dos princípios do Estado

⁸² Ver circular confidencial da Direcção-Geral de Administração Política e Civil do Ministério do Interior aos governadores civis, esta endereçada ao governador civil de Viseu, datada de 7 de Julho de 1942. Cf. Arquivo Distrital de Viseu, caixa 2460, n.º 16. Ver ainda Arquivo Distrital de Leira, 17 – B – 7, p. 94 e circular confidencial 1/36 da Direcção-Geral de Administração Política e Civil do Ministério do Interior para o governador civil do Distrito de Lisboa, de 7 de Julho de 1942, cf. Arquivo do Governo Civil de Lisboa (agora na Torre do Tombo, na altura da consulta desta documentação, esta encontrava-se depositada no edifício do Governo Civil de Lisboa).

⁸³ Fernando Rosas, *As Primeiras Eleições...*, p. 35.

⁸⁴ Ver Decreto-lei n.º 23 406, de 27 de Dezembro de 1933.

⁸⁵ Situação, analisada por José Magalhães Godinho ou Fernando Rosas, que levou Rita Almeida Carvalho a concluir que “num esquema assim montado era fácil às autoridades extirpar dos cadernos eleitorais os cidadãos eleitores que lhe fossem adversos”. No nosso entender o regime não deixaria que a situação chegasse a tal ponto, como podemos atestar na leitura de alguns relatórios dedicados ao tema. Cf. José Magalhães Godinho, *A Legislação Eleitoral e a sua Crítica*, Lisboa, Prelo, 1969; Fernando Rosas, *As Primeiras Eleições...*; Rita Almeida Carvalho, *A Assembleia Nacional no Pós-Guerra...*, p. 36.

⁸⁶ Esta situação nas colónias não deverá ser imediatamente transposta para a realidade de Portugal continental, uma vez que a efectivação da presença do aparelho do Estado e o potencial da população politicamente activa impede qualquer comparação directa. Nas colónias, nos anos 30, início dos anos 40, existia “Estado” nas principais capitais de distrito, e pouco mais; a população com direitos políticos era absolutamente residual; e a distância e a eficácia da comunicação eram problemas evidentes, impeditivos da participação política plena.

Novo”⁸⁷. Caso houvessem dúvidas, sempre se poderia solicitar à Metrópole parecer actualizado sobre a forma correcta de tratar do assunto⁸⁸.

Para as eleições legislativas de 1 de Novembro de 1942 a legalidade imponha que entre 2 de Janeiro e 15 de Março se procedesse à construção e verificação dos cadernos eleitorais, mas a realidade é que somente a 7 de Julho o ministro do Interior, “que notoriamente se tem esforçado por evitar que as eleições políticas sejam fruto de improvisação do momento”, contacta confidencialmente os governos civis e os interroga acerca do estado da situação⁸⁹. Neste ofício confidencial, são alertados os governadores civis para o término da II Legislatura (finda em Fevereiro de 1942) enfatizada a necessidade de começar a preparar o próximo acto eleitoral. Nesta comunicação confidencial, assinada por Mário Caes Esteves, director-geral da Administração Política e Civil do Ministério do Interior, assumia-se já a data eleitoral de 1 de Novembro e pressionavam-se as estruturas para a questão dos recenseamentos, recordado que o estado dos cadernos “nem sempre primam pela ideal perfeição que se ambiciona” e deixando bem entendido que “no espaço de tempo que nos separa da realização do acto eleitoral – aproximadamente quatro meses – bem poderá V. Ex.^a fazer rever e actualizar algumas inscrições ou corrigir as que se mostrem defeituosas”; solicitando para o efeito que apresente um relatório onde se identifique “(1) o estado dos recenseamentos; (2) das providências a adoptar para suprimir deficiências (...); (3) das dificuldades que possam antever-se e constituem embaraço à realização de um acto eleitoral de grande afluência”⁹⁰. No entanto, esta comunicação não deverá ter produzido o efeito desejado, muito por falta de resposta eficaz das estruturas contactadas, como o confirma a circular urgente do governador civil da

⁸⁷ Ver, todos IANTT/AUN, para Timor caixa 183/maço 617; Macau caixa 181/maço 613; Cabo Verde maço 610/NT 179, p. 111; e Nova Goa caixa 180/maço 612, p. 87-96.

⁸⁸ Como foi o que aconteceu em 1949, quando a Comissão da Colónia de Moçambique requer ao presidente da Comissão de Colónias da União Nacional que solicite um parecer ao presidente da Comissão Executiva, Marcelo Caetano, sobre a forma de proceder ao recenseamento eleitoral na colónia; isto porque, em Abril de 1949, graças ao critério utilizado, o número de inscritos “baixou no concelho de Lourenço Marques de 6152 em 1945 para 4217 em 1948”, apesar de ter de ser considerado “o pessoal dos batalhões expedicionários, que figuravam no recenseamento de 1945”. No recenseamento de 1948, tinham sido “apenas inscritos: a) os funcionários e empregados do Estado, corpos administrativos, organismos corporativos e de coordenação económica; b) os indivíduos relacionados pela União Nacional; c) os indivíduos – raros – que o requereram”; cf. ofício confidencial de 2 de Abril de 1949 da Comissão da Colónia de Moçambique para o presidente da Comissão de Colónias da União Nacional, cf. IANTT/AUN/maço 614/NT 181, p. 145-153.

⁸⁹ Estes pedidos são reencaminhados para as câmaras municipais de cada distrito, logo a 9 de Julho, como o comprova a minuta do ofício confidencial do Governo Civil de Leiria para as respectivas câmaras municipais; cf. IANTT/Arquivo Distrital de Leiria/dep. 01 – III/17 – B – 7, p. 98. A maioria das câmaras responde durante o mês de Agosto (ver exemplo da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, distrito de Viseu, que responde a 30 de Agosto; ver IANTT/Arquivo Distrital de Viseu/caixa 2662, n.º 9).

⁹⁰ Ofício confidencial do director-geral da Administração Política e Civil do Ministério do Interior para os governadores civis, datado de 7 de Julho de 1942; cf. IANTT/Arquivo Distrital de Leiria/dep. 01 – III/17 – B – 7.

Guarda, de 13 de Outubro, solicitando ao presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa os seus cadernos eleitorais⁹¹.

Outras respostas também antevêm o pior cenário. A Comissão Concelhia da União Nacional de Lisboa já em Março contactara o presidente da Comissão Executiva, procurando prevenir acerca do “péssimo estado de funcionamento do cadastro de eleitores”, e para a escassez de meios que dispunham, para resolver o problema, citando o exemplo da Freguesia da Ameixoeira, onde 51.7% dos eleitores não poderiam receber as listas em sua casa “por terem mudado de residência para locais que se ignoram”. Para combater esta situação, tinha sido solicitada a nomeação de um guarda da PSP para proceder à rectificação da situação, pedido rejeitado em função da falta de guardas para o serviço eleitoral (por se encontrarem concentrados nas freguesias com grande número de eleitores)⁹². Em Abril, verificamos que o problema persiste, pois são solicitados “3 guardas para procederem à verificação das informações” de Santa Isabel, sem os quais a “Comissão de recenseamento eleitoral (...) não poderá eliminar cerca de 5000 eleitores que se encontram indevidamente inscritos no recenseamento político da freguesia”⁹³. Estas são, aliás, preocupações constantes nos bairros administrativos da capital, que desculpabilizam a má situação dos recenseamentos com a falta de meios policiais e o atraso na entrega das informações das freguesias⁹⁴.

Cabia assim à União Nacional, com a colaboração da PSP, a elaboração dos cadernos eleitorais, delas dependendo a execução no terreno das directrizes governamentais⁹⁵; apesar de ser reconhecido pela Secretaria-Geral do Partido que os meios

⁹¹ Ver circular urgente do governador civil da Guarda ao presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz-Côa, datada de 13 de Outubro de 1942; cf. IANTT/Arquivo Distrital da Guarda/caixa 178.

⁹² Ver ofício n.º 731 da Comissão Concelhia da União Nacional de Lisboa para o presidente da Comissão Executiva da UN, datada de 9 de Março de 1942; cf. IANTT/AUN/caixa 368/maço 299

⁹³ Ofício n.º 1476 da Comissão Concelhia de Lisboa da União Nacional, datado de 11 de Abril 1942; cf. Arquivo UN. caixa 368. maço 299, p. 151. O problema aparentemente não foi resolvido, pois em relatório acerca das eleições de 1945 Joaquim Mendes do Amaral denunciava que “os recenseamentos estavam pessimamente organizados”; e exemplificava como na freguesia de Santa Isabel: “em 15 597 eleitores não foram encontrados 4716 e na Ajuda 1129 em 6548” cf. IANTT/AUN/maço 834/NT 295, folio 21, p. 29.

⁹⁴ Atrasos motivados essencialmente pela escassez de meios. Veja-se outro exemplo, relatado pela administração do 2.º Bairro de Lisboa directamente ao director-geral da Administração Política e Civil. Dizem que “de 22 agentes requisitados, o Comando da Polícia (...) apenas fornecer 6, resultando daqui que das suas 12 freguesias, só 5 tiveram um simulacro de informação (...)”; no 3.º Bairro, dos 20 solicitados, só 6 foram fornecidos. Ver circular confidencial 159, de 23 de Julho de 1942, do governador civil de Lisboa para o director-geral de Administração Política e Civil; cf. Arquivo do Governo Civil de Lisboa.

⁹⁵ Para os guardas este serviço acabava por ser um interessante suplemento salarial, pago a 20\$00 ao dia (ver gratificações de António Vicente, 11 dias/220\$00; João Maia, 6 dias/120\$00; Manuel Caldeira, 9 dias/180\$00; cf. IANTT/AUN/Caixa 382/Maço 293, p. 398. Os relatórios recebidos pela PSP, da área de Lisboa, apenas contêm elogios ao trabalho policial efectuado. Por exemplo, a Junta de Freguesia de Santos-o-Velho verificaria com “bastante agrado (...) se no próximo ano nos fosse enviado (...) o mesmo individuo (...)”; cf. circular 1708/42 da Administração do 4.º Bairro de Lisboa ao comandante-geral da PSP, datado de 30 de Julho de 1942; cf. IANTT/Arquivo da PSP/NT 466.

materiais necessários à sua intervenção nas operações de recenseamento seriam facultados à União Nacional somente em 1945 ⁹⁶.

Não encontramos nenhum documento com os gastos totais do recenseamento de 1942, mas para 1945 foi identificado um gasto de 386 000\$00, repartido em (1) “Custo, afixação e portes de cartazes de propaganda de inscrição nos cadernos eleitorais” (25 000\$00), (2) “Custo, distribuição e portes de prospectos” (25 000\$00), (3) “Pagamento dos serviços de informação às comissões recenseadoras de Lisboa e do Porto” (290 000\$00), (4) “Pagamento de serviços nos postos de inscrição a instalar nas secretarias de Lisboa e Porto” (10 000\$00), e (5) Revisão dos cadernos eleitorais de Lisboa e Porto (36 000\$00)⁹⁷. Mesmo matizando os recursos atribuídos à UN para matéria de recenseamento (substancialmente incrementados em 1945), e considerando que em 1942 o suplemento eleitoral para as comissões distritais da UN foi de 280 000\$00 (gastos que contabilizam apenas despesas eleitorais, e não de recenseamento), podemos concluir que igual ou superior importância logística e material era colocada no processo de recenseamento relativamente à campanha eleitoral.

A questão dos recenseamentos era, aliás, matéria recorrente nas comunicações entre as estruturas do Partido e o Ministério do Interior; e geralmente era referido o mau estado dos cadernos eleitorais como justificação de um menos bom *score* eleitoral. Neste sentido, por exemplo, a Comissão Concelhia de Lisboa relata que – referente às eleições de 1938 – assumiu a existência de “um grave prejuízo verificado na votação pela mais deficiente organização do recenseamento”, situação apurada pelo retorno de mais ou menos “vinte e duas mil listas”⁹⁸; argumento também utilizado na Figueira da Foz para desculpar o resultado “menos animador” de Novembro, por se ter verificado que num total de “dois mil trezentos e tal eleitores, houve cerca de mil que não foi possível identificar”⁹⁹.

No alerta de Julho de 1942, a que já fizemos referência, Mário Caes Esteves, director-geral de Administração Política e Civil, refere “a necessidade (...) de não consentir que se releguem para as vésperas da eleição, as resoluções de problemas que devem ser postos com a devida antecedência”¹⁰⁰, mesmo que seja necessário trabalhar fora do prazo legal estabelecido. Já para as eleições de 1934, Fernando Rosas detetara que estes prazos eram muitas vezes letra morta, denunciando inclusivamente

⁹⁶ Ver relatório confidencial sobre o recenseamento eleitoral de Lisboa, de 29 de Junho de 1945; cf. IANTT/AUN/caixa 751/maço 4.

⁹⁷ Cf. IANTT/AUN/caixa 382/maço 293, p. 726-727.

⁹⁸ O distrito de Lisboa oficialmente contava com 151 349 eleitores. Ver ofício n.º 5261 da Comissão Concelhia de Lisboa para o presidente da Comissão Executiva da União Nacional, datado de 8 de Novembro de 1938; cf. IANTT/AUN/caixa 66/maço 218 – A.

⁹⁹ Ver relatório do presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz para o governador civil de Coimbra, datado de 20 de Novembro de 1945; cf. IANTT, Arquivo UN, maço 37 – A, caixa 15.

¹⁰⁰ Ver Arquivo Distrital de Viseu, caixa 2460, n.º 16. Ver ainda Arquivo Distrital de Leira, 17 – B – 7, p. 94; e circular confidencial 1/36 da Direcção-geral de Administração Política e Civil do Ministério do Interior para o governador civil do distrito de Lisboa, de 7 de Julho de 1942, cf. Arquivo do Governo Civil de Lisboa.

situações de actualização dos cadernos eleitorais no dia da eleição¹⁰¹; situação, aliás, recorrente, como veremos.

A letra da lei, ou os apertados prazos estabelecidos no diploma de referência, é menosprezada em prol do bem geral, pois “é certo que, com tais diligências se sacrificarão alguns prazos ou se atentará, pelo menos aparentemente, contra certas disposições da lei. Mas nestes casos de prevenção contra males irremediáveis, V. Exma. obterá desta Direcção-Geral os esclarecimentos que julgue necessários”¹⁰². Esta quebra sistematizada do previsto na lei é assumida aliás na própria documentação oficial, como o comprova o relatório sobre o recenseamento eleitoral da Administração, o 2.º Bairro Administrativo de Lisboa, onde se reconhecia que “esta cópia não deu entrada no prazo da lei no Governo Civil”¹⁰³.

Dentro deste enquadramento, não espanta que as sugestões de fraude sejam apresentadas pelos próprios serviços de recenseamentos, como podemos aferir em alguns relatórios. Um provém da Administração do 1.º Bairro de Lisboa para o governador civil de Lisboa, que afirma não prever “que possam surgir quaisquer embaraços à realização do acto eleitoral. Entendemos porém que, a exemplo do que se praticou no último acto eleitoral, deve ser permitida a passagem de boletins de eleitor para aqueles indivíduos que não estejam recenseados para maior alargamento do acto”¹⁰⁴.

Estas respostas são esclarecedoras acerca da relação com a legalidade e com a honestidade eleitoral, e não por acaso, a Comissão Concelhia da União Nacional de Lisboa, logo a 1 de Setembro, solicitava ao governador civil de Lisboa “o obséquio de autorizar a cedência, a título devolutivo, dos respectivos cadernos eleitorais”, solicitação satisfeita a 11 de Setembro¹⁰⁵. Era necessário “preparar o acto eleitoral”.

O próprio ministro do Interior na primeira acção de campanha – reunião a 8 de Outubro com os governadores civis do continente na Sala do Conselho do Estado – alude à questão dos recenseamentos, interrogando: “Como estão organizados os recenseamentos? Estão perfeitos? No caso contrário, o que há a fazer para os aperfeiçoar?”¹⁰⁶. Dias depois, em intervenção no Porto, reconhecia que “nos recenseamentos há progressos sensíveis, mas é preciso fazer melhor”, e que “dentro do espírito da legalidade será relativamente fácil corrigir algumas deficiências”. Qual legalidade,

¹⁰¹ Situação que leva Fernando Rosas a questionar se “do ponto de vista técnico se possa falar de cadernos eleitorais nas eleições de 1934”. Cf. Fernando Rosas, *As Primeiras Eleições...*, p. 35.

¹⁰² Ver Arquivo Distrital de Viseu, caixa 2460, n.º 16. Ver ainda Arquivo Distrital de Leira, 17 – B – 7, p. 94 e circular confidencial n.º 1/36 da Direcção-Geral de Administração Política e Civil do Ministério do Interior para o governador civil do distrito de Lisboa, de 7 de Julho de 1942, cf. Arquivo do Governo Civil de Lisboa.

¹⁰³ Circular n.º 47 da Administração do 2.º Bairro Administrativo de Lisboa para o governador civil de Lisboa, datada de 12 de Agosto de 1942. Cf. Arquivo do Governo Civil de Lisboa.

¹⁰⁴ Sublinhado no original. Circular n.º 871 da Administração do 1.º Bairro Administrativo de Lisboa para o governador civil de Lisboa, datada de 10 de Julho de 1942. Cf. Arquivo do Governo Civil de Lisboa.

¹⁰⁵ Cf. ofício n.º 3492 da Comissão Concelhia da União Nacional de Lisboa para o governador civil de Lisboa, datada de 1 de Setembro de 1942.

¹⁰⁶ Ver *Diário da Manhã* e *Diário de Notícias*, de 9 de Outubro 1942.

não especificava; pelo contrário, finalizou a intervenção referindo uma “ordem de trabalhos ainda possíveis de realizar pelas comissões paroquiais de recenseamento”¹⁰⁷, levantando a suspeita de que talvez, também em 1942, os recenseamentos estiveram abertos até ao dia da eleição.

Esta suspeita adensa-se quando comparada com a prática reiterada de *cadernos eleitorais abertos* e com o rastreio dos boletins eleitorais destinados à eleição de Novembro de 42. A prática da manutenção dos cadernos eleitorais abertos era – ao que apurámos – relativamente vulgar e justificava-se essencialmente com a incapacidade de construção de um recenseamento eficaz, por razões logísticas e políticas. São diversos os relatos de falta de informação em relação à população eleitora, seja por motivo de ausência ou por falta de rastreio; o que na leitura de alguns presidentes de assembleia eleitoral era razão suficiente para permitir o voto a quem no caderno não estivesse inscrito mas tivesse capacidade eleitoral comprovada. Era também frequente a crítica à organização deficiente dos cadernos eleitorais devido ao facto dos mesmos terem sido organizados – nos anos 30 – por *adesivos* fora do controlo da Situação. Esta é a justificação para a permissão de voto a cidadãos não consagrados para o efeito na Freguesia de Leomil nas eleições administrativas de 1941, que referia que o recenseamento tinha sido conduzido de forma “absolutamente incapaz e inepta, [e] sob a absoluta e dominante acção democrática” da comissão política cessante. Neste sentido, eram constituídos em grande maioria por “chefes de família democráticos, ao serviço e soldo dos respectivos caciques”¹⁰⁸. Neste caso, de *cadernos eleitorais abertos*, de 88 eleitores inscritos nos cadernos eleitorais, votaram 159¹⁰⁹.

Relativamente às eleições legislativas de 1942, e como aprofundaremos adiante, o rastreio aos boletins de voto provam que parte dos mesmos foram entregues a diversas câmaras municipais no dia anterior à eleição, ou seja, sem possibilidade logística de seguirem os trâmites legais (envio dos mesmos para casa dos eleitores por via postal). Ora esse facto deixa subentendido que o destino destes boletins tenha sido ou os eleitores directamente (mediante entrega em mão) ou as assembleias eleitorais que deles fariam o uso que entendessem. Em todo o caso, o facto é que todas estas situações levantam demasiadas suspeitas para entendermos os actos eleitorais como sérios e vinculadores. Bem sabemos que a logística necessária para a boa organização dos actos eleitorais é densa e exigente, mas essas dificuldades não podem ser utilizadas para justificar tantos e tão frequentes ataques à Lei Eleitoral.

Desta forma, confirma-se que existe uma grande *décalage* entre o discurso de legalidade e formalidade nos actos eleitorais do Estado Novo e o conjunto de práticas eleitorais, que o contradizem. E se para o regime, num primeiro momento, a preocupação dos recenseamentos é essencialmente de arregimentação do próprio regime, num modelo monista totalitário, após 1945, com uma oposição tolerada e ciclicamente activa, a construção dos cadernos eleitorais ganha importância no controlo do

¹⁰⁷ Ver *Diário da Manhã*, 12 de Outubro 1942.

¹⁰⁸ Cf. IANTT/AUN/caixa 52/maço 145,

¹⁰⁹ Portanto, 77 sem direitos eleitorais. cf. IANTT/AUN/caixa 52/maço 145,

acesso ao voto por elementos oposicionistas e é peça fundamental no controlo prévio de qualquer contenda eleitoral¹¹⁰. Os recenseamentos assumiam, assim, a parte invisível dos actos eleitorais, garantindo a eleição; enquanto a campanha eleitoral apresentava o lado exposto, visível, das eleições, assegurando os mecanismos de inculcação dos valores do regime e da sua propaganda.

Outros exemplos confirmam que os métodos utilizados para a construção dos cadernos eleitorais obedeciam a parâmetros bem definidos centralmente, cujo intuito seria o de consagrar eleitoralmente apenas os apoiantes da Situação, garantindo assim que a participação política se restringisse apenas aqueles que – identificados pelas entidades oficiais – valorizassem positivamente o trabalho desenvolvido pelo regime, pelo Estado Novo. É essa a mensagem que se encontra subentendida, por exemplo, na comunicação da Comissão de Colónias à Comissão da União Nacional de Cabo Verde, a quem era sugerido que “importa também que, ao chegar à época das eleições estejam já seleccionados elementos nossos para participarem na constituição dos órgãos eleitorais, de forma a facilitar-nos vencer (...)”¹¹¹.

Estas recomendações são mais frequentes no período imediatamente a seguir à guerra, pois a presença tolerada de uma oposição eleitoral obrigava a que uma maior atenção fosse dada ao recenseamento eleitoral. Como já referimos, é neste sentido que deve ser entendido o relatório confidencial (do Outono de 1945) sobre o recenseamento eleitoral de Lisboa, que a Secretaria-geral da UN entrega à Comissão Executiva do Partido. Neste relatório, que expõe o diálogo interno entre a direcção executiva da UN e a sua secretaria-geral, era indicada expressamente que se deve promover a “inscrição do maior número possível de novos eleitores reconhecidamente adeptos ou simpatizantes da Situação”¹¹², e que para tal efeito deveria a União Nacional “dotada como agora de meios materiais suficientes” colaborar “activamente nos futuros recenseamentos eleitorais”¹¹³. O sucesso desta postura é confirmado pela Comissão Distrital de Faro, que relata que “em harmonia” com o indicado para o efeito, tem a estrutura em causa promovido “o maior número possível de inscrições de eleitores dedicados ao Estado Novo”, tarefa desenvolvida por “pessoas seguras” que obtivessem esses nomes “com a maior discrição possível”, para “não despertar entusiasmos aos adversários”¹¹⁴.

¹¹⁰ Ver, por exemplo, as preocupações nas eleições de 1953 e 1957. Em 1957 há a preocupação por se estar a inscrever elementos “excluídos do recenseamento eleitoral há 10 anos, por estarem envolvidos em actividades anti-situacionistas (...)”, ver comunicação particular relativamente aos trabalhos do último recenseamento eleitoral na cidade de Tavira, cf. IANTT/AOS/PC/50, p. 309-310; em 1953 “são de reexaminar os resultados que se obterão com o novo recenseamento eleitoral, quanto ao qual as “oposições” já estarão desenvolvendo grande actividade”, ver Reunião da Comissão Central da UN, em 9-1-1954; cf. IANTT/AOS/PC/50, p. 57-9.

¹¹¹ Ver ofício n.º 1049 da Comissão de Colónias da UN, datado de 25 de Fevereiro de 1938.

¹¹² Ver relatório confidencial sobre o recenseamento eleitoral de Lisboa, de 29 de Junho de 1945; cf. IANTT/AUN/caixa 751/maço 4.

¹¹³ Ver relatório confidencial sobre o recenseamento eleitoral de Lisboa, de 29 de Junho de 1945; cf. IANTT/AUN/caixa 751/maço 4.

¹¹⁴ Ver ofício n.º 34 da Comissão Distrital de Faro, com data de entrada na Secretaria-Geral da UN, de 18 de Maio de 1946; cf. IANTT/AUN/NT 19/maço 50 – A.

Na realidade, se o regime – na sua fase monista – já tinha compreendido a importância estratégica do controlo dos cadernos eleitorais, a verdade é que será somente no período a seguir à Guerra que o aprofundamento da verificação dos mesmos será mais eficaz, e obedecerá a ordens mais directas e concretas provenientes do Ministério do Interior. Para uma maior eficácia e domínio do processo de recenseamento contribuíram a tolerância da oposição eleitoral e o maior envolvimento político da União Nacional, que após 1945 terá um papel mais actuante na vida política da Situação. A conjugação destas duas variáveis permitem que, por exemplo, se afirmasse que no recenseamento de 1948 ficaram apenas inscritos “(a) os funcionários e empregados do Estado, corpos administrativos, organismos corporativos e de coordenação económica; (b) os indivíduos relacionados com a União Nacional; (c) os indivíduos – raros – que o requereram”¹¹⁵.

Como vemos, estas – e outras – situações comprovam novamente que existe uma distância substancial entre a letra da lei e a sua aplicação prática; e que era frequente e mesmo incentivado a intromissão adulteradora das estruturas da União Nacional e do Estado na preparação dos cadernos eleitorais que procuravam não só a limpeza dos mesmos de eleitores indesejáveis como a inscrição cirúrgica de apoiantes do regime. Naturalmente que, com a verificação consistente destas práticas – incentivadas pelas principais estruturas políticas, repetimos – não poderemos, com algum rigor, afirmar que possamos estar, alguma vez, sob um sistema eleitoral livre ou competitivo de alguma forma; antes pelo contrario, tais rotinas apenas reforçam o carácter autoritário dos actos eleitorais no Estado Novo, o medo do regime por qualquer oposição e a utilização dos processos eleitorais como forma de controlo de uma população que se desejava pacífica e *no seu lugar*.

Complementarmente às questões logísticas que envolvem a organização da mecânica eleitoral e dos cadernos eleitorais, o regime – ao preparar a eleição para deputados de Novembro de 1942, teve de proceder à construção de uma lista de 90 nomes, que seriam os representantes políticos do regime na Assembleia Nacional. É o que veremos no seguinte capítulo.

¹¹⁵ Ofício de 2 de Abril de 1949; cf. IANTT/AUN/NT 181/maço 614.

Capítulo 4

Em quem se vota? Estudo sobre a lista de deputados de 1 de Novembro de 1942

“A sorte de uma lista, nestas condições, não pode ser entregue ao destino das votações, nem a sua elaboração, em boa lógica, deveria ser entregue a qualquer grupo eleitoral”¹.

António de Oliveira Salazar [1942]

4.1. A lista da União Nacional, o Presidente do Conselho e as eleições

Será Salazar quem assumirá as responsabilidades da condução do processo de construção da lista. A acreditar no relato de Franco Nogueira, o Presidente do Conselho está “emagrecido, as feições estão marcadas, o rosto macilento e afilado, a face encovada, e o cabelo está agrisalhado”². Em Lisboa é grande o seu desgaste e é natural que acuse os efeitos da guerra. Neste ano de 1942, Salazar parte para Santa Comba nos finais de Agosto, tendo em vista um esperado descaso. “Dorme bem na aldeia”, como refere Franco Nogueira³. Mas a renovação ministerial espanhola de 3 de Setembro apressa-lhe o regresso. A 6, já o Presidente do Conselho trabalha em São Bento, procurando inteirar-se do ocorrido⁴ (só tendo oportunidade de regressar

¹ Cf. António de Oliveira Salazar, “Lição de Salazar para a Reunião dos Governadores Civis. Sala do Conselho de Estado – no Palácio de São Bento – Às 17 horas do dia 8-X-1942; segundo os apontamentos do governador civil de Vila Real”, in IANTT/AOS/CP-129, pt. 4.1.3/4. Sebenta elaborada por Assis Gonçalves e enviada, para aprovação, a Salazar.

² Franco Nogueira, *Salazar, as Grandes Crises, 1936-1945, Vol. III*, p. 403.

³ Franco Nogueira, *Salazar, as Grandes Crises, 1936-1945, Vol. III*, p. 402.

⁴ A alteração de gabinete de Franco opera-se a 3 de Setembro. Cf. Franco Nogueira, *Salazar, as Grandes Crises, 1936-1945, Vol. III*, p. 402. Cf. IANTT/AOS/DI -3, 30 de Agosto a 6 de Setembro de 1942.

à Beira a meados de Outubro⁵). Entretanto, urgia entender a nova situação peninsular, acompanhar a importante visita do ministro das Colónias à África Austral portuguesa⁶, gerir o dossier monárquico e elaborar a lista para a eleição para deputados.

A preparação do processo eleitoral inicia-se a 13 de Setembro, quando Salazar se desloca a Cascais. Em entrevista com o Chefe do Estado comenta a entrada do Brasil na guerra e a questão eleitoral. Era Domingo, e ainda nessa tarde, Salazar reunirá com o ministro do Interior, com quem partilhará as primeiras considerações sobre a construção da lista a colocar à eleição geral de 1 de Novembro. São definidos os “princípios gerais da orientação” e entregues as sugestões e pareceres da Assembleia Nacional (subscrita por José Alberto dos Reis), da União Nacional (assinada por Albino dos Reis Júnior), e da Legião Portuguesa (subscrita por João Pinto da Costa Leite (Lumbralles), presidente da Junta Central da Legião)⁷, bem como outras “listas provenientes do Ministério do Interior”⁸.

Nos dias seguintes é intensificado o trabalho eleitoral. Logo pela manhã de Segunda-feira 14, Salazar estuda as “listas de nomes para constituição da Assembleia Nacional”. Está só⁹. O resto da manhã será passado em reunião com o ministro do Interior, com quem continua “o trabalho de ontem”, além de tratar da “representação dos distritos, ilhas, colónias, etc.”¹⁰. À tarde, reúne com Joaquim Dinis da Fonseca, subsecretário de Estado da Assistência Social, com quem trata de “trabalhos parlamentares – critérios escolha deputados”¹¹. Dinis da Fonseca será, com Mário Pais de Sousa, presença frequente no quotidiano eleitoral, assumindo ambos a tripla condição de confidentes pessoais, membros do governo e conselheiros políticos.

⁵ Franco Nogueira parece equivocar-se sobre a altura da ida de Salazar ao Norte, nesse ano de 1942, pois sugere que nos finais de Setembro “dá mais um salto ao seu Vimieiro”, e regressa para preparar as eleições gerais para a nova Assembleia Nacional e pôr cobro à agitação social que entretanto se acumulara. É possível que o biógrafo tenha trocado Setembro com Agosto, e confundido as duas idas a Santa Comba que Salazar efectua no segundo semestre do ano, uma nos finais de Agosto (de onde regressa por motivos relacionados com a situação em Espanha) e a de meados de Outubro, de onde retorna para fazer face às necessidades políticas resultantes das greves do Outono (que, lembramos, se iniciam a 17 de Outubro, na Carris). Cf. Franco Nogueira, *Salazar, as Grandes Crises, 1936-1945*, Vol. III, p. 403; cf. Fernando Rosas, *Portugal entre a Paz e a Guerra, 1939-1945*, p. 376; e Fátima Patriarca, *A Questão Social no Salazarismo (1930-1947)*, Vol. II..., p. 599 e seguintes. Ver ainda IANTT/AOS/DI -3; meses de Agosto, Setembro e Outubro de 1942.

⁶ Francisco Vieira Machado

⁷ Estas listas encontram-se no Arquivo Salazar na pasta IANTT/AOS/CO/PC 17A. A lista com as recomendações da União Nacional pode ser consultada entre as páginas 30 e 41, as da Legião Portuguesa entre as páginas 56 e 58 e a da Assembleia Nacional entre as 53 e 55.

⁸ Cf. IANTT/AOS/DI - 3, 13 de Setembro de 1942. As listas podem ser consultadas em IANTT/AOS/CO/PC 17A.

⁹ Existe uma folha do que poderia ser a lista de Salazar na pasta IANTT/AOS/CO/PC 17A. Esta lista, identificada com o número 6, contém, sob letra do Presidente do Conselho, 18 nomes, e pode ter sido constituída nesta manhã de 14 de Setembro.

¹⁰ Cf. IANTT/AOS/DI - 3, 14 de Setembro de 1942.

¹¹ Cf. IANTT/AOS/DI - 3, 14 de Setembro de 1942.

No dia 15, da parte da manhã, Salazar reúne com Pais de Sousa para a “continuação do trabalho de organização da lista de deputados”¹²; e a 16, Quarta-feira, reúne novamente com Dinis da Fonseca, de manhã; e com o ministro do Interior, à tarde. Em causa, a continuação dos trabalhos na elaboração da lista de deputados¹³.

A 17 de Setembro, Quinta-feira, pela tarde, os trabalhos estão adiantados. Existem diversas listas que servirão de base para a primeira versão. Depois do almoço, o Presidente do Conselho reunirá com Dinis da Fonseca e Pais de Sousa, “ainda [sobre] as eleições de deputados”, onde terá apurado o conjunto de nomes que, a partir das cinco da tarde e até às nove da noite, debaterá com representantes da Comissão Executiva de União Nacional e com o ministro do Interior. Esta é uma reunião marcada especificamente para afinar a primeira versão da lista de deputados, que conta com as presenças de Águedo de Oliveira, Madeira Pinto e Mário Pais de Sousa, e onde alguma “discussão” e substituições ocorrem¹⁴.

No dia 18, Salazar volta a reunir com Dinis da Fonseca e Pais de Sousa, tratando de “vários da lista de deputados”. No dia seguinte, inicia os “convites para as candidaturas a deputados”, onde individualiza algumas “cartas e telegramas especiais” e de que são exemplo as missivas enviadas a Alberto dos Reis e Mário de Figueiredo; ou a Manuel Rodrigues ou Pacheco Amorim (estes dois últimos acabariam por recusar o convite¹⁵). Janta com Bissaia Barreto.

Nos dias seguintes, reúne com João Azevedo Coutinho, com quem trata da questão monárquica, em geral, e confirma os nomes dos deputados monárquicos, em particular (ou seja, trata da “quota monárquica”); com Mário Pais de Sousa apura as “respostas de alguns convidados para deputados” e inicia os preparativos logísticos e políticos para o acto eleitoral antecipando a “reunião com governadores civis em Lisboa para preparar [o] começo da propaganda”, ao mesmo tempo que acordava “com a União Nacional um programa de acção eleitoral”¹⁶.

Por esses dias, Salazar mantém-se a par do processo de aceitação e de recusa dos convites que fizera no final da semana anterior e confronta o ministro do Interior com o andamento da lista. Começam a sair alguns nomes na imprensa, o que obriga uma nota da Direcção dos Serviços de Censura a solicitar que “não pode continuar a sair, por prematura, qualquer indicação nos jornais de nomes de deputados para a nova legislatura”¹⁷, o que parece indiciar uma qualquer fuga de informação.

¹² Cf. IANTT/AOS/DI – 3, 15 de Setembro de 1942.

¹³ Cf. IANTT/AOS/DI – 3, 16 de Setembro de 1942.

¹⁴ Cf. IANTT/AOS/DI – 3, 17 de Setembro de 1942.

¹⁵ Só encontramos a resposta de Diogo Pacheco do Amorim, que confirma manterem-se “as condições [de natureza familiar] que me forçaram a declinar”; cf. AOC/CP – 9.

¹⁶ Cf. IANTT/AOS/DI – 3, 22 de Setembro de 1942.

¹⁷ Ver *Boletim Diário* n.º 173, confidencial, da Direcção dos Serviços de Censura, de 24 de Setembro de 1942; IANTT/AUN/AMI/gabinete do ministro/maço 525/caixa 83.

A 23 e 24 de Setembro, são apresentadas algumas “respostas afirmativas e as de recusa”¹⁸, e é abordado o caso da indecisão de Marques Mano¹⁹. No dia seguinte, reúne com o ministro do Interior e com Madeira Pinto (da Comissão Executiva da União Nacional) para apreciar os “deputados que se escusaram” e propor substituições²⁰. É já sobre a lista final que Salazar trabalha com Pais de Sousa, no Sábado 26, quando, pela tarde, “escolhe para as vagas”, e assina a “carta de convite a alguns deputados” recentemente seleccionados, ao mesmo tempo que se despede de outros, a quem não tinha sido solicitada a renovação do lugar²¹.

O dia 27, Domingo, não apresenta referências à questão eleitoral no diário de Salazar, pela primeira vez desde 13 de Setembro²². Nesse mesmo dia, Albino dos Reis é contactado em Oliveira de Azeméis, por telegrama, pelo secretário-geral da União Nacional²³, que lhe transmite a informação de que a “organização do processo de apresentação candidaturas decorre normalmente [com] entrega listas marcada para quarta-feira 15 horas”²⁴. Tudo decorre normalmente.

Na Terça-feira 29, Salazar retoma as questões eleitorais e em reunião com o ministro do Interior tratou, entre outros assuntos, das “últimas diligências para a constituição da Câmara dos Deputados” abordando a questão da “reunião com os Governadores Civis no dia 8”, e as “reuniões que o Ministro [do Interior] se propõe fazer em Coimbra, Porto, Évora e na UN em Lisboa”²⁵.

Por fim, a meio da manhã de 30 de Setembro, o ministro do Interior passou em São Bento para receber do Presidente do Conselho a documentação final da lista de candidatos da União Nacional à eleição de deputados para a Assembleia Nacional, para a entregar na Procuradoria-geral de República²⁶, o que acontece. É contactado o

¹⁸ Recusarão o convite, por razões diversas, António Lopes Mateus, António Pinto Mesquita, Augusto Cancela de Abreu, Diogo Pacheco de Amorim, Domingos Garcia Pulido, Gonçalo Cabral, Humberto Montenegro Fernandes, Luís Pinto Coelho e Manuel Rodrigues Júnior. Para os seus lugares serão convidados, sem ordem de substituição Ângelo César Machado, Artur de Oliveira Ramos, Augusto Leite Mendes Moreira, Jaime Amador e Pinho, Joaquim Mendes do Amaral, José Soares da Fonseca, José Formosinho Sanches, Manuel Joaquim da Conceição e Silva e Querubim Guimarães

¹⁹ Cf. IANTT/AOS/DI – 3, 23 de Setembro de 1942.

²⁰ A lista apresenta oitenta e sete nomes dactilografados e três acrescentados à mão. Na primeira página, topo direito, surge, com letra de Salazar, a seguinte anotação: “Enviado a 25/9/42 para completar a lista (preencher as vagas pela desistência de alguns convidados)”. Cf. IANTT/AOS/CO/PC 17 – A, p. 5-7, e IANTT/AOS/DI – 3, 25 de Setembro de 1942.

²¹ Cf. IANTT/AOS/DI – 3, 26 de Setembro de 1942.

²² Nesse dia destaca-se alguma preocupação com a propaganda monárquica. Cf. IANTT/AOS/DI – 3, 27 de Setembro de 1942.

²³ Rui Morais Vaz.

²⁴ Cf. IANTT/AUN/NT 3/maço 7

²⁵ A reunião com os governadores civis em Lisboa a 8 de Outubro dará início ao período de campanha eleitoral. O itinerário apresentado pelo ministro do Interior será o que Pais de Sousa cumprirá, em plena campanha.

²⁶ Ver “Ed. definitiva” da “Câmara dos Deputados 942/946” para a “eleição em 1/11/42”, IANTT/AOS/CO/PC 17 – A, p. 8 a 15. Ver ainda Diário de Salazar IANTT/AOS/DI – 30 de Setembro de 1942.

SPN para fazer a divulgação à imprensa²⁷. No dia seguinte, a lista seria transmitida às colónias²⁸.

Salazar acaba por dedicar quase três semanas aos trabalhos de preparação da lista a apresentar a 1 de Novembro. Trabalha entre os dias 13 e 30 de Setembro, dedicando a esta uma atenção quase permanente, o que indica que o nível de relevância que o Presidente do Conselho dedica à selecção da elite parlamentar é relativamente elevado e assume – de entre outras tarefas da governação – um lugar de destaque na sua agenda. Desta forma, é o Presidente do Conselho quem lidera e promove todo o processo de selecção da elite parlamentar, secundado politicamente por Mário Pais de Sousa e Joaquim Dinis da Fonseca, para as questões gerais, recorrendo a Azevedo Coutinho no que respeita à quota monárquica.

No entanto, existem ainda outros intervenientes que procuram fazer alguma pressão na lista ou que são indirectamente encarregues de seleccionar parte da elite parlamentar, cuja intervenção veremos com mais atenção no decurso deste capítulo. Mas, por exemplo, na escolha dos deputados provenientes das colónias, intervêm Francisco Machado (ministro-interino das Colónias) e Armindo Monteiro (embaixador em Londres e ex-ministro dos Negócios Estrangeiros); os deputados indicados por Coimbra passam inevitavelmente pelo cravo de Bissau Barreto; e Assis Gonçalves, que desde 1934 tenta ser deputado – e percebendo que não conseguirá ver o seu nome incluído na lista –, dedica parte das suas energias a fazer pressão para a inclusão de dois deputados da sua confiança (Amândio de Figueiredo e José Clemente Fernandes), assumindo uma postura de autêntico cacique local *ancient régime*. Também algumas estruturas locais da União Nacional procurarão pressionar alguns nomes, sem efeito, destacando-se neste caso a Comissão Distrital de Ponta Delgada. Em todo o caso, apresentaremos estes casos com mais detalhe adiante, interessando-nos por ora identificar o papel preponderante de Salazar em todo o processo de recrutamento eleitoral, apesar de ser auxiliado directamente por alguns dos seus mais fieis confidentes e de receber propostas de diversas proveniências.

²⁷ Cf. IANTT/Arquivo SNI/SPN. NT 6544/4180.

²⁸ Ver pedido de autorização que o presidente da Comissão de Colónias solicita ao chefe de Gabinete do ministro das Colónias “para a transmissão, por intermédio de S. Exma o governador de Macau, do seguinte telegrama destinado ao presidente da Comissão da UN daquela Colónia: Lista foi transmitida governo colónia dois corrente ponto presidente colónias – general Eduardo Marques”. Cf. AINTT/AUN/caixa 183/maço 618, p. 119.

4.2. As eleições gerais de 1934 e 1938 (e as presidenciais de 1935 e 1942) em perspectiva comparada

Comparativamente com o procedimento das duas eleições legislativas anteriores (1934 e 1938), e do que podemos apurar²⁹, o método de construção da lista de deputados não difere substancialmente³⁰. As reuniões preparatórias iniciam-se a duas/três semanas da entrega da lista, a mês e meio da eleição, e Salazar assume sempre a liderança e coordenação do processo, assessorado de perto pelo seu grupo político íntimo na altura, que vai variando no tempo, alternando-se os titulares institucionais (ministro do Interior, Comissão Executiva da União Nacional, Presidente da Assembleia Nacional), mas mantendo-se os titulares pessoais³¹.

Nos finais de 1934, Salazar inicia o processo de construção das grandes câmaras políticas do regime: a Assembleia Nacional e a Câmara Corporativa. Com vista ao primeiro acto eleitoral da nova situação, Salazar reorganiza a Comissão Central e a Comissão Executiva da União Nacional³² e consulta com os seus conselheiros políticos mais chegados sobre a construção da lista de deputados³³. Os diários de Salazar revelam ainda reuniões, de cariz eleitoral, com Nobre Guedes, João Azevedo Coutinho³⁴, Vasco Borges, e com Antero Leal Marques, seu interventivo

²⁹ Entre outras fontes, destacamos os diários de Salazar e a biografia de Franco Nogueira.

³⁰ A comparação com as eleições legislativas anteriores procura encontrar uma linha comum de actuação política cujo objecto final, a apresentação de uma lista de deputados, possa ser comparável. É promovida a comparação com os actos eleitorais presidenciais por duas razões: a proximidade cronológica e a observação do movimento do círculo íntimo de Salazar. Focamos a nossa atenção apenas nas eleições no primeiro ciclo eleitoral do Estado Novo, findo em 1945.

³¹ Este altera-se ao longo dos tempos. Em 1934 é constituído por Passos e Sousa (ministro da Guerra), Bissaia Barreto, Garcia Pulido, José Nosolini. Em 1942 são Mário Pais de Sousa (ministro do Interior), Joaquim Dinis da Fonseca (subsecretário de Estado da Assistência Social), e a União Nacional, representada na sua Comissão Executiva. Já em 1949, por exemplo, será Albino dos Reis, então presidente da Assembleia Nacional, Cancela de Abreu, ministro do Interior, e Ulisses Cortês, como presidente da Comissão Executiva da União Nacional, quem assegurarão a rede institucional. Também Santos Costa e Teófilo Duarte (como ministros da Guerra e das Colónias, respectivamente) são identificados como pertencendo ao grupo próximo do Presidente do Conselho. Cf. Rita Almeida Carvalho, *A Assembleia Nacional no Pós Guerra...*, p. 85.

³² Salazar manterá a presidência da Comissão Central, enquanto Carneiro Pacheco será nomeado presidente da Comissão Executiva. Cf. Franco Nogueira, *Salazar. Os Tempos Áureos, 1928-1936*, Vol. II. Coimbra, Atlântida Editora, Sarl., 1977, p. 289.

³³ Para a elaboração da primeira lista de deputados Salazar consulta com dirigentes da Comissão Central da União Nacional, com Passos e Sousa (ministro da Guerra), Bissaia Barreto, Garcia Pulido, José Nosolini (a quem, por exemplo, “pede indicações de nomes para deputados”), e com quem o auxilia na elaboração da nova Lei Eleitoral, isto é, com Albino dos Reis, Linhares de Lima (ministro do Interior) e Manuel Rodrigues Júnior (ministro da Justiça). Cf. Franco Nogueira, *Salazar. Os Tempos Áureos*, p. 289 e Fernando Rosas, *As Primeiras Eleições...*, p. 43.

³⁴ Que já era o lugar-tenente de D. Duarte Nuno, com quem Salazar concerta os lugares destinados aos monárquicos. Cf. Franco Nogueira, *Salazar. Os Tempos Áureos*, p. 292.

chefe de gabinete³⁵. Na segunda quinzena de Novembro a lista está completa. São seleccionados os noventa nomes, a “falange de confiança política do Estado Novo e de Salazar”³⁶. A 22 de Novembro de 1934 a lista era entregue na Procuradoria-geral da República e a 16 de Dezembro votava-se para a primeira legislatura do Estado Novo³⁷.

Nas eleições legislativas de 1938, Salazar mantém a direcção da campanha. “Cuida acima de tudo da lista dos novos candidatos a eleger”³⁸. O seu Diário situa-o em Santa Comba Dão quando debate e constrói a lista de deputados³⁹. Consulta regularmente com Mário Pais de Sousa, seu conterrâneo; mas também com Carneiro Pacheco (ministro da Instrução Pública), Bissai Barreto e Mário de Figueiredo, que o visitam na Beira. Pretende-se a manutenção do escol parlamentar, ao mesmo tempo que se procura atrair para a elite política do regime personagens já politizadas nos valores da “Nova Situação”, saídos de “uma segunda geração que desponta para a vida pública na vigência do Estado Novo, e que refrescassem o escol político ao serviço deste”⁴⁰. São então recrutados alguns jovens com menos de 30 anos, como Luís Supico Pinto, Gabriel Teixeira, Salvação Barreto, Francisco Leite Pinto, André Navarro, Manuel Lopes de Almeida, entre outros. Esta segunda lista não é, no entanto, pacífica, sendo detectados alguns ressentimentos por parte de deputados excluídos (a taxa de renovação é de 39%) e o trabalho final é criticado por algumas correntes políticas, como os monárquicos e os católicos, que não se julgam suficientemente representados⁴¹.

No que respeita às eleições presidenciais do período, em 1935, o general Carmona, que recusara ser marechal⁴², recandidata-se à Presidência da República. Franco Nogueira, além de referir as debilidades físicas do Presidente em exercício, considera a sua candidatura como um “facto político natural”, e não são detectadas hesitações ou consultas que pusessem o nome do Presidente da República em causa⁴³. Estas serão as primeiras eleições presidenciais do novo regime, erigido desde 1933, e simultaneamente as últimas do seu processo de organização institucional legitimadora. Carmona era, agora, o candidato da União Nacional e de todo o regime, e não apenas figura destacada da Ditadura Militar. A campanha corre com naturalidade, e Franco Nogueira sintetiza o espírito da eleição: “Decorre em sossego a reeleição de

³⁵ Cf. IANTT/AOS/DI-1, Novembro de 1934.

³⁶ Cf. Franco Nogueira, *Salazar. Os Tempos Áureos...*, p. 292.

³⁷ Cf. Fernando Rosas, *As Primeiras Eleições...*, p. 43.

³⁸ Cf. Franco Nogueira, *Salazar, as Grandes Crises, 1936-1945*, Vol. III, p. 179-181.

³⁹ Cf. IANTT/AOS/DI-2, Setembro de 1938.

⁴⁰ Cf. Franco Nogueira, *Salazar, as Grandes Crises, 1936-1945*, Vol. III, p. 179-181.

⁴¹ Cf. Franco Nogueira, *Salazar, as Grandes Crises, 1936-1945*, Vol. III, p. 179-181.

⁴² Cf. José Ribeiro da Costa, “Carmona”, in *Dicionário da História de Portugal*, p. 232-235. Telmo Faria, na sua *Fotobiografia de Carmona*, equivooca-se ao referir que o Presidente da República ascende a marechal em 1935. Na verdade, tal promoção só ocorre em 1947. Cf. Telmo Faria, *Oscar Carmona. Fotobiografia*, p. 47.

⁴³ Cf. Franco Nogueira, *Salazar. Os Tempos Áureos...*, p. 300.

Carmona”⁴⁴. Vota-se a 17 de Fevereiro, e com 650 000 votos (correspondendo a 80% do eleitorado) Carmona é reeleito⁴⁵.

Na eleição presidencial de Fevereiro de 1942, Salazar questiona-se sobre a viabilidade da reeleição de Carmona. O velho general, agora de setenta e dois anos, de saúde frágil, não oferece a vitalidade que o regime pode vir a necessitar no fim da guerra. Na ocasião consulta com o seu grupo íntimo – Bissaia, Nosolini, Mário de Figueiredo –, apesar de saber que a única alternativa a Carmona é ser ele próprio – Salazar – a preencher o lugar do general da *Espada Virgem*. Seguindo-se os trâmites legais de auscultação – Comissão Executiva da União Nacional e o Conselho de Ministros (que sufraga unanimemente o nome do general), Carmona foi convidado a recandidatar-se⁴⁶.

O que estaria em causa em todo este processo, em nossa opinião, seria a clarificação da dinâmica da relação entre o Presidente do Conselho e o seu superior hierárquico, o Presidente da República; e a sobrevivência do regime no cenário do pós-guerra, que o próximo presidente certamente herdaria. Recordemos que o Presidente do Conselho muito deve ao velho general, especialmente nos decisivos anos de 1930-1934, os da edificação do regime. A eleição de 1935 tinha sido a da consagração de uma figura e de um regime. Era Carmona, mais que Salazar, quem ostentava os galões de Chefe da Revolução Nacional. Mas em 1942, é já Carmona quem necessita de Salazar para manter a cátedra presidencial, posição à qual se tinha habituado e da qual retirava imenso prazer. Carmona já não simboliza, em 1942, a vitalidade da Revolução de Maio, como em 1928; nem representa a perfeição institucional do regime, como em 1935. Em 1942, é dispensável. E o doutor de Coimbra, já um hábil negociador experimentado e com desenvolvido faro político, sabe disso. Desde a eleição de Carmona como primeiro chefe de estado do Estado Novo que a relação entre Carmona e Salazar se ia alterando, agora dominada claramente pelo Presidente do Conselho. A eleição presidencial de 1942 torna-se então na oportunidade institucional perfeita para se alterar a relação de forças e a hierarquia entre o Presidente do Conselho e o Presidente da República. Findo o processo, é Carmona quem fica grato e a dever o favor.

Em 1942, António de Oliveira Salazar já não é, definitivamente, apenas um professor de Coimbra ou um mero técnico que se diz apolítico e afastado das lides e dos meandros da elite política alfacinha. É um político experiente e experimentado, matreiro, que soube traçar uma rede de apoios pessoais sólida e leal, que soube erguer um novo regime, e nele construir os alicerces da sua perpetuação.

Este traquejo é já bastante evidente aquando da construção da lista de deputados de 1942. Salazar, como no passado, assume o controlo directo do processo de selecção dos seus representantes a São Bento. Em causa a definição da nova elite a apresentar publicamente como “a” elite política do regime. Ser deputado era, afinal, um dos lugares de prestígio a alcançar na condensada hierarquia do regime. Era mesmo

⁴⁴ Cf. Franco Nogueira, *Salazar. Os tempos Áureos...*, p. 313.

⁴⁵ Idem, *ibidem*, p. 303.

⁴⁶ Idem, *Salazar, as Grandes Crises, 1936-1945*, Vol. III, p. 369-370.

uma das honorarias restantes à classe política de nível intermédio, velhos caciques e homens de influência local. A restante estrutura – o governo, os governadores civis, governadores-gerais, etc. – estava reservada a um escol já muito próximo do Presidente do Conselho, pouco sujeito a escrutínios ou a grandes sugestões e pareceres.

4.3. Análise genética da lista de deputados de 1942

Para as eleições de 1 de Novembro de 1942 foram considerados cerca de 250 nomes. A lista final apresenta 43 novos designados relativamente à legislatura finda, enquanto 47 deputados são convidados a renovar, o que representa uma taxa de renovação na ordem dos 47%⁴⁷.

Aparte da análise epistolar da Rita Almeida de Carvalho às eleições de 1945 e do trabalho introdutório da Fátima Patriarca sobre o Diário de Leal Marques não encontramos outros exemplos sobre a desconstrução do processo de selecção de determinada elite, seja uma elite parlamentar, governamental ou outra⁴⁸. Diversas razões ajudam a explicar este facto. Por um lado, os estudos de elites tendem a apreciar conjuntos finalizados e não em construção; por outro, o acesso ao material necessário é raro e de difícil acesso. No nosso caso, encontrámos no Arquivo Oliveira Salazar, na Torre do Tombo, uma pasta sobre as eleições de Novembro de 1942 contendo amplas informações sobre a construção da lista em causa⁴⁹. Nesta, além de cartas de aceitação e de recusa de alguns deputados, encontrámos uma série de listas, pareceres e recomendações; papéis soltos e análises numéricas. Estas páginas oferecem, no entanto, diferentes níveis de compreensão, uma vez que nem todas as folhas estão devidamente identificadas, tornando o nosso trabalho complexo e exigente.

Metodologicamente, trabalhámos estas fontes correlacionando os conteúdos das listas existentes com os diários de Salazar, com a sua correspondência particular e com a bibliografia relevante existente, num processo de controlo e confronto de fontes⁵⁰. Assim, das listas existentes na Torre do Tombo foi possível reproduzir o processo de construção da elite parlamentar e detectar quem nele intervém; dos diários retirámos a cronologia e o teor político das reuniões relacionadas com o processo

⁴⁷ Do total de deputados 31 exercem o lugar desde a primeira legislatura (representando o corpo central da Assembleia Nacional), 16 são deputados desde 1938, 39 são pela primeira vez chamados ao cargo, e 4 tinham sido parlamentares em 1934-1938 (mas não em 1938-1942). Ver Tabelas 4 e 5 do Anexo 2.

⁴⁸ Cf. Rita Almeida Carvalho, *A Assembleia Nacional no Pós-Guerra...*, p. 83-94; "A elite parlamentar no pós-guerra (1945-1949)" ..., e Fátima Patriarca, "Diário" de Leal Marques sobre a formação do primeiro governo de Salazar", *Análise Social*, n.º 178, 2006, p. 169-222. A maior parte das referências apresentadas por Rita Carvalho reportam-se às eleições de 1949.

⁴⁹ A pasta em causa é a IANTT/AOS/CO/PC 17A. Existe pasta semelhante pelo menos para as eleições legislativas de 1949, e que pode ser consultada em IANTT/AOS/CO/PC – 4C. Ver ainda Rita Almeida Carvalho, *A Assembleia Nacional no Pós-Guerra(1945-1949)*, p. 83-94.

⁵⁰ Da bibliografia relevante destacamos Franco Nogueira, *Salazar, As Grandes Crises (1936-1945)* ...

eleitoral (quando, onde e com quem Salazar se reúne para tratar dos assuntos eleitorais); e da diversa correspondência particular aprofundámos o relacionamento entre Salazar e alguns colaboradores e apurámos algumas das razões para algumas recusas. Esta informação foi depois cruzada e contextualizada com a bibliografia complementar existente. Desta forma, será possível apresentar uma interpretação da evolução da lista de deputados de 1942, da primeira à última versão; detectar as principais influências políticas e os conselhos pessoais mais efectivos; analisar os diferentes critérios de selecção do pessoal político e a evolução da construção da lista; e detectar as recusas e as alterações de última hora.

Uma análise cuidada à evolução da lista apresentada permite detectar uma relativamente elevada flutuação nominal e alguma dose de incerteza no resultado final a apresentar. A desconstrução genética expõe um processo de consulta e de auscultação complexo, visível nos cerca de 250 nomes testados, coordenado por Salazar, auxiliado de perto por Mário Pais de Sousa e Joaquim Dinis da Fonseca⁵¹, como temos vindo a referir. A presença da União Nacional, embora constante, não aparenta ser determinante, apesar dos conselhos bem recebidos de Albino dos Reis e das diversas reuniões colegiais promovidas com a sua Comissão Executiva⁵².

O processo de construção da lista de deputados tem três momentos: um primeiro dedicado à avaliação dos deputados em funções; um segundo onde Salazar inicia a sua intervenção e se efectua as primeiras versões da lista de deputados; e um terceiro onde se desenha e apura a lista final.

O primeiro momento é dedicado à recolha de pareceres, listas e nomes soltos; e conta com uma participação alargada, opinando intervenientes e instituições como a Legião Portuguesa, a União Nacional, a Assembleia Nacional, José Alberto dos Reis, Joaquim Dinis da Fonseca, João Pereira Coutinho, Mário Pais de Sousa, Bissaia Barreto, Mário de Figueiredo, Albino dos Reis, Águedo de Oliveira, Madeira Pinto, entre outros. Todos com a sua preponderância e a sua influência⁵³. É avaliada a pres-

⁵¹ Ambos com tripla função de membros do governo com importantes pastas, confidentes políticos e amigos pessoais. Mário Pais de Sousa era cunhado de Salazar, ministro do Interior e acompanhava politicamente o ditador desde os tempos do CADC e do Centro Católico. Joaquim Dinis da Fonseca era subsecretário de Estado da Assistência Social, companheiro político desde o CADC e do Centro Católico, e amigo pessoal de Salazar desde os tempos de estudante de Coimbra (Salazar era visita regular da casa da sua família).

⁵² Na investigação desenvolvida não encontramos a União Nacional a desempenhar o papel que assume após 1945, quando, já sob o sistema de círculos eleitorais distritais, inicia e lidera o processo de formação das listas distritais. No nosso caso, apesar de termos encontrado alguns exemplos de sugestões das estruturas distritais, a significância das sugestões foi muito reduzida, para não dizer nula, como adiante veremos. Também importa referir que o estado do Partido Único era, em 1942, deplorável, conforme atesta relatório de Joaquim Mendes do Amaral, presidente da Comissão Executiva da União Nacional, no início de 1946.

⁵³ Parte destas contribuições são visíveis, em concreto, nos pareceres da União Nacional, da Legião Portuguesa e da Assembleia Nacional, e nas listas provenientes do Ministério do Interior. Ver Anexo 3, “Parecer da Legião Portuguesa” (IANTT/AOS/CO/PC 17A, p. 56-58); Anexo 4, “Parecer da União Nacional” (IANTT/AOS/CO/PC 17A, p. 31-41); Anexo 5, “Parecer da Assembleia Nacional” (IANTT/AOS/CO/PC 17A, p. 53-55); Anexo 6, “Lista manuscrita, sem identificação” (IANTT/AOS/CO/PC 17A, p. 44-45); Anexo 7, “Deputados novos dignos de serem considerados” e “Deputados que pertenceram à 1.ª legislatura que deveriam voltar” (IANTT/AOS/CO/PC 17A, p. 42-43).

tação dos deputados em funções, são definidos os critérios da eleição e são apresentados muitos nomes à consideração. É o período mais participativo, com diversas propostas a concurso, todas elas procurando influenciar o processo de recrutamento eleitoral⁵⁴.

O segundo momento corresponde ao primeiro filtro que Salazar efectua, agora rodeado apenas pelo seu grupo íntimo, e que tem como propósito a compilação das diversas sugestões numa lista operativa. Este filtro é bem visível em algumas das listas que chegaram intactas até nós, pela quantidade de riscos, interrogações, acrescentos e aprovações que têm. São várias as mãos que interferem, pressupondo que foram vários os intervenientes no processo⁵⁵. Este momento termina com construção da lista-base (lista “Assembleia Nacional – 2.^a ed.”) e a primeira ronda de convites, a 19 de Setembro⁵⁶.

O terceiro momento é o período entre a segunda ronda de convites e a lista final, que contempla as diversas substituições e produz uma segunda volta de convites. Este momento procura resolver os problemas das recusas e encontrar soluções de substituição, desenhando a versão final da lista de deputados levada a votação em Novembro de 1942. Para os necessários convites, o Presidente do Conselho reserva para si alguns contactos directos e recorre, maioritariamente, aos trâmites institucionais, delegando na União Nacional, e na sua Secretaria-geral, a responsabilidade de contactar a maioria dos deputados a convidar⁵⁷.

Fora deste ciclo de produção encontramos as contribuições pessoais do círculo íntimo que rodeia o Presidente do Conselho e algumas tentativas de pressão em detrimento de candidato A ou B. Em concreto, identificámos a pressão que Assis Gonçalves (governador civil de Vila Real) terá produzido em prol de dois seus protegidos: Amândio Figueiredo e José Clemente Fernandes⁵⁸; e as sugestões/pressões que Morais Bettencourt (presidente da Comissão Distrital da União Nacional de Ponta Delgada) terá feito junto de Rui Morais Vaz, secretário-geral da Comissão

⁵⁴ Foi ainda encontrado, sem qualquer relevância para qualquer lista, uma pretensão da Comissão Distrital da União Nacional de Ponta Delgada, que pretende dois candidatos seus nas listas. Cf. IANTT/AUN. NT 56, maço 165.

⁵⁵ Isto é visível na lista “Distritos” (Anexo 8 e IANTT/AOS/CO/PC 17A p. 59-79) e, de forma mais clara, na lista “Assembleia Nacional – 2.^a ed.” (Anexo 14 e IANTT/AOS/CO/PC 17A, p. 20-29).

⁵⁶ É desta larga lista que Salazar irá escolher os deputados para a Legislatura de 1942-1946. O facto de ser identificada como “2.^a ed.” pressupõe que tenha existido uma primeira versão, que não encontramos expressamente identificada (pode ser, à cautela, a lista “Assembleia possível”).

⁵⁷ São endereçados telegramas especiais a Pacheco do Amorim (que rejeitará o convite e não será deputado), Alberto dos Reis, Manuel Rodrigues e Mário de Figueiredo cf. IANTT/AOS/DI – 3, 19 de Setembro de 1942 e IANTT/AOS/CP-9.

⁵⁸ A 22 de Setembro, Assis Gonçalves inicia o seu relatório para o Ministério do Interior, agradecendo “pela escolha dos dois nomes por mim especialmente indicados para deputados da Nação” (IANTT/Arquivo Ministério do Interior [AMI]/Maço 527/Caixa 85/NT 404) e durante a primeira semana de Outubro inunda a Presidência do Conselho com dezenas de telegramas, das *forças vivas* de Vila Real, a congratularem-se pela escolha de Amândio de Figueiredo para deputado (ver, entre outros exemplos, cf. IANTT/AMI/Maço 527/caixa 85/NT 404, ou IANTT/AOS/CO/PC – 17A).

Central da União Nacional, em prol de dois candidatos açorianos (pressões que não produziram qualquer efeito)⁵⁹.

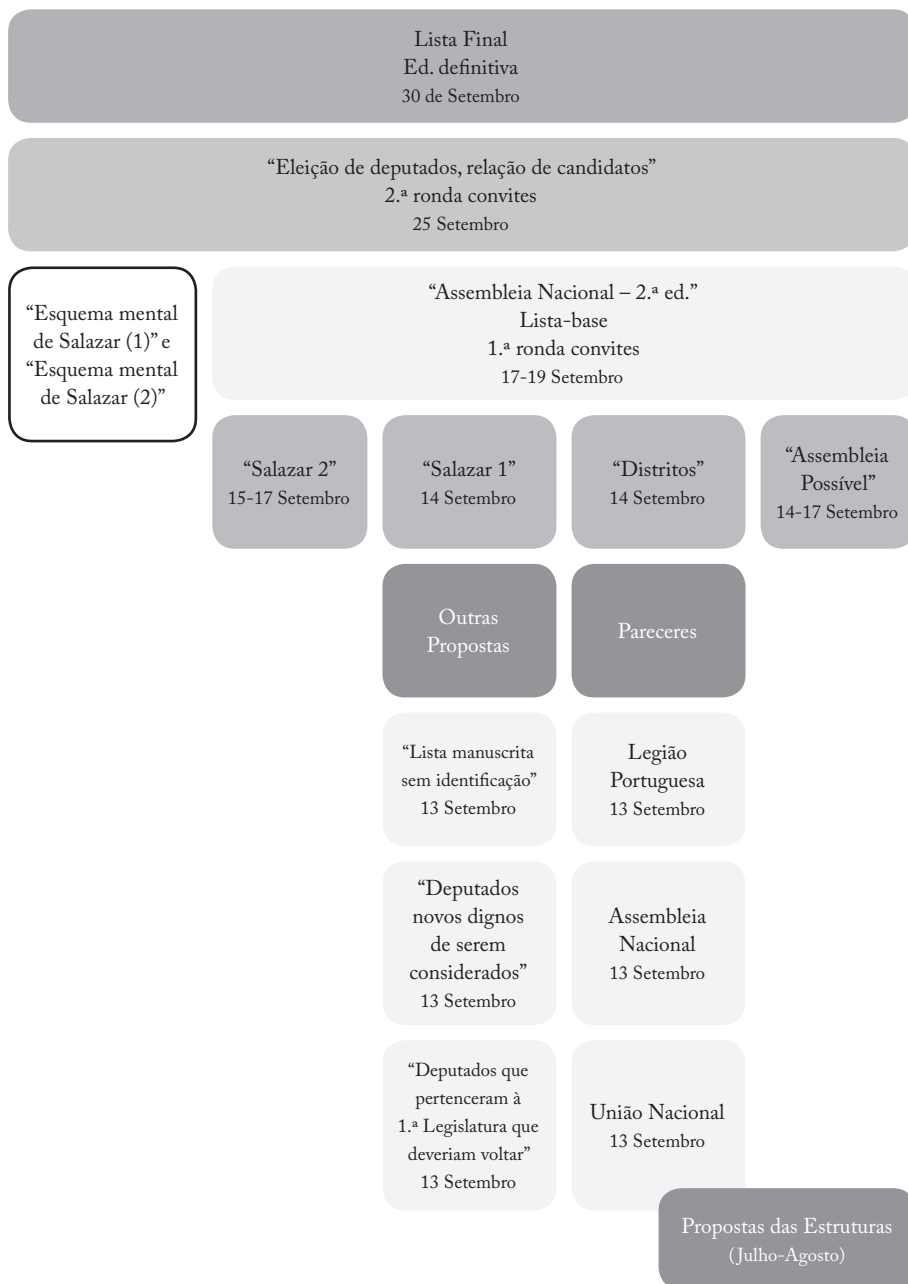
O esquema apresentado na tabela 4 representa a nossa interpretação do processo de construção da lista da União Nacional, apresentada às eleições de 1 de Novembro de 1942, e que corresponde ao seguinte enquadramento cronológico:

- a) Em Agosto, são detectadas sugestões de algumas comissões distritais da União Nacional (nomeadamente a de Ponta Delgada).
- b) No dia 13 de Setembro, são entregues os Pareceres sobre a legislatura finda, provenientes da Legião Portuguesa (Anexo 3), da União Nacional (Anexo 4) e da Assembleia Nacional (Anexo 5);
- c) Entre dia 13 e dia 17, Salazar recebe:
 - I. “listas provenientes do Ministério do Interior”, que julgamos serem a “Lista manuscrita sem identificação” (Anexo 6) e as listas “Candidatos novos a serem considerados” + “Deputados que pertenceram à 1.ª legislatura e que deveriam voltar à Câmara” (Anexo 7);
 - II. A Lista “Distritos”, de 14 de Setembro (Anexo 8);
 - III. A lista “Assembleia Possível”, provavelmente de dia 13, mas certa entre 13 e 17 de Setembro (Anexo 9);
- d) A 14 de Setembro, Salazar elabora os seus contributos (Anexo 10);
- e) A 19 de Setembro, começam os convites, com apoiados na lista-base (lista “Assembleia Nacional – 2.ª ed.”; Anexo 14);
- f) A 25 de Setembro, efectua-se segunda ronda de convites, com base na lista “Eleição de Deputados. Relação dos candidatos” (Anexo 15);
- g) No dia 30 de Setembro, entrega-se a lista “Ed. Definitiva” (Anexo 16);
- h) Encontrámos ainda do punho de António Oliveira Salazar dois conjuntos de folhas. Um com parte de uma lista (Anexo 10); outro com quatro páginas, duas contendo nomes (Anexo 11) e duas contendo construções numéricas relacionadas com contas eleitorais, a que chamámos “Esquema mental de Salazar (1) e (2)” (Anexos 12 e 13).

A lista final de 90 deputados será o produto de um relativamente extenso processo, com várias fases e várias consultas, onde interferem diversos actores e instituições – devidamente orientados e tutelados pelo Presidente do Conselho –, cada um procurando colocar a sua influência em evidência.

⁵⁹ A Comissão Distrital da União Nacional de Ponta Delgada escrevera à Secretaria-Geral da Comissão Executiva da União Nacional a lembrar “respeitosamente para o lugar de novo deputado desta região, um dos seguintes nomes: Dr. António Alves de Oliveira, antigo magistrado judicial e antigo senador, e engenheiro José Gago da Câmara”. Nenhum destes entrou em alguma lista, nem constam nos cerca de 250 possíveis deputados, o que demonstra a nulidade da sugestão e da iniciativa (ao contrário das pretensões de Assis Gonçalves). Do que apurámos, esta parece ter sido uma iniciativa avulsa, de responsabilidade da própria distrital açoriana, sem que correspondesse a alguma directiva ou indicação por parte da Comissão Executiva da União Nacional. Cf. IANTT/AUN/NT 56, maço 165.

Tabela 2 – Construção da Lista de Deputados. Cronologia e listas



4.4. A construção da Lista de Deputados de 1942

4.4.1. Os Pareceres da Legião Portuguesa, União Nacional e Assembleia Nacional

Dia 13 de Setembro são entregues a Salazar os Pareceres da Legião Portuguesa, da Assembleia Nacional e da União Nacional sobre a Câmara cessante, onde as diversas instituições opinam sobre a continuidade dos 90 deputados em funções, eleitos em 1938. Destes não são considerados quem exerce funções governativas⁶⁰; nem Abílio Passos e Sousa e Pedro Teotónio Pereira (que se encontravam na Embaixada de Madrid), António Carneiro Pacheco, (embaixador no Vaticano) e Gabriel Maurício Teixeira (está em Macau). Tinham renunciado ao mandato Francisco José Nobre Guedes, Carlos Lopes Moreira, Francisco Leite Pinto, Luís Augusto de Campos Metrass Moreira de Almeida e Manuel Rodrigues Júnior; enquanto Samuel de Matos Agostinho de Oliveira encontrava-se com doença incapacitante.

A Legião Portuguesa

A “nota do presidente da Junta Central da Legião Portuguesa” e simultaneamente ministro das Finanças (entre 1940 e 1950), João Pinto da Costa Leite (Lumbralles), apresenta-se sem mácula, limpa e sem comentários⁶¹, facto estranho, pois Salazar assume, na maioria das vezes, uma leitura muito interventora nos textos que trabalha. Os nomes referidos para continuarem em funções são divididos em duas classes: os de “1.ª plano” (14 nomes) e os de “2.ª plano” (21 nomes)⁶²; e enquanto 14 deputados povoam uma terceira categoria, a dos “duvidosos”⁶³, existem 22 deputados que não são considerados na análise. As sugestões de corte (19 nomes) não têm grande aceitação, especialmente quando comparadas com as recomendações da Assembleia Nacional e da União Nacional, como veremos⁶⁴.

⁶⁰ No Governo, em Setembro de 1942, contam-se 8 deputados da legislatura 1938/1942: André Navarro (ministro da Agricultura), Clotário Supico Pinto (subsecretário de Estado das Finanças), Francisco Vieira Machado (ministro das Colónias), Joaquim Dinis da Fonseca (subsecretário de Estado da Assistência Social), Manuel Lopes de Almeida (subsecretário de Estado da Educação Nacional), Manuel Ortins de Bettencourt (Marinha), Mário de Figueiredo (ministro da Educação Nacional) e Rafael Duque (ministro da Economia). Destes, Rafael Duque, Manuel Lopes da Almeida, Francisco Vieira Machado e Joaquim Dinis da Fonseca regressarão à Assembleia.

⁶¹ Cf. IANTT/AOS/CO/PC 17.ª, p. 53 a 55. Ver Anexo 3.

⁶² Os deputados de “1.ª plano” são da Comissão Executiva e de algumas distritais da União Nacional (só Cancela de Abreu, que recusaria o convite, não se manteria como deputado), enquanto das 21 sugestões de “2.ª plano” apenas 10 serão aceites (47%).

⁶³ Das 14 dúbidas, 8 permanecerão na Câmara (57%). Ver Anexo 3. José Teodoro dos Santos Formosinho Sanches, à semelhança de Ângelo César Machado, também entraria nas substituições.

⁶⁴ Dos 19 nomes sugeridos, 10 são aceites (52%). Ver Anexo 3.

União Nacional

A lista apresentada pela União Nacional é a mais longa das três em análise. É bastante exaustiva e suscita de Salazar alguns apontamentos laterais e chamadas de atenção precisas.

Em primeiro lugar, o Partido Único apresentava os seus critérios de renovação. Assumia que a Assembleia devia renovar-se “para dar acesso a novos valores”, “para evitar o profissionalismo” e “para eliminar os elementos que se tenham revelado inconvenientes ou dispensáveis e substituir os que tenham perdido o mandato e não sejam reelegíveis”⁶⁵. Adiantava ainda que “a renovação (...) não deve ser tal que quebre o enquadramento e a conseqüente disciplina dos veteranos. Parece, por isso, que deve oscilar entre dois terços e dois quintos do número total de deputados”⁶⁶. Sobre a nova Assembleia, adianta que esta “deve ser constituída por elementos disciplinados ao máximo”, uma vez que podem ser colocados “em frente de situações e ter de tomar atitudes da mais alta gravidade e nas quais podem reflectir-se as cambiantes políticas e as concomitantes paixões que persistem em Portugal mesmo dentro do nosso campo”⁶⁷, numa clara referência ao possível cenário de paz que a próxima legislatura poderia encontrar. A síntese destes critérios era apresentada num parágrafo assinalado a vermelho (julgamos que por Salazar), quando assumiam que “a primeira qualidade a buscar nos candidatos deve ser a de uma disciplina 100% ao Interesse Nacional definido pelo Chefe”⁶⁸.

Apresentados os critérios, a União Nacional acrescenta a sua avaliação personalizada, caso a caso, de cada deputado. Não considerando os membros do governo, o Partido do regime propõe 40 nomes à renovação⁶⁹ e 18 ao corte⁷⁰, apresentando algumas justificações adicionais em alguns casos⁷¹.

⁶⁵ Cf. IANTT/AOS/CO/PC 17A, p. 56 a 58. Ver Anexo 4.

⁶⁶ Idem, *ibidem*.

⁶⁷ Idem, *ibidem*.

⁶⁸ Idem, *ibidem*.

⁶⁹ Destes, apenas 7 não regressarão a São Bento, numa percentagem de aceitação de 82.5%. Ver Anexo 4. Augusto Cancela de Abreu e Manuel Rodrigues Júnior serão convidados, mas não entrarão nas listas finais, enquanto José Formosinho Sanches entrará nas substituições.

⁷⁰ Onde 17 são aceites (94%). De entre estes nomes, encontramos os casos de Pedro Teotónio Pereira, Abílio Passos e Sousa, Gabriel Teixeira, Carneiro Pacheco, Nobre Guedes, Samuel Agostinho de Oliveira, Francisco Leite Pinto e Luís Metrass Moreira de Almeida, que se encontram impossibilitados por razões já explicadas.

⁷¹ De Alberto Navarro era indicado que “foi deputado nas duas legislaturas anteriores. É um elemento disciplinado. Mas na última legislatura a sua acção foi nula, em parte por motivo de doença. Consta que não quer ser eleito”; de António Correia de Aguiar, que “perdeu o mandato ao ser nomeado para o Banco Ultramarino. É praxe não serem reeleitos para a legislatura imediata os que trocaram o mandato por um prato de lentilhas ou mesmo de *foie-gras*”. Pelo mesmo motivo foi recomendado o corte de Carlos Alberto Lopes Moreira, e na mesma situação encontrava-se Manuel Rodrigues Júnior, “mas não obstante, deve ser reeleito, abrindo-se em seu favor uma excepção que a sua alta situação e as conveniências políticas justificam” (conveniências políticas que terão que ver com o facto de Manuel Rodrigues ser considerado, à altura, o “chefe do Partido Republicano”, segundo palavras de Marcelo Caetano). De António Pinto, referia-se que “é o decano da Assembleia. Mas ultimamente teve algu-

Com algumas interrogações, sem indicação sobre a tendência da recomendação, são apresentados 20 nomes⁷². Destes alguns ostentam apenas um ponto de exclamação, enquanto outros são apreciados individualmente. As considerações variam muito, desde preocupações renovadoras⁷³, a ponderações de índole política⁷⁴; a reflexões de carácter pessoal⁷⁵. Por fim, é ponderada a participação feminina na Assembleia, questionando Albino dos Reis sobre se “a experiência da representação feminina aconselha a que se continue?”; respondendo o presidente da Comissão Executiva da União Nacional: “A meu ver, não”, apesar das deputadas em causa serem “pessoalmente inteiramente indicada”. Deste modo, é recomendada a não recandidatura de Maria Guardiola e Maria Luísa van Zeller⁷⁶.

mas intervenções em que o *self* controlo político falhou”; de Carlos Mantero Belard, que “é trabalhador, de magnífico trato. Mas há necessidade de renovar” e de Carlos Moura de Carvalho, que “não quer ser reeleito, pelos incómodos e encargos que isso lhe traz” (Salazar acrescenta a palavra “Angola”, onde era gerente comercial). A Álvaro Morna apenas acrescenta ser “inelegível” e a José Ferrão é assinalado um curto “não”.

Interessantes são também as apreciações a Domitila Carvalho e ao general Schiapa de Azevedo. Sobre a deputada refere-se que é “pessoalmente inteiramente indicada. Mas a experiência da representação feminina aconselha a que se continue? A meu ver, não”. Sobre o general observa “o mesmo propósito do oficial anterior”, isto é, a necessidade de “renovar os elementos militares da Câmara”. Ver Anexo 4.

⁷² Das sugestões 8 serão convidados a regressar (40%). Ângelo César Machado será convidado na segunda ronda.

⁷³ Como as manifestadas com Augusto Santos Crespo (“tem já duas legislaturas. É disciplinado e correcto. Tem bom nome. Bom temperamento, pouco actuante numa assembleia política”), António Hintze Ribeiro (“pessoa de bem. Disciplinado. Em homenagem a isto e ao seu nome tem já duas legislaturas. Poderia, por isso, pensar-se em trazer outros nomes dos Açores”), João Garcia Pereira (“duas legislaturas”), Joaquim Rodrigues de Almeida (“tem duas legislaturas e nenhuma intervenção. É inteligente, honesto e disciplinado”, sublinhado no original), Alexandre Calheiros Veloso (“da Covilhã. Só fez parte da última Câmara. Não tem contra indicação. É correcto nas suas intervenções e disciplinado. É pouco assíduo pela força da sua profissão. Se houvesse um elemento bom daquela região que desse mais garantias de assiduidade poderia dispensar-se, não o havendo deve continuar”. O deputado continuaria na Assembleia), ou Alfredo Delesques dos Santos Sintra (“Pertenceu às duas legislaturas. A interrogação significa apenas que talvez houvesse vantagem em renovar os elementos militares da Câmara. De resto, nenhuma contra indicação tem”). Sublinhado no original. Ver Anexo 4.

⁷⁴ Como as demonstradas nos casos de José Cabral (“é um nome e uma personalidade. São razões afirmativas. Mas essas mesmo e outras obrigam a chamar a atenção para o seu caso”), Ângelo César Machado (“pertenceu às duas legislaturas. Tem por vezes as suas liberdades... mas retoma com inteligência a posição devida. É um nome no foro; e nada recebeu da situação senão o lugar de deputado. Por isso, nos inclinamos para a sua presença na lista”), Francisco Cardoso de Melo Machado (“(conhecido na Assembleia pelo deputado agrário). É um elemento activo, com galeria no país, em questões agrícolas e financeiras. Apesar de ultimamente ter sido menos feliz (aviso prévio sobre obras de hidráulica agrícola, intervenção sobre lucros extraordinários da guerra) penso que deve voltar à Assembleia”), ou Manuel Pestana dos Reis (“é um elemento são e disciplinado. Mas se a sua situação no *Diário da Manhã* não impõe a sua reeleição pela 3.ª vez poderia deixar a câmara”). Ver Anexo 4.

⁷⁵ Como as apresentadas sobre João Sampaio Rio (“é o presidente da casa de Leiria. É disciplinado”), Álvaro Favila Vieira (“gravemente doente”), António Pinheiro Torres (“não faz esquecer o nome do tio [Alberto Pinheiro Torres, deputado em 1934]. É disciplinado”), ou Luís Figueira (“excelente homem. Mas nenhuma acção como deputado”). Ver Anexo 4.

⁷⁶ Em ambos os casos é reproduzido o que disse de Domitila Carvalho: “pessoalmente indicada. Mas a experiência da representação feminina aconselha a que se continue? A meu ver, não”. Ver Anexo 4.

Não detectámos nenhuma referência aos casos de Jorge Viterbo Ferreira (que continuará deputado), Pedro Neves, Vasco Borges e João Bôto de Carvalho, que não regressarão a São Bento, podendo assim, no entender da União Nacional, “serem dispensados”⁷⁷. Quanto “aos membros do governo, que hajam de ser eleitos, entendeu a Comissão Executiva não dever pronunciar-se”, deixando oito nomes sem indicação. Por fim, os “membros da Comissão Executiva, não recusando, nem regateando sequer, a sua colaboração onde e como for julgada útil, põem, entretanto, as suas candidaturas à disposição do Exmo. Presidente da Comissão Central [António de Oliveira Salazar]”⁷⁸.

Numa breve apreciação ao parecer da União Nacional realçamos os critérios enunciados pelo partido do regime, a preocupação com a consistência política dos deputados, a reflexão sobre a permanência de senhoras na Assembleia e a necessidade de renovação do pessoal recrutado⁷⁹.

Assembleia Nacional

A “nota apresentada pelo Presidente da Assembleia Nacional”⁸⁰, José Alberto dos Reis, era uma singela lista de nomes, organizada em três categorias: “úteis”, “inofensivos” e “indesejáveis”. Os nomes eram associados a estas categorias, sem qualquer explicação adicional. Salazar, na leitura desenvolvida, anotava junto dos indicados a sua apreciação: riscava, aprovava (com um “v”); e interrogava (“?”)⁸¹. Esta é a lista onde o Presidente do Conselho deixa mais visível a sua intervenção.

José Alberto dos Reis apresenta 28 deputados “úteis”, 27 “inofensivos” e 11 “indesejáveis”⁸². Há 24 nomes sem referência, onde estão incluídos os membros do governo e os previamente impossibilitados de se recandidatarem.

⁷⁷ No final do parecer, entre outras apreciações gerais, encontrava-se claramente assumido o carácter de dispensa a quem não fosse identificado (“aparte os nomes dos membros da Comissão Executiva, os que não levam nenhuma nota são os que podem ser dispensados. Dos que levam observações, também alguns o podem ou devem ser pelas razões aí indicadas”). Ver Anexo 4.

⁷⁸ Cf. IANTT/AOS/CO/PC 17A, p. 56 e 58. Relembramos que a Comissão Executiva da União Nacional, em Setembro – Novembro de 1942, era constituída por Albino dos Reis, Águedo de Oliveira, Sebastião Ramires, Marques de Carvalho e Madeira Pinto.

⁷⁹ Veja-se o caso dos militares, onde dos 11 militares contabilizados na legislatura de 1938-1942 apenas 3 se mantêm: Álvaro Salvação Barreto (dos serviços de Censura), António Cortês Lobão (presidente da Comissão Distrital de Lisboa da União Nacional) e Henrique Linhares de Lima. Outros 8 serão novidade nos corredores parlamentares.

⁸⁰ Cf. IANTT/AOS/CO/PC 17 A, p. 53 a 55. Ver Anexo 5. Existe lista e apreciação similar para as eleições de 1949, desta feita subscrita por Albino Pinto dos Reis Júnior, enquanto Presidente da Assembleia Nacional, cf. IANTT/AOS/CO/PC 4C, p. 201-204. Ver ainda Rita Almeida Carvalho, *A Assembleia Nacional no Pós-Guerra...*, p. 87-94.

⁸¹ A intervenção nas três categorias foi a seguinte: “úteis”: de 28 nomes, 22 seriam aprovados, classificados (por Salazar) com um “V”, 2 riscados e 4 assinalados com um “?”; “inofensivos”: de 27 nomes, 11 são riscados, 12 assinalados com “?” e 7 com “-” (existem nomes com múltiplos sinais); e dos “indesejáveis”, dos 11, 8 estão assinalados com “V” e 3 interrogados (“?”). Ver Anexo 5.

⁸² Dos identificados como “úteis”, 22 são aprovados (78%), 2 cortados e 4 deixados à interrogação posterior (seriam incluídos na lista de primeiros convites). Dos 27 “inofensivos”, Salazar efectuou 11 cor-

No verso da última folha do Parecer encontramos o que julgamos serem os critérios de Salazar: “por profissões; – províncias e colónias; – simpatias em política internacional; – ideologia política, – legislaturas; – número de funcionários públicos”⁸³.

Entre os três Pareceres acabam por ser poucos os pontos de convergência. As propostas da Legião Portuguesa e da União Nacional são as que apresentam mais distâncias, encontrando-se as da Assembleia Nacional equidistante destas. É também evidente que estes Pareceres servirão de base para a nova legislatura, uma vez que o espírito de continuidade é muito forte. É verdade que não se esperaria que o regime revolucionasse a composição da sua elite parlamentar, e os critérios avançados pela União Nacional, e corroborados pelo próprio Presidente do Conselho, confirmam essa premissa.

Num resumo comparativo, podemos indicar três níveis de análise:

- Um puramente formal, retirado dos pareceres; e que oscilam entre a apreciação pessoal, caso a caso (Parecer da União Nacional) e as considerações mais sistematizadas (Parecer da Assembleia Nacional e da Legião Portuguesa);
- Outro é o que aprecia a significância de Parecer, verificável através da análise estatística da correlação entre as propostas apresentadas e aceites;
- Por fim, considerando que esta dupla avaliação não é totalmente satisfatória, existe ainda a avaliação substantiva, que considera a intervenção de Salazar em cada uma das propostas⁸⁴.

Na comparação entre as propostas, como já referimos, parece-nos evidente que as sugestões de José Alberto dos Reis são as que colhem mais aprovação de Salazar, apesar da discordância manifestada relativamente à presença feminina na câmara parlamentar do regime. No total, o Presidente do Conselho confirmará 82% das propostas de manutenção na Assembleia, 94% em relação aos nomes a excluir. No sentido oposto, as sugestões de Costa Leite (Lumbralles) são as que

tes (40%) [entre estes cortes há o de Maria Luísa van Zeller, que Salazar posteriormente convidará a regressar a São Bento], interrogou-se em 9 nomes (33%), e deixou um traço (“–”) em 4 ocasiões [todos serão convidados a renovar]. Há 3 nomes que são contemplados com dupla referência. Dos 11 “indesejáveis”, 3 foram deixados para consideração posterior (27%) [João Antunes Guimarães foi convidado a manter o seu lugar de deputado na terceira semana de Setembro, enquanto Ângelo César Machado e José Formosinho Sanches foram convidados na segunda volta]. Ver Anexo 5.

⁸³ Estes critérios são acrescentados à mão, por Salazar, no verso do parecer apresentado pela Assembleia Nacional. Ver Anexo 5 e IANTT/AOS/CO/PC 17A, p. 53 a 55.

⁸⁴ Para entender este critério, é necessário compreender que o Presidente do Conselho trabalha de forma activa os documentos, anotando-os e riscando-os. Neste sentido, o Parecer da Legião Portuguesa é o que menos impacto parece criar, visível no aspecto incólume das suas páginas. No sentido oposto, as diversas anotações que o Presidente do Conselho inscreve no texto da Assembleia Nacional tornam mais significativa esta proposta. A proposta da União Nacional encontra-se no meio-termo. Não é muito anotada, mas apresenta um par de intervenções importantes, nomeadamente na questão dos critérios de renovação que Salazar assinala a vermelho.

manifestam menor consentimento, pois somente 68% das indicações de permanência são aceites, e somente 52% dos nomes apresentados para cortar da futura lista são considerados. Já o Parecer da União Nacional encontra-se equidistante dos das outras duas instituições: 78% das propostas a ficar são aceites, e 72% dos nomes a rejeitar também.

Por fim, a reflexão sobre a continuidade de mulheres na Assembleia, dentro do debate à época, assume uma dupla dimensão: política, que procura contextualizar o papel da mulher na vida política activa; ideológica, que procura definir qual o papel que a mulher portuguesa deve assumir na dinâmica do regime, no Estado Novo. Salazar não tomará em consideração as recomendações de exclusão da representação feminina, apesar de não convidar Domitila de Carvalho à reeleição, reduzindo a presença parlamentar feminina para duas deputadas.

Tabela 3 – Percentagem de aceitação das propostas dos Pareceres da União Nacional, Legião Portuguesa, Assembleia Nacional e Salazar

	Sim	Não	Intervenção de Salazar
União Nacional	82%	94%	Média
Legião Portuguesa	68%	52%	Fraca
Assembleia Nacional	78%	72%	Alta

4.4.2. “Listas provenientes do Ministério do Interior”. Outros contributos

Junto aos Pareceres que acabámos de analisar, Salazar receberá, até 19 de Setembro, outros contributos para a construção da lista-base, de onde retirará a primeira lista de deputados, concluindo-se assim o primeiro momento de auscultação, onde o Presidente do Conselho é apenas receptor, por vezes anotador, de informação em bruto. Algumas destas contribuições apresentam-se avulsas, outras não identificadas, outras com nítida carga geográfica (lista “Distritos”) e outras ainda como proposta quase finda (lista “Assembleia Possível”). Salazar, que também terá a sua lista, trabalhará todas estas contribuições e decidirá, de uma larga lista-base (lista “Assembleia Nacional – 2.^a ed.”) os eleitos para uma primeira ronda de convites.

Apesar do Presidente do Conselho só se envolver directamente na construção da lista de deputados a 13 de Setembro, o processo de auscultação iniciara-se antes, e em diversos lugares. Já aludimos às sugestões da Comissão Distrital da União Nacional de Ponta Delgada, contributo sem eficácia; e a recepção de outras listas do Ministério do Interior a 13 de Setembro indica a existência de processos paralelos e complementares. Infelizmente não nos foi possível apurar, com grau de certeza, a proveniência de algumas dessas propostas, pelo que não será possível averiguar a extensão da participação no processo de definição da elite parlamentar de 1942 na totalidade da sua evidente complexidade.

O diário de Salazar refere que a 13 de Setembro este terá recebido, além dos pareceres já analisados, “listas provenientes do Ministério do Interior”. À cautela, colocamos três listas neste cabaz. A primeira, é uma “lista manuscrita, sem identificação”, contendo 22 nomes, manuscritos, com um acrescento posterior⁸⁵. A segunda, tem como referência “candidatos novos dignos de serem considerados”, tem 34 nomes, dactilografados, com vários apontamentos laterais provenientes de diversos autores⁸⁶. A terceira, é uma lista curta, com 6 nomes, dactilografada, com sugestões sobre os “deputados que permaneceram à 1.ª legislatura e que deveriam voltar à câmara” que tece, à semelhança do parecer da União Nacional, algumas considerações sobre os visados⁸⁷.

Estas três listas de cariz bem distinto dos Pareceres anteriormente analisados, interessam, apesar da impossibilidade do apuramento da sua proveniência, na medida em que apresentam novos nomes para deputados. Enquanto os Pareceres institucionais se baseavam exclusivamente na apreciação dos deputados em funções da Assembleia estas listas sugerem novos nomes e expõem algumas das possibilidades de recrutamento existentes. Até dia 17 surgirão outras duas listas, uma de carácter geográfico (lista “Distritos”) e outra com uma proposta concreta de trabalho (lista “Assembleia Possível”), bem como a lista desenvolvida por Salazar.

“Lista Distritos”

A existência de uma lista especificamente identificada por “Distritos” é em si significativa, uma vez que em 1942 o círculo de apuramento dos deputados é ainda de carácter nacional, demonstrando que existe uma distância entre o desenho eleitoral e a prática política. A designação de tal lista demonstra, também, que não foram totalmente abandonadas as rotinas liberais de representação geográfica distrital. Aliás, as eleições legislativas de 1942 serão as últimas a se realizarem com um modelo de apuramento nacional, uma vez que a Lei Eleitoral de 1945 retomará a distribuição de

⁸⁵ Dos nomes indicados, 7 serão deputados (31%) e 20 dos 22 nomes estarão na lista-base, embora nem todos sejam posteriormente seleccionados (91%). Ver Anexo 6.

⁸⁶ Destes nomes, 6 serão convidados para deputados (17%), 5 na primeira lista (14%), outro nas substituições; 16 nomes estarão na lista-base, enquanto 17 sugestões não tiveram consequência alguma (50%). Ver Anexo 7. O nome em falta é o de Albano Magalhães, que não estará nem na lista-base nem na lista de 19 de Setembro, mas será convidado-substituto na lista final.

Cinco nomes entraram na lista de convidados para deputados: Soares da Fonseca, Salvador Teixeira, [Vasco?] Lopes Alves, Gromicho, João Ameal e Silva Dias. Albano Magalhães foi convidado depois de algumas recusas. Cf. IANTT/AOS/CO/PC 17A, p. 42. Ver Anexo 6.

⁸⁷ Manuel Ribeiro Ferreira, “dispensado em 1938, conduziu-se com apurmo e tem continuado a desenvolver actividade séria e construtiva no seu distrito e em Lisboa, à política da situação”, integrará a lista de convidados. Já Querubim Guimarães, também citado, será chamado no período das substituições. Não serão considerados José António Marques, Miguel Braga, Cândido Duarte e Alberto Pinheiro Torres (“para o caso de ser dispensado o sobrinho”, António Pinheiro Torres, que já tinha sido referenciado, no parecer da União Nacional, como deputado disciplinado “não faz esquecer o nome do tio”. Ambos os nomes estarão fora das listas).

deputados através de círculos distritais⁸⁸. Esta é uma lista com 130 nomes dactilografados e 35 acrescentados a diversas mãos, perfazendo um total de 165 nomes (se bem que 9 encontram-se repetidos, pois integram mais de um distrito⁸⁹), estando contabilizados todos os distritos do continente e das ilhas, e as colónias, e havendo ainda um grupo autónomo dedicado aos membros do governo. Retirando o caso de Lisboa (excessivamente representada) e os nomes indicados pelo governo (que não terão “círculo eleitoral” em 1945), encontramos uma correlação bastante significativa entre o número de nomes dactilografados e o número de mandatos que cada distrito terá ao abrigo da nova Lei Eleitoral de 1945, o que pode indicar que a lista no seu formato original (ou seja, sem os acrescentos de Salazar) apresentava cada distrito na proporção dos seus mandatos, como veremos adiante com mais detalhe.

Desta vasta lista, 35 nomes foram cortados e 87 foram validados com um “v”, número muito próximo dos 90 necessários para a construção da lista de deputados. Este facto, e o que se depreende da identificação dos candidatos⁹⁰, leva-nos a crer que a lista terá sido trabalhada já sob supervisão de Salazar, e tinha o intuito de fornecer um conjunto de nomes para a legislatura, no que poderá ter sido uma primeira versão da lista final.

Naturalmente que não nos foi possível detectar de quem eram as outras mãos que, juntamente com as de Salazar (esse sim, com caligrafia reconhecível), escrevinhavam nomes nas margens dos textos dactilografados. Esta lista merece análise mais detalhada, e apresenta-nos ainda uma visão interessante sobre a relação de proximidade – e até de intimidade – que Salazar teria com a elite parlamentar, que é noticiada através do trato inscrito nas suas páginas⁹¹ onde, por exemplo, são notórias as diferenças entre os “novos” e os “velhos” deputados⁹².

⁸⁸ Para a lista “Distritos” ver Anexo 8. Cf. IANTT/AOS/CO/PC 17A, p. 59-82.

⁸⁹ Manuel Rodrigues Júnior (Lisboa e Santarém), que recusaria o convite; Paulo Cunha, João Ameal (Lisboa e Coimbra), Dinis da Fonseca (Governo e Guarda), Soares da Fonseca, Marques Mano (Colónias e Aveiro), Amorim Ferreira (Lisboa e Açores), Arriaga Linhares (Setúbal e Açores) e Linhares de Lima (Lisboa e Açores). Ver Anexo 8.

⁹⁰ O facto de haver nomes dactilografados identificados pelo apelido político (como o são, entre outros, Pinto dos Reis, Guardiola, João Neves, Lobão, Águedo, Cónego Matos, Crespo, Nosolini, Paris, Saldanha, Favila ou o Juvenal) e outros pelo título académico (como são os exemplos de Dr. Augusto Cerqueira Gomes, Dr. Joaquim Mendes Arnaut Pombeiro, cap.-tenente Joaquim dos Santos Quelhas de Lima, Dr. Amândio de Figueiredo, Dr. Clemente Fernandes, ou do Dr. Joaquim Almeida e Costa, para referir alguns) parece indicar que terão sido compilados por alguém que se permitisse a esse trato. Ora se a lista tinha como receptor final o Presidente do Conselho, julgamos que tais intimidades fossem ou do próprio chefe do governo ou por ele toleradas. Em todo o caso, parece-nos improvável que a lista “Distritos” tenha sido construída sem autorização/verificação de Salazar. Dos 87 nomes seleccionados apenas 10 não estarão na lista-base (lista “Assembleia Nacional – 2.ª ed.” (11%) e 14 não estarão na lista “Eleição de Deputados. Relação dos candidatos” (17%).

⁹¹ Que se contempla na intimidade percebida de quem é tratado pelo apelido político ou, por outro lado, a quem é dado um trato distante, o que se verifica através da apresentação de nome completo, escudado em título académico ou militar.

⁹² Todos os casos tratados com deferência não tinham, à data, qualquer experiência parlamentar anterior.

Uma análise mais detalhada a esta lista permite ainda identificar uma significativa correlação entre os nomes indicados por distritos – em 1942 – e os futuros candidatos nos círculos distritais em 1945, já ao abrigo da nova Lei Eleitoral (que, recordamos, altera a composição do círculo eleitoral de nacional único para distrital); mesmo tomando em consideração que a Assembleia vê aumentar o seu número de deputados de 90 para 120.

Tabela 4 – Comparação dos distritos de Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu entre 1942 e 1945 (distritos do Norte)

Distritos Norte	1942				1945	
	Dactilografados (mandatos)	Acrescentados por Salazar	Total	Válidos (a eleger)	Número de mandatos	Eleitos em 1942
Braga	3	5	8	4	6	4
Bragança	4	2	6	3	4	2
Porto	11	0	11	9	10	4 + 2
Viana do Castelo	4	0	4	4	4	2+ 1
Vila Real	4	1	5	2	4	0
Viseu	4	0	4	4	6	1

A tabela 4 demonstra-nos que o número de candidatos a deputado previstos na avaliação distrital proferida em 1942 não difere muito da realidade de 1945. Em Braga, são apresentados inicialmente três nomes, sendo acrescentados por mão de Salazar outros cinco, num total de oito nomes. Destes, quatro são tidos como “válidos”. Em 1945, o círculo eleitoral de Braga elegeria seis deputados, ganhando assim dois mandatos, quatro dos quais já eleitos em 1942: Alberto Cruz, Braga da Cruz (riscado na lista dos Distritos, mas recuperado posteriormente na *quota monárquica*), Augusto Cerqueira Gomes (que não fora seleccionado em 1942, mas cujo nome constou na lista) e Francisco Prieto. O caso mais afastado acaba por ser o de Vila Real, que renova totalmente os seus quatro deputados em 1945⁹³. Nos restantes casos, Bragança mantém o total de quatro deputados, sendo Salvador Teixeira e Sá Alves (riscado da lista de 1942), candidatos em 1945; e Viana do Castelo também, elegendo Silva Dias e José da Rocha Paris em 1945 (Pacheco do Amorim será eleito por Coimbra). Viseu aumenta a sua representação para seis mandatos, elegendo no pós-guerra apenas Joaquim Saldanha das listas de 1942. O Porto perderá um mandato em 1945, e somente Marques de Carvalho, Jorge Ferreira, Antunes Guimarães e Joaquim Quelhas Lima serão candidatos pelo distrito nas eleições para a IV legislatura; enquanto Sá Carneiro será deslocado para o círculo de Braga, e José Nosolini para Viana do Castelo.

⁹³ Ao que não deve ser alheio a perda de influência de Assis Gonçalves, o governador civil do distrito.

Tabela 5 – Comparação dos distritos de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Leiria, Portalegre e Santarém entre 1942 e 1945 (distritos do Centro)

Distritos Centro	1942				1945	
	Dactilografados (mandatos)	Acrescentados Por Salazar	Total	Válidos (a eleger)	Número de mandatos	Eleitos em 1942
Aveiro	7	0	7	4	6	0 + 3
Castelo Branco	4	4	8	5	4	0
Coimbra	6	0	6	4	6	0 + 1
Leiria	3	2	5	3	6	1
Portalegre	4	4	8	3	4	0
Santarém	5	0	5	4	6	2

A tabela 5, referente aos distritos do Centro, confirma algumas das apreciações proferidas na análise da tabela 6. Continua a existir uma grande correlação entre o número de nomes dactilografados na lista de 1942 e o número de mandatos atribuídos na Lei Eleitoral de 1945 (Aveiro perderá um mandato, Leiria conquistará três e Santarém um, mantendo-se a representação de Castelo Branco, Coimbra e Portalegre). Já no que diz respeito à comparação dos candidatos eleitos pelos distritos em 1942 e 1945, verificamos que não existem tantas coincidências como as verificáveis nos distritos do “Norte”. Em Aveiro, Marques Mano (que também fora referido nas colónias) será candidato pelo círculo de Moçambique em 1945, João Neves pelo círculo de Portalegre e Albino Pinto dos Reis por Lisboa; em Leiria, Ribeiro Ferreira será candidato em 1945; e Artur Duarte e António Carlos Borges candidatos em Santarém. Relativamente ao distrito de Coimbra, João Ameal (também referido em 1942 no Distrito de Lisboa), e Ulisses Cortês serão no pós-guerra candidatos por Lisboa. Por fim, Castelo Branco e Portalegre não apresentam nas listas de 1945 nenhum candidato identificado em 1942.

Tabela 6 – Comparação dos distritos de Beja, Évora, Faro e Setúbal entre 1942 e 1945 (distritos do Sul)

Distritos Sul	1942				1945	
	Dactilografados (mandatos)	Acrescentados por Salazar	Total	Válidos (a eleger)	Número de mandatos	Eleitos em 1942
Beja	2	4	6	3	4	1
Évora	4	3	7	4	4	3
Faro	4	0	4	2	4	1
Setúbal	2	1	3	3	4	1

Nos distritos do Sul as correlações mantêm-se. Évora e Faro conservam quatro mandatos, enquanto Setúbal e Beja duplicam a sua representação (de dois para quatro deputados). Em Beja, António Lobão será candidato pelo círculo distrital em 1945; Sebastião Ramires será candidato em 1945 por Faro e Luís Teotónio Pereira (não seleccionado na lista de distritos de 1942, apesar de nomeado por mão de Salazar), será candidato em Setúbal. Em Évora, três dos quatro deputados indicados em 1942 regressarão após a Guerra: Camarate de Campos, João Mexia e Ricardo Durão (nome acrescentado à mão por Salazar na lista por distritos, mas não seleccionado).

Tabela 7 – Comparação do distrito de Lisboa entre 1942 e 1945

Distrito	1942				1945	
	Dactilografados (mandatos)	Acrescentados por Salazar	Total	Válidos (a eleger)	Número de mandatos	Eleitos em 1942
Lisboa	27	0	27	14	12	3 + 11

O caso de Lisboa, como já referimos, é uma excepção, pois a capital encontra-se excessivamente representada na proporção de candidatos a apresentar. De facto, a leitura da lista “Distritos” correspondente a Lisboa, permite verificar que foram colocados 27 nomes dactilografados (se bem que destes somente 14 tenham sido validados), número revisto para menos de metade em 1945 (12). É essencialmente esta lista, junto da lista governamental, que impede que a correlação entre a proporção de mandatos distritais em 1942 seja mais próxima da apresentada na Lei Eleitoral de 1945.

Apesar disso, apurámos que 14 candidatos da lista de 1942 foram também candidatos em 1945, apesar da maioria não o ter sido pelo distrito da capital, significando isso que o regime teve necessidade de redistribuir parte desta elite parlamentar por diversos círculos distritais. Assim, somente Melo Machado, Bustorff Silva (não seleccionado em 1942) e Homem de Mello (não seleccionado em 1942) serão candidatos pelo círculo de Lisboa. Madeira Pinto será por Setúbal, Cancela de Abreu por Aveiro, João do Amaral por Santarém, Araújo Correia e Pinto Coelho por Castelo Branco; Linhares de Lima pela Horta; Amorim Ferreira por Ponta Delgada; Soares da Fonseca pela Guarda; João Ameal por Vila Real; Teófilo Duarte (não seleccionado em 1942) por Timor e Manuel Múrias por Viseu.

Tabela 8 – Comparação dos distritos das ilhas e colónias entre 1942 e 1945

Distritos	1942				1945	
	Dactilografados (mandatos)	Acrescentados Por Salazar	Total	Válidos (a eleger)	Número de mandatos	Eleitos em 1942
Açores	5	4	9	6	6	2
Madeira	5	1	6	4	3	1 + 1
Colónias	9	4	13	5	13	3

Por fim, na avaliação das ilhas e das colónias, verificamos que o território ultramarino encontra-se sub-representado em 1942, elegendo apenas 5 deputados, quando após 1945 elegerá 13, procurando assim o regime incrementar a representatividade política do território extra-europeu. Os Açores acabam por manter o mesmo número de deputados, enquanto a Madeira perde um mandato no pós-guerra⁹⁴.

Dos nomes indicados nos Açores, Linhares de Lima (identificado com a Horta, em 1942) e Amorim Ferreira (Ponta Delgada) serão deputados pelo círculo eleitoral de Ponta Delgada, em 1945. Na Madeira, Favila Vieira será candidato pelo Funchal, enquanto Luís Vieira de Castro será colocado nas listas de Viana do Castelo. Já para as colónias, em 1942 este “distrito” não está discriminado em relação aos territórios de proveniência, pelo que não sabemos apurar, com exactidão a correspondência aos círculos coloniais pós 1945. No entanto, Marques Mano, Bicudo de Medeiros e Carlos Moura Carvalho serão todos candidatos por Moçambique, em 1945.

A existência desta lista organizada por distritos confirma as preocupações que Salazar apresentou no Parecer da Assembleia Nacional, quando se referia ao critério de representação geográfica, e as referências à representação local que profere na “Lição aos Governadores Civis” de 8 de Outubro, onde, apesar de referir que “não há deputados de representação local, no nosso sistema”, admite que “será preciso acautelar e ter em conta as inevitáveis reacções locais, que variam de terra para terra”, documento que analisaremos em mais pormenor adiante⁹⁵. Por outro lado, verifica-se que na realidade nunca se deixou de construir listas eleitorais sob uma lógica de representação distrital, mantendo actual a fórmula de recrutamento político assente na relação poder central – poder local herdada do liberalismo, e tantas vezes atacadas no discurso do Estado Novo⁹⁶; sendo inclusive possível apresentar a conclusão de que a verificação da representatividade distrital – manifesta no número de deputados a eleger por distrito – era não só prevista como se encontra significativamente correlacionada com a Lei Eleitoral de 1945, que consagrará os círculos eleitorais distritais.

A constatação da dinâmica distrital no recrutamento parlamentar desmente ainda a propaganda ideológica associada à representação nacional unificada e majoritária e, em especial, o discurso político que justificava no sistema eleitoral edificado uma diferente apreciação das qualidades políticas dos representantes da nação, já não sob ordens e influências regionais ligadas a relações de cacicagem, como na República, mas sob o manto da unidade nacional do Estado Novo⁹⁷. Tal significava que as redes

⁹⁴ No entanto, e como veremos adiante, existirão outros deputados madeirenses eleitos por outros círculos eleitorais.

⁹⁵ Cf. António de Oliveira Salazar, “Lição de Salazar para a Reunião dos Governadores Civis...”.

⁹⁶ Sobre este aspecto é muito interessante correlacionar a proposta de 1942 com as candidaturas de 1945, verificando-se que há casos onde a sobreposição é quase perfeita.

⁹⁷ Neste sentido, parece-nos que círculo eleitoral nacional expõe mais uma fachada jurídico-ideológica, existente apenas como contraponto à realidade distrital da I República e não como um novo sistema com mecânica própria.

de interacção política existentes localmente nunca se desmantelam, sobrevivendo à propaganda unitária e ao ataque do Estado Novo à fórmula de intermediar a relação entre o poder central e o poder local da República e do liberalismo, confirmando-se, assim, a perpetuação de algumas características do modelo liberal.

Aliás, é a própria imprensa regional e os actores políticos locais que denunciam este desfasamento entre o discurso e a prática. No âmbito da imprensa, a título de exemplo, o *Aurora do Lima* escreve que “Foi com o mais vivo e sentido orgulho de vianenses, que lemos a lista dos futuros deputados da nação, onde, (...) se encontram dois nossos ilustres conterrâneos que em nada desmerecem aquela plêiade de homens de bem. Viana recebeu com o coração em festa a indicação dos Srs. Dr. João Espregueira da Rocha Páris e Engenheiro José da Silva Dias, para distintos elementos da futura Assembleia Nacional”⁹⁸. Já o *Açoriano Oriental* referia que a “escolha destes dois distintos micaelenses para tão honroso cargo [Amorim Ferreira e Jacinto Bicudo de Medeiros], são a prova de quanta consideração gozam os dois distintos valores micaelenses, no conceito do governo da nação, que agora os escolheu”⁹⁹.

No campo das referências políticas, eram vulgares as alusões à proveniência dos candidatos a deputado e, nesse sentido, verificamos que Teixeira Marques (governador civil de Portalegre) tratava José Manuel da Costa e João Pires de Andrade como “ilustres filhos da Terra”; e já referimos o apreço de Assis Gonçalves por Amândio de Figueiredo e Clemente Fernandes, permanentemente apresentados como os deputados do distrito. No mesmo sentido, aliás, se entendem as reclamações do presidente da comissão distrital de Angra do Heroísmo, em 1938, quando refere que “a lista de deputados do distrito viu-se privada de representantes (...)”, isto enquanto “o Funchal teria quatro deputados”¹⁰⁰.

Estes são apenas alguns exemplos, decerto multiplicados, de que a atitude consciente de quem vive as eleições e de quem as prepara e participa no terreno é também local e regional e não apenas nacional, como pretende o discurso do regime. Este traço seria ainda mais visível aquando da campanha eleitoral, onde as caravanas assumem um carácter essencialmente distrital, envolvendo governadores civis, deputados do distrito, presidentes de câmara e diversas entidades distritais (Legião Portuguesa, Mocidade Portuguesa, Bombeiros, GNR, etc.¹⁰¹, como veremos em detalhe no capítulo 5.

⁹⁸ Depois é apresentada uma biografia dos citados. *Aurora do Lima*, 13 de Outubro de 1942. Já a 2 de Outubro, o *Novidades* publicara uma carta de Viana, que se regozijava “pela apresentação de dois ilustres filhos de Viana à candidatura dos 90 deputados da União Nacional (...) os nossos dois grandes amigos Sr. Dr. João da Espregueira da Rocha Páris, advogado e presidente da câmara municipal e o Sr. Eng. José Luís da Silva Dias, chefe da repartição da Emissora Nacional”; cf. *Novidades*, 12 de Outubro de 1942.

⁹⁹ *O Açoriano Oriental*, 31 de Outubro de 1942.

¹⁰⁰ Ver ofício n.º 203 da Comissão Distrital da União Nacional de Angra do Heroísmo para o presidente da Comissão Executiva da União Nacional, de 2 de Novembro de 1938; cf. IANTT/AUN/caixa 66/maço 218 – A.

¹⁰¹ Sobre a campanha eleitoral de Novembro de 1942, ver Capítulo 5.

Lista “Assembleia Possível”

Regressando à análise das diversas listas, a lista “Assembleia Possível” é constituída por 102 nomes, 98 dactilografados e 4 manuscritos, a várias mãos, existindo um nome riscado¹⁰². O documento tem algumas referências específicas¹⁰³ e uma sequência numérica apresentada no topo direito da primeira página, que aparenta serem os critérios de renovação propostos¹⁰⁴. É uma proposta de trabalho, de difícil colocação cronológica e de proveniência desconhecida. Dos 102 nomes (98 dactilografados mais 4 acrescentados à mão) 59 serão deputados (65%). O facto de estarem dactilografados 98 + 4 nomes, não contemplar mulheres, e seguir as recomendações de Albino Pinto dos Reis Júnior, sugere que possamos estar perante uma versão de trabalho próxima da União Nacional¹⁰⁵.

4.4.3. A lista e os critérios de Salazar

A leitura do Diário de Salazar indica que na manhã de 14 de Setembro o Presidente do Conselho terá estado algum tempo a sós a trabalhar e estudar “listas de nomes para a constituição da Assembleia Nacional”¹⁰⁶. Julgamos que possa ter sido nessa oportunidade que terá elaborado lista própria. Na investigação que produzimos encontramos o que pode ser um fragmento dessa: é uma folha avulsa, identificada com o número “6”, contendo 18 nomes¹⁰⁷ que, por análise caligráfica, se identifica com Salazar¹⁰⁸. Isto significa que, considerando ser esta a lista do Presidente do Conselho, Salazar pensava a sua elite parlamentar dentro de um quadro relativamente alargado de colaboradores, o que permitia que o lugar de deputado fosse de acesso possível a diversos níveis da hierarquia do regime. Este fragmento demonstra ainda que Salazar trabalhava de forma intensa a sua elite parlamentar, riscando, ano-

¹⁰² Foram acrescentados os nomes de Artur Ribeiro Lopes, Luís da Cunha Gonçalves, Pinto Coelho e António Ferro. O nome de Luís Teixeira aparece riscado. Ver Anexo 9.

¹⁰³ A Calheiros Veloso é acrescentado a lápis a sua proveniência geográfica (Covilhã); junto a Carlos Moura de Carvalho, a azul, encontra-se manuscrito que “parece que não quer”. Ver Anexo 9.

¹⁰⁴ No topo direito da primeira página estão junto ao número “90”, quatro parcelas se associam: “1/3 = 30”, “2/3 = 60”, “2/5=36”, “3/5=54”, parecendo claro estarmos perante dois cenários de renovação, um de um terço, outro de dois quintos.

¹⁰⁵ Dos 36 nomes comuns entre a lista “Assembleia Possível” e o Parecer da União Nacional, 5 o partido tinha indicado como indefinido e apenas 1 tinha sido rejeitado (Carlos Moura, por se julgar que não quereria). Trinta nomes são aprovados pela União Nacional. Cf. Anexo 4 e Anexo 9.

¹⁰⁶ Cf. pasta IANTT/AOS/DI – 3, 14 de Setembro de 1942.

¹⁰⁷ Dos quais 3 estão riscados, 3 com interrogações, 5 são sinalizados com um traço (“-”), e 7 nada têm de acrescento. Ver Anexo 10 e Anexo 25.

¹⁰⁸ Se considerarmos que esta pode ser a sexta página de um conjunto mais vasto, e que, em média, poderiam estar 15 nomes por página, podemos estar perante parte da lista pessoal do Presidente do Conselho. Esta suposição tem como base o número “6”, julgando ser provável existir os números 1 a 5, pelos menos. Infelizmente, para os nossos propósitos, no Arquivo Oliveira Salazar só se encontra esta página. Cf. pasta IANTT/AOS/CO/PC 17A, p. 4 e ver Anexo 10.

tando e acrescentando nomes a observar, num processo de construção evolutivo, dinâmico (e, de certa forma, também errático).

Além desta lista, que teria sido construída sempre antes da primeira ronda de convites, existem ainda outras duas elaboradas pela pena do Presidente do Conselho: a lista “excluídos mas interrogados para aproveitamento eventual” e a “incluídos mas interrogados para corte”¹⁰⁹, elaboradas certamente entre a lista-base e a segunda ronda de convites, de forma a permitir algum apuramento das intenções iniciais. Estas listas têm relação com a lista-base (todos os seus nomes constam dos 167 da mesma, e que analisaremos de seguida) e assumem um tempo de reflexão que o Presidente do Conselho terá tomado. Da lista “excluídos mas interrogados para aproveitamento eventual” depreende-se alguma preocupação com alguns nomes excluídos, e a verdade é que dos seus 16 nomes, 7 serão ainda deputados¹¹⁰; já da lista “incluídos mas interrogados para corte”, de sentido inverso, infere-se das dúvidas adicionais que o Presidente do Conselho terá tido em relação aos 14 nomes nela constantes (dos quais 9 estarão em São Bento)¹¹¹.

A intervenção do Presidente do Conselho é, como vemos, bastante activa e diferenciada. Salazar cedo assume os seus critérios de recrutamento para a elite parlamentar a construir, escrevinhando-os no verso da última folha do Parecer da Assembleia Nacional, logo a 13 de Setembro¹¹². Estes parâmetros, não muito distantes dos assumidos pela União Nacional no seu Parecer, serão posteriormente sistematizados e simplificados na apresentação aos governadores civis, que tomam contacto com as decisões eleitorais do Presidente do Conselho na citada reunião de 8 de Outubro, na qual Salazar afirmaria – entre outras coisas – que “a sorte de uma lista, nestas condições [a guerra], não pode ser entregue ao destino das votações, nem a sua elaboração, em boa lógica, deveria ser entregue a qualquer grupo eleitoral”.

Na mesma reunião, Salazar admitiria também que haveria que cuidar não só da *representação* local, como vimos (“acautelar e ter em conta as inevitáveis reacções locais, que variam de terra para terra”), como ainda assegurar que o Parlamento tivesse uma significativa *representação de actividades* (apesar da Câmara Corporativa¹¹³); e *representação de competências*, razão para “a grande percentagem de funcionários que foi preciso ir buscar as Repartições públicas para entrarem na lista e terem assento no Parlamento, não como tais, mas como técnicos de competência”. Salazar reconhecia ainda que “se se obedecesse a um só critério, a Câmara seria de nível ainda mais alto, mas ela tem de ser um conjunto e de obedecer ao tríptico critério acima exposto”¹¹⁴. São assim confirmadas as preocupações com a renovação da Câmara, com o equilíbrio

¹⁰⁹ Cf. IANTT/AOS/CO/PC 17A, p. 17. Ver Anexo 12.

¹¹⁰ O nome de Pamplona Forjaz está cortado (será deputado), 9 nomes estão identificados com “v” (6 serão deputados) e 5 não têm referência adicional. Ver Anexo 11.

¹¹¹ 8 nomes estão cortados, 4 estão identificados com “v” e 2 não têm referência adicional.

¹¹² Recordamos que estes são “por profissões; províncias e colónias; simpatias em política internacional; ideologia política; legislaturas; número de funcionários públicos”. Cf. Anexo 5.

¹¹³ Sobre o tema acrescentaria ainda: “É forçoso afirmar: o País ainda não tem organizadas as suas elites. Sempre o problema das elites na vida privada da Nação!”.

¹¹⁴ Cf. António de Oliveira Salazar, “Lição de Salazar para a Reunião dos Governadores Civis...”

da representatividade territorial (apesar do sistema eleitoral ser de representação nacional) e profissional (apesar da existência da Câmara Corporativa) e com o número de funcionários públicos; cuidados, diríamos, gerais, exportáveis para qualquer outra eleição no Estado Novo. Específicas parecem ser as apreensões relativas às “simpatias em política internacional”, afinal assunto suficientemente importante para ser identificado, que encaixa com as preocupações de Salazar com a paz e com a gestão da guerra, mas que não terá relevância para ser apresentado, publicamente, como um dos três critérios de selecção¹¹⁵.

Não temos elementos adicionais que nos permitam apreciar a Câmara eleita em relação ao seu posicionamento no conflito mundial. Por um lado, é válido o argumento de que o “partido aliado” tem a força da sintonia entre Salazar e José Alberto dos Reis, Presidente da Assembleia Nacional e anglófilo convicto; por outro lado, as indicações de voto apresentadas pelo PCP em Outubro¹¹⁶ ou o convite a elementos como o capitão João Duarte Marques pode inclinar o argumento noutro sentido¹¹⁷. É evidente que estes exemplos não devem vincular a ideia de que Salazar terá construído uma Câmara pró-aliada ou pró-Eixo; o Presidente do Conselho terá ponderado, isso sim, essencialmente as condicionantes internas, preocupando-se em colocar gente da sua confiança pessoal e política em São Bento que lhe garantisse diversas possibilidades para enfrentar o fim da guerra.

4.4.4. A “Lista-base” (ou “Assembleia Nacional – 2.^a ed.”)

Em termos estatísticos, as listas – “Distritos” e “Assembleia Possível” – são as principais contribuições para a “Lista-base”. Entre ambas circulam 142 nomes. No entanto, não se entendam estas como as únicas fontes da lista de deputados a convidar, pois convém recordar os Pareceres da União Nacional, da Legião Portuguesa e da Assembleia Nacional, bem como as listas avulsas já identificadas e analisadas.

A construção da lista-base finda então o período de auscultação. À cautela, apresentámos a lista “Distritos” como sendo uma possível primeira edição, até porque esta lista-base está identificada “Assembleia Nacional – 2.^a ed.”, o que naturalmente pressupõe versão anterior. Independentemente da existência de uma primeira versão, a verdade é que dela não sairão convites oficiais, pois estes só serão entregues a partir de 19 de Setembro, já sob a alçada da lista “Assembleia Nacional – 2.^a ed.”.

¹¹⁵ Aliás, nunca sera abordado – na apresentação dos candidatos – a questão do seu posicionamento político ou ideológico acerca do desenrolar da guerra.

¹¹⁶ Que, recordamos, identificava como germanófilos e “quintacolunistas” alguns candidatos, como João Ameal, Silva Dias, Ribeiro Ferreira, Manuel Múrias, Trigo de Negreiros.

¹¹⁷ O capitão João Duarte Marques era um legionário fanático, nacionalista convicto e apoiante venerável de Salazar e passara o ano de 1939 na Alemanha em missão relacionada com o plano de reorganização do Exército. Será convidado para deputado em 1942 e no dia da sua tomada de posse escreverá um relatório a Salazar onde se insurge contra a imoralidade do Presidente e vice-presidente da Assembleia Nacional, pessoas da pior espécie, no entender de Duarte Marques.

Sabemos ainda que o Presidente do Conselho toma por base este documento, pois descobrimos junto da documentação relativa às eleições para deputados de 1942 um conjunto de cálculos que, correlacionados com a lista em causa, apuram dos 167 nomes compilados 86 candidatos. São de dois tipos estes esquemas mentais (ver Anexo 12 e 13): um exhibe a apreciação de Salazar em relação aos deputados a manterem-se em funções, e o outro a correlação entre a lista “Assembleia Nacional – 2.^a ed.” e as escolhas pessoais de Salazar¹¹⁸.

A lista “Assembleia Nacional – 2.^a ed.” em si é, em bruto, muito confusa, muito trabalhada, complexa e dinâmica. Nela encontramos um conjunto de 134 nomes dactilografados e 33 acrescentados a várias mãos, com diversos acrescentos e riscos¹¹⁹. Eram apresentados, claramente, 86 candidatos, havendo outros que, assinalados, seriam posteriormente cortados. É uma lista que contém graduações de validação¹²⁰, existindo inclusivamente nomes validados e posteriormente cortados. É, podemos dizer, uma lista geral, onde está reunida a maioria dos putativos candidatos à Assembleia Nacional. Os seus quase 170 nomes representam quem, na elite do regime, poderia alcançar o lugar parlamentar. Será com base nesta lista confusa que se procederá – depois de introduzidos os “esquemas mentais de Salazar” que referimos – à primeira ronda de convites, decorrentes de 19 a 25 de Setembro, altura em

¹¹⁸ O primeiro esquema representa a escolha de Salazar para a primeira ronda de convites (Anexo 12). Após alguma reflexão e testes, concluímos que estamos perante um esquema mental que culminava nos números 90 e 37. Sem dúvida que 90 representava o número total de deputados, e 37 os novos parlamentares. Havia, então, que decifrar a ordenação numérica e ligá-la a uma lista existente, se possível. Correlacionámos os números de 1 a 10 com as páginas da lista “Assembleia Nacional – 2.^a ed.” e verificámos que existe relação entre os nomes validados com os apresentados no esquema elaborado pelo Presidente do Conselho. Assim, na primeira página estavam assinalados 7 nomes, 3 deles novos; na segunda 10, 2 novos, e assim consecutivamente. Na lista “Assembleia Nacional – 2.^a ed.”, a primeira página tem 7 nomes válidos, 3 deles sem experiência parlamentar; a segunda página tem 10 nomes válidos, 2 sem experiência prévia. A sobreposição não é total, o que não estranha, dada à flutuação de sugestões e as alterações de última hora, mas é suficientemente significativa para afirmarmos que estamos perante a escolha de Salazar. O segundo esquema mental (Anexo 13 e Anexo 27), que julgamos ser posterior ao primeiro, trabalha sobre a lista “Eleição de Deputados. Relação de candidatos”, ou seja, sobre a segunda ronda de convites (e não sobre a primeira, como o esquema anterior). Este esquema expõe a apreciação de Salazar em relação aos deputados a continuar em funções, ou seja, é a síntese do Presidente do Conselho relativamente aos Pareceres da Legião Portuguesa, União Nacional e Assembleia Nacional. Neste esquema, são identificados 31 deputados com “2.^a cam”, ou seja, que tinham cumprido duas legislaturas (câmaras); e outros 16 divididos em duas categorias: 5 nomes de “1.^a” e 9 (+ 2) de “2.^a”. Correlacionando estes números com a lista da segunda ronda de convites verificamos que nela existem 31 candidatos deputados desde 1934 e 16 desde 1938. Os números confirmam-se (não temos elementos que nos permitam apurar, com elevada certeza, quem seriam os cinco elementos da primeira nem os nove (mais dois) da segunda). Ainda no mesmo esquema mental é apresentada uma soma que contempla os 47 deputados convidados a renovar e 37 novos candidatos, faltando apurar 6 nomes para os 90 necessários. Considerando que a lista da segunda ronda de convites tem 3 nomes em falta, devemos encarar tal situação como normal, e que Salazar deixará para si a decisão dos acertos finais na lista.

¹¹⁹ Há um nome simultaneamente dactilografado e manuscrito: João Espregueira Rocha Páris.

¹²⁰ Salazar apresenta uma escala de quatro “v’s”, havendo nomes com um “v”, outros com “vv” e “vvv” e ainda uns com “vvvv”. Ver Anexo 14.

que de nova lista, já devidamente sistematizada, provirão uma segunda ronda de convites. Até ao final do processo ainda será necessária terceira chamada, esta já cirúrgica a colmatar recusas e desistências de última hora.

4.4.5. Rumo à lista de 30 de Setembro

A partir de 19 de Setembro é contactada a maioria dos candidatos. O método de comunicação utilizado foi, para a grande maioria, o telegrama institucional da União Nacional¹²¹; processo repetido nas colónias, como atesta os que Jacinto Bicudo de Medeiros e Carlos Moura de Carvalho receberam¹²². Nesta altura começam a escapar para a imprensa alguns nomes de candidatos, o que provoca alguma preocupação dos serviços de censura e motiva pronta intervenção, como já referimos¹²³. São poucos os casos em que Salazar individualiza o trato¹²⁴.

Nem todos os convidados aceitam os convites. Augusto Cerqueira Gomes (deputado entre 1945 e 1969), Luís Teotónio Pereira (Procurador em 1938-1942 e deputado na legislatura de 1945-1949), e Jerónimo Carneiro (director-geral dos Negócios Políticos e de Administração Interna do Ministério dos Negócios Estrangeiros), terão rejeitado o convite ou terão sido afastados por outras razões. Já Manuel Silva e Augusto Mendes Moreira, afastados da lista de 25 de Setembro, regressarão na altura das substituições.

¹²¹ Como comprovam as solicitações de certidão de eleitor recebidas. Cf. ofícios a solicitar certidão de eleitor (todos IANTT/AUN) a José Cabral, maço 61/caixa 22, p. 46; Ranito Baltasar, caixa 12/maço 31, p. 168; José Silva Dias, caixa 373/maço 244; José Clemente Fernandes, caixa 48/maço 136 e caixa 33/maço 102-A; Cortez Lobão, Fernando Borges Júnior, Herculano Amorim Ferreira, Júlio Andrade Freire, Henrique Linhares de Lima (e Manuel Pestana Reis), caixa 33/maço 102-A; Joaquim Arnaut Pombeiro, caixa 20/maço 55-A, p. 89; Francisco Telo da Gama, caixa 32/maço 99; João Ameal, caixa 52/maço 145-A; Acácio Magalhães Ramalho, caixa 52/maço 144; Salvador Nunes Teixeira, caixa 369/maço 234; Luís de Arriaga de Sá Linhares, caixa 22/maço 155-A; Alberto Cruz, José Maria Braga da Cruz, Francisco Prieto, Querubim Guimarães e António Cristo, NT 9/maço 23; Luís Mendes de Matos, caixa 372/maço 242; Ângelo César Machado, Albano Magalhães, Luís Pina de Guimarães; José Sá Carneiro, José Nosolini; João Antunes Guimarães, Pedro Inácio Alvares Ribeiro, caixa 34/maço 195-A; João Pires de Andrade, maço 102-A /caixa 33; Manuel Silva, maço – 100 A/caixa 32; Quirino Mealha, maço 54 A/caixa 20; Amândio de Figueiredo, maço 140 A/caixa 49; José Rodrigues de Sá Abreu, NT 9/maço 23.

¹²² Nele era solicitado a “inclusão seu nome lista deputados próximas eleições ponto”. Cf. IANTT/AUN/NT 57/Maço 166 – A, p. 653-653. Jacinto Bicudo de Medeiros está em Quelimane (Lourenço Marques), e Carlos Moura de Carvalho em Luanda.

¹²³ Ver *Boletim Diário* n.º 173, confidencial, da Direcção dos Serviços de Censura, de 24 de Setembro de 1942; IANTT/AUN/AMI/Gabinete do Ministro/maço 525/caixa 83.

¹²⁴ Curiosamente, apurámos que relativamente às eleições de 1949 a Comissão Central da União Nacional escreve a José Manuel da Costa (secretário de Salazar) solicitando-lhe que recordasse a Salazar quais os deputados a quem era conveniente que escrevesse: Albano Magalhães, Madeira Pinto, Camarate de Campos, José Esquível e José Sacadura Botte. É também referido que “o senhor Presidente mostrou interesse em escrever ao Dr. Manuel da Cunha e Costa e Marques Mano”; cf. IANTT/AOS/CO/PC/4 – C, p. 328.

A 25 de Setembro existe, então, necessidade de sistematizar nova lista, ordenada de forma a corresponder aos 90 nomes necessários. A lista “Eleição de Deputados, relação dos candidatos”, que tem manuscrito “enviar a 25/9/42 para completar a lista (preencher as vagas pela desistência de alguns candidatos)”¹²⁵, transporta 82 nomes da primeira ronda, confirmando a existência de recusas, desistências ou mudanças de opinião em relação a alguns dos destinatários originais¹²⁶. A ordenação dos nomes contém as habituais anotações de Salazar (riscos, sinais de validação, interrogações), e é interessante que apresente 87 nomes dactilografados e três sugestões acrescentadas à mão, pelo Presidente do Conselho – Joaquim Trigo de Negreiros, José Rodrigues Sá e Abreu e João Pires de Andrade, verdadeiros candidatos de última hora¹²⁷.

Serão riscados dessa lista, indicando recusa a convite, os nomes de António Pedro Mesquita, Augusto Cancela de Abreu (que tem acrescentado, manuscritamente, o nome de Augusto Mendes Moreira, sugerindo uma substituição directa), Diogo Pacheco do Amorim, Domingos Garcia Pulido, Gonçalo Cabral, Humberto Montenegro Fernandes e Manuel Rodrigues Júnior (substituído manuscritamente por Manuel Silva)¹²⁸. Esta segunda ronda de convites elucida como a construção da lista de deputados não obedecia a padrões estanques, sendo diversas as recusas e as hesitações, os avanços e os recuos, o que significa que esta elite não é totalmente pré-definida.

As recusas serão substituídas por Artur Oliveira Ramos, Augusto Mendes Moreira, Joaquim Mendes do Amaral, José Soares da Fonseca, Manuel Silva, Querubim Guimarães, Ângelo César Machado, Jaime Amador e Pinho e José Formosinho Sanches¹²⁹. Todos contactados com urgência, por telegrama, a 25 de Setembro¹³⁰. Nos dias seguintes a situação apresenta-se controlada, como confirma

¹²⁵ IANTT/AOS/CO/PC 17A, p. 5-7. Ver Anexo 29 e Anexo 15.

¹²⁶ Os nomes em falta são os de Albano Magalhães, António Rodrigues Cavalheiro, José Maria Braga da Cruz, Júlio Andrade Freire, Maria Luísa van Zeller, Mário Albuquerque e Salvador Teixeira.

¹²⁷ Estes três nomes estão identificados na última página do documento, com a nota “não estão incluídos nesta relação os nomes dos Exmos Snrs”. Ver Anexo 15 e IANTT/AOS/CO/PC 17A, p. 5-7.

¹²⁸ Alfredo Soares Melo, Amândio de Figueiredo, Francisco Prieto, João das Neves, Joaquim Dinis da Fonseca, José Clemente Fernandes, José Araújo Correia, José Sá Carneiro, Luís de Matos, Manuel Marques Mano, Quirino Mealha e Rafael Duque não estão validados, mas antes ostentam um singelo “-”. Luís Pinto Coelho tem essa sinalética e uma interrogação. Destes casos só Luís Pinto Coelho não será deputado. Da lista final sairá apenas António Lopes Mateus (presidente do Conselho de Administração da Diamang à altura do convite).

¹²⁹ Cf. IANTT/IANTT/AOS/CO/PC 17A, p. 8-15. Ver Anexo 16.

¹³⁰ Manuel Silva é contactado com urgência em Elvas a 25 de Setembro, com a seguinte mensagem: “Venho solicitar anuência V Exma inclusão seu nome lista deputados próximas eleições ponto comissão UN está convencida V Exma não deixará de pôr ao serviço País sua comprovada dedicação valiosa méritos para os quais confiadamente venho apelar” (cf. IANTT/AUN/caixa 32/maço 100-A). No entanto, a solicitação da certidão de eleitor é datada de 24, o que sugere que a decisão do convite é anterior à impressão da lista “Eleição de deputados. Relação dos candidatos” (cf. IANTT/AUN/caixa 32/maço 100-A, p. 169). A Câmara Municipal de Santa Comba Dão foi solicitada a entregar com urgência a certidão de eleitor de Augusto Mendes Moreira, cf. IANTT/AUN/maço 148 A/caixa 53.

o telegrama recebido por Albino dos Reis¹³¹, apesar de a 25 de Setembro ainda serem contactados alguns deputados que não serão convidados a renovar o mandato (bem como Álvaro Favila Vieira, que manterá funções¹³²). Estranha a preocupação tardia, mas a data da correspondência confirma a data. Entre as três rondas de convites, 75 nomes mantêm-se como base, 6 são alterados da primeira para a segunda ronda e 9 substituídos (com alguns regressos) da segunda para a terceira. Ao todo, são 31 nomes que estão envolvidos nestas trocas e ajustes para os 15 lugares em falta¹³³.

4.5. Recusas e aceitações. A opinião da elite parlamentar

O teor da correspondência com Salazar

Era basta e frequente a troca de correspondência entre Salazar e a sua elite parlamentar, escrevendo esta ao Presidente do Conselho sob os mais diversos pretextos. Da leitura de tal correspondência, percebemos com facilidade que existem diversos graus de intimidade entre Salazar e os seus deputados, o que é normal e expectável. Assim, alguns são – e intitulam-se – “amigos” e demonstram um nível de intimidade que lhes permite serem mais explícitos na troca de ideias com o Presidente do Conselho, como o são Antunes Guimarães, Mário de Figueiredo, Albino dos Reis ou Juvenal Araújo, (que, por exemplo, se refere a Salazar como “meu muito querido amigo”). Outros, pelo contrário, apenas mantêm uma relação de cordialidade, deferência mesmo, trocando cartas de circunstância, muitas bajuladoras, de agradeci-

¹³¹ Cf. Telegrama recebido a 27 de Outubro a indicar que a “Organização processo apresentação candidaturas decorre normalmente cerimónia entrega lista marcada para quarta-feira 15 horas ponto cumprimentos”, cf. IANTT/AUN/maço 7/NT 3.

¹³² O deputado afirma que “ficaria mal comigo mesmo se (...) não reafirmasse, gratíssimo, a Vossa Excelência (...) o meu reconhecimento pelo convite da União Nacional para figurar na nova lista de candidatos a deputados (...). O facto assume no meu espírito todo o relevo por representar uma decisão de Vossa Excelência firmada em condições políticas de especial interesse”. Ver carta de Álvaro Favila Vieira a António de Oliveira Salazar, IANTT/AOS/CP-279.

¹³³ Da primeira para a segunda ronda de convites são afastados Manuel Pestana Reis, Luís Teotónio Pereira, Jerónimo Carneiro e Augusto Cerqueira Gomes. Augusto Mendes Moreira e Manuel Silva, afastados, regressarão nas substituições. Estes seriam substituídos por Salvador Teixeira, Mário de Albuquerque, Maria Luísa van Zeller, Júlio Andrade Freire, José Maria Braga da Cruz (provável substituto de Pacheco Amorim), Rodrigues Cavalheiro e Albano Magalhães. Da segunda para a terceira são afastados António Lopes Mateus, António Pedro Mesquita, Augusto Cancela de Abreu, Domingos Garcia Pulido, Gonçalo Cabral, Humberto Montenegro Fernandes, Luís Pinto Coelho, Manuel Rodrigues Júnior e Pacheco do Amorim serão substituídos por Artur Oliveira Ramos, Augusto Mendes Moreira, Joaquim Mendes do Amaral, José Soares da Fonseca, Manuel Silva, Querubim Guimarães, Ângelo César Machado, Jaime Amador e Pinho e José Formosinho Sanches.

mento e veneração (como no caso de Cortez Lobão, que em 1943 requer um autógrafa para uma fotografia de Salazar¹³⁴).

Do ponto de vista pessoal, existe uma abundante correspondência a solicitar o apoio do Presidente do Conselho para questões individuais e particulares, o que permite apreciar a percepção que muitos dos parlamentares tinham da influência de Salazar. Neste sentido, são vulgares os pedidos de colocação ou de nomeação para lugar A ou B – solicitações para os próprios ou para familiares, como no caso de Albano Magalhães¹³⁵; ou o de Ranito Baltazar, que já nos anos 60 pede também um lugar de delegado do governo. O melhor exemplo desta tendência é, talvez, Joaquim Saldanha, pela insistência consistente de pedidos de favores pessoais relacionados com colocações na área de intervenção do Estado. Já em 1938, ao manifestar o seu desejo de aceitar o convite da UN de fazer parte da Assembleia Nacional, dizia-se “prejudicado, pois o lugar de deputado ser incompatível com o do Conselho de Administração da Companhia de Caminho-de-Ferro da Beira Alta”, onde ganhava 500\$00¹³⁶. Em 1940 “suplica protecção para o meu filho”¹³⁷, e, no mesmo ano, por ocasião da morte de Ginestal Machado, cobiça a vaga de comissário do governo junto da Companhia Portuguesa deixada em aberto¹³⁸. Por fim, em 1949, numa carta particular onde expõe o seu longo historial monárquico e revolucionário para justificar que, aos 61 anos, terá dificuldades de ter uma boa reforma (pois devido à sua intensa actividade política começara tarde no funcionalismo público), solicita auxílio para conseguir “um modesto pecúlio de reserva” para os seus anos finais e apresenta uma solução: substituir Manuel Rodrigues como vogal do conselho de administração do Banco Nacional Ultramarino (recordando para o efeito que tinha renunciado ao lugar no Conselho de Administração da Companhia de Caminho-de-Ferro da Beira Alta para aceitar ser deputado)¹³⁹.

¹³⁴ Ver carta pessoal de Cortez Lobão a Salazar, datada de 29 de Abril de 1943; cf. IANTT/CP – 156.

¹³⁵ Albano Magalhães escreve em 1941 a requerer lugar de delegado do governo da Companhia de Fomento Colonial ou de delegado do governo na Companhia de Caminhos-de-Ferro Portugueses (em Lisboa), justificando-se com o facto de ter “nove filhos para alimentar”; ver carta particular de Albano Magalhães, datada de 23 de Janeiro de 1941; cf. IANTT/CP – 166, p. 163. Albano Magalhães volta a insistir junto a Salazar para o colocar numa vaga da Presidência da Hidroeléctrica o Cávado, até porque “tem 13 filhos para sustentar”; ver Carta particular de Albano Magalhães, sem data mas posterior a 1949; cf. IANTT/CP – 166, p. 175.

¹³⁶ Ver carta de Joaquim Saldanha; cf. IANTT/CO/PC – 17, p. 248.

¹³⁷ Ver carta de Joaquim Saldanha (escrita em papel do gabinete do director das Cadeias Civis Centrais de Lisboa), de 11 de Junho de 1938; cf. IANTT/CP – 247; p. 57 – 60.

¹³⁸ Por ocasião da morte de Ginestal Machado, Joaquim cobiça a vaga de comissário do governo junto da Companhia Portuguesa deixada em aberto, estando mesmo disposto a perder o lugar de deputado ou a esperar pelo fim da legislatura. Refere que no momento em que aceitou ser deputado perdeu o lugar que tinha de presidente do Conselho de Administração dos Caminhos-de-ferro da Beira Alta e o rendimento associado. Ver carta de Joaquim Saldanha (escrita em papel do gabinete do director das Cadeias Civis Centrais de Lisboa), de 28 de Junho de 1940; cf. IANTT/CP – 247; p. 61.

¹³⁹ Ver carta de Joaquim Saldanha (escrita em papel do gabinete do director das Cadeias Civis Centrais de Lisboa), de 7 de Julho de 1946; cf. IANTT/CP – 247; p. 67.

Recordamos, entretanto, que o lugar de deputado, na estrutura orgânica do Estado Novo, não era permanente, não oferecia condições financeiras constantes e estava restrito a um apertado regime de exclusividade que não permitia a acumulação com alguns lugares na estrutura do Estado ou com a actividade de algumas profissões liberais. A Assembleia Nacional reunia apenas três meses por ano, em Lisboa (o que para alguns “deslocados” significaria custos acrescidos em deslocações e estadia), pagos sem acrescentos; situação insuficientemente atractiva para quem tivesse acesso aos Conselhos de Administração de algumas companhias. É, aliás, neste sentido que se entendem as causas da renúncia de mandato de Manuel Múrias em 1943¹⁴⁰; ou algumas das rejeições para a lista de deputados, como a de Joaquim Costa Pires¹⁴¹ ou de António Ary dos Santos¹⁴² em 1938.

Há também cartas de pedidos de apoios a familiares ou amigos, solicitando pequenas intervenções ou pequenos favores. Num caso, Maria Guardiola escreve, em Março de 1943, a pedir que o irmão – o capitão João Guardiola –, seja recolocado em posto mais conveniente para o seu estado de saúde¹⁴³; noutra, Acácio Ramalho solicita, em 1942 e 1944, que o Presidente do Conselho receba o seu sobrinho e o auxilie na sua carreira de médico especialista em doenças mentais¹⁴⁴; e mais tarde, relativamente às eleições de 1949, Acácio Mendes procura junto a Salazar exercer alguma influência para a colocação de António Magalhães Ramalho, seu sobrinho, na lista de deputados¹⁴⁵.

Ainda no domínio dos assuntos pessoais, encontrámos alguns pedidos de solicitação de intervenção junto a situações de potencial conflito entre membros da Assembleia e alguns órgãos de comunicação social, como na situação de João Ameal no *Diário de Notícias*¹⁴⁶, ainda nos anos 30; e a de João do Amaral no *Diário Popular*¹⁴⁷, já após a guerra. E o pedido de António Borges para colocar o seu amigo Viana de Lemos (que fora exonerado de governador civil de Santarém de forma “vexatória”) em lugar de alguma dignidade, demonstra que Salazar era interpelado para actuar também ao nível do poder local e regional¹⁴⁸.

¹⁴⁰ Manuel Múrias escreve a dizer que terá de renunciar ao mandato de deputado, em virtude de querer aceitar o lugar de chefe de Repartição Central da Instrução Pública em Angola. Consentira que o seu nome fosse colocado na lista porque não antevia tal convite. Múrias acabaria por não renunciar ao mandato e regressar à Câmara em 1945, 1949 e 1953. Ver carta particular de Manuel Múrias, datada de 23 de Janeiro de 1943; cf. IANTT/CP – 189, p. 79.

¹⁴¹ Que rejeita o convite evocando razões familiares (é pai de “numerosa família”). Ver carta de Joaquim Costa Pires, cf. IANTT/CO/PC – 17, p. 294.

¹⁴² António Ary dos Santos rejeita convite por razões de incompatibilidade com o trabalho de advogado da Companhia dos Caminhos-de-Ferro Portugueses, perdendo na troca “muito dinheiro”. Ver carta de António Ary dos Santos, cf. IANTT/CO/PC – 17, p. 302.

¹⁴³ Ver carta particular de Maria Guardiola a Salazar (em papel da Assembleia Nacional), datada de 17 de Março de 1943; cf. IANTT/CP – 134; p. 148.

¹⁴⁴ Cartas particulares de Acácio Ramalho a Salazar, datada de 11 de Dezembro 1942 e de 24 de Setembro de 1944; cf. IANTT/CP – 233, p. 251 – 253.

¹⁴⁵ IANTT/AOS/CO/PC/4 – C, p. 315.

¹⁴⁶ Ver carta particular de João Ameal a Salazar, de 17 de Dezembro de 1934; cf. IANTT/CP – 9.

¹⁴⁷ Carta particular de João do Amaral a José Manuel da Costa, de 12 de Fevereiro de 1945; cf. IANTT/AOS/CP – 8, p. 418.

¹⁴⁸ Carta particular de António Borges, datada de 26 de Outubro de 1944; cf. IANTT/CP – 36, p. 43.

Junto aos exemplos apontados, encontramos também diversa correspondência de índole político, onde eram relatadas e denunciadas situações da mais diversa espécie, relativas a assuntos que variam da política local à política internacional. Sobre assuntos locais encontra-se, por exemplo, a exposição de João Rocha Páris a angariar apoio para se criar a diocese de Viana do Castelo¹⁴⁹; a denúncia de Alberto Cruz da falta de visão política das autoridades de Braga no aproveitamento do “entusiasmo geral que o fim da guerra na Europa provocou”¹⁵⁰; os relatórios de Cândido Forjaz sobre a situação económica e administrativa de Angra do Heroísmo¹⁵¹; os relatórios sobre a Covilhã, de Ranito Baltazar; ou a diversa correspondência de Antunes Guimarães, que escreve regularmente sobre a política local do Norte do país¹⁵². Já na correspondência de Trigo de Negreiros, por exemplo, encontramos fundamentalmente informação de carácter essencialmente governamental; enquanto que na de José Alberto dos Reis, Albino dos Reis, Sebastião Ramires, Mário Figueiredo ou outros membros do círculo mais íntimo de Salazar, o carácter é simultaneamente pessoal e político.

Mas nem toda a correspondência tem um carácter vincadamente operativo, bajulador ou que procure a interferência benévola do Presidente do Conselho em questões de índole pessoal ou familiar. António Gromicho, por exemplo, só escreve a sua primeira carta a Salazar em 1960¹⁵³. Há deputados ainda que mantêm uma relação académica com Salazar, como no caso de Luís da Cunha Gonçalves, que regularmente lhe oferece, volume a volume, o seu *Tratado de Direito Civil*¹⁵⁴; ou outros que com sinceridade lhe agradecem a confiança depositada aquando da atribuição de especiais responsabilidades¹⁵⁵. Outros ainda escrevem e intervêm em nome de outras personalidades, como o caso recorrente de João do Amaral que troca diversas cartas em nome de alguns membros da família de Bragança¹⁵⁶.

¹⁴⁹ Ver carta particular de João Rocha Páris, datada de 15 de Janeiro de 1943; cf. IANTT/CP – 209, p. 218.

¹⁵⁰ Situação antes aproveitada pelos “pseudo-liberais”, no entender de Alberto Cruz. Ver carta particular de Alberto Cruz a Salazar, datada de 11 de Maio de 1945; cf. IANTT/CP – 84, p. 3.

¹⁵¹ IANTT/CP – 120; p. 393.

¹⁵² Ver correspondência entre Antunes Guimarães e António de Oliveira Salazar in IANTT/CP – 136 e seguintes.

¹⁵³ Ver IANTT/CP – 134; p. 140-142.

¹⁵⁴ Ver cartas particulares de Luís Cunha Gonçalves, de 11 de Janeiro de 1933, 23 de Março de 1934; 8 de Agosto de 1934 e 16 de Maio de 1942; cf. IANTT/CP – 132

¹⁵⁵ Como no caso de Acácio Ramalho, que agradece a sua nomeação para juiz efectivo do Supremo Tribunal Administrativo, em 1937; e a da mulher, em 1939 para vogal da Junta Central da Obra das Mães para a Educação Nacional, em 1939 (ver cartas particulares de Acácio Ramalho a Salazar, datada de 25 de Outubro de 1937 e de 7 de Junho de 1939; cf. IANTT/CP – 233, p. 244-255, 248.

¹⁵⁶ João do Amaral, em Dezembro de 1944, articula com Azevedo Coutinho a deslocação da infanta Dona Filipa a Sevilha (e pede para o efeito autorização do governo); ver carta particular de João do Amaral, de 22 de Janeiro de 1945; cf. IANTT/AOS/CP – 8, p. 495; e, em Fevereiro de 45, reporta a José Manuel da Costa a vontade do “Príncipe D. Pedro de Bragança” em ser recebido em audiência por Salazar, para dele se despedir antes do seu regresso ao Brasil; ver carta particular de João do Amaral a José Manuel da Costa, de 12 de Fevereiro de 1945; cf. IANTT/AOS/CP – 8, p. 418.

Recusas e aceitações

Regressando ao processo de selecção dos candidatos a deputados para as eleições gerais de 1942, conseguimos descortinar algumas das razões que motivaram algumas recusas em pertencer à elite parlamentar do Estado Novo. Na correspondência de António Lopes Mateus, António Pedro Mesquita, Augusto Cancela de Abreu, Domingos Garcia Pulido, Gonçalo Cabral, Humberto Montenegro Fernandes, Luís Pinto Coelho, e Manuel Rodrigues Júnior, nada encontramos; mas conseguimos apurar que Diogo Pacheco do Amorim reconhece, em carta de 21 de Setembro, “manter-se as condições que [o] forçaram a declinar o amável convite”, que se prendem com “a vida cada vez mais difícil” e com a necessidade de cuidar da vida dos seus filhos não emancipados¹⁵⁷, justificação como vemos essencialmente de índole financeira. Indecisos, a julgar pelo relato do diário de Salazar, encontraram-se Manuel Marques Mano, objecto de especial atenção entre 23 e 24 de Setembro¹⁵⁸; e Manuel Múrias¹⁵⁹, que procura, meses mais tarde, renunciar ao mandato de deputado para aceitar colocação em Angola, como já referimos.

Mais singelas são as reacções às notificações que informavam os deputados em funções da cessação das mesmas. O médico Luís Figueira, que assina “ex-deputado”, Pestana Reis e Guilhermino Nunes, advogado do Porto, limitam-se a acusar a recepção do ofício da União Nacional; o general Schiappa de Azevedo realçava o “salutar princípio de renovação”; Pinto da Mota reconhece-se “particularmente reconhecido pelas palavras benévolas”; Botto de Carvalho agradece as palavras de elogio, em duas cartas. As respostas são endereçadas quer ao presidente da Comissão Central da União Nacional, quer ao Presidente do Conselho, ambos os cargos com o mesmo titular: António de Oliveira Salazar. Todos se colocam à disposição do Chefe do Governo para auxiliar o Estado Novo. Assis Gonçalves mostra-se agradecido “pela escolha dos dois nomes por mim especialmente indicados para a lista de deputados”¹⁶⁰.

Por altura da construção da lista de deputados, encontramos ainda alguns que procuram justificar a sua pouca assiduidade e relativo desinteresse pela actividade parlamentar. Moura Relvas, médico radiologista, justifica a sua falta de presença nos trabalhos parlamentares por razão dos seus afazeres profissionais¹⁶¹; e Ranito Baltazar,

¹⁵⁷ Cf. IANTT/AOS/CP – 9, carta de Diogo Pacheco de Amorim a António de Oliveira Salazar, datada de 21 de Setembro de 1942. Sublinhado por Salazar.

¹⁵⁸ Salazar terá conversado com o ministro do Interior sobre esta indecisão em pelo menos duas ocasiões, a 23 e 24 de Setembro de 1942. Cf. IANTT/AOS/DI – 3, 23 de Setembro de 1942 e IANTT/AOS/DI – 3, 24 de Setembro de 1942.

¹⁵⁹ Este assume, em carta de 23 de Janeiro de 1943, um certo arrependimento por ter aceitado o lugar de deputado, pois tinha-lhe sido oferecido pelo ministro das Colónias “o lugar de chefe de Repartição Central da Instrução Pública em Angola”. Cf. carta de Manuel Múrias a Salazar, 23 de Janeiro de 1943, IANTT/AOS/CP – 189, p. 79-80.

¹⁶⁰ Carta do governador civil de Vila Real ao ministro do Interior, de 22 de Setembro de 1942.

¹⁶¹ Cf. IANTT/IANTT/AOS/CO/PC 17 A, carta de Luís Figueira, p. 85; Pestana Reis, p. 86; Schiappa de Azevedo, p. 87-88; Pinto da Mota, p. 89; Moura Relvas, p. 90-91; Guilhermino Nunes, p. 92, Boto de Carvalho, p. 93-95.

reportando-se à sua actividade política durante a III Legislatura (portanto escrevendo em 1945), “pede desculpa pela falta de assiduidade às sessões da Assembleia Nacional (...) mas a um médico admitido a 300 quilómetros de Lisboa, não seria possível cumprir cabalmente o cargo para que tinha sido eleito”, esperando assim ser substituído¹⁶².

No decurso da nossa investigação encontrámos poucas cartas pessoais de aceitação do convite endereçado em 1942, o que estranha quando comparado com a atenção dada a este assunto por alguns deputados noutros momentos similares, nomeadamente o relativo à II Legislatura, como veremos. No que diz respeito à III Legislatura, dos deputados em funções apenas Favila Vieira, deputado pela Madeira desde 1934, escreve a Salazar, confessando-se “reconhecidíssimo” pelo convite, e pela “expressão de confiança” nele depositada¹⁶³. No restante, apenas dois novos deputados – curiosamente ambos escolhidos na lista pessoal de Salazar¹⁶⁴ – se dignam a responder: Artur de Oliveira Ramos, diz-se “profundamente desvanecido com a lembrança da inclusão do meu modestíssimo nome”, prostrando-se a continuar a “consagrar ao serviço da Nação os meus fraquíssimos préstimos”¹⁶⁵; e Augusto Mendes Moreira, agradece a oportunidade de servir o país, assumindo-se “honrado com o convite que me foi dirigido”¹⁶⁶.

De natureza bem distinta é a carta/relatório do capitão João Duarte Marques, que escreve a Salazar no dia da tomada de posse dos deputados, 25 de Novembro de 1942. O novel deputado reconhece que “ao serem conhecidos os nomes dos deputados, o país sentiu uma nova esperança, porque parte da lista era composta por elementos novos (...) ‘Gente Nova, nova esperança’”, e que “o povo despertou, confiando na deliberação do Chefe”. Apesar destas boas indicações, lamenta “a existência ainda de nomes de deputados, cuja vida pessoal publicamente conhecida, e actuação política anterior, não lhe merece confiança e o respeito necessário”. Diz mesmo que aceitou “ser deputado, embora me repugnasse a ideia de que a meu lado, e com a mesma função iriam trabalhar aqueles cuja formação moral, formação religiosa e até formação política, sempre foram contrárias à minha”¹⁶⁷. João Duarte Lopes fará apenas a legis-

¹⁶² Ver carta particular de Ranito Baltazar (dactilografada), de 1 de Outubro de 1945; cf. IANTT/CP – 19, p. 6. José Ranito Baltazar seria, de facto, substituído,

¹⁶³ Carta de Álvaro Favila Vieira a Salazar, datada de 18 de Outubro de 1942; cf. IANTT/AOS/CP – 279.

¹⁶⁴ O nome de Artur de Oliveira Ramos consta apenas na lista pessoal de Salazar, fora riscado da lista-base e repescado para a fase das substituições. Augusto Mendes Moreira é também indicado por Salazar, sendo ainda detectado na lista distrital de Viseu.

¹⁶⁵ Cf. IANTT/IANTT/AOS/CO/PC 17 A, carta de Oliveira Ramos, p. 98.

¹⁶⁶ Cf. IANTT/IANTT/AOS/CO/PC 17 A, carta de Oliveira Ramos, p. 104-105.

¹⁶⁷ Sobre a construção da Câmara, adiantaria que da mesma “não deveriam fazer parte elementos, cujos defeitos morais ou políticos, na verdade os não dignificam, antes pelo contrário desprestigiam o todo de que fazem parte”. Por fim, relatando sobre a eleição para Presidente e vice-presidente da Assembleia Nacional – respectivamente José Alberto dos Reis e Albino Pinto dos Reis, afirmava que não deve “aprovar tal decisão, por saber antecipadamente que ela é contrária à opinião pública e mal recebida em especial por todo o sector nacionalista”. Relatório do capitão João Duarte Marques a António de Oliveira Salazar, datado de 25 de Novembro de 1942, cf. IANTT/AOS/CP – 169, p. 31-40.

latura de 1942-1945. Consideramos, no entanto, ser esta atitude mais uma excepção que uma regra, e não encontramos nenhum indício de mal-estar ou confronto individualizado ou colectivo, por parte de qualquer outro candidato a deputado.

Curioso é também analisar o comportamento pessoal desta elite parlamentar em perspectiva comparada, à luz da apreciação da correspondência trocada aquando do convite para outros actos eleitorais. Assim, relativamente aos convites endereçados em 1938, há diversos deputados de 1942 que entendem manifestar expressamente ao Presidente do Conselho o agradecimento do convite. Mário de Figueiredo responde de Genebra com um telegrama¹⁶⁸; João Antunes Guimarães¹⁶⁹ e António Madeira Pinto¹⁷⁰ enviam um cartão pessoal; enquanto José Sá Carneiro¹⁷¹; Salvação Barreto¹⁷², António de Almeida¹⁷³, Acácio Mendes¹⁷⁴ e Maria Guardiola¹⁷⁵ escrevem cartas de agradecimento singelas.

Ângelo César Machado também agradece, e acrescenta que voltará à Assembleia “com o propósito firme de ser mais assíduo e de trabalhar mais”¹⁷⁶; Maria Luísa van Zeller assume mesmo que “o desejo que exprime é para mim uma ordem”¹⁷⁷; e Juvenal Araújo coloca-se “inteiramente às ordens” do “meu muito querido amigo”¹⁷⁸.

De teor bem distinto é a correspondência de muitos destes deputados quando, mais tarde, lhes é retirada a confiança política e recusada a permanência na Assembleia Nacional. Em 1949, por razões relacionadas com a necessidade de renovação da elite parlamentar (a justificação oficial e politicamente correcta frequentemente utilizada pelo regime), Albano Magalhães, Querubim Guimarães e Camarate de Campos não são convidados a renovarem os seus mandatos parlamentares, e questionam a decisão de Salazar.

Albano Magalhães inteira-se da vontade de apenas retornarem, pelo círculo do Porto, Antunes Guimarães e Marques de Carvalho, e conclui que a sua “actividade política talvez tenha sido inconveniente”, pedindo explicações ao Presidente do Conselho¹⁷⁹. Na resposta, Salazar reafirma a necessidade de renovar a Câmara com novos representantes locais, argumento que acaba por ser aceite por Albano Magalhães, sem no entanto deixar bem patente a sua amargura, referindo na réplica não só o facto de alguns colegas seus já estarem na Assembleia Nacional desde a primeira legislatura

¹⁶⁸ Ver telegrama de Mário de Figueiredo; cf. IANTT/CO/PC – 17, p. 248.

¹⁶⁹ Ver cartão de João Antunes Guimarães, cf. IANTT/CO/PC – 17, p. 343.

¹⁷⁰ Ver cartão de Madeira Pinto, cf. IANTT/CO/PC – 17, p. 352.

¹⁷¹ IANTT/AOS/CP. 48, p. 232.

¹⁷² Ver carta de Salvação Barreto, cf. IANTT/CO/PC – 17, p. 300.

¹⁷³ Ver carta de António de Almeida, cf. IANTT/CO/PC – 17, p. 357.

¹⁷⁴ Ver carta de Acácio Mendes, cf. IANTT/CO/PC – 17, p. 290.

¹⁷⁵ Ver carta de Maria Guardiola, cf. IANTT/CO/PC – 17, p. 338.

¹⁷⁶ Ver carta de Ângelo César a Salazar, datada de 14 de Setembro de 1938; cf. IANTT/CO/PC – 17.

¹⁷⁷ Ver carta de Maria van Zeller, cf. IANTT/CO/PC – 17, p. 317.

¹⁷⁸ Ver carta de Juvenal Araújo, cf. IANTT/CO/PC – 17, p. 307.

¹⁷⁹ Carta particular de Albano Magalhães, datada de 7 de Outubro de 1949; cf. IANTT/CP – 166, p. 167.

(como Antunes Guimarães, nomeadamente), como se dirige à renovação como “elementos que se chamam novos, amolecidos de espírito ou incapazes”¹⁸⁰.

A situação de Camarate de Campos em Évora é mais complexa. Deputado desde 1934, Camarate de Campos sempre encontrou alguma resistência ao seu nome no distrito alentejano, com a agravante de nunca ter tido grandes relações com o Partido local, situação que se agrava com o final da Guerra. Em 1945, por ocasião das eleições desse ano, José Ortigão, de Vila Viçosa, escrevia a Joaquim Mendes do Amaral – então presidente da Comissão Executiva da União Nacional – a denunciar ser “a inclusão do nome do Dr. Camarate Campos na lista da União Nacional um incidente lamentável sob todos os pontos de vista”. Numa longa exposição, não esconde “o desapontamento e os embaraços em ter de apresentar mais uma vez ao eleitorado, sobretudo aos salazaristas *vielle roche* o nome do Dr. Camarate, que em anteriores legislaturas constituiu sempre um engulho nas listas de deputado, com a agravante de termos este ano forte oposição do Revirvalho (...)”. O alerta sobe de tom, quando refere mesmo que “a indicação do nome de Camarate de Campos [representa] em certos concelhos do distrito uma questão *ad odium* por várias razões”, mas acaba concluído de forma ligeira: “enfim, não perderemos o bom humor, nem a confiança na vitória. Mais corte, menos corte, havemos de vencer. Mas é tempo de pedirmos para não abusarem da rapaziada...”¹⁸¹.

Na próxima legislatura, em 1949, é já o governador civil de Évora quem pugna pela substituição, e Camarate de Campos – que se refugia no apoio da Comissão Executiva da União Nacional – protesta junto a Salazar deixando bem claro que “o Presidente da UN teria que defender a sua candidatura contra o delegado do governo, o que dentro da nossa orgânica política é quasi inconcebível”. O Presidente do Conselho não defende o deputado, como no caso de Albino Guimarães nas mesmas eleições; respondendo o deputado alentejano que recusará a dispor-se para qualquer colaboração com a Comissão Central da União Nacional¹⁸². Situação similar, de falta de apoio político, acaba por viver Jaime Amador Pinto em 1953, que se demite limiariamente de vogal da Comissão Distrital da UN do Porto, por não ter sido ouvido na escolha dos deputados do distrito¹⁸³.

No ano de 1949, Querubim Guimarães é também afastado do cargo de deputado, neste caso do distrito de Aveiro, sem polémicas de maior. O deputado deixa no entanto bem claro a Salazar que julgava não ter sido condignamente tratado durante todo o processo de renovação da lista e expressa mesmo um “certo sentimento de mágoa e de surpresa” e molesta quando soube pelo jornais que tinha ficado de fora da

¹⁸⁰ Carta particular de Albano Magalhães, datada de 3 de Novembro de 1949; cf. IANTT/CP – 166, p. 171.

¹⁸¹ Cf. carta pessoal de José Ortigão a Joaquim Mendes do Amaral, datada de 20 Outubro 1945, IANTT/AUN/Caixa 18/maço 50.

¹⁸² Que entretanto lhe tinha solicitado que convidasse os candidatos do seu círculo que vivessem em Lisboa. Ver cartas de Camarate de Campos a Salazar, datadas de 30 de Setembro de 1949 e 6 de Outubro de 1949; cf. IANTT/CP – 46, p. 416-418.

¹⁸³ Ver carta particular de Jaime Amador Pinto a Salazar, datada de 14 de Outubro de 1953; cf. IANTT/CP -219.

lista de candidatos do círculo de Aveiro¹⁸⁴. Já a situação que envolve Joaquim Dinis da Fonseca no processo de construção das listas de 1949 é coberta de um teor mais dramático, pois ao mesmo é dado a entender que a sua manutenção na lista da Guarda impedirá a recandidatura do Cónego Matos, “figura do maior prestígio entre o clero, de quem dependem naquele círculo dois terços da votação”, no entender de Dinis da Fonseca. A sua exclusão motivaria que Dinis da Fonseca expressasse que “não desejo nem posso aceitar essa posição”, por “impossibilidade de carácter pessoal”¹⁸⁵; e terá sido somente após Ulisses Cortês ter garantido a manutenção de Sacerdote que Dinis da Fonseca aceita ser reconduzido (mas somente se o colocarem no círculo de Lisboa¹⁸⁶). O Cónego Matos acabará por não voltar à Assembleia em 1949, tendo sido cortado por Albino dos Reis (Presidente da Assembleia Nacional). Já Joaquim Dinis da Fonseca manter-se-á na Câmara parlamentar até 1961.

Bem menos dramáticos são os pedidos de escusas de João Mexia, que em 1949 escreve a Salazar a relatar que “encerrava agora um capítulo da vida dele”, recusando a sua entrada nas listas desse ano de 1949¹⁸⁷; e de João Ameal, que em 1957 também solicita exclusão do nome da lista de deputados¹⁸⁸.

Em todo o caso, o conjunto de correspondência avaliada demonstra que existe uma relação de alguma proximidade pessoal, e em alguns casos íntima, entre Salazar e a *sua* elite parlamentar, que se correspondem frequentemente. Naturalmente que o nível de relação entre o Presidente do Conselho e os deputados varia de caso para caso, mas confirma-se que a rede de interligações entre a Câmara Parlamentar e o Governo – ou pelo menos o seu titular – é intensa e variada, uma vez que os parlamentares escrevem a Salazar sobre matérias muito diversas, variando estas da análise política à tentativa de influenciar decisões legislativas, e de pedidos de cunhas a reclamações sobre colocações e nomeações no Estado ou em sectores controlados pelo regime.

4.6. O Manual do Deputado para 1942: os apontamentos de Assis Gonçalves

Como já fizemos – por diversas vezes – alusão, no dia 8 de Outubro Salazar reúne com os governadores civis do continente, com o objectivo de os preparar para a campanha eleitoral que se adivinha. Presente na reunião esteve o governador civil de Vila Real – Assis Gonçalves – que dela retirou amplas notas, organizadas poste-

¹⁸⁴ Carta particular de Querubim Guimarães a Salazar, datada de 30 de Outubro de 1945; cf. IANTT/CP – 137, p. 136-137.

¹⁸⁵ IANTT/AOS/CO/PC/4 – C, p. 318.

¹⁸⁶ IANTT/AOS/CO/PC/4 – C, p. 318-325.

¹⁸⁷ Ver carta particular de João Mexia, datada de 13 de Outubro de 1949; cf. IANTT/CP – 181, p. 26.

¹⁸⁸ Ver carta particular de João Ameal a Salazar, de 17 de Outubro de 1957; cf. IANTT/CP – 9, p. 197-198.

riormente num pequeno relatório, que adiante analisaremos em mais detalhe quando tratemos os aspectos da campanha eleitoral. Agora interessa-nos os apontamentos retirados relativamente ao papel do deputado no sistema político do Estado Novo, conforme anunciados pelo Presidente do Conselho e recordado por Assis Gonçalves.

Assim, e como já fomos fazendo referência, os deputados apresentados na lista “apesar de não conterem em si representação de grupos locais, de colégios políticos, de actividades ou influências de domínio, têm de ser, todavia, formadas de competências seleccionadas em toda a nação, porque nisto é que esta o seu *poder de representação*”¹⁸⁹. E assim, e apesar da não existência de deputados de representação local “será preciso acautelar e ter em conta as inevitáveis reacções locais, que variam de terra para terra”. Também de assumia que não haveria lugar a representação de actividades, até porque a Câmara Corporativa havia sido promovida para as agregar, o que não impedia que fosse reconhecida a necessidade de se assegurar alguma representação profissional na Câmara parlamentar; vontade essa reconhecida, aliás, nos apontamentos de Salazar ao Parecer da Assembleia Nacional. Era ainda reconhecido que teria de existir no Parlamento alguma “*representação de competências*” e, deste modo, “o funcionalismo público teria de dar para ele alguns elementos de especialidade”, reconhecendo que existiam determinadas áreas e problemas sem elites fora do Estado, “como, por exemplo – Finanças, Exército, Marinha, Colónias”. Justificava Assis Gonçalves que “só os funcionários se dedicam a eles, por dever de função”, e daí “a grande percentagem de funcionários que foi preciso ir buscar às repartições públicas para entrarem na lista e terem assento no Parlamento, não como tais, mas como técnicos de competência”¹⁹⁰. “É forçoso afirmar: o país ainda não tem organizadas as suas elites. Sempre o problema das elites na vida privada da nação!”, remataria ainda o governador civil de Castelo Branco¹⁹¹. Desta forma, a composição da futura Câmara deveria “obedecer ao triplice critério” exposto.

Seguidamente, apreciou-se o papel do deputado no sistema político do regime. À questão “ao que deve o deputado propor-se?” era respondido que “o deputado, entre nós, não representa no Parlamento a sua terra, o seu grupo de amigos, a sua actividades profissional, nem as suas próprias ideias; representa apenas o interesse geral e nacional, legisla e fiscaliza o cumprimento das leis”; de onde se extraía que “da missão do deputado, se deduz a sua função e se marca o seu dever no exercício do mandato que recebe da nação”¹⁹².

Por outro lado, e respondendo ao que o “eleitor deve exigir que o deputado faça”, era referido que “os deputados não têm poderes constitucionais para substituir ou impor governos. Estes são estranhos e superiores ao Parlamento na função gover-

¹⁸⁹ “Lição de Salazar para a Reunião dos Governadores Civis”. Sala do Conselho de Estado – no Palácio de São Bento – Às 17 horas do dia 8-X-1942; segundo os apontamentos do governador civil de Vila Real”, IANTT/AOS/CP-129, pt. 4.1.3/4. Sebenta elaborada por Assis Gonçalves e enviada, para aprovação, a Salazar.

¹⁹⁰ “Lição de Salazar para a Reunião dos Governadores Civis...”

¹⁹¹ *Ibidem*.

¹⁹² *Ibidem*.

nativa e como executores do poder administrativo, dentro das leis”. Reconheciam-se, portanto, as limitações das funções dos deputados – e da própria Assembleia Nacional, que não tinha capacidade de demissão do governo. No entanto, e mesmo com estes condicionamentos, confessava-se que os deputados mantinham alguma influência política, nomeadamente através da visibilidade que a intervenção parlamentar poderia ter junto dos “movimentos da opinião pública junto do Chefe do Estado, que nomeia o seu presidente do Conselho de Ministros, e, junto deste, que nomeia o seu governo”¹⁹³.

Simultaneamente, eram também reconhecidos os laços informais e os “elos que ligam a *instituição Parlamento* à *instituição Governo*”; onde aquela poderia influenciar este “por meio da votação e discussão de leis oportunas, sugerindo-as mesmo, no caso de certas ondulações da vida nacional, agitando doutrinas de actualidade nos solenes momentos em que se debatam problemas vitais para a nação, se comemorem ou preparem grandes passos da nossa História”¹⁹⁴; ideia prontamente desmentida pela prática corrente do governo refrear a sua produção legislativa em período de funcionamento da Assembleia Nacional, para evitar ter de enfrentar um Parlamento opinativo ou com vontade de intervir legislativamente.

Entretanto, a III Legislatura teria capacidade ordinária de rever a Constituição, o que acabaria por dotar o grupo parlamentar de uma responsabilidade acrescida. Na reunião de 8 de Outubro, Salazar faria referência ao facto da Câmara a eleger ter poderes constituintes, e “tem-nos *legalmente*, naturalmente, diremos mesmo, providencialmente”. Acrescentava que a “Constituição de 1933, apesar de rígida, prevê a *revisão constitucional* de 10 em 10 anos, antecipando de 5 estes poderes, em caso de necessidade pública e nacional. Nestas condições, em 1943, o Parlamento pode introduzir modificações na Constituição, e, por isso, os deputados que vão ser eleitos ficam com poderes constituintes, sendo-lhes lícito alterar o diploma político e fundamental da nação, sem intervenhas do governo”¹⁹⁵. Em teoria isto significava que, apesar da rigidez do texto de 1933, poderia ser possível alterar parte do quadro político e institucional do regime, possibilitando, por exemplo, rever as atribuições do Parlamento e da sua relação com o governo.

Curiosamente, o Presidente do Conselho vai mesmo mais longe neste tema, admitindo que mesmo se não estivesse estipulada uma revisão ordinária do texto constitucional “podia o governo ter necessidade de pedir ao Chefe do Estado que atribuisse poderes constituintes ao Parlamento, exactamente porque a Câmara tem de funcionar em estado de Guerra Mundial, e não se sabe também se na transição difícil e perigosa do estado de Guerra para o estado de Paz”¹⁹⁶. Ou seja, a gravidade da situação – a Guerra Mundial –, e apesar do governo apresentar um discurso de normalidade, podia obrigar a que se agisse extraordinariamente, neste caso solicitando ao Presidente da República que interferisse no regular funcionamento da instituição parlamentar, atribuindo – se necessário e por razões extraordinárias – pode-

¹⁹³ *Ibidem*.

¹⁹⁴ *Ibidem*.

¹⁹⁵ “Lição de Salazar para a Reunião dos Governadores Cívicos...”

¹⁹⁶ *Idem*.

res constituintes à Câmara da Guerra que se queria Câmara da Paz (tal acabará por acontecer na antecipação da legislatura – de 1946 para 1945 – de forma a apanhar os “ventos democratizantes do fim da guerra”).

Este reconhecimento do papel activo dos deputados deve ser, no entanto, matizado perante o papel real do Parlamento no quadro legislativo do Estado Novo. Como já aludimos, a Assembleia Nacional não tinha um funcionamento permanente – reunia apenas três meses por sessão legislativa – e era prática corrente o governo condicionar a sua actuação legislativa, neutralizando a produção governativa durante o seu exercício. Aliás, e referindo-se à III Legislatura (1942-1945), o secretário da Presidência do Conselho de Ministros, Alexandre Ribeiro da Cunha, escreve ao chefe de gabinete do ministro do Interior (a 9 de Novembro de 1943), a recordar-lhe que “reabrindo a Assembleia Nacional no próximo dia 25 do corrente, deverá ser restringida ao mínimo a publicação de decretos-lei durante o seu funcionamento”; situação que implicaria que a “secretaria da Presidência do Conselho receberá até às 20 horas do dia 23 os diplomas a serem publicados até dia 25”¹⁹⁷.

Em suma, reconheciam-se as limitações à actuação dos deputados, nomeadamente no que respeitasse à capacidade do Parlamento exercer uma função de soberania perante o governo, podendo demiti-lo (ou confirmá-lo) de funções. Assim, e deste modo, a Câmara Parlamentar ficaria reduzida à execução de funções fiscalizadoras e de apoio complementar, essencialmente político, remetendo a influência dos deputados à visibilidade que conseguissem obter junto da opinião pública e ao uso das redes de contactos pessoais que conseguissem construir junto das estruturas governamentais e em especial junto ao Presidente do Conselho. Na orgânica institucional existente era de facto possível a presença de um Parlamento mais activo e actuante, mas, por diversas razões, verificamos que da parte do governo há uma preocupação *quasi* oficial em restringir as relações com a Assembleia Nacional para dimensões de carácter não legislativo, de forma a que não haja qualquer conflito ou concorrência entre os depois principais pilares legislativos.

4.7. Outros elementos comparados para a compreensão da construção da lista de deputados à Assembleia Nacional

Nas primeiras páginas deste trabalho demos conta da escassez de estudos eleitorais sobre o Estado Novo. Das onze eleições legislativas estão estudadas duas, havendo, portanto, pouco material sistematizado. No entanto, pelo que conseguimos apurar, há condições para que seja produzido um estudo comparado sobre o processo

¹⁹⁷ Ver ofício n.º 5780 da Presidência do Conselho de Ministros, de 9 de Novembro de 1943; cf. IANTTT/AOS/Arquivo do Ministério do Interior/caixa 85/maço 527/NT 404.

de construção da elite parlamentar no Estado Novo, uma vez que existem nos arquivos do IANTT pastas com informação sobre vários actos eleitorais¹⁹⁸. Assim, e sem procurar apresentar aqui e agora um estudo aprofundado e completo sobre outras eleições que não as de 1942, julgamos que conseguimos agregar um conjunto de dados que nos permita apresentar algumas considerações relativas ao processo de elaboração da lista de deputados de outras legislaturas.

As listas de 1934 e 1938

Uma breve apreciação à elaboração da primeira lista de deputados à Assembleia Nacional, que brevemente apreciámos no início deste capítulo, permite já detectar muitos dos traços e características que pautaram os processos de recrutamento da elite parlamentar durante a história do regime. Assim, todo o processo é centralizado em Salazar, que recebe – de diversas proveniências – sugestões de nomes. Desta forma, são elaboradas diversas listas, devidamente anotadas pessoalmente pelo Presidente do Conselho, metodologia seguida também, como vimos, aquando da elaboração da lista de 1942.

Curioso foi encontrar alguma documentação que identificava, já, deputados de primeira e segunda linha (recordamos que a lista de 1934 é a primeira apresentada pelo Estado Novo); assim como a identificação geográfica dos candidatos – por distritos –, que demonstra que nunca se quebra verdadeiramente a dinâmica da representação regional e geográfica da Monarquia Constitucional e da I República. Nas diversas listas recolhidas no Arquivo Salazar, depositado na Torre do Tombo, é ainda bem perceptível que o Presidente do Conselho não apresenta – à cabeça – uma lista fechada e pré-definida; antes pelo contrário. As muitas anotações, os nomes riscados e acrescentados permitem verificar que existe um certo trabalho de selecção e ordenação da lista, impossível de estar definido à partida, e que é sujeito a várias pressões de diversos sectores do regime (que procuram colocar os seus candidatos)¹⁹⁹. Exemplos destas pressões são a bem orquestrada campanha colectiva em favor de Assis Gonçalves²⁰⁰, ou as cartas pessoais de Augusto Pires de Lima ou de José Viegas Soares. No caso do governador civil de Vila Real, de nada lhe valeu a pressão, uma vez que nunca será deputado (e, como vimos, altera a sua estratégia de influência patrocinando – invés de si mesmo – dois candidatos *seus*). Já Augusto Pires de Lima, que apresenta em carta

¹⁹⁸ Outra pista de investigação, também não objecto do nosso trabalho, refere-se à vida da União Nacional nas colónias, da sua implantação ao ocaso, tópico onde já é basta a informação disponível no (agora tratado, organizado e expurgado). Arquivo da União Nacional no IANTT.

¹⁹⁹ Sobre as listas relativas às eleições de 1934 ver IANTT/CO/PC – 17.

²⁰⁰ Também lhe solicitava, com menos insistência, a inclusão do nome de Morais Sarmiento; cf. IANTT/CO/PC – 17. p. 26 – 35

peçoal a Salazar os seus créditos de nacional sindicalista, será apenas convidado para a lista de 1938²⁰¹, enquanto que José Viegas Soares nunca será deputado²⁰².

Também a União Nacional procura interferir, através das suas diferentes estruturas, embora sem efeitos práticos de maior, como o confirma a solicitação da União Nacional da Índia a requerer ao governo e à Comissão Central a inclusão de um representante seu entre os noventa membros do futuro Parlamento, recomendando para o efeito o “Avelar”²⁰³. Com resultados práticos bem distintos foram os esforços de Francisco Machado e de Armindo Monteiro no sentido de colocarem na lista um representante da União Nacional de Moçambique (Carlos Moreira, presidente da Comissão da UN da Colónia de Moçambique)²⁰⁴.

Em todo o caso, e pela informação disponível e pelo contributo bibliográfico já existente (de onde destacamos o trabalho de Fernando Rosas sobre as primeiras eleições do Estado Novo), julgamos que estão reunidas as condições para se proceder à produção de um estudo mais apurado do processo de construção da primeira elite parlamentar do regime plebiscitado em 1933, desafio, aliás, que aqui deixamos.

1938

Relativamente às eleições de 1938, a informação que temos não nos permite apreciar tão bem a construção da lista de deputados como em outras eleições. No entanto, foi possível aceder a algumas das pressões afectadas no sentido de promover certos candidatos, bem como a uma lista de “presumíveis deputados” e a algumas cartas de aceitação e de rejeição de convites.

Assim, e como em 1934, algumas estruturas locais da União Nacional procuram promover alguns dos seus dirigentes, procurando colocá-los na lista de deputados. A União Nacional de Moçambique, que em 1934, devido aos bons ofícios de Armindo Monteiro e de Francisco Machado, colocara Carlos Moreira na lista, solicita a colocação do tenente Luís Gonzaga Noronha da Gama Demeny, proposta não aceite²⁰⁵; assim como a da Comissão da Colónia de Cabo Verde, que

²⁰¹ Pires de Lima assume a Salazar que “gostaria de ir na lista”, justificando a sua pretensão por ter feito parte “do directório N.S. que tem agora como representantes o João Lumbrales e o Tamagnini”, in Carta de Augusto Pires de Lima a Arnaldo, datada de Novembro de 1934; cf. IANTT/CO/PC – 17.

²⁰² José Viegas Soares escreve directamente ao Presidente do Conselho a apresentar-se como candidato a deputado, expondo o seu currículo académico (em Medicina), militar (esteve no CEP), profissional (professor do liceu), e articulista (*A Época*, *A Voz*, *Correio da Manhã*, *O Século*). Assume-se ainda “monárquico em teoria, sidonista filiado e pertença à União Nacional”, e “portanto um soldado da actual situação”; cf. IANTT/CO/PC – 17. p. 64.

²⁰³ Não encontramos, no historial parlamentar do Estado Novo, nenhum deputado com o nome “Avelar”, pelo que podemos concluir que tal intenção não terá sido atendida. Ver telegrama de 7 de Novembro de 1934 para o capitão Delduque Costa; cf. IANTT/AUN/caixa 57/maço 218.

²⁰⁴ Carlos Moreira será deputado na I, V, VI e VII Legislaturas. Ver ofício n.º 2298 da Comissão das colónias da UN – assinado por Eduardo Marques – para Carlos Moreira, presidente da Comissão da UN da Colónia de Moçambique, datado de 17 de Abril de 1936; cf. IANTT/AUN/Nt 182/maço 615.

²⁰⁵ Cf. IANTT/CO/PC – 17, p. 196.

refere o nome de Duarte Silva²⁰⁶. Mais eficaz conseguiu ser a Comissão Distrital do Funchal, que ao constar que “ficaram vagos, em virtude de renúncia e perdas de mandato, cerca de 30 lugares de deputados da última legislatura”, e questiona o presidente da Comissão Executiva da União Nacional se “será algum deles preenchido por um madeirense?”, indicando para o efeito os nomes do “dr. Gastão de Deus Figueira, dr. João Abel de Freitas, dr. João Figueira de Freitas, dr. Juvenal António da Silva Carvalho e dr. Ernesto Marçal Martins Gonçalves”, dos quais será aproveitado o de Gastão Figueira, deputado em 1938 e novamente em 1949 e 1953²⁰⁷. No plano pessoal, apenas encontrámos a referência de Acácio Ribeiro, que escreve ao Presidente do Conselho a “solicitar a (...) entrada na Assembleia Nacional”, solicitação sem efeitos práticos²⁰⁸.

Interessante é apreciar a lista de presumíveis deputados que se encontra na pasta do Ministério do Interior relativa à eleição de 1938, deixando subentendido que outros nomes também estiveram em consideração, constituindo-se inclusive como uma bolsa para futuras remodelações na Assembleia Nacional²⁰⁹. E, de facto, são várias as referências de 1938 que acabam por encontrar espaço na lista de 1942, nomeadamente Quirino Mealha, Francisco Leite Pinto e Braga da Cruz. Abrantes Tavares, Mota Veiga e Afonso Queiró estarão novamente pré-indigitados na lista de 1942, mas não se apresentarão às eleições de Novembro. Abrantes Tavares será finalmente deputado em 1957 e 1961, Mota Veiga membro da Câmara Corporativa de 1957 até ao fim do regime, assim como Afonso Queiró, este desde 1945.

Na diversa correspondência recolhida relativa à II Legislatura, é interessante apreciar algumas respostas, nomeadamente as que recusam o convite endereçado por Salazar e pela União Nacional. José Lencastre escreve ao seu “meu muito prezado amigo”, rejeitando o convite de permanecer na Assembleia “sentindo que me faltassem competência e feito para ocupar dignamente o lugar”²¹⁰. Também rejeitam o convite, evocando razões económicas, Joaquim Costa Pires²¹¹ e António Ary dos Santos²¹²; situação que leva a que Joaquim Saldanha também vacile em aceitar a honra do

²⁰⁶ Ver ofício n.º 8 da Comissão da UN da Colónia de Cabo Verde, datado de 14 de Setembro de 1938; cf. IANTT/AUN/NT 179/maço 610.

²⁰⁷ Ver carta confidencial da Comissão Distrital da União Nacional do Funchal ao presidente da Comissão Central da União Nacional, datada de 14 de Agosto de 1938; cf. IANTT/CO/PC – 17, p. 201-207. Sublinhado acrescentado à carta dactilografada.

²⁰⁸ Cf. IANTT/CO/PC – 17, p. 197.

²⁰⁹ Foram indicados como “presumíveis deputados” os nomes de Raul Ventura, Lima Faleiro, Trigueiros Sampaio, Quirino Mealha, Eurico Pereira dos Santos, José Meneres, António José Brandão, Abrantes Tavares, José Nunes de Figueiredo, Manuel Fernandes, José de Almeida, Francisco Leite Pinto, Pires Cardoso, Mota Veiga, Afonso Queiró, Braga da Cruz e Manuel Colares Pereira; cf. IANTT/CO/PC – 17, p. 437.

²¹⁰ Ver carta de José Lencastre; cf. IANTT/CO/PC – 17, p. 342.

²¹¹ Pires da Costa rejeita ser deputado evocando razões familiares (é pai de “numerosa família”). Ver carta de Joaquim Costa Pires; cf. IANTT/CO/PC – 17, p. 294.

²¹² Como já referimos noutro ponto deste capítulo, Ary dos Santos rejeita, em 1942, o convite por razões de incompatibilidade com o trabalho de advogado da Companhia dos Caminhos-de-Ferro Portugueses. Ver carta de António Ary dos Santos; cf. IANTT/CO/PC – 17, p. 302.

convite²¹³. Garcia Pereira acusa a recepção do cartão a convidá-lo para o lugar de deputado, mas “circunstâncias de carácter particular não me permitem aceitar francamente essa candidatura”, acrescentando que “podia trabalhar nalguma secção da Câmara Corporativa, ou em qualquer organismo já existente ou a criar, onde não me fosse exigida uma tão contínua assiduidade de presença (...) não me obrigando a frequentes deslocações a Lisboa”²¹⁴. Já Marcelo Caetano recusa ser deputado por razões universitárias, onde se “esforça por concentrar todas as energias”²¹⁵.

Por fim, a justificação do general Fernando Borges merece alguma atenção, pelas implicações de ordem interna e militar. Assim, e em plena Guerra Civil espanhola, o general reconhece que o “espinhoso cargo de comandante da 2.^a Região Militar não consentiria, no actual momento, o meu afastamento”, razão pela qual retira o seu nome da lista de deputados²¹⁶. França Borges regressará em 1942, com a crise espanhola resolvida, mas com a Europa – e o mundo – em guerra global. Nas cartas de aceitação, algumas das quais já fizemos referência noutro ponto do trabalho, pouco mais há a assinalar que os agradecimentos de circunstância.

Os processos eleitorais no pós-guerra: 1945 e 1949

A partir de 1945, o sistema eleitoral é alterado, regressando-se à eleição de deputados por círculos eleitorais distritais. Também é alargado o número de deputados na Assembleia Nacional, passando dos 90 para os 120. Infelizmente, o processo eleitoral respeitante às eleições de 1945, depositado na Torre do Tombo, não é tão completo como o de outros actos eleitorais, o que não nos permite apreciar – passo a passo – a construção da lista de deputados e apreciar, com acesso a fontes directas, as consequências do novo modelo eleitoral na dinâmica de recrutamento parlamentar.

No entanto, é facilmente perceptível que estas mudanças sistémicas alteraram significativamente a relação existente entre as diversas forças políticas da Situação que se envolviam no processo de escolha de deputados, nomeadamente no que respeita à importância e significância efectiva das diversas estruturas da União Nacional. Não quer isto dizer que Salazar, o seu grupo mais próximo ou a alta estrutura do Partido (a Comissão Central e a Comissão Executiva) deixassem de controlar o processo de recrutamento parlamentar, mas o novo sistema permitiu a consagração de um outro actor no processo: as estruturas distritais da União Nacional.

Desta forma, eram estas estruturas solicitadas a aprestarem as suas listas de candidatos locais, em articulação com a Comissão Executiva do Partido; o que não significa que tais estruturas não tivessem já algum peso na selecção e escolha de

²¹³ Ver carta de Joaquim Saldanha; cf. IANTT/CO/PC – 17, p. 248.

²¹⁴ Garcia Pereira não será deputado nem membro da Câmara Corporativa. Ver carta de Garcia Pereira; cf. IANTT/CO/PC – 17, p. 364.

²¹⁵ Ver carta de Marcelo Caetano; cf. IANTT/CO/PC – 17, p. 261.

²¹⁶ Ver carta de Fernando Borges; cf. IANTT/CO/PC – 17, p. 325.

candidatos, nem que não tivessem já procurado influenciar ou condicionar a escolha de alguns nomes, como temos visto. Mas a verdade é que tais pretensões – quando apresentadas sob o prisma institucional – raramente tinham resultados positivos (como nos casos das diversas comissões coloniais). O que se altera é que do ponto de vista quase formal estas estruturas têm agora legitimidade para apresentarem os seus candidatos, que posteriormente serão tidos em consideração – ou não – pela Comissão Central da União Nacional.

Sob estas novas regras, são muitas as referências provenientes das diversas estruturas distritais e coloniais recebidas pela Comissão Executiva da União Nacional, com natural destaque para as provenientes das colónias, pois estas encontravam-se relativamente sub-representadas no anterior figurino parlamentar, em especial do ponto de vista partidário²¹⁷. Interessante é também apreciar que este novo modelo de selecção e recrutamento político levantará novos conflitos entre diversos actores da Situação, nomeadamente entre as estruturas do Partido (comissões coloniais e distritais) e os órgãos governamentais (governadores civis e coloniais).

A construção das listas respeitantes aos círculos eleitorais das colónias, para 1945, patenteiam bem a nova dinâmica do modelo de recrutamento colocado em prática após a guerra, e a introdução de um novo ponto de conflito entre as diversas estruturas do regime. Vejamos alguns casos.

Em São Tomé existe um conflito entre o governador da colónia e a comissão local da União Nacional. Esta conseguiu o acordo da Comissão Executiva para indicar o nome de Julio Freire, enquanto o governador civil pressionava o ministro das Colónias com três candidatos²¹⁸, entre os quais o do capitão Côte-Real. De acordo com a informação da Comissão de Colónias à Comissão Executiva, e depois de trocadas impressões no Ministério das Colónias sobre o assunto, “foi resolvido manter a candidatura do dr. Júlio Freire”. Em São Tomé é ainda identificada uma outra candidatura proveniente do Comércio e Agricultura, de nome Rosado, tida “com possibilidades de êxito”, e sobre a qual Lopes Mateus – presidente da Comissão de Colónias – admite não ter informação adicional, “visto a Comissão de Colónias não ter recebido qualquer comunicação da UN de São Tomé e Príncipe”. Nessa lista será Manuel Côte-Real o candidato da União Nacional, o que indica que terá existido um retrocesso na decisão da Comissão Central e que o diferendo terá sido resolvido em detrimento do governador colonial.

Já o ocorrido na Índia, reforça a ideia de que, após 1945, existem diversos canais de acesso à lista de deputados, além dos tecnicamente estabelecidos e que deveriam envolver as diversas estruturas do Partido Único. Neste caso, a Comissão de Colónias, de acordo com a Comissão Executiva, indicou como candidato o nome de

²¹⁷ A grande maioria dos deputados provenientes das colónias era indicado pessoalmente.

²¹⁸ A Comissão de Colónias identificava duas das sugestões – “um o cunhado” – como “funcionários que haviam seguido com ele para São Tomé e de idoneidade desconhecida”, enquanto o capitão do Porto, Côte-Real, era “considerado pouco simpatizante com a Situação”. Ver informação da Comissão de Colónias à Comissão Executiva da UN, de 6 de Novembro de 1945; cf. IANTT/AUN/caixa 186/maço 621.

Cunha Gonçalves e aguardou outras indicações da UN local para a proposta de outro candidato. Esta fê-lo, mas sem consultar ou comunicar com a Comissão de Colónias, tratando antes directamente com o ministro das Colónias, por intermédio do seu subsecretário de Estado, os assuntos eleitorais²¹⁹. A informação da Comissão de Colónias reporta também a existência de “quatro listas oposicionistas”, que procuravam entendimento comum “para melhor combater os candidatos do Governo”. No caso da Índia, os esforços da Comissão da União Nacional não produziram efeito, mantendo Cunha Gonçalves²²⁰ o lugar de deputado.

A verdade é que estes dois casos – ao que se juntaria o de Angola²²¹ –, causaram algum mal-estar junto do presidente da Comissão de Colónias, que em Outubro de 1945 chega mesmo a pedir a exoneração do cargo por entender que a Comissão de Colónias não tinha sido tida em consideração na elaboração das listas de alguns círculos coloniais²²².

No restante País as novas regras possibilitaram também uma maior intervenção das estruturas locais da União Nacional que passam a assumir um papel central na definição dos candidatos locais, cabendo-lhe a responsabilidade de apresentar à Comissão Executiva um conjunto de nomes para serem devidamente filtrados e apresentados à população. Assim, durante o mês de Outubro de 1945, são várias as comissões distritais que se correspondem com a Comissão Executiva, apresentando as suas sugestões. De Braga, são recomendados Alberto Cruz, Francisco Fernandes Prieto, José Braga da Cruz (deputados em 1942), José Joaquim de Oliveira, Francisco Pessoa Monteiro, José Rocha dos Santos e José António Torres²²³; enquanto de Beja, a “lista com os nomes lembrados por esta comissão distrital, de acordo com o Exmo. Governador Civil, para candidatos à Assembleia Nacional por este distrito” eram os de António Meneses Soares, António Costa Lobão (deputado em 1942), António de Matos Taquenho, Domingos Garcia Pulido (indicado em 1942), Eduardo Soares Vítor, Francisco Garcia e Garcia, José Joaquim Fernandes, José Mira Galvão, José Serrão Madeira, Leonel Banha da Silva, Luís Lima Faleiro, Manuel Trigueiros

²¹⁹ Situação que levou a que Lopes Mateus reconhecesse que a solução apresentada “constituiu (...) completa surpresa, pois nem conheço uma das pessoas indicadas”. Ver ofício n.º 3205 (confidencial), de 13 de Outubro de 1945 e do presidente da Comissão de Colónias coronel Lopes Mateus ao presidente da Comissão Executiva da UN; cf. IANTT/AUN/caixa 186/maço 621.

²²⁰ Ver informação da Comissão de Colónias à Comissão Executiva da UN, de 6 de Novembro de 1945; cf. IANTT/AUN/caixa 186/maço 621

²²¹ Em Angola, Lopes Mateus entendia que a solução apresentada seria “pelo menos precipitada”, isto porque “estavam pendentes instâncias do próprio ministro, Doutor Marcelo Caetano”. Ver ofício n.º 3205 (confidencial), de 13 de Outubro de 1945, do presidente da Comissão de Colónias coronel Lopes Mateus ao presidente da Comissão Executiva da UN; cf. IANTT/AUN/caixa 186/maço 621.

²²² De Moçambique e da Guiné não temos informação; mas de Macau sabemos que a articulação entre a Comissão de Colónias e a Comissão Executiva funcionou na perfeição (o candidato Fountora foi sugerido pela Comissão Executiva com a concordância da Comissão de Colónias); e que também existem listas alternativas no campo da Situação. Ver informação da Comissão de Colónias à Comissão Executiva da UN, de 6 de Novembro de 1945; cf. IANTT/AUN/caixa 186/maço 621.

²²³ Ofício da Comissão Central da União Nacional, sem data, endereçado ao presidente da Comissão Executiva da União Nacional; cf. IANTT/AUN/caixa 7/maço 17 – A.

Sampaio, Mário Gusmão Madeira e Vasco da Gama Leitão²²⁴. Posteriormente, a Comissão Distrital de Beja procurou ainda acrescentar o nome do general Correia Teles, nome que chegou à Comissão Executiva fora de prazo²²⁵.

Na Madeira é Favila Vieira, presidente da Comissão Distrital, quem indica e condiciona as escolhas madeirenses. Refere que a lista do Funchal deveria ser constituída exclusivamente por Álvaro Favila Vieira, Gabriel Teixeira e José Frederico Ulrich²²⁶. Favila Vieira diria ainda que “Ernesto Gonçalves, Juvenal Araújo e os demais [Luís Vieira de Castro], devem ser eleitos por qualquer círculo do continente”; já “os Drs. Fernão de Ornelas Gonçalves e João Abel de Freitas não vão incluídos nesta lista por terem declarado peremptoriamente que em nenhuma hipótese aceitariam a situação, em virtude de mostrarem razões de ordem irremovíveis”²²⁷. Recordamos que a situação político-partidária na ilha da Madeira era fortemente criticada por alguma da elite local, que acusava Favila Vieira e Fernão Gonçalves de transformarem em coutada pessoal a vida política insular; situação que é novamente apontada em 1949 pelo visconde da Porto da Cruz (?), que denuncia nepotismo na lista e acusa Alberto de Araújo, irmão de Juvenal Araújo, de servir às ordens de Blandy Brothers & Co.²²⁸. Estas situações de desconforto não eram de todo anormais, como temos vindo a fazer referência ao longo deste trabalho.

Em todo o caso, o novo modelo eleitoral abriu ainda a possibilidade de outros grupos de pressão, fora das hierarquias partidárias, fazerem chegar os seus pontos de vista às altas estruturas hierárquicas da União Nacional. É o que em 1945 pretende “um grupo de setubalenses bairristas”, que justifica pelo “péssimo costume de serem apresentadas candidaturas pelo distrito de Setúbal de pessoas (...) [que] nunca aqui viveram, nunca sequer aqui passaram”, a interpelação à Comissão Executiva, apresentando uma longa lista de nomes próprios (alguns, aliás, já deputados e também indicados pelas estruturas partidárias)²²⁹. A percepção de uma maior abertura em relação ao processo de selecção dos candidatos a

²²⁴ Ver ofício confidencial n.º 1, datado de 4 de Outubro de 1945, da Comissão Distrital de Beja, endereçado ao presidente da Comissão Executiva da União Nacional; cf. IANTT/AUN/NT 5/maço 10 – A.

²²⁵ O que motivou que a Comissão Executiva tenha lamentado “que a indicação do nome do Exmo. Senhor General Correia Teles para deputado por Beja aqui tenha chegado já quando estava definitivamente elaborada a lista dos nomes e convidados indigitados candidatos”. Ver ofício n.º 3637, de 1 de Novembro de 1945, da Secretaria-geral da União Nacional, endereçado ao governador civil de Beja; cf. IANTT/AUN/NT 5/maço 10 – A.

²²⁶ Anteriores versões desta lista colocavam João Camacho de Freitas e Luís Vieira de Castro no lugar de Ulrich, nome defendido pelo facto deste ter “conquistado o meio” madeirense pelo “pronto despacho ou andamento a inúmeras questões de interesse público”. Ver cartas de Favila Vieira, sem data e sem destinatário, mas relativas à eleição de deputados de 1945; cf. IANTT/AUN/caixa 54/maço 154.

²²⁷ Ver cartas de Favila Vieira, sem data e sem destinatário, mas relativas à eleição de deputados de 1945; cf. IANTT/AUN/caixa 54/maço 154.

²²⁸ IANTT/AOS/CO/PC/4 – C, p. 211.

²²⁹ No caso em concreto, foram apresentados os nomes de Carlos Botelho Moniz, Carlos Ferreira Torres, António Gamito, Francisco José Guerra, Luís Macedo e Castro, Henrique Chancerelle de Machete, Francisco Perienes, Luís Joaquim de Caes; e, pelos concelhos do distrito, Joaquim Mendes do Amaral, Francisco Serra Lince, António Pereira Varela e Luís Teotónio Pereira. Ver Carta de “um Grupo de Setubalenses Bairristas”, datada de Setembro de 1945; cf. IANTT/AUN/caixa 23/maço 169.

deputado impeliu que algumas estruturas corporativas procurassem, também, através de alguma pressão e *lobby* popular junto da Comissão Executiva da UN, colocar os seus representantes na Assembleia Nacional, como nos casos da União de Grémios de Lojistas de Lisboa e dos Grémios Concelhios do Comércio de Guimarães, Fafe, Monção, Viana do Castelo, e Ponte de Lima; agora situações relativas às eleições de 1949²³⁰.

Exemplificativo do novo modelo de selecção e apuramento dos candidatos a deputado é dado com mais detalhe aquando das eleições de 1949. Neste caso existe alguma informação mais detalhada sobre algumas apreciações intermédias – ou seja, a meio do processo de selecção dos candidatos –, que nos permite apreciar melhor as implicações dos equilíbrios locais e a consideração que a direcção política da União Nacional colocava nas suas estruturas distritais.

Nas eleições de 1949, Salazar trabalha com Albino dos Reis e Mário de Figueiredo a lista de deputados, onde é assumido que devem ser tomadas em consideração as opiniões locais e os equilíbrios entre a lista e a sua aprovação local. Assim, no Relatório a Salazar, onde são avaliadas as candidaturas distrito a distrito, é imediatamente perceptível que os apontamentos apresentados sobre os candidatos enfocam essencialmente na relação dos candidatos com o poder partidário local e que existe uma cuidada preocupação em arranjar as listas de forma a não ferirem as susceptibilidades das elites locais e dos próprios candidatos. Em Bragança, por exemplo, refere-se a má reacção local contra o nome de Gonçalves Rodrigues (e recomenda-se a sua substituição por Manuel Maria Múrias); e em Évora é referido que Luís Cincinato da Costa defronta uma “intransigente oposição local ao seu nome”, propondo-se também a sua troca.

A necessidade de trocar candidatos de distrito para melhor acolher as propostas locais e minorizar os impactos negativos da escolha de alguns nomes inconvenientes é uma preocupação evidente. José Soares da Fonseca, por exemplo, “teve de transitar para Lisboa para justificar a mudança para Aveiro do Eng. André Navarro”; e Joaquim Mendes do Amaral “teve de passar para Portalegre para permitir propor João do Amaral por Setúbal, dada a vigorosa reacção que o seu nome suscitou em Santarém”²³¹.

Por outro lado, e apesar do novo sistema privilegiar a relação com a União Nacional e as suas estruturas locais, a verdade é que se mantém a influência de algumas personalidades locais, como no caso de Bissaia Barreto no distrito de Coimbra, que indicara o nome de Vasco Amaral “como representante dos Concelhos Rurais”. Continuam fora destas contas a quota da Causa Monárquica, negociada em 1949 directamente com Fezas Vital, que substituíra Azevedo Coutinho na missão.

²³⁰ O Grémio de Guimarães solicita a inclusão de António Emílio da Costa Ribeiro para o lugar de deputado; o de Fafe, o nome de Sousa Alves; o de Monção indica Fontainhas e o de Ponte de Lima Hamiltm Nogueira. Viana do Castelo e Lisboa não apresentam indicações. Ver IANTT/AOS/CO/PC/4 – C.

²³¹ IANTT/AOS/CO/PC/4 – C, p. 264-297.

Segundo relatório a Salazar sobre este tema, a Causa Monárquica indicara directamente quatro deputados para a IV Legislatura (Mário de Aguiar, Ernesto Subtil, Sacaduta Botte e Luís Pastor de Macedo), nomes que deveriam ser substituídos em 1949 de uma lista constituída por Pequito Rebelo, Carlos Moreira, Jacinto Ferreira, Caetano Beirão, Simião Pinto Mesquita, Mário Cardia, Fernando Amado, Vasco Santa Rita, Miranda Barbosa, Leão Ramos Ascensão, Ernesto Gonçalves, Ary dos Santos e Gonçalves Rodrigues²³². Destes já estavam incluídos nas listas da União Nacional, por indicação das estruturas locais, Carlos Moreira (em Vila Real), Jacinto Ferreira (em Lisboa) e Caetano Beirão (em Lisboa), o que comprova a boa relação política e partidária entre os monárquicos e a Situação. Os nomes de Pinto de Mesquita e Mário Cardia, acerca dos quais o Fezas Vital manifestou especial interesse, suscitaram viva oposição da União Nacional e do governador civil do Porto, motivo que suscitou alguma alteração do lugar-tenente e justificou algum cuidado na negociação entre as partes. O conflito acabou por ser resolvido pela inclusão de outros monárquicos nas listas da União Nacional, nomeadamente Lopes de Almeida, Mário de Albuquerque e João Valença²³³.

Os diversos exemplos expostos, permitem verificar que, de facto, se assistiu a uma alteração do modelo de recrutamento eleitoral, na medida em que os actores distritais da União Nacional passaram a dispor de maior preponderância na gestão das listas eleitorais. No entanto, esta nova tarefa do partido deve ser matizada e contextualizada caso a caso, pois existem situações onde há uma boa relação e articulação entre as diferentes organizações da Situação (governos civis, comissões distritais da UN e Comissão Executiva da UN), e outras em que não.

Depreende-se também, da leitura das fontes a que tivemos acesso, que o sistema ainda necessitaria de algum aperfeiçoamento que permitisse uma melhor articulação entre as diversas estruturas envolvidas no recrutamento eleitoral. Como podemos aferir na análise das listas coloniais, existe mesmo alguma confusão sobre os trâmites processuais a seguir, se a *linha partidária* ou a *governamental*. No caso, verificamos que são utilizados em simultâneo estes dois canais de pressão, o que causará algum *frisson* entre a Comissão de Colónias e a Comissão Executiva, por esta permitir que as comissões nas colónias elegeassem o Ministério das Colónias como principal interlocutor político no que respeite à construção da lista de deputados (situação que também é verificável no continente, através da interferência dos governadores civis no processo eleitoral).

Em todo o caso, é evidente que o novo sistema permite que o acesso ao processo de selecção da elite parlamentar seja mais alargado e escape da dependência quase absoluta de Salazar e de um punhado de caciques locais ou influentes membros da vida política da Situação, e procura dar conteúdo a um discurso de maior democraticidade utilizado pelo Estado Novo nos seus processos eleitorais pós-1945, pro-

²³² Fezas Vital ainda acalentava a esperança que Pequito Rebelo regressasse a uma postura de maior apoio à Situação, o que não virá a acontecer pois será candidato a deputado – em 1949 – numa lista oposicionista, de natureza agrária nacionalista no distrito de Portalegre.

²³³ IANTT/AOS/CO/PC/4 – C, p. 367.

cessos estes que se pretendiam mais participados e mais interventivos dentro das estruturas políticas do regime (e daí um maior ênfase no papel da União Nacional).

A avaliação dos *nossos* deputados em 1949

Apresentámos já, pela mão de José Alberto dos Reis, as considerações que o Presidente da Assembleia Nacional proferiu institucionalmente acerca do trabalho dos deputados em exercício de funções na II Legislatura, procurando apreciar a validade do trabalho político dos mesmos e a pertinência da sua manutenção na Câmara parlamentar. Em 1949, este mesmo trabalho coube em responsabilidade a Albino dos Reis, então líder da Assembleia que, em Julho, escreve a Salazar a apresentar-lhe o mesmo relatório, agora relativo à IV Legislatura.

O interesse da análise desta avaliação prende-se com o facto de muitos dos parlamentares de 1942 ainda permanecerem na Assembleia em 1949, e verificarmos a evolução das diferentes carreiras parlamentares e políticas dos *nossos* deputados. É importante ainda realçar que, como o sistema eleitoral fora alterado em 1945, a avaliação desenvolvida por Albino dos Reis contabiliza outras variáveis, não tidas em consideração por Alberto dos Reis, como o valor eleitoral dos parlamentares e a relação dos deputados aos seus círculos de eleição.

Assim, Albino dos Reis marca com um sinal de aprovação (e assim recomendados a continuar), vinte e dois deputados de 1942: Ulisses Cortês, Sebastião Ramires, Mário de Figueiredo, Manuel Maria Murias, Luís Lopes da Fonseca, Luís Cincinato Cabral da Costa, José Soares da Fonseca, José Nossolini, José Maria Braga da Cruz, José Gualberto Sá Carneiro, José Dias de Araújo Correia, José Alçada Guimarães, Joaquim Quelhas Lima, Joaquim Mendes do Amaral, Joaquim Dinis da Fonseca, João Mendes Costa do Amaral, João Xavier Camarate de Campos, Artur Proença Duarte, Albino dos Reis, António Cortês Lobão e Artur Àguedo de Oliveira. Também com indicações para continuarem, mas merecedores de alguns reparos, estão António Carlos Borges (“caso a considerar no quadro político de Santarém”), Albano Magalhães (“é um caso a considerar no quadro político do Porto”), Alberto Cruz (“tem interesse político e eleitoral”) e Madeira Pinto (“a considerar pelas posições que ocupou e ocupa e pelo seu nome”). Luís Mendes de Matos “parlamentarmente podia ser substituído”, mesmo considerando a sua posição no “quadro político da Guarda”²³⁴. Já sobre Maria van Zeller, Albino dos Reis questiona se “poderá ser substituída com vantagem?”.

²³⁴ Como vimos anteriormente, esta avaliação levará a que Dinis da Fonseca saia em defesa do seu colega parlamentar, recusando a entrada nas listas da Guarda caso não se confirme a manutenção do sacerdote na mesma lista. Como também já fizemos alusão, Dinis da Fonseca acaba por aceder à sua permanência na Assembleia (se colocado na lista de Lisboa) se lhe for garantida a permanência de Luís de Matos na Guarda, solução avançada por Ulisses Cortês, mas que não terá efeitos práticos, pois o cónego Matos não retornará à Assembleia Nacional para a V Legislatura (1949-1953).

Com algumas reticências encontram-se Salvador Nunes Teixeira (tido como “correcto”, mas “sem relevo parlamentar”), José Dias Silva, José Formosinho Sanches e Francisco Fernandes Prieto (todos “sem relevo parlamentar”), Herculano Amorim Ferreira (“desinteressou-se pelos trabalhos da Câmara o que não significa desinteresse pela posição”) e Marques Mano (“desinteressado dos trabalhos da Câmara”). Já Linhares de Lima e Luís da Cunha Gonçalves irão aposentar-se, Luís Vieira de Castro encontra-se “incapacitado por doença” e Jacinto Bicudo de Medeiros, Jorge Viterbo Ferreira, João Espragueira da Rocha Paris, Joaquim Saldanha haviam falecido no cargo. Querubim Guimarães “está velho” e Joaquim Trigo de Negreiros mantém-se como subsecretário de Estado²³⁵.

Como vemos, 42 dos 90 deputados de 1942 continuam a exercer funções parlamentares em 1949, e um quarto continuam mesmo aprovados para continuarem na Câmara e cumprirem a V Legislatura. Alguns são os deputados que acabaram por falecer no lugar, e outros que se aposentam. Poucos são os que foram indicados como não tendo relevo parlamentar significante²³⁶, assim como também são escassos os que eram apontados como granjeadores de simpatia política nos seus círculos eleitorais. Tal apreciação indicia que a lista de 1942, se construída sob as condições de 1949, poderia sofrer diversas alterações, nomeadamente as que contemplassem o valor electivo efectivo dos candidatos e a sua produção e relevância parlamentar.

A leitura da avaliação dos deputados de 1942 em 1949 permite ainda perceber um pouco mais do processo de longevidade da carreira parlamentar durante o Estado Novo e seguir, com mais atenção, o percurso político de um conjunto de actores privilegiados. Verificamos, então, que existe de facto uma elite dentro da elite parlamentar, um grupo mais restrito de parlamentares que acabam por manter a coesão política no seio da Assembleia Nacional. A noção de alguma perpetuidade no posto de deputado é-nos fornecida pelo facto de serem vários os parlamentares que acabam por envelhecer (e mesmo falecer) no posto. Faltam estudos que apresentem leituras mais completas em relação à evolução da elite parlamentar no contexto do Estado Novo; os trabalhos do José Tavares Castilho têm-se focado essencialmente em meta-análises de carácter prosopográfico e, quer o nosso trabalho (que contempla também uma avaliação da elite parlamentar de 1942), como os da Rita Almeida Carvalho (sobre a Assembleia Nacional durante a IV Legislatura) ou do Tiago Fernandes (sobre a Ala Liberal), contemplam apenas análises de profundidade de determinada elite parlamentar em determinada legislatura, não alargando o estudo no tempo. Isso não nos permite, por exemplo, identificar com exactidão a evolução dentro deste grupo restrito de parlamentares que dominam politicamente a Assembleia Nacional.

²³⁵ IANTT/AOS/CO/PC/4 – C, p. 203-205.

²³⁶ Talvez o caso mais notório de perda de influência política seja o de Madeira Pinto, que tinha em 1942 sido um dos cinco subscritores da lista da União Nacional.

4.8. Algumas conclusões

a) O processo de construção da lista de deputados é participado e dinâmico.

Inicia-se informalmente com a iniciativa de algumas estruturas da União Nacional, que opinam sem grande impacto sobre que representantes desejam nos seus círculos e prossegue na elaboração dos Pareceres da União Nacional, da Legião Portuguesa e da Assembleia Nacional sobre as actividades dos parlamentares de 38/42. Simultaneamente, são recolhidas sugestões e nomes, de diversas proveniências, elaborada uma lista distrital e uma “assembleia possível”. Também Salazar constrói a sua lista.

Depois, de uma lista-base (“Assembleia Nacional – 2.^a ed.”), inicia-se o processo de sistematização, Salazar intervém directamente, e procede-se à primeira ronda de convites. A recusa e reavaliação de alguns candidatos obriga a nova ronda de solicitações, tendo como base a lista “Eleição de deputados. Relação dos candidatos” e, finalmente, colmatadas as recusas, apresenta-se publicamente a lista a 30 de Setembro.

Comparado com os momentos de construção das listas de deputados após a guerra, verificamos ainda que se mantém o processo aberto e participado, agora com a presença institucional da União Nacional valorizada, fruto essencialmente da substituição do modelo de eleição através de lista nacional por listas distritais, e da necessidade de enquadrar de forma mais dinâmica as elites locais nos processos de selecção e recrutamento parlamentar.

b) Salazar controla, de forma directa e incisiva, o processo de recrutamento da sua elite parlamentar.

Ao longo do processo de construção da lista de deputados é bem visível que é o Presidente do Conselho quem tudo controla. É verdade que dedica a primeira fase a auscultações diversas, onde recebe propostas, pareceres e sugestões; mas rapidamente assume a direcção dos trabalhos. Desenha a sua própria lista, acrescenta nomes da sua confiança nas propostas que recebe e intervém de forma esquemática e sistemática nas diversas listas que se vão propondo, com mente à selecção dos candidatos. A composição da Câmara, o que Philippe Schmitter, chamou de “espécie de quadro de honra nacional” ou “um colégio de cardeais de carácter intelectual, administrativo e funcional”²³⁷, era, em última análise, da responsabilidade directa do Presidente do Conselho, simultaneamente presidente da Comissão Central da União Nacional. Afinal, como será por demais vincado na campanha eleitoral, votar na Lista A, da União Nacional, é votar em Salazar.

²³⁷ Philippe C. Schmitter, *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*, Lisboa, ICS, 1999, p. 36.

- c) O envolvimento da União Nacional não é tão intenso como o que se verificará em eleições futuras.

Como relata Rita Almeida de Carvalho, e os diversos exemplos recolhidos na nossa investigação comprovam-no, a União Nacional e as suas estruturas distritais terão um papel muito interventivo na escolha dos candidatos a deputados em cada distrito a partir de 1945, quando se altera o sistema eleitoral para círculos de candidatura distrital em detrimento do círculo nacional único vigente²³⁸. No que concerne à preparação da lista para as eleições legislativas de 1942, não vislumbramos, com a excepção das sugestões inconsequentes e marginais da Distrital de Ponta Delgada, nenhuma participação de quaisquer estruturas intermédias/distritais da União Nacional²³⁹. A participação do Partido é efectuada através da Comissão Executiva, que produz pareceres e reúne regularmente com o Presidente do Conselho para opinar sobre o processo. Também é verdade que o estado da União Nacional nos anos da Guerra é mau, como sugere Joaquim Mendes do Amaral no relatório que produz após as eleições de Novembro de 1945, sendo diversos os exemplos de má organização distrital, como veremos adiante²⁴⁰. No entanto, e como temos vindo a referir, a União Nacional terá um papel de maior destaque no período do pós guerra, até porque é entendida como o elemento político e público de combate eleitoral contra as possíveis oportunidades permitidas às oposições no quadro do modelo eleitoral após 1945.

- d) Existe um núcleo duro de parlamentares e um núcleo duro de novas figuras.

Considerando as quatro listas essenciais do processo – a lista “Distritos” e as listas das três rondas de convites –, verificamos que existe um grupo fixo de 65 nomes: 27 fiéis de 1934, que formam o verdadeiro núcleo duro da Assembleia, a base da sua consistência política e da manutenção da homogeneidade; 10 nomes da legislatura de 1938, 3 repescados a 1934; e 25 nomes candidatos sem experiência parlamentar, assumindo-se como o “grupo da renovação”. Esta consistência pressupõe que estes nomes já estariam a ser trabalhados há algum tempo, e que gozavam de certa unanimidade de aprovação dos diversos actores e instituições com relevo.

²³⁸ Ver Rita Almeida Carvalho, *A Assembleia Nacional no Pós-Guerra...*

²³⁹ Para as colónias, a informação era que “a Comissão da Colónia [deve] conformar-se estritamente com as nossas instruções”. Ver (todos IANTT/AUN), para Timor, caixa183/maço 617; Macau caixa 181/maço 613; Cabo Verde maço 610/NT179, p. 111; Nova Goa caixa180/maço 612, p. 87-96 e para São Tomé e Príncipe maço218/caixa 58, p. 269-278.

Apesar destas instruções, encontrámos este pedido da Índia, relativo às eleições de 1934: “União Nacional pede intervenha governo comissão central pedindo instruções eleição assembleia legislativa roga inclusão representante Índia entre noventa membros aguarda resposta indicar nome Avelar”, cf. IANTT/AUN/maço 218/caixa 57, p. 633. O nome Avelar não consta na lista de eleitos de 1934.

²⁴⁰ É peremptória a afirmação que “Em Agosto de 1945, cerca de metade dos distritos do país não tinha comissões distritais organizadas”; cf. IANTT/AUN/maço 834/NT 295, p. 13.

- e) O processo de construção da lista de deputados para a Assembleia Nacional não é democrático nem ratificado colectivamente.

Apesar da lista a apresentar às eleições ter um patrocínio oficial – a União Nacional – e apesar da existência de uma estrutura partidária formal, não encontramos em todo o processo de construção da lista de deputados qualquer forma democrática de ratificação das decisões do Presidente do Conselho, antes pelo contrário. Salazar, também presidente da Comissão Central do Partido Único, é dono e senhor dos destinos da lista. E, apesar de receber diversos Pareceres e sugestões, toma para si – de forma autoritária – as decisões sobre a elite parlamentar a recrutar, descurando qualquer fórmula de ratificação colegial que legitimasse a lista aos olhos das estruturas do Partido. Apesar das diversas reuniões promovidas com as estruturas de topo do Partido Único (nomeadamente com a Comissão Executiva), a verdade é que não existe qualquer participação formal “democrática” (sob os parâmetros do Estado Novo) dos órgãos máximos da União Nacional.

Após 1945, é verdade que o Partido Único tem uma palavra mais valorizada na construção das diversas listas distritais, nomeadamente as suas estruturas intermédias (comissões distritais); mas continuará a caber à Comissão Executiva e à Comissão Central da União Nacional (dominadas governamentalmente) o papel de principal decisor nas situações de conflito que com frequência ocorriam entre as estruturas distritais do partido e outras estruturas do Estado (como os governos civis) ou personalidades específicas.

- f) É mantida a dinâmica da representação distrital, apesar do círculo eleitoral nacional único.

Como podemos apreciar na análise à lista apresentada por distritos, o regime – apesar de sustentar um discurso assente no carácter não divisional do território eleitoral – mantém, no processo de recrutamento eleitoral, uma preocupação concreta na identificação de representantes locais²⁴¹; como reconhecido, aliás, pelo próprio Presidente do Conselho. Esta situação colidia – em certa medida – com o discurso eleitoral que pretendia romper com a experiência divisionista da I República, apresentando uma nação una a votos, e não regiões dominadas por personalidades locais. Após 1945, o sistema de eleição nacional é desmantelado, regressando a tradicional forma de representação parlamentar assente em círculos eleitorais de âmbito distrital e colonial.

²⁴¹ Em muitos casos, como vimos, existe mesmo uma correspondência elevada entre o número de deputados alocados por distritos, em 1942, com os novos círculos eleitorais de 1945; e muitos são os candidatos indicados na lista de “Distritos” de 1942 que manterão a ligação ao mesmo distrito em 1945.

g) Os deputados não têm qualquer tipo de poder efectivo no sistema político do Estado Novo.

Salazar, na reunião com os governadores civis do continente, preparatória do acto eleitoral, deixa bem claro que a função dos deputados – e da Assembleia – é essencialmente fiscalizadora e de apoio político ao regime. Mesmo a capacidade constituinte não altera esta relação de dependência, remetendo a influência dos parlamentares para a rede de relações informais desenvolvidas pessoalmente. Os limites dos deputados são ainda confirmados pelas recomendações governamentais que solicitam aos diversos ministérios a não publicação de decretos legislativos que pudessem ser avaliados ou analisados pela Assembleia Nacional (o que remetia o Parlamento para um papel ainda menos interventivo no plano legislativo).

A lista final será alvo de diversas apreciações no período da campanha eleitoral, como veremos. Não se votará em nomes, ou em partidos, plebiscitar-se-á o regime e a política do Estado Novo. É isso que está em causa. João Ameal tecerá, em texto de 29 de Outubro de 1942, algumas “considerações em torno do carácter *impessoal* da lista dos novos deputados”, destacando que a eleição corresponde à “unidade nacional, que uma vez mais vai ser afirmada perante o mundo, corresponde a unidade doutrinária e política dos seus representantes”²⁴². Mas será Mário Pais de Sousa que sintetizará bem o sentimento da lista ao afirmar que “é preciso ter-se em conta que não vai votar-se uma lista de sentido individualista ou partidário; tampouco vai votar-se uma lista que represente este ou aquele grupo, este ou aquele interesse particular, esta ou aquela região”²⁴³. Sobre esses argumentos seria construído o tecido argumentativo eleitoral, a que será adicionada a ideia de normalidade constitucional, o reconhecimento da política de paz do governo e apoio à realização do Estado Novo e ao mérito dos seus líderes. É o que veremos adiante, na análise à campanha eleitoral.

²⁴² Ver *Diário da Manhã*, de 29 de Outubro de 1942.

²⁴³ Ver transcrição da intervenção de Mário Pais de Sousa no *Diário de Lisboa*, de 25 de Outubro. Ver ainda as reportagens de dia 26 no *Diário da Manhã*, *Diário Popular*, *Novidades*, *Diário de Notícias*, ou no *República*, o *Jornal do Comércio*, entre outros.

Capítulo 5

A campanha eleitoral

“Será necessário despertar e excitar o interesse do país pelo importante acto público que se realiza no próximo dia 1 de Novembro? Não estará a consciência pública suficientemente esclarecida e compenetrada nos seus deveres cívicos para dispensar apelos e incitamentos ao cumprimento desses deveres? Será conveniente a propaganda? Quer dizer: será útil ao país movimentar por meio da imprensa, da rádio, da sessão pública, uma grande massa de eleitores em torno da próxima eleição de deputados?”¹

Albino dos Reis [1942]

As questões que Albino dos Reis ironicamente colocava à saída da reunião da Comissão Executiva da União Nacional, de dia 20 de Outubro, devem ser entendidas como parte do *estilo* que será utilizado na campanha eleitoral de Outubro de 1942. Este *estilo* é caracterizado pelo diálogo interrogativo, de resposta condicionada, que pretende apresentar um discurso de normalidade apolítica e de unidade da nação, frequentemente comparado com a experiência fragmentada e polarizada da I República.

É obvio que o regime necessitava da propaganda. As eleições de Novembro serão uma oportunidade do Estado Novo requestrar algumas linhas discursivas (de resto maioritariamente utilizadas em Fevereiro, aquando da reeleição de Carmona), apresentar-se, externamente, como um oásis de paz e tranquilidade; e mobilizar o seu eleitorado. Mário Pais de Sousa, no seu discurso do Porto, chamava a atenção a este ponto, dizendo que a propaganda “deve ser esclarecida no sentido de chamar os povos à convicção de que votar é alto dever cívico, mas neste momento é mais ainda do que isso, é alto dever patriótico”².

¹ Ver *Diário da Manhã*, de 21 de Outubro de 1942.

² Ver *Diário da Manhã*, de 12 de Outubro de 1942. Ver ainda *Jornal do Comércio, O Século, O Comércio do Porto e Diário de Notícias*, todos de 12 de Outubro de 1942.

5.1. O sistema eleitoral: Ministério do Interior, União Nacional, governos civis

A organização da campanha eleitoral ficou a cabo do Ministério do Interior e da União Nacional, em conjunto, num processo de domínio governamental, mas de cuidada articulação institucional e política. Em teoria, caberia ao Estado as preocupações logísticas, e à instituição patrocinadora da lista colocada a votos as preocupações políticas, numa distribuição de tarefas que devia implicar um estrito respeito entre a esfera pública e a esfera privada, entre o Estado e os partidos ou movimentos políticos concorrentes à eleição (recordamos que era legalmente possível outras candidaturas). Assim seria se o regime apregoasse um sistema plural; assim seria se o Estado Novo entendesse os processos eleitorais como dinâmicas competitivas, de resultado incerto, onde ao eleitor fosse possibilitada a liberdade de votar e de ser eleito; mas, na prática, a relação entre o Ministério do Interior e a União Nacional não obedecerá a estes conceitos, a definição do espaço de actuação da esfera pública e privada será muito difusa; e a separação entre o Estado, o Governo e o Partido Único será pouco visível, como veremos.

O Ministério do Interior tinha a seu cargo a logística do acto eleitoral, pois detinha grande parte dos recursos financeiros e políticos, cabendo-lhe a responsabilidade de fazer a ligação com os governos civis e com a União Nacional, com as câmaras municipais, com as polícias, com a Legião Portuguesa, com os ministérios, com os candidatos a deputados, e com “outros elementos nacionalistas” locais. Esta ligação era orquestrada através da Direcção-geral de Administração Política e Civil do Ministério do Interior, a quem cabia a activação de todo o sistema – que vimos, no último capítulo, ser accionado na comunicação aos governos civis (de Julho onde era avançada a data da eleição e solicitado relatório apurado sobre o estado dos recenseamentos).

A União Nacional tinha alguns recursos para dedicar aos eventos eleitorais, concentrados na sua Comissão de Propaganda³; e tinha a cargo a responsabilidade de accionar as comissões distritais, as comissões concelhias e as comissões de freguesia. O Partido Único faria ainda, de forma complementar, ligação com os candidatos a deputado, com a Legião Portuguesa, com a Liga 28 de Maio, e com “outros elementos nacionalistas” locais. Cabia ao Partido a recepção e apresentação, no terreno, do material de campanha. Era ainda a União Nacional quem, com os governos civis, organizava os comícios eleitorais⁴, distribuía os boletins de voto pelos eleitores,

³ Os recursos que a União Nacional gere são provenientes do Ministério do Interior. O Partido Único tinha alguma autonomia logística, o que lhe permitia produzir cartazes e organizar sessões de propaganda, por exemplo.

⁴ Sempre em articulação com outras entidades. Por exemplo, a organização de uma acção de propaganda, como o fecho da campanha no ginásio do Liceu Camões em Lisboa, contou com a colaboração da Câmara Municipal de Lisboa, dos Bombeiros, da Polícia de Segurança Pública, do Ministério da Educação (que autoriza o uso da escola), da Mocidade Portuguesa, da Legião Portuguesa, da Emissora Nacional (que

tratava da relação com a imprensa regional (junto com os governos civis e o SPN), e cuidava do dia-a-dia da campanha eleitoral.

Este múltiplo envolvimento institucional, hierarquicamente dominado pelo Ministério do Interior, procurava a maximização dos recursos existentes das duas redes institucionais, que eram activadas em simultâneo, numa estratégia que pretendia uma articulação dinâmica entre o Ministério do Interior e a alta cúpula do Partido Único (a Comissão Central e a Comissão Executiva da União Nacional), juntamente com os respectivos dependentes hierárquicos – os governadores civis e as comissões distritais da União⁵. Na prática, sucederá que cada distrito será um caso próprio, pois a dinâmica da relação das estruturas da União Nacional com os correspondentes governos civis não é uniforme, variando entre a não-existência de estruturas activas e eficazes da União Nacional, à articulação activa e participativa entre as duas instituições, ou um domínio dos governadores civis sobre a estrutura partidária⁶.

Os governos civis, por sua vez, serão determinantes na gestão da informação eleitoral e na articulação no terreno com as estruturas de base da União Nacional, com as câmaras municipais e com o governo (ministérios)⁷. Era o governo civil quem, por exemplo, solicitava às câmaras municipais ou ao Ministério da Educação Nacional equipamentos diversos⁸, “as necessárias providências no sentido de poderem ser utilizadas para o acto eleitoral os estabelecimentos que para tal têm servido às eleições anteriores”. Cabia também a este organismo, oficialmente, a responsabilidade do tratamento legal do processo eleitoral, a marcação das eleições, a constituição das assembleias de voto, a recepção e distribuição dos votos (com o auxílio da União Nacional),

transmite a sessão), do SPN (que, com equipas da SPAC, grava em filme a sessão de propaganda), e de outras instituições ou personalidades representadas (casas do povo, sindicatos, grémios, deputados, procuradores, militares, juizes, etc.).

⁵ Como se depreende da comunicação que a Comissão Central da União Nacional transmite às suas comissões distritais, em que as aconselha a “promover, sem prejuízo de qualquer iniciativa própria e sempre em colaboração estreita com os srs. governadores civis e organismos nacionalistas locais, muito especialmente com a LP, uma grande sessão de propaganda eleitoral, em cada capital de distrito. Essas sessões deverão realizar-se (...), sempre que possível, sob presidência do respectivo governador civil”. Ofício-circular da Comissão Central da União Nacional para os presidentes das comissões distritais da União Nacional, datado de 17 de Outubro de 1942; cf. IANTT/AMI/GM/maço 526/caixa 8, p. 69.

⁶ Por exemplo, em Vila Real, o distrito é dominado pelo seu governador civil, Assis Gonçalves, que, apesar da existência formal de uma comissão distrital da União Nacional, tudo controla. No Porto, a relação entre o governador civil – António Pires de Lima – e o presidente da Comissão Distrital da União Nacional é entre iguais. Já em Beja, ou em Coimbra, por exemplo, não detectámos a existência de uma comissão distrital da União Nacional activa, cabendo ao governador civil a tarefa de liderar politicamente o distrito (o caso de Coimbra é ainda mais preocupante pois é nomeado novo governador civil em Outubro de 1942, o que pressupõe um distrito sem liderança política).

⁷ Em circular da Direcção-Geral de Administração Política e Civil, Mário Caes Esteves lembrava aos governadores civis que “o serviço de informações respeitantes à eleição deve centralizar-se no Governo Civil. Ver circular de 29 de Outubro de 1942 da Direcção-Geral de Administração Política e Civil para os governadores civis. Cf. Arquivo do Governo Civil de Évora,/Correspondência com os ministros/Direcção-Geral da Administração Política e Civil.

⁸ Ver circulares n.ºs 1983 e 1854, ambas de 10 de Outubro 1942, de Artur Costa Lobo, governador civil de Lisboa, para o chefe de gabinete do ministro da Educação Nacional e para presidente da Câmara Municipal de Lisboa; cf. IANTT/Arquivo do Governo Civil de Lisboa/NT 28.

e o acolhimento de reclamação, o apuramento e comunicação dos resultados finais⁹, assim como comunicar ao Ministério do Interior os resultados eleitorais do distrito¹⁰.

Estes aspectos logísticos eram depois complementados pelos meios comunicacionais que o regime tinha ao seu dispor, nomeadamente a Censura, o Secretariado de Propaganda Nacional e a Emissora Nacional. Era Salazar quem controlava directamente estes instrumentos de propaganda, quer os ligados à Presidência do Conselho através do Gabinete de Coordenação dos Serviços de Propaganda e Informação, como os existentes na União Nacional, através da sua Comissão de Propaganda (que elaborava os cartazes da campanha, por exemplo).

A censura condicionava o acesso aos jornais; o SPN colocava notícias nos jornais e accionava as equipas de cinema e de teatro ambulante para a campanha eleitoral¹¹; e a Emissora Nacional, juntamente com o Rádio Clube Português (da família Botelho Moniz) e a Rádio Renascença (da Igreja), assumia a comunicação moderna de massas com a população através das invisíveis ondas hertzianas.

O controlo de todo o processo eleitoral era da responsabilidade do Presidente do Conselho, que dispunha ainda de outras organizações para colocar como figurantes no acto eleitoral, como a Legião Portuguesa, a Mocidade Portuguesa, as organizações femininas e a diversa estrutura corporativa. A Igreja, sem assumir um papel de primeira linha, não deixava de comparecer institucionalmente e intervir directamente na campanha eleitoral, como veremos¹².

A restante estrutura do Estado fornece-nos ainda outros exemplos do envolvimento institucional no processo eleitoral. O Instituto Nacional do Trabalho e Providência, vulgo INTP, por exemplo, instituto ligado à Subsecretaria de Estado das Corporações, desempenhava um importante papel na ligação com a população obreira, ocupando muitas vezes lugar de orador em sessões de propaganda; o Ministério da Educação Nacional cedia muitos dos espaços das acções de campanha; e a Mocidade Portuguesa e o professorado, dependentes deste ministério, eram frequentemente solicitados para encher salas (a Mocidade) e para intervir na campanha (os professores). Também o Ministério da Economia desempenhava um papel activo na campanha, especialmente no terreno e na logística, por que geria, com o Instituto Português de Combustíveis, o acesso à gasolina, essencial para a movimen-

⁹ Veja-se, por exemplo, a solicitação do governador civil de Lisboa ao ministro do Interior, datada de 30 de Outubro de 1942, para que tome “as providências necessárias no sentido de estarem em serviço permanente no próximo dia 1 de Novembro as estações dos Correios e Telégrafos, nas localidades onde se realizarem neste distrito o acto eleitoral”.

¹⁰ Ver, por exemplo, e sobre a necessidade de comunicação institucional em contexto eleitoral, a solicitação do governador civil de Lisboa em utilizar “as estações dos Correios e Telégrafos nas localidades onde se realizem (...) o acto eleitoral”; cf. IANTT/Arquivo do Governo Civil de Lisboa/NT 28.

¹¹ Os serviços do cinema ambulante eram bastante solicitados no período da campanha eleitoral, procurando-se aproveitar a passagem destes para se promover acções de campanha.

¹² Serão frequentemente solicitados aos párocos dominicais que intervenham nas suas missas de domingo, no sentido de mobilizar o eleitorado. O caso das eleições de 1 de Novembro de 1942 será ainda, em certa medida, excepcional, em virtude do término das comemorações dos 25 anos das aparições de Fátima (1917-1942) coincidir com o final da campanha eleitoral.

tação de toda a máquina eleitoral¹³. Nas colónias, e alinhando com a mobilização geral, o respectivo ministério activava a sua estrutura administrativa no auxílio eleitoral. Por fim, era ainda frequente a presença institucional nas sessões de propaganda do regime dos responsáveis das Regiões Militares, dependentes do Ministério da Guerra.

Também marcavam presença constante a Liga 28 de Maio, os responsáveis pelas regiões militares, diversos titulares de cargos nos altos tribunais do Estado, os departamentos marítimos, e outras instituições ou organizações que, marcando presença nas principais sessões de propaganda, eram relegadas para um plano cosmético de demonstração de unidade institucional e de arregimentação pública de apoio, sem posição de destaque ou decisão.

Junto destes organismos, directamente envolvidos no processo eleitoral, encontramos a Igreja e toda a sua estrutura, pois apesar de serem raras as intervenções directas em sessões de grande dimensão – excepção feita às relativas com as comemorações dos 25 anos das aparições de Fátima – eram invulgares as sessões eleitorais sem a sua presença em lugar de destaque; isto sem referir a utilização da homilia como local de propaganda privilegiado, de forma espontânea¹⁴ ou organizada¹⁵; ou a apresentação de candidatos próprios, como o cónego da Sé de Guarda, Luís Mendes de Matos.

Com menos protagonismo activo, encontramos outros organismos ligados ao sistema corporativo: os sindicatos, as casas do povo, as casas dos pescadores e os grémios. Aos sindicatos e grémios eram ainda proporcionados alguns momentos de exclusividade, como na sessão dirigida ao Sindicato Nacional dos Motoristas, no distrito de Viseu¹⁶; a organizada pelos Sindicatos Nacionais de Guimarães¹⁷ ou ainda o apelo público do Sindicato Nacional dos Caixeiros de Lisboa, no dia 31 de Outubro¹⁸.

¹³ São diversos os pedidos de combustível para motivos eleitorais provenientes das comissões distritais da União Nacional; e o racionamento era tão apertado que são inclusive desmarcadas algumas acções políticas (maioritariamente de âmbito regional), como a ocorrida em Mação, que não se realizou “em virtude de não haver transportes por falta de combustível” (ver IANTT/AUN/caixa 382/maço 294).

¹⁴ Ver notícia no *Aurora do Lima*, de 10 de Novembro: “Santa Leocádia, 1. Acabam de efectuar-se as eleições da Assembleia Nacional nesta freguesia, cujo resultado foi surpreendente. Para isso contribuiu, em parte, a prelecção feita pelo nosso reverendíssimo pároco, na ocasião da missa paroquial”.

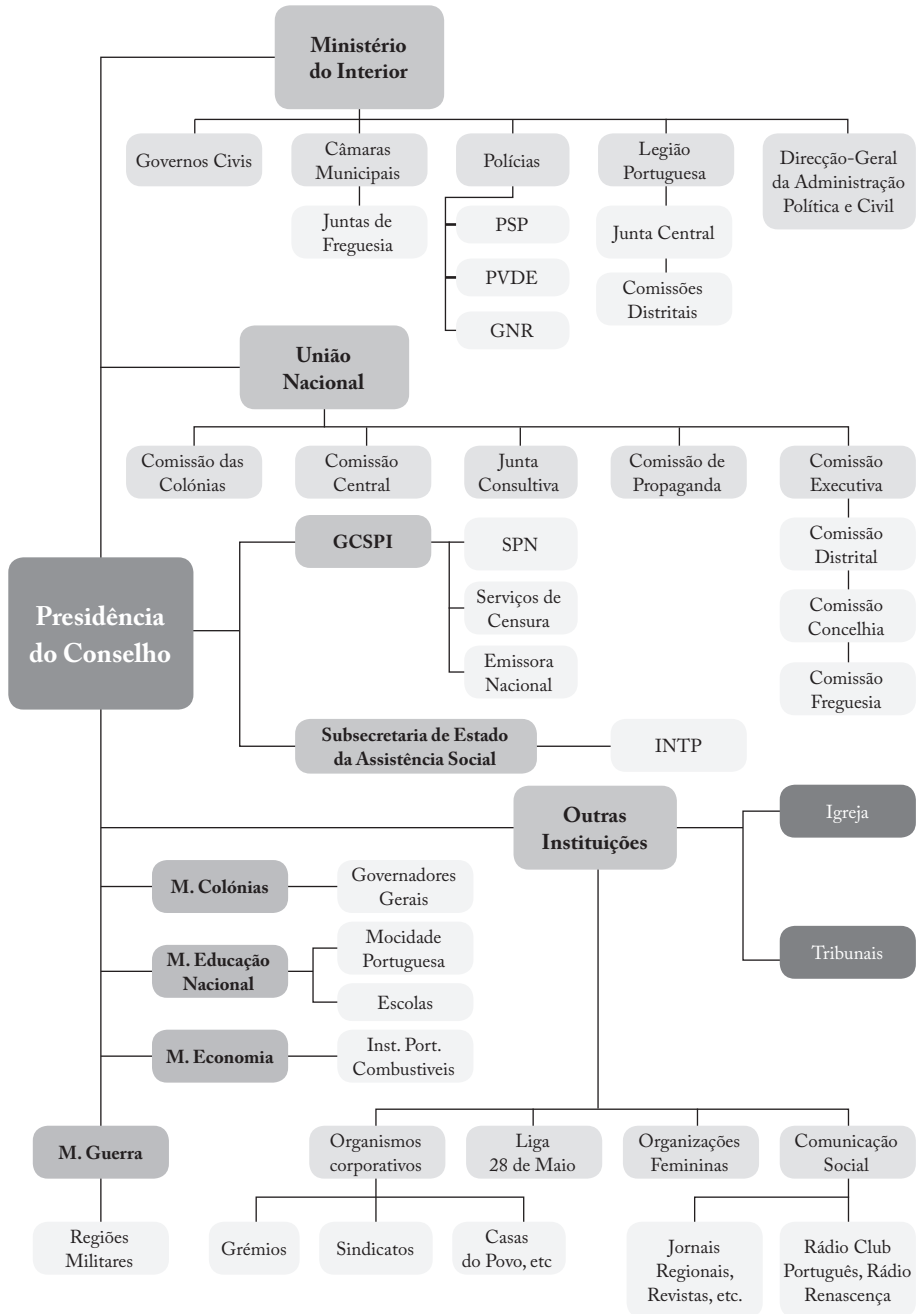
¹⁵ Ver carta particular do governador civil de Bragança, Pedro Vicente de Moraes Campilho, ao ministro do Interior, relatando o envio de uma circular “a todos os párocos das freguesias do distrito, a fim de ser lida nas missas dominicais que antecedem o dia um de Novembro”; cf. IANTT/AMI/GM/maço 526/caixa 84, p. 40-41.

¹⁶ Sessão realizada no dia 27 na sede do Sindicato Nacional dos Motoristas, e que contou com a presença do governador civil de Viseu, secretariado pelos presidentes do Grémio do Comércio e Sindicatos locais; ver *O Século*, de 28 de Outubro de 1942.

¹⁷ Notícia o *Comércio do Porto* no dia 30 Outubro de 1942 que “As direcções dos sindicatos nacionais de Guimarães convidam a população deste concelho a assistir à sessão de propaganda eleitoral que se realiza no Teatro de Jordão amanhã às 21h30, com a presença do governador civil”.

¹⁸ No dia 31 de Outubro, o Sindicato Nacional dos Caixeiros de Lisboa dirigiu uma exortação aos seus filiados no sentido de os convidar “a cerrarem fileiras em volta do governo...”; ver *O Século*, de 1 de Novembro de 1942.

Tabela 9 – O “esquema eleitoral”



5.2. A União Nacional e as eleições de 1942

Apreciações gerais

No início de Janeiro de 1946, a Comissão Executiva apresentava à Comissão Central da União Nacional um relatório retrospectivo de situação do Partido Único¹⁹. “A impressão geral colhida através das nossas visitas às capitais de distrito dos relatórios enviados pelas Comissões Distritais é a de que o nosso organismo se encontrava em estado de inércia por todo o país e a que em muitos distritos tal estado passara à situação de completa desorganização, o que equivale a dizer, de inexistência real”²⁰.

É verdade que a União Nacional sofre de uma indefinição sistémica e institucional no quadro do Estado Novo, fruto do seu processo formativo, que ajuda a compreender o seu mau estado organizativo. O Partido Único fora construído “de cima para baixo”, com o propósito de servir de enquadramento político às diferentes estruturas políticas então existentes (em 1930-1932) e para funcionar como carril de ligação directa entre a elite do regime e a sua base, devendo ser maioritariamente activado para as questões eleitorais (recenseamentos e campanha eleitoral). A União Nacional deveria servir apenas os propósitos do governo e da sua elite, não ter ambição autónoma nem assumir-se como uma estrutura partidária clássica, que lute pelo poder, nem como um moderno partido fascista ou de massas.

No entanto, a necessidade de construir uma estrutura institucional de carácter político de apoio à rede administrativa implicou uma implantação territorial e política paralela à estrutura da administração pública local, replicando a organização “governos civis – câmaras municipais – juntas de freguesia” nas “comissões distritais – comissões concelhias – comissões de freguesia”. Assim, a relação entre a União Nacional e os governadores civis tornar-se-á importante para melhor compreendermos a implantação no terreno do aparelho político do Estado Novo, pois ambas partilhavam – e disputavam em certos casos – a primazia da vida política regional, nos distritos, nas câmaras e nas freguesias.

Esta relação, de primazia governamental, varia de caso para caso, possibilitando a existência de uma tensão constante no que refere ao acesso aos recursos do Estado e às nomeações políticas. A título de exemplo, o presidente da Comissão Distrital de Viseu expõe muito bem em 1945 as *nuances* deste conflito, quando refere que “temos vivido politicamente em compartimentos estanques. Nomeia-se um comandante da Polícia e não é ouvida a União Nacional; coloca-se um delegado no INTP e não se inquer a UN. O mesmo sucede com os directores escolares e com todos os funcionários de grande ou pequena categoria. Quer dizer: fazem política a

¹⁹ “Relatório de Joaquim Mendes do Amaral, presidente da Comissão Executiva da União Nacional [em 1945] para António de Oliveira Salazar, presidente da Comissão Central da União Nacional do início de 1946”, cf. IANTT/AUN/maço 834/NT 295, pasta 21, p. 1-40.

²⁰ “Relatório de Joaquim Mendes do Amaral ...”, p. 12.

Legião, INTP, o director escolar, os professores, os diferentes ministérios e só não a faz a UN, organismo político por excelência”²¹.

Como vemos, ao construir a sua estrutura territorial, a União Nacional despoletou o interesse das elites locais que viram no Partido o veículo para as suas pequenas ambições, pois, apesar da sua capacidade de atracção ser reduzida, a verdade é que era sondada para algumas nomeações, nomeadamente para o baixo funcionalismo público. Assim, ser membro activo do Partido poderia ser uma mais-valia para quem procurava posto na baixa administração local, como o comprova a ambição do presidente da Comissão Distrital de Viseu, estando o acesso a cargos parlamentares restrito aos órgãos nacionais do Partido ou a presidentes das comissões distritais ou de certas concelhias (como Lisboa ou Porto), pois mantém-se a influência da proveniência local como factor de recrutamento parlamentar. No entanto, e apesar da existência de muitos ministros e deputados com cartão do Partido, e conforme comprovam os estudos parlamentares do José Tavares Castilho, a União Nacional acaba por ter pouca influência no governo ou nas câmaras políticas do regime²²

A União Nacional em 1942

A situação no terreno, em 1942 – como retratada no relatório retrospectivo de 1946 –, dividia-se entre os distritos organizados e que funcionavam bem, os que não existiam e os que existindo apresentavam um trabalho político de gestão corrente de fraca intensidade e de manutenção de um *status quo* regional próprio. Estas apreciações, sintetizadas após a Guerra, são facilmente comprovadas por considerações avulsas produzidas no início dos anos 40 pelas diversas estruturas do Partido, e hoje recolhidas na documentação dispersa no Arquivo da União Nacional, depositado na Torre do Tombo.

Estes relatos, de diversas proveniências, oscilavam entre o reconhecimento da inoperância das estruturas do Partido ao nível local e a denúncia de situações menos claras envolvendo altos dirigentes locais. No Funchal, por exemplo, dominado poli-

²¹ “Relatório de Joaquim Mendes do Amaral...”, p. 25-26.

²² A percentagem de membros da União Nacional na Assembleia Nacional é relativamente baixa. Para o período completo de 1934 a 1973 apenas 35% dos deputados eram membros da União Nacional. Ver José Tavares Castilho, “A Assembleia Nacional, 1934-1974: esboço de caracterização”, *Penélope*, n.º 24, Lisboa, 2001, p. 65-84. A actividade política no Estado Novo não estava circunscrita aos detentores do cartão da União Nacional; muitos consideravam mesmo desnecessário e deselegante o ingresso no Partido. Era, aliás, frequente a recusa de cargos no Partido Único por parte da elite política do Estado Novo – ministros, deputados, etc. –, como bem comprovam as dificuldades de construção da Comissão Distrital de Lisboa, em 1945. Em carta ao presidente da Comissão Central, Cortez Lobão percorre diversos nomes que, por uma ou outra razão, não aceitam: Manuel Rodrigues Júnior, Armindo Monteiro, Rafael Duque. Perante assumida dificuldade, consulta com Santos Costa que o recomenda a “acrescentar mais uma pessoa que represente a corrente liberal, ou melhor, a corrente de esquerda da Situação”. O problema, dizia, é que “quase todas as pessoas traziam o ferrete maçónico, vírus que poderia prejudicar o ambiente de confiança”. Carta de António Cortez Lobão a António Oliveira Salazar, datada de 8 de Setembro de 1945, cf. IANTT/AOS/CP – 156, p. 208-208.

ticamente nos anos 40 por Álvaro Favila Vieira, presidente da Comissão Distrital, este reconhecia que, “por falta de número”, as estruturas distritais e concelhias do Funchal não se reuniam desde 1942/43; altura do conflito aberto entre o governador civil do Funchal – Gustavo Teixeira Dias – e Fernão de Ornelas Gonçalves, “presidente ilustre da Câmara Municipal do Funchal” sobre a nomeação do último para o cargo de vice-presidente da Comissão Distrital da UN (que contou com a oposição do governador civil²³). Na mesma altura “um grupo de munícipes” funchalenses acusava o presidente da Câmara do Funchal de tráfico de influência e de conduta *caciqueira*; razão para os preocupados munícipes qualificarem a vida política madeirense como “uma refinadíssima porca”²⁴.

Nos Açores (mais concretamente em Ponta Delgada), o presidente da comissão distrital local reconhecia, em 1945, que o distrito de deparava com uma “grave crise política”²⁵; e em Castelo Branco a situação da UN local é bem expressa nas palavras do presidente da Comissão Concelhia de Proença-a-Nova, quando afirma “sem receio do mais ténue desmentido sério, que há mais de oito anos [1938] nenhuma autoridade do meu concelho ou mesmo do distrito, se me dirigiu ou sequer deu mostras de que a UN existia”²⁶.

Estes casos demonstram que a vida política nestes distritos padecia de uma organização partidária que pacificasse as elites locais e que as integrasse totalmente no espírito *apolítico* do Estado Novo. Pelo contrário, o que se verifica é a existência de processos de reenquadramento destas elites no novo paradigma político dominante, transportando-se muitos dos métodos criticados no tempo da I República para a nova realidade, numa dinâmica de clara *adesivagem* à nova situação política por parte destes *caciques* locais.

Descendo na hierarquia administrativa para o nível concelhio, verificamos que as descrições de mau funcionamento do Partido e de falta de articulação entre as estruturas políticas se mantêm. É neste sentido que se entendem as palavras do presidente da Câmara Municipal de Elvas ao presidente da Comissão Distrital da UN de Portalegre, admitindo que em 1940 as relações políticas entre as diversas estruturas políticas existentes no concelho eram nulas, pois nem “nunca se organizou uma comissão concelhia da União Nacional”. Desse modo, não podia “entrar em contacto com uma entidade política que não existe”²⁷. Já no Cartaxo, um relatório secreto dos Serviços de Informação

²³ Ver carta do presidente da Comissão Distrital da União Nacional do Funchal ao presidente da Comissão Executiva da União Nacional, de 2 de Setembro de 1945; cf. IANTT/caixa 307/maço 860.

²⁴ Recordamos que este “grupo de munícipes” expunham uma intrincada rede de influências em volta do presidente da Câmara Municipal do Funchal, devidamente suportado por dois candidatos a deputado do distrito (Favila Vieira e Juvenal de Araújo). Ver ainda capítulo 3; cf. IANTT/AOS/Arquivo do Ministério do Interior/caixa 85/maço 527/NT 404.

²⁵ Carta do presidente da Comissão Distrital da União Nacional ao presidente da Comissão Executiva da União Nacional, de 26 de Setembro de 1945; cf. IANTT/AUN/NT 56/maço 165.

²⁶ Carta dactilografada de Daniel Dias Matos (presidente da Comissão Concelhia da União Nacional de Proença-a-Nova ao presidente da Comissão Distrital de Castelo Branco, datada de 7 de Dezembro de 1945; cf. IANTT/AUN/caixa 12/maço 30.

²⁷ Ver carta confidencial do presidente da Câmara Municipal de Elvas ao presidente da Comissão Distrital de Portalegre, de 4 de Janeiro de 1940; cf. IANTT/AUN/maço 6/NT 1009.

sobre o concelho, do Verão de 1941, afirmava categoricamente que a comissão concelhia da UN local tem tido uma acção “absolutamente nula”, e que “só a Legião Portuguesa trabalha ao lado do Estado Novo, todo o resto não existe”²⁸. No distrito de Leiria, por exemplo, é relatado que “o Concelho de Figueiró dos Vinhos está (...) dividido em dois grupos políticos, ambos filiados na União Nacional, não se vendo forma, a menos por agora, de evitar esta lamentável divisão”²⁹; e em Barcelos assume-se que a “terra desde há 8 anos (...) tem estado ao abandono, devido à política vergonhosa local”³⁰. Por fim, relatório da Comissão Concelhia de Lisboa, de 26 de Fevereiro de 1943, ou seja escassos meses após o acto eleitoral de 1942, referia que o “actual momento político” em Monte Pedral era “de ostento desagrado à Situação” e de “desafogada propaganda comunista, maçónica e democrática”³¹.

Nas colónias a situação não era melhor. No relatório da Comissão da UN da Guiné, datado de 1941, era apontado que a única comissão que funcionava efectivamente na colónia era de Bissau³²; mas no Outono de 1942 já encontramos a colónia desprovida de liderança política, como se depreende da leitura do telegrama do presidente da Comissão de Colónias para o chefe de gabinete do ministro das Colónias a solicitar autorização para enviar ao governador civil da Guiné um telegrama urgente a solicitar “nome [de] pessoa considerada [com] condições para preencher lugar vago Presidente Comissão Colónia”³³ (fora convidado António Cruz Barbosa, em Março de 1942, que terá recusado o cargo³⁴).

A mesma situação era vivida em Cabo Verde, que assiste, no dia 23 de Dezembro de 1942, à nomeação de nova Comissão da Colónia, presidida por Ariano Duarte Silva³⁵. E Angola afina-se pelo mesmo diapasão: em Setembro de 42, Eduardo Marques solicita ao ministro das Colónias que permita substituir a Comissão da UN da colónia, sendo “indispensável substituir actual presidente UN Angola que há muito aguarda exoneração pedida”, resolvendo-se nomear Moura Carvalho³⁶. Carlos Moura Carvalho será nomeado apenas a 8 de Outubro de 1942, substituindo na

²⁸ Ver relatório secreto do SI sobre o concelho do Cartaxo; cf. IANTT/caixa 39/maço 116 – A.

²⁹ Ver ofício n.º 340 da Comissão Distrital da União Nacional, datado de 21 de Abril de 1943, endereçado à Secretaria-Geral da União Nacional; cf. IANTT/AUN/caixa 23/maço 169.

³⁰ Carta de José da Silva Pereira, de 17 de Outubro de 1942, cf. IANTT/Arquivo ministro do Interior/gabinete do ministro/caixa 84/maço 526.

³¹ Ver acta n.º 324 da Comissão Concelhia da União Nacional de Lisboa, de 26 de Fevereiro de 1943; cf. IANTT/AUN/caixa 1095/livro 6.

³² Ver relatório, de 3 de Julho 1941, do presidente da Comissão da Guiné, José Gaspar de Oliveira IANTT/AUN/NT 180/maço 611.

³³ Ver ofício n.º 4511 da Comissão de Colónias, de 26 de Outubro de 1942; cf. IANTT/AUN/caixa 183/maço 618.

³⁴ Ver ofício n.º 2882 da Comissão de Colónias da UN, datado de 29 Junho de 1942; cf. ANTT/AUN/caixa 183/maço 618.

³⁵ Ver ofício n.º 5474 da Comissão de Colónias da UN ao presidente da Comissão Executiva da UN, de 28 de Dezembro de 1942; cf. IANTT/AUN/caixa 186/maço 621v.

³⁶ O presidente da Comissão de Angola demissionário era Augusto Pereira Brandão. Ver ofício n.º 3852 da Comissão de Colónias da UN, datado de 14 de Setembro de 1942; cf. IANTT/AUN/caixa 183/maço 618.

altura Américo Homem de Gouveia, que assumira a presidência interina da União Nacional na colónia³⁷.

Somente no Estado da Índia parece que a organização do Partido Único é relativamente eficaz, ou pelo menos é essa a imagem transmitida pelo presidente da União Nacional local ao presidente da Comissão de Colónias. Diz Jerónimo Sócrates da Costa que “a rede das nossas comissões políticas envolve já todo o Estado da Índia”, existindo comissões distritais em Damão e Diu; comissões concelhias nos concelhos das ilhas de Goa, Bardez, Salcete, Sanquelin, Quepém, Mormugão, Sangém, Ponda, Canacona, Perném, Satari e Negar-Aveli; e 109 comissões de freguesia”. Era uma rede que, aparentemente funcionava, pois o líder da União Nacional da Índia assume a “satisfação de constatar a eficiência desta rede, nos últimos dois actos eleitorais (eleição presidencial e da Assembleia Nacional), pois foi possível organizar e dirigir todo o trabalho”³⁸.

O relatório de Joaquim Mendes do Amaral (1946)

Estes relatórios e informações, provenientes de diversos actores políticos com diversas responsabilidades – de presidentes da câmara a presidentes das comissões distritais da UN –, encontram eco um pouco por todo o país, e serão objecto do tal relatório de síntese produzido em 1946 por Joaquim Mendes do Amaral, que referimos no início deste capítulo.

Assim, nesta exaustiva apreciação, somente Aveiro, Bragança, Leiria, Viseu e Santarém apresentam avaliação positiva. Cinco distritos. A Leiria, Bragança e Santarém eram tecidos rasgados elogios. Leiria era tida como “a organização (...) mais completa do País”³⁹; Bragança, dos distritos onde “os interesses da União Nacional têm sido melhor cuidados”⁴⁰, com um “número relativamente apreciável” de filiados; e Santarém, desde sempre liderada por António Carlos Borges, era um dos “distritos onde os interesses da UN têm sido sempre cuidadosamente acompanhados pelos elementos responsáveis, mas onde as dificuldades próprias do tipo político regional se reflectem na projecção pouco profunda das ideias nacionalistas”⁴¹.

³⁷ Cf. IANTT/AUN/caixa 188/maço 625

³⁸ Ofício confidencial do presidente da Comissão Provincial da UN no Estado da Índia Jerónimo Sócrates da Costa, datada de 1 de Maio de 1944; cf. IANTT/caixa 180/maço 612.

³⁹ Cf. “Relatório de Joaquim Mendes do Amaral...”, p. 20. Era presidente da Comissão Distrital da União Nacional [adiante PCDUN] de Leiria, Manuel Ribeiro Ferreira, o nome indicado na lista “Distritos” pelo distrito de Leiria – Sampaio Rio, presidente da Câmara Municipal de Leiria – fora riscado. O Governo Civil é assegurado por Mário de Vasconcelos.

⁴⁰ Cf. “Relatório de Joaquim Mendes do Amaral...”, p. 15. Era PCDUN de Bragança o coronel António José Teixeira. Na lista “Distritos” era indicado por Bragança o coronel Salvador Nunes Teixeira, junto de Águedo Oliveira e Maria dos Santos Guardiola. O governador civil era o Dr. Pedro Vicente de Moraes Campilho.

⁴¹ Cf. “Relatório de Joaquim Mendes do Amaral...”, p. 21-22. Era PCDUN de Santarém António Carlos Borges, coadjuvado por Artur Proença Duarte, ambos deputados desde 1934 e indicados na lista distrital. O governador civil era o Dr. Eugénio de Lemos.

Apesar dos louvores, as denúncias de mal-estar prosseguem, e o caso de Santarém pode ser relido em Aveiro, onde se reconhecia “um certo cansaço da política da Situação”⁴²; ou em Viseu, onde “a Comissão Distrital da UN é presidida desde há muitos anos pelo médico Dr. António de Melo Santos Pereira, que é de facto um dedicado nacionalista, mas com uma vida profissional intensa, que o inibe praticamente de dedicar tempo apreciável à vida política do distrito”⁴³.

Estes são os bons exemplos. Beja, Castelo Branco, Coimbra, Faro, Guarda, Portalegre e Vila Real não tinham qualquer organização. A Guarda “encontra-se praticamente sem comissão distrital desde há muitos anos”⁴⁴; Portalegre “encontra-se quase totalmente desprovida de organização das forças da Situação”⁴⁵; em Castelo Branco “também não existe praticamente desde há 9 anos [1937] Comissão Distrital”, e “fomos encontrar a política nacionalista do distrito fortemente perturbada por uma irritante divisão de elementos, que está longe de poder considerar-se sanada”⁴⁶. Beja “não tinha politicamente comissão distrital desde que, há anos, o Major Cortês Lobão pediu a demissão”⁴⁷; e em Faro “também não existia qualquer organização digna desse nome”⁴⁸, desde 1939. A situação repete-se em Coimbra, onde a “cidade

⁴² Cf. “Relatório de Joaquim Mendes do Amaral...”, p. 13-14. Era PCDUN de Aveiro Querubim Magalhães, deputado em 1934 e novamente em 1942. Indicados por Aveiro, na lista distrital, encontravam-se Marques Mano (que acumulava com as Colónias), João Neves e Pinto dos Reis. Querubim Magalhães apenas esteve referenciado na lista “novos deputados”, como alguém que da legislatura de 1934-1938 pudesse regressar à Câmara. É chamado para as substituições. O governador civil era José Almeida Azevedo.

⁴³ Cf. “Relatório de Joaquim Mendes do Amaral...”, p. 25-26. Era PCDUN de Viseu António de Melo Santos Pereira, não citado em nenhuma das listas por nós analisada. Indicados pelo distrito, e eleitos deputados, encontravam-se Joaquim Saldanha, Lopes Mateus, Acácio Mendes Ramalho e Augusto Mendes Moreira. António Abrantes Tavares era o governador civil.

⁴⁴ Cf. “Relatório de Joaquim Mendes do Amaral...”, p. 19-20. Não encontramos referência ao PCDUN de Guarda. Indicados na lista distrital da Guarda encontravam-se Dinis da Fonseca, o cônego Matos, Alçada Guimarães, José Cabral e Lopes da Fonseca. O governador civil do distrito é Cirne de Castro.

⁴⁵ Cf. “Relatório de Joaquim Mendes do Amaral...”, p. 20-21. “A Comissão Distrital dissolveu-se há seis anos [1940]”. Do que apurámos, António Raul Galiano Tavares demitiu-se, de facto, em Fevereiro de 1941, após contenda acerca da nomeação de novo governador civil. cf. IANTT/AUN/caixa 31/maço 211. Por Portalegre encontramos os nomes de Telo da Gama, Pires de Andrade e Manuel Joaquim da Conceição e Silva; Marques Teixeira é o governador civil.

⁴⁶ Cf. “Relatório de Joaquim Mendes do Amaral...”, p. 15-16; Não é totalmente correcta esta afirmação, porque encontramos o tenente-coronel Guedes da Silva a assumir a coordenação distrital da União Nacional em Outubro de 1942 e a participar com esse título na campanha eleitoral. Os nomes sugeridos na lista distrital foram os de Alexandre Veloso, José Ranito Baltasar e Alfredo Soares de Melo. António Maria Pinto Tabora é o governador civil do distrito.

⁴⁷ Cf. “Relatório de Joaquim Mendes do Amaral...”, p. 14. Era presidente da Comissão Distrital da União Nacional de Beja António Cortês Lobão, deputado desde 1934. Na lista distrital encontrava-se ainda Quirino Mealha. Magalhães Pessoa era o seu governador civil.

⁴⁸ Cf. “Relatório de Joaquim Mendes do Amaral...”, p. 18-19; são ainda detectados problemas graves internos. Não é verdade que em 1942 não havia comissão distrital, pois Miguel Galvão Presidente era apresentado como PCDUN em diversos actos de campanha eleitoral (em Dezembro de 1945 será João Emiliano Cruz de Mattos Parreira, após recusa de José Correia do Nascimento – aliás, posteriormente muito crítico do processo de escolha em 1945 dos deputados por Faro; cf. IANTT/maço 50-A/NT 19,

universitária encontra-se há dez anos [1936] sem organização política nacionalista”⁴⁹, e em Vila Real, que se encontra “sem presidente há muitos anos”, e onde a “política da UN no distrito estava, pois, praticamente dependente, (...) da maior ou menor afeição do governador civil pela União Nacional”⁵⁰.

Na realidade, estas denúncias não correspondiam a uma situação *de facto*, pois a maioria das comissões distritais têm presidente assumido e são chamadas à participação na campanha eleitoral de Outubro 1942, recebendo inclusivamente recursos para o efeito, como veremos adiante neste capítulo. Entendemos, por isso, que o relatório de Joaquim do Amaral possa sofrer de algum exagero e que na realidade tenham existido comissões distritais pouco activas, sem estruturas completas ou mobilizadas apenas por um punhado de figuras locais; mas a nossa investigação não aponta para um cenário onde – em Novembro de 1942 – existissem comissões distritais sem titulares.

Por fim, e em situação intermédia, encontravam-se os distritos de Évora, Braga, Setúbal e Viana do Castelo. Évora, sob presidência de João Xavier Camarate de Campos, apresentava um “reduzidíssimo número de filiados” e muitos problemas em Vila Viçosa e Estremoz⁵¹; Braga relata uma situação “francamente deficiente” e conflituosa⁵² e de Setúbal reconhecia-se que “quem conhece a percentagem do operariado industrial na população do distrito, pode avaliar da dificuldade de penetração das ideias nacionalistas e de ordeiro sentido revolucionário na massa desta população, sobretudo na parte norte do distrito”⁵³. Por fim, Viana do Castelo, presidida por João Espregueira Rocha Páris, deputado e presidente da Câmara Municipal de Viana do

749-750). São indicados na lista de “Distritos”, e eleitos deputados Sebastião Ramires e Joaquim Arnaut Pombeiro. O governador civil era o major Monteiro Leite.

⁴⁹ Cf. “Relatório de Joaquim Mendes do Amaral...”, p. 17, não encontramos PCDUN em Coimbra (em 1945 é Moura Relvas, deputado em 1934, 1938 e 1945-1953). São indicados na lista “Distritos”, e eleitos deputados Alberto dos Reis, Ulisses Cortês e João Ameal. Coimbra assiste à nomeação de um governador civil a 8 de Outubro, sendo nomeado Augusto Braga Castro Soares (referido na lista de Aveiro).

⁵⁰ Cf. “Relatório de Joaquim Mendes do Amaral...”, p. 24-25. Num distrito dominado pelo seu governador civil, era presidente da Comissão Distrital da União Nacional de Vila Real Sebastião José Claro da Fonseca, nomeado em Junho de 1942, em substituição de Pedro Vicente de Morais Campilho, em trânsito para o Governo Civil de Bragança (IANTT/AUN/caixa 47/maço 135, p. 522). São indicados na lista “Distritos”, patrocinados pelo governador civil, Assis Gonçalves, Amândio de Figueiredo e José Clemente Fernandes, ambos só deputados em 1942.

⁵¹ Cf. “Relatório de Joaquim Mendes do Amaral...”, p. 17-18. Era presidente da Comissão Distrital da União Nacional de Évora João Xavier Camarate de Campos, deputado desde 1934, e sugerido, com Bartolomeu Gromicho e João Mexia, pelo distrito. O Governo Civil está entregue a Hipólito Fernandes Alvares.

⁵² Cf. “Relatório de Joaquim Mendes do Amaral...”, p. 14-15. São detectados atritos entre o governador civil e a União Nacional. Era PCDUN de Braga Francisco Araújo Malheiro, presidente da Câmara Municipal de Braga, nome não sugerido em nenhuma lista. Pelo distrito são sugeridos, e eleitos, Alberto Cruz, José Rodrigues Sá Abreu e Francisco Fernandes Prieto. Mais tarde é acrescentado José Maria Braga da Cruz. O governador civil de Braga é o Dr. José de Oliveira.

⁵³ Cf. “Relatório de Joaquim Mendes do Amaral...”, p. 22-23. Era PCDUN de Setúbal Henrique Chancerle de Machete (em 1944 é Eduardo Bogarim Correia Guedes), cujo nome não é apontado como deputado. São sugeridos no distrito Luís de Arriaga Linhares (também indicado, mas riscado, nos Açores) e Salvação Barreto. A liderança do distrito era assumida por Mário de Gusmão Madeira.

Castelo, permite “acumulações (...) se não são estatutariamente incompatíveis, tornam praticamente inoperante acção dos respectivos titulares...”⁵⁴.

Lisboa e Porto são tratadas de forma isolada⁵⁵. Seria de esperar que, por terem “populações com menor percentagens de analfabetos, com maior coeficiente de educação cívica e categoria social” e “tendo ao seu alcance o máximo de elementos de informação e de documentação”, apresentassem um panorama diferente. Mas este não difere da generalidade apresentada⁵⁶. As fracas percentagens de filiados em relação às respectivas populações eleitorais “são verdadeiros e autênticos índices de falta de acção e proselitismo político exercido pela União Nacional”⁵⁷. No entanto, os números compilados não comprovam a afirmação, como se depreende da tabela 10, que analisaremos adiante.

Nas ilhas e nas colónias o tom afinava pelo mesmo diapasão. As colónias estavam na sua maioria com instalações recentes, com pouca experiência activa e praticamente desprovidas de recursos humanos, logísticos e financeiros⁵⁸, como o comprova

⁵⁴ Cf. “Relatório de Joaquim Mendes do Amaral...”, p. 23-24. Era PCDUN de Viana do Castelo João Espregueira Rocha Páris deputado em 1942. Com Pacheco de Amorim, que recusaria, e Silva Dias serão os nomes indicados no distrito. o governador civil do Distrito era Rogério Ferreira.

⁵⁵ O PCDUN de Lisboa era Mário Caes Esteves, simultaneamente director-geral de Administração Política e Civil do Ministério do Interior. Sílvio Belfort Cerqueira era o presidente da Comissão Concelhia, e Formosinho Sanches o seu vice-presidente. Os nomes indicados pela lista dos distritos foram os de Melo Machado, João do Amaral, Araújo Correia, Linhares de Lima, António de Almeida, Manuel Rodrigues, Amorim Ferreira, Soares da Fonseca, João Ameal (também por Coimbra), Manuel Múrias, Rui da Cunha e Rodrigues Carvalheiro. Cancela de Abreu, Garcia Pulido e Pinto Coelho recusariam; e Mário de Albuquerque seria convidado nas substituições. A Comissão Distrital do Porto era liderada por João Antunes Guimarães, deputado desde 1934. A Comissão Distrital apresentava, na remodelação de 1943, António Pinto de Mesquita (indicado em Lisboa e que recusaria o convite) como vice-presidente, José Nosolini, coronel Almeida Valente, António Russel de Sousa, Albano de Magalhães e Luís de Pina. José Nosolini era ainda presidente da Comissão Concelhia do Porto, onde contava com Sá Carneiro como vogal. Lembramos que indicados pelo distrito do Porto foram Nosolini, Luís de Pina, Sá Carneiro, Ângelo César, Marques de Carvalho, Jorge Ferreira, Antunes Guimarães e Joaquim Quelhas de Lima. O governador civil era António Augusto Pires de Lima.

⁵⁶ Cf. “Relatório de Joaquim Mendes do Amaral...”, p. 27.

⁵⁷ *Idem, ibidem*.

⁵⁸ A Comissão das Colónias era liderada pelo general Eduardo Marques. A Comissão de Moçambique tinha a presidência de Luis Metrass Moreira de Almeida, deputado em 1934 e 1938; Angola era liderada pelo dr. Augusto Pereira Brandão (que não aparece nas listas) substituído a meio de Setembro de 1942 pelo doutor Moura Carvalho, deputado em 1938 e 1942; Cabo Verde era dirigida por Adriano Duarte Silva, deputado de 1945 a 1957, mas cujo nome não é contemplado em 1942. Na Guiné, António Cruz Barbosa foi convidado a assumir o cargo, mas declinou, estando a Comissão sem presidente no Outono de 1942. Não encontramos o nome do presidente da Comissão de São Tomé e Príncipe. A Comissão de Timor era liderada pelo capitão Manuel Nascimento Vieira, a de Macau por António Augusto de Miranda, e a Comissão Provincial da Índia Portuguesa por Jerónimo Sócrates da Costa; todos nomes não constantes das listas. Os nomes indicados para as Colónias, relembramos, foram os de Carlos Moura Carvalho (Angola), Bicudo de Medeiros (Moçambique, pois era presidente da Distrital de Quelimane e Provincial do Zambeze), Marques Mano (Moçambique e também indicado em Aveiro), Júlio César Andrade Freire (acrescentado à mão por Salazar, São Tomé e Príncipe) e António Almeida (Angola). Foram ainda avançados os nomes de António Aguiar, deputado em 1934 e 1938, vogal do BNU, com ligações a Angola e Moçambique; António Aires, médico veterinário com trabalho em Angola e

o relatório confidencial do Ministério das Colónias, de 1945, relatando que “um dos grandes males da União Nacional é ter [nas colónias] as comissões preenchidas quasi só com funcionários que, em regra, se deslocam com frequência. Se o Dr. Costa Monteiro for transferido para Macau vagará a presidência da comissão de Quelimane (...)”⁵⁹, o que só confirma o que indicámos anteriormente na análise da correspondência oficial entre diversas comissões coloniais e a Comissão de Colónias. Nas ilhas a situação não era homogénea. A Horta apresentava um número muito significativo de filiados no Partido Único⁶⁰, assim como Angra do Heroísmo⁶¹, contrariamente ao que se passava em Ponta Delgada⁶² e no Funchal, apesar de, na opinião de Joaquim Mendes do Amaral, a situação neste distrito ter melhorado substancialmente depois da reorganização de 1943, sob a presidência de Favila Vieira⁶³.

Em suma, confirmamos no relatório de 1946 os factos dispersos apurados na diversa correspondência oficial analisada produzida no início dos anos 40. O relatório, por se pretender sintético e de análise dura, pretende essencialmente relançar a União Nacional no período do pós-guerra, dotando o Partido Único de meios e recursos que lhe permitissem assumir um papel de (algum) relevo na vida política do campo da situação.

A vitalidade da União Nacional em 1942: o número dos seus filiados em perspectiva comparada

A análise à tabela 10 confirma que, de facto, em 1942 o Partido Único não se encontrava num estado de vitalidade que permitisse a atracção de novos filiados; antes pelo contrário. Comparando os anos entre 1936 e 1942, verificamos que o último é, de longe, o que menos filiados consegue inscrever (apenas 895, bem distantes dos 6549 de 1938). A situação é particularmente grave nas ilhas – que perdem filiados em três dos quatro distritos –, e nas colónias, que perdem militantes

Moçambique; Gonçalo Cabral, procurador à Câmara Corporativa em 1942-1945, militar com ligações ao Estado Português da Índia (acrescentado à mão por Salazar); Teófilo Duarte, deputado de 1945 a 1961 por Timor, militar. Também foram indicados os nomes de Marino da Fonseca; Nunes de Oliveira e Jerónimo Carneiro (acrescentados por Salazar), dos quais não dispomos de informação biográfica.

⁵⁹ Relato confidencial, cf. IANTT/AUN/caixa 183/maço 618, p. 332-334

⁶⁰ Não encontrámos o nome do presidente da Comissão Distrital da Horta. Linhares de Lima foi o nome indicado pelo distrito. Gomes Belo era o governador civil substituto.

⁶¹ Não encontrámos o nome do presidente da Comissão Distrital de Angra do Heroísmo. Os nomes indicados pelo distrito foram os de Cândido Pamplona Forjaz e Fernando Borges Júnior. O governador civil era Pestana da Silva.

⁶² A Comissão Distrital de Ponta Delgada era presidida por Artur de Moraes Bettencourt, nome que aparece ligado a uma possível candidatura pelo distrito; que acaba por indicar Amorim Ferreira e Hintze Ribeiro. Os nomes de António Alves de Oliveira e José Gago da Câmara, sugeridos directamente pelo presidente da Comissão Distrital, não tiveram algum impacto nas listas por nós analisadas. O governador civil é Rafael Sérgio Vieira.

⁶³ São indicados Juvenal Araújo, Favila Vieira e Luís Vieira de Castro. Ver “Relatório de Joaquim Mendes do Amaral...”, p. 26-27.

em Angola, Cabo Verde, Macau e Moçambique. No continente, somente Aveiro e Portalegre vêem os seus números absolutos baixarem, enquanto que a grande maioria dos outros distritos apenas regista aumentos residuais de novos membros.

Surpreende também o escasso número absoluto de inscritos em alguns distritos, como Évora (886), Ponta Delgada (94), Timor (5) e Moçambique (354); cenário que nos apresenta uma União Nacional desequilibrada, sem cobertura nacional solidificada e muito inconstante nas colónias, lembrando que o período de grande expansão do partido do regime havia sido o do seu arranque⁶⁴ entre 1932 e 1936. O período da guerra, à excepção das colónias, é onde se verifica um menor número de novos associados, apresentando, em alguns casos, um decréscimo dos filiados no Partido. Em todo o caso, a média final de Portugal continental, ilhas e colónias coloca-nos perante um cenário em que um em cada cinco votantes, que a 1 de Novembro de 1942 depositava o seu voto numa urna, era membro encartado da União Nacional. No Funchal e em Macau era um em cada três, e na Horta um em cada dois. Macau era mesmo um caso de sucesso, como aliás reconhecido pelo presidente da sua Comissão Executiva, Artur de Almeida Carneiro, que se vangloriava, em 1945, de ter multiplicado os votos para as eleições de deputados, passando “das três centenas” em 1938 para “a casa dos milhares”, em 1942; resultado que se devia “à organização cuidada do recenseamento eleitoral e a um trabalho intenso de propaganda” levado a cabo pela União Nacional local⁶⁵ (trabalho essencialmente efectuado durante o ano de 1940, quando o número de filiados na UN local sobe de 1 para 351, como o comprova a tabela 10).

Também da análise à tabela 10 se depreende que a captação de novos membros para o Partido Único é bastante fraca e distante da verificada nos primeiros anos do regime, e longe iam os tempos de verdadeiro arrebanhamento de novos filiados, recrutando-se tanto os “cidadãos que representem lugares de confiança do Estado Novo”, como os “Presidentes, vogais e funcionários das comissões administrativas, juntas de freguesia, misericórdias, etc. e também das autoridades administrativas, direcções das colectividades económicas, científicas e recreativas e demais entidades que, por omissão involuntária, não tenham sido referidas”⁶⁶.

Para o ano de 1942, ano de duas eleições – e onde se poderia esperar uma maior activação da militância partidária –, a inscrição de novos militantes é residual. Doze distritos de Portugal continental registam aumentos inferiores a dez novos membros. Lisboa inscreve mais 40 militantes, e o Porto mais 79. Santarém é o distrito onde a mobilização é mais acentuada, imprimindo mais 109 cartões de pertença no Partido; números que indicam que a União Nacional, em 1942, não está

⁶⁴ E haveria de ser depois o de 1950-1951, por alturas do III Congresso, cf. IANTT/AUN/NT 1071 e Manuel Braga da Cruz, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, p. 128-129.

⁶⁵ Ver acta n.º 41 da Comissão Executiva da União Nacional de Macau, de 25 de Fevereiro de 1945; cf. IANTT AUN/caixa 1015/maço 7.

⁶⁶ Ofício de 1933, onde era solicitado aos presidentes das comissões concelhias da União Nacional que se inscrevessem no Partido novos filiados. Ver ofício do presidente da Comissão Nacional de Lisboa da União Nacional ao presidente da Comissão Municipal de Arruda dos Vinhos, datado de 18 de Junho de 1933; cf. IANTT/AUN/caixa 26/maço 91.

num momento de expansão, mas antes em refluxo. Do que podemos concluir que o regime não sente a necessidade de transformar o ano eleitoral de 1942 num momento de grande mobilização partidária e fomentar um número elevado de novas inscrições⁶⁷. No entanto, é também necessário ter em atenção que, perante algumas percentagens de eleitores titulares do cartão do Partido Único (como Vila Real, Viseu, Bragança, Castelo Branco, Guarda ou Coimbra), o regime poderia considerar suficiente e aceitável o nível de militância existente e entender que novas campanhas de adesão sejam desnecessárias e um gasto não justificável de recursos.

Já a correlação do número de militantes do Partido Único em cada distrito com o número de eleitores oficialmente registados nos cadernos eleitorais e com os votos oficiais (tabela 11), permite apurar a relação entre eleitores e membros da União Nacional, repetindo, aliás, a avaliação que a própria União Nacional promovia após os processos eleitorais⁶⁸. Assim, e considerando que todos os membros da União Nacional seriam também eleitores, a análise à correlação entre o número de inscritos no Partido Único e a população eleitora e votante verifica que quase 20% dos votantes eram membros da União Nacional, variando este número entre os 0,5% de Ponta Delgada e os 45% da Horta. Em Portugal continental encontramos pouco apoio no Sul (Faro, Beja, Évora, Portalegre e Setúbal), onde só em Portalegre se encontra dentro da média nacional; e um forte bastião no Norte Interior (Guarda, Vila Real, Bragança e Viseu). Nas ilhas, a média geral é superior à do continente, pressupondo uma militância mais activa ou um trabalho mais eficaz por parte das suas elites locais, apesar dos resultados parciais serem bastante desnivelados (nomeadamente quando comparando a Horta e Ponta Delgada); enquanto as colónias também apresentam valores muito extremados, variando dos 5 militantes de Timor (0,2% do eleitorado) para os 36,2% de Macau (354 filiados em 1002 eleitores). Uma leitura de conjunto permite concluir que a influência da União Nacional é disseminada de forma desequilibrada pelo território nacional e ultramarino, encontrando-se no País uma grande amplitude de resultados.

A comparação com os dados que dispomos para 1945 permite verificar que estas médias se mantêm, apesar de todos os distritos descerem as suas percentagens ligeiramente. Assim, são os distritos da Guarda, Vila Real, Viseu e Coimbra que apresentam os melhores números de cobertura, todos exemplos onde pelo menos um quarto dos votos depositados pode ser relacionado com um filiado da União Nacional; em Bragança é um quinto. Com percentagens mais baixas, entre os 10 e os 20%, estão Portalegre, Faro, Viana do Castelo, Santarém e Lisboa; e, por fim, os distritos de Évora e Setúbal encontram-se em terreno onde o número de eleitores encartados na UN é residual (com destaque para o distrito alentejano, onde apenas 4% dos eleitores são simultaneamente membros do Partido Único).

⁶⁷ Como tinha feito, por exemplo, em 1934; ou como fará em 1945. Ver Manuel Braga da Cruz, *O Partido e o Estado no Salazarismo...*

⁶⁸ Como o comprova os apontamentos à margem colocados no relatório eleitoral de 1945, onde associado às percentagens de votos obtidas encontra-se a percentagem de filiados na UN. Cf. IANTT/AUN/maço 834/NT 295.

Tabela 10 – Número de filiados na União Nacional 1936-1942⁶⁹

Distrito	Número de Filiados				
	1936	1937		1938	
	Total	Total	Novos	Total	Novos
Aveiro	4123	4431	308	4552	131
Beja	1757	1958	201	1949	0
Braga	5101	5139	38	5231	92
Bragança	4722	4755	33	4749	4
Castelo Branco	4649	5507	858	5730	223
Coimbra	10 117	13 788	3671	14 223	445
Évora	802	807	5	837	31
Faro	4733	5242	509	5352	110
Guarda	9094	9517	423	9535	18
Leiria	3835	3948	113	4066	118
Lisboa	18 620	20 714	2094	21 616	902
Portalegre	2452	2575	123	2867	292
Porto	15 431	16 361	930	17 559	1198
Santarém	7429	7375	128	7437	62
Setúbal	2016	2519	503	2622	103
Viana do Castelo	3699	3943	244	4029	86
Vila Real	7274	7370	69	7405	32
Viseu	7913	9113	1200	9723	610
Total Continente	11 3585	125 062	11 477	129 513	4460
Angra do Heroísmo	2433	2450	17	2451	1
Funchal	2631	2665	304	2830	165
Horta	3751	3751	0	3751	0
Ponta Delgada	14	20	6	23	0
Total Ilhas	8559	8886	327	9055	3
Angola	21	1000	979	1298	298
Cabo Verde	13	15	2	16	1
Guiné	19	20	1	19	0
Índia	9	7	0	7	0
Macau	1	1	0	1	0
Moçambique	1219	1219	0	1157	0
S. Tomé Príncipe	4	4	0	4	0
Timor	1	1	0	2	1
Total Colónias	1285	2267	982	2504	300
Estrangeiro	9	12	2	16	4
Total Nacional	12 3438	136 227	4933	141 088	6549

Nota: a sombreado os anos em que se verifica diminuição do número de inscritos na União Nacional, por distritos.

⁶⁹ Fonte IANTT/AUN/NT 1071.

	1939		1940		1941		1942	
	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos
	4597	35	4596	0	4618	25	4616	2
	2123	174	2150	27	2150	5	2160	9
	6335	1104	6393	58	6411	23	6416	18
	4755	0	4771	16	4921	148	4993	72
	5775	45	5780	5	5812	36	5821	6
	14 372	139	14 481	109	14 483	7	14 485	4
	858	20	865	7	872	3	886	4
	5439	87	5483	44	5517	32	5527	8
	9665	130	9664	0	9686	27	9694	8
	4231	148	4283	69	4310	26	4311	2
	21 983	367	22 647	664	22 871	547	22 947	40
	2917	50	3598	681	3617	22	3614	4
	18 165	606	18 362	197	18 587	233	18668	79
	7464	27	7482	18	7525	39	7604	102
	2845	223	3354	509	3482	130	3560	91
	4618	589	4697	79	4827	154	4829	4
	7405	0	7403	0	7406	1	7438	1
	10 301	578	10 475	174	10 518	44	10526	17
	133 831	4322	136 484	2656	137 613	1503	138 093	455
	2448	0	2455	7	2461	4	2453	0
	3002	172	3004	2	4477	1471	4402	0
	2750	0	3752	2	3950	0	3751	0
	23	0	23	0	59	1	94	28
	9223	172	9234	11	10 747	1476	10 700	28
	2058	760	2583	525	2724	145	2720	6
	148	132	658	510	669	11	668	0
	243	224	254	11	261	13	262	0
	9	2	20	11	20	0	186	166
	1	0	351	350	356	6	354	0
	1747	590	1713	0	1775	39	1546	250
	344	340	343	0	345	5	347	0
	2	0	4	2	5	0	5	0
	4552	2048	5926	1409	6155	219	6088	422
	23	7	24	1	30		32	
	147 629	6549	151 668	4078	154 545	3198	154 913	895

Tabela 11 – Rácio eleitores/membros da União Nacional (1942)

Distrito	Inscritos UN	Resultados eleitorais 1942			
	em 31 Dez	Eleitores	%	Votantes	%
Aveiro	4616	61 142	7,5	53 342	8,6
Beja	2160	21 217	10	19 327	11,1
Braga	6416	49 326	13	43 287	14,8
Bragança	4993	24 951	20	22 432	22,2
Castelo Branco	5821	30 858	18,8	28 244	20,6
Coimbra	14 485	57 073	25	51 371	28,1
Évora	886	19 348	4,5	17 157	5,4
Faro	5527	35 102	15,7	30 847	17,9
Guarda	9699	30 211	32,1	27 494	35
Leiria	4311	49 836	8,6	46 175	9,2
Lisboa	22 947	168 730	13,5	130 120	17,6
Portalegre	3614	195 55	18,4	18 029	20
Porto	18 668	1022 06	18,2	88 557	21
Santarém	7604	57 650	13,1	50 459	15
Setúbal	3560	34 039	10,3	29 145	12,2
Viana do Castelo	4829	30 252	15,9	27 789	17,3
Vila Real	7438	28 267	26,3	25 472	29,2
Viseu	10 526	47 775	22	41 774	25,1
Total Continente	138 093	867 538	15,9	751 021	18,3
Funchal	4402	s.i.	s.i.	14 313	30
Ponta Delgada	94	s.i.	s.i.	13 789	0,6
Angra do Heroísmo	2453	s.i.	s.i.	11 274	21,7
Horta	3751	s.i.	s.i.	8.317	45
Total Ilhas	10 700			47 693	22,4
Total Continente e Ilhas	148 793			798 714	18,6
Cabo Verde	668	s.i.	s.i.	18 179	3,8
São Tomé	347	2730	9,5	2298	11,4
Angola	2720	22 743	11,9	30 607	8,8
Moçambique	354			s.i.	
Guiné	262	1300	20	1100	23,8
Índia	186	s.i.			
Macau	354	s.i.		1002	36,2
Timor	5	2339	0,2	1867	0,2
Total Colónias	6088	29 112		54 911	11
Total Nacional	154 913	893 659		853 625	

Nota: as percentagens referem-se ao rácio eleitores/membros da União Nacional e votantes/membros da União Nacional, respectivamente.

Em todo o caso, parece-nos evidente que o estado da União Nacional em 1942 não era famoso, como foi possível verificar na análise ao relatório de síntese elaborado por Joaquim Mendes do Amaral em 1946 e na leitura da diversa documentação trocada entre as diferentes estruturas do Partido e do Estado, que consultámos. Esta situação reflectir-se-á no terreno e terá algumas repercussões no andamento da campanha eleitoral, nomeadamente ao nível local. Em todo o caso, e conforme se depreende da análise às tabelas 10 e 11, e mesmo mal organizado, o Partido Único garantia cerca de um quinto do eleitorado votante, com os seus 154 913 membros, dado por si só bastante significativo.

5.3. Os recursos da campanha e a máquina de propaganda

Com a organização do acto eleitoral de 1 de Novembro de 1942, o Ministério do Interior gastaria, directamente com as estruturas do Partido, 280 000\$00⁷⁰. Gastara 112 000\$00 com as eleições presidenciais de Fevereiro de 1942⁷¹ e previra despende 1 000 000\$00 com a visita do Presidente da República aos Açores, em 1941⁷². O orçamento para as eleições administrativas de 1945 será de 860 000\$00⁷³,

⁷⁰ Identificados como “outros encargos/gastos confidenciais ou reservados/publicidade e propaganda”. Cf. IANTT/AMI/maço 561/caixa 119/NT 438.

⁷¹ Cf. IANTT/AMI/maço 561/caixa 119/NT 438.

⁷² Na realidade sobraram 27 332\$00, pois os gastos discriminados indicavam que foram dispendidos (1) 480 000\$00 em despesas de viagem, estadia e representação do Chefe de Estado, ministros, governadores civis e “mais pessoas do séquito”; (2) 468 035\$10 no transporte por mar; e (3) 24 614\$90 noutras despesas de viagem “devidamente justificadas; cf. IANTT/AMI/maço 562/caixa 120/NT 439. Esta visita tornou-se num grande esforço de propaganda, interna e externa. A reportagem da época anunciava a visita do Chefe de Estado Português a um dos seus domínios, com a maior tranquilidade, enquanto o mundo se dilacerava numa fratricida guerra total. Na viagem de regresso dos Açores, é noticiada a saudação a uma frota inglesa, a quem saúda; e simulado, em prol do cumprimento da posição de neutralidade no conflito, um encontro com uma esquadrilha de aviões bombardeiros alemães (é uma tosca montagem onde a silhueta recortada de aviões é inserida na imagem). Ver *Jornal Português*, n.º 29.

⁷³ O orçamento para as eleições era assim discriminado: subsídios às comissões distritais para deslocação a Lisboa, 30 000\$00, subsídios às comissões distritais para deslocação dos seus membros às capitais de distrito, 36 000\$00; II – Propaganda eleitoral: Comissão Concelhia do Porto para despesas da sessão com Comissão Central, 25 000\$00; sessão no Coliseu dos Recreios, 30 000\$00; quatro primeiras conferências no Teatro D. Maria II, 8 000\$00; subsídio às comissões distritais de Braga, Coimbra, Setúbal e Évora para sessões, 24 000\$00; subsídio a conceder às comissões distritais, 154 000\$00; gabinete de imprensa, 9 000\$00; edições de cartazes ilustrados e outros manifestos e placards, 80 000\$00; III – despesas com os actos eleitorais: edição dos boletins de voto e despesas de envelopes, endereços e portes do correio para a sua distribuição, 20 000\$99; Edição dos boletins de voto para as eleições de deputados, sua embalagem e expedição para todo o País e despesas de envelopes, endereços e portes do correio para a sua distribuição aos eleitores de Lisboa, 140 000\$00; subsídio a conceder às comissões distritais para trans-

e de 1 600 000\$00 para as grandes manifestações de apoio ao regime organizadas a 18 de Maio para celebrar o final da guerra, num processo de mobilização e arregimentação nacional de grande envergadura e intensidade⁷⁴. Os gastos totais em propaganda sob a responsabilidade do SPN, para 1942, foram de 450 000\$00, o que não quer necessariamente dizer que esse dinheiro fora todo dispendido em material de campanha⁷⁵.

Como vimos, à União Nacional, para as eleições legislativas de Novembro de 1942, foi entregue um subsídio directo do Ministério do Interior de 280 000\$00, para usufruto das suas comissões distritais⁷⁶. Cada estrutura recebia-o “divididos em três verbas diferentes (...): Verba A, correspondente à importância de 250\$00 a distribuir a cada Comissão Concelhia, com excepção da Comissão do concelho da sede do distrito; Verba B, (...) atribuída a cada Comissão Distrital na base de Esc. 200\$00 por concelho (...); Verba C, destina-se (...) às despesas das Comissões Concelhias das sedes dos distritos e às respectivas comissões Distritais”⁷⁷; valores abaixo aos de 1934 e iguais aos de 1938⁷⁸.

portes, telegramas e telefonemas, etc, 198 000\$00; IV – Despesas diversas: subsídio extraordinário a jornais, 70 000\$00; despesas imprevistas, 36 000\$00. Total final – 860 000\$00. Cf. IANTT/AUN/caixa 382/maço 293. Este orçamento desmente uma outra informação que relata ter sido o subsídio para as eleições administrativas de 1945 de 268 989\$60. A mesma fonte situa para as eleições administrativas de 1950 gastos de 260 000\$00 e em 1954 de 246 678\$60. Nas legislativas de 1949, foram gastos 1 500 000\$00, e nas de 1953, 2 000 000\$00. A eleição presidencial de 1949 contou com um subsídio de 3 266 344\$40; cf. IANTT/AUN/caixa 623/maço 1558.

⁷⁴ Assim distribuídos: I – Transportes: comboios extraordinários organizados pela CP – 900 000\$00, Custos de passagens em comboios ordinários – 120 000\$00, Fretagem de barcos – 10 000\$00, custos de passagens e aluguer de camionetas – 150 000\$00 (total – 1 180 000\$00); II – Hospedagem e comedorias de alguns componentes das delegações distritais (trabalhadores, estudantes) – 60 000\$00; III – Ornatações, instalação de bancadas (mão de obra e fretes), morteiros e foguetes, banda de música, bandeirinhas de papel, etc. – 90 000\$00; IV – Publicação de folheto de grande tiragem – 60 000\$00; V – Material de expediente, impressos, telegramas, telefonemas, cartões de convite, bilhetes para os comboios e vapores extraordinários, etc. – 20 000\$00; Imprevistos – 190 000\$00; cf. IANTT/AUN/NT 379/maço 284/pastas 1-8.

⁷⁵ Cf. IANTT/ASP – SNI/NT 2622.

⁷⁶ Cf. Ofício n.º 4850, da Secretaria-Geral da União Nacional para o chefe de gabinete do ministro do Interior, datado de 12 Novembro de 1942: “Para os devidos efeitos declaro que me foi entregue por V Exma a quantia de 280 000\$00 importância do subsídio extraordinário concedido à UN para liquidação das despesas efectuadas com a Eleição de Deputados à Assembleia Nacional ...”. Cf. IANTT/AMI/caixa 81/NT 400/maço 5234. Este subsídio não contemplava o duodécimo de 150 000\$00 com que o partido do regime habitualmente contava; cf. IANTT/AMI/caixa 81/NT 400/maço 5234 (por exemplo, a Comissão Distrital do Porto beneficiava de 1 000\$00/mês; cf. IANTT/AUN/NT 368/maço 231).

⁷⁷ Ofício da Secretaria-geral da União Nacional às comissões distritais. Ver, para Ponta Delgada, Arquivo UN/NT 56/maço 165; Vila Real, IANTT/AMI/caixa 47/maço 145; Porto, IANTT/AMI/caixa 34/maço 195-A; Guarda, IANTT/AMI/caixa 372/maço 242; Aveiro e Braga, IANTT/AMI/NT 9/maço 23; Setúbal, IANTT/AMI/caixa 22/maço 155-A; Viseu, IANTT/AMI/NT 50/maço 205-A; Bragança, IANTT/AMI/caixa 369/maço 234; Castelo Branco, IANTT/AMI/caixa 373/maço 244; Santarém, IANTT/AMI/caixa 370/maço 237; Portalegre, IANTT/AMI/caixa 31/maço 211; Leiria, IANTT/AMI/caixa 23/maço 169.

⁷⁸ Em 1934, as concelhias da União Nacional recebiam da Comissão de Propaganda da União Nacional 500\$00 para a campanha eleitoral de 1938. Ver, a título de exemplo, as Comissões Concelhias de Satam

Tabela 12 – Subsídio às comissões distritais da União Nacional (1942 e 1945)

Distrito	Subsídio 1942				1945
	Verba A	Verba B	Verba C	Total	
Aveiro	4500\$00	3600\$00	3000\$00	11 100\$00	15 000\$00
Beja	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	10 000\$00
Braga	3000\$00	2400\$00	1500\$00	6900\$00	12 000\$00
Bragança	2750\$00	2200\$00	1500\$00	6450\$00	10 000\$00
Castelo Branco	2500\$00	2000\$00	1500\$00	6000\$00	10 000\$00
Coimbra	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	15 000\$00
Évora	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	10 000\$00
Faro	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	10 000\$00
Guarda	3250\$00	2600\$00	1500\$00	7350\$00	10 000\$00
Leiria	3750\$00	3000\$00	1500\$00	8250\$00	15 000\$00
Lisboa	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	36 989\$60
Portalegre	3500\$00	2800\$00	1500\$00	7800\$00	10 000\$00
Porto	4000\$00	3200\$00	12 000\$00	19 200\$00	45 000\$00
Santarém	4750\$00	3800\$00	3000\$00	11 550\$00	15 000\$00
Setúbal	3000\$00	2400\$00	1500\$00	6900\$00	10 000\$00
Viana do Castelo	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	10 000\$00
Vila Real	3250\$00	2600\$00	1500\$00	7350\$00	10 000\$00
Viseu	5750\$00	4600\$00	3000\$00	13 350\$00	15 000\$00
Total Continente	440 00\$00	352 00\$00	3300\$00	112 200\$00	268 989\$60
Funchal	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.
Ponta Delgada	1500\$00	1200\$00	1500\$00	4200\$00	s.i.
Angra do Heroísmo	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.
Horta	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.
Total Ilhas	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.
Cabo Verde	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.
São Tomé	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.
Angola	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.
Moçambique	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.

(Continua)

(IANTT/AUN/caixa 53/maço 150); Alcanena (IANTT/AUN/caixa 39/maço 114-A); Vila do Bispo (IANTT/AUN/caixa 21/maço 57-A); Lagoa (IANTT/AUN/caixa 20/maço 53-A); ou Idanha-a-Nova (IANTT/AUN/caixa 13/maço 32). Para as eleições de 1938 o valor de referência varia entre os 250\$00 recebidos pela Comissão Concelhia da Azambuja, (IANTT/AUN/caixa 26/maço 91-A) e os 300\$00 entregues à Comissão Concelhia do Fundão (IANTT/AUN/NT 13/maço 31-A).

Distrito	Subsídio 1942				1945
	Verba A	Verba B	Verba C	Total	
Guiné	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.
Índia	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.
Macau	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.
Timor	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.
Total Colónias	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.
Total Nacional	s.i.	s.i.	s.i.	280 000\$00	860 000\$00 (Setembro 1945)

Segundo os dados de que dispomos, a média nacional rondaria os 9 350\$00 por distrito, oscilando entre os 19 200\$00 da Comissão Distrital do Porto e os 6 450\$00 de Bragança⁷⁹; em todo o caso bem longe dos quase 15 000\$00 de média para as eleições administrativas de 1945. As verbas A e B eram fixas, e variavam consoante o número de concelhos do distrito, no que podemos definir como uma atribuição segundo carácter geográfico e populacional. A verba C era destinada à comissão distrital e respectiva concelhia da sede de distrito, e variava segundo considerações subjectivas e políticas. As informações de que dispomos sobre o tópico parecem sugerir um nivelamento geral em três categorias, havendo sedes distritais que receberam 1 500\$00, outras 3 000\$00 e, finalmente, os 12 000\$00 do Porto⁸⁰. Infelizmente, não nos foi possível apurar as verbas distribuídas a Lisboa, mas relativamente às eleições de 1938 conseguimos aferir que a Concelhia de Lisboa recebera 24 042\$00 relativamente a despesas eleitorais⁸¹.

Esta verba convém ser matizada e comparada com alguns exemplos. Estamos a falar de 250\$00 para cada concelhia, o que se apresenta, em nossa opinião, mani-

⁷⁹ Se contabilizarmos Ponta Delgada a média desce para os 9000\$00. Não temos dados para as colónias, Funchal, Angra do Heroísmo e Horta; Beja, Coimbra, Évora, Faro, Lisboa e Viana do Castelo.

⁸⁰ Braga, Bragança, Castelo Branco, Guarda Leiria, Portalegre, Setúbal, Vila Real e Ponta Delgada receberam 1500\$00; Aveiro, Santarém e Viseu receberam 3000\$00. Esta suposição é confirmada com a comparação com as Eleições Administrativas de 1945, que também estabelece três níveis de escalonamento: 10 000\$00 (Beja, Bragança, Castelo Branco, Évora, Faro, Guarda, Portalegre, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real); 15 000\$00 (Aveiro, Coimbra, Leiria, Santarém, Viseu); e Lisboa 36.989\$00 e Porto 45 000\$00. Braga é a excepção, com um subsídio de 12 000\$00.

⁸¹ O balancete de despesas apresentado indicava gastos discriminados com (1) endereços de sobrescritos para listas – total de 3353\$40; (2) transportes – 293\$65 (incluindo camionetas, táxis, carros eléctricos); (3) despesas diversas – 12 440\$30 (avença para correio para 94 000 cartas, tinteiros, almofadas para carimbos, novelos de fio, etc); (4) verbas concedidas às freguesias – 4956\$25 (variam entre os 943\$15 de São Sebastião da Pedreira e os 38\$00 da Ameixoeira); (5) despesas de Propaganda (nas freguesias) – 735\$30 (variam entre os 100\$00 de São Mamede e os 29\$20 de Carnide); (6) gratificações – 1471\$45 (a três empregados e ao continuo do Club Lafonense). No final houve um saldo de 754\$40 que se transferiu para “sessões culturais”. Ofício n.º 6208 da Comissão Concelhia de Lisboa, de 26 de Dezembro de 1934; cf. IANTT/AUN/maço 281.

festamente insuficiente para procurar organizar logisticamente uma campanha eleitoral de grande escala, especialmente quando comparamos esses valores com os 12 000\$00 solicitados para “quatro pequenos arraiais que no (...) dia 28 de Maio [de 1942] se realiza[ram] nas freguesias de Benfica, Campo Grande, Graça e Santo Estêvão”⁸²; ou com os gastos da campanha eleitoral de Fevereiro de 1942 apresentados pelas comissões paroquiais de Santo Ildefonso (808\$00)⁸³, Albufeira (510\$00) e do Barreiro (680\$00)⁸⁴.

Estes números demonstram que as verbas alocadas pelo Ministério do Interior seriam insuficientes para a realização de uma campanha intensa, o que pressupõe que (1) estas eleições não eram prioritárias na estratégia de comunicação e mobilização do Governo (como será, por exemplo, a grande manifestação do fim da guerra, em 1945); que (2) deveriam existir “sacos azuis” ou verbas inscritas fora da contabilidade oficial que permitam a realização de acções de campanha sem que se recorra à verba oficial dotada ao Partido via estrutura nacional⁸⁵; e que (3) as estruturas locais do Partido Único deviam ser dotadas de um grau de autonomia financeiro (e mesmo político) elevado que lhes permitisse ter alguma capacidade de angariação e gestão de fundos. Claro que estamos apenas a referir-nos aos gastos das estruturas distritais e locais da União Nacional, não estando contabilizado o orçamento da Comissão Executiva ou da Comissão de Propaganda, afinal os grandes responsáveis pela condução nacional da campanha.

Neste sentido, aliás, são diversos os exemplos de gastos fora do estipulado e assumidos pelas estruturas locais durante a campanha, posteriormente reclamados. É esse o testemunho da comissão da freguesia de Santo Ildefonso, no Porto, que reclama da concelhia da UN local “a importância de 808\$20” para “liquidação de despesas efectuadas por esta Junta com as Eleições da Presidência da República”, realizadas em Fevereiro de 1942⁸⁶. Noutros casos, as reclamações das concelhias,

⁸² Cf. Ofício da Secretaria-Geral da União Nacional para o chefe de gabinete do ministério do Interior, datado de 26 de Maio de 1942, AUN/caixa 382/maço 294.

⁸³ IANTT/AUN/caixa 819/maço 4. A mesma comissão paroquial gastara nas eleições para as juntas de freguesia de 1941 a quantia de 1 251\$00 (5000 envelopes – 250\$00, 6000 listas – 350\$00, 300 editais – 50\$00, Trabalho para subscrever envelopes, dobrar listas e fecha-las – 150\$00, Compra de dois códigos administrativos – 22\$50, Avença no correio para a distribuição das listas – 250\$00, Pago a 5 homens para a distribuição dos impressos de propaganda – 50\$00, Impressos de propaganda – 50\$00, Expedientes para as Assembleias de voto – 50\$00, Despesas de táxi – 30\$00). Nas eleições de 1945 gastará 3 379\$60 (Afiação de cartazes – 240\$00, subscrever envelopes – 888\$60, Distribuição de listas 1.200\$00, Telegramas e miúdas – 50\$00).

⁸⁴ Ver, para Albufeira, IANTT/AUN/caixa 19/maço 51, p. 101. Para o Barreiro, IANTT/AUN/caixa 43/maço 125-A, p. 294. Veja-se ainda como exemplo os 1 012\$10 pagos “por várias despesas feitas pelo funcionário do Secretariado [SPN] que acompanhou o ministro do Interior, quando da viagem de propaganda eleitoral de Sua Exma o Senhor Presidente da República”. Cf. IANTT/ASP – SNI/NT 13637.

⁸⁵ A discrepância entre o subsídio recebido e o dinheiro gasto directamente na campanha, segundo o exemplo da campanha presidencial de 1942, permite que se considere que o financiamento da campanha teria diversas fontes, uma vez que o subsídio central nunca cobriria estes gastos, se generalizados ao país.

⁸⁶ Cf. INATT/AUN caixa 819/maço 4.

remetidas para os governos civis, como o comprova a resposta da Secretaria-geral da UN à Comissão Concelhia de Albufeira informando a esta que “as despesas ocorridas com as últimas eleições para deputados (...) deverão ser apresentadas ao Exm.º Sr. governador civil de Faro”, que tinha sido “habilitado pela UN a satisfazer tais encargos”⁸⁷; situação confirmada no caso da Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira⁸⁸.

Recordamos que para a realização das eleições seriam necessários recursos logísticos (elaboração dos cadernos eleitorais, para a convocação das eleições e das assembleias de voto, produção e afixação de editais, produção transporte e entrega dos votos, apuramento e afixação dos resultados), e recursos políticos (produção de cartazes e folhetos, produção de sessões de propaganda⁸⁹, utilização da rádio, subsídios aos jornais, deslocações das caravanas eleitorais, etc); gastos a serem partilhados – directa ou indirectamente – pelo Ministério do Interior e a União Nacional⁹⁰.

Também importante na campanha eleitoral era o acesso aos combustíveis, afinal recurso decisivo na deslocação e transporte de toda a caravana eleitoral. Numa altura racionamento apertado⁹¹, com o sistema de transportes nacionais em grande dificuldade, sem o acordo extraordinário entre os ministérios do Interior e da Economia, não teria sido possível construir-se as caravanas eleitorais distritais, garantir o transporte de muitos oradores, ou organizar as excursões de turismo elei-

⁸⁷ Ver ofício n.º 193 da Secretaria-Geral da UN, datado de 12 de Janeiro de 1943; cf. IANTT/caixa 19/maço 51.

⁸⁸ Neste caso o secretário-geral da UN informa que “a referida comissão[da UN] não dispõe de fundos para a liquidação”, recomendando antes que consulte o Governo Civil “por ter sido para isso habilitado”; cf. ofício n.º 4994 da Secretaria-Geral da UN, datada de 17 de Novembro de 1942, IANTT/NT 30/96 – A. Já em 1934, a Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira havia recebido do Governo Civil de Lisboa 80\$00 relativos às “despesas feitas neste concelho com o acto eleitoral”.

⁸⁹ Aluguer dos espaços, montagem de equipamento, convocação das organizações do regime, convites aos oradores, deslocações, etc. Veja-se, por exemplo, os 91\$50 pagos pela Comissão Central da União Nacional por 120 cartões com referências às eleições de deputados (factura datada de 12 de Setembro de 1942); cf. IANTT/AUN/maço 444/NT 421.

⁹⁰ Sobre este assunto, e relativo às eleições para deputados de 1945, veja-se o detalhe dos gastos da Comissão de Freguesia de Santo Ildefonso, no Porto: (1) afixação de cartazes – 240\$00; (2) subscrição de envelopes – 888\$60; (3) distribuição de listas – 1 200\$00; (4) telegramas e miúdas – 50\$00; para um total de despesa de 2 378\$00. Ver ofício da Comissão de Freguesia de Santo Ildefonso para o presidente da Comissão Concelhia da UN do Porto, datado de 19 de Novembro de 1945; cf. IANTT/AUN/caixa 819/maço 4.

⁹¹ Sobre o tema, veja-se o exemplo da denúncia do Governo Civil de Viseu ao presidente do Instituto Português de Combustíveis, de 6 de Abril de 1942, onde relata o seguinte caso: “não obstante de estarmos numa época anormalíssima e de ser premente a necessidade que há de poupar gasolina, há, infelizmente, pessoas que ainda entendem que as suas comodidades pessoais se sobrepõem aos interesses comuns, e assim, ontem, por exemplo, os proprietários dos carros N 15459, SO-10-08, IA-11-17, PT-10-04, IE-11-10, TM-10-76 e EE-11-39, em vez de irem a pé até ao espectáculo de declamação que se realizou no Campo de Viriato, desta cidade, local que pouco dista do centro da povoação, entenderam que se devam deslocar por via dos automóveis (...)”, cf. IANTT/Arquivo Distrital de Viseu/caixa 2461, n.º 6.

toral patrocinadas por alguns governos civis⁹². Para a campanha seria atribuído um suplemento eleitoral de 500 litros para cada governo civil⁹³.

As plataformas de transmissão da mensagem propagandística, e utilizadas amiúde na campanha, eram a rádio, já referida, a imprensa escrita, as sessões de esclarecimento eleitoral/sessões preparatórias do próximo acto eleitoral/sessões de propaganda, os cartazes e os filmes do SPN. Estes meios diferem entre eles no alcance e nas intenções, sendo no entanto empregues de forma complementar, assumindo a rádio e a imprensa o papel de transmissores principais das mensagens e dos esclarecimentos eleitorais.

A propaganda panfletária directa era da responsabilidade do SPN e da Comissão de Propaganda da União Nacional; mas uma análise aos números do SPN sobre o “movimento editorial – publicações acidentais e periódicas” de 1942 verifica que não existe qualquer pico de produção de cartazes ou folhetos, o que não quer dizer que o regime não tenha encontrado outras formas de fazer propaganda eleitoral, fora do SPN, utilizando a União Nacional, a Legião Portuguesa ou outras instituições com capacidade propagandística⁹⁴. Também apurámos que não se efectuaram quaisquer esforços adicionais que passassem pela produção de *placards* ou manifestos, ou por um aumento das publicações de folhetos ou cartazes.

A análise do relatório do SPN sobre o “movimento editorial – publicações acidentais e periódicas” (tabela 13) refere que foram produzidos 14 folhetos (163 950 exemplares) e 5 cartazes (28 000) em 1942; mais um folheto que em 1941, mas menos 70 000 exemplares e um *placard* (com 1000 exemplares), o que demonstra que a dupla eleição de 1942 não originou alguma produção propagandística adicional⁹⁵. Como

⁹² Veja-se que, por exemplo, para dar apoio à sessão do ministro do Interior em Évora, a 25 de Outubro, o governador civil de Portalegre notificou que se “poderá contar com uma caminheta que parte deste Governo Civil às 8 horas prefixas” (os notificados foram, pelo menos, o comandante distrital da Legião Portuguesa, o reitor do Liceu de Mouzinho da Silveira, o sub-delegado da Mocidade Portuguesa, o director da Escola de Fradesso da Silveira, o provedor da Santa Casa da Misericórdiosa). Cf. Arquivo do Governo Civil de Portalegre/Copiador de correspondência expedita/Outubro de 1942.

⁹³ Encontrámos alguns pedidos dos governadores civis (como o de Portalegre, dizendo que “se puder dispor de algumas reservas de gasolina projecto também efectuar uma visita a todos os concelhos do distrito (...)”) e a resposta, notificando que fruto do acordo entre “Ministérios Economia e Interior comunico que pode dispor para transportes interessem acto eleitoral 500 litros gasolina dos 2000 litros que tem à sua ordem, comunicando depois utilização dada”; cf. Arquivo do Governo Civil de Portalegre/Copiador de correspondência expedita/Outubro de 1942; IANTT/Arquivo Distrital de Viseu/caixa 2452, n.º 4; e IANTT/Arquivo Distrital de Leiria/Arquivo do Governo Civil de Leiria/01 – III/50 – E – 3.

⁹⁴ É bem evidente, no entanto, a diferença de investimento e de recursos entre 1942 e 1945. Em todo o caso, o investimento em “Fol.[hetos] e cartazes” relatado no “Estudo sobre o reajustamento e de verbas do orçamento para o ano de 1942”, foi de 450.000\$00, o que incluí duas campanhas eleitorais e a propaganda regular do SPN; cf. IANTT/ASP – SNI/NT 2622.

⁹⁵ Material em português. Para o ano de 1942 foram ainda produzidos 5 folhetos (30 000 exemplares) e 12 boletins (37 400 exemplares) em francês; 2 folhetos (6700 exemplares) e 10 boletins (49 300 exemplares) em inglês; 2 folhetos (8000 exemplares) e 12 boletins (35 100 exemplares) em espanhol; 2 folhetos (7000 exemplares) e 10 boletins (20 000 exemplares) em alemão; e 2 folhetos (2000 exemplares) em italiano. Cf. IANTT/ASP – SNI/NT 2672.

contraponto, atente-se à necessidade comunicacional verificada em 1945, onde o regime produz 19 folhetos, com uma tiragem de 602 800 exemplares, 25 cartazes (com 206 500 exemplares) e 10 manifestos (360 000 exemplares). Já em 1938, também um ano eleitoral, apenas se produziram 10 folhetos (105 400 exemplares)⁹⁶. A comparação indica que o ano 1942, apesar dos seus dois actos eleitorais, não se destaca do de 1941, pelo contrário⁹⁷, e é bem evidente a diferença de investimento e de recursos entre 1942 e 1945, o que manifesta ainda que o regime não esperava apenas pelos anos eleitorais para produzir material de propaganda, reiterando a ideia de que a necessidade comunicacional e endoutrinadora é permanente e obedece a instruções que vão muito além da sua utilização em períodos eleitorais. O investimento total em folhetos e cartazes, e segundo o “Estudo sobre o reajustamento e de verbas do orçamento para o ano de 1942”, acabará por ser de 450 000\$00, verba gasta em toda a comunicação política e não necessariamente somente nas campanhas eleitorais desse ano⁹⁸.

Tabela 13 – Movimento editorial – publicações acidentais e periódicas do SPN (1938-1945)⁹⁹

	Folhetos		Cartazes		Placards		Manifestos	
	N	Tiragem	N	Tiragem	N	Tiragem	N	Tiragem
1938	10	105 400	0	–	0	–	0	–
1941	13	232 700	0	–	1	1000	0	–
1942	14	163 950	5	28 000	0	–	0	–
1945	19	602 800	25	206 500	0	–	10	360 000

Com efeito, os cartazes de apelo ao voto foram da responsabilidade da União Nacional, produzindo maior impacto e visibilidade dentro das principais áreas urbanas do país, nomeadamente nas capitais de distrito ou outras localidades razoavelmente urbanizadas, assumindo um efeito e intenção localizado (seria necessário que o público alvo fosse suficientemente instruído para saber lê-los, em primeiro lugar, e saber interpretá-los, em segundo). Para as eleições gerais de Novembro de 1942 encontrámos na nossa investigação quatro modelos de cartazes, que deveriam ser

⁹⁶ Cf. IANTT/ASPEN-SNI/NT 2672, p. 12 e seguintes. Por exemplo, para as eleições administrativas de 1945 foram produzidos 50 000 cartazes, assim distribuídos: Lisboa – 4000, Porto – 2500, Coimbra, Braga e Vila Nova de Gaia – 1000, 32 cidades a 500 (16 000) e 235 concelhos a 100 (23 500), mais reserva na sede – 1000; cf. IANTT/AUN/caixa 382/maço 293.

⁹⁷ O que não quer dizer que o regime não tenha encontrado outras formas e fórmulas de fazer a propaganda eleitoral, fora do SPN, como a própria União Nacional ou outros organismos e instituições do regime (Legião Portuguesa, Mocidade Portuguesa, Liga 28 de Maio, etc.).

⁹⁸ Cf. IANTT/ASPEN – SNI/NT 2622.

⁹⁹ Cf. IANTT/ASPEN – SNI/NT 2672, p. 12 e seguintes.

distribuídos nos últimos dias de campanha nas cidades de Lisboa, Coimbra e Porto¹⁰⁰, bem como no resto do país¹⁰¹. A entrega era da responsabilidade da Secretaria-geral da União Nacional, que remetia o material directamente às estruturas do Partido. Eram cartazes com palavras de ordem, sem imagens ou cor, e que serviriam como forma de comunicação directa e barata¹⁰². A linguagem utilizada sugere uma preocupação em atingir em simultâneo dois públicos-alvo: o letrado e culto e o popular quase analfabeto¹⁰³.

Já a campanha radiofónica era operada por uma rede de emissores nacionais e regionais, de onde se destacavam a Emissora Nacional (e as suas subestações regionais) e o Rádio Clube Português. As emissões de carácter propagandístico eram já um hábito e a sua utilização em actos eleitorais não era novidade¹⁰⁴. No concreto, as acções de campanha directa começam com as intervenções de 22 de Outubro, nos emissores do Norte, e de 23 de Outubro nos emissores nacionais¹⁰⁵. A importância do papel da rádio no quotidiano político do regime pode ainda ser comprovada pela presença de José Luís da Silva Dias, chefe da secção de Coordenação de Programas da Emissora Nacional e dos Serviços de Imprensa do SPN, na lista de deputados.

¹⁰⁰ O ofício da União Nacional referente ao envio de tais cartazes data de 26 de Outubro de 1942, 5 dias antes do acto eleitoral. Cf. IANTT/AMI/GM/maço 526/caixa 84, p. 21.

¹⁰¹ Por exemplo, Cascais e o Gavião recebem os cartazes a 26 de Outubro (cf. para Cascais IANTT/AUN/caixa 370/maço 235 e para o Gavião IANTT/AUN/caixa 33/maço 101 – A.)

¹⁰² Os cartazes tinham, como palavras de ordem, os seguintes textos: [1] “Presente! Maior que a maior das dificuldades é a gloria de as vencer. Desde S. Mamede que os portugueses são mestres em vencer dificuldades insuperáveis. Carreguemos sobre as da hora que passa, gritando na nossa assembleia eleitoral: Presente! Portugueses! Como “todos não somos demais para continuar Portugal com o alto nível da nossa tradução histórica”, façamos do acto eleitoral do 1.º de Novembro um patriótico plebiscito”, [2] “ESTA LISTA, que vou votar, é o sinal de que sou português e confio nos Chefes. ELEITORES! Vote-mos “apresentamo-nos com a firmeza e alegria de quem ajudou a salvar PORTUGAL”, letras capitais no original; [3] “Eleitores! A nossa neutralidade não é paz podre, nem cobardia, nem vil interesse: é inteligente e nobre sacrifício. Pesadíssimo sacrifício! Pela Pátria e pelos que sofrem, beligerantes ou não. Demos-lhes a força do nosso voto”; [4] “ÀS URNAS, portugueses, para provarmos que sabemos estar no nosso lugar e cumprir o nosso dever! ELEITORES a vossa presença ao acto eleitoral significa perante o mundo que somos como um só. VOTAR é dar vida à soberania nacional e vivê-la”. Na capa deste trabalho está um fotograma de um miúdo a colar os cartazes [3], [2] e [4].

¹⁰³ Veja-se a nota anterior. O cartaz 1 e 3 implicam uma boa compreensão do argumentário exposto, o que pressupõe um grau de escolaridade elevado; os cartazes 2 e 4, pelo contrário, procuram a comunicação directa e simples, em letras capitalizadas, de forte impacto e reduzida necessidade interpretativa.

¹⁰⁴ A utilização da rádio como elemento de comunicação política associada a um acto eleitoral tinha sido inaugurada nas primeiras eleições legislativas do Estado Novo. Desde esse momento, a sua presença em actos eleitorais foi constante (presidenciais de 1935 e 1942, administrativas de 1937 e 1941, e legislativas de 1938). Ver Fernando Rosas, *As Primeiras Eleições...*; e Nelson Ribeiro, *A Emissora Nacional nos Primeiros Anos do Estado Novo, 1933–1945*, Lisboa, Quimera, 2005.

¹⁰⁵ Como em 1938, as intervenções políticas começam duas semanas antes do acto eleitoral. Em 1942, Ângelo César inaugura a 22 de Outubro a campanha nos emissores do Norte e no dia seguinte Luís Cavalheiro palestra nos emissores nacionais. Entretanto, desde o início do mês que são apresentadas na “Crónica de Acontecimentos Nacionais” considerações sobre as eleições de 1 de Novembro; ver *Rádio Nacional, de 25 de Outubro de 1942*.

A imprensa acompanhava diariamente a campanha eleitoral, destacando-lhe amplo espaço informativo, num relato quotidiano condicionado pela intervenção directa de actores externos aos processos de produção jornalística. Referimo-nos à intromissão directa perpetrada pelo SPN e à pressão que a União Nacional e os governos civis exerciam regularmente sobre a imprensa nacional e regional.

O SPN tinha um conjunto alargado de órgãos de comunicação social na sua lista de dependentes, aos quais eram fornecidos textos para publicação e recursos financeiros que cuidassem da sua viabilidade económica¹⁰⁶, numa clara e directa intromissão na vida interna dos meios de comunicação social, estendida dos principais jornais do país à imprensa local ou secundária¹⁰⁷. Em Janeiro de 1942, estavam identificados 247 periódicos onde o Secretariado de Propaganda Nacional poderia colocar directamente textos da sua autoria¹⁰⁸; rede activada durante a campanha eleitoral¹⁰⁹, alargando-se aos jornais de referência, que do SPN recebiam (e publicavam) muitas reportagens e notícias eleitorais¹¹⁰ num cenário de cooperação tácita e explí-

¹⁰⁶ Este auxílio podia ser financeiro ou jornalístico. Em Fevereiro de 1942, eram identificados apoios financeiros (mensais) aos seguintes periódicos: *Ação* (6 545\$40), *A Voz* (5 000\$00), *Defesa Nacional* (3 800\$00), *Independência* (3 333\$70), *O Mundo Português* (3 000\$00), *Correio do Minho* (1 500\$00), *Diário de Coimbra* (1 000\$00), *A Pátria* (400\$00), *Correio do Sul* (300\$00), *Notícias de Viana* (250\$00), *Beira Dão* (200\$00) e *Ordem Nova* (100\$00), cf. IANTT/ASP – SNI/NT 13637. O apoio político era subsidiado com a colocação de artigos produzidos pelo próprio SPN. A partir de 21 de Outubro o número de artigos entregues relativo às eleições aumenta, num crescendo até ao acto eleitoral de dia 1. Veja-se, a título de exemplo, os “artigos distribuídos aos jornais pelo SPN” relativos ao acto eleitoral a 29 de Outubro de 1942: o artigo “Unidade” no *Ilhavense*; “O acto eleitoral” no *Jornal de Moura*; “Significado da eleição” no *Maria da Fonte*; “Unidade Nacional” no *Minhoto*; “As próximas eleições” no *Montemorense*; “Lição moral das eleições” no *Notícias dos Arcos*; “Não é sacrifício, é dever” no *Notícias do Douro*; “Sentido das eleições” no *Notícias de Melgaço*; “Eleições” no *Política Nova*; “Acto eleitoral” no *Notícias de Ourém*; “Eleições e sistemas políticos” no *Povo da Beira*; “É preciso votar” no *Povo de Fafe*; “Acto consciente” no *Povo da Lousa*; “Significado das eleições” no *Tradição*. Cf. *Boletim Diário dos Serviços de Censura*, n.º 200, datado de 29 de Outubro de 1942; IANTT/MI/GM/maço 525/caixa 83. A relação dos “jornais onde podem ser publicados anúncios oficiais” apontavam para 247 o número de periódicos onde o SPN poderia publicar.

¹⁰⁷ Esta intromissão directa é bem evidenciada na análise à imprensa de Lisboa e do Porto – produzida pelos serviços do SPN – onde era comentada, por exemplo, a situação financeira de *A Voz* ou do *República* e alguns assuntos internos do *Diário Popular* e *Diário de Lisboa*. No relatório de Novembro de 1942, são relatadas ainda as dificuldades financeiras de *A Voz*, sugerindo a hipótese do nascimento de novo jornal monárquico; é comentada a nova situação no *República* (novos proprietários), e a contenda entre o *Diário Popular* e o *Diário de Lisboa* pelo público mais popular. Cf. IANTT/AMI/GM/maço 526/caixa 84/NT 403, p. 253-258.

¹⁰⁸ Cf. IANTT/AMI/GM/caixa 84/NT 403, p. 244.

¹⁰⁹ Era o próprio SPN quem o reconhecia, como atesta o relatório sobre o estado da imprensa nos Açores durante a campanha eleitoral de Novembro: “todos os jornais ilhéus acompanharam (...) a campanha eleitoral, não só transcrevendo quanto o SPN lhes mandou sobre o assunto, mas publicando também espontaneamente (...)”; cf. IANTT/AMI/GM/caixa 84/NT 403, p. 244

¹¹⁰ A reportagem sobre a reunião do ministro do Interior com os governadores civis, de 8 de Outubro, apresentada pelo *Diário da Manhã*, *A Voz* ou pelo *Novidades* é a mesma, *ipsis verbis*; e do *Diário de Notícias* e *Comércio do Porto*, apesar de algumas alterações, são muito próximas ao texto apresentado pelos seus colegas. Somente *O Século* apresentou uma abordagem diferente (dividindo a atenção entre a reunião de Pais de Sousa e a de Salazar). Cf. 9 de Outubro de 1942 dos periódicos citados.

cita¹¹¹. Um problema que em 1942 afectava alguma imprensa era o acesso ao papel que, devido ao racionamento motivado pela guerra, se tornara escasso e caro, o que, em alguns casos, colocou mesmo a capacidade de impressão de alguns periódicos, nomeadamente regionais ou locais¹¹².

Complementarmente, a União Nacional e os governos civis adicionavam pressão extra na imprensa. O Partido Único de forma indirecta, solicitando ao SPN a publicação de artigos¹¹³; já os governos civis procuravam construir uma relação engajada com a imprensa local, dedicando-lhe acções de campanha específicas (como foram os casos das reuniões patrocinadas pelos governos civis de Braga¹¹⁴ e de Évora¹¹⁵) ou comunicando-lhes directamente os seus intuitos, num sistema simultaneamente informativo e corruptivo¹¹⁶. Convém ainda não esquecer que o *Diário da Manhã* (e seus sucedâneos regionais) era da dependência directa da União Nacional, confirmando-se o controlo político e económico dos principais meios de comunicação de massas.

¹¹¹ O relatório sobre o estado da imprensa em Lisboa e no Porto relatava que “os jornais de Lisboa e do Porto (...) em geral têm cooperado acompanhando as iniciativas do governo com boa vontade (...)” Ver “Relatório. Aspectos da imprensa diária de Lisboa e Porto no mês de Novembro de 1942”, cf. IANTT/AMI/GM/maço 526/caixa 84/NT 403, p. 253-258.

¹¹² Ver sobre este exemplo a reclamação que a “Semana Tirsense” apresenta junto dos serviços de Informação e Imprensa do SPN; IANTT/ASPN-SNI/NT 5195.

¹¹³ Ver, sobre este exemplo, solicitação da União Nacional para o SPN. No dia 19 “o secretário-geral da Comissão Central da UN roga do obséquio de promover a publicação na imprensa da adjunta nota”; no dia 21 repetem o pedido, e no dia 31 “o secretário-geral da Comissão Central da UN pede o obséquio da publicação da adjunta nota na imprensa diária de Lisboa, com excepção dos jornais da tarde que directamente a receberam já”. Não tivemos acesso às notas em causa, mas seriam relacionadas com o acto eleitoral. Cf. IANTT/ASNI – SPN/caixa 6544 (ou 4180).

¹¹⁴ No dia 21 de Outubro efectua-se, em Braga, uma reunião com os correspondentes dos jornais de Lisboa, onde usam da palavra Ângelo César, João Antunes Guimarães e Querubim Magalhães, todos candidatos a deputado. O propósito da reunião, devidamente noticiada, era de sensibilizar os periódicos em causa para a necessidade de proporcionar uma boa cobertura jornalística da campanha eleitoral em curso.

¹¹⁵ Reunião entre o governador civil Hipólito Fernandes Alvares, Camarate de Campos, presidente da Comissão Distrital de Évora e candidato a deputado; e “todos os representantes da imprensa”. Na reunião o chefe do distrito deu conhecimento do programa de propaganda do acto eleitoral a realizar; cf. *Diário da Manhã*, de 24 de Outubro de 1942.

¹¹⁶ Como exemplo, vejam-se os ofícios enviados pelo governador civil de Portalegre a 22 de Outubro aos diversos órgãos de comunicação social do distrito, com o duplo fim de anunciar e convidar para a visita do ministro do Interior a Évora, no dia 25 de Outubro, e para a sessão solene em Portalegre, a 30. Na comunicação, lembra a “elevada transcendência política do próximo acto eleitoral”, percorre alguns dos argumentos eleitorais e firma-se “na segura expectativa de que V. Exma se dignará fazer vir a lume no seu conceituado jornal as considerações e os comentários ditados pela sua esclarecida consciência de português”. Finalizava a comunicação convidando para a sessão solene de dia 30, “com a garantia de que nela encontrará V. Exma um lugar reservado compatível com a elevada unção de carácter público exercida pela imprensa”. Manuel Marques Teixeira comunicou com os directores d’*A Rebeca* (ofício n.º 3171), *O Distrito de Portalegre* (ofício n.º 3172) e *A Voz Portalegrense* (ofício n.º 3173); imprensa regional; e os correspondentes d’*O Século* (ofício n.º 3183), *Diário de Notícias* (ofício n.º 3184), *Novidades* (ofício n.º 3185), *A Voz* (ofício n.º 3186), *O Primeiro de Janeiro* (ofício n.º 3187), *O Comércio do Porto* (ofício n.º 3182), *Diário da Manhã* (ofício n.º 3188) e o *República* (ofício n.º 3189); cf. Arquivo do Governo Civil de Portalegre/Copiador de correspondência expedita/Outubro de 1942.

Estes factores agravavam a já escassa autonomia e pluralidade jornalística¹¹⁷, limitando a censura qualquer espírito crítico; apesar de alguns jornais gozarem de alguma latitude. Ainda assim, consegue-se verificar alguma espontaneidade, nomeadamente nos editoriais, que trarão algum debate à campanha, como veremos.

Os comícios (palavra não utilizada), acabariam por assumir o principal ónus da campanha eleitoral, como também veremos. Eram estes acontecimentos que verdadeiramente davam vida à campanha, movendo-se por todo o país, arregimentando as diferentes estruturas logísticas e mobilizando as massas para o acto a advir, construindo-se verdadeiras caravanas eleitorais. Presididas, sempre, pelo governador civil de cada distrito, acompanhados, por vezes, por candidatos a deputado com ligação ao distrito, e secretariados pelos principais dirigentes administrativos locais. Estas caravanas assumiam um carácter verdadeiramente popular, procurando no país profundo, fora dos grandes centros, um teatro de operações complementar ao circuito urbano, já coberto mediaticamente pelos cartazes, jornais e outras acções de campanha.

Por fim, e complementarmente, encontramos os Cinemas Ambulantes ou os Teatros do Povo, de responsabilidade do SPN¹¹⁸. O cinema ambulante, num giro permanente pelo país, procurava apresentar apologeticamente o regime às populações, nomeadamente as que mais dificuldades tinham no acesso à informação propagandística, num registo de diversão e educação¹¹⁹. Para esse efeito era solicitado aos presidentes das câmaras municipais visadas pela visita do cinema, “conhecedores das pessoas e do meio”, que se “dignem a convidar entidades em destaque para se dirigirem, antes das sessões, alocações ao povo, doutrinando, aconselhando e orientando”¹²⁰.

Havia a intenção deliberada de percorrer povoações sem meios próprios de recepção de informação e de propaganda (cinema, teatro), ou com forte implantação rural ou operária¹²¹ (as populações urbanas, independentemente da sua condição

¹¹⁷ Ainda assim é possível verificar algum desnível entre o tratamento jornalístico de jornais como o *Diário da Manhã*, *O Século* ou mesmo o *Diário de Notícias*, que dedicavam largas páginas aos assuntos eleitorais, reportando diariamente com enviados especiais, da reportagem distanciada de órgãos como o *República* ou o *Diário de Lisboa* (tidos como oposicionistas), mais comedidos na cobertura da campanha, relatando, irregularmente, e sem destaque adicional, algumas sessões de propaganda.

¹¹⁸ Veja-se, como exemplo de uma boa colaboração entre o SPN e a União Nacional, no contexto da campanha eleitoral, a resposta afirmativa do sub-director do SPN ao secretário-geral da União Nacional à solicitação da “cedência a este organismo [UN] do Cinema Central na noite do próximo dia 30 do corrente para a realização duma sessão de propaganda eleitoral”. Cf. IANTT/ASP – SNI/caixa 2066.

¹¹⁹ Conforme se comprova nas instruções fornecidas pelo sub-director do SPN ao delegado do INTTP de Coimbra, a 13 de Outubro de 1942; cf. IANTT/ASP – SNI/NT 5150.

¹²⁰ Ver, como exemplo, o ofício n.º 251 – E do sub-director do SPN ao presidente da Comissão Concelhia da UN de São Pedro do Sul, de 10 de Março de 1942; cf. IANTT/ASP – SNI/NT 2476.

¹²¹ Em relatório não identificado, mas posterior a 1942, era afirmado que “os objectivos do Cinema Ambulante têm sido plenamente atingidos: passatempos destinados às classes populares (população rural, centros industriais e mineiros e Casas do Povo) divulgação e propaganda da obra do Estado Novo”. No mesmo relatório foram apresentados números de conjunto para o período de 1937 a 1942. Para o ano de 1942 foram contabilizadas 258 sessões, com 166 oradores e 199 850 espectadores estimados (número revisto – e contestado – por relatório posterior para 400 000). Ver IANTT/ASP – SNI/UI 1192.

escolar ou cultural, tinham acesso regular à propaganda do regime¹²², podendo ser solicitado – em alguns casos – o material necessário para projectar¹²³). No mundo rural e operário era requerido um esforço suplementar, conseguido através da apresentação de filmes e documentários apologéticos e laudatórios da obra do Estado Novo. No período eleitoral estes espectáculos eram muito requisitados, acompanhando muitas vezes as caravanas eleitorais, servindo-lhes de apoio e complemento extra às sessões de propaganda, apesar de algumas dificuldades logísticas sentidas pela falta de gasolina¹²⁴.

O esquema dos Teatros do Povo não se diferenciava muito do dos Cinemas Ambulantes, apesar de, neste caso, os efeitos das dificuldades associadas ao transporte do pessoal e do equipamento (falta de gasolina) se fazerem mais sentir. A logística envolvida era mais densa da necessária para o cinema¹²⁵, mas a dinâmica de comunicação política era a mesma, sendo requerido que estivesse sempre presente alguém na assistência que “saiba explicar a intenção do governo ao enviar para o povo o Teatro do Povo”¹²⁶.

O ofício do sub-director do SPN ao comandante distrital da Legião Portuguesa de Coimbra, datado de 13 de Outubro de 1942, confirma esta avaliação, quando refere que “estas sessões de propaganda são especialmente dedicadas às Casas do Povo e organismos corporativos, Mocidade e Legião Portuguesa e povo trabalhador em geral”. Cf. IANTT/ASPEN – SNI/NT 5150

¹²² Ver, sobre este tema, relatório de 1937 da “subsecção de cinema que tem a seu cargo as sessões de propaganda e cedência de filmes” e as considerações que profere em relação à ocupação do espaço público da capital (esplanadas, jardins, espaços livres), dos sindicatos, dos quartéis; cf. IANTT/ASPEN – SNI/NT 727.

¹²³ A este respeito, veja-se, por exemplo, a solicitação da Casa Pia de Lisboa ao director do SPN que “se digne a ordenar que seja cedida (...) a máquina de cinema e o *film* “A Viagem Presidencial” para ser exibido hoje, na secção de Pina Manique”; cf. IANTT/ASPEN – SNI/NT 4403.

¹²⁴ Vejam-se alguns exemplos. A Câmara Municipal da Golegã solicitou “exibir um filme de propaganda, nas próximas Quinta e Sexta-feira, 29 e 30 (...) por julgar a maneira mais eficiente de fazer a propaganda do próximo acto eleitoral (...)”. Na resposta foram enviados a “2.ª Viagem Triunfal”, a “Manifestação a Salazar”, o “Jornal Português n.º 30” e “Mocidade Portuguesa”. O governador civil de Bragança rogava “fineza enviar esta cidade fins sessão propaganda eleitoral sendo possível chegarem Quinta ou Sexta-feira”, cf. IANTT/ASPEN – SNI/NT 5378 e IANTT/ASPEN – SNI/NT 1715. O Cinema Ambulante n.º 1 devia estar no distrito da Guarda de 15 de Outubro a 12 de Novembro, em plena campanha portanto, mas foi obrigado a interromper o seu programa a partir de 17 de Outubro, porque não foi “possível o abastecimento de gasolina”, regressando a Lisboa (ver ofícios do subdirector do SNI ao governador civil da Guarda, comandante distrital da Legião Portuguesa, delegado do INTP, e diversos presidentes de câmara, em IANTT/ASPEN- SNI/NT 2476). Já o Cinema Ambulante n.º 2 esteve de dia 19 Outubro a 11 de Novembro no distrito de Coimbra: a 27 em Vila Cova de Alva, com o padre Alfredo Mendes de Oliveira e 500 espectadores; 28 em Coja, com o Dr. Alfredo dos Santos Jr. e 400 espectadores; a 29 em Arganil, e a 30 em São Pedro de Alva, com o Dr. José Luciano Marques [presidente da Assembleia Geral da Casa do Povo local] e 2000 espectadores; cf. e ver os relatórios de cada sessão em IANTT/ASPEN – SNI/NT 5276 e em IANTT/ASPEN – SNI/NT 5150). Ver ainda IANTT/ASPEN – SNI/UI 1192.

¹²⁵ Por exemplo, em Setembro de 1942 a Companhia era composta por 18 pessoas, “sete artistas (três senhoras e quatro homens), um ponto e um contra-regra, e nove empregados do pessoal técnico”; cf. ofício n.º 1291 do sub-director do SPN, de 7 de Setembro de 1942, enviado ao presidente da Câmara Municipal de Mafra; IANTT/ASPEN – SNI/NT 4435.

¹²⁶ Cf. IANTT/ASPEN – SNI/NT 4435.

Sobressai desta utilização conjunta a visão estratégica, sistémica e articulada dos meios de comunicação, salientando-se a boa engrenagem desenvolvida entre a rádio, os jornais, o cartaz e o cinema, da qual não deve ser alheia a reunião de 8 de Outubro entre a Comissão Executiva da União Nacional, a Comissão de Propaganda da União Nacional, o director de programas da Emissora Nacional e o director do *Diário da Manhã*¹²⁷. Rara era a sessão existente sem anúncio prévio e sem cobertura da imprensa diária¹²⁸. O cartaz era presença constante nos principais centros urbanos, impondo palavras de ordem gráficas e berrantes nas paredes, antes nuas ou ocupadas por publicidade comercial. O cinema, com um papel subalterno, aparecia a gravar sessões de propaganda (ainda que muito raramente) e como auxiliar informativo da caravana eleitoral, levando consigo projectores móveis preparados para apresentarem peças onde vangloriariam a obra do regime e dos seus chefes.

No entanto, e apesar da verificação do uso de todos estes meios, um relatório a seguir à guerra (de 1948) reconhecia que “passados vinte e dois anos sobre o Movimento de 28 de Maio de 1926, a Situação ainda não organizou nem dispõe de meios de propaganda e difusão de doutrina”, isto é, de informação que permitam actuar eficazmente, directa ou indirectamente, na opinião pública. Na rádio reconhecia-se “a insuficiência, sob múltiplos aspectos, da actuação da Emissora Nacional” e apontava-se como exemplos a monotonia das emissões e a falta de sentido objectivo da nota política (a *Nota do Dia*) e de “controlo” do noticiário que, por deficiência de serviços próprios, é recortado da imprensa diária¹²⁹. Já sobre a imprensa, reconhecia-se que o órgão oficial do SPN, o *Diário da Manhã*, tinha uma “penetração reduzidíssima, cuja tiragem se ignora”, e cuja venda se reduz a entidades oficiais e ligadas ao Estado e a alguns dedicados situacionistas, especialmente na província. A sua influência na opinião pública era considerada nula¹³⁰, enquanto que qualquer dos semaná-

¹²⁷ Presentes na reunião, a Comissão Executiva da União Nacional (Albino dos Reis, Sebastião Ramires, Madeira Pinto, pela Comissão Executiva da União Nacional; José António Marques, pela Comissão de Propaganda; Manuel Pestana Reis, como director do *Diário da Manhã*; José Luís da Silva Dias, como director de Programas da Emissora Nacional; e os novos deputados e vogais da Comissão de Propaganda da UN, João Ameal e Manuel Ribeiro Ferreira. Ver *Diário da Manhã, República* ou *Primeiro de Janeiro*, todos de 8 de Outubro de 1942.

¹²⁸ As sessões do trajecto governamental (Lisboa – Porto – Coimbra – Évora) e as últimas sessões de propaganda ocorridas em Lisboa, no Porto e em Coimbra eram acompanhadas por transmissões radiofónicas e transcrições das principais intervenções na imprensa do dia seguinte.

¹²⁹ Eram sugeridos que se criassem programas orientados de forma aliciente, “a que todos interessem sem fadiga, tratando ou comentando” de (1) problemas ligados à formação doutrinária da juventude; (2) obra realizada no campo material ou no sector social nos mais diversos aspectos que oferece; (3) problemas de política económica e social; (4) problemas económicos de doutrina e sociologia rural; (5) formação profissional. Cf. IANTT/AOS/CO/PC/4 – C, p. 190-196.

¹³⁰ Também neste sector são apresentadas algumas soluções. O relatório expressa que “provado que está que o sector da opinião pública politicamente indiferente – que é a maioria – necessita de ser trabalhado com insistência, habilidade e inteligência. Devia-se “com o “controlo” de um dos órgãos existentes nos seguintes sectores de publicidade: (1) um diário da tarde de Lisboa; (2) um diário da manhã do Porto; (3) um dos jornais desportivos – de preferência o de maior expansão; (4) um ou mesmo dois jornais agrícolas em referência. Esta acção deveria ser complementada com o aparecimento com carácter independente de (1) um semanário literário e crítica nacional e internacional de reconhecida categoria jornalística, desti-

rios ilustrados que se publicam em Lisboa “ou são neutros ou com tendências oposicionistas (e sabe-se a penetração e influência que o ‘magazine’ exerce no leitor de cultura média)”¹³¹. Finalmente, no cinema também é reconhecido que “não se pode negar que tenha sido muito deficientemente aproveitada a acção divulgadora e persuasiva do cinema no pequeno documentário e figurar nos complementos do programa, mostrando por forma séria, inteligente e cinematograficamente perfeita a obra realizada pelo Estado Novo”¹³². Esta avaliação, similar à produzida por Joaquim Mendes do Amaral sobre a União Nacional, bastante crítica e incisiva, acaba por ser espectacular, pois as necessidades de comunicação em 1948 não podem ser comparáveis com as dos anos 30 ou início dos anos 40.

Também os meios humanos e físicos impressionavam pela sua modernidade e pela sua articulação com as verdadeiras *forças vivas* do regime, desempenhando estas no curso eleitoral um papel activo e passivo. Assumem um protagonismo activo os oradores, os convidados e as principais personalidades do regime. São estas personagens, afinal, que o regime destaca e isola, numa idolatria própria. São os membros do governo, os governadores civis, os deputados e as diversas personalidades locais que ocupam espaço nas mesas centrais das sessões de província. A participação passiva cabia aos restantes intervenientes, às instituições do regime, aos simples espectadores e aos ouvintes. Esta mole humana, cativa da representação folclórica, transformava as sessões de propaganda em verdadeiros actos encenados, onde a massificação da política assumia coreografias próprias, espectaculares, num regime de registo tranquilo¹³³. Eram afinal a cor do regime, o receptáculo final de todo o aparato. Estes papéis passivos eram desempenhados praticamente por todas as organizações do regime: Legião Portuguesa, Mocidade Portuguesa, Liga 28 de Maio, GNR, PSP (quando do caso), bombeiros, escuteiros, Forças Armadas, grémios, Casas do Povo e sindicatos, tribunais, Igreja, e muita da hierarquia do poder local e da União Nacional¹³⁴. Sustentando este aparato estava um conjunto de salões nobres, pavi-

nado às classes intelectuais; (2) um semanário cultural-recreativo dedicado à classe média; (3) uma boa revista de doutrina económica-social; (4) um semanário de cultura técnica-social para o trabalhador do comércio e da indústria (a editar possivelmente pelos sindicatos). Cf. IANTT/AOS/CO/PC/4 – C, p. 190-196.

¹³¹ *Ibidem*.

¹³² *Ibidem*.

¹³³ Na coreografia política dos anos 40 é visível o mimetismo da arregimentação política dos fascismos, apesar de não ser tão directa, como em plena Guerra Civil espanhola (onde, por exemplo, nas sessões de propaganda anti-comunistas de 1936, a Legião Portuguesa e Mocidade Portuguesa apresentam diversa simbologia propagandística fascista, colocando inclusive bandeiras de Portugal, Itália, Alemanha a nazi e da Espanha nacionalista lado a lado em destaque partilhado). Cf. “Comícios anti-comunistas”, filme do SPN (35 mm), mudo e a preto e branco, 1936.

¹³⁴ Referimo-nos aos presidentes de pequenas câmaras municipais, vereadores, presidentes de juntas de freguesia, representantes das estruturas intermédias e de base da União Nacional. Veja-se, a título de exemplo, a concentração institucional preparada para a visita do ministro do Interior à cidade do Porto, a 11 de Outubro. Na sede local da União Nacional juntaram-se na sessão de propaganda os governadores civis do Porto, Vila Real, Bragança, Braga, Viana do Castelo, Aveiro e Coimbra; os presidentes de todas

lhões, praças ou sedes partidárias, devidamente engalanadas e fornecidas de material para comunicação massificada articulada (som, colunas, pirotecnia, cartazes).

Como vemos, estamos perante uma bem elaborada campanha eleitoral, que inicia os seus trabalhos a 8 de Outubro, na sessão conjunta das comissões Executiva e de Propaganda da UN e na reunião de Salazar com os governadores civis. Nos dias 20 e 28 de Outubro, novas reuniões ultimarão os últimos aspectos da campanha e serão fornecidas as últimas instruções ao pessoal político que irá dirigir os trabalhos eleitorais de dia 1 de Novembro.

Sobre a propaganda, o ministro do Interior dirá, no seu discurso do Porto, que “ela deve ser esclarecida no sentido de chamar os povos à convicção de que votar é alto dever cívico, mas neste momento é mais ainda do que isso, é alto dever patriótico”¹³⁵. Escassos dias mais tarde, o argumento será reforçado por Albino dos Reis que, em reunião pública com a Comissão Executiva, Comissão de Propaganda, Comissão Distrital de Lisboa e comissões concelhias e de freguesia da capital (decorrida a 20 de Outubro), assumia que caberia à União Nacional “a obrigação da propaganda eleitoral, porque foi ela que apresentou a única lista de candidatos à Assembleia Nacional sujeitos ao próximo referendun dos eleitores (...)”¹³⁶. Na mesma sessão, o presidente da Comissão Executiva da União Nacional justifica a necessidade da propaganda pois “o desinteresse do eleitorado poderia ser interpretado prejudicialmente às instituições e aos altos interesses nacionais”. Por outro lado, continua, “é da máxima importância fazer penetrar os portugueses da convicção profunda de que da maneira como se comportam nos actos da vida nacional dependerá essencialmente da sua posição em face da tempestade da guerra e dos problemas da paz. Portugal, no acto eleitoral que há-de eleger os deputados para a Assembleia, tem de demonstrar que continua e quer seguir a sua marcha como nação livre e independente”¹³⁷.

Finalmente, e com intuítos comparativos, é interessante analisar as propostas consagradas nos documentos-guias relativos às eleições gerais de 1938 e 1945. Para as eleições de 1938 era recomendado que se fizesse uma propaganda objectiva, construtiva e educativa¹³⁸. O programa da campanha previa, na primeira semana, uma “reu-

as câmaras municipais do distrito do Porto; o comandante da 1.ª Região Militar; a Mocidade Portuguesa; os presidentes das comissões distritais da União Nacional; o presidente da junta da Província do Litoral; vários comandantes da Legião Portuguesa; o comandante da PSP; o chefe Marítimo do Norte; o vice-reitor da Universidade do Porto; presidentes de diversas juntas de freguesia; de comissões políticas da UN; comandante e oficiais da GNR; delegado do INT; o capitão Graça, director da PVDE; câmaras municipais e comissões da União Nacional de todos os concelhos dos distritos de Braga, Vila Real, Bragança e Viana do Castelo; e sete candidatos a deputado. Ver *Diário da Manhã*, *Jornal do Comércio*, *O Comércio do Porto*, *O Século*, *Novidades*, *Diário de Coimbra*, *Diário de Notícias*, *Primeiro de Janeiro*, entre outros, de 12 de Outubro de 1942.

¹³⁵ Ver *Diário da Manhã*, de 12 de Outubro de 1942. Ver ainda *Jornal do Comércio*, *O Século*, *O Comércio do Porto* e *Diário de Notícias*, todos de 12 de Outubro de 1942.

¹³⁶ Ver *Diário da Manhã*, de 21 de Outubro de 1942.

¹³⁷ Ver *Diário da Manhã*, de 21 de Outubro de 1942.

¹³⁸ Objectiva, “porque não se destina a exaltar a pessoa dos candidatos, mas a definir o sentido plebiscitário da eleição (...)”; construtiva, “porque se baseará menos na crítica negativa dos malefícios que os

nião das autoridades distritais e concelhios da UN, candidatos, antigos deputados, membros da Câmara Corporativa, directores de estabelecimentos de ensino e directores de Distrito Escolar, para a organização das sessões de propaganda eleitoral a realizar nas sedes dos concelhos e das freguesias”. Depois, no primeiro fim-de-semana da campanha, seriam realizadas nas sedes de concelho sessões de propaganda “sempre com um orador de fora do concelho e com dois ou três da terra. Para esta sessão serão convidadas as autoridades paroquiais, delegado escolar concelhio e todos os professores do concelho (...)”. No segundo fim-de-semana, realizar-se-iam, em cada freguesia, “à volta da Escola Primária uma sessão de educação cívica e de propaganda eleitoral com a colaboração de professores e autoridades (...)”; e, finalmente, no último sábado, em Lisboa, Coimbra e Porto seriam realizadas “grandes sessões de encerramento da campanha eleitoral”¹³⁹. Em termos de conteúdo, era dado enfoque ao esclarecimento de que as “as dificuldades resultantes da crise económica de modo nenhum afectam os princípios em que assenta a estrutura do Estado Novo”, recordando-se que “o único meio de combatê-las eficazmente é colocar no plano nacional a solução de todos os problemas”. Para esse efeito, dever-se-ia utilizar “o abundante e rico material de propaganda que a obra do Estado Novo fornece para a apreciação das suas benemerências em todos os sectores da vida nacional”, e apostar numa campanha de “educação política, destinada a despertar a consciência nacional”, recordando que “o voto tem sentido positivo, isto é, envolve o direito de escolha, mas não o renunciar a fazê-la”, por isso, “a abstenção seria a falta de cumprimento do dever cívico”¹⁴⁰.

O plano de acção política e eleitoral para 1945 era ainda mais completo e profissionalizado¹⁴¹. Produzido antes da marcação das eleições que ocupariam o eleitorado no segundo semestre de 1945, requeria, como medidas de realização imediata, a reorganização dos quadros da União Nacional e a marcação das eleições administrativas e para deputados para as datas mais tardias consentidas pelo Código Administrativo. Depois, previa uma série de trabalhos preparatórios relativos à construção da lista de candidatos. O programa da propaganda eleitoral seria intensificado a partir de 1 de Outubro de 1945 por meio da imprensa, radiodifusão, afixação de cartazes e distribuição de manifestos, e adoptaria o seguinte guião: abertura da campanha com grande sessão na cidade do Porto, com o presidente da Comissão Central (António de Oliveira Salazar); realização em Lisboa de uma sessão de propa-

partidos causaram à nação do que no activo das realizações do Estado Novo”; e educativa, “pela difusão dos princípios essenciais do Estado Novo (...)”. No concreto sugeriam “utilizar-se o abundante e rico material de propaganda que a obra do Estado Novo fornece”, nomeadamente para o esclarecimento “das dificuldades resultantes da crise económica”. Simultaneamente, produzir-se-ia uma extensa campanha de educação política, “destinada a despertar a consciência nacional” e a acentuar que “a liberdade de voto tem sentido positivo, isto é, envolve o direito de escolha, mas não o de renunciar a fazê-la: por isso, a abstenção seria a falta de cumprimento do dever cívico”; cf. IANTT/AUN/NT 1006/maço 3, p. 13. Ver ainda IANTT/CO/PC 4A, p. 144-145.

¹³⁹ Cf. IANTT/CO/PC 4A, p. 144-145; sublinhado no original. Ver ainda Arquivo Distrital da Guarda/1838/caixa 1/União Nacional – campanha eleitoral – 1938.

¹⁴⁰ Ver instruções para a campanha eleitoral, de 8 de Outubro de 1938; cf. IANTT/AUN/NT 1006/maço 3.

¹⁴¹ Cf. IANTT/AUN/NT 1006/maço 3, p. 13.

ganda no Coliseu, com o ministro do Interior; no Teatro Nacional D. Maria II, com a apresentação dos candidatos por Lisboa; organização de grandes sessões em Braga, Coimbra, Setúbal e Évora, com oradores vindos de Lisboa e Porto¹⁴². De apoio a esta dinâmica, seria criado um gabinete de imprensa na sede da União Nacional¹⁴³ e intensificado o papel das instituições para-estatais do regime¹⁴⁴.

As comparações destes dois actos eleitorais com a “nossa” eleição de 1942 necessita no entanto de ser matizada. Se com as eleições de 1938 é ainda possível estabelecer alguma linha de continuidade, já as eleições de 1945 apresentam características demasiado diferentes para permitir a apresentação de leituras decalcadas. Assim, e relativamente aos actos eleitorais do imediato pós-guerra, necessitamos de ter em consideração que o plano de acção política elaborado denunciava uma preocupação com os actos eleitorais não verificada no ciclo 1934-1945; isto porque o ciclo eleitoral respectivo tem características bem diferentes: em 1945 Salazar prometera realizar em Portugal “eleições tão livres como na livre Inglaterra”, enquanto que em 1942, o Presidente do Conselho admitia que as eleições eram ainda um resquício liberal necessário mas com existência a prazo. Ou seja, é bastante diferente organizar actos eleitorais – para o Estado Novo – na *Época dos Fascismos* ou no mundo democrático do pós-guerra.

As eleições de 1942 terão características quotidianas, com as particularidades concretas, mas sem particulares sistémicas ou políticas que obrigassem o regime a um esforço suplementar na sua organização e controlo; o que ajuda a explicar parte das diferentes preocupações propagandísticas entre as eleições de 1942 e 1945 (diferenças nos recursos distribuídos e na importância política dedicada, na atenção e profissio-

¹⁴² Seria, aliás, construída uma escala de sessões a executar durante a campanha eleitoral, envolvendo a elite governamental. Para as eleições administrativas era sugerido que nas duas semanas anteriores à eleição se promovessem “sessões públicas de propaganda nas sedes dos concelhos, cabendo a organização às comissões de concelha, comissões de freguesia, Legião Portuguesa e às comissões distritais, que devem enviar oradores. Em Lisboa uma dessas sessões terá lugar na sede da Liga Nacional 28 de Maio. Em todas as capitais de distrito (...) a UN promoverá a remessa de boletins de voto juntamente com um manifesto incitando-os a concorrerem ao acto eleitoral”. Cf. IANTT/AUN/NT 1006/maço 3, p. 13.

¹⁴³ A imprensa deveria inserir “em lugar de relevo, notícias e extractos das sessões de propaganda fornecidas pelo Gabinete de Imprensa da União Nacional”, proporcionar “larga reportagem gráfica de outros actos de campanha” e “publicação de artigos em que se acentue a transcendência do acto eleitoral e se incite o eleitorado a cumprir o dever cívico do voto”. Mantinham-se os “Subsídios à imprensa diária de província”, e seriam promovidos concursos para a “Edição de cartazes ilustrados alusivos às eleições” e a “distribuição por todo o país de manifestos de propaganda eleitoral com aproveitamento de meios modernos de expansão, designadamente da aviação” e “publicação, a partir de Outubro de uma revista mensal de cultura nacionalista (...)”; cf. IANTT/AUN/NT 1006/maço 3, p. 13.

¹⁴⁴ Era sugerido que a União Nacional e outras instituições do regime desenvolvessem formas de actuar mais próximas da acção directa, desmultiplicando esses organismos na sua rede de contactos. Era assim promovida a “intervenção pessoal e directa de personalidades representativas do regime na campanha eleitoral das regiões onde disponham de influência”; requerendo que “cada legionário, cada inscrito na Liga 28 de Maio, cada filiado na União Nacional deverá ser um agente dedicado da acção a empreender”; procurando promover “diligências pessoais junto dos dirigentes dos estabelecimentos comerciais e industriais, companhias, bancos etc. no sentido de persuadir o seu pessoal a concorrer às urnas”. Cf. IANTT/AUN/NT 1006/maço 3, p. 13.

nalização da abordagem ao acto eleitoral e no nível de mobilização ambicionado). Encontramos naturalmente mais similaridades entre as eleições de 1942 e as de 1938, na organização singela assente em linhas gerais, em ideias simples e em modelos de propaganda de integração, e não de agitação. Claro que muitos dos processos descritos em 1945 já eram realidade em 1942, e mesmo em 1938: o subsídio aos jornais, a colocação de notícias, a elaboração de um guião eleitoral, a construção de uma caravana nacional, a necessidade de articular todo o regime na preparação e vivência da experiência eleitoral. A diferença é a sistematização, a preparação e profissionalização da abordagem; os recursos dispendidos e a consciencialização da importância (interna e externa) do acto eleitoral.

5.4. A macro-dinâmica da campanha eleitoral

A campanha eleitoral será conduzida sob dois prismas: a macro-campanha, dirigida por membros do governo, de carácter nacional; e a micro-campanha, efectuada nos distritos, liderada pelos governadores civis, auxiliados por candidatos a deputado. A imprensa reportará e apreciará ambas.

A campanha governamental será suportada maioritariamente pelo ministro do Interior, que lhe marcará o ritmo e lhe imporá o discurso, e pelo presidente da Comissão Executiva da União Nacional que, com intervenções intercaladas com as do ministro do Interior, assumirá o contraponto¹⁴⁵. No final da campanha, o ministro interino das Colónias fará uma comunicação para todo o Império Português, numa acção de grande espectacularidade propagandística com transmissão radiofónica, a onda média e onda curta, em simultâneo, para todo o território continental e ultramarino¹⁴⁶.

O Presidente do Conselho estará publicamente muito discreto durante o acto eleitoral, não se registando nenhum discurso ou intervenção publicada de registo: apenas a reunião particular com os governadores civis do continente e com o ministro do Interior, a 8 de Outubro, que lançará as bases da campanha eleitoral. Aliás, Salazar aproveitará metade do mês de Outubro para regressar a Santa Comba Dão, onde

¹⁴⁵ As intervenções de Albino dos Reis são dos dias 20 e 27, intercaladas nas de 18, 25 de Mário Pais de Sousa e a sessão final. Ver tabela 14.

¹⁴⁶ O ministro interino das Colónias encontra-se em visita oficial às colónias, ao Congo e à África do Sul. Em causa estavam as relações com a África do Sul que, liderada pelo marechal Smuts, estava muito preocupada com a África Portuguesa, ao ponto de solicitar a Londres um ataque preventivo às possessões lusas. Ver o relato da intervenção do ministro das Colónias no *Jornal do Comércio, O Século* ou *Primeiro de Janeiro*, de 29 de Outubro de 1942. Sobre as colónias portuguesas em África durante a II Guerra Mundial, e as pretensões da África do Sul sobre Angola e Moçambique, ver António José Telo, *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)*, Vol. I, p. 26 e seguintes.

Tabela 14 – A dinâmica da campanha eleitoral

	Segunda	Terça	Quarta
Dia	5	6	7
Actores Políticos	–	–	–
Editorial	–	–	–
Sessão distrital	–	–	–
Rádio	–	–	–
Dia	12	13	14
Actores Políticos	–	–	–
Editorial	–	–	–
Sessão distrital	–	–	–
Rádio	–	–	–
Dia	19	20	21
Actores Políticos	–	Albino dos Reis	–
Editorial	<i>Diário de Lisboa</i> <i>Diário da Manhã</i> <i>Diário Popular</i>	<i>Novidades</i>	<i>Diário de Noticias</i> <i>O Século</i> <i>Jornal do Comércio</i>
Sessão distrital	–	–	–
Rádio	–	–	José Cabral [EN] António Pires de Lima [ERN]
Dia	26	27	28
Actores Políticos	–	Albino dos Reis	Francisco Caeiro
Editorial	–		<i>Novidades</i>
Sessão distrital	–	Porto	Faro Santarém
Rádio	Jaime Pinho [ERN]	–	Francisco Caeiro [EN] Luis de Pina [ERN]

	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo
	8	9	10	11
	Pais de Sousa Salazar	–	–	Pais de Sousa (Porto)
	<i>Diário da Manhã</i>	<i>O Século</i>	<i>Diário da Manhã</i>	–
	–	–	–	–
	–	–	–	–
	15	16	17	18
	Comissão Propaganda UN	–	–	Pais de Sousa (Coimbra)
	–	<i>Diário da Manhã</i>	–	<i>Diário da Manhã</i>
	–	–	–	Coimbra
	–	–	–	–
	22	23	24	25
	–	–	–	Pais de Sousa (Évora)
	–	<i>A Voz</i>	<i>Diário da Manhã</i>	–
	–	–	Braga, Leiria, Beja (Aljustrel)	Évora, Viseu, Aveiro Guarda
	–	Ângelo César [ERN]	Rodrigues Cavalheiro [EN] Albano Rodrigues Sarmento [ERN]	Sá Carneiro [ERN]
	29	30	31	1
	–	–	Pio XII	Eleição
	<i>Diário da Manhã</i> <i>Acção</i>	<i>Diário de Noticias</i> <i>Comércio do Porto</i> <i>Diário de Lisboa</i> <i>O Século</i>	<i>A Voz</i>	
	Setúbal	Lisboa Bragança Castelo Branco Portalegre Vila Real Viana Castelo	–	
	Ulisses Cortês [EN] António Pinheiro Torres [ERN]	Cardeal Cerejeira [EN] Pedro Inácio Ribeiro [ERN]	João do Amaral [EN] António Pires de Lima [ERN] Castro Soares [ERC]	

estará de férias entre 14 e 25 de Outubro¹⁴⁷, deixando a campanha devidamente orquestrada com Mário Pais de Sousa, Albino dos Reis e José António Marques, da Comissão de Propaganda da União Nacional¹⁴⁸.

A campanha a nível local, como vimos, era da responsabilidade da União Nacional Distrital e dos respectivos governos civis, “com o concurso dos candidatos a deputados que correspondem a cada um dos distritos”; numa dinâmica marcada pelo envolvimento das estruturas locais no processo eleitoral em sessões de média e pequena intensidade logística e sem grande inovação discursiva. Os exemplo-tipo destas reuniões de província eram as sessões que se efectuavam longe das capitais de distrito, em pleno interior rural, onde a caravana eleitoral era recebida com toda a pompa e circunstância, num cenário verdadeiramente “felliniano”. Neste festim público, o presidente da câmara, acompanhado pela banda local (geralmente dos bombeiros) e com guarda de honra da GNR, liderava a miríade de pequenos poderes e hierarquias locais (presidente de junta de freguesia, Mocidade Portuguesa local, Legião Portuguesa local, União Nacional local, pequeno funcionalismo público, professorado), terminando esta romaria folclórica com uma intervenção do político local e com o discurso de algum candidato a deputado. Era ainda solicitada uma postura mobilizadora das diversas *forças vivas* dos concelhos e distritos, que deveriam utilizar em prol da mobilização eleitoral os seus espaços de intervenção pública, quer se tratasse das Casas do Povo, sedes sindicais, ou os púlpitos das igrejas.

A imprensa acompanha a micro e a macro campanha que se desenvolve ao longo do mês de Outubro. A macro-campanha evolui em torno da dinâmica construída entre Pais de Sousa e Albino dos Reis, palestrando o ministro do Interior aos domingos e o presidente da Comissão Executiva da União Nacional às terças. Esta dinâmica é transportada para a imprensa de referência numa dinâmica de “notícia”-“comentário”, desenvolvendo-se um ciclo onde, após as intervenções dos protagonistas principais, seguir-se-ia uma série de intervenções editorialistas versando os temas abordados, criando-se assim um corpo discursivo consistente (ver tabela 14).

Este esquema era directamente inspeccionado pelo aparelho de controlo comunicacional do governo, que não conferia as intervenções de Pais de Sousa ou de Albino dos Reis (estas eram coordenadas com Salazar), mas que fiscalizava diariamente a imprensa, impossibilitando a existência de uma postura crítica.

A micro-campanha ressentia-se da fraca exposição de destaque, nomeadamente nos jornais de alcance nacional. A sua capacidade de produção de material político de relevo é substancialmente mais fraca; e a maior parte dos seus actores limitam-se a apresentar variações mínimas à última intervenção do actor de destaque. O seu raio de alcance é regional, apenas completando nos jornais de referência – e nas suas páginas interiores – as notícias da grande campanha ou do evento do dia.

¹⁴⁷ O Presidente do Conselho passará a maior parte do tempo em Santa Comba Dão, onde receberá a visita do ministro do Interior antes de ele ir à sessão distrital de Coimbra, a 18 de Outubro. Cf. IANTT/AOS/DI – 3; 14 a 25 de Outubro de 1942.

¹⁴⁸ Salazar encontrar-se-á com o ministro do Interior no Caramulo antes da sua sessão em Coimbra, e recebê-lo-á, já em Lisboa, no seu regresso de Évora.

Os ritmos da campanha

Considerando a entrega da lista de deputados como o dia do início do período de propaganda eleitoral, podemos afirmar que a campanha terá três momentos:

- a) Um primeiro, que decorre entre a entrega da lista (30 de Setembro) e a segunda reunião pública do ministro do Interior (em Coimbra, a 18 de Outubro);
- b) Um segundo, entre a intervenção de Passos de Sousa em Coimbra e a última semana da campanha;
- c) E o terceiro momento, na última semana (25 de Outubro – 1 de Novembro).

O primeiro momento tem um ritmo lento e é marcado essencialmente por uma série de reuniões (públicas e privadas) fomentadas por Salazar. Em específico, referimo-nos à dupla reunião que, a 8 de Outubro, Salazar promove com o ministro do Interior e com os governadores civis¹⁴⁹, e às reuniões privadas com o presidente da Comissão de Propaganda da União Nacional (a 5 de Outubro) e com Pais de Sousa e Dinis da Fonseca (a 7 de Outubro)¹⁵⁰. Deste conjunto de três reuniões sairão as principais instruções e linhas gerais da campanha. Salazar reunirá ainda, antes da sua partida para Santa Comba, e em privado, com José António Marques (presidente da Comissão de Propaganda), a 11 de Outubro; e novamente com Pais de Sousa e Dinis da Fonseca, nos dias 12 e 13. No seu regresso, será com o ministro do Interior e com José António Marques que tratará os assuntos eleitorais.

O segundo momento tem um ritmo médio, é balizado pelas intervenções institucionais do ministro do Interior e procura, paulatinamente, ir construindo um crescente envolvimento na campanha. Tem nas sessões públicas com os governadores civis os seus pontos altos¹⁵¹, e vê o seu ritmo acelerar a partir da sessão de Coimbra, data a partir da qual os editoriais eleitorais dos principais jornais de referência se tornam diários. No dia 20 assiste-se à entrada em cena de Albino dos Reis, que formará com Pais de Sousa o duo responsável pela dinâmica eleitoral¹⁵². É durante este ciclo que se iniciam as micro-campanhas e as sessões nas capitais distritais (a primeira em Coimbra, a 18 de Outubro), ainda que sem grande repercussão, e se inauguram as

¹⁴⁹ Veremos adiante alguns dos seus aspectos com mais pormenor.

¹⁵⁰ Salazar ultima a sua apresentação aos governadores civis no próprio dia 8, pela manhã. No dia seguinte, reunirá novamente com o ministro do Interior e o subsecretário de Estado da Assistência para troca de ideias sobre a reunião da véspera e sobre a campanha eleitoral; cf. IANTT/AOS/DI – 3, 5, 6, 7, 8 e 9 de Outubro de 1942.

¹⁵¹ Mário Pais de Sousa estará no Porto a 11 de Outubro, onde reúne com os governadores civis de Vila Real, Bragança, Braga, Viana do Castelo, Aveiro e Coimbra; em Coimbra a 18 (onde chega vindo de Santa Comba e de um encontro privado com Salazar), reunindo com os governadores civis de Coimbra, Aveiro, Viseu, Leiria, Lisboa, Santarém, Guarda e Castelo Branco; e a 25 de Outubro em Évora, onde reúne com os governadores civis de Évora, Portalegre, Beja, Faro, Castelo Branco e Santarém.

¹⁵² Será Albino dos Reis quem apresentará os resultados da reunião da Comissão de Propaganda da União Nacional e anunciará as grandes sessões de propaganda em todas as capitais de distrito.

palestras políticas radiofónicas (a partir de 21 de Outubro, no Emissor Regional do Norte e de 22, na Emissora Nacional).

Por fim, o terceiro momento, decorrido na última semana antes da eleição, tem um ritmo intenso, com picos de intensidade política (as sessões do Porto e de Lisboa). Começa na deslocação a Évora do ministro do Interior e desmultiplica-se nas sessões de mobilização organizadas para as capitais dos distritos. Salazar entretanto chega a Lisboa e rapidamente se inteira dos acontecimentos (se é que deles alguma vez se encontrou alheio)¹⁵³. O ciclo de sessões nas capitais distritais, que se iniciaram a 18 em Coimbra (aquando da visita do ministro), intensifica-se a partir do fim-de-semana de 24/25. Braga, Leiria e Beja organizam os seus comícios eleitorais no Sábado; e Évora (na recepção ao ministro), Aveiro, Guarda e Viseu no Domingo, 25 de Outubro¹⁵⁴. Na Terça-feira, 27, o Porto e Viana do Castelo fazem as suas sessões, destacando-se a do Teatro Sá da Bandeira, onde Albino dos Reis encerrará uma sessão com grande repercussão mediática. No dia seguinte, marcado pela intervenção, de Angola e para todo o Império, do ministro interino das Colónias, Faro e Santarém organizam as suas sessões de propaganda. Na Quinta-feira inicia-se a preparação para o grande comício final do Liceu Camões. Ulisses Cortês intervém na Emissora Nacional e o distrito de Setúbal apresenta a sua sessão de propaganda, nos Paços do Concelho¹⁵⁵.

Finalmente, Sexta-feira 30 de Outubro. O *Diário de Notícias*, o *Comércio do Porto*, o *Diário de Lisboa* e o *Século* postam editoriais sobre o acto eleitoral de Domingo. Todos noticiam a sessão da noite do Liceu Camões. Bragança, Castelo Branco e Portalegre organizam as suas reuniões magnas¹⁵⁶. Salazar mantém-se discreto, preocupando-o mais a passagem de D. Duarte Nuno por Lisboa, vindo do Brasil¹⁵⁷. No ginásio do Liceu Camões engalana-se a sala. A sessão é de importância extrema. Em Lisboa, num recinto condignamente preparado para o efeito, a grande sessão de propaganda eleitoral tem o seu início. Intervem Quelhas de Lima, Luís Vieira de Castro e Manuel Maria Múrias, todos candidatos a deputado. Republicanos, católicos, monárquicos. Todo o regime. Albino dos Reis, presidente da Comissão Executiva da União Nacional, encerra a sessão.

No Sábado, a campanha receberá um reforço inesperado: o Papa Pio XII intervirá aos microfones da Emissora Nacional, discursando em português sobre Fátima e a Paz em Portugal. Já na Sexta-feira o Cardeal Cerejeira falara aos microfones da

¹⁵³ Logo na segunda-feira 26, reúne com Pais de Sousa, pelas 15h, a quem solicita relato da sessão de propaganda de Évora; e com José António Marques, pelas 21h, com quem trata de propaganda eleitoral; cf. IANTT/AOS/DI – 3, 26 de Outubro de 1942.

¹⁵⁴ Braga organiza a sua sessão no Teatro Circo; Leiria no Salão Nobre da Câmara Municipal; Beja em Aljustrel; Évora (na recepção ao ministro), Aveiro no Teatro Aveirense, Guarda no Teatro da Beira e Viseu no Teatro Viriato.

¹⁵⁵ Faro organiza a sua sessão no Teatro Lethes, Santarém no Salão Nobre da Junta de Província do Ribatejo e Setúbal nos Paços do Concelho.

¹⁵⁶ Bragança no Cine-Teatro Camões, Portalegre no Teatro Portalegrense e Castelo Branco nos Paços do Concelho.

¹⁵⁷ O Presidente do Conselho assenta mesmo no seu diário a hora da chegada de D. Duarte Nuno (14h30). O assunto é diversas vezes tema de apontamento no seu diário. Cf. IANTT/AOS/DI – 3, Outubro de 1942.

Emissora Nacional apresentando o balanço das comemorações Fatiminianas. João do Amaral, na Emissora Nacional, Pires de Lima, no Porto, e Castro Soares, em Coimbra, também ocuparão as ondas hertzianas. Na imprensa ler-se-á sobre o que se passou em Lisboa. Vila Real patrocinará a sua sessão de propaganda. Acaba a campanha. Domingo vota-se.

5.5. Discurso, propaganda e quotidiano. A campanha ao nível nacional

O argumentário desenvolvido procura envolver o leitor e eleitor numa trama desenhada e apresentar o complexo quadro do regime, fragmentado em temas definidos, e cujo desenho final – só conhecido totalmente na última semana – é o de um país grato aos seus Chefes pela Paz e pela estabilidade política em que vive, e que se permite, normalmente e dentro dos seus prazos constitucionais, eleger uma Assembleia Nacional com poderes constituintes ordinários.

Estas eleições seriam marcadas por um discurso assente em cinco grandes temas: [1] o da normalidade constitucional, [2] o excepcionalismo da situação interna portuguesa face ao conflito mundial, [3] a unidade nacional, [4] o agradecimento à obra dos Chefes, Salazar e Carmona e [5] o contraponto com a experiência política da República. Cosendo estas ideias encontram-se as linhas da estabilidade económica, da normalidade política, da validação da Revolução Nacional e da Paz¹⁵⁸.

O discurso de Novembro procurava construir a ideia de que Portugal, fruto da acção genial e inspirada dos seus Chefes, elaborava um acto eleitoral normal, natural e constitucionalmente previsto, quando o mundo se dilacerava numa guerra sem empate. Era esta a ideia, e Mário Pais de Sousa, de certa maneira, sintetizava-a na sua intervenção do Porto: “Nós, meus senhores, vamos eleger a Assembleia Nacional, órgão de soberania do Estado, mas crede que é verdade irmos mais uma vez votar a unidade nacional à volta dos Chefes. Três expressões diriam tudo: Unidade, Civismo, Seriedade. Numa palavra: Legalidade”¹⁵⁹.

Estes argumentos apresentavam poucas novidades em relação à eleição presidencial de Fevereiro. Também nessas eleições foram o ministro do Interior e o presidente da Comissão Executiva da União Nacional quem assumiu grande parte da responsabilidade da gestão da campanha e do discurso eleitoral. Os temas da campanha, mais

¹⁵⁸ Numa intervenção que concluiria afirmando que “os que faltarem não compreenderam”, numa alusão clara à política de reconstrução nacional, de imposição da Ordem, da restauração do Império e da salvaguarda da independência nacional em face do conflito decorrente. Ver o discurso transcrito na primeira página do *Diário da Manhã*, de 8 de Fevereiro de 1942. Ver ainda “Na reeleição do Chefe do Estado (7 de Fevereiro de 1942)”, in António de Oliveira Salazar, *Discursos III (1938-43)*, Coimbra, Coimbra Editora, 1943, p. 307-318.

¹⁵⁹ Discurso do ministro do Interior na sede da UN no Porto, a 11 de Outubro de 1942.

curta que a campanha relativa às eleições legislativas¹⁶⁰, são o da Unidade Nacional, o reconhecimento da obra dos Chefes e o carácter plebiscitário da eleição¹⁶¹, e da política de Paz¹⁶². Salazar, em intervenção para “todo o Império” concluiria afirmando que “os que faltarem não compreenderam”, numa alusão à política de reconstrução nacional, de imposição da Ordem, da restauração do Império e da salvaguarda da independência nacional em face do conflito decorrente¹⁶³.

Nas eleições gerais de 1942, as sessões de propaganda e os artigos de opinião destacavam carácter plebiscitário das eleições, as virtudes da lista apresentada, dos seus candidatos, e as características da próxima Assembleia Nacional. Por contraponto, fazia-se referência às realidades observáveis no tempo da I República, e quão distinta era a vida pública e política em 1942, especialmente no que dizia respeito às lutas partidárias fratricidas, às falsas e vãs promessas dos políticos, ao divisionismo nacional, à volatilidade institucional e ao desvario governamental e financeiro.

Logo no dia 1 de Outubro, o editorial do *Diário da Manhã* lançava o mote para a campanha: “A normalidade constitucional é a normalidade da ordem e, (...) o triunfo (...) da Revolução de Maio. É, por outro lado, exemplo raro no Mundo”. E, referindo-se ao conflito mundial, reconhece que “o estado de guerra não tem tido influência sensível na marcha da nossa vida política interna. Não foi preciso, (...) suspender qualquer prerrogativa, deixar de exercer qualquer acto ou satisfazer qualquer formalidade essencial da Constituição. Tudo se passa normalmente, como antes da guerra, mas não por acaso, — porque tudo se havia condicionado a este fim supremo do interesse nacional: *procurar viver habitualmente*, mesmo através das maiores crises”¹⁶⁴. Era afinal “o que indica esta frase de Salazar, (...): “viver *habitualmente*”¹⁶⁵.

¹⁶⁰ O general Carmona apresentou formalmente a sua candidatura no dia 29 de Janeiro de 1942, Quinta-feira, e a eleição decorre no Domingo 8 de Fevereiro, escassos 9 dias depois. Ver *Diário da Manhã*, de 29 de Janeiro de 1942 e 8 de fevereiro de 1942.

¹⁶¹ “A unidade nacional à volta do Sr. General Carmona significa unidade de pensamento quanto aos princípios, de acção quanto aos meios, de vontades quanto aos objectivos da Revolução”, afirmou o ministro do Interior em Setúbal, que também refere que os “portugueses uma vez mais perante o mundo que se encontram inquebrantavelmente unidos em redor da prestigiosa e nobilíssima figura do Chefe do Estado”, ver *Diário da Manhã*, de 3 de Fevereiro de 1942

¹⁶² “Na iniciação de mais um período da nossa História formulamos o voto de que ele seja de tranquilidade pública e de prosperidade para a nação na Paz, na Justiça, numa nova ordem cristã da Humanidade”, disse Albino dos Reis em sessão de propaganda no Coliseu dos Recreios, em Lisboa; ver *Diário da Manhã*, de 6 de Fevereiro de 1942.

¹⁶³ Ver *Diário da Manhã*, de 8 de Fevereiro de 1942. Ver ainda “Na reeleição do Chefe do Estado (7 de Fevereiro de 1942)”, in António de Oliveira Salazar, *Discursos III (1938-43)*, Coimbra, Coimbra Editora, 1943, p. 307-318.

¹⁶⁴ *Diário da Manhã*, 1 de Outubro de 1942, itálico no original.

¹⁶⁵ *Ibidem*, itálico no original. Sobre o tema, ainda acrescentava que “O ideal e o esforço da governação tendem, pois, a manter a máxima normalidade possível no funcionamento das instituições e da administração pública, de maneira a observar-se o princípio da legalidade constitucional sem hiatos nem alterações. Em obediência a esta regra se efectuaram nos prazos devidos e condições de lei, (...) a eleição de deputados à Assembleia Nacional”.

No dia anterior, o *Novidades* defendera a pluralidade do regime num editorial intitulado “uniformidade, não”, assinado por José Sebastião Silva Dias¹⁶⁶. Neste texto era defendido que urgia “contrapor à uniformidade que aniquila, a unidade na diversidade, que constrói”, numa alusão à necessidade da presença de elementos de diversas proveniências políticas (do campo da situação, claro está) na principal câmara política do regime, preocupação que acaba por se verificar na construção da lista de deputados¹⁶⁷.

Nos dias seguintes, o *Diário da Manhã* elaborava, com originalidade e postura pedagógica apurada numa série de perguntas e respostas sobre as eleições. Questionava: “Que significado político poderá ter a eleição de deputados à Assembleia Nacional que se efectuará no dia 1 de Novembro próximo?”, respondendo: “apesar da guerra, a lei constitucional cumpre-se em Portugal e seu Império, normalmente, sem alteração nem suspensão de qualquer dos seus princípios ou prerrogativas essenciais. Isto é muito importante quando se compara com o que vai pelo mundo, mesmo naqueles países que mais se consideram fiéis ao princípio da ortodoxia da legalidade constitucional”. Uma alusão clara ao discurso da *normalidade*. Uma segunda questão era colocada, sobre o carácter concorrencial: “Tratar-se-á verdadeiramente de uma eleição? Há quem duvide ou discorde. Eleição — dizem — é escolha (...). Na verdade, não se trata de escolher, mas de confirmar. (...) A eleição do dia 1 de Novembro será, assim, um acto de confiança do povo na obra do Governo de Salazar e no Estado Novo”¹⁶⁸.

A reunião com os governadores civis do continente, de 8 de Outubro

A 8 de Outubro, como temos vindo a referir, o Presidente do Conselho convoca os governadores civis do continente para uma reunião geral preparatória. Partindo das premissas de que “várias são as razões que se opõem à formação de um ambiente favorável à volta do eleitorado português para a realização de tão importante acto político e nacional, como é o da eleição dos novos deputados”, e de que “o *peso dos acontecimentos da guerra* (...) poderá criar situações difícilísimas (...)” o Presidente do Conselho procura chamar a atenção dos governadores civis para as

¹⁶⁶ Recém-licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, este nortenho de 26 anos trabalhava como assistente dos Serviços de Acção Social do INTP. Na altura é também articulista no *Novidades*, jornal do Episcopado português, de que será redactor. Ver António Pedro Vicente, “José Sebastião da Silva Dias”, in *Dicionário de História de Portugal...*, p. 529.

¹⁶⁷ Ver *Novidades*, de 30 de Setembro de 1942.

¹⁶⁸ *Diário da Manhã*, de 3 de Outubro de 1942. Sobre o tema, acrescentavam que “Confirmar será, neste caso, manifestar pública confiança nos altos propósitos políticos que presidiram à organização da lista, cujos nomes portanto representam, dado o cuidado da escolha, uma garantia para a estabilidade das instituições e para a continuidade de governo (...). Sabendo-se que, em última análise, se vota pela política de governo de Salazar, tudo se esclarece, nenhuma dúvida poderá subsistir no espírito de ninguém”. No final do texto encontramos o apelo mobilizador, em torno de um nacionalismo positivo de afirmação “Quem ousaria pensar e dizer que não é necessário, útil e oportuno, neste momento, reafirmar essa confiança, pública e solenemente, em franca homenagem à obra do governo de Salazar e em firme, claro, incondicional apoio da sua política interna e externa?! Quem o ousasse não pensaria como português...”.

“marcadas repercussões e influência [que a eleição] pode vir a ter na resolução dos transcendentais problemas de política interna, base consequente da política externa (...)”¹⁶⁹, frisando que “em vez de nos alhearmos do acto político que vai realizar-se, devemos, contrariamente, dedicar-lhe o maior interesse”. Trata-se, afinal “de eleger o Parlamento que vai colaborar com o governo num dos períodos certamente mais difíceis da história política actual da nação”, e que “terá de colaborar na defesa dos direitos da nação, neste amargurado período de guerra, e oxalá que também ainda, nos primeiros e difíceis passos dos primórdios da paz”¹⁷⁰.

Na mesma reunião, Salazar aborda a relação entre a eleição e a representação, devendo esta corroborar a política governamental nestes tempos de indecisão. Diz o Presidente do Conselho que “elegendo um Parlamento, realiza, (...) o processo prático de organizar uma *representação*. Isto é de gravidade capital, se olharmos ao momento excepcional em que terá de viver a Nação, durante o período da sua legislatura parlamentar. Se representa a *opinião pública*, então várias são as conclusões que disto se podem tirar, dado o momento difícil que atravessa a Europa e o mundo. O Parlamento, então, será a *voz da nação*, que não pode nem deve ser diferente da *voz do governo* nos grandes e pequenos problemas do país, terá o valor da *vontade nacional* (...)”¹⁷¹. A estas preocupações, o Presidente do Conselho acrescenta a característica constituinte da Câmara, referindo a capacidade do Parlamento em rever a Constituição em 1943, teoricamente sem interferência do governo.

Na única intervenção de Salazar no decurso da campanha, privada, são apresentados os argumentos da campanha: a normalidade constitucional, o acto eleitoral em tempo de guerra (e a desejada Câmara da Paz), a dinâmica institucional do Estado Novo e o papel da Assembleia Nacional, os poderes do Parlamento, a lista como voz da nação. Estranhamente, a lição do Presidente do Conselho não capta a totalidade das primeiras páginas dos jornais, perdendo mesmo algum protagonismo para o ministro do Interior¹⁷².

No seguimento desta reunião os diversos governadores civis comunicam às forças vivas do respectivo distrito a sua interpretação do teor político das palavras do ministro do Interior. Já analisámos o detalhado relatório elaborado pelo governador civil de Vila Real – Assis Gonçalves – mas, no decurso da nossa investigação foi-nos possível detectar outras duas comunicações: a dos governadores civis de Portalegre (Marques Teixeira) e de Castelo Branco (António Maria Pinto Taborda). Os destaques apresentados em Portalegre davam ênfase ao acto de “notória transcendência política” que será a eleição geral de 1 de Novembro, e que “vem merecendo ao governo

¹⁶⁹ António de Oliveira Salazar, “Lição de Salazar para a Reunião dos Governadores Civis...”. Cf. “Lição de Salazar para a Reunião dos Governadores Civis...”, p. 164-185.

¹⁷⁰ “Lição de Salazar para a Reunião dos Governadores Civis...”, p. 164-185.

¹⁷¹ Cf. IANTT/AOS/CP -129, p. 164-185; itálico no original.

¹⁷² O Presidente do Conselho partilhou as honras na imprensa com a intervenção do ministro do Interior. *O Comércio do Porto*, o *Diário de Notícias*, o *Primeiro de Janeiro*, o *Novidades* destacam Mário Pais de Sousa, enquanto *A Voz*, e o *Século* preferiram o destaque ao Presidente do Conselho; o *Diário da Manhã* dividia o destaque entre os dois oradores. Ver *O Comércio do Porto*, o *Diário de Notícias*, o *Primeiro de Janeiro*, o *Novidades*, *A Voz*, *Século* e *Diário da Manhã*; todos de 9 de Outubro de 1942.

constante solicitude e especial interesse em tudo quanto se refere à sua cuidadosa preparação”, devendo por isso “apreciá-lo na magnitude do seu resultado específico”. Sobre a lista colocada a sufrágio, Marques Teixeira assumia que estaria “fora da nossa alçada emitir opinião [sobre a próxima Assembleia Nacional]”, mas se fosse para “avançar um juízo crítico ele será inteira e deliberadamente concordante com o critério da composição da lista dos deputados propostos a sufrágio, tão elevada foi, como é curial, o espírito de seriedade”. Posteriormente, era solicitado aos destinatários do ofício que se dignassem a “mobilizar toda a sua actividade” no espírito “de consciente nacionalista” e fazendo bom uso das “activas qualidades de bom político que compreende, serve e vive a ordem construtiva do Estado Novo ao serviço desta ideia: não desperdiçar uma única oportunidade e envidar todos os esforços no sentido de imprimir ao acto eleitoral do dia 1 de Novembro a tríplice feição da dignidade, da concorrência e do entusiasmo. Ou, empregando a justeza da expressão de Sua Exa. o ministro do Interior, que ele se revista de ‘legalidade, correcção e dignidade’”. Por estas razões, de ordem moral e política, havia ainda a acrescentar as “fortes e percebíveis razões políticas de natureza interna” e as “não menos relevantes, nem menos claras razões de ordem internacional o exigem e amplamente justificam” para a realização de um acto eleitoral digno e legitimador da política do Estado Novo.

Neste sentido, e “mesmo comungando no mesmo ideário político, fieis à doutrina de resgate da Revolução de Maio, arautos vigilantes da manutenção perdurável e intermerata defesa do regime que Salazar personifica, há que convergir todas as forças e polarizar energias que criem um condicionalismo capaz de despertar a modorra dos indiferentes, levando-os à prática dos actos de civismo”. Continua o governador civil de Portalegre: “se votar traduz o legítimo exercício de um direito na projecção de uma inauferível regalia de todo o eleitor, não implica menos o nobre cumprimento de um dever cívico”. Por fim, concluiria solicitando às diversas forças vivas alvos da comunicação que “oportunamente retransmita a V. Exa. informações complementares alusivas à preparação do acto eleitoral”¹⁷³.

Já o ofício do governador civil de Castelo Branco aos presidentes das câmaras municipais, delegado do Instituto Nacional de Trabalho e Previdência e presidentes das comissões distrital e concelhias do distrito, de 19 de Outubro de 1942, procurava não só amplificar as palavras de ordem de Mário Pais de Sousa, mas também chamar a atenção para as diferentes necessidades logísticas do acto eleitoral. Assim, eram admitidos que “dois problemas parecem fundamentais na preparação do acto eleitoral: uma propaganda séria e convicta e uma perfeita organização técnica do funcionamento das diferentes assembleias eleitorais”. Assumia que “pela propaganda se procurará convencer os cidadãos eleitores da obrigatoriedade moral, utilidade e temporaneidade do seu voto”, entendido como “moralmente obrigatório (por a lei o considerar um dever cívico)”, útil porque “Sua Excelência o Presidente da República (...) implicitamente entende que estas são necessárias à política interna e externa da nação”, e “temporâneo porque no momento conturbado que a Humanidade atravessa, é absoluta-

¹⁷³ Circular do Governo Civil de Portalegre para os presidentes de câmara do distrito, datada de 13 de Outubro de 1942; cf. IANTT/AMI/GM/maço 526/caixa 84, p. 15-16.

mente oportuno dar a conhecer às cinco partes do mundo que num canto da Europa por mercê de Deus e obra da inteligência dos homens, se vive e trabalha em sossego e numa completa união em redor dos governantes”. Na questão da necessária mobilização, António Maria Pinto Taborda lembrava que “por exemplo, o pedido a todos os párocos no sentido de, à hora das missas e no momento apropriado, fazerem pequenas exortações aos seus paroquianos. Idênticas exortações poderão ser feitas nas sedes dos sindicatos nacionais e nas Casas do Povo”. Por fim, aconselhava que a organização das assembleias eleitorais devia ser orientada para que se consiga delas obter o seu maior rendimento e garantir a sua rápida actuação, julgando mesmo conveniente explicar “às respectivas mesas eleitorais a circunstância de ser legalmente admissível a inscrição de todos os indivíduos com direito a voto mas não recenseados, que se apresentarem nas Assembleias para votar”, num claro apelo à fraude e à criatividade eleitoral¹⁷⁴.

No dia seguinte, João Ameal, em editorial no *Diário da Manhã*, reforçava os argumentos adiantados, lembrando que o “valor que se atribuí às eleições de 1 de Novembro e o empenho de que tal jornada constitua mais uma flagrante afirmação da marcha, sempre progressiva, da Revolução Nacional”. No mesmo texto, o candidato a deputado não deixa de reforçar o carácter excepcional destas eleições, quando em confronto com o estado do mundo, menciona que “não devemos perder um único ensejo para tornar bem nítidas, dentro e fora das fronteiras, a estabilidade da nossa orgânica política, o seu fiel ajustamento às realidades vivas da comunidade portuguesa e a unidade de pensamentos e de vontades que exprime e em que se funda”. Em causa, a ideia da validação plebiscitária do processo de construção político, associado à perpetuação do ideal revolucionário e construtivo do regime, bem associado às palavras de António de Oliveira Salazar, quando da eleição da primeira Assembleia Nacional: “Empreendemos uma revolução profunda, a que não nos habituamos ainda inteiramente (...). Afirmando, com o voto a vontade inabalável de a prosseguirmos, votamos afinal, senhores, pela independência, pela integridade, pela grandeza da Pátria!”¹⁷⁵.

A sessão do ministro do Interior no Porto, a 11 de Outubro

Novos temas serão introduzidos no discurso do ministro do Interior na sua reunião com as autoridades do Norte, a 11 de Outubro: o do carácter não partidário e não sectário do acto eleitoral e a valorização do papel dos Chefes do Estado Novo: Carmona e Salazar. Falando depois de João Antunes Guimarães¹⁷⁶, “o ilustre titular da pasta do Interior começou por declarar que não vinha propriamente em missão de

¹⁷⁴ IANTT/Arquivo Ministro do Interior/Gabinete do Ministro/caixa 84/maço 526

¹⁷⁵ Ver *Diário da Manhã*, de 10 de Outubro de 1942.

¹⁷⁶ Presidente da Comissão Distrital da União Nacional do Porto, candidato a deputado (apresentado na lista “Distritos” pelo Porto); e que usa a palavra “em nome da cidade do Porto e do Norte” e que “pôs em evidência a jornada patriótica que o trazia ao norte, cujo povo — disse — o acolheria com viva satisfação e escutaria com agrado as suas palavras, pois — recordou — foi entre a boa gente do norte, gente essencialmente nacionalista, que nasceu o 28 de Maio”; ver *Diário da Manhã*, de 12 de Outubro de 1942.

propaganda. Vinha antes e mais uma vez procurar esclarecer o País sobre a importância — vantagens, significado e transcendência — do acto eleitoral a realizar-se em 1 de Novembro próximo. Aqueles que lhe dissessem que isto se tornaria absolutamente desnecessário em face de se apresentar à votação uma só lista, responderia: Felizes dos povos que nesta hora estão em condições de se colocarem à volta de um acto de tão grande significado nacional”¹⁷⁷. Esta ligação entre a normalidade constitucional do Estado Novo e o carácter não partidário das eleições procura, deliberadamente, exhibir um contraponto com a desordem da I República e apresentar a solução desenvolvida pelo regime como o caminho da Ordem e da Estabilidade. Por isto, o voto é importante e necessário¹⁷⁸.

Reforçaria esta ideia ao abordar o carácter plebiscitário e unitário das eleições. Na concepção do ministro, estas não poderiam “ser de outra forma pois esse acto tem de ser, não a expressão da vontade de um grupo ou de facções sem coesão, mas antes e acima de tudo a afirmação unânime e consciente de um movimento colectivo de carácter nitidamente nacional. (...) o próximo acto eleitoral, até porque considerava apenas uma lista única e abrangia o País num círculo único, teria, como é evidente, carácter plebiscitário. É esta de resto a grande característica dos actos eleitorais ultimamente realizados em Portugal. Foi assim com as eleições dos Corpos Administrativos; tinha sido assim com a eleição do Chefe do Estado. Tanto num como no outro destes grandes actos nacionais o país esteve à altura de si próprio”. Esta postura unitária é bem sintetizada quando conclui: “Nós, meus senhores, vamos eleger a Assembleia Nacional, órgão de soberania do Estado, mas crede que é verdade irmos mais uma vez votar a unidade nacional à volta dos Chefes”¹⁷⁹.

Por fim, Mário Pais de Sousa valoriza o papel do Parlamento na orgânica institucional. Recorda, sobre esta matéria, que “seja qual for a evolução por que venha passar com o post-guerra, a verdade é que é importantíssimo o papel da Assembleia Nacional no “controle” da vida administrativa e fiscalizadora do Estado”, isto aparte da “organização do direito de representação popular e de fiscalização da administração pública”. Sobre a lista a eleger, “não lhe parecia fora de propósito precisar que (...) se estava em face de uma organização de uma candidatura credora do nosso respeito e apreço”¹⁸⁰.

¹⁷⁷ Ver *Diário da Manhã*, de 12 de Outubro de 1942. Ver ainda *Jornal do Comércio, O Século, O Comércio do Porto e Diário de Notícias*, todos de 12 de Outubro de 1942.

¹⁷⁸ Será nesse tom a palestra de Rodrigues Cavalheiro, aos microfones da Emissora Nacional de 24 de Outubro. Dizia o candidato a deputado: “temos [relativamente à I República], felizmente, a nossa memória bastante fresca, os nossos arquivos pessoais suficientemente documentados, para nunca esquecer o que foi essa época calamitosa. Aos mais novos, aos que chegaram à vida depois do advento do Estado Novo, cá estamos para lhes lembrar, sempre que seja necessário, o que avulta nessa página negra da nossa História (...). A obra está à vista de todos. Ver a transcrição da palestra em *A Voz*, de 25 de Outubro de 1942. Ver também o *Diário de Notícias* e o *Diário da Manhã*, ambos de 25 de Outubro de 1942.

¹⁷⁹ Ver *Diário da Manhã*, de 12 de Outubro de 1942.

¹⁸⁰ Ver *Diário da Manhã*, de 12 de Outubro de 1942. Adiantava ainda, recordando os critérios de Salazar, que “quer se considerasse a generalidade de nome quer se meditasse na orientação que presidiu à sua feitura. A lista, representando a nação em círculo único, não esquecera todavia os critérios de representação local de actividade e valores profissionais – como não esquecera ainda a representação de competências”.

Para a imprensa é a ideia da normalidade e da unidade nacional que é transposta para as primeiras páginas¹⁸¹, mantida viva nos dias seguintes. A 13, os “Comentários” do *Diário da Manhã* debruçavam-se sobre o carácter plebiscitário da eleição¹⁸², a 14 sobre sistemas representativos¹⁸³, e a 15 de Outubro o tema era o “Dever de Votar”¹⁸⁴.

Não se fique no entanto com a sensação que era apenas o jornal da União Nacional o único a intervir na campanha com textos de opinião. O *Diário de Notícias*, a 16 de Outubro, seguia o discurso da normalidade unitária plebiscitária: “A nação tranquila e confiante no meio de uma Europa febril de desvairamentos e angústias, vai afirmar mais uma vez eloquentemente, através da execução de um preceito constitucional que, pode dizer-se, tem carácter plebiscitário, a sua unidade forte e o seu intenso sentimento patriótico”¹⁸⁵. Sem novidade. Na imprensa local encontramos, nesta fase, bastantes referências à proveniência geográfica de alguns futuros deputados, confirmando a forte ligação distrital do seu recrutamento¹⁸⁶.

João Ameal, em novo editorial (a 16 de Outubro), voltava a escarpelizar a ideia da normalidade, agora recordando que “enquanto, por toda a parte, os governos

¹⁸¹ Em mais um exemplo de coincidência, o *Diário da Manhã* coloca em parangonas “a normalidade constitucional será afirmada e demonstrada pela próxima eleição de deputados”; o *Diário de Notícias* “As próximas eleições devem constituir um movimento colectivo de carácter nitidamente nacional”; o *Comércio do Porto* “O parlamento deve ser, acima de tudo, a afirmação unânime e consciente de um movimento colectivo de carácter nitidamente nacional”; e *O Século* “as eleições têm de ser a afirmação unânime e consciente de um movimento colectivo de carácter nitidamente nacional”; cf. *O Século, Diário da Manhã, Diário de Notícias, Comércio do Porto*, de 12 de Outubro de 1942.

¹⁸² Em quatro parágrafos eram repetidos os argumentos que o ministro do Interior preferira no Porto. Ver *Diário da Manhã*, de 13 de Outubro de 1942.

¹⁸³ O comentário sintetizava que “o parlamentarismo demo-liberal foi (...) a corrupção dos sistemas representativos tradicionais das nações da Europa anterior a [17]89. A evolução de hoje tende a renovar as formas de exprimir os bons princípios da organização do direito de representação nacional. É o que entre nós se procurou fazer com a Assembleia Nacional e a Câmara Corporativa, que se não é um sistema perfeito, é, no entanto, comparavelmente, mais razoável que o seu antecessor – o Parlamento demagógico dos partidos. Nisto estamos todos de acordo”. Ver *Diário da Manhã*, de 14 de Outubro de 1942.

¹⁸⁴ Comentário resumido em: “Dever cívico, dever patriótico e dever de solidariedade e de honra nacional, tudo está em jogo no acto a que todos os portugueses são chamados a dar o seu concurso, nesta grave conjuntura política. Insistimos; é preciso ir votar!”, ver *Diário da Manhã*, de 15 de Outubro.

¹⁸⁵ Ver *Diário de Notícias*, de 16 de Outubro de 1942. Acrescentaria ainda que “O povo português é convidado a reafirmar o seu civismo numa hora em que as atitudes colectivas têm profunda e espacial significado. Votar é servir o País na segurança dos seus destinos e na expansão e grandeza do seu prestígio”.

¹⁸⁶ Alguns exemplos: *A Voz*, na sua rubrica “A Voz das Províncias”, noticia de Santa Comba Dão o destaque ao “nome do Sr. Dr. Augusto Leite Mendes Moreira, conservador do registo predial desta comarca”; o *Aurora do Lima* relata que “Viana recebeu com o coração em festa a indicação dos Srs. Dr. João Espregueira da Rocha Páris e Engenheiro José da Silva Dia, para distintos elementos da futura Assembleia Nacional”; o *Diário de Coimbra*, em “Carta de Aveiro”, reporta que “Na lista dos candidatos à Assembleia Nacional, (...), figuram os nomes de três ilustres aveirenses que, decerto, honrarão as tradições parlamentares da sua terra natal. São eles, Querubim Vale Magalhães, Dr. António Cristo e Dr. Manuel da Cunha e Costa Marques Mano. Ver *A Voz*, de 14 de Outubro de 1942; *Aurora do Lima*, de 13 de Outubro de 1942. Ver *Diário de Coimbra*, de 15 de Outubro de 1942.

Ibidem.

se vêem forçados a pedir – ou mesmo impor – os mais pesados tributos (...) – aos portugueses apenas o seu governo solicita o cumprimento de um dever cívico, uma clara e serena manifestação de disciplina em torno dos chefes que tem sabido conservá-lo, com admirável clarividência, à margem da tormenta”¹⁸⁷. Terminaria dizendo: “‘Felizes os povos’ – sem dúvida! – que, como nós, podem aplicar-se a reforçar e a valorizar neste crítico lance a sua unidade moral e a sua normalidade política”¹⁸⁸.

Nesse mesmo dia, em reunião da Comissão Executiva da União Nacional, são apresentados os objectivos finais da campanha em curso e expostos os desejos de patrocinar sessões de esclarecimento eleitoral em todas as capitais de distrito, planeadas para a última semana de Outubro¹⁸⁹.

A sessão do ministro do Interior em Coimbra, a 18 de Outubro

No Domingo 18, a duas semanas da eleição, o ministro do Interior lançava em Coimbra a segunda fase da campanha. No edifício do Governo Civil da cidade estudantil reproduziu-se a aglomeração institucional que se verificara no Porto, uns dias antes¹⁹⁰. No discurso, Mário Pais de Sousa lembra que “foi de Coimbra que há 16 anos partiu para Lisboa o Chefe do Governo”; e que: “Não vamos apresentar-nos ante as urnas para servir amizades ou um partido! (...) Vamos apenas porque tal é o nosso dever. Porque vamos manifestar ao governo que estamos com ele e que queremos uma

¹⁸⁷ A ideia era ainda desenvolvida: “‘Felizes os povos’, na verdade, que assim podem prosseguir, na ordem, no trabalho e na paz, na sua caminhada tranquila através dos tempos que correm! Ainda que outros motivos não houvesse para termos todos a obrigação moral de afirmar o nosso reconhecimento e a nossa decisão de prosseguir nos mesmos rumos – isto bastaria para determinar na consciência nacional um claro movimento de solidariedade, de coesão e de pleno apoio aos governantes”; *Diário da Manhã*, de 16 de Outubro 1942. Recordamos que durante a guerra os seguintes Estados produzem actos eleitorais: Austrália, a 21 de Agosto de 1943; Canadá, Março de 1940; Dinamarca, Março de 1943; Islândia, a 5 de Julho e 5 de Outubro de 1942; Irlanda, Junho de 1943 e Maio de 1944; Nova Zelândia, Setembro de 1943; Suécia, Setembro de 1940 e Setembro de 1944; Suíça, Outubro de 1943; Estados Unidos da América, Novembro de 1940 e Novembro de 1944. Referimo-nos a eleições gerais. Nas páginas da imprensa portuguesa, por alturas da eleição de Novembro, são noticiadas as eleições locais na Suécia e as eleições locais e para o Congresso Norte-Americano. A ligação à Suécia, país neutral, procura apresentar uma realidade normal perante o mundo em guerra; e essa realidade era liderada pelos países neutrais. A ligação aos Estados Unidos, berço da liberdade, parece-nos deliberada, no sentido em que colocava as eleições no Estado Novo, regime assumidamente de tipo autoritário, lado a lado com a maior democracia do mundo.

¹⁸⁸ *Diário da Manhã*, de 16 de Outubro 1942

¹⁸⁹ Ver *O Século*, *A Voz*, *Novidades*, *Diário da Manhã* ou *Primeiro de Janeiro*, todos de 17 de Outubro. Analisaremos as campanhas distritais com mais pormenor no próximo ponto.

¹⁹⁰ “O ministro do Interior era aguardado por uma força da PSP cuja banda de música executou o hino Maria da Fonte, sendo a guarda de honra prestada por uma lança da Legião Portuguesa”. Na sessão encontravam-se ainda, “entre outras delegações, as que representavam a União Nacional, oficiais do Exército e da GNR, comandante distrital da Legião Portuguesa, vice-presidente em exercício das Universidades de Coimbra, director dos hospitais e muitas individualidades”. Presidiu à sessão de propaganda “o Sr. Dr. Pais e Sousa secretariado pelos governadores civis de Viseu, Guarda, Coimbra, Aveiro, Leiria, Junta de Província da Beira Litoral, comandante da Legião Portuguesa, representando o comandante da Região Militar”; ver *A Voz*, de 19 de Outubro de 1942.

nação una e forte, em momento de tamanha responsabilidade nacional”¹⁹¹. A este apelo, o ministro do Interior acrescentaria algumas reflexões sobre o conceito do voto, afirmando que: “o erro de Rousseau não consistia no facto da escolha da representação nacional se poder fazer pelo voto, mas em fazer da massa dos votantes a fonte da soberania nacional (...). E a verdade é que, entre as várias formas de exprimir esse apoio e colaboração, a fórmula de votação por nós adoptada era a que melhor se coadunava aos princípios de uma boa organização política”¹⁹². Ou seja, valorizava o acto de votar, mesmo que condicionando o eleitorado sob o espartilho do voto capacitário e censitário. Nada acrescentou relativamente ao carácter competitivo das eleições. A repercussão na imprensa assemelhou-se à verificada na cidade invicta, variando as parangonas e as citações de primeira página, destacando-se as de *O Século* e do *Diário Popular*: “a fisionomia da Assembleia Nacional não se confunde com aberrações políticas de direita e esquerda nem cedia perante princípios envelhecidos e perigosos, nem liberalismos socialmente anarquizantes ou dissolventes”.

Entretanto, prosseguiam os comentários no *Diário da Manhã* assinados por João Ameal. A 18 de Outubro assina o texto “Os princípios acima dos Homens”, onde reforçava a ideia do confronto político e ideológico com os tempos da República. Escrevia o candidato a deputado que “há uma maneira de ver as coisas diferente do passado: a consciência do dever cívico de votar já não precisa de ser despertada com ruidosas manifestações de rua, comícios e cortejos tumultuosos em que mutuamente se vaiavam e metralhavam outrora os partidos. Ninguém é compelido a ir votar, mas todos ficarão sabendo porque se considera, à face do interesse nacional, um dever indeclinável, neste momento, ir votar”. Como vemos, alinha sob a batuta do discurso do ministro do Interior. Para oferecer o contraponto, João Ameal afirmaria ainda que “É para nós uma certeza animadora e reconfortante que, pouco a pouco, se têm acentuado os progressos daquela ‘mentalidade nova’ que, segundo o lúcido vaticínio de Salazar, ‘fará ressurgir Portugal’. (...) É dentro deste critério que decorre hoje a vida pública entre nós – e, portanto, é dentro deste critério que decorrerão, por certo, as eleições dos deputados à Assembleia Nacional, no próximo dia 1 de Novembro”¹⁹³. O mesmo autor, em artigo de 24 de Outubro, regressaria ao tema, afirmando que “Tal como está a ser feita, a propaganda das eleições de 1 de Novembro é, sem duvida

¹⁹¹ Ver *A Voz*, de 19 de Outubro de 1942.

¹⁹² Ver *Jornal do Comércio*, de 19 de Outubro de 1942.

¹⁹³ O artigo acrescentava ainda que: “Entre muitas provas que podem apontar-se da transformação da mentalidade colectiva, uma das mais importantes é, sem dúvida, a quase resume no seguinte facto: – até aqui, envenenados por uma longa era individualista, púnhamos os homens acima dos princípios; agora, colocamos já, como é necessário e justo, os princípios acima dos homens. (...) Passaram dezasseis anos [de 1926]. E uma “mentalidade nova” faz “ressurgir Portugal”. A nação acolhe-se de novo à sombra tutelar das lições tradicionais, que lhe apontam as leis permanentes da sua conservação e grandeza. A política de unidade nacional sobrepõe-se a todos os velhos fermentos de divisão e de guerra civil. Refaz-se, ante as realidades dos novos tempos, como nos lances culminantes da História, a solidariedade portuguesa. Sente-se bem que nos libertamos, hora a hora, da intoxicação individualista – para voltarmos à plena consciência dos nossos deveres para com a pátria e para com o bem comum. Tudo isto implica, logicamente, a nítida subordinação dos homens, que passam – aos princípios, que ficam”; Ver *Diário da Manhã*, de 18 de Outubro de 1942.

uma dessas “coisas novas”. Primeiro, porque se baseia apenas na verdade conhecida e insofismável; depois, porque se dirige àquilo que eleva o homem acima de si próprio”¹⁹⁴. É novamente o confronto entre o “novo” e o “velho” que está em causa; sendo o velho a balbúrdia republicana, e o novo a ordem nacionalista.

Por estes dias são reportadas as primeiras notícias da campanha eleitoral nas colónias, noticiando que “os trabalhos preparatórios iniciaram-se em Angola com grande entusiasmo, devendo realizar-se uma série de palestras por intermédio da Rádio Clube de Luanda, a primeira das quais será a do Sr. Governador-geral. A conferência inaugural foi proferida ontem pelo Sr. Dr. Francisco Vieira Machado, ministro das Colónias”¹⁹⁵. A campanha eleitoral era, agora, pluricontinental.

Após esta intervenção do ministro do Interior (e a do ministro interino das Colónias) assiste-se a um aumento da intensidade da campanha. Não só os conceitos explorados apresentam um maior nível de sofisticação, como se afastam das qualificações das características logísticas que marcaram os primeiros momentos da campanha. Estas, junto com o destaque do carácter plebiscitário e a consagração dos Chefes e da sua política de neutralidade e de paz, fornecem os elementos base desta primeira fase. A partir da intervenção de Coimbra, assistimos à utilização de um argumentário mais politizado e interventivo, de confronto com a realidade republicana e em torno de conceitos e modelos de democracia e de significado do voto.

Seguindo esta nova linha, o *Diário de Lisboa*, o *Diário Popular*, *A Voz* e o *Diário da Manhã* apresentavam editoriais destacando algumas questões teóricas subjacentes ao acto eleitoral. No *Diário de Lisboa*, o editorial “Eleições” defendia que “Dentro da actual organização constitucional e política, o nosso sistema de votar é mais harmonioso com os princípios do Estado Novo que reatam a lusa tradição das antigas Cortes”¹⁹⁶. O editorial “Representação nacional e popular”, do *Diário Popular*, afirmava que “A vontade popular em que reside a soberania, a opinião que se forma e transforma, o voto que exprimem e afirma vontade e opinião precisam de ser esclarecidos, educados, e mesmo condicionados, conduzidos; nem por isso perdem o seu valor essencial. A imprensa tem uma grave responsabilidade em todos esses aspectos. E o *Diário Popular* assume-a”¹⁹⁷.

A Voz, a 19 de Outubro, também assume o seu voto; afirmando: “No dia 1 do mês próximo votaremos todos. Como quisermos. Nada nos impede de manifestar a discordância da lista proposta, se o quisermos fazer. Bastará apresentar-se outra. Se tal não sucede, se todos aceitam a proposta, é porque se reputa má acção votar contra ou acção inútil ante a vontade nacional. Neste jornal sempre se aconselhou os portugueses no cumprimento do dever cívico”¹⁹⁸. Por seu lado, o *Diário da Manhã*, num

¹⁹⁴ Ver *Diário da Manhã*, de 24 de Outubro.

¹⁹⁵ Ver *Comércio do Porto*, *Primeiro de Janeiro*, *Novidades*, *Diário da Manhã*, de 18 de Outubro de 1942.

¹⁹⁶ Ver *Diário de Lisboa*, de 19 de Outubro de 1942. Acrescentava ainda, como síntese da primeira fase da campanha eleitoral, que “Por agora, o mais necessário e urgente é satisfazer às condições indispensáveis dum consulta ao eleitorado: cumprir a lei que regula o apelo às urnas, incluindo a sua mecânica, e esclarecer o eleitor, de modo que ele adquira a noção justa do seu dever inadiável”.

¹⁹⁷ Ver *Diário Popular*, de 19 de Outubro de 1942.

¹⁹⁸ Ver *A Voz*, de 19 de Outubro de 1942.

interessante editorial (“Unidade Moral”) assinado por D.S., assumia que “As eleições não têm, entre nós, o mesmo sentido que nas democracias. Nas democracias, elas consagram a divisão interna e a guerra civil dos partidos que entre si disputam os lugares encarniçadamente e apõem as promessas às promessas e as pressões às pressões (...). As eleições têm, entre nós, sentido oposto, em perfeita concordância com os princípios superiores da nossa ordem política. (...). Suprimimos quanto podia incitar à divisão dos portugueses e a própria palavra “partido” deixou de ter concreta significação na ambiência nova das ideias políticas. Votar, eleger – equivale a afirmar praticamente a convicção comum dessa unidade moral de um povo inteiro que se traduz na aclamação dos nomes que são propostos ao sufrágio, para que se mantenha a continuidade na acção e no pensamento que servem o interesse superior da pátria imortal”¹⁹⁹. Glorificava-se, portanto, o carácter plebiscitário e aclamatório das eleições; característica não detectada na apreciação jurídica dos textos eleitorais, mas empregue no discurso político.

Dia 20 reúnem-se em Lisboa a Comissão Executiva da União Nacional, as comissões Distrital e concelhias de Lisboa, a Comissão de Propaganda, as juntas de freguesia e todas as comissões políticas da capital²⁰⁰. A sessão trataria dos assuntos da propaganda, tema sintetizado por José António Marques quando referia que “a propaganda da doutrina que imprime carácter à situação política do Estado Novo está feita e perfeitamente vincada no espírito do povo (...). Mas é necessário, porque há tendência para esquecer, é necessário fazer a propaganda dos pequenos factos, do pormenor”. Da intervenção de Albino dos Reis retêm-se os argumentos já utilizados: no *Diário da Manhã* é destacado o carácter excepcional das eleições²⁰¹ e o *Jornal do Comércio* a dinâmica eleições – mundo em guerra²⁰².

Da reunião teria ainda impacto o discurso do presidente da Comissão Executiva da União Nacional. Albino dos Reis deambulava sobre as características da Assembleia Nacional no modelo constitucional do Estado Novo e acerca da capacidade de revisão da Constituição que a próxima assembleia terá, fruto dos seus pode-

¹⁹⁹ Ver *Diário da Manhã*, de 19 de Outubro de 1942.

²⁰⁰ Presidiu à sessão Albino dos Reis, presidente da Comissão Executiva da UN, “vendo-se, a secretários, o Sr. Coronel Lopo de Costa, governador civil de Lisboa, Dr. Águedo de Oliveira, Eng. Sebastião Rodrigues, da Comissão Executiva, Dr. José António Marques, presidente da Comissão de Propaganda, o Eng. Belford Cerqueira, presidente da Comissão Concelhia de Lisboa. Ainda estiveram presentes os Srs. Drs. João Ameal, Manuel Ribeiro Ferreira [candidatos a deputado], Eng. Silva Dias, [director de programação da Emissora Nacional], e Dr. Manuel Pestana Reis, director do “Diário da Manhã”; Eng. Santos Pedroso, da Comissão Distrital; comandante Henrique Tenreiro, capitão Maia Loureiro e D. Pedro da Câmara, da Comissão Concelhia [de Lisboa]”. Ver *Diário da Manhã*, o *Jornal do Comércio*, *A Voz*, *O Comércio do Porto*, *O Século*, *o Novidades*, *o Diário de Notícias* ou *O Primeiro de Janeiro*; todos de 21 de Outubro de 1942.

²⁰¹ Na primeira página, lia-se: “não poderia nunca explicar-se o desinteresse do país perante um acto de tamanha transcendência (...) Lisboa tem de dar o exemplo perante o país”; ver *Diário da Manhã*, de 21 de Outubro de 1942.

²⁰² A citação escolhida para a primeira página era a seguinte: “mostremos ao país e ao mundo que cada vez nos interessa mais os destinos da pátria”; ver *Jornal do Comércio*, de 21 de Outubro de 1942.

res constituintes²⁰³ e apresentaria algumas reflexões acerca da propaganda e da dinâmica do acto eleitoral, referindo que “As eleições de 1 de Novembro serão, por si, apenas, um grande acto de propaganda nacional”, e reconhecendo que “Cabe à UN a obrigação da propaganda eleitoral, porque foi ela que apresentou a única lista de candidatos à Assembleia Nacional sujeitos ao próximo referendun dos eleitores (...)”. Na sua intervenção recorda ainda que “a UN (...) mais uma vez saberia exemplificar o seu patriotismo” e alertava que “Se, por um excesso de pessimismo admitirmos que haverá uma grande massa de abstenções, sem dúvida esse facto traduzir-se-ia, externamente, de maneira muito desagradável”.

Nas primeiras páginas são expressas as sínteses desta intervenção, verificáveis nos exemplos do *Diário da Manhã* (“não poderia nunca explicar-se o desinteresse do país perante um acto de tamanha transcendência (...) Lisboa tem de dar o exemplo perante o país”) ou do *Jornal do Comércio* (“mostremos ao país e ao mundo que cada vez nos interessa mais os destinos da pátria”)²⁰⁴.

Este discurso mobilizador inaugurará nova estratégia eleitoral: o combate à abstenção e o apelo ao voto directo. A tática não é novidade, pelo contrário. É de frequente uso no Estado Novo; tinha-o sido na eleição de Carmona, em Fevereiro, como já o tinha sido nas eleições de 1938, pelo menos²⁰⁵.

Ainda a 20 de Outubro, em Braga, é promovida uma reunião entre o seu governador civil e representantes dos jornais de Braga, Porto e Lisboa para se alinhar o discurso entre o governo e os órgãos de comunicação social²⁰⁶; e aos microfones do posto regional da Emissora Nacional, o governador civil do Porto, Pires de Lima, profere uma alocução laudatória do trabalho dos Chefes da Revolução, apelando para que “Façamos no dia 1 de Novembro uma gloriosa jornada reveladora do nosso amor da Pátria e da nossa fé. Temos um Chefe que nos guia e que vela por nós, sem um momento de repouso, e a quem devemos milagres de dedicação e serviços inestimáveis. Mostremo-nos dignos desse Chefe”²⁰⁷.

Continuam entretanto as reportagens da campanha eleitoral por todo o país.

No rescaldo imediato das intervenções de Pais de Sousa em Coimbra e de Albino dos Reis em Lisboa, encontramos uma série de editoriais dedicados ao

²⁰³ Albino dos Reis identifica na Assembleia Nacional, órgão de soberania nacional, “atribuições da máxima transcendência política que vão desde a feitura, interpretação, suspensão e revogação das leis até à autorização do Chefe de Estado para fazer a guerra e a paz”, enquanto relembra que “a Assembleia Nacional que vai ser eleita tem, por força do art. 134.º da Constituição poderes constituintes, o que implica a possibilidade de revisão constitucional e maior interesse imprime à eleição que vai proceder-se”. Ver *Diário da Manhã*, de 21 de Outubro de 1942. Sobre os temas adiantaria ainda que “A indiferença do País pela constituição de um órgão de Soberania de tal importância, seria indigna de um povo livre”.

²⁰⁴ Ver *Diário da Manhã* e *Jornal do Comércio*, de 21 de Outubro de 1942.

²⁰⁵ Ver, a este respeito, o discurso “A abstenção do voto, deserção cívica” de Carneiro Pacheco, ministro da Educação Nacional em 1938, na campanha eleitoral de 1938; in Carneiro Pacheco, *Portugal Renovado (discursos)*, Lisboa, Bertrand, 1940, p. 317 e seguintes.

²⁰⁶ No fim da reunião, os jornalistas “prometeram o seu melhor apoio para que o acto eleitoral se revista da grandeza que merece”; ver *A Voz*, de 20 de Outubro de 1942.

²⁰⁷ Ver transcrição da intervenção no *Diário da Manhã*, n’*O Comércio do Porto* ou n’*O Primeiro de Janeiro*, todos de 21 de Outubro de 1942.

conceito das eleições no regime, às características da Assembleia Nacional na orgânica constitucional, ao carácter excepcional da eleição (no panorama internacional), à ideia de unidade nacional e ao agradecimento aos Chefes da obra realizada. A partir de dia 22, o enfoque será o combate à abstenção.

Assim, o *Jornal do Comércio*, do dia 21 de Outubro, em editorial não assinado (“Continuidade e Renovação”), defende que “Manter a continuidade da Revolução Nacional, efectivamente, será ajustar, por esforço contínuo da “elite” dirigente do país, as instituições aos factos, o sistema legal às condições reais. (...)”²⁰⁸. O *Século*, também em editorial não assinado (“O próximo acto eleitoral”), reforçava a ideia da excepcionalidade destas eleições, quando em confronto com o conflito mundial; e apelava ao voto de consagração da unidade nacional: “Votando, indo às urnas lançar as suas listas, que as esperam, os eleitores inscritos não fazem mais que demonstrar que se encontram unidos em bloco em torno dos seus dirigentes, cuja política, inspirada pelos mais altos e sagrados interesses, merece todo o seu apoio e toda a sua aprovação”²⁰⁹. Por fim, o *Diário de Notícias*, também a 21 de Outubro e também em editorial não assinado (“A unidade portuguesa e as eleições de 1 de Novembro”), apresenta algumas reflexões sobre as características do sistema eleitoral em vigor e acerca da necessidade de demonstrar a unidade nacional aos Chefes e ao mundo no dia 1 de Novembro: “Será mais uma clara, inequívoca manifestação de unidade e disciplina a jornada, já próxima, de dia 1 de Novembro – se todos os portugueses compreendessem o seu dever e o cumprissem. Pôr a questão nestes termos é, ao que nos parece, resolvê-la. De novo aparecemos todos como um só perante o mundo. Com o seu voto, cada um de nós saberá exprimir que Portugal continua a ser um bloco de pensamentos e de vontades em que uma única realidade conta e domina: o Interesse Nacional”²¹⁰. Esta temática perdura ainda a 24 de Outubro, quando o *Jornal*

²⁰⁸ Ver o *Jornal do Comércio*, de 21 de Outubro de 1942. Sobre o sistema de representação do Estado Novo dizia ainda que “A originalidade do sistema português combinou acertadamente desde o início, as necessidades da civilização política actual com as conveniências tradicionais do carácter português; a iniciativa individual com a autoridade; a pessoa humana com as exigências do Estado; a representação popular com a continuidade da governação pública”.

²⁰⁹ Ver *O Século*, de 21 de Outubro de 1942. Sobre o carácter excepcional da eleição adiantava ainda que: “Fazer eleições num período histórico de tamanha perturbação como este que se atravessa, dar voz às urnas quando todas as demais vozes mal conseguem ouvir-se acima do fragor das batalhas e dos lamentos e gritos de dor (...), é já uma tal demonstração de segurança e de confiança que patenteia em estado de tranquilidade e de consciência bem visível mesmo por aqueles que se obstinam em fechar os olhos à própria evidência”.

²¹⁰ Ver *Diário de Notícias*, de 21 de Outubro de 1942. Sobre as características do voto no Estado Novo, o editorial escreve: “Pode dizer-se, em síntese, que há três processos de estabelecer as relações entre a nação e o Estado. Pelo primeiro processo confunde-se a nação com a soma aritmética dos indivíduos e a cada um desses átomos, equivalentes e indiferenciados, atribui-se igual parcela abstracta de soberania; é o regime individualista puro, no seio do qual governo e representação de tal maneira se entrepenetram que acabam por se identificar (...). Pelo segundo processo aceita-se o exclusivismo do Estado, isto é, proclama-se que só o Estado tem direitos e regalias; a nação, esquece-se ou despreza-se – é o despotismo puro, cujas espécies são numerosas mas cuja essência é sempre a mesma. Pelo terceiro processo nem se confundem Estado e nação nem se imola qualquer um deles ao outro, distinguem-se para se harmonizar; o bem da nação organizada é o próprio fim do Estado, construído para servir, e que toma por lema:

do *Comércio* publicava, um pouco fora de tempo, em editorial não assinado (“Unidade Governativa”), reflexões sobre a unanimidade da vida pública, e política, portuguesa e o significado dos actos eleitorais no Estado Novo²¹¹.

A 22 de Outubro começavam os apelos ao voto e o combate à abstenção. O *Diário da Manhã* publicava, nos seus *Comentários*, uma forte sequência argumentativa em torno do dever de votar: “É preciso ir votar: A imprensa portuguesa tem-se manifestado unanimemente de acordo com a doutrina exposta pelo Sr. Ministro do Interior e pela União Nacional, ao mostrar que é absolutamente necessário que a eleição de 1 de Novembro tenha a maior concorrência de eleitores. A eleição, com efeito, deve ter “carácter plebiscitário” e ser, por isso, uma afirmação vigorosa de unidade nacional. A abstenção, nestas condições, é indesculpável: terá de ser entendida como acto anti-patriótico ou anti-nacionalista. É preciso que todos os eleitores votem! É necessário que todos os nacionalistas combatam a indiferença, o desinteresse, o comodismo, ou outras atitudes ou manifestações hostis ao dever cívico de votar e ao desejo do governo e da União Nacional de que a eleição do dia 1 de Novembro tenha a máxima concorrência de eleitores”²¹². Este artigo oferecia uma excelente síntese do discurso activo da campanha: é necessário ir votar porque fazê-lo é demonstrar que ser é um bom nacionalista.

Também *A Voz*, em editorial assinado por D.M. (“Das ideias e dos factos”), enveredava numa linha pedagógica em relação à necessidade de votar, questionando: “Talvez haja entre os nossos leitores algum que pense não ter necessidade de votar, porque nem sequer há o risco de a lista proposta encontrar resistência séria. Errado modo de pensar é esse. O abstencionismo é sempre um erro”. D.M. cimentava depois o argumento apresentando o contraponto com a República: “Tinha outrora o voto um significado completamente alheio ao interesse nacional. Votava-se em quem o influente político ou o chefe partidário indicasse. Que representava o eleito ou o preferido eleitor? (...) o voto obtinha-se porque se havia livrado um moço da tropa ou porque se prometia construir um troço de estrada (...). Hoje (...) o influente já não

Nada contra a Nação, tudo pela Nação. Eis o que para nós se escolheu – e é indiscutivelmente o melhor. Isto bastaria para que, no próximo Domingo, todos os portugueses tivessem natural obrigação de colaborar, pelo seu voto livre e espontâneo, na eleição da Assembleia Nacional (...)”.

²¹¹ Ver *Jornal do Comércio*, de 24 de Outubro de 1942. Entre outros argumentos, lembrava a intervenção de Coimbra, de Mário Pais de Sousa: “(...) é indispensável que a fisionomia política da Assembleia portuguesa se não confunda com quaisquer observações políticas da direita ou da esquerda, não ceda perante princípios envelhecidos e perigosos nem perante os liberalismos socialmente anarquizantes”.

²¹² Num outro *Comentário* intitulado *Defendamos a Ordem*, era defendido que “Se a Ordem é bem inestimável, importa defendê-la de todos os ataques directos ou indirectos que a possam enfraquecer ou destruir. Esses ataques podem vir do comunismo que continua sendo o seu inimigo n.º 1, como tão significativamente tem mostrado nas suas palestras da Emissora Nacional, a “Legião Portuguesa”. E podem vir ainda os comunizantes antigos e modernos partidários do demo-liberalismo e das lutas de classe, marxistas de todas as espécies, e dos falsos insatisfeitos ou descontentes de obediências mais ou menos secretas e suspeitas de tipo internacional ou anárquico. Mas seja qual for a procedência destes ataques, basta que sejam dirigidos contra a Ordem nacional, mercedores do nosso combate. “É esta a regra infalível por que devemos todos pautar a nossa conduta, se, na verdade, queremos ser e parecer nacionalistas sinceros”. Ver *Diário da Manhã*, de 22 de Outubro 1942.

leva pipas de vinho e tachos de comezaina para o eleitorado arrebanhado para o voto, sem saber o que ia fazer. Vote-se, pois, por consciência, por mandato de inteligência e de civismo”²¹³. O apelo ao voto é apresentado sob uma imagem de gratidão: “Cumpramos o nosso dever. Isto será, além do mais, cumprir um dever de gratidão, reafirmando a solidariedade nacional dos chefes que têm dirigido a política portuguesa em momentos tão graves da História, de forma tão notável, preservando a nossa paz, o nosso prestígio e a nossa dignidade de nação. Um povo que seja ingrato não pode ser feliz”²¹⁴.

Ainda neste tema, João Ameal questionava nas páginas do *Diário da Manhã*: “Queriam então que, um a um, se erguessem nos estrados da propaganda a dizer coisas diferentes? Não vêem que era essa a característica dos velhos partidos – e que vivemos justamente uma hora profunda de unidade renovadora? Unidade na variedade – como querem as boas normas de harmonia social. Mas unidade acima de tudo! Uma só finalidade nos move: afirmar o nosso apoio à obra do Estado Novo e convidar a nação a fazê-la prosseguir no futuro. Um só, também, o pensamento que nos guia: aquele que o Chefe do Governo definiu e executa. Um só. Ainda, o impulso que nos orienta: contribuir para o bem duradouro e inalterável da pátria. Como não havemos, pois, de dizer *todos a mesma coisa?!...*”²¹⁵.

Os argumentos não inovam, apenas repetem o que os principais actores políticos apresentam no decurso das diversas acções de campanha num circuito bem articulado entre o discurso, primeiro divulgado e reproduzido, e depois analisado e replicado. Este esquema, cuidadosamente construído, regula os ritmos da campanha, definindo o tempo de apresentação das mensagens eleitorais, maximizando dessa forma o efeito da comunicação política.

Até à intervenção do ministro do Interior em Évora, a 25 de Outubro, a imprensa dedica-se ao relato das diversas sessões de propaganda eleitoral que por todo o território nacional e colonial vão ocorrendo. Em Angola, o ministro interino das Colónias estava confiante de que “os portugueses de Angola vão afirmar a sua perfeita unidade em volta da bandeira do país”²¹⁶. A campanha intensifica-se. A partir de 23 de Outubro, “todos os dias até à véspera das eleições efectuar-se-ão palestras ao microfone da Emissora Regional do Norte”²¹⁷. O primeiro orador será Ângelo César, seguido de Sá Carneiro e Jaime Pinho, todos candidatos a deputado. As emissões serão sempre às 19h45m. Dia 28 falará Luís de Pina, candidato, e no dia seguinte António Pereira Torres, presidente da Câmara Municipal do Porto. No dia 24 inauguram-se as palestras na Emissora Nacional, em colaboração com a UN. A primeira é apresentada pelo candidato a

²¹³ Sobre oposição eleitoral acrescentava ainda que “nada se opôs à apresentação de outras listas. Se não apareceram é que implicitamente a da UN satisfaz todos os requisitos necessários exigíveis em quem haja de representar na Assembleia os interesses e os direitos do povo”.

²¹⁴ Cf. *A Voz*, de 23 de Outubro de 1942.

²¹⁵ Ver *Diário da Manhã*, de 24 de Outubro.

²¹⁶ Ver *Diário de Notícias*, de 22 de Outubro de 1942.

²¹⁷ Ver *O Comércio do Porto*, de 23 de Outubro de 1942.

deputado Luís Rodrigues Cavalheiro. Ulisses Cortês falará no dia 29. Estas sessões são às 20h30m²¹⁸.

O *Diário Popular*, novel periódico diário, apresenta um inovador inquérito a um conjunto de candidatos a deputado, personalizando a campanha. Eram questionados acerca do espírito que “animará a sua acção na Assembleia Nacional?”²¹⁹. Respondem Amorim Ferreira, Luís Vieira de Castro, José Soares da Fonseca, José Luís da Silva Dias, João Ameal, Rodrigues Cavalheiro e Manuel Ribeiro Ferreira²²⁰. À excepção de Ribeiro Ferreira, deputado em 1934, todos os inquiridos são candidatos pela primeira vez e representam a renovação da elite parlamentar perante o eleitorado. As respostas variam entre as apreciações pessoais e a aguerrida defesa da Revolução Nacional.

Os mais radicais são José Luís da Silva Dias, que afirmava querer “continuar a servir o pensamento revolucionário do Estado Novo” e Manuel Ribeiro Ferreira, que apresenta o desejo de “defender a Revolução dos seus inimigos e servi-la em toda a pureza dos seus princípios”. Mais matizadas são as respostas dos restantes inquiridos. João Ameal pretende manter “a crença em Deus, a fé nos destinos de Portugal, o desejo sincero de ajudar o governo de Salazar a servir a nação com a clarividência até agora bem provada (...)”, Amorim Ferreira refere que orientará a sua “acção como deputado (...) pelo propósito de me tornar um elemento de ordem, de estudo e de trabalho útil”; Luís Vieira de Castro, procurará servir o “país e oferecer ao mundo um exemplo que poderá frutificar no caminho da paz”, enquanto para José Soares da Fonseca, o “grande desejo nesta assembleia é saber e poder “bem servir”, no profundo sentido cristão e patriótico da palavra”. Por fim, para Rodrigues Cavalheiro a nova Assembleia Nacional deverá simplesmente continuar a “colaborar na grande obra de reconstrução de Salazar (...)”²²¹.

A sessão do ministro do Interior em Évora, a 25 de Outubro

A 25 de Outubro, o ministro do Interior está em Évora para a sua última intervenção na campanha, convocando para esta sessão de grande propaganda todas as organizações nacionalistas que pertençam aos concelhos dos distritos de todo o Sul do país²²². Depois desta acção deixará o principal encargo da campanha aos governadores civis que percorrem as terras e vilas do país acompanhados, nem todas as vezes, por

²¹⁸ Ver *O Comércio do Porto* e *O Primeiro de Janeiro*, de 24 de Outubro de 1942. No último dia da campanha, o governador civil de Coimbra, Castro Soares, fará também uma alocução ao microfone do posto emissor regional de Coimbra (Ver *O Diário de Coimbra*, de 30 de Outubro de 1942).

²¹⁹ Ver *O Diário Popular* de 23 de Outubro de 1942.

²²⁰ Os novos deputados eram apresentados com uma curta biografia. Ver *Diário Popular*, de 23 de Outubro. Este inquérito será reproduzido, pelo menos, no *Aurora do Lima*, a 30 de Outubro de 1942, na véspera do acto eleitoral.

²²¹ Ver *Diário Popular*, de 23 de Outubro de 1942.

²²² Ver comunicação do governador civil de Évora a todos os concelhos do distrito (excepto Évora), cf. IANTT/Arquivo Distrital de Évora.

candidatos a deputado; e às estruturas locais da União Nacional, que se arremataram para a última semana. As sessões de propaganda, itinerantes por concelhos e vilas do país profundo, tendem a concentrar-se, à medida que se finaliza a campanha, nas capitais de distrito, em palcos de dignidade e capacidade mobilizadora. Com a intervenção de Évora, terminará a presença do governo na caravana eleitoral. Salazar regressa esse Domingo de Santa Comba, rapidamente se inteirando do decurso da campanha, junto do ministro do Interior (que o tinha visitado em Santa Comba aquando da sua viagem a Coimbra) e do presidente da Comissão de Propaganda²²³.

O discurso do ministro do Interior em Évora será de verdadeiro apelo ao voto²²⁴, destacando-se a secção sobre a mecânica do voto (“quem distribui o boletim de voto? Como se distribui o boletim de voto? A quem se distribui o boletim de voto?”) que, segundo o relato do *Diário da Manhã*, “interessou vivamente o auditório, pois por ela ficou conhecedor de um verdadeiro plano a que não faltam dirigentes, elementos de execução, método e execução”²²⁵. Acerca da participação da Assembleia Nacional na dinâmica constitucional do regime diria ainda que “A soberania, o poder, a autoridade que preside aos destinos nacionais, *é uma só*; a unidade do poder corresponde à unidade da nação (...) não há vários poderes, mas uma só soberania representada e exercida por *vários órgãos*, que são: O Chefe do Estado, o Governo, a Assembleia Nacional e os Tribunais”. A Assembleia Nacional dentro desta mecânica era apresentada como tendo um “carácter de órgão de representação popular, com uma função essencialmente fiscalizadora e de aprovação”. Pais de Sousa falaria ainda da “circunstância do facto da Assembleia Nacional ter poderes constituintes”, referindo que “é preciso ter-se em conta que não vai votar-se uma lista de sentido individualista ou partidário; tampouco vai votar-se uma lista que represente este ou aquele grupo, este ou aquele interesse particular, esta ou aquela região”²²⁶.

Terminaria a intervenção no estilo interrogativo, de resto a esta altura vulgar na campanha: “seria pesado sacrifício para nós, que estamos em paz, o da afirmação solene de unidade nacional, de vitalidade patriótica, que nos custa o trabalho de lançar um pequeno papel numa urna? É como se a cada um dos votantes se perguntasse: Amas a tua pátria? A sua história, a sua grandeza, a sua independência?”²²⁷.

²²³ Logo no dia 26 de Outubro terá reunião com Mário Pais de Sousa (14h), onde lhe solicitará relatório da sessão de Évora; e com José António Marques (21h), com quem tratará das questões da propaganda eleitoral. Cf. IANTT/AOS/DI – 3, 26 de Outubro de 1942.

²²⁴ “O próximo acto eleitoral será uma afirmação solene de unidade nacional e de vitalidade patriótica”, diria, resumindo depois os principais argumentos da campanha na restante intervenção. Ver transcrição da intervenção de Mário Pais de Sousa no *Diário de Lisboa* de 25 de Outubro. Ver ainda as reportagens de dia 26 no *Diário da Manhã*, *Diário Popular*, *Novidades*, *Diário de Notícias*, ou o *República*, o *Jornal do Comércio*, entre outros.

²²⁵ Ver *Diário da Manhã*, de 26 de Outubro de 1942.

²²⁶ Ver transcrição da intervenção de Mário Pais de Sousa no *Diário de Lisboa* de 25 de Outubro. Ver ainda as reportagens de dia 26 no *Diário da Manhã*, *Diário Popular*, *Novidades*, *Diário de Notícias*, ou o *República*, o *Jornal do Comércio*, entre outros.

²²⁷ Ver transcrição da intervenção de Mário Pais de Sousa no *Diário de Lisboa*, de 25 de Outubro. Ver ainda as reportagens de dia 26 no *Diário da Manhã*, *Diário Popular*, *Novidades*, *Diário de Notícias*, ou no *República*, o *Jornal do Comércio*, entre outros.

Nas parangonas amplificavam-se as palavras de Pais de Sousa. O *Comércio do Porto* destacava que “a jornada eleitoral será digna das virtudes exemplares que os portugueses têm demonstrado na defesa do prestígio e da honra de Portugal”, o *Diário Popular* questionava se “será sacrifício para nós, que estamos em paz, afirmar nas urnas a unidade nacional?”; enquanto *O Século* e o *Diário de Lisboa* dividem o mesmo título: “o próximo acto eleitoral será uma afirmação solene de unidade nacional e de vitalidade patriótica”²²⁸. O *Diário de Notícias* refere que “não vai votar-se uma lista de sentido individual e partidário”, e o *Diário da Manhã* posta na sua primeira página a interrogação final do ministro: “Amais a vossa pátria a sua história a sua grandeza? O acto eleitoral de 1 de Novembro tem de ser a resposta afirmativa a estas interrogações”²²⁹. O *República*, *A Voz* e o *Novidades* não apresentam grandes conclusões de primeira página, limitando-se a reportar o evento com algum detalhe e atenção²³⁰.

No seu texto de 29 de Outubro, João Ameal, resumiria a intervenção do ministro do Interior num texto intitulado “Sob o signo da unidade”, onde se referia às “considerações em torno do carácter *impessoal* da lista dos novos deputados”, correspondendo a sua eleição à “unidade nacional, que uma vez mais vai ser afirmada perante o mundo, corresponde a unidade doutrinária e política dos seus representantes”, razão que deveria servir de “garantia a quantos, no dia 1 de Novembro, lhes dêem, com o seu voto, insofismável prova de apreço e confiança”. Além disso, terminaria, “para o Estado Novo, as ideias contam mais do que os homens. Os homens passam; as ideias ficam. E são elas que dominam e conduzem os destinos dos homens”²³¹. É novamente o argumento da *vida nova* que é utilizado, servindo para expor e potenciar as diferenças entre a República e o Estado Novo.

A partir do fim-de-semana de 24/25 de Outubro as sessões de propaganda tendem, como já referimos, a concentrar-se nas capitais de distrito. Estas sessões públicas são geralmente efectuadas em teatros, cinemas, ginásios ou edifícios públicos de dignidade e solenidade institucional (geralmente os salões nobres das câmaras municipais ou dos governos civis). Das colónias são reportadas “palestras radiofónicas alusivas às eleições dos deputados propostos para a Assembleia Nacional”, série aberta por “Sua Exma o Ministro das Colónias, seguindo-se-lhes os Srs. Governador-geral, Governador da Província e Capitão Durão Pais”²³².

²²⁸ Ver *Diário de Lisboa* e *O Século*, de 25 de Outubro de 1942.

²²⁹ Ver *Diário da Manhã*, de 26 de Outubro de 1942.

²³⁰ Ver *República*, de 25 de Outubro de 1942; *A Voz* e *Novidades* de 26 de Outubro de 1942.

²³¹ Ver *Diário da Manhã*, de 29 de Outubro de 1942.

²³² Ver *Comércio de Angola*, de 26 de Outubro de 1942. Infelizmente, muita da informação eleitoral relativa às colónias provém exclusivamente de Angola. Não encontramos, na investigação desenvolvida, informação adicional, proveniente de meios de comunicação social, oriunda de qualquer outro território administrado pelo Estado português.

A última semana da campanha

O discurso de Évora inicia também a última semana de campanha, onde são diárias as referências a sessões de propaganda na diversa imprensa consultada. A caravana eleitoral é organizada em torno dos governadores civis dos distritos, geralmente acompanhados por um ou mais candidatos a deputados distritais, e por outras personalidades de peso institucional. Por vezes o chefe do distrito desloca-se a sós. A caravana é esperada, na maioria das vezes, por toda a estrutura institucional da localidade. Os discursos apresentados – seja por candidatos, governadores civis, delegados do INTP, ou outras personalidades – andavam à volta dos apresentados na campanha, pouco inovadores, repetindo as linhas gerais apresentadas pelo maestro da campanha: Mário Pais de Sousa, ministro do Interior.

A dinâmica dos últimos dias de campanha é muito intensa. São escaladas, de forma deliberada, as sessões nas principais capitais de distrito, como exposto na tabela 14²³³. Os dias de sexta e sábado, acabariam por ostentar os melhores resultados em termos de mobilização, sendo promovidas diversas acções de campanha. Os pontos altos desta última semana serão as sessões do Porto (no Teatro Sá da Bandeira) e de Lisboa (no Liceu Camões); a referida intervenção do ministro interino das Colónias, a partir de Angola, e as comunicações finais aos microfones da Emissora Nacional do cardeal Cerejeira e do Papa Pio XII; isto numa semana onde a imprensa dedica extensos editoriais e artigos de apelo ao voto. O sábado será dedicado às reportagens da sessão apoteótica da capital, a apelos ao voto, aos últimos editoriais e à mensagem de paz com que Pio XII brindará os portugueses no encerramento das comemorações dos 25 anos das aparições de Fátima. No dia das eleições, o acto eleitoral dividiria as atenções com a mensagem do Papa, radiodifundida para todo o território nacional, valorizando a situação do país num último assomo propagandístico de elevado alcance.

Os discursos na última semana

Na intervenção do ministro das Colónias, alvo de grande propaganda e de grande divulgação, repescou-se o tema da excepcionalidade da eleição lusa em tempo de guerra. Numa palestra provavelmente ouvida em muitos países estrangeiros, Francisco Caeiro recordará que “Enquanto uma parte do mundo consome na guerra as suas preciosas energias, Portugal dará novo exemplo de confiança (...)”, acrescentando que “O voto do Império Colonial (...) vem pôr na eleição uma nota de

²³³ E que aqui resumimos: Braga, Leiria no Sábado 24; Évora, Viseu, Aveiro e Guarda no Domingo 25. Guarda, dia 26; Porto, na Terça 27; Faro e Santarém, na Quarta-feira; Setúbal, na Quinta; Portalegre, Bragança, Castelo Branco, Vila Real, Viana do Castelo e Lisboa, no dia 30. Coimbra organizara a sua sessão na recepção ao ministro do Interior, no dia 18; enquanto que de Beja só detectámos uma sessão de destaque em Aljustrel, no dia 24 de Outubro.

ternura, de sensibilidade, de consciência cívica, de seriedade e de perfeita devoção que o tornam extremamente significativo e valioso!”²³⁴.

De teor puramente eleitoralista encontram-se várias intervenções que procuravam combater a abstenção e apresentar o regime com um conjunto de preocupações sobre a participação eleitoral. Destas intervenções, destacamos a de Albino dos Reis, na sessão do Sá da Bandeira (Porto), onde reforçava a atenção relativamente à temida abstenção de Domingo: “A nação não pode, sem uma gravíssima abdicação, manifestar uma atitude de desinteresse pelo acto (...). Por mim tomarei os votos como exprimindo mais uma coisa. Os portugueses votando cerradamente, brandam a Salazar”²³⁵. O presidente da Comissão Executiva da União Nacional terminaria a sua intervenção num estilo dramático, apelando directamente ao voto e à unidade em torno da obra do Chefe: “Para a frente! Para a frente que a nossa ansiedade de mais justiça tem pressa! Para a frente! (...) Esta é a voz que parece sair das urnas. E é neste espírito que a Assembleia Nacional vai colaborar com Salazar. (...) Por cima das nossas interpretações desse interesse só as dos Chefes são infalíveis”²³⁶.

O mesmo apelo foi proferido pelo governador civil de Lisboa, Lobo da Costa, que, falando na capital, lembrava que “Não vamos – frisou – vencer eleições. Não há inimigos a vencer. A situação só os teve quando era perigoso defendê-la. O que vamos é consolidar, mais uma vez, a nossa unidade em volta dos Chefes prestigiosos que têm sabido engrandecer Portugal”. Por sua vez, o presidente da Comissão Distrital de Lisboa, simultaneamente director-geral da Administração Política e Civil do Ministério do Interior, Mário Caes Esteves, recordaria que “A cada um de nós compete (...) ser um soldado da Causa Nacional, olhando o exemplo que os Chefes oferecem. Não devemos ser nacionalistas contemplantes mas nacionalistas praticantes. Assim, a Revolução continuará”²³⁷.

²³⁴ Ver *O Comércio do Porto, O Século, O Primeiro de Janeiro*, todos de 29 de Outubro de 1942.

²³⁵ Ver transcrição no *Comércio do Porto*. Ver ainda *Diário da Manhã, O Jornal do Comércio, A Voz, O Primeiro de Janeiro, O Século*, todos de 28 Outubro.

²³⁶ Sobre Salazar, Albino dos Reis ainda diria que “reconhecemos e agradecemos a firmeza, a prudência e o patriotismo da tua política externa. Reconhecemos e agradecemos todos os bens preciosos que essa política nos tem conservado. Reconhecemos a tua fidelidade aos princípios eternos inscritos pelo cristianismo na consciência da humanidade, do valor infinito do homem, do respeito pelo direito, da piedade pelos desvalidos e pelos fracos, pelo culto da virtude. Reconhecemos e agradecemos a reabilitação do nosso nome perante o mundo e os esforços desesperados para aguentar, perante o descalabro geral, a possível normalidade da nossa vida económica”. Ver transcrição no *Comércio do Porto*. Ver ainda *Diário da Manhã, O Jornal do Comércio, A Voz, O Primeiro de Janeiro, O Século*; todos de 28 Outubro. Curiosamente, dos nomes indicados na lista “Distritos” pelo Porto (Marques de Carvalho, Ângelo César, Sá Carneiro, Luís de Pina, José Nosolini, Jorge Ferreira, João Antunes Guimarães e Joaquim Quelhas de Lima) nenhum foi orador. Os candidatos a deputado que usaram da palavra foram Albano de Magalhães, sem referência distrital; António Cristo e Albino dos Reis, indicados por Aveiro; e João Ameal, nomeado em Coimbra (e Lisboa).

²³⁷ Mário Caes Esteves dirá ainda, sobre o tema, que “Servir Salazar não é gritar o seu nome: é em cada atitude da vida, praticar os seus ensinamentos, executar e interpretar quando aconselha e pede. Gritar o seu nome e não sentir o seu génio, o seu espírito criador e a virtude imensa do seu talento é não o compreender, pois não é com gritos que se erguem pátrias”. Ver transcrição da intervenção no *Diário da Manhã*, de 29 de Outubro de 1942. Ver ainda, entre outros, o *Jornal do Comércio, e O Século*.

Dias mais tarde, num texto de opinião no *Novidades* entitulado “Eleição da Assembleia Nacional”, Joaquim Saldanha, candidato a deputado, depois de uma interessante deambulação em torno do carácter das eleições no Estado Novo²³⁸, recordará também as consequências de uma má prestação eleitoral, referindo que o “comodismo de ficar em casa ou o propósito de faltar não constituem apenas uma abstenção sem relevo e sem consequências, mas uma renúncia deprimente, uma atitude de mau cidadão e de mau português, uma covardia por falta de vontade e de coragem, uma infracção ao dever social e uma traição ao mandato imperativo dos nossos antepassados que esse direito e esse dever nos transmitiram para o conservarmos e exercermos e para o prestigiar e consagrar”²³⁹.

Na mesma linha assinava D.P.C. o texto “eleições” em *A Voz*. Num editorial construído no estilo pergunta/resposta, escrevia: “Eleições, ainda? Sim, ainda, caro leitor e crê que não é demais”. Adiante, num tom pouco visto na campanha, acrescenta que “Ninguém me pediu esta prosa: escrevo-a por devoção e julgando cumprir um dever – o de persuadir que realmente votar é um grande dever, dever para com Deus, para com a Rainha desta terra de Santa Maria, dever para o nosso país, dever para com Carmona e Salazar, muito embora nenhum desses nomes esteja pessoalmente interessado na eleição”²⁴⁰. A relação entre as personagens não deixa de ser curiosa – Deus, Carmona e Salazar – e mesmo provocadora.

Também a imprensa regional segue a estratégia da pergunta-resposta condicionada, sempre com o objectivo de apelar ao voto e contrariar a abstenção. O *Diário de Lisboa* questionava “Somos uma nação ou um bando de interesses e egoísmos? A voz das urnas há-de responder firmemente a esta pergunta. (...)”²⁴¹; o *Aurora do Lima* dirá que a eleição será um momento de paragem e de meditação²⁴²; no *Açoriano*

²³⁸ Neste ponto procura apresentar uma linha argumentativa que ligue a relação do povo português com a liberdade e o sistema eleitoral do Estado Novo, numa dinâmica de continuidade histórica entre o passado tradicionalista (não liberal) e a nova modernidade nacionalista. Dizia que “Desde os alvares da nossa nacionalidade, na separação do reino de Leão, na aclamação dos nossos reis, na eleição das Cortes Gerais, na escolha dos procuradores do Povo e dos Homens bons dos municípios, até aos nossos dias, através de uma história cheia de grandeza, sempre em Portugal se manteve a chama viva das tradições e liberdades populares, na intervenção dos nossos destinos e na escolha dos nossos chefes, dirigentes e representantes. (...) Bastariam estes elevados imperativos para que nenhum português, digno desse nome, pudesse faltar no próximo domingo ao voto na eleição da Assembleia Nacional”. Ver *Novidades*, de 28 de Outubro de 1942.

²³⁹ Ver *Novidades*, de 28 de Outubro de 1942. O candidato a deputado terminaria o seu texto com um apelo directo: “Todos estes aspectos, de uma gravidade que dispensa explicações, obrigam os eleitores a ir votar na lista proposta pela organização política da nação”.

²⁴⁰ Ver *A Voz*, de 31 de Outubro de 1942.

²⁴¹ Ver editorial não assinado “Eleição”, *Diário de Lisboa*, de 30 de Outubro de 1942.

²⁴² “Momento de paragem – para analisar a obra e seus admiradores – de que sairá mais vitoriosa ainda a Revolução e mais prestigiado o nome de Portugal no mundo. Momento de meditação: sobre as responsabilidades com que, desde 1 de Novembro, hão-de arcar os deputados cujo mandato abrangerá, possivelmente, com a evolução da guerra, uma época de revisão de sistemas; e sobre a atribuição que, constitucionalmente, lhes cabe de revisão constitucional”. Ver editorial não assinado “Eleições. Seu significado actual”, *Aurora do Lima*, 30 de Outubro de 1942.

Oriental, José Augusto Borges do Canto Pontes defendia que este era “(...) o momento de cada cidadão e cada português patentear e manifestar a sua compreensão não se abstendo da sua vida política (...). É que a abstenção do voto seria uma manifesta indiferença pelas garantias oferecidas pelo Estado Novo e pelo seu governo. E acaso pode alguém, que patriota se considere, abster-se do seu legítimo voto? Não, nunca. E é este o momento mais que em tempo algum, que a nós micalenses incumbe esse dever, essa decidida acção de votar”²⁴³.

Outro candidato a deputado, Manuel Maria Múrias, assinava dois textos de opinião no *Acção*, jornal periódico directamente patrocinado pelo SPN. No primeiro, datado de 29 de Outubro, requeixa o argumentário utilizado: confronto com a realidade eleitoral da República, o carácter plebiscitário da eleição, a defesa da lista a eleger, e o apoio a Salazar²⁴⁴. O segundo texto, intitulado “O plebiscito de uma política” reflecte sobre o significado do acto eleitoral, ligando-o à validação da política governamental e ao trabalho e labor dos Chefes²⁴⁵. João Ameal, agora escrevendo no *Boletim da Legião Portuguesa*, apela ao dever de votar dos legionários. Num texto de título simples “Os legionários e a eleição de 1 de Novembro”, o candidato a deputado selecciona argumentos externos e bélicos, descrevendo a necessidade de afirmar perante o mundo em guerra a unidade nacional e a validação da política governamental. Alerta também os membros da Legião Portuguesa para o perigo da abstenção e termina com uma frase de Salazar: “Afirmando com o voto a vontade inabalável de prosseguirmos a Revolução, votamos afinal pela independência, pela integridade, pela grandeza da pátria”²⁴⁶.

Já no Porto, António Maria Pinheiro Torres, presidente da câmara municipal, diria que “foi a abstenção de muitos portugueses que trouxe horas de sangue e de tragédia à nossa pátria! Não sei se pode chamar-se português a quem, neste momento particularmente grave, não cumpra à risca as determinações e directrizes do governo”. Novamente se combate a abstenção com o discurso nacionalista: não votar significaria não dar aval à política governamental. Adiante, Pinheiro Torres questionaria o eleitor: “Não sentes, não ouves, não vês o prestígio de Portugal no mundo? Não gritas por toda a parte o orgulho de ser português? Não defendes a pátria bendita em que vivemos? Se é assim, porque hesitas em levar o teu voto, que representará, em última análise, a aprovação desta obra magnífica, e a demonstração perante o mundo de que estás com o teu Chefe?”²⁴⁷.

Para o regime, que tomava as eleições como um plebiscito às políticas governamentais, a percentagem de votantes era importante, pelas leituras (internas e externas) dos resultados eleitorais. É nesse sentido que se deve entender o apelo ao voto dos

²⁴³ O *Açoriano Oriental* ostentava, nesse mesmo dia 31, no seu canto superior direito, o destaque “Realizam-se amanhã em todo o país as eleições para deputados”. Ver *O Açoriano Oriental*, de 31 de Outubro de 1942.

²⁴⁴ Ver *Acção*, de 29 de Outubro de 1942.

²⁴⁵ Ver *Acção*, de 5 de Novembro de 1942.

²⁴⁶ Ver *Boletim da Legião Portuguesa*, n.º 62, Outubro de 1942.

²⁴⁷ Ver *O Comércio do Porto*, de 31 de Outubro de 1942.

últimos dias, e o combate à abstenção dos derradeiros discursos e textos de opinião. Claro que esta pressão sobre os resultados finais aumenta o grau de condicionalismo dos mesmos, forçando a apresentação de percentagens elevadas, o que, directa ou indirectamente, justificará e incentivará a fraude, como veremos.

Fora dos editoriais e dos textos de opinião, assinados ou não, encontramos os apelos directos, as parangonas, as entradas capitalizadas nas primeiras páginas e outras formas de comunicação visual que, nos jornais consultados, procuravam chamar a atenção do eleitor até ao último momento. Claro que o regime não poderia esperar um elevado retorno desta estratégia e salvaguardava o resultado eleitoral por outros meios. Ou seja, sabendo que a maioria dos eleitores não se deslocará às urnas, por saber pelas páginas dos jornais que há uma eleição, haveria que assegurar o bom resultado eleitoral por outros meios. Pois depender da imprensa e da comunicação política de massas (jornais, rádio, cartazes), numa estratégia de curta duração e de grande intensidade onde seria atribuído algum grau de liberdade ao receptor da mensagem política, corresponderia, inevitavelmente, a um certo grau de incerteza do resultado final. O Estado Novo, como temos analisado, não considerava como missão da propaganda a eficácia a curto prazo; pelo contrário. A propaganda cumpria um objectivo de pedagogia e de controlo político com uma dinâmica mobilizadora de longo prazo, com ritmos e picos de intensidade. Estes poderiam estar previstos e eram devidamente acautelados, como o caso das eleições e de manifestações fixas do regime, como o 28 de Maio ou o 1.º de Dezembro; ou, fruto de necessidades políticas de importância extrema, organizados de forma muito intensa e reactiva, aproveitando a mecânica e a experiência adquirida (veja-se a organização da manifestação de apoio ao governo no final da Guerra na Europa, a 18 de Maio de 1945).

Regressando à campanha eleitoral, os últimos dias assistem, como já referimos, ao proliferar de apelos directos ao voto, explanados nas primeiras páginas de muitos jornais. Na Quinta-feira, o *Diário de Coimbra*, que logo a 24 publicara os nomes dos presidentes das assembleias de voto das freguesias do distrito (antecipando as preocupações logísticas expectáveis na organização do dia da eleição²⁴⁸), coloca também os seus eleitores perante o argumento da unidade nacional em torno da eleição, referindo que “O povo português, desde o Minho ao Algarve, desde a serra ao mar, vai às urnas no próximo Domingo, usando um direito sagrado a que ele se não quer furtar. Vão eleger os deputados à Assembleia Nacional!”²⁴⁹. No dia seguinte, publicava missiva da União Nacional a seguinte proclamação, confirmando as boas relações entre as estruturas do Partido e os órgãos de comunicação social: “Portugueses: vai realizar-se no próximo dia 1 de Novembro a eleição de deputados à Assembleia Nacional que, neste momento de convulsão mundial, tem um significado especial de

²⁴⁸ Ver *Diário de Coimbra*, 24 de Outubro de 1942. Como veremos adiante, serão vários os meios de comunicação que farão semelhantes esclarecimentos relativos à organização eleitoral.

²⁴⁹ Ver *Diário de Coimbra*, de 29 de Outubro de 1942.

unidade patriótica e deverá constituir uma afirmação da UNIÃO de todos os portugueses. A Comissão Concelhia da União Nacional confia que TODOS, em absoluta comunhão de ideais com a orientação governamental, compareçam nas assembleias eleitorais das suas freguesias, votando no acto eleitoral. Assim, marcarão a sua presença e cooperarão nos destinos da PÁTRIA”²⁵⁰.

Na intervenção do dia 29, aos microfones da Emissora Nacional, Ulisses Cortês, candidato a deputado, resumia a acção para dia 1 de Novembro: “Obedecer aos imperativos do Estado é o mesmo que obedecer aos nossos próprios imperativos”. E desenvolveria o conceito ao referir que “Num regime autoritário, da feição do nosso, o acto eleitoral para a designação dos órgãos de soberania representa um apelo dirigido ao espírito nacional e a aceitação expressa do princípio de que nenhum regime pode viver ou perdurar sem a adesão das consciências, traduzidas no consentimento dos governados (...) A autoridade deve ser essencialmente uma força ao serviço da liberdade, um princípio de integração e de coesão que assegura a realização de finalidades comuns sem estancar o que no indivíduo existe de particular e de criador”²⁵¹.

Dias depois, Pedro Inácio Ribeiro, candidato a deputado, reforçaria a ideia da gratidão aos Chefes e da unidade da nação em torno do projecto político do Estado Novo, referindo que o “acto eleitoral não se destina tanto à designação dos deputados, como ao reconhecimento solene das benemerências do regime político e à afirmação do país na realidade sempre fecunda dos princípios da Revolução Nacional”, daí que “Votar nas eleições de Domingo é, ainda, para nós, dever de gratidão”²⁵². No mesmo sentido, apresentaria a sua alocução final o governador civil de Coimbra, Castro Soares, numa intervenção que terminaria com a “convicção de que Coimbra inteira saberá manter, mais uma vez, as suas tradições cívicas, de nobreza e de patriotismo demonstrando coesão perfeita com o governo da nação e com Salazar”²⁵³.

Após estes últimos contributos, Lisboa assistiria ao final da campanha, num acto de grande gala e de exuberância. A sessão foi transmitida pela Emissora Nacional para todo o território nacional, havendo especial atenção para com a segurança de alguns convidados, nomeadamente dos membros do governo²⁵⁴. Nos discursos, Luís

²⁵⁰ Ver *Dário de Coimbra*, de 31 de Outubro de 1942. Letras capitais no original.

²⁵¹ Ver referências à palestra de Ulisses Cortês no *Diário de Notícias*, *Primeiro de Janeiro*, *Diário da Manhã*, *Diário de Lisboa*, *Jornal do Comércio*, *O Século*, *o Novidades*, todos de 30 de Outubro de 1942.

²⁵² Ver *O Comércio do Porto*, de 31 de Outubro de 1942.

²⁵³ Ver o *Diário de Coimbra*, de 31 de Outubro de 1942. O Dr. Castro Soares diria ainda, sobre o decurso da campanha eleitoral: “Pode a alguns causar estranheza o alto interesse que o governo e, especialmente, o ilustre titular da pasta do Interior, dedicam a este acto de civismo, mas a ela desaparecerá se analisarem as bases da constituição política do Estado Novo, em franca discordância com as directrizes do passado, por admissão e adopção de conceitos diferentes de soberania”.

²⁵⁴ O secretário-geral da UN, Ruy Morais Vaz, contactou o comandante geral da PSP comunicando-lhe “para os efeitos que houver por conveniente” que a UN realizará “às 22 horas no edifício do Liceu Camões” uma sessão de propaganda “a que deverão assistir alguns membros do governo”. Ver ofício n.º 4665 (urgente) da Secretaria-Geral da UN para o comandante geral da PSP, datado de 30 de Outubro de 1942; cf. IANTT/Arquivo PSP/NT 467.

Vieira de Castro diria “que a eleição da Assembleia Nacional não era um mero problema de partidarismo, mas sim uma verdadeira questão de consciência. Porque se tratava de escolher a manutenção da ordem nacional instituída com o 28 de Maio e as velhas fórmulas que tinham levado o país à dissolução e à ruína. (...)”; enquanto Manuel Múrias, afinando no mesmo tom, o do confronto com a realidade da República, referia que “Os votos que dentro de poucas horas serão recolhidos nas urnas em todo o Império, ninguém os tome no baixo sentido das eleições de outros tempos. Devem ser antes a mensagem de esperança no Portugal renovado por Salazar – a mensagem da nação ao futuro (...). Não representamos partidos políticos porque somos contra todas as divisões entre os portugueses ...”²⁵⁵.

Por fim, Albino dos Reis colocaria o dedo nas feridas sociais que assolavam o país nesse Outono e, numa intervenção elaborada para destacar a boa governação, atacava a contestação popular num conjunto de perguntas-respostas: “Há dúvidas? Mas porquê? Porque alguns produtos da lavoura sofreram restrições no seu preço, restrições necessárias à alimentação do povo? Porque há restrições na liberdade de comércio, nos seus lucros? É a necessidade de protecção comum. O salário dos trabalhadores é insuficiente para o agravamento da vida? É uma fatalidade que não se resolve de rompante e com facilidade, por mais respeitáveis que sejam as razões dessa classe. (...) A Revolução Nacional inspirou o Estado Novo, cuja obra insigne não pode ser ignorada. Por cima, pois, de todas as dificuldades rendamos homenagem ao chefe do Estado, pela alta inteligência com que dirige a nação, e a Oliveira Salazar, o homem singularmente destinado a governá-la e a inspirá-la nos seus destinos grandiosos”²⁵⁶.

No dia seguinte, o relato do *Diário da Manhã* denunciava um regime envolvido e mobilizado: “Ontem à noite no enorme salão do ginásio do Liceu Camões, totalmente cheio, efectuou-se a última sessão de preparação e propaganda do acto eleitoral que se efectua amanhã. Constitui, de facto, sem exageros, um acontecimento de transcendência, quer pelo ambiente em que decorreu quer pelas afirmações produzidas pelos oradores. O palco onde se encontrava a mesa da presidência foi decorado com enormes bandeiras das cores nacionais pendendo desde o alto e multiplicando-se em festões mais duas bandeiras da Legião e da União Nacional. Na varanda que circula o ginásio, complementando essa decoração simbólica e de bom gosto, viam-se as bandeiras de todas as colónias do Império e ainda num palco num primeiro plano, alinhavam-se múltiplas plantas decorativas. A Emissora Nacional instalou um serviço de retransmissões dos discursos e antes da sessão fez ouvir marchas e hinos patrióticos e legionários”²⁵⁷.

Eram muito numerosas as individualidades que estavam presentes, destacando-se o Presidente da Câmara Corporativa (general Eduardo Marques), o ministro do Interior e o ministro interino das Colónias, o subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, o das Finanças e o do Comércio e Indústria. Também marcaram

²⁵⁵ Ver, entre outros, *A Voz*, de 31 de Outubro de 1942.

²⁵⁶ Ver *A Voz*, de 31 de Outubro de 1942.

²⁵⁷ Entre eles, o da “Maria da Fonte”; cf. *Diário da Manhã*, de 31 de Outubro de 1942.

presença muitos candidatos, como Quelhas de Lima, Viera de Castro e Manuel Múrias – que foram os oradores da noite –, Cunha Gonçalves, Mário de Albuquerque, Manuel Ribeiro Ferreira, Formosinho Sanches, José Cabral, Salvação Barreto, Silva Dias, Alçada Guimarães, Henrique Tenreiro, Ferreira Bossa, Mário Caes Esteves, Abel Vieira Neves, Higinio de Queiroz, Casimiro Alves, Martins Cameira, Lopes Mateus, Henrique Cabrita, Almeida Garrett, Rui de Moraes, Alves Monteiro, Álvaro Fontoura, Luiz de Carvalho, etc. Na sala estavam ainda presentes representantes de unidades da Legião Portuguesa, oficiais do Exército e da Armada, comissões políticas da UN e muitas senhoras.

Para a obtenção dos resultados pretendidos, o regime contava, como vemos, com a elite política devidamente mobilizada segundo as suas responsabilidades e área de actuação (ministros, governadores civis, deputados, presidentes de câmara, delegados do INTP, vereadores, presidentes de junta de freguesia, dirigentes da Legião, da Mocidade, da Liga 28 de Maio, da Mocidade Feminina, comandantes da Polícia, das Regiões Militares, da Guarda Republicana, administradores escolares, administradores portuários, altos funcionários públicos, etc.), com uma propaganda quotidiana permanentemente activa.

Os últimos apelos

Como temos vindo a referir, os últimos dias da campanha assistem ao proliferar de apelos directos ao voto, explanados nas primeiras páginas de muitos jornais. No dia 30, o *Diário da Manhã* afirmava categoricamente: “É já depois de amanhã, Domingo, que se efectuará em todo o Império a eleição dos deputados à Assembleia Nacional. Nenhum eleitor deixará, certamente, de ir votar, não só por se tratar de um dever cívico impreterível, mas também porque, neste momento, qualquer abstenção seria indesculpável. Insistimos: é preciso ir votar!”²⁵⁸. O *Diário de Lisboa* afinava pelo mesmo diapasão, questionando “Há outros processos de votar?”, e apresentando a resposta mobilizadora “Louco seria quem respondesse negativamente. Mas no momento em que estamos, uma discussão sobre tão melindrosa matéria, além de inoportuna, prestar-se-ia a confusões onde a verdade expirava violência e paixão. O patriotismo tem as suas normas a que não podemos furtar-nos sem dano para a comunidade”²⁵⁹. Já o *Diário de Notícias* oferecia diversos espaços na primeira página, onde colocavam apelos directos ao voto. Diziam: “Por entre o ruir dos princípios e das ideias, Portugal, acorrendo às urnas, dá ao mundo o exemplo da sua ordem constitucional, da sua paz, da sua força”; “Votar é um direito, uma prerrogativa e uma

²⁵⁸ Ver *Diário da Manhã*, de 30 de Outubro de 1942. Dizia ainda que “O nosso apelo dirige-se indistintamente a todos os eleitores inscritos, porque são portugueses e, como tal, cumpre-lhes afirmar o seu patriotismo num acto político do mais transcendente interesse nacional. Recordamos as significativas e oportunas palavras do ministro do Interior no seu discurso de Évora: – ‘Eleitores, amais a vossa pátria? Amais a sua história e a sua grandeza? – Pois bem, o acto eleitoral de 1 de Novembro tem de ser a resposta afirmativa a estas interrogações’”.

²⁵⁹ Ver *Diário de Lisboa*, de 30 de Outubro de 1942.

obrigação moral”; “Ao votar proclamamos a unidade viva e indestrutível da nação”²⁶⁰. *O Século* resumia numa singela parangona: “É preciso votar!”²⁶¹; e o *Comércio do Porto* assinava: “O acto eleitoral de depois de amanhã interessa a toda a nação”; e desenvolvia: “Acto transcendente de política interna, essa eleição representará mais uma afirmação de confiança nos destinos do Estado Novo e assumirá, assim, o aspecto duma grande manifestação plebiscitária”²⁶².

O *Diário Popular*, numa primeira página dedicada ao acto eleitoral, dizia que: “VOTAR numa hora grave como esta que o mundo atravessa, hora de luta e de destruição, tem de ser forçosamente uma prova de que estamos unidos e de que sabemos merecer o ‘bem inestimável da Paz’”²⁶³. No mesmo número publicava entrevista com Mário Pais de Sousa, onde eram resumidos muitos dos argumentos da campanha: as características constituintes da Assembleia a eleger e a qualidade da lista de representantes da nação; o carácter plebiscitário da eleição; a unidade perante a política governamental e perante os Chefes do Estado Novo, o excepcionalismo português perante o mundo em guerra, o confronto entre a Ordem e a Balbúrdia²⁶⁴. Sobre a previsão da participação eleitoral, questionava o ministro se este esperava grande afluências às urnas? Na resposta, Pais de Sousa afirmaria que “Não obstante as muitas dificuldades com que se luta, com deficiências de transporte (afлита de gasolina e outros que largamente referi) estou confiante porque creio nas virtudes e no patriotismo do povo português”. Adiante responderia à questão se “toda a gente deve votar”, com um apelo mobilizador: “Toda a gente! Agora não há partidos, não há adversários políticos – há portugueses que têm o dever de demonstrar perante o mundo que estão unidos à volta dos seus Chefes, dando assim um solene testemunho do seu amor à causa sagrada da pátria”²⁶⁵.

Terminava a campanha. Mas não a propaganda. O dia da eleição encontrou nas primeiras páginas dos jornais diários de referência mais uma oportunidade de inculcar palavras de ordem, apelos ao voto e, no caso dos periódicos vespertinos, apresentar relatos do acto eleitoral dessa manhã.

O *Diário da Manhã* era, como hábito, o mais expressivo na abordagem propagandística. Em grandes parangonas, junto da lista dos candidatos, anunciava

²⁶⁰ Ver *Diário de Notícias*, de 31 de Outubro de 1942.

²⁶¹ Ver *O Século*, de 30 de Outubro de 1942.

²⁶² Ver *O Comércio do Porto*, de 30 de Outubro de 1942. Adiantaria ainda: “Assim é. Votando nos nomes que lhe são propostos pelo principal organismo político da nação, não se limitará esta a sancionar a indicação superior duma entidade responsável, mas declarará, por modo eloquente, a sua concordância com uma forma de Governo a que, além do mais, que é muito, deve a paz com os de dentro e com os de fora, bem inapreciável que nunca será demais encarecer”.

²⁶³ Ver *Diário Popular*, de 31 de Outubro de 1942.

²⁶⁴ Ver *Diário Popular*, de 31 de Outubro de 1942. Da entrevista, aparte de algumas considerações já utilizadas neste trabalho, retira-se ainda síntese apresentada pelo ministro do Interior como justificação do interesse eleitoral. Afirmava Pais de Sousa que “Vamos eleger a Assembleia Nacional, órgão de soberania do Estado, mas, em verdade, vamos mais uma vez votar na unidade nacional à volta dos Chefes. O acto eleitoral traduz uma afirmação nacional de união ou desunião das energias nacionais, e daqui a sua transcendência. As eleições não interessam somente aos amigos do Estado Novo, interessam todos os nacionalistas, todos os portugueses, todos os partidos, acima de possíveis divergências...”.

²⁶⁵ Ver *Diário Popular*, de 31 de Outubro de 1942.

“Eleitores! É esta a lista da UN apresentada hoje ao vosso sufrágio”. Juntamente com cinco argumentos de apelo ao voto, concluía: “O acto eleitoral dará ensejo à afirmação da mais perfeita unidade nacional”²⁶⁶. *A Voz* afirmava categoricamente: “Portugueses Votai! É hoje que se realiza o acto eleitoral. A nação portuguesa deve aos seus Chefes gratidão e solidariedade pelo exercício do voto as manifestaremos”; e, em letras capitalizadas, anunciava: “VOTAR É UM DIREITO! VOTAR É UM DEVER!”²⁶⁷. *O Século* timidamente reportava “O acto eleitoral de hoje ao qual nenhum português poderá faltar”²⁶⁸. O *Diário de Coimbra*, em editorial distribuído pelo SPN, afirmava que “A nação vai hoje pronunciar-se por intermédio das urnas, e em todos os cantos do país, desde a aldeia à cidade, o povo português vai demonstrar que, neste momento grave do mundo, a unidade nacional da Terra Lusitana é uma clara e evidente realidade. (...) O acto eleitoral de hoje levará à sala da Assembleia Nacional os novos deputados que, sob a égide da República, vão cumprir o mandato que amanhã lhes será outorgado pelo povo português”²⁶⁹. Já *O Comércio do Porto* dá destaque às últimas intervenções políticas transmitidas pelo emissor norte da Emissora Nacional²⁷⁰ e o *Novidades* divide a primeira página entre o acto eleitoral e a prelecção de “Sua Santidade, Pio XII [que] falou, em português, aos

²⁶⁶ Ver o *Diário da Manhã*, de 1 de Novembro de 1942. Eram ainda apresentados cinco argumentos para votar: “1. Para além dos nomes que compõem a lista de deputados à Assembleia Nacional, sentinelas que se revezam na ronda da pátria – o acto do voto significa: a afirmação da fé nos destinos de Portugal; a concordância com a doutrina de unidade moral da nação e a confiança de Salazar.

2. O governo da nação tem cumprido exemplarmente o seu dever defendendo o mais e melhor possível os portugueses das consequências da guerra que atormenta os povos e mantendo bem alto o prestígio e a dignidade do país. É preciso que todos os portugueses cumpram também o seu dever e proclamem com o seu voto: “Presente. Estamos com o Governo da Nação”.

3. Na votação da lista apresentada à proclamação dos portugueses, os eleitores não vão pronunciar-se pelo que nela é transitório – os nomes dos seus componentes – mas pelo que é permanente e representa a continuidade histórica da nação no pleno esplendor da sua missão apostólica e civilizadora.

4. Portugueses: Votai a lista de deputados à Assembleia Nacional. Assim afirmais o vosso aplauso e entusiasmo pelo caminho já percorrido no alcance dos objectivos políticos e sociais da Revolução Nacional – um regime para todos os portugueses e justiça social para todos os trabalhadores. E direis ainda – Queremos que esta Revolução continue.

5. Ao votar a lista de deputados à Assembleia Nacional cada português afirma perante o mundo que na defesa dos supremos interesses da pátria – todos somos como um só”.

²⁶⁷ Ver *A Voz*, de 1 de Novembro de 1942.

²⁶⁸ Ver *O Século*, de 1 de Novembro de 1942.

²⁶⁹ Editorial “As eleições”. Ver *Diário de Coimbra*, de 31 de Outubro de 1942 e *Boletim Diário*, n.º 202, da Direcção dos Serviços de Censura, datado de 31 de Outubro de 1942.

²⁷⁰ Ver *O Comércio do Porto*, de 1 de Novembro de 1942. O governador civil do Porto, António Pires de Lima, diria que: “não vamos apenas dar o nosso voto aos deputados: vamos dar o voto a Portugal. (...) façamos do acto cívico de amanhã uma manifestação piedosa, sacrificando o resto dos nossos ódios e malquerenças e, holocausto à memória daqueles gloriosos antepassados. (...) Nenhum eleitor falte amanhã a exercer o seu direito e a cumprir o seu dever. Não vamos apenas dar o nosso voto aos deputados: vamos dar o voto a Portugal!”. O jornal acrescentaria ainda, em editorial, que: “vai a nação pronunciar-se, votando na lista única que a União Nacional elaborou, a favor de uma política eminentemente patriótica (...). É, pois, dever de todos os portugueses com direito a voto cooperarem na jornada eleitoral de hoje quem se não oferece o perigoso atractivo das pugnas antigas (...)”

portugueses de todo o Império [e disse] ‘Feliz o povo cujo Senhor é Deus, cuja Rainha é a Mãe de Deus’²⁷¹.

A eficácia da campanha eleitoral pode ser apreciada nas observações dos relatórios do Comando Geral da PSP, em Outubro de 1942, que divide as opiniões, como o comprovam os exemplos de Braga e de Santarém. Da cidade dos arcebispos é reportado que “A activa e bem orientada propaganda eleitoral, deste distrito, fez despertar a apatia de que enferma a população pela causa pública, mormente pessoas sem interesse numa mutação política do nosso país, levando-as a concorrer ao acto eleitoral”; enquanto de Santarém era assumido que “Não obstante o ambiente eleitoral para a realização das eleições para deputados para que o seu governador civil e a União Nacional se deslocassem através dos distritos, não se verificou o necessário entusiasmo, possivelmente porque a política da guerra traz preocupados os espírito desviando as atenções para a política internacional”²⁷².

O regime esforçava a mobilização, apelando directamente às suas organizações de massas que cumprissem o dever de votar, como se comprova pela leitura da convocação do comandante da Legião Portuguesa do Comando Distrital do Porto (tenente-coronel Cipriano Martins) aos seus comandados. Nesta convocatória oficial era chamada a “atenção de todos os legionários deste Comando Distrital para a sua comparência ao referido acto eleitoral, não só no cumprimento deste seu dever cívico, mas para afirmarem o seu alto espírito patriótico e a confiança que depositam nos dirigentes da nação”²⁷³. No mesmo sentido, o comandante distrital de Santarém (coronel Carlos Augusto Dias Costa) expunha que se chama “a atenção dos legionários para o dever que a todos compete de votarem e fazerem o possível dentro da sua esfera de acção para que as urnas sejam concorridas o mais possível dando assim um exemplo de civismo e de solidariedade para com o nosso ilustre Chefe Doutor OLIVEIRA SALAZAR”²⁷⁴.

No dia 1 de Novembro, depois de três semanas de campanha, uma delas bem intensa, votava-se.

5.6. As caravanas eleitorais distritais

Nos últimos subcapítulos apresentámos os principais actores envolvidos no processo eleitoral; exibimos os recursos disponíveis à campanha eleitoral e analisámos o discurso e os argumentos correspondentes. Em síntese, podemos afirmar que

²⁷¹ Ver *Novidades*, de 1 de Novembro de 1942.

²⁷² Cf. Relatório do Comando Geral da PSP, de Outubro de 1942; IANTT/MI/GB/maço 532/caixa 90.

²⁷³ Ordem de serviço n.º 253 do Comando Distrital do Porto, datada de 30 de Outubro de 1942, cf. Arquivo da Legião Portuguesa, NP. 1577.

²⁷⁴ Ordem de serviço n.º 19 do Comando Distrital da Legião Portuguesa de Santarém, sede em Tomar, datada de 30 de Outubro de 1942, cf. Arquivo da Legião Portuguesa, NP. 1577.

houve bastante preocupação na organização da campanha, onde é bem evidente que é da articulação entre o governo e a União Nacional, patente na relação dinâmica entre Mário Pais de Sousa e Albino dos Reis – ministro do Interior e presidente da Comissão Executiva da União Nacional –, que se desenrola a estratégia de mobilização política e popular subjacente à convocação do acto eleitoral. É esta dupla que marcará o ritmo e a métrica discursiva, deles decorrendo a intensidade da campanha.

Como vimos também, a campanha eleitoral percorre todo o território nacional, continental, insular e colonial, fazendo uso de fórmulas modernas de comunicação política de massas: a rádio e a imprensa controlada, ao serviço do regime. Assim, a cobertura é quase total, não existindo concelho, freguesia ou paróquia sem acesso à propaganda ou à rede mobilizadora construída para dotar o governo e o regime do resultado eleitoral necessário, isto é, uma percentagem de participação muito elevada que sufragasse, de forma plebiscitária, a política governamental, os Chefes, o Estado Novo, e a Revolução Nacional.

A descrição da última sessão de propaganda da campanha eleitoral em Lisboa expressa, de forma vincada, a preocupação do regime em se apresentar unido no acto eleitoral. Como se processa a campanha o resto do país? Obedecerá aos mesmos requisitos verificados em Lisboa, construídos deliberadamente para apresentar o regime mobilizado ao país e ao mundo? Sabemos que nem todas as sessões nas capitais de distrito asseguraram presença ministerial e, neste sentido, qual era a sua dinâmica e a sua mecânica logística? Que discurso empregam os seus oradores?

As campanhas locais arrancam no dia 16 de Outubro, após a reunião da Comissão de Propaganda da União Nacional, que anuncia, com pompa, sessões em todas as capitais de distrito. A forma da intervenção é definida pela cúpula do Partido (Comissão Central, Comissão Executiva e Comissão de Propaganda da União Nacional), devidamente concertada com o Ministério do Interior. Num ofício-circular de 17 de Outubro, depois da reunião das estruturas de topo da União Nacional em Lisboa, todas as comissões distritais do Partido são informadas das decisões tomadas em relação à dinâmica e aos ritmos da campanha. Os governadores civis já estavam informados desde a reunião com Salazar e Pais de Sousa, no dia 8.

Assim, devem as comissões distritais “promover, sem prejuízo de qualquer iniciativa própria e sempre em colaboração estreita com os srs. governadores civis e organismos nacionalistas locais, muito especialmente com a LP, uma grande sessão pública de propaganda eleitoral, em cada capital de distrito”²⁷⁵. Essas sessões, de âmbito distrital “deverão realizar-se na semana que antecede a data da eleição (de 25 a 31 do corrente) e, sempre que possível, sob a presidência do respectivo governador Civil”. Estas são as indicações gerais, das quais se devem retirar as sessões de propaganda realizadas aquando da visita de Mário Pais de Sousa (Porto, Coimbra e Évora), e todos os outros distritos cumprirão as indicações à risca, com a excepção de Braga e Leiria, que antecipam as suas sessões para 24 de Outubro, Sexta-feira. Todas as

²⁷⁵ Cf. IANTT/AMI/GM/maço 526/caixa 84, p. 69.

sessões analisadas são presididas pelo governador civil, mas nem em todas é detectada a presença de estruturas locais da União Nacional.

O papel da União Nacional na campanha acabaria por depender da estrutura organizada em cada distrito e da relação estabelecida com os governadores civis, de pouco valendo a responsabilidade teórica da organização das sessões de propaganda. Nesta relação importa distinguir o papel das comissões distritais das comissões concelhias ou de freguesia. As comissões distritais assumem uma parceria estratégica com os governadores civis, com eles coordenando a campanha no terreno e entregando os boletins de voto aos eleitores. As comissões concelhias ou de freguesia (ou paróquia), eram essencialmente passivas no desenrolar da campanha distrital, preparando as recepções à caravana eleitoral, organizando e mobilizando as elites locais e, ocasionalmente, promovendo iniciativas próprias. A responsabilidade da articulação entre as diversas estruturas institucionais estaria tutelada pelos governadores civis, que envolveriam as estruturas partidárias na campanha²⁷⁶.

Nas sedes dos concelhos, as indicações são para se promover entre “18 e 30 do corrente (...) a organização de sessões públicas de propaganda (...) reuniões preparatórias do acto eleitoral, com a assistência das autoridades, comissões da UN das freguesias e das respectivas juntas, delegações locais da LP e dos elementos nacionalistas mais representativos”; sugestões que repetem as avançadas para as capitais de distrito. Era ainda sugerido que se deveria “estimular a imprensa local a dar grande desenvolvimento aos relatos de todas as sessões que se organizarem e a auxiliar, no âmbito da sua acção, a propaganda eleitoral que a UN venha a promover nos respectivos distritos”²⁷⁷.

Como vemos, estamos perante, três níveis distintos de campanha: distrital, concelhia e de freguesia. A campanha distrital, sempre liderada pelos governadores civis, contava, na maioria dos casos, com o apoio directo e expresso das comissões distritais da União Nacional e organizava a caravana eleitoral para percorrer o território distrital. Era o governador civil quem tratava da logística da campanha, desde a gestão da gasolina ao convite aos oradores. A caravana era constituída, sempre, pelo governador civil, geralmente acompanhado por um grupo de deputados sugeridos pelo distrito, e por vezes pelo presidente da comissão distrital, por delegados do INTP ou por outros representantes institucionais de destaque. A campanha a este nível tinha dois propósitos: construir a caravana eleitoral distrital e organizar a grande sessão de propaganda na capital do distrito. Nesta sessão magna, como temos vindo a observar, todas as forças vivas da comunidade eram convocadas.

²⁷⁶ Ver, por exemplo, o modelo escolhido pelo governador civil de Leiria, que contacta directamente os presidentes das câmaras municipais do distrito a informá-lo do local e hora da sessão a realizar no seu concelho, “a que deverão assistir todos os elementos da União Nacional desse concelho e bem assim todas as pessoas da melhor categoria social, afectas à situação e que V. Exa. julgue conveniente convidar”. Cf. IANTT/Arquivo Distrital de Leiria,/Arquivo do Governo Civil de Leiria/01 – III/18 – E – 1.

²⁷⁷ Cf. IANTT/AMI/GM/maço 526/caixa 84, p. 69.

A campanha concelhia estava a cargo das diversas estruturas concelhias mobilizadas para o acto eleitoral: presidentes de câmara, presidentes e comissões políticas concelhias, Legião, Mocidade e outras organizações locais; e organizavam três tipos de eventos: eram anfitriãs da caravana eleitoral, preparando para o efeito a localidade para a recepção aos principais actores políticos do distrito; organizavam, geralmente nos Paços do Concelho, sessões de propaganda próprias, lideradas pelo presidente da câmara em causa; ou forneciam apoio às sessões de propaganda que decorriam nas juntas de freguesia, nas associações, nos sindicatos, etc. Por fim, às comissões de freguesia caberia dar apoio às iniciativas das comissões concelhias e à campanha distrital e, por vezes, organizar algo para o território por si administrado²⁷⁸.

O conteúdo da campanha local e do uso da propaganda é ainda balizado por indicações governamentais. No caso da política local, e segundo as apreciações do governador civil de Castelo Branco aos presidentes das Câmaras Municipais, delegado do Instituto Nacional de Trabalho e Previdência e presidentes das comissões distrital e concelhias do distrito, de Outubro de 1942 – e como já apreciámos neste capítulo –, os dois problemas identificados como fundamentais na preparação do acto eleitoral são uma propaganda séria e convicta e uma perfeita organização técnica do funcionamento das diferentes assembleias eleitorais. Era assumido que “pela propaganda se procurará convencer os cidadãos”, embora fosse reconhecido que “por efeitos das dificuldades de transportes não pode esta propaganda ser levada retumbantemente a todos os cantos do país”, o que não deveria impedir “que não se adoptem ou improvise outros meios que, de certo modo, supram os antigamente seguidos”. Por fim, e numa dinâmica de mobilização era solicitado, seguindo o exemplo adoptado pelos párocos (que “à hora das missas e no momento apropriado” faziam “pequenas exortações aos seus paroquianos), que as sedes dos sindicatos nacionais e das Casas do

²⁷⁸ Como exemplo deste tipo de sessões vejam-se as respostas das comissões de freguesia da cidade de Lisboa à solicitação da Comissão de Propaganda da União Nacional de se efectuarem sessões de propaganda no Verão de 1938. É certo que o caso seleccionado não tem relação directa com algum processo eleitoral, colocando-se na categoria da propaganda de quotidiano; mas a dinâmica da sua organização não difere muito da obtida nos actos eleitorais (como, aliás, reconhece a resposta da freguesia de Santos-o-Velho, mencionando ter sessão de propaganda preparada para Outubro, em plena campanha para as legislativas de 1938). Assim, a freguesia do Campo Grande sugeriria uma “sessão ao ar livre junto do edifício da Junta de Freguesia (...)” onde “às 21 horas seriam passadas algumas fitas, às 22 horas seriam pronunciados os discursos e a sessão cinematográfica continuaria depois”; a freguesia dos Anjos “que a sessão se efectuasse no cinema Royal (...) pois que poderiam ser exibidas algumas fitas (...). Depois deste local, apenas se encontraria o Lisboa Ginásio Clube, mas considero difícil a cedência (...)”; e a freguesia da Encarnação dirá que os locais são “os mesmos do costume (...): Escola Oficial n.º 12, à rua da Rosa ou, sendo o ar livre, a Alameda de São Pedro de Alcântara. Oradores – não tem a freguesia. Material – costuma essa digna Comissão [de Propaganda] fornecer 100 cadeiras (...)”; sublinhado no original. Cf. IANTT/AUN/maço 323/NT 391, p. 64-66. Nem todas as comissões de freguesia têm recursos para organizar as sessões requeridas (como a das Escolas Gerais) e muitas apenas se dizem prontas para a execução da solicitação (como Belém, ou São Cristóvão e São Lourenço). Em todo o caso, seria perante sessões desta dimensão, ou como os citados “quatro pequenos arraiais que no (...) dia 28 de Maio [1942] se realiza[ram] nas freguesias de Benfica, Campo Grande, Graça e Santo Estêvão”; cf. IANTT/AUN/caixa 382/maço 294.

Povo sejam utilizadas para passar as palavras de ordem do regime²⁷⁹. Nas palavras do governador civil de Castelo Branco, a necessidade de votar significava não só cumprir com uma obrigação moral consagrada na arquitectura legal do Estado Novo como também cumprir com os desejos do Presidente da República (e não do Presidente do Conselho, curiosamente) de mostrar ao mundo a capacidade de Portugal viver tranquilamente em paz num mundo dilacerado por uma guerra total.

No mesmo sentido mobilizador escreve também o Governo Civil de Portalegre aos presidentes de câmara do distrito, solicitando que convém mobilizar em torno da eleição em curso, devido ao “acto de notória transcendência política que (...) vem merecendo ao governo constante solicitude e especial interesse em tudo quanto se refere à sua cuidadosa preparação”, referindo ainda as “fortes e percebíveis razões políticas de natureza interna” e as “não menos relevantes, nem menos claras razões de ordem internacional” que justificam que um bom resultado eleitoral seja obtido; não se devendo por isso, “desperdiçar uma única oportunidade e envidar todos os esforços no sentido de imprimir ao acto eleitoral do dia 1 de Novembro a tríplice feição da dignidade, da concorrência e do entusiasmo. Ou, empregando a justeza da expressão de Sua Exa. o Ministro do Interior, que ele se revista de ‘legalidade, correcção e dignidade’”²⁸⁰.

No terreno, as campanhas locais não irão divergir muito em termos de linhas discursivas; mas irão distanciar-se na capacidade de organização eleitoral e da mobilização de uma eficaz caravana, demonstrando na prática o teor da relação entre governos civis e as comissões distritais da União Nacional. É o que veremos a seguir, identificando os principais eventos organizados em cada distrito.

Coimbra

Como já verificámos, as sessões de propaganda iniciam-se no Porto, a 11 de Outubro. No fim-de-semana seguinte, o ministro do Interior desloca-se a Coimbra vindo de Santa Comba, onde se encontrara com Salazar e terá apurado o curso da campanha eleitoral. Pais de Sousa chegara ao Salão Nobre do Governo Civil pela rua larga, onde o receberam uma força da PSP e respectiva banda. Na sala esperavam o governador civil de Coimbra, Augusto Braga Soares²⁸¹ e José Alberto dos Reis (Presidente da Assembleia Nacional). Junto a eles encontravam-se também os governadores civis de Viseu, Aveiro, Leiria e da Guarda; e os candidatos a deputado

²⁷⁹ Ofício do governador civil de Castelo Branco aos presidentes das câmaras municipais, delegado do Instituto Nacional de Trabalho e Previdência e presidentes das comissões distrital e concelhias do distrito, datado de 19 de Outubro de 1942. Cf. IANTT/Arquivo Ministro do Interior/Gabinete do Ministro/caixa 84/maço 526.

²⁸⁰ Circular do Governo Civil de Portalegre para os presidentes de câmara do distrito, datada de 13 de Outubro de 1942; cf. IANTT/AMI/GM/maço 526/caixa 84, p. 15-16.

²⁸¹ Alguma imprensa reporta o governador civil substituto, José Augusto Cardoso.

Dr. Querubim Magalhães, Dr. Ribeiro Ferreira e António Cristo²⁸². Estão ainda presentes outras individualidades²⁸³.

Em Coimbra está estacionado o Cinema Ambulante n.º 2, fornecendo um importante apoio propagandístico, nomeadamente nas pequenas localidades dispersas pelo distrito, promovendo, entre 19 de Outubro a 11 de Novembro, 20 sessões em tantas localidades do distrito – com 15 oradores – e uma “assistência total de 26 400 aproximadamente”²⁸⁴.

Recordamos que o distrito de Coimbra se encontrava “há dez anos [1936] sem organização política nacionalista”²⁸⁵; o que, não sendo um caso isolado, pode ser também justificável pelo peso político da sua universidade, centro importante de recrutamento político para as principais elites do Estado Novo e influente na superestrutura do regime, em especial junto a Salazar, também ele estudante e professor coimbrão²⁸⁶.

²⁸² Querubim Magalhães não aparece na lista de “Distritos”, apesar de ser presidente da Comissão Distrital de Aveiro; Ribeiro Ferreira é indicado em Leiria, e António Cristo em Aveiro. Por Coimbra são indicados José Alberto dos Reis, presente na reunião, Ulisses Cortês e João Ameal (também indicado por Lisboa).

²⁸³ Como Costa Rodrigues, secretário-geral do governador civil de Coimbra, o coronel Manuel Rodrigues Leite, representante do comandante da 2.ª Região Militar; o coronel Verdades Miranda; comandante da Legião Portuguesa de Coimbra; vários presidentes da câmara do distrito, comissões de freguesia e de concelhia da União Nacional; vária oficialidade do Exército, da GNR e da PSP. Por fim, está ainda o vice-reitor da Universidade de Coimbra, Doutor Maximino Correia; Doutor Pacheco do Amorim, Doutor João de Almeida, chefe de gabinete do ministro da Educação Nacional; Bernardo Rodrigues, director escolar, o comandante da Legião de Viseu; o Doutor João Maria Porto, director dos Hospitais da Universidade de Coimbra; o Dr. Miguel de Alarcão; João Neves, delegado do INTP de Viseu, Dr. António Nunes da Costa, Dr. José Nunes da Costa, delegado da Mocidade Portuguesa, representações de Viseu. Ver, entre outros o *Diário da Manhã* e *O Comércio do Porto*, ambos de 19 de Outubro de 1942.

²⁸⁴ As assistências verificadas no distrito de Coimbra foram as seguintes: máxima – 4500 Arazede (orador Sr. Angelino Ferrão), mínima – 200 Bairro Casas Económicas – Coimbra (orador Manuel Trindade). Foram visitadas as seguintes localidades: Travanca de Lagos, Bobadela, Nogueira de Cravo, Espariz, Nourinho, Pinheiro de Coja, Meda de Mouros, Barril de Alva, Vila Cova de Alva, Coja, S. Pedro de Alva, S. Martinho do Bispo, Tentúgal, Arazêde, Maiorca, Buarcos, Condeixa, Sebal Grande, Vila Nova de Ancos. Cf. IANTT/ASPN – SNI/NT 5276.

²⁸⁵ Cf. “Relatório de Joaquim Mendes do Amaral, presidente da Comissão Executiva da União Nacional [em 1945] para António de Oliveira Salazar, presidente da Comissão Central da União Nacional do início de 1946”, cf. IANTT/AUN/maço 834/NT 295, pasta 21, p. 17.

²⁸⁶ Por exemplo, é frequentemente citado o “Grupo de Coimbra” como sendo um círculo íntimo de Salazar, aconselhando-o e auxiliando-o politicamente. Em Outubro de 1942, ocupava a pasta da Educação Nacional Mário de Figueiredo, candidato a deputado, indicado pelo “governo”, tendo como seu subsecretário da Educação Manuel Lopes de Almeida, deputado em 1938 e mais tarde entre 1949 e 1969, cujo nome consta na lista “2.ª edição”, sendo posteriormente riscado (ver capítulo 4). Ambos os governantes são professores em Coimbra, assim como muita da elite do regime. Ver, sobre a relação do Estado Novo com a Universidade, Luís Reis Torgal, *A Universidade e o Estado Novo*, Coimbra, Minerva História, 1999; e as entradas no *Dicionário do Estado Novo*: “Universidades Populares”, de Filomena Bandeira (p. 996-997) e as do *Dicionário de História de Portugal*: “Universidades”, de Adriano Moreira (p. 569-574); “Universidades em Lisboa”, de Raul Miguel Rosado Fernandes (p. 574-577); “Universidade Católica”, António Sousa Franco (558-559); “Universidade do Porto”, Luís António de Oliveira Ramos (p.567-569); “Universidade de Lisboa”, Justino Mendes de Almeida (563-567); e “Universidade de Coimbra”, Luís Reis Torgal (559-563). Ver também a correspondência entre Mário de Figueiredo e Salazar no Arquivo Salazar (IANTT/AOS/CP – 115) e a reunida pela CLNRF (CLNRF, *Correspondência entre Mário de Figueiredo e Oliveira Salazar*, Mem Martins, Presidência do Conselho de Ministros, 1986).

Na realidade, não só não encontramos qualquer referência à distrital da União Nacional local – cuja inexistência em vésperas do acto eleitoral é provada por ofício da Secretaria-geral da UN²⁸⁷ –, como a recente exoneração do cargo de governador civil do capitão Domingos Calado Branco (substituído a 8 de Outubro por Castro Soares), pressupõe que o vazio institucional fora convenientemente preenchido em vésperas eleitorais²⁸⁸.

Braga e Leiria

Braga

Na Sexta-feira, dia 24, realizam-se duas sessões distritais. Em Braga e em Leiria.

A sessão de Braga decorreu no Teatro Circo e foi marcada para as 21h30m. Com a sala decorada com bandeiras nacionais e estandartes da Legião e Mocidade, com galhardetes com Cruzes de Cristo e Avis e uma assistência de 3000 pessoas em “vibrante entusiasmo”, a sessão inicia-se, sob presidência do governador civil José de Oliveira, e conta com oradores como Antunes Guimarães (presidente da Comissão Distrital do Porto), Ângelo César (candidato a deputado), e Querubim Guimarães (presidente da Comissão Distrital de Aveiro), repetindo-se a representação institucional e de personalidades locais²⁸⁹.

Na sua intervenção, José de Oliveira apresentou os aspectos legais no acesso ao voto, confrontou o novo Parlamento com a experiência republicana, e apresentou uma apologia aos Chefes. Querubim Magalhães e Antunes Guimarães, candidatos a deputado, recordaram as ligações de Braga ao Estado Novo. A sessão terminou com vivas a Carmona e Salazar²⁹⁰. No dia seguinte, o governador civil de Braga, em telegrama endereçado ao ministro do Interior, sintetizava que “acabo presidir rodeado autoridades eclesiásticas, civis, militares e legionárias a grandiosa sessão de propagação em que falaram presidentes Comissões Distritais Porto e Aveiro. Excedendo

²⁸⁷ No mesmo era referido que um assunto relacionado com a vida do Partido no distrito “deverá aguardar a organização, que vai fazer-se, da Comissão Distrital da UN de Coimbra”. Ver ofício n.º 4405 da Secretaria-geral da UN, datado de 21 de Outubro de 1942; cf. IANTT/AUN/caixa 16/maço 41 – A.

²⁸⁸ Recordamos que Castro Soares é indicado – e riscado – como possível deputado por Aveiro.

²⁸⁹ “Em lugar de destaque via-se o Dr. Araújo Malheiro, presidente da Comissão Distrital e do município; o deão Dom João de Novas e Sousa em representação do prelado; Francisco Monteiro, o governador civil substituto; o candidato Francisco Prieto; Dr. Rocha dos Santos, presidente da Câmara Municipal de Guimarães; o capitão Alberto Branco, comandante da PSP; Alberto Cruz, presidente da Junta da Província do Minho; o tenente-coronel Joaquim Faria, comandante distrital da Legião e representante do Comando Militar; Henrique Cabral, delegado INTP; o Dr. Sá Carneiro, presidente da Câmara Municipal de Barcelos; e Casimiro da Silva, pelo Grémio do Comércio. Ver, entre outros, *Diário da Manhã*, *O Século*, *Novidades*, *O Comércio do Porto*, todos de 25 de Outubro de 1942.

²⁹⁰ Ver, entre outros, *Diário da Manhã*, *O Século*, *Novidades*, *O Comércio do Porto*, todos de 25 de Outubro de 1942.

todas expectativas e com maior entusiasmo distrito de Braga aclamou vibrantemente Chefes Revolução Nacional e V. Exa.”²⁹¹.

José de Oliveira, aliás, informaria regularmente o ministro do Interior do curso das sessões do seu distrito, como o confirmam os relatórios das sessões de Vila Nova de Famalicão (28 de Outubro²⁹²) e Barcelos, no último dia de campanha²⁹³, sessões onde esteve acompanhado de José Sá Carneiro e Alberto Cruz²⁹⁴. No último dia de campanha, o governador civil ainda se desloca a Guimarães, agora sozinho, para se apresentar junto dos Sindicatos Nacionais de Guimarães, que haviam preparado sessão de propaganda eleitoral para o Teatro de Jordão²⁹⁵.

Leiria

Em Leiria a sessão foi organizada no Salão Nobre da Câmara Municipal e a sala estava repleta, engalanada com flores, vendo-se largamente representadas as forças vivas da cidade²⁹⁶. Foram oradores Mário de Vasconcelos, o governador civil; Dr. Júlio Biel, da Comissão Concelhia da União Nacional; Guilhermino de Vasconcelos, juiz do Tribunal do Trabalho; António do Amaral Pirrayt, da Comissão Concelhia de Lisboa; Manuel Ribeiro Ferreira, candidato a deputado e presidente da Comissão Distrital; e Sampaio Rio, ex-deputado e presidente da Câmara Municipal de Leiria.

Júlio Frederico Bial agradeceu a oportunidade de estar perante em tão solene sessão; Guilherme de Vasconcelos apresentou uma comparação entre liberalismo, que combateu, e os novos tempos de hoje, de unidade nacional; Amaral Pirrayt saudou os que trabalham em comunhão com os Chefes e, finalmente, Ribeiro Ferreira apresentou a estrutura institucional do Estado Novo e o lugar da Assembleia Nacional no

²⁹¹ Telegrama do governador civil de Braga, José de Oliveira, para o ministro do Interior, datado de 25 de Outubro de 1942; cf. IANTT/AMI/GM/maço 526/caixa 84, p. 23.

²⁹² “Acabo presidir magna sessão eleitoral esta vila tendo numerosa assistência aplaudido entusiasticamente Chefe Revolução Nacional e V. Exa. acto eleitoral este distrito desperta grande interesse respeitosos cumprimentos José de Oliveira governador civil [de Braga]”; telegrama enviado de Vila Nova de Famalicão, datado de 28 de Outubro de 1942; cf. IANTT/AMI/GM/maço 526/caixa 84, p. 32.

²⁹³ “Sessão propaganda Barcelos a que vim presidir resultou em mais uma consagração à política do Estado Novo... falaram deputados José Sá Carneiro e Alberto Cruz... teatro da terra repleto multidão que vitoriou Estado Novo e seu governo. Respeitosas saudações. José Oliveira governador civil”. Telegrama de Braga, datado de 31 de Outubro de 1942; cf. IANTT/AMI/GM/maço 526/caixa 84, p. 43.

²⁹⁴ Lembramos que por Braga são indicados os nomes de Alberto Cruz, José Rodrigues de Sá e Abreu e Francisco Fernandes Prieto, tendo o nome de Braga da Cruz sido posteriormente acrescentado. Ângelo César Machado, Sá Carneiro e Antunes Guimarães são indicados no Porto. Querubim Magalhães é o presidente da Comissão Distrital de Aveiro. *O Comércio do Porto* relata a presença de Braga da Cruz na sessão do Teatro Circo.

²⁹⁵ Ver *O Comércio do Porto*, de dia 30 de Outubro de 1942. No relatório apresentado, o telegrama dizia: “Tenho honra comunicar vou hoje presidir cidade Guimarães última grande sessão propaganda que neste distrito foi feita maior intensidade toda eficiência esperando grande concorrência acto eleitoral ponto na sessão falam candidatos Alberto Cruz e Albano Magalhães”. Telegrama de Braga, datado de 31 de Outubro de 1942; cf. IANTT/AMI/GM/maço 526/caixa 84, p. 44.

²⁹⁶ Ver *O Século* e o *Diário da Manhã*, de 25 de Outubro de 1942.

regime²⁹⁷. No rescaldo, Mário de Vasconcelos reportava em telegrama a Mário Pais de Sousa que a “sessão propaganda hoje realizada sede União Nacional esta cidade constitui notável afirmação de nacionalismo poucas vezes atingida. Sessões propaganda ontem realizadas Alcobaça e Caldas Rainha foram também muito concorridas revelando entusiasmo próximo acto eleitoral nome Vossa Excelência Chefe Estado e Presidente Conselho muito aclamados. Fui acompanhado toda propaganda pelo candidato Doutor Manuel Ribeiro Ferreira”²⁹⁸. Era esta, aliás, a equipa do distrito – o governador civil e o presidente da Comissão Política Distrital –, como demonstram, aliás, as sessões de Figueiró dos Vinhos ou de Alcobaça, onde a dupla apresentou algumas reflexões sobre o acto eleitoral²⁹⁹. Recordamos que Leiria era tida como “a organização (...) mais completa do país”, o que não impediu que o seu governador civil também tivesse contactado os Ministérios da Economia e do Interior a solicitar 500 litros de gasolina para efeitos eleitorais³⁰⁰.

Évora

O Domingo de 25 de Outubro, proporcionou a última aparição pública do ministro do Interior, em Évora, para a qual foram convocados “os senhores presidentes e vice-Presidentes das câmaras, os representantes das autarquias e corporações, das comissões políticas da UN, Legião Portuguesa e demais organizações nacionalistas que pertençam aos concelhos dos distritos do Sul do país”³⁰¹. Mário Pais de Sousa chegara à cidade alentejana na noite de 24, e ao meio-dia de 25 iniciava a sessão. “À porta dos Paços do Concelho (...) estava uma força de infantaria 16, com banda, que prestou guarda de honra ao Dr. Pais de Sousa, que era aguardado pelo Srs. governador civil, Hipólito Alvares, brigadeiro Luís Sampaio, comandante militar da 4.ª Região Militar e outras autoridades civis e militares”³⁰². Findo o acto, o ministro dirigiu-se ao Salão Nobre dos Paços do Concelho onde o esperavam os governadores civis de Évora, Beja, Portalegre, Faro, Castelo Branco e Santarém; presidentes de câmaras municipais e dirigentes de comissões políticas dos referidos distritos, bem como de outros organismos corporativos³⁰³.

²⁹⁷ Ver, entre outros, o *Novidades*, *A Voz*, *O Comércio do Porto*, *O Século* e o *Diário da Manhã*, de 25 de Outubro de 1942.

²⁹⁸ Telegrama de Mário Vasconcelos, governador civil de Leiria, datado de 25 de Outubro de 1942; cf. ANTT/AMI/GM/maço 526/caixa 84, p. 5.

²⁹⁹ A sessão de Figueiró dos Vinhos realiza-se a 19 e a de Alcobaça a 27 de Outubro; ver *Diário de Coimbra*, de 19 e 27 de Outubro.

³⁰⁰ Cf. “Relatório de Joaquim Mendes do Amaral...”, p. 20 e IANTT/Arquivo Distrital de Leiria, Dep -01 – III, 50 – E – 3.

³⁰¹ Ver comunicação do governador civil de Évora a todos os concelhos do distrito (excepto Évora), cf. IANTT/Arquivo Distrital de Évora.

³⁰² Ver o *República* ou o *Diário de Lisboa*, de 25 de Outubro de 1942.

³⁰³ Na sessão solene estavam ainda presentes os “Dr. deputado Camarate de Campos, Drs. Miguel Rodrigues Bastos e Gonçalves Ferreira, respectivamente presidente e vice-presidente da Câmara Municipal de Évora; Manuel Alves Martins, presidente da Junta de Província do Alto Alentejo: Arquilinto

Nas grandes intervenções do ministro, verificamos que as sessões implicavam um elevado nível de organização inter-distrital, obrigando a uma mobilização logística de maior intensidade do que as simples sessões distritais ou concelhias. Mobilização que significa activar, na rede distrital correspondente (Norte – Centro – Sul), as delegações de representantes que devem atender a reunião magna em preparação. Para a sessão de Évora, o governador civil de Portalegre cuidou de encontrar uma pequena camioneta para a deslocação e, através de ofício, convidou/convocou para a viagem eleitoral, o comandante distrital da Legião Portuguesa, o reitor do Liceu de Mouzinho da Silveira, o sub-delegado da Mocidade Portuguesa, o director da Escola de Fradesso da Silveira, e o provedor da Santa Casa da Misericórdiosa³⁰⁴. Para a mesma sessão foi construída uma delegação distrital de Castelo Branco, liderada por António Maria Pinto Taborda, governador civil, que contava com o presidente da Comissão Distrital e da Comissão Concelhia da União Nacional, o comandante distrital da Legião Portuguesa, o delegado do INTP, dois candidatos a deputado pelo distrito – Alexandre Calheiros Veloso e José Ranito Baltasar – e “várias outras individualidades”³⁰⁵. O relato da sessão de Évora, e a descrição das outras delegações, sugere comportamento semelhante nos restantes distritos.

A caravana diária do distrito de Évora era constituída por Hipólito Fernandes Alvares, governador civil, regularmente acompanhado por Camarate de Campos e António Bartolomeu Gromicho, ambos candidatos indicados pelo distrito. A equipa aparenta uma boa relação, apesar do “reduzidíssimo número de filiados” na União Nacional e dos diversos problemas detectados no distrito (em Vila Viçosa e Estremoz)³⁰⁶. Não encontramos, durante a campanha eleitoral, traços dos conflitos graves que mais tarde virão a lume entre Camarate de Campos e as forças políticas locais. O governador civil, à semelhança de alguns seus colegas, irá contactar todos os concelhos do distrito com algumas informações e instruções eleitorais. Nesta circular sugere que se integrem na campanha “as personalidades de relevo e prestígio local”, num processo em articulação com as comissões concelhias, cuja ligação deverá ser potenciada através de reunião patrocinada pela autarquia. Caso sejam utilizados meios de transporte próprios no decurso da campanha, a autarquia deverá contactar o Governo Civil, para que seja diligenciada a devida autorização de combustível³⁰⁷.

Caeiro, dos serviços municipalizados; tenente-coronel Salvador Barreto e Dr. Bartolomeu Gromicho, reitor do liceu desta cidade. Em nome da cidade e do Alentejo, falou o ilustre governador civil de Évora”. Ver *Diário da Manhã*, de 26 de Outubro de 1942. Ver ainda *A Voz, Jornal do Comércio, O Século, Novidades e Comércio do Porto*, todos de dia 26.

³⁰⁴ Cf. Arquivo do Governo Civil de Portalegre/Copiador de correspondência expedita/Outubro de 1942.

³⁰⁵ Ver o *Diário da Manhã*, de 25 de Outubro de 1942.

³⁰⁶ Cf. “Relatório de Joaquim Mendes do Amaral...”

³⁰⁷ Ver Arquivo do Governo Civil de Évora.

Aveiro, Viseu e Guarda

Aveiro

No mesmo dia, Aveiro, Viseu e a Guarda organizaram as suas sessões distritais.

O *Diário da Manhã* relatava a sessão de Aveiro³⁰⁸. Esta realizou-se no Teatro Aveirense, pelas 21 horas, sendo presidida pelo “ilustre chefe de distrito, Dr. José de Almeida Azevedo, tendo a ladeá-lo os srs. presidente do Município de Aveiro, comandante militar, juiz de Direito da 1.^a vara, presidente da Comissão Distrital da União Nacional, reitor do Liceu José Estêvão, comandante da Legião, representantes do Prelado, alguns presidentes das câmaras do distrito, e presidente da Comissão Concelhia da União Nacional (...). Entre a assistência, que era numerosa, viam-se as autoridades militares e civis, “Legião” e “Mocidade Portuguesa”, Juventudes Católicas, organismos corporativos, funcionalismo e muito povo”.³⁰⁹

Aberta a sessão, usou da palavra Querubim Guimarães, “abalizado causídico local e presidente da Comissão Distrital da União Nacional e candidato a deputado, que pormenorizadamente, explicou qual o significado do acto transcendente que vai ter lugar no dia 1 do próximo mês de Novembro”. Seguiu-se Pina Guimarães que apresentou “uma magnífica e valiosa lição cívica, moral e política”. Encerrando os trabalhos José de Azevedo “exortou os eleitores ao cumprimento do seu dever de votar”. No final, “correram no ecrã documentários sobre algumas realizações do Estado Novo, gentilmente cedidos pelo Secretariado da Propaganda Nacional”³¹⁰.

O relatório do presidente da Comissão Distrital de Aveiro (não do governador civil) ao ministro do Interior reconhece que a “sessão propaganda eleitoral ontem realizada teatro esta cidade foi muito concorrida manifestando assistência ruidosos aplausos exaltação todo interesse discursos proferidos do orador oficial Doutor Luís Pina bem como minhas palavras e do exmo governador civil. Todos puseram em relevo significado acto primeiro Novembro convidando eleitorado a afirmar nesse dia sua concordância confiança e gratidão numa grande unidade de

³⁰⁸ Lembramos que indicados por Aveiro, na lista distrital, encontravam-se Marques Mano (que acumulava com as colónias), João Neves e Pinto dos Reis. Querubim Magalhães, deputado na Legislatura de 1934-1938, esteve referenciado na lista “novos deputados”, como alguém que pudesse regressar à Câmara. É chamado nas substituições. Ver ainda capítulo 4.

³⁰⁹ Aparte as autoridades já citadas, estavam ainda presentes o governador civil de Coimbra, Dr. Castro Soares, o delegado do INTP, Dr. João Moreira, Dr. António Cristo, candidato a deputado e advogado, o vice-presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Dr. Artur Cunha, o delegado do procurador da República, Dr. Araújo de Sá, o comandante da PSP, capitão Firmino da Silva, o comandante da GNR, o director do Distrito Escolar, o presidente da Comissão Concelhia da União Nacional de Aveiro. Ver *Diário da Manhã*, de 27 de Outubro de 1942.

³¹⁰ Ver *Diário da Manhã*, de 27 de Outubro de 1942. Luís Pina Guimarães é notificado pelo distrito do Porto, enquanto Querubim Guimarães não aparece em nenhuma lista distrital. Por Aveiro são indicados António Cristo, Marques Mano (também pelas colónias), João Neves e Albino Pinto dos Reis.

pensamento e sentimento”³¹¹. A União Nacional de Aveiro é reconhecida como uma das melhores do país, apesar do “certo cansaço da política da situação”, detectada em 1945³¹².

O exemplo de Aveiro proporciona-nos a apreciação de um outro caso-tipo na relação entre os governos civis e a União Nacional. Neste caso, a balança inclina-se em favor do partido do regime, que, fruto da mais-valia do seu presidente distrital, assume a liderança política do distrito. Aliás, a notoriedade do conhecido advogado aveirense, monárquico assumido, é patente quando o detectamos, em posição de destaque e a apresentar discurso, noutras sessões distritais, como foi o caso de Braga e de Coimbra³¹³. O nome de Querubim Magalhães apenas é contemplado numa pequena lista que compila os deputados da I Legislatura que deviam retornar a São Bento. Nas listas distritais não aparece³¹⁴, assim como nas primeiras versões da lista final, falhando a primeira ronda de convites. Entra na lista de deputados através da quota monárquica, tratada individualmente e caso a caso por Azevedo Coutinho com Salazar (José Braga da Cruz também será outro caso nestas situações)³¹⁵.

Viseu

No distrito de Viseu a sessão solene decorreu no Teatro Viriato. A reunião de propaganda foi presidida pelo seu governador civil, António Abrantes Tavares, e contou com a presença do representante do bispo da diocese, do comandante militar, do reitor do Liceu Alves Martins, do presidente da Câmara Municipal de Viseu, do delegado do INTP, do presidente do Grémio do Comércio, do presidente da Comissão Distrital da União Nacional e do comandante distrital da Legião Portuguesa, entre outras personalidades locais³¹⁶. No palco “viam-se as bandeiras nacional, da União Nacional e do Grémio do Comércio. Nos camarotes, muitas senhoras”³¹⁷. Falou, em primeiro lugar, Augusto Mendes Moreira, “deputado

³¹¹ Assina o telegrama Querubim Magalhães. Cf. Telegrama de Aveiro, datado de 2 de Outubro de 1942, IANTT/AMI/GM/maço 526/caixa 84, p. 9.

³¹² Cf. “Relatório de Joaquim Mendes do Amaral...”, p. 13-14.

³¹³ Não era muito vulgar a presença de oradores de outros distritos nas sessões organizadas nas capitais distritais. Braga “importou” oradores de Aveiro e do Porto, como vimos. Em Coimbra, em sessão com o ministro do Interior, apesar de não apresentar comunicação – nas sessões ministeriais só os governadores civis intervínham – está presente com destaque Querubim Guimarães e António Cristo (de Aveiro) e Ribeiro Ferreira, presidente da Comissão Distrital de Leiria. No Sul, Quirino Mealha será orador em Faro e no distrito de Beja, por onde era indicado.

³¹⁴ Apontados na lista por Aveiro encontramos os candidatos a deputado já citados, Castro Soares (nomeado governador civil de Coimbra), Abel Condesso – que não obtiveram aprovação na lista (isto é, não contemplam algum “v”); e Afonso Queiró, procurador à Câmara Corporativa de 1945 até ao fim do regime, cujo nome é riscado.

³¹⁵ Lembramos que Salazar se reúne com João Azevedo Coutinho a 20 de Setembro para ultimar os nomes dos candidatos monárquicos. Cf. capítulo 4 e IANTT/AOS/DI – 20 de Setembro de 1942.

³¹⁶ Ver *Diário da Manhã*, 27 de Outubro de 1942 e *O Século*, de 26 de Outubro de 1942.

³¹⁷ Ver *Diário de Coimbra*, de 29 de Outubro de 1942.

proposto por este círculo, que se referiu às possibilidades do distrito nas próximas eleições e, a seguir, o chefe do distrito que salientou o significado da sessão³¹⁸, adiantando que os deputados devem sentir-se verdadeiros intérpretes da confiança nacional³¹⁹.

No distrito de Viseu o comando político era do governador civil, que chefiava a caravana eleitoral, frequentemente acompanhado pelo presidente da Comissão distrital local, António Melo. Na sessão de Lamego estaria também presente o “candidato a deputado por Viseu, Augusto Mendes Moreira”³²⁰, e em Vila Flor o candidato a deputado Major Salvador Teixeira³²¹. Em Mangualde, Penodono, Antas, Penala da Beira, Souto e Nelas ou Mortágua, o governador civil desloca-se acompanhado pelo presidente da Comissão Distrital da União Nacional³²². É noticiada apenas uma sessão onde o governador civil vai só: é a do dia 27, em reunião eleitoral com o Sindicato Nacional dos Motoristas, sendo na altura secretariado pelos presidentes do Grémio do Comércio e sindicatos locais³²³. O distrito de Viseu também é dos casos de sucesso apontado pelo major Joaquim Mendes do Amaral, no citado relatório pós eleições de 1945³²⁴.

Guarda

Ainda no Domingo 25, realizava-se uma “brilhante sessão de propaganda” na Guarda, produzida no Coliseu da Beira e presidida pelo governador civil do distrito. Ladeando o chefe do distrito estavam o representante do senhor bispo da Guarda, o presidente da Câmara Municipal da Guarda, o comandante militar, o comandante distrital da Legião, o reitor do liceu, o delegado do INTP, o director do Distrito Escolar, os comandantes de companhia da GNR e da PSP³²⁵. A vasta sala estava repleta de pessoas de “todas as categorias sociais” e, em nome da União Nacional, abriu a sessão o capitão Roberto Pereira da Fonseca, comandante distrital da Legião. Usaram da palavra José Abrunhosa Tavares, adjunto do director do Distrito Escolar, o cónego Luís Mendes de Matos, candidato a deputado, e Cirne de Castro, governador civil. Na apreciação às intervenções, que no geral aconselhavam a população a votar para demonstrar a coesão que existe entre o povo português e o governo de

³¹⁸ Ver *O Século*, de 26 de Outubro de 1942.

³¹⁹ Indicados pelo distrito, e eleitos deputados, encontram-se Joaquim Saldanha, Acácio Mendes Ramalho e Augusto Mendes Moreira. António Lopes Mateus, convidado e indicado por Viseu, declinará.

³²⁰ Ver *Novidades e Diário de Coimbra*, de 27 de Outubro de 1942.

³²¹ Ver *Jornal do Comércio*, de 30 de Outubro de 1942. Salvador Teixeira fora indicado por Bragança.

³²² Ver *O Século*, de 28 de Outubro de 1942. Em Mortágua a dupla foi recebida no Teatro-Club, “completamente cheio, vendo-se cá fora a Banda da Legião, Bombeiros Voluntários e muito povo, que [o] ovacionou”, reverendo prior José Ferreira Lobo, Dr. Abel Festas Cancela de Abreu e Dr. António Lopes Fernandes de Abreu, presidente da Câmara Municipal; ver *Diário de Coimbra*, de 30 de Outubro de 1942.

³²³ Ver *O Século*, de 28 de Outubro de 1942.

³²⁴ Cf. “Relatório de Joaquim Mendes do Amaral...”, p. 25-26.

³²⁵ Ver *Diário da Manhã e O Século*, de 27 de Outubro de 1942.

Salazar, o reverendo Mendes de Castro referiria que “próximo parlamento vai ser eleito na guerra mas que traga a paz”, discurso muitas vezes interrompido “com salvas de palmas, tendo sido classificado como de “feliz e brilhante estreia parlamentar do novo deputado”³²⁶.

Num distrito “praticamente sem comissão distrital desde há muitos anos”³²⁷, a caravana eleitoral era assegurada pelo governador civil, que se fazia acompanhar por alguns candidatos a deputado, como no caso da sessão magna do distrito. A presença institucional da União Nacional não é detectada, sendo mesmo substituída pela Legião Portuguesa na sessão do Coliseu da Beira.

Beja

Beja é um distrito fora do ciclo noticioso, sem comissão distrital desde que há anos o major Cortês Lobão pediu a demissão”³²⁸. A sessão de propaganda eleitoral de maior dimensão no distrito, por nós detectada, foi a efectuada em Aljustrel, que recebe a visita do governador civil de Beja, Magalhães Pessoa. A sessão ocorre no Sábado, dia 24 de Outubro, e o chefe do distrito faz-se acompanhar “pelos Srs. Quirino Mealha, delegado do INTP e Raul Lampreia, vereador da Câmara e representantes dos jornais de Lisboa e Porto”. Foram oferecidas as boas vindas por intermédio de um cortejo, no qual se incorporou “uma banda local, organismos corporativos, professorado e crianças das escolas”. A sessão decorreu nos Paços do Concelho, e na sua intervenção, Magalhães Pessoa lembrou que a obra do Estado Novo deveria ser validada nas urnas de dia 1 de Novembro. Depois, o governador civil partiu para Messejana onde, na Sociedade local, lhe foi oferecido um “porto de honra”; tendo de seguida visitado a Ermida de Nossa Senhora da Assunção, recentemente restaurada, de onde saiu uma procissão que contou com a presença do governador civil, autoridades locais e muito povo, e que conduziu a imagem da virgem para a igreja matriz³²⁹.

No caso de Beja, a representação política foi assegurada pelo governador civil, apoiado no delegado do INTP local, simultaneamente candidato a deputado, Quirino Mealha, junto de António Cortês Lobão, filho da terra, mas há muito radicado em

³²⁶ Ver *Novidades, O Século, o Diário da Manhã*, de 27 de Outubro de 1942. Apresentados na lista de distritos pela Guarda encontramos Dinis da Fonseca, cónego Matos, Alçada Guimarães, José Cabral e Lopes da Fonseca. Quer Roberto Pereira Fonseca, José Abrunhosa Tavares, e Dr. Cirne de Castro não se encontram nas listas.

³²⁷ “Relatório de Joaquim Mendes do Amaral...”, p. 19-20. Era presidente da Comissão Distrital da União Nacional de Guarda. Indicados na lista distrital da Guarda encontravam-se Dinis da Fonseca, o cónego Matos, Alçada Guimarães, José Cabral e Lopes da Fonseca. O governador civil do distrito é Cirne de Castro.

³²⁸ “Relatório de Joaquim Mendes do Amaral...”, p. 14. Era presidente da Comissão Distrital da União Nacional de Beja António Cortês Lobão, deputado desde 1934. Na lista distrital encontrava-se ainda Quirino Mealha. Magalhães Pessoa era o seu governador civil.

³²⁹ Ver *Diário da Manhã*, de 25 de Outubro de 1942 e *Primeiro de Janeiro*, de 26 de Outubro de 1942.

Lisboa³³⁰. Apesar das carências apontadas, é difundida a informação que “em todos os concelhos do distrito se têm realizado palestras e conferências com vista ao acto eleitoral do próximo Domingo”³³¹.

Porto

Após um dia de descanso, Segunda-feira, regressam as sessões distritais, desta feita no Porto que, pelas 19 horas, recebe no Teatro Sá da Bandeira a sua reunião magna de propaganda eleitoral. Com sala repleta, e entrada livre a todos os oficiais do Exército, legionários e filiados na Mocidade Portuguesa, realizou-se “uma sessão de propaganda eleitoral que deu motivo a grandes manifestações de fé patrióticas. A banda do asilo do Terço tocou a “Maria da Fonte” quando entrou o governador civil, que presidiu à sessão, secretariado por Albino dos Reis, presidente da Comissão Executiva da União Nacional³³². Nos discursos proferidos, António Pires de Lima, governador civil, assumia que não vinha “pedir votos, nem prometer coisa alguma”; Albino dos Reis lembrava que “acima de todos os interesses só o interesse nacional prevalecerá”; os candidatos Albano de Magalhães e António Cristo condenaram o antigo sistema parlamentar e as lutas antigas; enquanto João Ameal concluía que “Salazar é a voz de Portugal entre as nações”³³³.

No distrito do Porto, a articulação entre o governador civil e a Comissão Distrital da União Nacional parece funcionar bem, intervindo ambos os líderes em situação de igualdade³³⁴, numa relação onde a experiência política de João Antunes

³³⁰ Esta ligação, e a manutenção do seu nome na lista de candidatos pelo distrito, leva-nos a suspeitar que Cortês Lobão ainda se mantinha, oficialmente, como presidente da distrital da União Nacional, se bem que na prática esta se estivesse sem qualquer actuação pública ou política.

³³¹ Ver *Diário da Manhã*, de 29 de Outubro de 1942.

³³² O Eng. Albano Sarmento, recém-nomeado presidente da Câmara Municipal do Porto; o general Gaudêncio Trindade, comandante da I Região Militar; o Dr. Oliveira Lima, vice-reitor da Universidade do Porto; Dr. Marques de Carvalho; coronel Namorado de Aguiar, comandante da PSP; Dr. Cerveira Pinto, delegado do INTP; um representante do Departamento Marítimo do Norte; o visconde de Guilhomil, representando o comando distrital da Legião; e os candidatos a deputado, Drs. Albano de Magalhães, João Ameal, António Cristo e Dr. Antunes Magalhães, presidente da Comissão Distrital da União Nacional”. Ver *O Século*, *Diário da Manhã*, *O Comércio do Porto*, *O Primeiro de Janeiro*, entre outros, de 28 de Outubro de 1942.

³³³ Ver *O Século*, *Diário da Manhã*, *O Comércio do Porto*, *O Primeiro de Janeiro*, entre outros, de 28 de Outubro de 1942.

³³⁴ Isto apesar de em Dezembro de 1942 “a Comissão Executiva da UN, reunida sobre a presidência do Sr. Dr. Albino dos Reis, ocupou-se da remodelação das comissões daquele organismo no Porto, resolvendo reconduzir na presidência e vice-presidência da Comissão Distrital respectivamente, os Srs. Drs. João de Antunes Guimarães e António Pedro Pinto Mesquita e nomear para a presidência da Comissão Concelhia o Sr. Dr. José Nossolini”. Ver nota de imprensa da Secretaria-geral da Comissão Central da UN remetida aos Serviços de Informação e Imprensa, com o propósito de promover a publicação nos jornais diários de Lisboa e Porto, com data de entrada nos serviços do SPN de 8 de Dezembro de 1942; cf. IANTT/ASPN – SNI/NT 6544/4180.

Guimarães, o homem politicamente mais poderoso do Norte³³⁵, terá sido fundamental. Esta boa dinâmica é ainda visível na partilha das ondas hertzianas da Emissora Nacional do Norte – que desde dia 21 de Outubro apresenta emissões diárias de propaganda – entre a União Nacional, alguns candidatos a deputado e o governador civil. No entanto, não encontramos detalhes de outras sessões de propaganda no distrito do Porto além da organizada no Sá da Bandeira – para a qual foram convidadas as estruturas locais do Partido³³⁶ –, ao que não deve ser alheio o facto do distrito se encontrar sem governador civil³³⁷, e das diversas estruturas concelhias do Partido estarem a ser reorganizadas³³⁸. Por isso, entendemos que o distrito era sustentado pela personalidade dos seus principais líderes (nomeadamente Antunes Guimarães), e não por uma organização partidária bem organizada e interveniente, apesar da liderança de José Nossolini da estrutura concelhia portuense. Na dinâmica eleitoral, o Porto acaba por ter um importante destaque no discurso da grande propaganda (sessão de grande mobilização, programa de propaganda radiofónica diária e presença constante na imprensa nacional e regional), mas uma fraca implantação micro-política, ao nível dos concelhos e das juntas de freguesia, no que designámos de “propaganda do quotidiano”³³⁹.

A meio da última semana de campanha, os distritos de Coimbra, Braga, Leiria e Beja, Évora, Viseu, Aveiro, Guarda e o Porto já tinham organizado as suas sessões magnas. Desde dia 21 que o Emissor Regional do Norte apresentava palestras políticas regulares, passando a Emissora Nacional a fazê-lo desde dia 22. Na Quarta-feira, dia 28, o ministro interino das Colónias intervém radiofonicamente de Angola para todo o Império. No mesmo dia, Faro e Santarém organizam as suas sessões de propaganda e começam os preparativos para o grande comício final do Liceu Camões.

³³⁵ “From the political point of view probably the most powerful man in the northern Portugal”; cf. Portuguese Personalities Report for 1943; National Archives/FO – 371/34714.

³³⁶ Ver, por exemplo, o convite da Comissão Concelhia da União Nacional do Porto à Comissão de Freguesia de Santo Ildefonso; cf. INTT/AUN/NT 870/maço 2.

³³⁷ António Pires de Lima é nomeado governador civil do Porto em 1941 e António Pinheiro Torres no início de Outubro de 1942 (uma nomeação que se pretendia discreta, como se depreende do corte efectuado no *Jornal de Notícias*, de 14 de Outubro: “Na notícia da nomeação de um novo presidente da Câmara do Porto foi cortado um título a uma entrevista a fim de que o relevo dado à notícia se não torne inconveniente”. Ver *Boletim de Registo de Justificação de Cortes*, n.º 241, confidencial, datado de 15 de Outubro de 1942, no *Jornal de Notícias*, de 14 de Outubro; cf. IANTT/AMI/maço 525/caixa 83, p. 824-827).

³³⁸ A 27 de Outubro tomam posse as novas comissões concelhias de Valongo, Lousada, Matosinhos, Felgueiras e Póvoa do Varzim; ver *Diário da Manhã*, de 28 de Outubro de 1942. Em Janeiro de 1943 são renovadas a comissão distrital (que continua na presidência de João Antunes Guimarães) e a Comissão Concelhia do Porto (com liderança de José Nossolini); cf. IANTT/AUN/caixa 34/maço 195-A, p. 295 e 296. O relatório de Joaquim Mendes do Amaral em 1946 também não é muito elogioso em relação ao estado da União Nacional no Porto, o que leva a crer que esta reorganização e renovação não terá produzido o efeito desejado (cf. “Relatório de Joaquim Mendes do Amaral...”, p. 27).

³³⁹ Lembramos que foram indicados pelo distrito do Porto José Nossolini, Luís de Pina, José Sá Carneiro, Ângelo César, Artur Marques de Carvalho, Jorge Viterbo Ferreira, João Antunes Guimarães, Joaquim Quelhas de Lima e António Pinto de Mesquita. Este último recusaria o convite.

Santarém

Em Santarém, o salão nobre da Junta de Província do Ribatejo acolhe a sessão de propaganda eleitoral, presidida por Eugénio de Lemos, governador civil, “ladeado pelos sr. Coronel Garcez Caldas, comandante militar; António de Bastos, presidente da Câmara Municipal de Santarém; o cônego Francisco Maria Félix; dr. Artur Duarte e Dr. Carlos Borges, deputados; Carlos Fagulha, delegado do INTP; e José António Marques, presidente da Comissão de Propaganda da União Nacional”³⁴⁰. Nos discursos, Carlos Borges apresenta uma apologia ao Estado Novo; e José António Marques apela “para as senhoras para que convidem os seus entes queridos e conhecidos a cumprir o dever de eleitores”, referindo que deve “mais uma vez o país mostrar ao estrangeiro a sua unidade”³⁴¹. Sem novidade, como se vê. As grandes linhas discursivas apresentadas pelos dois catalisadores eleitorais – Pais de Sousa e Albino dos Reis – eram replicadas com frequência e, tirando a intervenção mais ousada de um ou outro orador, eram o guião seguido. Santarém era um dos distritos tidos como bem organizados, liderado por António Carlos Borges, onde “os interesses da UN têm sido sempre cuidadosamente acompanhados pelos elementos responsáveis”³⁴². A caravana eleitoral era composta pelo governador civil e por Artur Duarte e Carlos Borges, candidatos que percorrem³⁴³ todo o distrito, numa dinâmica bem oleada³⁴⁴.

Faro

Em Faro, distrito com poucas referências na imprensa consultada, a sessão de propaganda é organizada no Antigo Teatro Lethes, gentilmente cedido pelo Sport Lisboa e Faro, pelas 17h30m. Numa sala cheia, ornamentada com bandeiras, a reunião é presidida por Sebastião Ramires, vogal da Comissão Executiva da União Nacional, que no palco era acompanhado pelo governador civil, major Monteiro Leite, bem como os candidatos Joaquim Arnaut Pombeiro, médico da Casa do Povo da Luz de Tavira e Quirino Mealha, delegado do INTP em Beja, que também tinha

³⁴⁰ Ver *O Século*, *Novidades* ou *Diário da Manhã*, todos de 29 de Outubro de 1942; *A Voz*, de 31 de Outubro de 1942.

³⁴¹ *Ibidem*.

³⁴² “Relatório de Joaquim Mendes do Amaral...”, p. 21-22. Era presidente da Comissão Distrital da União Nacional de Santarém António Carlos Borges, coadjuvado por Artur Proença Duarte, ambos deputados desde 1934. O governador civil era o Dr. Eugénio de Lemos.

³⁴³ Juntamente com João Duarte Marques e Manuel Rodrigues Júnior, que recusaria.

³⁴⁴ Veja-se o exemplo da sessão de Torres Novas, a 20 de Outubro, onde se realizou sessão de propaganda na Câmara Municipal, sob presidência do “Sr. Governador Civil, secretariado pelos deputados Srs. Drs. Artur Duarte e Carlos Borges, e pelos presidentes da Câmara Municipal de Torres Novas, da Golegã, da Barquinha e de Santarém, e os Srs. D. Rui da Cunha Meneses, ilustre comandante da Escola Prática de Cavalaria e o monsenhor Quintela”; ver *A Voz*, de 1 de Novembro.

intervindo no distrito alentejano³⁴⁵. Como oradores, usaram da palavra Miguel Galvão, que expôs o motivo da reunião; o governador civil, que lembrou da importância de “mostrar ao mundo a nossa normalidade”; Quirino Mealha, que reflectiu sobre as condições da eleição; Arnaut Pombeiro, que fez a apologia da Revolução de Maio; e, finalmente, Sebastião Ramires, que fez o elogio da Constituição, apresentou o contraponto com a experiência republicana e lembrou a condição de paz em que o país vivia, tudo razões para validar a política do Estado Novo e a acção dos seus Chefes na eleição de 1 de Novembro³⁴⁶.

A situação no distrito de Faro apresenta-se com características invulgares, pois o destaque político recai na pessoa de Sebastião Ramires. É certo que o antigo ministro do Comércio é uma figura importante do regime, espécie de “senhor do Algarve”³⁴⁷, e que apesar das numerosas conferências realizadas entre o chefe do distrito, autoridades e diversas entidades de relevo na política algarvia³⁴⁸, confirmase que em Faro “não existia qualquer organização digna desse nome desde 1939”³⁴⁹. Neste sentido, não é estranho que os convites para a sessão magna do distrito sejam provenientes da Secretaria-Geral da União Nacional, certamente instruída por Sebastião Ramires³⁵⁰. O caso de Faro é, então, o de um distrito com fraca organização partidária, pouco relevante politicamente, com um interventivo governador civil, que lidera a caravana eleitoral sem se sobrepor à personalidade dominante da região – Sebastião Ramires.

Setúbal

Setúbal organizou a sua sessão de propaganda eleitoral no salão nobre da Câmara Municipal, às 21h30m do dia 29 de Outubro. Foi presidida pelo governador civil, Mário Madeira, a quem uma lança da Legião lhe prestou guarda de honra à

³⁴⁵ Estavam também com lugar de destaque o presidente da Junta de Província, Dr. José Correia do Nascimento; o chefe do Departamento Marítimo do Sul, comandante Trindade; comandante militar, coronel Soares; pelo presidente da Câmara Municipal de Faro, capitão Matias de Freitas; adjunto da Legião Portuguesa, capitão Tedeschi; o presidente da Comissão Distrital da União Nacional, Miguel Galvão; Na sala repleta, estavam também os presidentes das juntas de freguesia do concelho de Faro e de vários municípios do distrito. Ver *Diário da Manhã*, de 30 de Outubro de 1942; *O Século*, de 29 de Outubro de 1942.

³⁴⁶ Ver *Diário da Manhã*, de 30 de Outubro de 1942; *O Século* de 29 de Outubro de 1942.

³⁴⁷ Espécie de contraponto a João Antunes Guimarães no Norte. Os serviços ingleses situam-no como “a leading figure in the canning industry in the Algarve”; cf. Portuguese Personalities Report for 1943; National Archives/FO – 371/34714.

³⁴⁸ Ver *Diário da Manhã*, de 27 de Outubro de 1942.

³⁴⁹ Cf. “Relatório de Joaquim Mendes do Amaral...”, p. 18-19.

³⁵⁰ Como se subentende da leitura do ofício n.º 4481, de 24 de Outubro 1942, do secretário-geral da União Nacional, Rui Morais, para o Sr. Dr. Joaquim Mendes Arnaut Pombeiro, onde deixava expresso que “(...) venho por este meio solicitar de V. Exa. se digne a tomar parte, como orador, na sessão de propaganda eleitoral que se realiza em Faro no próximo dia 28 do corrente (...); cf. Arquivo UN/caixa 57/maço 21.

entrada. A sala “encontrava-se repleta, vendo-se em lugares de relevo todas as autoridades civis e militares, todos os organismos corporativos e entre eles representantes da Casa dos Pescadores”.

O governador civil foi acompanhado nos trabalhos da presidência por António Pedrosa Pires de Lima, presidente da Câmara Municipal de Setúbal; Henrique Chancerele de Machete, presidente da Comissão Distrital da União Nacional; o tenente Segurado, representante do comandante distrital, e tenente Nunes, da GNR. Usaram da palavra o presidente da Câmara Municipal de Setúbal, que referiu que “no voto dos portugueses o mundo verá tal moção de confiança [ao governo]”; Joaquim Mendes do Amaral, candidato a deputado, que perguntava “a quem devemos a tranquilidade da situação? A Salazar!”; e Madeira Pinto, vogal da Comissão Executiva da UN, que recordava que “não estava em causa os nomes da lista, mas os valores que defendem”, lembrando que estas eleições “nada tem a ver com as eleições do passado”. Mário Madeira encerrou a sessão³⁵¹. Pelo distrito são sugeridos os nomes de Luís de Arriaga Linhares (também indicado, mas riscado, nos Açores) e Álvaro Salvação Barreto.

O distrito de Setúbal, onde “a percentagem do operariado industrial na população do distrito” permite “avaliar da dificuldade de penetração das ideias nacionalistas e de ordeiro sentido revolucionário na massa desta população, sobretudo na parte norte do distrito”³⁵², é mais um caso atípico, não funcionando no binómio governador civil – presidente de Comissão Distrital. É, como noutros casos, o governador civil quem lidera e promove a caravana eleitoral.

Num distrito muito reportado na imprensa, destacamos duas sessões realizadas no Barreiro, uma visita a Sesimbra – muito noticiada –, e outras pequenas sessões. A primeira visita local ocorre no dia 22 de Outubro, pelas 21 horas e é promovida pela concelhia do Barreiro; realiza-se no Cine-Barreiro e conta com a presença de Luís Correia Matias, presidente da Comissão Concelhia do Barreiro; Joaquim José Fernandes, presidente da Câmara Municipal do Barreiro; José António Marques, presidente da Comissão de Propaganda da União Nacional; Mateus Gregório da Cruz, presidente do Sindicato dos Ferroviários; e Mário de Gusmão Madeira, o governador civil de Setúbal³⁵³.

A 24 de Outubro, o governador civil de Setúbal, Mário Madeira, deslocou-se a Sesimbra, “onde foi recebido com entusiásticas manifestações de carinho por parte da população”. Na reportagem de *A Voz*, era referido que o chefe de distrito era

³⁵¹ Ver *O Século e Diário da Manhã*, de 30 de Outubro de 1942. Lembramos que a passagem do discurso do governador civil de Setúbal “antes menos pão nos nossos lares do que abundância de bombas caídas do céu” por poder dar lugar a interpretações inconvenientes”, foi cortada pelos Serviços de Censura. Cf. *Boletim de Registo de Justificação de Cortes*, n.º 248, confidencial, datado de 23 de Outubro de 1942, relativo ao *Diário da Manhã*, de 23 de Outubro de 1942; cf. IANTT/AMI/maço 525/caixa 83, p. 854-856.

³⁵² Cf. “Relatório de Joaquim Mendes do Amaral...”, p. 22-23.

³⁵³ Ver *O Século*, de 21 e 22 de Outubro; e o *Novidades*, de 23 de Outubro de 1942.

aguardado à entrada da vila por diversas personalidades³⁵⁴; e que à sua passagem a “banda de música da localidade executou o hino “Maria da Fonte” e as crianças das escolas e o povo que ali se juntou para o saudar ergueram calorosos e repetidos vivas aos Srs Presidentes da República e do Conselho e ao Estado Novo”. Nos Paços do Concelho, edifício onde se realizou a recepção, Mário Madeira proferiu palavras da maior admiração pelas classes laborais de Sesimbra, algumas considerações acerca do próximo acto eleitoral, dizendo “esperar que todos os cidadãos inscritos, cumprindo um dever cívico, concorram às urnas no dia 1 de Novembro”. Depois, o governador civil visitou a Casa dos Pescadores, o hospital e a escola, e “foram queimadas muitas girândolas de foguetes”³⁵⁵, num exemplo do aspecto festivo e celebratório, associado à campanha.

O ambiente festivo manteve-se nas visitas a Santiago do Cacém, Sines e Grândola, no Domingo, dia 25. Em Grândola, era esperado pelo presidente da Câmara Municipal, elementos da União Nacional, do comércio e da indústria locais, do professorado e muito povo. A chegada a Santiago do Cacém, era esperado pelas autoridades locais “tais como a União Nacional, presidente da Câmara Municipal, terno da Legião, Bombeiros Voluntários e Mocidade Portuguesa foi assinalada com grande entusiasmo traduzido em calorosos vivas e foguetes”³⁵⁶. Depois, a 26 de Outubro, o governador civil desloca-se ao Cercal do Alentejo, onde se realizou uma sessão de propaganda com Avelar Soares, da União Nacional local e Pereira de Vieira, presidente da Câmara Municipal. No decurso da sessão, Mário Madeira, a pedido da Casa do Povo, distribuiu vestuário a 44 crianças pobres e descerrou duas lápides, uma comemorativa dos centenários e outra que nomeava uma das ruas da Vila “Dr. Barreiros Cardos”, antigo governador civil de Setúbal. Visitou ainda a Casa do Povo e o respectivo campo desportivo, sendo-lhe “oferecido um copo de água”³⁵⁷. No dia seguinte, deslocou-se a Alcochete e Palmela, desta feita acompanhado por Luís Arriaga Sá Linhares, candidato a deputado pelo distrito³⁵⁸; e a 31, Sábado, o governador civil de Setúbal percorreu novamente o Barreiro, visitando as fabricas da CUF e as oficinas gerais dos caminhos-de-ferro, trocando impressões com os principais dirigentes destes estabelecimentos fabris. Almoçou na cantina da CUF com Rocha de Melo, Fonteiro de Sousa e Gameiro à hora que os funcionários tomavam as suas refeições³⁵⁹.

A campanha chegava ao fim, e na Sexta-feira final seis capitais de distrito – Bragança, Castelo Branco, Portalegre, Vila Real, Viana do Castelo e Lisboa – organizam as suas sessões solenes, no dia mais intenso de toda a campanha.

³⁵⁴ O tenente da Marinha Manuel José Dias, presidente da Câmara Municipal e da Casa dos Pescadores e capitão do Porto J. Pinto Soares, vice-presidente do município; comandantes da Guarda-Fiscal, dos Bombeiros e da Legião Portuguesa, provedor da Misericórdia, etc. Ver *A Voz*, de 24 de Outubro de 1942, ver ainda o *Novidades* ou o *Diário da Manhã*, do mesmo dia.

³⁵⁵ Ver *A Voz*, de 24 de Outubro de 1942, ver ainda o *Novidades* ou o *Diário da Manhã*.

³⁵⁶ Ver *O Século* e *Diário da Manhã*, de 27 de Outubro de 1942.

³⁵⁷ Ver *O Século* e *Diário da Manhã*, de 27 de Outubro de 1942.

³⁵⁸ Ver *O Século*, de 28 de Outubro de 1942.

³⁵⁹ Ver *O Século*, de 1 de Novembro de 1942.

Bragança

Em Bragança, a sessão magna realizou-se no Cine-Teatro Camões promovida pela Comissão Distrital e Comissão Concelhia da União Nacional. Presidiu Pedro Vicente de Moraes Campilho, governador civil, que se “encontrava ladeado por todas as autoridades civis, militares e eclesiásticas, vendo-se a casa de espectáculos literalmente repleta”³⁶⁰. Depois de aberta a sessão, era concedida a palavra ao coronel António José Teixeira, presidente da Comissão Distrital da União Nacional, que se referiu “aos novos deputados, de que fazem parte os Dr. Trigo de Negreiros, Dr. Águedo de Oliveira, Dr. Maria dos Santos Guardiola, Dr. José Clemente Fernandes, Major Salvador Nunes Teixeira e Dr. Manuel Moraes”, num discurso que colocava o foco na dinâmica de renovação da câmara parlamentar³⁶¹. Seguidamente, usou da palavra o Dr. Valentim de Sousa, delegado do INTP, rebatendo os argumentos de falta de oposição e de falta de interesse no acto eleitoral e, por fim, discursou o major Salvador Teixeira, tecendo elevados elogios ao Estado Novo³⁶².

No relatório entregue ao ministro do Interior, Pedro Moraes Campilho referia que os “preparativos acto eleitoral decorrem em perfeita ordem e com entusiasmo... visitei concelhos Macedo, Vila Flor, Moncorvo, Mirandela onde fui recebido com entusiasmo e onde fiz conferências alusivas ao momento... ontem no teatro da cidade realizou-se sob minha presença grande e entusiástica sessão de afervoramento patriótico. Falei eu, delegado instituto, presidente União Nacional distrital, candidato a deputado major Teixeira. Os Chefes e todo o governo foram entusiasticamente aplaudidos. Espera-se grande concorrência às assembleias”³⁶³. Em carta particular a Mário Pais de Sousa, datada de 22 de Outubro, diria mesmo que realizará “uma grande sessão solene, no teatro da terra”³⁶⁴.

Tinham sido indicados por Bragança os nomes do coronel Salvador Nunes Teixeira, Águedo Oliveira e Maria dos Santos Guardiola, a única mulher citada em toda a campanha, uma vez que da sua colega, Maria Luísa van Zeller, indicada por Lisboa, não encontrámos referências.

Num distrito onde “os interesses da União Nacional têm sido melhor cuidados”³⁶⁵, a caravana eleitoral era, como na maioria dos casos analisados, dominada pela figura do governador civil que em Bragança geralmente viaja acompanhado pelo presidente da Comissão Distrital da União Nacional e pelo candidato a deputado

³⁶⁰ Curiosamente, Pedro Vicente de Moraes Campilho fora presidente da Comissão Distrital da UN de Vila Real até Junho de 1942; cf. IANTT/AUN/caixa 47/maço 135, p. 522.

³⁶¹ Ver *O Comércio do Porto*, de dia 31 de Outubro de 1942, que reporta por telégrafo.

³⁶² Ver *O Comércio do Porto*, de dia 31 de Outubro de 1942, que reporta por telégrafo.

³⁶³ Telegrama do governador civil de Bragança para o ministro do Interior, datado de 31 de Outubro de 1942; cf. IANTT/AMI/GM/maço 526/caixa 84, p. 33.

³⁶⁴ Carta particular do governo civil de Bragança para o ministro do Interior, datada de 22 de Outubro de 1942; cf. IANTT/AMI/GM/maço 526/caixa 84, p. 40-41.

³⁶⁵ Cf. “Relatório de Joaquim Mendes do Amaral...”, p. 15.

Salvador Teixeira³⁶⁶. No entanto, “dada a dificuldade de transportes o chefe de distrito apenas poderá visitar alguns concelhos de mais fácil acesso”, como reporta o *Diário da Manhã* e *O Comércio do Porto*, este via telégrafo³⁶⁷. Esta contrariedade afectou o decurso da campanha local, impossibilitando a prossecução dos objectivos. Mas não seria a última, pois confessará a Mário Pais de Sousa algum desconforto, na relação com os candidatos do distrito. Diz: “Cá só tenho um candidato a deputado para falar, pois dos outros nada sei, apesar de ter escrito à C. Central UN para que conseguisse a vinda de um candidato não conhecido para assim despertar mais interesse. A ver vamos como agrada o major S[alvador]. Teixeira”.

Numa outra comunicação ao ministro do Interior – no caso uma carta particular – faz constar que “se pretende pelo m. da educação nacional fazer valer pretensões locais sem conhecimento do governador civil (...). Segundo fui informado quem movimenta aqui esses patrocínios é o Sr. Raul Teixeira e Sr. (ilegível). É preciso muita cautela, pois estes pretendem sempre passar por cima do governador. Este deve ser o estado de espírito deles. Claro que este assunto é muito melindroso, como Vossa Excelência compreende”³⁶⁸. Na mesma carta, o activo governador civil de Bragança admitia ainda ter enviado a todos os padres do distrito com uma circular “a fim de ser lida nas missas dominicais que antecedem o dia 1 de Novembro”³⁶⁹.

Castelo Branco

Em Castelo Branco a sessão eleitoral decorreu nos Paços do Concelho, sob a presidência do governador civil, António Maria Pinto Taborda, ladeado por Augusto Cancela de Abreu, antigo deputado (que recusara o convite para a terceira legislatura); o coronel Luís de Camões, comandante militar da região; o tenente-coronel Guedes da Silva, presidente da Comissão Distrital da União Nacional; o reverendo Dr. Ribeiro Cardoso, presidente da Junta de Província; e os candidatos a deputado Calheiros Veloso e Barreto Baltasar³⁷⁰. “A assistência era numerosa”³⁷¹. Nos discursos, o governador civil lembrou os seis nomes de ilustres filhos do distrito³⁷²; Calheiros

³⁶⁶ Ver, por exemplo, a sessão de 29 de Outubro, em Macedo de Cavaleiros e Vila Flor; onde o governador civil de Viseu aparece acompanhado de António José Teixeira e do major Salvador Teixeira. Ver *Novidades*, de 30 de Outubro de 1942.

³⁶⁷ Ver *O Comércio do Porto*, de 30 de Outubro de 1942 e *Diário da Manhã* de 26 de Outubro de 1942.

³⁶⁸ Não temos elementos que identifiquem as personagens citadas. Carta particular do governo civil de Bragança para o ministro do interior, datada de 22 de Outubro de 1942; cf. IANTT/AMI/GM/maço 526/caixa 84, p. 40-41.

³⁶⁹ Cf. IANTT/AMI/GM/maço 526/caixa 84, p. 40-41.

³⁷⁰ Presentes e identificados estiveram também Manuel Ribeiro, juiz da Comarca e Duarte Beirão, presidente da Câmara Municipal de Castelo Banco. Ver *Diário da Manhã*, de 2 de Novembro de 1942. Ver ainda *O Século*, de 31 de Outubro de 1942.

³⁷¹ Ver *Diário da Manhã*, de 2 de Novembro de 1942. Ver ainda *O Século*, de 31 de Outubro de 1942.

³⁷² Por Castelo Branco foram indicados José Ranito Baltasar, Alexandre Veloso. Alfredo Soares de Melo (acrescentado à mão por Salazar) e Augusto Cancela de Abreu (também indicado em Lisboa), que não aceitará o convite para renovar o lugar de deputado. Dos 90 deputados eleitos, têm naturalidade do

Veloso desfez-se em elogios ao Estado Novo e Cancela de Abreu recordou que votar é um dever para com os Chefes³⁷³.

O distrito, considerado sem representante da União Nacional “desde há nove anos [1937]”³⁷⁴, funcionou de forma harmoniosa durante a campanha, resultado da boa interligação entre o Governo Civil, a União Nacional, os candidatos a deputado e as restantes “forças vivas” do distrito, activadas prontamente em comunicação do governador civil a meios de Outubro. É disto prova a delegação organizada para a visita do ministro do Interior a Évora, a 25 de Outubro, a que já fizemos alusão, e que tinha contado com a presença do governador civil e do presidente da Comissão Distrital³⁷⁵. Destacamos ainda a sessão de propaganda decorrida na cidade da Covilhã, a 27 de Outubro, que contou com a presença do governador civil e dos candidatos José Ranito Baltasar e Alexandre Veloso, também delegado do INTP.

Portalegre

Portalegre organizou a sua sessão solene no Teatro Portalegrense “vistosamente ornamentado com bandeiras nacionais, da Legião e da Mocidade Portuguesa, da União Nacional e vários galhardetes”. O palco estava decorado “a primor [e] tinha por pano de fundo vistoso reposteiro com o escudo nacional ladeado pelas fotografias dos Chefes do Estado e do governo”. Sob presidência de Marques Teixeira, governador civil³⁷⁶, usaram da palavra Pires de Andrade, Manuel da Silva, Telo da Gama, os três candidatos a deputado indicados pelo distrito, e o delegado do INTP, Bento Caldas. No relatório apresentado a Pais de Sousa, Marques Teixeira reconhecia a “brilhante sessão doutrinação política em que foram também oradores três candidatos deputados nação e delegado INTP... assistência esgotou lotação teatro sublinhando com entusiasmo referências Estado Novo e seus provi-

distrito de Castelo Branco José Ranito Baltazar, Alfredo Luís Soares de Melo, João Duarte Marques (indicado em Santarém), Artur Proença Duarte (indicado em Santarém), José Alçada Guimarães e Luís Mendes de Matos (indicados na Guarda), Salvador Nunes Teixeira (indicado em Bragança) e José Dias de Araújo Correia (indicado em Lisboa). Alexandre Veloso é natural do distrito da Guarda. Não sabemos quais os deputados a que se referia António Maria Pinto Taborda.

³⁷³ Ver *Diário da Manhã*, de 2 de Novembro de 1942.

³⁷⁴ Cf. “Relatório de Joaquim Mendes do Amaral...”, p. 15-16.

³⁷⁵ Também presentes na comitiva estavam Durão Beirão, presidente da Comissão Concelhia da União Nacional de Castelo Branco; capitão Dias Heitor, comandante distrital da Legião Portuguesa; Santos Cunha, delegado do INTP; os candidatos Alexandre Calheiros Veloso e José Ranito Baltasar, e “várias outras individualidades”. Ver o *Diário da Manhã*, de 25 de Outubro de 1942.

³⁷⁶ O comandante militar, o presidente da Câmara Municipal, o cônego Adelino Semedo, juiz de Direito, o delegado do procurador-geral da República, o comandante da Legião, o sub-comissário da Mocidade Portuguesa, o reitor do liceu, o director da Escola Industrial, o comandante da Polícia, o comandante da GNR, o secretário do Governo Civil, os presidentes dos Grémios da Lavoura e do Comércio. Estavam também presentes alguns candidatos a deputado. Ver *O Comércio do Porto*, de 31 de Outubro de 1942.

denciais Chefes...sigo hoje concelhos Niza, Gavião, Ponte de Sôr e Aviz em conclusão visita todo o distrito”³⁷⁷.

A organização da sessão, inicialmente marcada para dia 23 de Outubro³⁷⁸, ficou totalmente sob alçada do Governo Civil, que tratara do espaço, da mobilização, dos contactos com a imprensa e dos convites aos oradores, contactados através de ofício do Governo Civil “de harmonia com as directrizes traçadas pela hierarquia e em obediência à necessidade de criar o melhor ambiente de interesse à volta do próximo acto de elevada transcendência política do próximo dia 1 de Novembro”³⁷⁹. Foram convidados pessoalmente Manuel da Silva, Telo da Gama e João Pires de Andrade e o “Senhor Delegado do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência”³⁸⁰. A imprensa é também convocada “com a garantia de que encontrará (...) um lugar reservado compatível com a elevada função de carácter público exercida pela imprensa”³⁸¹.

Já a 13 de Outubro tinha Marques Teixeira contactado todos os presidentes das câmaras municipais do distrito, articulando com eles os pormenores da campanha eleitoral³⁸². Dias depois, contacta oficialmente o Ministério do Interior, dando notícia desta comunicação, assegurando não estar a “fazer doutrina, mas somente apontar deveres e enunciar a evidência de verdades que têm de estar sempre presentes e vivas no espírito dos servidores convictos de um regime que vossa exma classificou, com uma inexcedível justeza, de ‘salazarismo’”³⁸³. Ainda no mesmo ofício, Marques Teixeira referia que se fosse possível dispor de algumas reservas de gasolina projectava

³⁷⁷ Telegrama do governador civil de Portalegre ao ministro do Interior, datado de 31 de Outubro de 1942; cf. IANTT/AMI/GM/maço 526/caixa 84, p. 45.

³⁷⁸ Em ofício do Governo Civil de Portalegre para o Ministério do Interior (n.º 3043), datado de 15 de Outubro de 1942, o governador civil informa que “tenciono levar a efeito uma sessão de propaganda, a que procurarei imprimir elevação e brilho, no Teatro desta cidade, provavelmente na noite do dia 23”. Os primeiros convites efectuados, aos diversos oradores, também indicam a data de 23 de Outubro. Ver ofícios n.º 3049 (para Francisco Telo da Gama), n.º 3050 (para Manuel Silva), n.º 3051 (para João Pires de Andrade), n.º 3053 (delegado INTP); cf. Arquivo do Governo Civil de Portalegre/Copiador de correspondência expedida/Outubro de 1942.

³⁷⁹ Ver ofícios n.º 3049, n.º 3050, n.º 3051 e n.º 3053 do Governo Civil de Portalegre. Estes ofícios são ainda relativos ao convite para a sessão original de 23 de Outubro; os ofícios n.º 3095 (Manuel Silva), n.º 3096 (João Pires de Andrade), n.º 3097 (delegado INTP) apenas ratificarão a data da sessão; cf. Arquivo do governo civil de Portalegre/Copiador de correspondência expedida/Outubro de 1942.

³⁸⁰ No convite, adiantava o governador civil: “Esperando que V. Exa. se digne dar-lhe o seu concurso, abrilhantando-o com a eloquência da sua palavra pelo que, por minha parte, exprimo a V. Exa. antecipados agradecimentos”; Ver ofícios n.º 3049, n.º 3050, n.º 3051 do Governo Civil de Portalegre; cf. Arquivo do Governo Civil de Portalegre/Copiador de correspondência expedida/Outubro de 1942.

³⁸¹ Ver ofícios n.º 3171 (*A Rebeca*), n.º 3172 (*O Distrito de Portalegre*), n.º 3173 (*A Voz Portalegrense*), n.º 3182 (correspondente d’*O Comércio do Porto*), n.º 3183 (correspondente d’*O Século*), n.º 3184 (correspondente do *Diário de Notícias*), n.º 3185 (correspondente do *Novidades*), n.º 3186 (correspondente do *A Voz*), n.º 3187 (correspondente d’*O Primeiro de Janeiro*), n.º 3188 (correspondente do *Diário da Manhã*), n.º 3189 (correspondente do *República*) do Governo Civil de Portalegre; cf. Arquivo do Governo Civil de Portalegre/Copiador de correspondência expedida/Outubro de 1942.

³⁸² Cf. IANTT/AMI/GM/maço 526/caixa 84, p. 15-16.

³⁸³ Cf. IANTT/AMI/GM/maço 526/caixa 84, p. 13. Ver também Arquivo do Governo Civil de Portalegre/Copiador de correspondência expedida/Outubro de 1942.

“efectuar uma visita a todos os concelhos do distrito com cujas autoridades trocarei impressões e aludirei, em sessões públicas, à transcendência do significado público das eleições do dia 1 de Novembro”. Dava neste sentido o governador civil seguimento ao ofício do início de Outubro, onde – depois da reunião com Pais de Sousa em Lisboa – as diversas forças vivas do distrito a se envolverem activamente na campanha eleitoral.

Portalegre era, como vemos, outro dos distritos com preponderância política do seu governador civil, o que é confirmado no relatório da União Nacional que referia que o distrito se encontrava “quasi totalmente desprovido de organização das forças da Situação”, desde que a Comissão Distrital se dissolveu “há seis anos [1940]”³⁸⁴; ou seja, desde que António Raul Galiano Tavares se demite, no início de 1941, após contenda acerca da nomeação de novo governador civil³⁸⁵. Deste modo, é Marques Teixeira quem assume a direcção da campanha e quem contacta, por exemplo, João Pires Andrade (candidato a deputado pelo “círculo”) – a recordar-lhe que será orador na sessão de dia 30 na capital do distrito. É também Marques Teixeira quem convoca os correspondentes dos jornais nacionais *O Século*, *Diário de Notícias*, *Novidades*, *A Voz*, *O Primeiro de Janeiro*, *O Comercio do Porto*, *Diário da Manhã* e *República*; e os directores d’*A Rebeca*, *O Distrito de Portalegre* e *A Voz Portalegrense* (periódicos regionais) a informá-los dos principais eventos de propaganda no distrito e a convidá-los a estarem presentes na sessão final de campanha, onde encontrarão “um lugar compatível com a elevada função de carácter público exercida pela imprensa”³⁸⁶. E também será o governador civil quem – a 21 e 22 de Outubro – informa os presidentes das câmaras municipais do distrito que os boletins de voto serão fornecidos pelo Governo Civil³⁸⁷.

Deste modo não espanta que não tenhamos encontrado referências ao Partido na análise à campanha local. Na caravana que Marques Teixeira organiza para a visita de Pais de Sousa a Évora, convida o comandante distrital da Legião Portuguesa, o reitor do Liceu de Mouzinho da Silveira, o sub-delegado da Mocidade Portuguesa, o director da Escola de Fradesso da Silveira, e o provedor da Santa Casa da Misericórdia³⁸⁸. Não é indicado nenhum dirigente da União Nacional. Como também não encontramos presença de dirigentes partidários no relato que *O Comércio do Porto* apresenta da acção de campanha de Castelo de Vide, onde o governador civil inaugurou “uma nova estrada”. No relato, onde se descreve uma vila em festa, o governador civil fora aguardado “pelo presidente e vereadores do município castelvidense”, depois “o cortejo atravessou as ruas da vila em direcção aos Paços do Concelho, onde uma lança da Legião prestava guarda de honra a que

³⁸⁴ Cf. “Relatório de Joaquim Mendes do Amaral...”, p. 20-21.

³⁸⁵ Cf. IANTT/AUN/caixa 31/Maço 211.

³⁸⁶ Cf. Arquivo do Governo Civil de Portalegre, ofícios 3183, 3184, 3185, 3186, 3187, 3188, 3189 de 22 de Outubro de 1942.

³⁸⁷ Cf. Arquivo do Governo Civil de Portalegre,/Copiador de correspondência expedita/Outubro de 1942.

³⁸⁸ Cf. Arquivo do Governo Civil de Portalegre/Copiador de correspondência expedita/Outubro de 1942.

o chefe do distrito passou revista. (...) Em seguida o chefe do distrito, acompanhado pelo presidente da Câmara, e de longa comitiva, visitou o novo balneário da Santa Casa da Misericórdia, Asilo dos Inválidos do Trabalho, Recolhimento Infantil e o Asilo dos Cegos, cujas direcções estavam presentes. Por fim, inaugurou uma estrada turística da Senhora da Penha, através da serra, obra da Câmara Municipal com participação do Estado”³⁸⁹. No relatório ao Ministério do Interior, o governador civil diria a “sessão propaganda eleitoral castelo de vide em ambiência alta vibração nacionalista prosseguindo hoje visita concelhos Crato... Alter do Chão... Fronteira e Sousel”³⁹⁰.

Vila Real

Vila Real era também um distrito com forte domínio político do seu governador civil; o que levava a que fosse considerado “sem presidente há muitos anos”, e onde a “política da UN no distrito estava, pois, praticamente dependente, (...) da maior ou menos afeição do governador civil pela União Nacional”³⁹¹; factos comprovados pelas referências que já compusemos sobre o papel de Assis Gonçalves no distrito, e da campanha desenvolvida para colocar dois candidatos seus na lista de candidatos da União Nacional – Amândio de Figueiredo e José Clemente Fernandes³⁹².

A sessão final, organizada no salão nobre do Governo Civil, foi presidida naturalmente pelo tenente Assis Gonçalves, governador civil, ladeado pelos *seus* candidatos a deputado, usando ambos da palavra versando sobre assuntos de ordem económica e política³⁹³. No relatório enviado ao ministro do Interior, Assis Gonçalves refere que a “última sessão (...) terminou por um banquete, à noite, em homenagem aos elegendos. Aí se fizeram solenes afirmações de adesão política às doutrinas de Salazar”³⁹⁴.

Numa outra comunicação com Pais de Sousa, Assis Gonçalves refere-se ainda a uma sessão em Chaves, realizada perante “grande assistência presença autoridades civis, militares, magistratura, representantes freguesias falando governador civil e deputado proposto Amândio Figueiredo foram produzidas sinceras entusiásticas impressionantes manifestações ovacionando nome V. Exa. União Nacional Chefe

³⁸⁹ Ver *O Comércio do Porto*, de 27 de Outubro de 1942.

³⁹⁰ Telegrama do governador civil e Portalegre ao ministro do Interior, datado de 27 de Outubro de 1942; cf. IANTT/AMI/GM/maço 526/caixa 84, p. 4.

³⁹¹ Cf. “Relatório de Joaquim Mendes do Amaral...”, p. 24-25.

³⁹² Como referimos no capítulo 4, em 1934 foi sobre Assis Gonçalves que se construiu uma forte campanha para que o governador civil de Vila Real fosse convidado para a lista da I Legislatura (em 1934 encontram-se dois deputados com naturalidade do distrito – Eduardo Aguiar de Bragança e José Maria Lencastre. Sem ligação a Assis Gonçalves; em 1938 não há deputados nascidos em Vila Real); cf. IANTT/AMI/GM;/maço 525/caixa 84, p. 52-56.

³⁹³ Ver *O Comércio do Porto e O Século* de 1 de Novembro de 192

³⁹⁴ Cf. IANTT/AMI/GM;/maço 525/caixa 84, p. 52-56.

Estado e governo”³⁹⁵; e dias mais tarde refere “outras importantes sessões [em] Santa Marta Penaguião e peso da régua com assistência povo autoridades civis militares e eclesiásticas, falando um professor, um deputado proposto Doutor Clemente Fernandes e governador, foram entusiasticamente ovacionados nomes ilustres V. Exa., Chefe Estado, governo, União Nacional em Portugal”³⁹⁶.

Confirma-se que estamos uma vez mais perante um distrito dominado pelo seu governador civil, sem referências institucionais ou políticas à Comissão Distrital da União Nacional (que recentemente fora obrigada a substituir a presidência³⁹⁷). A caravana eleitoral é sem surpresas composta por Assis Gonçalves, acompanhado pelos candidatos do distrito: Amândio de Figueiredo e José Clemente Fernandes.

Viana do Castelo

A sessão de Viana do Castelo realizou-se no salão nobre do Governo Civil, onde novamente se reuniram as principais forças vivas do distrito: as comissões Distrital e Concelhia da União Nacional, o delegado do INTP, o director do Distrito Escolar, o comandante distrital da Legião, outras entidades oficiais, bem como o candidato a deputado João Espregueira da Rocha Páris³⁹⁸. O distrito de Viana do Castelo, presidido por capitão Rogério Ferreira e com João Espregueira Rocha Páris como máximo dirigente da União Nacional, deputado e presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo, é tido como bem organizado³⁹⁹, apesar da excessiva concentração institucional em Rocha Páris (deputado, presidente da Comissão Distrital da União Nacional e presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo)⁴⁰⁰.

As diversas sessões retratadas na imprensa comprovam a boa articulação entre o Governo Civil e a União Nacional distrital⁴⁰¹, sendo regular a presença de ambas as instituições nas diversas acções de propaganda realizadas. No *Aurora do Lima*, órgão noticioso local, o relato da campanha refere que “Os Srs. capitão Rogério

³⁹⁵ Telegrama do governador civil de Vila Real para o ministro do Interior, datado de 19 de Outubro de 1942; cf. IANTT/AMI/GM/maço 526/caixa 84, p. 7.

³⁹⁶ Telegrama do governador civil de Vila Real para o ministro do Interior, datado de 26 de Outubro de 1942; cf. IANTT/AMI/GM/maço 526/caixa 84, p. 36-37.

³⁹⁷ José Claro da Fonseca é nomeado em Junho de 1942 em substituição de Pedro Vicente de Moraes Campilho, em trânsito para o Governo Civil de Bragança.

³⁹⁸ Ver *Diário da Manhã*, várias datas.

³⁹⁹ “Relatório de Joaquim Mendes do Amaral...”, p. 23-24. Era presidente da Comissão Distrital da União Nacional de Viana do Castelo João Espregueira Rocha Páris, deputado em 1942. Com Pacheco de Amorim, que recusaria, e Silva Dias serão os nomes indicados no distrito. O governador civil do distrito era assumido por Rogério Ferreira.

⁴⁰⁰ Lembramos que foram apresentados como candidatos pelo distrito João Espregueira Rocha Páris, Diogo Pacheco de Amorim, que recusaria, e José Silva Dias.

⁴⁰¹ Ver, por exemplo, sessões em Caminha, Vila Nova de Cerveira. Valença, Ponte de Lima, Ponte da Barca, Arcos de Valdevez, Paredes de Coura, Melgaço, Monção; *Diário de Manhã*, várias datas.

Ferreira, governador civil deste distrito, e Dr. João da Rocha Páris, presidente da Câmara e candidato a deputado e presidente da União Nacional, têm visitado as localidades do distrito, onde se nota grande interesse pelo acto eleitoral que no Domingo se efectua no país⁴⁰². Este entusiasmo é confirmado por alguns resultados eleitorais, como os relatados de Santa Leocácia onde, com contributo da “prelecção feita pelo nosso reverendíssimo pároco, na ocasião da missa paroquial. Dos 131 inscritos (...) votaram 130. Todas as listas (...) sem traços⁴⁰³”.

Lisboa

Por fim, Lisboa realiza a sua sessão magna, que já descrevemos com mais detalhe na avaliação da campanha nacional, no que será a iniciativa mais imponente de toda a campanha. Salazar não está presente, como vimos, nem o Presidente da República, deixando a presidência da reunião à presidência da Comissão Executiva da União Nacional – Albino dos Reis –, ladeado por Lobo da Costa, governador civil de Lisboa; Águedo de Oliveira e Sebastião Ramires, ambos vogais da Comissão Executiva da União Nacional e Manuel Frazão, reitor do Liceu Camões. São vários os membros do governo presentes, deputados e altas entidades do Estado.

Na sessão inicialmente marcada para o Teatro Nacional D. Maria⁴⁰⁴, são apresentados quatro discursos. O comandante Quelhas Lima, candidato a deputado indicado pelo Porto, sob “trovoadas de aplausos” refere que “aos olhos dos portugueses um facto se impõe: a batalha pela pátria que no silêncio do seu gabinete, suporta o Chefe do Governo”; Luís Vieira de Castro, candidato indicado na Madeira⁴⁰⁵, dedica a sua intervenção ao confronto Estado Novo-República, Ordem-Desordem, lembrando que “as eleições não são mero problema de partidarismo”; Manuel Múrias, candidato indicado em Lisboa, numa prelecção engajada, enfatizava que “a revolução nacional procura alcançar em primeiro lugar as almas”. Por fim, Albino dos Reis apelou ao voto de Domingo, concluindo que “temos de elevar a alma nacional à mais alta temperatura moral e política, para resistir a todas as provocações⁴⁰⁶”.

A subalternização do governador civil do distrito da capital em relação à União Nacional apresenta Lisboa como um caso isolado. Claro que estamos perante a estrutura máxima do partido do regime, e no rol de entidades presentes, a Comissão Distrital de Lisboa é remetida para papel secundário, raramente conseguindo algum protagonismo. Claro que nos referimos à instituição e não ao titular, pois Mário Caes

⁴⁰² Ver *Aurora do Lima*, de 27 de Outubro de 1942.

⁴⁰³ Ver *Aurora do Lima*, de 6 de Novembro de 1942.

⁴⁰⁴ Após a reunião da União Nacional, de 20 de Outubro, Albino dos Reis anunciou que a sessão de Lisboa seria, provavelmente, no Teatro Nacional D. Maria II. Não dispomos de elementos adicionais que nos permitam descortinar o processo de marcação da sessão final do Liceu Camões.

⁴⁰⁵ O seu nome foi introduzido por punho de Salazar na lista de distritos pela Madeira.

⁴⁰⁶ Ver *Diário da Manhã*, de 31 de Outubro de 1942.

Esteves, presidente da Comissão Distrital da União Nacional de Lisboa é, simultaneamente, director-geral da Administração Política e Administrativa do Ministério do Interior, onde desempenha funções de alta responsabilidade eleitoral. Daí que não fosse de estranhar ser o secretário-geral da União Nacional – Ruy de Moraes Vaz – a convocar os presidentes das comissões concelhias do distrito de Lisboa para “assistir a uma reunião preparatória do próximo acto eleitoral”, a realizar a 26 de Outubro pelas 16h30m no Governo Civil da capital⁴⁰⁷.

Na imprensa são relatadas diversas sessões no distrito que, ao contrário do Porto, apresenta uma forte campanha local. A 25 de Outubro, os presidentes das comissões concelhias reúnem-se com o governador civil, que apresenta indicações para a última semana da campanha. Em Cascais e no Estoril, o comandante Quelhas Lima preside às sessões. Em Cascais, a sessão realizada nos Paços do Concelho, às 21h45m do dia 27 de Outubro, conta com destacada presença institucional⁴⁰⁸. No mesmo dia, o governador civil vai a Sintra, onde é recebido pelo presidente da Câmara e por forças da Legião⁴⁰⁹. No Estoril, a propaganda foi apresentada na sede dos Bombeiros Voluntários, presidida uma vez mais por Quelhas Lima, onde discursaram, além de outros, Fausto de Figueiredo e José Augusto Marques⁴¹⁰. Lembramos que os nomes indicados por Lisboa na lista dos distritos foram os de Francisco Melo Machado, João do Amaral, José Araújo Correia, Henrique Linhares de Lima, António de Almeida, Amorim Ferreira, José Soares da Fonseca, João Ameal (também por Coimbra), Manuel Múrias, Rui da Cunha e Rodrigues Carvalheiro. Cancela de Abreu, Garcia Pulido, Manuel Rodrigues Júnior e Pinto Coelho recusariam; Mário de Albuquerque seria convidado nas substituições.

As ilhas e as colónias

A informação acerca da campanha eleitoral fora do continente é escassa e esporádica. Há relatos das intervenções de grande dimensão, como as palestras ocorridas nas colónias – com destaque para a do ministro interino das Colónias – e alguns pequenos apontamentos do que vai ocorrendo nas ilhas.

⁴⁰⁷ Ofício n.º 4454 da Secretaria-Geral da UN para o presidente da Comissão Concelhia da UN de Sobral de Monte Agraço, datado de 23 de Outubro de 1942; cf. IANTT/AUN/caixa 29/maço 95 A).

⁴⁰⁸ Quelhas Lima é ladeado na sessão pelo delegado do governo, coronel Garcês de Lencastre; pelo capitão de Porto Abel Rodrigues; pelo Eng. Abreu Nunes; pelo coronel Joaquim Inácio Barcelos Júnior e pelos candidatos a deputado Luís Lopes da Fonseca, antigo ministro da Justiça, José Soares da Fonseca, general Fernando Borges, major Cortês Lobão e Amorim Ferreira, tendo o capitão José Pessoa, presidente da Câmara de Cascais, elogiado os candidatos presentes. Ver *O Século*, de 28 de Outubro de 1942.

⁴⁰⁹ Ver ofício n.º 1076, de 30 de Setembro de 1942, da Câmara Municipal de Sintra, replicado na Ordem Distrital n.º 37 do Comando Distrital da Legião Portuguesa; cf. IANTT/Arquivo da Legião Portuguesa/Comando Distrital de Lisboa/NT 738/3.

⁴¹⁰ Ver *O Século*, de 31 de Outubro de 1942.

Nos Açores, o governador civil substituto da Horta reporta ao ministro do Interior em telegrama de 22 de Outubro viagem de propaganda eleitoral às Flores⁴¹¹; e na Ilha do Pico é inaugurada, na sede do concelho do Pico, a luz eléctrica, a expensas do município com participação do Estado, numa sessão onde “filarmonias percorreram ruas vila [com] o povo aclamado figuras prestigiosas Carmona e Salazar engenheiro Pacheco e Coronel Linhares de Lima ilustres filho Concelho, em manifestações de regozijo pelo grande melhoramento”⁴¹².

Já Pestana da Silva, governador civil de Angra do Heroísmo, relata também a Pais de Sousa que “em propaganda eleitoral visitei ontem e hoje todas freguesias Ilha Terceira onde falei tendo sido recebido sua grande maioria festivamente grande entusiasmo população ponto povos agradecidos querem demonstrar seu reconhecimento em face recentes grandes benefícios concedidos governo”⁴¹³. De Ponta Delgada é reportado que o capitão Sérgio Vieira, governador civil, acompanhado por membros da Comissão Distrital e por outras entidades, tem percorrido as povoações do distrito, incluindo a de Santa Maria, em propaganda eleitoral⁴¹⁴.

Do Funchal, na Madeira, onde “a candidatura de Luís Vieira de Castro despertou grande entusiasmo”⁴¹⁵, o seu governador civil, em relatório ao ministro do Interior, relata que “dirigida por mim colaboração estreita comissão distrital união nacional iniciou-se ontem propaganda eleitoral ponto falaram 40 oradores distribuídos todos concelhos este distrito ponto nomes excelentíssimo presidente republica presidente conselho vexe muito aclamados ponto governador Funchal”⁴¹⁶.

⁴¹¹ Ver telegrama do governador civil substituto da Horta para o ministro do Interior, datado de 22 de Outubro, cf. IANTT/AMI/GM/maço 526/caixa 84, p. 31. A Horta era o distrito com maior percentagem de membros da União Nacional *versus* eleitores (45%); mas, apesar da boa organização, não encontramos o nome do presidente da Comissão Distrital da Horta. Linhares de Lima foi o nome indicado pelo distrito. Gomes Belo era o governador civil substituto.

⁴¹² Ver telegrama do presidente da Câmara Municipal do Pico para o SPN, datado de 29 de Outubro; cf. IANTT/ASPN –SNI/caixa 6544-4180.

⁴¹³ Ver telegrama do governador civil de Angra do Heroísmo para o ministro do Interior datado de 27 de Outubro de 1942; cf. IANTT/AMI/GM/maço 526/caixa 84, p. 3. Não encontramos o nome do presidente da Comissão Distrital de Angra do Heroísmo. Os nomes indicados pelo distrito foram os de Cândido Pamplona Forjaz e Fernando Borges Júnior. O governador civil era Pestana da Silva.

⁴¹⁴ Ver *O Século*, de 27 de Outubro de 1942. Lembramos que a União Nacional de Ponta Delgada é praticamente inexistente, em 1942, com apenas 94 inscritos (0,6% da sua população eleitoral inscrita). No entanto, como vimos, aparece citada a sua presença na campanha. O presidente da Comissão Distrital é Artur de Moraes Bettencourt, nome que aparece ligado a uma possível candidatura pelo distrito, que acaba por indicar Amorim Ferreira e Hintze Ribeiro. Os nomes de António Alves de Oliveira e José Gago da Câmara, sugeridos directamente pelo presidente da Comissão Distrital, não tiveram algum impacto nas listas por nós analisadas.

⁴¹⁵ Ver *Novidades*, de 2 de Novembro de 1942.

⁴¹⁶ Ver telegrama do governador civil do Funchal para o ministro do Interior, datado de 26 de Outubro de 1942; cf. IANTT/AMI/GM/maço 526/caixa 84, p. 36. A situação da Comissão Distrital do Funchal, depois da reorganização de 1943 sob presidência de Favila Vieira, melhora substancialmente. São indicados Juvenal Araújo, Favila Vieira e Luís Vieira de Castro. Ver “Relatório de Joaquim Mendes do Amaral...”, p. 26-27.

Das colónias a informação publicada na imprensa do continente é também muito escassa e o que conseguimos apurar sobre a campanha eleitoral no território ultramarino provém de correspondência oficial das comissões da União Nacional locais para diversas entidades oficiais (Comissão de Colónias da União Nacional ou Ministério do Interior), portanto sem alvo de especial interesse para a comunicação social. Deste modo, soubemos que a rede de “Comissões políticas [que] envolve já todo o Estado da Índia”, demonstrou eficiência “nos últimos dois actos eleitorais (eleição presidencial e da Assembleia Nacional), pois foi possível organizar e dirigir todo o trabalho”, sendo que as “eleições tiveram, principalmente na capital, em Margão, Mapuça, Mormugão e Quepém, Damão e Diu, todo o aspecto e solenidade de actos cívicos da alta importância”⁴¹⁷. Em Cabo Verde o “governador civil, acompanhado do secretário, do presidente da Câmara da Praia, do administrador do Concelho, do delegado do INTP e membros da União Nacional visitou freguesias do concelho em acção propaganda eleitoral deputados tendo sido acolhido entusiástica e festivamente pela população”⁴¹⁸.

De Macau apenas encontramos o ofício enviado à Comissão da União Nacional local para que “nas eleições para a Presidência da República e para a Assembleia Nacional”, “se conforme estritamente com as nossas instruções [da Comissão de Colónias da UN]”⁴¹⁹. Ainda na colónia indiana foi solicitado que seja substituída a expressão “nacionalistas dessa colónia” por “nacionalistas desse Estado”⁴²⁰. Como no resto do país, era ainda reclamado que de acordo com as autoridades locais “efectuem convenientes actos propaganda diligenciar concorrência urnas”⁴²¹.

⁴¹⁷ Ofício confidencial do presidente da Comissão Provincial da UN no Estado da Índia – Jerónimo Sócrates da Costa –, datada de 1 de Maio de 1944; cf. IANTT/caixa 180/maço 612.

⁴¹⁸ Ver telegrama do presidente da União Nacional Concelhia da Praia da Vitória, Santos Cabral, para o ministro do Interior, datado de 27 de Outubro de 1942; IANTT/AMI/GM/maço 526/caixa 84, p. 5. Os nomes indicados para as colónias, na lista dos distritos, eram os de Carlos Moura Carvalho (Angola), Bicudo de Medeiros (presidente da distrital de Quelimane e provincial do Zambeze), Marques Mano (Moçambique e também indicado em Aveiro), Júlio César Andrade Freire (acrescentado à mão por Salazar, São Tomé e Príncipe) e António Almeida (Angola). Foram ainda avançados os nomes de António Aguiar, deputado em 1934 e 1938, vogal do BNU, com ligações a Angola e Moçambique; António Aires, médico veterinário com trabalho em Angola e Moçambique; Gonçalo Cabral, procurador à Câmara Corporativa em 1942-1945, militar com ligações ao Estado português da Índia (acrescentado à mão por Salazar); Teófilo Duarte, deputado de 1945 a 1961 por Timor, militar. Também foram indicados os nomes de Marino da Fonseca, Nunes de Oliveira e Jerónimo Carneiro (ambos acrescentados à mão por Salazar), dos quais não dispomos de informação biográfica.

⁴¹⁹ Ver ofício n.º 1807 da Comissão das Colónias da União Nacional, de 17 de Março de 1939; cf. IANTT/AUN/caixa 181/maço 613.

⁴²⁰ Ver ofício n.º 4009 da Comissão das Colónias da União Nacional, datado de 6 de Outubro de 1942; cf. IANTT/AUN/caixa 183/maço 618.

⁴²¹ Ver ofício n.º 4009 da Comissão das Colónias da União Nacional, datado de 6 de Outubro de 1942; cf. IANTT/AUN/caixa 183/maço 618.

5.7. O dia da eleição: 1 de Novembro de 1942

“O acto eleitoral, agora realizado, foi bastante concorrido e decorreu com ordem em todo o distrito [Bragança]”.

“Também neste distrito [Castelo Branco], apesar do mau tempo, o acto eleitoral de dia 1 foi muito concorrido e marcou bem a simpatia que nesta região se tem pelos Chefes, não tendo havido qualquer nota discordante digna de registo”⁴²²

Relatório do Comando Geral da PSP [Outubro de 1942]

O acto eleitoral decorre no primeiro dia do mês de Novembro, das 9 às 14 horas. Nesse dia, além dos apelos ao voto, era frequente encontrar exposto nas primeiras páginas dos jornais, informação adicional que procurava auxiliar o eleitor no caminho da urna. O *Diário de Coimbra*, por exemplo, noticiava que “a secretaria da Câmara Municipal encontra-se aberta no próximo Domingo, a partir das 9 horas a fim de poder prestar esclarecimentos sobre o acto eleitoral. Na 1.^a e 2.^a esquadra, na Câmara Municipal e junto aos edifícios onde funcionam as assembleias eleitorais fornecem-se listas”⁴²³. No mesmo sentido, *O Comércio do Porto* anunciava que “A secretaria da União Nacional enviou listas a todos os eleitores pelos respectivos cadernos de recenseamento. Houve bastantes devoluções, motivadas pela mudança de residência dos eleitores. Por esse facto, encontrar-se-á aberta a secretaria da União Nacional, à Rua de Santa Catarina, n.º 377, desde as 9 horas da manhã, a fim de fornecer listas a quem as requisite”⁴²⁴.

Em todo do país a votação começa às 9 horas e estará concluída às 14. A contagem dos votos apurados começa às 15 horas, no Ministério do Interior, mas o apuramento final ocupará alguns dias, a fim de se esperar os resultados das colónias⁴²⁵.

Na tarde de Domingo, pelos vespertinos, já se conheciam as primeiras reportagens do acto eleitoral. O *Diário de Lisboa* noticiava que “as eleições para deputados levaram às urnas uma grande afluência”⁴²⁶; o *Diário Popular* referia que “As eleições de hoje correram com grande brilhantismo verificando-se excepcional afluência”, ao mesmo tempo que publicava uma entrevista do ministro do Interior, onde este declarava que a “aglomeração de eleitores correspondeu inteiramente ao que é lícito esperar do eleitorado”⁴²⁷. O *Diário Popular* deixava ainda um exemplo folclórico e colorido do

⁴²² Cf. Relatório do Comando Geral da PSP, de Outubro de 1942, sobre os distritos de Bragança e Castelo Branco; cf. IANTT/MI/GB/maço 532/caixa 90.

⁴²³ Ver *Diário de Coimbra*, de 31 de Outubro de 1942.

⁴²⁴ Ver *O Comércio do Porto*, de 1 de Novembro de 1942.

⁴²⁵ Ver *O Século*, de 1 de Novembro de 1942.

⁴²⁶ Ver *Diário de Lisboa*, de 1 de Novembro de 1942.

⁴²⁷ O *Diário Popular*, de 1 de Novembro de 1942.

que fora a participação eleitoral, relatando o ocorrido na escola Machado de Castro, onde “apareceu em certa altura um rapaz de 15 anos com uma lista, declarando querer votar em nome do pai – não pode ser, meu rapaz – disse-lhe o presidente da mesa. E o garoto, muito triste, explicou: – sabe... é que o meu pai está muito doente, na cama, cheio de febre... e disse-me que viesse cá porque ele queria votar...”⁴²⁸.

Fora das páginas dos jornais, alguns dos relatos endereçados ao Ministério do Interior demonstram ainda que a obrigação eleitoral era cumprida de forma célere e precisa, como o comprova o ofício recebido na Direcção-geral da Assistência do Ministério do Interior – proveniente da Direcção dos Hospitais da Universidade de Coimbra e reenviado ao chefe de gabinete do ministro – informando que “o pessoal destes Hospitais, poderá dizer-se na sua totalidade, cumpriu o seu dever cívico votando”⁴²⁹. Noutros casos, verificamos que o acto eleitoral não se terá realizado, por manifesta falta de competência logística, como denunciado por Joaquim José Alves da Matta, que se apresentou na Escola Primária na Rua de Santa Marta, em Lisboa, “para cumprir com o (...) dever de votante” e foi-lhe comunicado que “embora a mesa ainda se encontrasse constituída, que a assembleia se encontrava encerrada” razão pela qual “não pude entregar a lista que me foi enviada pelo correio”⁴³⁰.

Em todo o caso, estes exemplos não encontravam espaço nas secções dos jornais dedicadas ao acto eleitoral. A estratégia comunicacional apostava na consagração do regime, novamente plebiscitado, resguardando-se nas leituras institucionais provenientes dos membros do governo associados à vitória eleitoral. Assim, nos dias seguintes sucederam-se as avaliações sobre o acto eleitoral reproduzindo-se, com eco amplificador, as palavras de Mário Pais de Sousa. “Houve a maior ordem e o maior entusiasmo. De todo me ficou uma impressão que posso resumir nestas palavras: movimento, compostura e dignidade (...). Apesar da chuva, o acto eleitoral não foi prejudicado, pois a concorrência às urnas foi enorme”⁴³¹, relatava *A Voz*, que acrescentava ainda que “O Liceu Camões esteve em festa, com o seu ginásio vistosamente decorado”, onde “as senhoras compareceram também em grande número”.

Foram, aliás, várias as referências ao número de mulheres nas assembleias de voto, mas no cômputo geral a sua participação é residual. A mulher, que fora consagrada com o acesso ao voto no Estado Novo, é relegada para figura secundária, sem voz nem opinião, activa apenas como dirigente das suas organizações⁴³². Uma análise

⁴²⁸ Ver *Diário Popular*, de 1 de Novembro de 1942.

⁴²⁹ Ofício recebido na Direcção-geral da Assistência do Ministério do Interior, proveniente da Direcção dos Hospitais da Universidade de Coimbra e reenviado ao chefe de gabinete do ministro, datado de 18 de Novembro de 1942.

⁴³⁰ Carta de Joaquim José Alves da Matta, datada de 2 de Novembro de 1942.

⁴³¹ Ver *A Voz e O Jornal do Comércio*, de 2 de Novembro de 1942.

⁴³² Sobre o Estado Novo e as mulheres ver, de Irene Flunser Pimentel, “A Mocidade Portuguesa Feminina nos dez primeiros anos de vida (1937-47)”, *Penélope*, n.º 19-20, Lisboa, 1998, p. 161-187; *História das Organizações Femininas no Estado Novo*, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2000; “Cem anos da vida de mulheres em Portugal”, *História*, n.º 34, 2001, p. 12-23. De António Costa Pinto e Anne Cova,

ao distrito de Coimbra revela que foram convocadas para as mesas eleitorais somente seis mulheres, curiosamente todas no concelho de Pampilhosa da Serra⁴³³.

A imprensa acompanhava também as principais personalidades do regime, destacando o facto de que “todos os ministros votaram”⁴³⁴. Salazar, depois de ler os jornais às 9 horas da manhã, “votou no Liceu Pedro Nunes (...) chegou pelas 11, e foi recebido pelo ministro do Interior, subsecretário de Estado das Corporações e Albino dos Reis (...) Votou também o subsecretário de Estado da Guerra”. “O Chefe de Estado votou na escola Municipal de Cascais, acompanhado pelo Major Silva e Costa e pelo neto Sr. Óscar Carmona e Costa”⁴³⁵. O *Século* dizia que “O grande acto cívico de ontem esteve muito concorrido e se revestiu de dignidade. Os Srs. Presidentes da República e do Conselho foram alvos de calorosas manifestações quando exerceram o seu direito de voto”⁴³⁶. Era também noticiado que fora gravado um documentário cinematográfico com as várias fases dos trabalhos eleitorais⁴³⁷.

A imprensa regional dedicava amplo espaço às particularidades locais. O *Comércio do Porto* e o *Primeiro de Janeiro* relatavam o acto eleitoral na invicta, destacando que o “elemento feminino acorreu às urnas em número elevado”⁴³⁸. O *Diário de Lisboa* dedicava a quase totalidade da sua edição às eleições, narrando alguns pequenos episódios, como o que o ministro do Interior protagonizou na fila para depositar o voto onde, ao dar passagem a uma senhora, Mário Pais de Sousa terá

“O Salazarismo e as mulheres. Uma abordagem comparativa”, *Penélope*, n.º 17, 1997, p. 71-94; de Maria Belo, Ana Paula Alão, Iolanda Neves Cabral, “O Estado Novo e as mulheres”, in AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, Vol. II, 263- 280; de Ana Vicente, “Do autoritarismo e das mulheres nas Segundas e Terceiras Repúblicas”, *Revista História das Ideias*, n.º 16, Instituto de História e Teoria das Ideias/Faculdade de Letras, Coimbra, 1994, p. 371-385; de Rose Nery Nobre de Melo, *Mulheres Portuguesas na Resistência*, Lisboa, Seara Nova, 1975; de Vanda Gorjão, *Mulheres em Tempos Sombrios. Oposição Feminina ao Estado Novo*, Lisboa, ICS, 2002. Ver ainda *O Estado Novo e as Mulheres*, textos de Helena Neves e Maria Calado, Lisboa, Biblioteca-Museu República e Resistência, 2001; e Organização das Mulheres Comunistas, *Subsídios para a História das Lutas e Movimentos de Mulheres em Portugal sob o Regime Fascista (1926-1974)*, Lisboa, Edições Avante, 1994.

⁴³³ A saber. Freguesia de Cabril: D. Maria da Anunciação Fernandes; freguesia de Fajão: D. Isaura da Assunção Cardoso; freguesia de Machio, D. Irene de Jesus Costa; freguesia de Pessegueiro, D. Alzira do Nascimento; freguesia de Unhais-o-Velho, D. Ana Gonçalves; freguesia de Vianal, D. Maria Alice de Albuquerque de Almeida Ribeiro; todas as localidades do concelho de Pampilhosa da Serra. cf. *Diário de Coimbra*, de 24 de Outubro de 1942.

⁴³⁴ Ver *Jornal do Comércio*, de 2 de Novembro de 1942.

⁴³⁵ Ver *A Voz*, de 2 de Novembro de 1942.

⁴³⁶ Ver *O Século*, de 2 de Novembro de 1942.

⁴³⁷ Ver *A Voz*, de 2 de Novembro de 1942. Não encontramos indícios deste documentário nem no ANIM nem no “Anuário do cinema português”. Os n.ºs 34-38 do *Jornal Português* não apresentam nenhuma reportagem sobre estas eleições.

⁴³⁸ Ver o *Comércio do Porto* e o *Primeiro de Janeiro*, de 2 de Novembro de 1942. Relatavam que “os trabalhos eleitorais nas assembleias de voto na cidade do Porto decorreram com toda a normalidade. Conquanto o dia se apresentasse chuvoso, foi grande, em todas elas, a afluência de eleitores. O elemento feminino acorreu às urnas em número elevado, facto que causou excelente impressão entre a assistência nas respectivas assembleias, sendo algumas das senhoras saudadas com palmas”.

retorquido “Faz favor! Não está aqui o ministro, mas um simples eleitor”⁴³⁹. Já o *Diário de Coimbra* afirmava categoricamente que “Portugal votou! O acto eleitoral de ontem constituiu uma vibrante jornada de fé nos destinos da pátria. Em Coimbra (concelho) foi de 96% a percentagem dos votantes”⁴⁴⁰.

Nas parangonas as palavras eram de Vitória e de Unidade. O *Diário da Manhã*, no dia 2, anunciava que “A eleição geral de deputados constituiu uma admirável manifestação de unidade nacional”, o *Diário de Notícias* que “uma eloquente afirmação de unidade nacional através da extraordinária concorrência às urnas”⁴⁴¹. O *República*, mais distanciado, lembrava singelamente que “começam no dia 25 os trabalhos parlamentares dos deputados eleitos”⁴⁴².

Das colónias chegavam relatos de grande entusiasmo em torno do acto eleitoral. O *Diário de Lisboa* relatava que Vieira Machado visitara as assembleias de voto em Luanda, “sendo em muitas alvo de calorosas manifestações”. Na reportagem anunciava que “As populações das diversas colónias manifestaram, duma maneira inequívoca, o seu patriotismo, qual delas rivalizando melhor em demonstrar à mãe pátria o seu amor e a sua União”. Depois apresentava um relato mais pormenorizado. “Em Angola, o sufrágio esteve animadíssimo. Por telegramas recebidos no ministro das Colónias, vê-se que o acto teve brilho invulgar. Em Lourenço Marques registou-se também uma extraordinária afluência de votantes. Na cidade da Beira, capital da nova província de Manica e Sofala, a votação também se deve considerar excepcional. S. Tomé marcou igualmente o seu lugar, notando-se uma extraordinária concorrência às urnas. Em Macau, (...) o acto eleitoral foi uma jornada de civismo, de expressivo significado. Os votantes ocorreram, em massa logo às primeiras horas da manhã. À porta das assembleias via-se uma enorme multidão ansiosa por cumprir o seu dever”⁴⁴³. Do Estado Português da Índia é relatado que “as eleições tiveram, principalmente na capital, em Margão, Mapuça, Mormugão e Quepém, Damão e Diu todo o aspecto e solenidade de actos cívicos de alta importância”, numa discricção do acto bem próxima da que a União Nacional local apresentara, o que deixa subentendido que muitas destas informações “jornalísticas” tivessem origem nas estruturas partidárias ou administrativa⁴⁴⁴.

Na Madeira, as assembleias eleitorais foram extraordinariamente concorridas. “Todos os candidatos foram muito votados. A candidatura do Dr. Luís Vieira de Castro despertou grande entusiasmo e obteve uma votação excepcional”⁴⁴⁵.

⁴³⁹ Ver o *Diário de Lisboa*, de 2 de Novembro de 1942.

⁴⁴⁰ Ver o *Diário de Coimbra*, de 2 de Novembro de 1942.

⁴⁴¹ Ver o *Diário de Notícias*, de 2 de Novembro de 1942.

⁴⁴² Ver o *República*, de 2 de Novembro de 1942.

⁴⁴³ Ver *Diário de Lisboa*, de 3 de Novembro de 1942. Ver ainda o *Século*, *Diário Popular* e *Diário de Notícias*, todos de 3 de Novembro de 1942.

⁴⁴⁴ Circular confidencial extra da Comissão Provincial da Índia Portuguesa para o presidente da Comissão das Colónias da União Nacional, datada de 1 de Maio de 1944; cf. IANTT/AUN/caixa 180/maço 612.

⁴⁴⁵ Ver *A Voz*, de 3 de Novembro de 1942. Luís Vieira de Castro era originário do Funchal.

A apreciação que a imprensa produz do acto eleitoral, como vemos, procura deliberadamente apresentar um tipo de escrutínio público que tem como objectivo a demonstração do apoio total do país ao regime. Por isso são descritas, de forma quase individualizada, as rotinas eleitorais dos principais actores políticos do Estado Novo: o Chefe do Estado, o Presidente do Conselho e alguns membros do governo. Junto às referências à elite encontramos os casos relativos à população em geral: a referência às mulheres, aos grandes aglomerados de eleitores, aos ocasionais casos-extremo, como o do rapaz de 15 anos que quis votar pelo pai⁴⁴⁶. O objectivo deste processo comunicativo e mobilizador é apresentar a coesão do regime, a unidade nacional e a ligação directa dos Chefes ao povo.

A eleição de Novembro de 1942 extravasou ainda as fronteiras nacionais e foram diversas as notas de congratulação provenientes dos mais diversos cantos do globo, especialmente onde se encontravam comunidades portuguesas organizadas, como no caso do Brasil. Do nosso país irmão, o visconde de Carnaxide, reconhecendo que o “povo português nesta espontânea manifestação simpatia correspondeu interesse nacional votando sem discrepâncias nomes indigitados futura Assembleia nacional”, colocava ênfase nos dados estatísticos apresentados, demonstrando interesse extra e algum orgulho no facto de terem votado “cerca de um milhão de portugueses”⁴⁴⁷, reforçando assim a legitimidade das leituras numéricas apresentadas pelo governo.

A noite eleitoral no seio do governo

A noite eleitoral foi vivida com intensidade no Ministério do Interior, funcionando este como verdadeiro centro de recolha informativa – onde chegavam regularmente os resultados eleitorais provenientes dos diversos distritos – e como quartel-general político, onde acorriam as principais figuras do regime e do Partido para acompanhar *in loco* o desenrolar dos acontecimentos.

Na noite eleitoral o ministro do Interior “conservou-se no seu gabinete até altas horas da noite”, ali afluindo “alguns ministros e sub-secretários de Estado”. A Comissão Executiva da União Nacional estava representada pelas principais figuras, de entre elas Albino dos Reis, Sebastião Ramires, Águedo de Oliveira, e Madeira Pinto, os principais subscritores da lista colocada à aprovação popular, e os rostos políticos do Partido nestas eleições.

Também marcaram presença no Ministério o governador civil de Lisboa – Lobo da Costa –, as comissões locais da União Nacional, os corpos dirigentes da Liga

⁴⁴⁶ A referência à criança vem muito no sentido do que Carneiro Pacheco fizera na campanha de 1938, quando pedia aos Lusitanos que “no próximo Domingo acorda o teu pai; se o vires hesitante, toma-lhe a mão e leva-o a votar...que é pelo teu futuro”. Carneiro Pacheco “A abstenção do voto, deserção cívica” in Carneiro Pacheco, *Portugal Renovado (discursos)*, p. 317 e seguintes.

⁴⁴⁷ Telegrama para o visconde de Carnaxide, no Rio de Janeiro, datado de 21 de Novembro de 1942; cf. IANTT/ASPN – SNI/NT 1572.

“28 de Maio”, a Legião Portuguesa, bem como a maioria dos candidatos a deputado, residentes em Lisboa. Todos ávidos de seguirem com atenção as notícias que, constantemente chegavam ao Ministério, transmitidas pelos diversos governadores civis e outras autoridades administrativas.

Para esse efeito, aliás, existira um duplo canal de recolha de informação: um proveniente da estrutura governamental, outro da partidária. A logística do governo era assegurada pelo pessoal da Direcção-geral da Administração Política e Civil e da Secretaria-geral do Ministério do Interior que, sob a direcção do director-geral Mário Caes Esteves, montara um serviço de recepção e anotação de comunicações, que permitira informar pormenorizadamente o governo dos resultados obtidos nas 2700 assembleias de voto que funcionaram em Portugal Continental. Este serviço era complementado pelas informações oficiais e as notícias telegráficas expedidas pelas comissões locais da União Nacional e recolhidas pelo pessoal da Secretaria-geral da União Nacional (sob direcção do secretário-geral, Ruy Vaz)⁴⁴⁸.

Era, portanto, um ambiente que não distinguia Partido de Estado, coabitando no mesmo espaço membros do governo, candidatos a deputado, líderes partidários e representantes de outras estruturas do regime (Legião, Liga 28 de Maio).

Controlo do acto eleitoral

Junto a estas apresentações públicas por parte da imprensa encontramos os diversos relatórios que a União Nacional, os governos civis e a PVDE produziram após o acto eleitoral. Nos mesmos, aparte da análise dos resultados eleitorais e dos comportamentos colectivos dos eleitores, eram denunciados alguns procedimentos pessoais, íntimos, com claros intuitos delatórios. Estes relatórios, de índole política, afastam-se da avaliação pública e colectiva que a imprensa utiliza e enveredam por uma linha que não distingue entre o privado e o público, entre o pessoal e o político, personalizando o quotidiano da política; o que manifesta uma intervenção na esfera íntima, individualizando a análise dos comportamentos políticos, insinuando uma preocupação de controlo total sobre a vida política do indivíduo na sociedade, verificada nos seus comportamentos colectivos e pessoais.

Há diversos exemplos que apresentam o quadro de controlo totalitário e intimidatório sobre o eleitorado, onde o eleitor, o cidadão, sofre um escrutínio regular no decurso do processo eleitoral, escrutínio esse só entendido se se considerar a necessidade de controlo político e social do regime. Vejamos alguns.

A 9 de Dezembro de 1942, a PVDE revela, no seu relatório regular, que determinado juiz de direito de Alcobça “pela forma como se apresentou a votar”, indicia que se devia suspeitar das suas ideias políticas⁴⁴⁹. Não temos forma de apurar se o citado juiz já estaria sob vigilância da polícia política, mas parece-nos evidente

⁴⁴⁸ Relatório não assinado e sem data (provavelmente da noite eleitoral ou do dia seguinte); cf. IANTT/Arquivo Ministro do Interior/Gabinete do Ministro/caixa 84/maço 526.

⁴⁴⁹ Cf. Arquivo Distrital de Leiria,/Arquivo do Governo Civil de Leiria/01 – III/17-B-7.

a perseguição inquiridora a um elemento com influência social na vida do concelho, o que demonstra que o regime não só se preocupa com o enquadramento da população em geral, mas também com o controlo das personagens-chave dos quotidianos sociais⁴⁵⁰.

Outro exemplo, que revela a repetição das preocupações acima descritas, é o ocorrido em Bragança aquando das eleições de 1934. No relatório que a Comissão Concelhia da União Nacional de Bragança lavraria ao seu hierárquico superior, eram identificados os elementos institucionais que não tinham votado: “O delegado procurador da República (...), o escrivão de direito (...), o oficial do registo civil (...), o chefe da agência da CGD, o chefe da estação telégrafo-postal (...), director da estação Sericicola Menezes Pimentel, os 3 aspirantes de Finanças, o tesoureiro da Fazenda, o médico municipal (...). Do comércio da vila, os seus dirigentes e mentores, aqueles que constantemente solicitam favores da Situação e por ela pretendem quebrar lanças, ninguém votou”⁴⁵¹. Repete-se o processo de denúncia e de perseguição pessoal, por motivos exclusivamente políticos⁴⁵².

Estes comportamentos, não podemos afirmar que sejam maioritários, mas são repetidos e disseminados no tempo, no espaço e nas instituições, como o provam alguns dos relatórios encontrados no período pós II Guerra Mundial⁴⁵³. Mesmo sem investigação complementar, verificamos que se mantém consistente o comportamento intrusivo, e que o mesmo não é circunscrito a um ciclo eleitoral, mas a vários. Observamos ainda que estes relatórios provêm de instituições distintas, o que indica que não estamos perante operações excepcionais, mas diante uma regular e intencional invasão da privacidade eleitoral da maior gravidade, que por si só impede que se qualifiquem de “livres” os actos eleitorais em causa.

⁴⁵⁰ O nome do juiz em causa está rasurado, pelo que foi impossível confrontá-lo com os arquivos da PVDE/PIDE/DGS.

⁴⁵¹ O mesmo relatório relatara que na “Freguesia de Mirandela votou com o governo a totalidade do operariado rural, uma pequena parte de artistas, poucos funcionários públicos e um ou outro eleitor independente”. Esta apreciação política é natural, mais ainda quando nos referimos às primeiras eleições do Estado Novo, quando o regime estava preocupado com a verificação no terreno do processo de construção institucional. Cf. IANTT/AUN/NT 39/maço 116-A, p. 159.

⁴⁵² Seria interessante, por exemplo, investigar as características sócio-profissionais dos indivíduos citados, seguir o seu trajecto no regime, verificar o seu percurso após a elaboração deste relatório, podendo assim verificar o seu alcance prático; e se existem consequências práticas da avaliação negativa (se os citados foram despedidos, ou presos, por exemplo). É outra pista de investigação que deixamos neste trabalho, uma vez que a sua prossecução não se enquadra no estudo que desenvolvemos.

⁴⁵³ Não desenvolvemos nenhuma investigação específica adicional sobre o tema e não dispomos de elementos que nos permitam aferir a regularidade, a dispersão e a validade destes relatórios para cada acto eleitoral. O que a nossa investigação revelou foram alguns exemplos dispersos que nos permitem traçar uma apreciação geral. A título de exemplo veja-se o relatório da presidência da Câmara da Figueira da Foz para o governador civil de Coimbra acerca das eleições de 1945, indicando que não existiu “nem um só voto do pessoal das empresas”, que “os pescadores, em massa, negaram-se a concorrer às urnas”, referindo que em Gala, dos 164 eleitores “votaram somente 12, ou sejam, os presidentes e membros da mesa (8) o regedor substituto, o delegado da autoridade e dos eleitores que acompanharam o regedor”. Cf. 175 IANTT/AUN/maço 37-A/caixa 15, p. 105-109.

5.8. Algumas conclusões

A campanha que em detalhe acabámos de analisar foi a que o regime quis e preparou. Salazar, Mário Pais de Sousa e José António Marques foram os seus grandes artífices, curiosamente três beirões de Santa Comba, auxiliados de perto por Albino dos Reis e Dinis da Fonseca. Salazar tem a chave da combinação logística e institucional, pois acumula os cargos de topo no sistema eleitoral desenhado: Presidente do Conselho de Ministros (Chefe do Governo e líder hierárquico do ministro do Interior e dos governos civis); e presidente da Comissão Central da União Nacional, partido que apresenta a lista de deputados a sufrágio.

O discurso empregue procura atingir todo o eleitorado. Nos cartazes, e como na campanha no terreno, há a preocupação de simultaneamente apresentar fórmulas de comunicação que sejam eficazes quer para o eleitor instruído, quer para o analfabeto. Para este, é construída uma comunicação que não necessite de códigos de interpretação muito apurados ou sofisticados, de inculcação directa de mensagens de consumo imediato, com a mensagem geralmente construída sobre antónimos (Guerra/Paz, Ordem/Desordem, Estado Novo/República) ou sobre ideias-base (os Chefes, a Nação, a Paz). Para o eleitor instruído é elaborado um argumentário mais complexo ou conceptual, geralmente envolvendo conceitos políticos (como os relativos à ideia de “Liberdade” e ao conceito de “Eleições”), com um evidente propósito doutrinador de médio/longo prazo. Não procura, ao contrário da comunicação popular, a resposta rápida ou a palavra de ordem; procura, recorrendo à academia (com a utilização de referências várias) renovar a doutrina da população educada do país, maioritariamente eleitora.

Neste discurso também havia espaço para o feminino, uma vez que as mulheres não eram excluídas da vida política, sendo várias as referências à presença feminina nas sessões de propaganda, apesar de relegadas para as plateias e balcões dos teatros e salões das sessões solenes de campanha. O regime colocaria a votos duas candidatas, Maria Guardioli e Maria Luísa Van Zeller, apesar de apenas a primeira ter tido lugar de destaque durante a campanha⁴⁵⁴. No dia da eleição, e como vimos, é dado relativo destaque à presença de senhoras a votar. Mas, apesar de ter sido permitido às mulheres portuguesas, pela primeira vez, votarem e serem eleitas, estas não partilhavam do mesmo código eleitoral dos homens⁴⁵⁵ nem eram tratadas com qualquer dignidade política, como o comprovam as anotações de José Alberto dos Reis sobre a presença feminina nos bancos de São Bento, ou o facto do regime (e o governo) não se ter preocupado em apresentar qualquer linha de campanha específica para este “nicho eleitoral” (como o fará a partir de 1945, por exemplo)⁴⁵⁶.

⁴⁵⁴ Maria Guardioli está presente, sem intervir, em sessões de propaganda no distrito de Bragança.

⁴⁵⁵ Tal só acontecerá com a reforma eleitoral promovida por Marcelo Caetano, em 1968, consagrada na lei n.º 2126, de 26 de Dezembro de 1968.

⁴⁵⁶ Nas eleições de 1945 já vai existir a preocupação de atrair eleitoralmente a mulher, apresentando o regime cartazes políticos específicos para o voto feminino. Ver Helena Pinto Janeiro e Isabel Alarcão e Silva, *Cartazes de Propaganda Política do Estado Novo, 1933-1949*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1988.

Em relação à cobertura mediática, temos a assinalar que a pluralidade jornalística da campanha era bastante limitada, pois não existia liberdade de imprensa nem liberdade de expressão, o que impede, naturalmente, que seja apresentado qualquer contraponto ou que sejam lançados quaisquer debates significativos. A censura é uma realidade que atinge praticamente todos os sectores da actividade social, atingindo também os próprios defensores do regime, como se depreende de alguns dos cortes efectuados no período eleitoral. N’*O Tempo*, de 24 de Outubro, por exemplo, cortaram os motivos que possam ser apresentados “para se absterem de votar, porque a sua publicação teria um efeito contraproducente e portanto contrário aquele que a articulista parece pretender”⁴⁵⁷; no *Diário da Manhã*, de 23 de Outubro, cortaram do discurso do governador civil de Setúbal a passagem “antes menos pão nos nossos lares do que abundância de bombas caídas do céu”, por poder dar lugar a “interpretações inconvenientes”⁴⁵⁸; e no *Diário de Notícias* de 29, no discurso proferido pelo governador civil de Lisboa, foi eliminada, por inconveniência, a frase “A nova Assembleia funcionará em tempo de guerra, talvez venha a ser a Câmara da Paz”⁴⁵⁹. Este apertado controlo dos meios de comunicação social, tem como objectivo transmitir a ideia de um país em paz, em acalmia social e política, envolvo numa normalidade de crosta fina que, à mínima quebra, revela um país bem diverso⁴⁶⁰.

O controlo à liberdade informativa não estranha, num regime que se assume autoritário e unanimista na valorização da sua construção política. No entanto, é interessante verificar a demonstração de pluralidade política (no seio da Situação, entenda-se) que se expõe durante a campanha eleitoral, permitindo-se a intervenção das diversas forças políticas constituintes do Estado Novo: católicos, integralistas, republicanos liberais, fascistas e monárquicos. Todos com o seu espaço de intervenção e com leituras próprias – se bem que devidamente enquadradas nas linhas discursivas oficiais – sobre o significado da regeneração nacional produto da Revolução Nacional sobre a liderança e mérito dos Chefes do regime (Carmona e Salazar, com preponderância para este). Esta necessidade de equilíbrio já tinha, de resto, sido detectada aquando da construção da lista de deputados, como referimos no quarto capítulo⁴⁶¹.

⁴⁵⁷ Ver *Boletim de Registo de Justificação de Cortes*, n.º 251, confidencial, datado de 27 de Outubro de 1942 para *O Tempo*, de 24 de Outubro de 1942; cf. IANTT/AMI/maço 525/caixa 83, p. 865-868.

⁴⁵⁸ Ver *Boletim de Registo de Justificação de Cortes*, n.º 248, confidencial, datado de 23 de Outubro de 1942, para o *Diário da Manhã*, de 23 de Outubro de 1942; cf. IANTT/AMI/maço 525/caixa 83, p. 854-856

⁴⁵⁹ Ver *Boletim de Registo de Justificação de Cortes*, n.º 253, confidencial, datado de 29 de Outubro de 1942, para o *Diário de Notícias*, de 29 de Outubro de 1942; cf. IANTT/AMI/maço 525/caixa 83, p. 865-868.

⁴⁶⁰ Referimo-nos, por exemplo, aos cortes a todos os crimes de paixão, de pedofilia, aos suicídios, que procuram perpetuar os “bons costumes” da sociedade portuguesa. Referimo-nos aos cortes da guerra no território português, às passagens de esquadrilhas de bombardeiros no Porto, nos combates aéreos em Trás-os-Montes (com pilotos ejectados e em fuga), aos pára-quedistas que caem em Coimbra, aos combates navais na costa portuguesa, etc. Referimo-nos aos cortes relativos à carestia geral, à falta de géneros, de gasolina, ao açambarcamento, etc. Referimo-nos aos exemplos diários expostos nos boletins de registo de justificação de cortes e nos boletins diários dos Serviços de Censura, decerto a merecer uma investigação de maior profundidade que a aqui proporcionada.

⁴⁶¹ Ver, por exemplo, a negociação que Salazar leva a cabo com Azevedo Coutinho sobre os deputados monárquicos.

Como também podemos observar, apesar de não dispormos de informação detalhada para todos os casos, a relação entre a estrutura administrativa do Estado e a do Partido é complexa. No decorrer da campanha eleitoral apurámos casos de boa articulação (Funchal, Ponta Delgada), casos onde não existe referência à União Nacional (Horta, Angra do Heroísmo), e onde é a União Nacional que promove a ligação com o Ministério do Interior (Praia). Essa acaba por ser outra das nossas conclusões: apesar da desejada articulação entre as instituições responsáveis pelo acto eleitoral – União Nacional como instituição que se apresenta ao sufrágio e os governos civis como responsáveis logísticos –, a verdade é que a realidade no terreno será determinada, não por critérios definidos hierarquicamente, mas pelas características políticas dos receptores locais.

Claro que se entendêssemos o Estado Novo como um regime que consagrasse a separação das esferas públicas e políticas, deveríamos esperar estar perante duas instituições com responsabilidades eleitorais bem distintas e definidas: a União Nacional, como partido proponente da lista concorrente às eleições legislativas, deveria ter apenas a responsabilidade de conduzir a campanha e promover os seus candidatos junto do eleitorado (como qualquer outra organização que concorresse ao acto eleitoral – o que em teoria era possível); por outro lado, os governos civis (e o Ministério do Interior) deveriam ser apenas o garante institucional e velar pela independência do Estado no processo eleitoral, não se imiscuindo na campanha, preocupado antes por apresentar uma organização logística isenta e funcional.

Claro que estas considerações conceptuais, verificáveis em sistemas democráticos, não devem ser aplicadas ao Estado Novo. Não só o regime se assume e se identifica como autoritário mas, como temos vindo a observar, as eleições são assumidas como não concorrenciais e servem para demonstrar a unanimidade da nação perante o governo, o que acaba por justificar o desprezo pela isenção do Estado em relação ao processo eleitoral. Assim deve ser entendido o frequente desrespeito pelas regras instituídas, situação tolerada pelo carácter despótico de um regime incapaz de permanecer exclusivamente dentro do quadro jurídico por si estabelecido e sem capacidade de se auto-punir. O trabalho de bastidores é desenvolvido fora das leis instituídas, rasgando na *praxis politica* os dispositivos eleitorais liberais, substituindo na prática eleições juridicamente sustentadas por plebiscitos políticos laudatórios.

Assumindo estas características, não surpreende a verificação da desconexão entre o discurso, a teoria e a prática política, isto é, há uma clara diferença entre o que se anuncia nos discursos (que se baseiam numa linha teórica que entende serem os actos eleitorais do Estado Novo fenómenos de *tipo-novo*, distanciados dos praticados durante a I República, e prometendo um sistema eleitoral de ruptura – que como vimos não acontece); a aplicação prática desses discursos (que consagram traços eleitorais liberais enquadrados legalmente em códigos eleitorais que permitem a liberdade política – como a capacidade de apresentar listas alternativas); e a verificação dessa legalidade nos momentos de execução (consecutivamente atropelada para servir os interesses do regime – como no caso da construção dos cadernos eleitorais). O mesmo é dizer que o discurso renovador e revolucionário do Estado Novo diverge do sistema eleitoral construído, que posteriormente é menosprezado pela ingerência governamental nos processos eleitorais em concreto. Nos actos elei-

torais no Estado Novo é o governo, e o Estado, quem domina e controla todo o processo eleitoral.

É necessário ter em conta que subjacente à Revolução Nacional e à ideia de regeneração política do país, na época dos fascismos, o projecto do Estado Novo era apresentado como um modelo político novo de cariz corporativo e autoritário. Prometia-se uma revolução na ordem e uma nova constituição condizente. Nesse sentido, o modelo constitucional deveria consagrar um modelo corporativo autoritário, o que não acontece, construindo-se antes um sistema híbrido, de características corporativas e liberais que correspondera às necessidades de equilíbrio entre as diversas famílias políticas constituintes do novo regime. A aplicação no concreto desse sistema é depois confrontada na aplicação prática quando se pressupõe, por exemplo, que a apresentação de listas concorrentes é legalmente possível, mas os discursos durante a campanha repetidamente afirmam que qualquer concorrente eleitoral fora do quadro da União Nacional não seria tolerado politicamente por ser anti-nação. A Lei Eleitoral é novamente quebrada quando se promove, fora do prazo estabelecido, o recenseamento eleitoral.

O regime aproveita ainda o período eleitoral para utilizar todos os canais de comunicação existentes, concentrando-os na cobertura deste evento político, conseguindo assim passar e inculcar mensagens políticas. Tal apreciação remete-nos para as definições de Guy Hermet, que apresentaremos com mais detalhe no próximo capítulo, onde descrevemos as funções comunicacionais, legitimadoras e educacionais dos actos eleitorais do Estado Novo. A função comunicacional é cumprida quando é estabelecida uma relação directa entre o emissor e o receptor político; e nas eleições em causa podemos afirmar que estamos perante uma relação enviesada, uma vez que não é principal actor político quem lidera essa comunicação, antes seus subordinados. Salazar, ao não intervir directamente na campanha, apesar de sempre presente, revela que, na óptica do regime, estamos perante uma eleição secundária. Será a única eleição – presidencial ou legislativa – onde o Presidente do Conselho não apresenta qualquer intervenção pública na campanha. Limitando-se a promover a reunião preparatória com os governadores civis de 8 de Outubro. Perante esta ausência, Mário Pais de Sousa e Albino dos Reis assumirão a responsabilidade de serem os principais emissores da mensagem política do governo e do regime.

A função educacional é detectada na avaliação do discurso pedagógico do regime, patente nas preleções político-cívicas frequentemente colocadas na mensagem eleitoral. É o que acontece quando, repetidamente, se decifra o significado do voto; ou se explica como a abstenção pode ser danosa para o trabalho do governo, completando-se deste modo a função comunicacional, procurando-se colocar a mensagem política apropriada à leitura do quotidiano (a política da Paz, a valorização da Ordem, a Regeneração Nacional), recentrando-se nos conceitos básicos do regime. Por fim, a função legitimadora acaba por percorrer todo o discurso, pois é notório o foco colocado na necessidade de agradecer aos Chefes o desenvolvimento do país demonstrando ao mundo a tranquilidade política portuguesa, numa altura de conflito mundial generalizado.

Também é demonstrável a validade da comparação com os pressupostos teóricos de Juan Linz sobre eleições em países totalitários, que apresentaremos com mais

detalhe no capítulo 6. Por agora é possível aferir que as eleições se apresentam num ambiente festivo, unanimista, mobilizante, onde se procura cimentar a ligação umbilical entre os Chefes e a nação, num acto de elevado carácter público de aclamação legitimadora. É um acto eleitoral sem adversário, definido como plebiscitário, de validação da política governamental conduzida por Salazar. Seria, de certa maneira, a confirmação do processo de Regeneração Nacional introduzido pela Revolução Nacional e consubstanciado no projecto político do Estado Novo. Não votar seria ser anti-nação. Votar seria confirmar Portugal, o país do Estado Novo. O que estava em causa, afinal, nunca fora a lista de deputados, mas a consagração do regime. Salazar bem o dissera: “O acto eleitoral não se destina tanto à designação dos deputados como ao reconhecimento do regime político”⁴⁶².

Em jeito de síntese conclusiva, podemos afirmar que os discursos utilizados são embebidos nestes conceitos particulares:

1. A ideia de uma Nação em Paz e em Ordem, em que a eleição dentro dos processos constitucionais demonstra a normalidade, a estabilidade e o regular funcionamento das instituições;
2. Um País uno e indivisível, onde o partidarismo e o individualismo liberal, anarquia e republicano não tem lugar, aliado à ideia da *vida nova*, como contraponto à *vida velha* republicana.
3. A Nação em Ordem e Paz contrapõe-se à desordem do mundo em guerra, à ingovernabilidade de outros regimes e às ameaças dos imperialismos colectivos em prol de uma só classe. Esta Nação é ela própria em si mesmo.
4. Por tudo o que foi exposto, deve a Nação agradecer aos Chefes, Salazar e Carmona, num verdadeiro espírito de unidade (e unanimidade) nacional.

A palavra-chave é, então, Unidade. Unidade na Política, Unidade nos Chefes, Unidade na Nação. É por isso que o acto eleitoral é tido como plebiscitário; por isso não concebe oposição; por isso é necessário votar, porque nada pode colocar a unidade nacional em causa, e não votar seria colocar em causa a independência nacional. Esta ligação umbilical seria muito bem expressa na intervenção que o governador civil do Porto profere aos microfones do posto regional da Emissora Nacional, a 20 de Outubro, dizendo: “Unamo-nos estreitamente ao governo, neste momento tão melindroso da nossa História esquecendo quaisquer divergências de opinião. Prestemos-lhe a homenagem do nosso respeito e da nossa gratidão pela incomparável

⁴⁶² Discurso de António de Oliveira Salazar a 27 de Outubro de 1938, citado no *Manifesto dos candidatos independentes pelo círculo de Aveiro*, Gráfica Aveirense, Limitada, Aveiro, 1957, p. 3; consultado em IANTT/AOS/Censura/caixa 588. Ver ainda António de Oliveira Salazar, “Preocupação da paz e preocupação da vida (27 de Outubro de 1938)”, in António de Oliveira Salazar, *Discursos e Notas Políticas III (1938-43)*, p. 101-120.

inteligência e nobreza com que tem procedido na resolução de todos os problemas internos e externos. A simples indiferença seria criminosa”⁴⁶³.

É este então o quadro final que nos é apresentado: uma Revolução da Ordem, que se constitucionaliza e que, perante um mundo em guerra, normalmente organiza um vulgar acto eleitoral. A sua política de paz e de ordem deve-la aos seus Chefes: António de Oliveira Salazar e Óscar Carmona. Votar é validar esta política. Votar é agradecer aos Chefes a Ordem e a Paz. Votar é assumir a ligação indivisível entre o Povo e a Nação.

O dia da eleição será aproveitado para – publicamente – consagrar os discursos oficiais do regime, agora expostos à legitimação plebiscitária popular. O acto de votar, que assume características aclamatórias evidentes, torna-se assim num momento de grande visibilidade do regime, onde as suas principais figuras têm a oportunidade de conviver harmonicamente com o “eleitorado”. Naturalmente que há um empolgação geral do dia da eleição, até para – por um dia – quebrar o isolamento dos Chefes em relação à população, apresentando-os próximos dos seus governados.

⁴⁶³ Ver transcrição da intervenção no *Diário da Manhã*, de 21 de Outubro de 1942. Sobre esse tema, Pires de Lima acrescentaria: “Não podemos mostrar desânimo nem fraqueza. Ponderemos na instante necessidade de dar uma prova eloquente de que temos confiança no governo que nos chama às urnas. Que ninguém falte ao chamamento, porque se trata do cumprimento de um dever sagrado. Mostremos também que depositamos confiança nos homens cuidadosos e escrupulosamente escolhidos, que enviamos à Assembleia Nacional, para que eles se sintam possuídos de vigor e de ânimo para bem desempenharem a sua missão. A revelação de unanimidade de sentimentos constituirá para nós uma grande manifestação de vitalidade e de força. Mostremos, em suma, que temos uma inabalável fé no futuro da nossa querida pátria”.

Capítulo 6

Os resultados eleitorais

“Não se antevê quaisquer dificuldades que possam constituir embaraço à realização do acto eleitoral de grande afluência, porquanto, com a costumada boa vontade, obtém-se sempre o resultado desejado”¹.

Circular da Câmara Municipal do Cadaval [1942]

“Encarrega-me o Exm.º Governador Civil de chamar a esclarecida atenção para a necessidade que há de que a percentagem de votação do próximo acto eleitoral atinja a cifra de 85% a 90% ”²

Circular confidencial do governador civil de Viseu
aos presidentes da câmara do distrito [1942]

6.1. Eleições em regimes totalitários–autoritários. Breves considerações

A avaliação dos resultados das eleições de 1 de Novembro de 1942 necessita de ser contextualizada à luz do que a literatura tem apurado sobre o significado das eleições em regimes com as características do Estado Novo. Não o fazer significaria que a interpretação por nós apresentada poderia não tomar em consideração as características não competitivas, não plurais e não livres do acto eleitoral em estudo.

Aparte das utilizações de conceitos como “totalitário”, “autoritário” ou “fascista”, cujos usos não nos interessa aqui debater, Hermet e Linz, em *Elections Without Choice*,

¹ Circular n.º 921 da Câmara Municipal do Cadaval para o governador civil de Lisboa, datada de 11 de Julho de 1942. Cf. Arquivo do Governador Civil de Lisboa.

² Circular confidencial n.º 7/42 do governador civil de Viseu aos presidentes das câmaras do distrito, datada de 30 Janeiro de 1942 e referente às eleições presidenciais; cf. Arquivo Distrital de Viseu, caixa 2461, maço 6.

forneceram-nos contributos determinantes para a avaliação do complexo significado dos actos eleitorais em regimes autoritários com forte controlo estatal. Para nós importa a tipologia de Hermet acerca das funções de tais actos e a sistematização de Linz sobre eleições nestes regimes.

Hermet remete o caso português (até 1974) para o quadro das “eleições não clássicas e semi-competitivas” onde é catalogado como de “one party system but opposition lists tolerated”³. Reconhece-se a falta de consequências dos actos eleitorais⁴ e define-se o acesso ao voto como oficialmente restritivo, coercivo e fraudulento⁵. Na identificação das funções das eleições num quadro não competitivo e controlado pelo Estado, Guy Hermet identifica quatro categorias. As primeiras referem-se às relações entre governo e governados, e os actos eleitorais podem assumir funções [1] comunicacionais, [2] educacionais, estimulando ou anesesiando a participação política das massas, [3] e de legitimação. Por fim, as eleições também afectam o equilíbrio interno dos ciclos governamentais, inferindo particularmente nos [4] compromissos, competições escondidas e intimidações que eleições controladas assumem entre as *coterias* dominantes⁶. Da sistematização apresentada, aparte de as verificarmos válidas também em eleições concorrenciais e significativas⁷, temos problemas em distinguir os aspectos educacionais dos comunicacionais. Hermet acaba por reconhecer que este trabalho é um ponto de partida, e que entre as funções educacionais e as comunicacionais pode haver alguma sobreposição, no que concordamos, pois entendemos como mais operacionalizável associarmos ambas numa única função comunicacional/educativa.

³ “Sistema de um partido com listas de oposição toleradas”, tradução nossa.

⁴ “Without consequences, as opposition cannot win any seat” (“Sem consequências, uma vez que a oposição não pode ganhar qualquer lugar”), tradução nossa.

⁵ Curiosamente, Hermet insere na mesma tabela o caso das eleições para a Assembleia Constituinte de 1975, por entender que a exclusão de alguns partidos políticos destas eleições condicionavam o sistema, que assim era descrito como “multipartidário sem a direita” (talvez não tivesse a informação de que também o MRPP e a AOC foram excluídas desse acto, juntamente com o PL ou o PDC). Sobre o acesso ao voto considera-o “universal com condições”, uma vez que o mesmo era exclusivo para cidadãos residentes em Portugal. Relativamente às consequências e efeitos do resultado eleitoral considera-o limitado, via Pacto MFA – Partidos. Cf. Guy Hermet, “State-controlled elections: a framework”, p. 6.

⁶ *Coterias* ou grupos sociais/elites dominantes. Cf. Guy Hermet, “State-controlled elections: a framework”, in Guy Hermet, Richard Rose, & Alain Rouquié, editores, *Elections without choice*, Hong Kong, The MacMillan Press, 1978, p. 13-18.

⁷ A distinção que Hermet faz entre eleições clássicas e não competitivas resultam do critério da competição eleitoral, do efeito que o voto tem relativamente à governança (formação de governo e políticas públicas) e do grau de liberdade do votante. “In practical terms, the difference between free and controlled elections is indicated by the opportunity a voter as (1) to have his franchise recognized though registration; (2) to use his right to vote without being segregated into categories dividing the electorate and revoking the idea of popular sovereignty; (3) to cast his ballot free from external hindrance; (4) to decide how to vote, even if it goes against the wishes of those in power”; (em termos práticos, a diferença entre eleições livres e controladas é indicada pela oportunidade que o votante tem de (1) ver a sua cidadania// registo reconhecida pelo recenseamento; (2) usar o seu direito de voto sem ser segregado em categorias que dividam o eleitorado e ataquem a ideia de soberania popular; (3) depositar o seu voto livre de constrangimentos externos; (4) decidir em quem votar, mesmo contra os desígnios de quem está no poder). Cf. Guy Hermet, “State-controlled elections: a framework” p. 3. Tradução nossa.

Parecem-nos, no entanto, bastante operativos os conceitos que consideram que as eleições desta natureza assumem funções comunicativas/educacionais, legitimadoras e essenciais para o controlo das elites constituintes do regime, todas características verificáveis no caso português. Neste sentido, e como se depreende do explorado no capítulo anterior, julgamos ser evidente que o Estado Novo utilizava os seus actos eleitorais para empreender um processo educativo – e mesmo pedagógico – sobre a população, utilizando todas as técnicas comunicacionais disponíveis e forçando em simultâneo a legitimação pública do regime. Para este efeito, e para as eleições de 1942, são elaboradas linhas discursivas com o propósito de passar uma mensagem de normalidade institucional, de louvor ao trabalho do regime que, mantendo o país em paz, se assume tranquilo e com rumo definido por dois Chefes providenciais. Estas mensagens são colocadas ao serviço do eleitorado através da máquina de propaganda construída, assente na rádio, nos jornais, no cinema, nos comícios e na caravana eleitoral.

Também é evidente, e confirmado na apreciação do processo de construção da lista de deputados, que o Estado Novo aproveitava a altura eleitoral para reenquadrar e renovar as suas elites, reflectir sobre a prestação dos parlamentares cesantes, e apreciar alternativas para o lugar de deputado. Assim, além de conferir o trabalho e validade da permanência da sua elite parlamentar, o regime aproveita ainda para apreciar, por exemplo, o papel das mulheres na Assembleia, a rotatividade dos militares-deputados e a correlação de forças entre as direitas apoiantes da situação.

Já Juan Linz, sustentando que “totalitarian elections are based on an identity theory of representation reflected in the Nazi phrase ‘Einheit von Volk und Führung’ (‘unity of people and leadership’)”⁸, indica para eleições em sistemas totalitários as seguintes características:

- [1] Um extraordinário destaque na participação e no envolvimento do votante, muitas vezes no processo pré-eleitoral bem como na eleição (verificável em Portugal até 1945);
- [2] Realce do carácter público em vez do carácter privado da participação, muitas vezes simbolizando o voto público em detrimento do voto secreto e a ideologia em vez da justificação pragmática desta publicidade (verificável em Portugal até 1945);
- [3] Uma preocupação obsessiva pela unanimidade em vez da mera maioria na participação e no resultado do processo eleitoral (verificável em Portugal até 1945);
- [4] O realce do carácter aclamativo (*acclamatio*) em detrimento dos aspectos electivos (*electio*) (verificável em Portugal até 1945);

⁸ “As eleições totalitárias são baseadas numa teoria identitária da representação, reflectida na frase nazi: ‘unidade do povo com o líder’”. Tradução nossa.

- [5] Uma concepção identitária da representação que rejeita a ideia de distinção entre eleitorado e governantes; onde as eleições são concebidas como a expressão de uma identidade entre *Volk e Führung* (Povo e Líder) (verificável em Portugal até 1951);
- [6] O carácter festivo, ritual quase mágico das eleições e do voto (verificável em Portugal até 1945);
- [7] Optimismo e certeza em vez de hesitação ou ambivalência nas consequências não antecipadas caracterizam a liderança que reúne o eleitorado a votar (verificável até 1945);
- [8] As eleições são acompanhadas por uma mobilização massiva de apoiantes activistas do regime, requerendo um moderno partido único, *mass-cadre*, que utiliza uma mistura de técnicas modernas de persuasão de massas e pequenos grupos de contacto pessoal e pressão na comunicação com o eleitorado (verificável em todo o Estado Novo);
- [9] A campanha eleitoral é concebida como um esforço de socialização de massas, um processo educacional (verificável em todo o Estado Novo);
- [10] O voto é apenas uma das formas de participação de massas encorajado e requerido pelo cidadão, sendo parte do processo contínuo de mobilização de suporte e não é em evento isolado entre períodos de desmobilização e apatia (verificável em todo o Estado Novo);
- [11] Eleições e plebiscitos tendem a coincidir com momentos de força e consolidação do regime, em vez de momentos de crise de legitimidade⁹ (verificável em Portugal nas eleições plebiscitárias de 1933, nas eleições legislativas de 1934 e nas presidenciais de 1935).

Claro que muitas destas características se mantêm em eleições de outra ordem, nomeadamente o carácter participativo, educacional e mobilizador, mas podemos identificar em alguns destes pontos diversas particularidades dos fenómenos eleitorais no Estado Novo.

Assim, é possível averiguar que – para todo o período eleitoral do Estado Novo (1934-1973) – existe um extraordinário enfoque na participação e no envolvimento do votante, em todos os momentos da eleição (ponto 1). A campanha eleitoral é desenvolvida para prestar um serviço de educação política e para socializar as massas no discurso do regime (ponto 9), o que implica a activação do Partido Único nos momentos de campanha e uma mobilização articulada dos apoiantes activos do regime, recorrendo-se para esse efeito às modernas formas de comunicação de massas (ponto 8)¹⁰. No entanto, os processos eleitorais são considerados apenas como uma

⁹ Cf. Juan Linz, “Non-competitive elections in Europe”, in Guy Hermet, Richard Rose & Alain Rouquié, editores, *Elections Without Choice*, The MacMillan Press, Hong Kong, 1978, p. 44-45.

¹⁰ Mesmo que a União Nacional não seja considerada um partido de massas (ponto 8), ou tipo-único, a verdade é que a mobilização eleitoral era conseguida através do uso de modernas técnicas de comunicação. Cf. Manuel Braga da Cruz, “O Partido e o Estado...”; Luís Reis Torgal, coordenação, *O Cinema sob o Olhar de Salazar*, Rio de Mouro, Temas e Debates, 2001 e Nelson Ribeiro, *A Emissora Nacional nos Primeiros Anos do Estado Novo, 1933-1945*, Lisboa, Quimera, 2005.

das formas de participação engajada proporcionada à população, apresentando o regime – de forma regular – outros momentos de auto-consagração (ponto 10).

Outras características apresentadas pelo investigador espanhol acompanham apenas o primeiro ciclo eleitoral do Estado Novo, o decorrente até 1945, que chamá-mos, noutro lugar, de ciclo “fascista-totalitário”¹¹. Referimo-nos ao carácter público e aclamatório do voto (pontos 2 e 4), à procura da unanimidade política expressa publicamente (ponto 3), às características ritualistas e festivas do dia das eleições (ponto 6) e à constatação de que as eleições são assumidamente não disputadas, não padecendo assim do carácter de incerteza acerca do seu resultado eleitoral (ponto 7). O aparecimento das oposições eleitorais após 1945 rebate estas especificidades, uma vez que as eleições tornam-se concorrenciais, aproveitando o regime para apresentar um discurso de vitória sobre os seus opositores. Também o aparecimento da oposição implica a perda do carácter ritual e aclamatório das eleições. Já a evidência da consagração dos Chefes subsiste até 1951, quando o Presidente da República morre e o binómio Carmona-Salazar desaparece (ponto 5). Por sua vez, o ponto 11, demasiado decalcado das últimas eleições livres da Alemanha nazi e da Itália fascista, encontra expressão somente no ciclo eleitoral fundador do Estado Novo, consagrado no plebiscito constitucional de 1933, nas eleições gerais de 1934 e nas primeiras eleições presidenciais do novo regime, em 1935.

No mesmo trabalho Linz remete o caso luso para “voting in organic-statist authoritarian regimes”¹², juntando o exemplo nacional com o da vizinha Espanha. Este tipo de regimes era caracterizado por uma ideologia católica e conservadora, onde uma forte componente corporativa absorvia parte da necessidade de participação popular e cívica, cabendo nas corporações a organização social que deveria pertencer aos partidos. Através da participação sindical (especialmente em Espanha) eram absorvidos alguns dos confrontos políticos. Na generalidade concordamos com a aferição, apesar de considerarmos que alguns erros de informação possam ter levado a uma pouco cuidada análise do Estado Novo português¹³.

Apresentadas as tipologias, parece-nos claro que os actos eleitorais no Estado Novo assumem muitas das variáveis expostas por Hermet e Linz. No entanto, não nos parece que seja somente nestes perfis taxonómicos que possamos encontrar justificações para os actos eleitorais “estadonovistas”. É verdade que eles sintetizam alguns aspectos genéricos, mas a sobreposição não é perfeita nem total, uma vez que o caso português distingue-se pela sua ambivalência calculada. Neste sentido, existem outras características não detectadas que ajudam a explicar a sua importância.

¹¹ José Reis Santos, *Para uma proposta de ciclos eleitorais no Estado Novo*, comunicação apresentada no III Congresso da Associação Portuguesa da Ciência Política, 2006.

¹² “Eleições em regimes autoritários estatistas e orgânicos”, tradução nossa.

¹³ Por exemplo, Juan Linz considera que em Portugal o salazarismo mantinha uma “elected National Assembly with universal suffrage, retaining some of the former characteristics of a liberal democratic legislature” (Assembleia Nacional electiva com sufrágio universal, que retinha algumas das passadas características das legislaturas democráticas e liberais”. Tradução nossa). Juan Linz, “Non-competitive elections in Europe”, p. 55-56.

O “fundamentalismo legalista”, que regula o funcionamento legal dos ciclos eleitorais, e se associa à concepção da “normalidade constitucional” tão propagandeada em páginas de diversas campanhas eleitorais¹⁴.

Após 1945, assistimos ao aproveitamento do período de campanha eleitoral, para, sem a força censória habitual, “reavaliar o peso e a força das diversas oposições” ao regime; e limpar e actualizar os ficheiros policiais.

Sem trabalho comparativo adicional, não há maneira de sabermos se estas características são exclusivamente lusas. Julgamos, até pelas características pessoais e académicas do Presidente do Conselho, que a obsessão legal pode ser de difícil exportação; mas a utilização dos períodos eleitorais para verificação do estado das oposições já nos parece demasiado óbvia para manter alguma exclusividade portuguesa¹⁵.

6.2. A mecânica eleitoral

Regressando às eleições gerais de 1942, e ainda antes de analisarmos os resultados eleitorais, importa referir que a mecânica e a logística do acto eleitoral era complexa e obedecia a uma série de etapas que, a cumprir, recolhiam os dados dispersos e parciais e apuravam o resultado final. Como no caso dos recenseamentos e na campanha eleitoral eram chamados ao processo os governos civis e a União Nacional.

Cada governo civil tinha a responsabilidade política de velar pela boa organização logística da eleição do seu distrito, centralizando o serviço de informações. Depois, até à meia-noite, devia transmitir ao Ministério do Interior “telefónica ou telegraficamente, à medida que forem conhecidos, os resultados das votações obtidos pela lista em cada concelho”¹⁶. Nessa comunicação deveria “indicar-se o número de eleitores inscritos e a percentagem dos votantes”, não importando “o número de votos obtido por cada candidato mas o número de votos da lista”¹⁷.

No dia seguinte, o governo civil deveria remeter por correio à Direcção-Geral da Administração Política e Civil “um mapa de onde constem, por concelhos, todas as assembleias existentes no distrito com indicação expressa dos resultados (...). Esses mapas deverão ter colunas próprias para a inscrição do número de eleitores inscritos,

¹⁴ Com excepção das eleições antecipadas de 1945 e das eleições presidenciais de 1951, antecipadas devido ao falecimento do marechal Carmona, todos os outros actos eleitorais (para a Assembleia Nacional e Presidência da República) cumpriram escrupulosamente o calendário eleitoral.

¹⁵ Podemos, sem dificuldade, prever que tais mecanismos tenham sido utilizados na América Latina ditatorial, na Europa comunista ou na África autoritária.

¹⁶ Circular da Direcção-Geral de Administração Política e Civil para todos os governadores civis, datada de 29 de Novembro de 1942; cf. Arquivo Governo Civil de Évora.

¹⁷ *Idem*.

número de votos obtido e percentagem”. Logo que fossem conhecidos os resultados finais do distrito, deveria ser organizado “um novo mapa por concelhos das votações apuradas”. Era deixada em aberto a questão do voto negativo, sendo apenas referido que “oportunamente se transmitirão instruções sobre a forma de elaborar o mapa destinado à indicação do número de votos de cada candidato”¹⁸, indicações essas que a nossa investigação não descortinou.

Eram ainda os governadores civis que recebiam os boletins de voto, que eram depois redistribuídos às comissões distritais da União Nacional, que tratavam da etapa final de entregar o voto ao eleitor. As listas seriam depois entregues pelo correio ou recorrendo aos serviços eleitorais da PSP ou da própria União Nacional¹⁹. Os votos chegavam de comboio aos governos civis do continente e de barco para as ilhas e colónias. Era referido que “para evitar embargos na distribuição, (...) o número de boletins de voto agora enviados corresponde exactamente ao dos eleitores inscritos no recenseamento, acrescido de 60%”. Depois era identificado o número de boletins de voto do respectivo distrito, bem como as senhas das remessas²⁰. Geralmente era ainda entregue uma segunda remessa de votos, como reforço.

O sistema montado conferia aos governos civis a responsabilidade da organização logística do acto eleitoral, devidamente articulado com as estruturas distritais da União Nacional. Eram os governadores civis quem solicitava os boletins de votos e comunicava os resultados eleitorais, e as comissões distritais da UN quem distribuía os boletins de voto aos eleitores por via postal ou, conforme os casos, directamente nas suas casas. Neste processo, onde os votos eram impressos em gráficas ou tipografias seleccionadas pela União Nacional (e segundo medidas pré-estabelecidas), os boletins eram entregues pelos responsáveis locais do Partido directamente aos eleitores, que posteriormente os colocavam na urna; sujeitando assim o eleitorado a um duplo controlo, primeiro através do mecanismo de recenseamento eleitoral, depois pelo processo personalizado da entrega dos boletins. Em alguns casos, membros da União Nacional transportavam mesmo os eleitores até às assembleias de voto e, “como é tradição regional em eleições a valer”, davam-lhes “comer e beber”²¹. Apesar desta linha organizativa bem definida, a organização logística do acto eleitoral deixava muito a desejar, existindo diversos relatos que

¹⁸ Circular da Direcção-Geral de Administração Política e Civil para todos os governadores civis, datada de 29 de Novembro de 1942; cf. Arquivo Governo Civil de Évora.

¹⁹ Serviços efectuados pelas polícias, como já vimos anteriormente. Ocasionalmente, também a União Nacional se ocupava da entrega, física, das listas. Recordamos que o sistema eleitoral desenhado requeria que cada candidatura se responsabilizasse pela produção e entrega do boletim de voto, dimensionado legalmente no decreto-lei n.º 24 631, de 6 de Novembro de 1934.

²⁰ (Todos IANTT/AUN) Ver para Aveiro caixa 371/maço 238; para Braga caixa 371/maço 238; para Bragança caixa 369/maço 234; para Castelo Branco caixa 373/maço 244; para Portalegre caixa 31/maço 211; para o Porto caixa 34/maço 195-A; para Santarém caixa 370/maço 237; para Setúbal maço 155 – A/ caixa 22; para Vila Real NT 50/maço 205-A; para Viseu caixa 47/maço 135.

²¹ Ver ofício n.º 2/46 (confidencial) da Comissão Distrital da União Nacional de Viseu para o presidente da Comissão Executiva da União Nacional, datado de 19 de Janeiro de 1946; cf. IANTT, AUN, NT 50, maço 205-A.

reportam uma situação de votos insuficientes face ao número de eleitores inscritos. Aliás, uma análise aos boletins de voto necessários e efectivamente entregues pelas autoridades confirmam-no. E os diversos ofícios do Ministério do Interior, a informar da entrega de boletins no dia anterior às eleições, deixa subentendido que muitos votos utilizados na eleição geral de 1942 saíram directamente das gráficas do governo para as urnas das assembleias eleitorais, situação que veremos de seguida.

Os boletins de voto

Como os votos eram entregues directamente aos eleitores, era importante que a logística estivesse devidamente oleada, pois dela dependia o sucesso da eleição. Claro que, como veremos, a fraude eleitoral era frequente, o que permitia colmatar algumas falhas organizativas. Como toda a observação do acto eleitoral estava a cargo dos delegados nomeados pelo regime e indicados pela União Nacional, sem que qualquer avaliação isenta tivesse lugar nas assembleias eleitorais, estes não estranham os relatos de descargas dos cadernos eleitorais visando a obtenção dos resultados desejados. Este processo, mais evidente em momentos em que não existe qualquer oposição eleitoral, será uma característica permanente nos actos eleitorais do Estado Novo, que veremos com mais atenção adiante.

A relação entre os votos entregues e os votos necessários permite apresentar algumas leituras adicionais sobre a organização logística do acto eleitoral (e compará-lo com as eleições presidenciais de Fevereiro de 1942)²². Assim, a tabela 15 confirma imediatamente que o regime encontrava-se mal informado sobre o estado dos cadernos eleitorais, pois a relação entre os votos enviados e os necessários é baixa²³, o que demonstra que a articulação entre os governos civis e as estruturas distritais da União Nacional não produzia os resultados desejados.

A grelha construída com dados de onze distritos de Portugal continental (Aveiro, Braga, Bragança, Castelo Branco, Guarda, Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal, Vila Real, Viseu) permite-nos algumas análises, nomeadamente apurar a percepção que o regime tinha da relação eleitoral de cada distrito, verificar a eficácia da organização do acto eleitoral e confrontar a promessa descrita e prometida nos documentos oficiais com a realidade. Lembramos que o total de votos que cada governo civil deveria receber corresponderia ao número de eleitores registados e com direito de voto, acrescido de 60%.

²² Ver tabela 15.

²³ Os dados por nós recolhidos para 11 distritos revelam que a 1.ª remessa era insuficiente para cobrir o número de eleitores em 5 distritos, sendo Setúbal e Castelo Branco os que apresentam maiores deficiências (3600 e mais de 13 000 votos aquém). Com o reforço de votos a situação melhora, apesar de Setúbal continuar com uma taxa de cobertura abaixo dos 100%.

Tabela 15 – Relação entre os votos entregues e os votos necessários

Distrito	Eleitores Inscritos ²⁴	Votos 1.º entrega	Dif 1 ²⁵	reforço	Total ²⁶	dif 2 ²⁷	Resultado eleitoral
Aveiro	61142	62400	+ 1258	31200	93600	+ 32458	53342
Beja	21217	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	19327
Braga	49326	48000	- 1326	10000	58000	+ 8674	43287
Bragança	24951	24000	- 951	14200	38200	+ 13249	22432
Castelo Branco	30858	27200	- 3658	16000	43200	+ 12342	28244
Coimbra	57073	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	51371
Évora	19348	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	17157
Faro	35102	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	30847
Guarda	30211	33600	+ 3389		33600	+ 3389	27494
Leiria	49836	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	46175
Lisboa	168730	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	130120
Portalegre	19555	20800	+ 1245	12000	32800	+ 13245	18029
Porto	102206	115200	+ 12994	20000	135200	+ 32944	88657
Santarém	57650	56000	- 1650	18600	74600	+ 16950	50459
Setúbal	34039	20800	- 13239	11500	32300	- 1739	29145
Viana do Castelo	30252	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	27789
Vila Real	28267	36800	+ 8533	s.i.	36800	+ 8533	25472
Viseu	47775	56000	+ 8225	s.i.	56000	+ 8225	41774
Total 11 Distritos	485980	500800	14820		634300	148270	751021
Total Continente	867538						867538

²⁴ Número de eleitores inscritos em Portugal continental (ver tabela 7).

²⁵ Diferença entre os boletins de voto entregues, sem reforços, e os necessários para os eleitores inscritos.

²⁶ Total = soma da 1.ª entrega + reforço. Em Vila Real, Viseu e Guarda não encontramos reforços de boletins de votos. Tal pode significar ou que não existiram, que o governo entendeu que a primeira remessa seria suficiente ou que não encontramos a referência a um reforço enviado. Para efeitos de análise vamos considerar que não existiu qualquer reforço.

²⁷ Referimo-nos à diferença entre o total de votos entregues menos os eleitores inscritos no caderno eleitoral.

Uma primeira análise permite concluir que sem reforço dos boletins de voto, cinco dos doze distritos não teriam listas suficientes para entregar aos eleitores registados: Braga, Bragança, Castelo Branco, Setúbal e Santarém; Aveiro e Portalegre encontravam-se à justa. Setúbal recebera mesmo menos 13 239 listas que as necessárias. Braga menos 3658 e Santarém, Porto, Guarda, Vila Real e Viseu, apesar de terem recebido boletins suficientes para distribuir pelos seus eleitores, nunca atingiram os 60% de reforço previsto.

Aparte Setúbal, distrito onde era assumida a má organização do Partido, encontram-se outros casos onde, apesar da boa prestação da UN, o governo, com base na informação disponível, não distribuiu boletins de voto que consigam cobrir o número de eleitores registados, sendo necessário o envio de reforços. É o caso de Bragança e de Santarém.

Se considerarmos o desejo da Direcção-Geral da Administração Civil e Política para que exista um reforço de 60% de boletins de voto, verificamos que o número de votos entregues se encontra muito aquém desse objectivo. O total deste diferencial é de 143 404, ou seja, entre o que o governo afirmou entregar e o que de facto provam os documentos, para onze distritos de Portugal continental faltaram 143 404 boletins de voto. E mesmo com o reforço de uma segunda remessa, há distritos que acabam por não ter boletins para entregar a todos os eleitores (como no caso de Setúbal, que recebe no total 32 300 votos para 34 039 eleitores registados. Entrariam oficialmente nas urnas 29 145 votos). Mesmo noutros casos, como na Guarda ou Braga, e já contabilizando o reforço de boletins, a taxa de cobertura em relação ao eleitorado registado não ultrapassa os 10%.

Claro que em termos práticos a eleição estava garantida. No entanto, é somente após o envio de reforços que o regime conseguiu controlar uma situação que, do ponto de vista logístico, poderia ser grave, o que confirma a má informação sobre o estado dos cadernos eleitorais, e a falta de coordenação entre as entidades envolvidas na logística eleitoral. Aliás, encontrámos um ofício datado de 31 de Outubro, proveniente da União Nacional e endereçado ao presidente da Câmara Municipal do Cadaval, a informar que seguiriam “pela camioneta da Empresa Lusitana de Transportes e a cargo do motorista José Rego, mais 1100 boletins de voto”²⁸. O mesmo ofício, por estar em carta dactilografada pré-formatada, permite-nos considerar que o caso do Cadaval não tenha sido isolado, e o facto de ser datado da véspera das eleições indica ainda estarmos perante uma situação de emergência. Também para Mafra foram enviados mais 500 boletins no dia 31 de Outubro “em satisfação ao pedido telefónico” (do mesmo dia) do presidente da Câmara Municipal²⁹. Claro que estas remessas tardias significavam que os votos

²⁸ Ofício n.º 4683 da União Nacional, datado de 31 de Outubro de 1942. Cf. IANTT, Arquivo UN, maço 92, caixa 26.

²⁹ Ofício n.º 4684 da Secretaria-Geral da União Nacional para o presidente da Câmara Municipal de Mafra, datado de 31 de Outubro de 1942; cf. IANTT/AUN/NT 29/maço 94.

em causa não teriam tempo útil para serem entregues ao eleitores por via postal, o que deixa duas hipóteses em aberto: ou estes votos foram entregues em mão na casa dos eleitores (o que significava o envolvimento de membros da UN no processo), ou foram levados directamente para as assembleias eleitorais e colocados ao dispor dos presidentes das mesmas.

Regressando à análise da tabela 16, e nos distritos em causa, Setúbal é, de longe, o que apresenta maiores discrepâncias entre as necessidades eleitorais e os recursos atribuídos. Era também, como vimos, um dos distritos com pior organização da União Nacional. Mas Portalegre, tido como “quasi totalmente desprovido de organização das forças da Situação”³⁰, é o que melhores números apresenta. Logo, a organização da União Nacional, que nas suas delegações distritais teria a responsabilidade de transmitir aos governadores civis (e ao Ministério do Interior) os números eleitorais dos seus distritos, não pode ser exclusivamente responsabilizada pelos resultados apresentados. Terão de existir outras explicações, complementares.

A tabela 16 fornece-nos outra razão para a má organização logística do acto eleitoral de Novembro de 1942, que passa por uma apreciação logística comparada entre as eleições presidenciais de Fevereiro e as eleições gerais de Novembro, demonstrando que a quantidade de votos entregue nas eleições presidenciais transcende, largamente, as necessidades do acto eleitoral. Este excedente é em média de 127.6%. Ou seja, conscientemente, segundo dados fornecidos pelos seus serviços, o Ministério do Interior enviou, em média, mais do dobro dos votos necessários. Independentemente de outras leituras, é evidente a existência de um desperdício de boletins de voto o que, numa altura de carência de matérias-primas (é, por diversas vezes relatada a falta de papel para a impressão de jornais) pode ter levado o governo a reequacionar a sua estratégia logística para as eleições gerais de 1942, procurando reduzir o desperdício verificado.

É necessário ter ainda em consideração que o regime encara as eleições para a Presidência da República como essenciais e de primeira ordem, o que é natural pois tratava-se da chefia do Estado e do principal pilar constitucional do regime. Neste sentido, é natural que, para a eleição de Fevereiro de 1942, o regime entendesse prioritário demonstrar total confiança no Chefe de Estado, zelando cabalmente para que o acto eleitoral apresentasse valores de grande dimensão e elevada percentagem de participação. Por comparação, as eleições legislativas são encaradas como secundárias ou suplementares. Subsistem devido aos equilíbrios contratualizados na formação do

³⁰ Cf. “Relatório de Joaquim Mendes do Amaral...”, p. 20-21. “A Comissão Distrital dissolveu-se há seis anos [1940]”. Do que apurámos António Raul Galiano Tavares demitiu-se, de facto, em Fevereiro de 1941, após contenda acerca da nomeação de novo governador civil. Cf. IANTT/AUN/caixa 31/maço 211. Por Portalegre encontramos os nomes de Telo da Gama, Pires de Andrade e Manuel Joaquim da Conceição e Silva. Marques Teixeira é o governador civil.

Tabela 16 – Eleições presidenciais de Fevereiro de 1942. Relação entre os boletins de voto enviados, os recebidos e os previstos.

Distrito	Eleitores ³¹	Boletins voto	Diferença ³²	%
Aveiro	64429	125000	60571	94
Beja	23254	s.i.	s.i.	s.i.
Braga	51231	125000	73769	143,9
Bragança	26267	62500	36233	137,9
Castelo Branco	34636	s.i.	s.i.	s.i.
Coimbra	59593	s.i.	s.i.	s.i.
Évora	19641	s.i.	s.i.	s.i.
Faro	35086	s.i.	s.i.	s.i.
Guarda	32976	75000	42124	127,7
Leiria	51099	s.i.	s.i.	s.i.
Lisboa	173510	s.i.	s.i.	s.i.
Portalegre	20812	s.i.	s.i.	s.i.
Porto	107726	250000	142274	132
Santarém	60418	s.i.	s.i.	s.i.
Setúbal	36734	s.i.	s.i.	s.i.
Viana do Castelo	30160	s.i.	s.i.	s.i.
Vila Real	30440	75000	44560	146,3
Viseu	48668	s.i.	s.i.	s.i.
Total 5 Distritos*	313069	712500	399531	127,6
Total Continente	906680	s.i.		

* Distritos: Braga, Bragança, Guarda, Porto e Vila Real.

regime, são alvo de alguma atenção, política e logística; mas nunca alcançam a notoriedade e importância das eleições presidenciais.

Esta situação também permite observar que a máquina eleitoral, montada e testada desde 1933, não estava totalmente afinada. A ligação e a comunicação entre as entidades que recenseavam, as que apuravam e mapeavam os cadernos eleitorais e as que cuidavam da logística da eleição não é inteiramente eficaz, pois a diferença entre os boletins de voto que se entendem necessários e o número real de eleitores é significativa (mais ainda considerando que o regime anuncia a necessidade de uma

³¹ O número de eleitores é retirado dos resultados eleitorais expostos pelo *Diário da Manhã*, de 13 de Fevereiro de 1942.

³² Diferença entre o número de votos recebidos e o número de eleitores inscritos.

taxa de cobertura de 60%), existindo um caso (o do distrito de Setúbal) onde o número de boletins recebidos até ao dia da eleição não seria suficiente para permitir o voto a todos os eleitores registados nos cadernos eleitorais, o que nos permite matizar a importância do acto de votar.

Em suma, todos estes exemplos demonstram que a máquina eleitoral construída pelo Estado Novo tinha vários defeitos; e confirmam o mau estado da União Nacional, que nas suas delegações distritais teria a responsabilidade de transmitir aos governadores civis (e ao Ministério do Interior) os números eleitorais dos seus distritos.

6.3. A fraude eleitoral

“As percentagens de resultados eleitorais foram alinhadas em virtude de determinações sobre o assunto”³³.

Boletim de Registo de Justificação de Cortes [3 de Novembro de 1942]

“A aceitação e a solidariedade com o Estado Novo prova-se com a percentagem de 91.2% dos votantes neste distrito, percentagem invulgar e consoladora, atingida na eleição dos srs. Deputados da Nação”.

Relatório do Comando Geral da PSP [Outubro de 1942]³⁴

Os capítulos anteriores procuraram plasmar as circunstâncias em que os actos eleitorais eram organizados no Estado Novo, do ponto de vista logístico e político. Verificámos que, desde a construção dos cadernos eleitorais, aos processos de candidatura, todo o objecto eleitoral servia propósitos definidos, controlados e manipulados pelo regime e pelo seu líder e que a campanha servia para a inoculação de um discurso pedagógico legitimador. Também temos referido as diversas formas encontradas para, dentro ou ao lado da lei, se procurar produzir um bom *score* eleitoral, na visão do governo. Disso é exemplo a criatividade oficial empregue na construção dos cadernos eleitorais (validada publicamente, alias, pelo próprio ministro do Interior) e o recurso à fraude.

Há diversos exemplos de fraude eleitoral no Estado Novo, já estudados e publicados, sendo parte deles coligidos no volume do *Livro Negro do Regime Fascista*

³³ *Boletim de Registo de Justificação de Cortes*, n.º 257, confidencial, datado de 3 de Novembro de 1942; cf. IANTT/AMI/maço 525/caixa 83, p. 888-892.

³⁴ Cf. Relatório do Comando Geral da PSP sobre Beja, Outubro de 1942; IANTT/MI/maço 532/caixa 90.

dedicado às eleições e na obra colectiva sobre as eleições presidenciais de 1958³⁵, ambos testemunhos para o período pós 1945. E no decurso da nossa investigação encontrámos outras situações que nos indiciam serem as práticas de fraude frequentes e consecutivas. Deixámos outros exemplos avulsos, retirados das eleições legislativas de 1938, das administrativas de 1941 e 1945, e das presidenciais de 1942 e que nos fornecem uma imagem geral da latitude da fraude perpetrada.

Em 1938, a Comissão Concelhia da União Nacional de Proença-a-Nova reconhecia “(..), que os resultados reais e verdadeiros apurados nas assembleias deste concelho estão muito aquém dos números escrutinados e fornecidos (..). Assembleias houve em que, infelizmente, o número de votantes não chegou a atingir sequer 30% do resultado anunciado e registado”. Além do resultado do concelho, afirmavam que “informações fidedignas dizem que noutros concelhos do distrito, se não em todos, se verificou a mesma aparente indiferença por parte do eleitorado”³⁶, garantindo “sem receio do mais ténue desmentido, porque sei de ciência certa, que os resultados reais e verdadeiros apurados nas assembleias deste concelho estão muito aquém dos números escriturados e fornecidos”³⁷.

Esta situação, de de violação das urnas, denuncia as formas de adulterar o resultado, camuflando a fraca adesão eleitoral, mas não detectam qualquer intervenção institucional, sistematizada, que suporte e promove a ingerência. Já os relatórios dos governadores civis de Ponta Delgada e de Viseu demonstram que esta interferência não é causal nem da exclusividade de uma ou outra assembleia eleitoral, mas antes produto de uma intervenção institucionalmente legitimada e encorajada pelas estruturas governamentais e administrativas.

Escrevendo sobre as eleições administrativas de 1941, Rafael Sérgio Vieira, governador civil de Ponta Delgada, gabava-se ao ministro do Interior que “podia ter tirado uma média formidável”. Não a terá tirado “porque não quis. Deixei propositamente dois concelhos ao sabor das suas ondas. (...) antevejo já que a eleição presidencial vai ser um sucesso”³⁸, o que demonstra um total controlo e à-vontade acerca do resultado eleitoral. No mesmo sentido devem ser entendidas as indicações do Governo Civil de Viseu aos presidentes das câmaras municipais do distrito sobre a “necessidade que há de que a percentagem de votação do próximo acto eleitoral atinja a cifra de 85

³⁵ CLNRF, *Eleições no Regime Fascista*, Mem Martins, PCM, 1979; Delgado, Carlos Pacheco e Telmo Faria, organização, *Humberto Delgado, as Eleições de 1958*, p. 376-388.

³⁶ Cf. IANTT/AUN/caixa 66/maço 218 – A (sublinhado no original). No mesmo sentido, Henrique Martins denunciava a Marcelo Caetano, em 1947, que nas freguesias mais sertanejas descarregava-se a “quase totalidade dos eleitores”, sendo a votação no seu conjunto “inferior a 30% dos eleitores inscritos”. A denúncia reportava-se a eleições anteriores. Carta dactilografada, datada de 14 de Fevereiro de 1947, de Henrique Augusto da Silva Martins para Marcelo Caetano, na altura presidente da Comissão Executiva da União Nacional; cf. IANTT/AUN/caixa 39/maço 114, p. 115-119.

³⁷ Ver ofício da Comissão Concelhia da UN de Proença-a-Nova, datado de 8 de Novembro de 1938, endereçado à Comissão Central da União Nacional; cf. IANTT/CO/PC/4 – A.

³⁸ Relatório do governador civil de Ponta Delgada, Rafael Sérgio Vieira, datado de 1941; cf. IANTT/AMI/Caixa 81/NT 400/maço 5234.

a 90%”³⁹. Esta circular confidencial, relativa às eleições presidenciais de 1942, demonstra o grau de interferência do poder administrativo no processo eleitoral e, obviamente, a matiza e desvaloriza os resultados eleitorais disponibilizados oficialmente.

A estas recomendações quasi oficiais, devemos ainda acrescentar uma série de procedimentos menos correctos – do ponto de vista eleitoral –, fraudes e “chapeladas” frequentemente perpetradas pelas estruturas inferiores da União Nacional. Alguns exemplos.

Em 1941, aquando da eleição para os Corpos Administrativos, admitiu-se que na freguesia de Covas do Rio (concelho de São Pedro do Sul) votaram 7 eleitores sem certidão: e em Mouras outros 5, numa eleição onde em 229 eleitores registados votaram 234 eleitores⁴⁰. Na mesma eleição, em Moimenta da Beira o que é colocado em causa é a própria validade do acto eleitoral, motivada pela excessiva votação de cidadãos não inscritos nos cadernos eleitorais. O caso em concreto refere-se à freguesia de Leomil e o sucedido motiva mesmo a convocação de uma sessão extraordinária da Comissão Concelhia de Moimenta da Beira, que regista com estranheza a decisão da anulação das eleições, uma vez que – apesar de se ter reconhecido o incentivo ao voto de eleitores não registados nos cadernos – a lista “número um proposta e sancionada por nacionalistas e pela comissão política concelhia da União Nacional” ganhara por 101-58 à lista “número dois proposta por elementos adversos e inimigos do Estado Novo, reconhecidos e relapsos democráticos de Leomil”. A justificação para a permissão de voto a cidadãos não consagrados para o efeito apresentada pela Comissão Política prendeu-se com a verificação do estado dos cadernos eleitorais – organizados pela “absolutamente incapaz e inepta, [e] sob a absoluta e dominante acção democrática” – comissão política cessante, constituída em grande maioria por “chefes de família democráticos, ao serviço e soldo dos respectivos caciques”⁴¹. Assim, de 88 eleitores inscritos nos cadernos eleitorais, votaram 159⁴². A Comissão Concelhia de Moimenta da Beira acabaria por sugerir que não se repetisse o acto eleitoral, mas antes se nomeasse uma comissão administrativa; o que não virá a acontecer, convocando-se novamente as eleições⁴³.

Outro caso detectado, de cariz diferente dos retractados, foi o ocorrido em Paredes, também nas eleições administrativas de 1941. Aí foram detectadas diversas irregularidades eleitorais e cometidas “irregularidades por ignorância das leis”; o que originou que “um grupo irrequieto de eleitores, com o fim de lançar a perturbação e a desordem dos espíritos”, levasse o caso às últimas consequências jurídicas apresentando-se queixa no Tribunal da Comarca de Paredes. A queixa, validada pelo tribunal, terá como consequência uma amnistia “por delitos eleitorais”, por se ter

³⁹ Os resultados apurados confirmam a superação do pedido (Viseu apresentou 91% de votos em Carmona). Circular confidencial do Governo Civil de Viseu para o presidente da Câmara Municipal de Viseu, datada de 30 Janeiro de 1942; cf. Arquivo Governo Civil de Viseu/caixa 2461/n.º 6.

⁴⁰ Ver circular confidencial reservada da Direcção-Geral de Administração Política e Civil aos governadores civis, datada de 20 de Agosto de 1941; cf. IANTT/Arquivo Distrital de Viseu/caixa 2460-16.

⁴¹ Cf. IANTT/AUN/caixa 52/maço 145,

⁴² Portanto, 77 sem direitos eleitorais. Cf. IANTT/AUN/caixa 52/maço 145,

⁴³ Ver circular n.º 721 do Governo Civil de Viseu à Direcção-Geral de Administração Política e Civil, datada de 23 de Julho de 1942; cf. IANTT/Arquivo Distrital de Viseu/livro 434.

concluído que a situação não terá causado “ofensa dos direitos dos eleitores, nem violências nem fraudes que deturpassem a expressão legítima e verdadeira da eleição”⁴⁴.

Estes relatos são frequentes na documentação recolhida nos arquivos da União Nacional, nomeadamente na relacionada com as estruturas intermédias do Partido, e demonstram que o carácter eleitoral das instituições do Estado Novo oferece leituras bem mais complexas das que são apresentadas com base nas eleições gerais ou presidenciais, e permitem – especialmente na fase de instalação e consolidação do regime – detectar as características das transformações sentidas ao nível das elites locais e do seu processo de transição da República para o Estado Novo. Esta dimensão de análise, a necessitar de mais estudo e investigação, também nos coloca perante a existência de um outro nível de *oposição*, não organizada e muito restrita a localidades específicas, e que é caracterizada não por estar contra o regime ou os seus líderes, mas antes por se desapontar com o desenrolar da construção do Estado Novo e com o processo de selecção dos seus líderes institucionais intermédios.

Mais exemplos de fraude são encontrados nas eleições para as juntas de freguesia de 1945. Num caso, o presidente da Comissão Concelhia da União Nacional de Proença-a-Nova que refere que foi preciso efectuar “726 descargas nos cadernos eleitorais”, uma vez que constatou que “nas urnas apenas entraram 6 listas!”. Nas eleições de deputados de 1945 a mesma comissão concelhia verificou “desastroso resultado que teve igualmente de ser multiplicado por regular factor para se atingir votação mais honrosa”⁴⁵.

São, como vemos, repetidos e frequentes os cenários de denúncias de descargas eleitorais, autorização ilegal do uso do voto (por eleitores não registados), profanação das urnas e de controlo individual do voto, para que estejamos perante casos isolados ou da responsabilidade exclusiva de certos presidentes das assembleias de voto. Por outro lado, as intervenções dos governadores civis que aduzimos são elucidativas do nível e da latitude da intervenção do governo no processo eleitoral. Ao se pronunciarem sobre as percentagem de votos a alcançar, os governadores civis em questão – certamente sob instruções superiores – mais não fizeram que comprovar o carácter não livre, não competitivo e não significativo das eleições em causa e atestar o clima de impunidade para quem, em nome do Estado Novo, e institucionalmente, interfere fraudulentamente no apuramento eleitoral. Estes e outros exemplos demonstram então que a fraude directa ou indirecta é patrocinada institucionalmente, e que os resultados eleitorais apresentados obedecem a vontades dos decisores políticos mandatados pelo governo e não à vontade popular.

O quadro de análise transporta-nos assim, de forma consistente, para a constatação das características autoritárias e totalitárias dos actos eleitorais do Estado Novo. A herança liberal, patente nos textos eleitorais, não é mais que “letra de lei”, sem qualquer tipo de aplicação prática, existente apenas para satisfação formal de um grupo de

⁴⁴ Ver IANTT/AUN/caixa 37/maço 110.

⁴⁵ Carta dactilografada de Daniel Dias Matos (presidente da Comissão Concelhia da União Nacional de Proença-a-Nova ao presidente da Comissão Distrital de Castelo Branco, datada de 7 de Dezembro de 1945; cf. IANTT/AUN/caixa 12/maço 30.

apoiantes do regime. Esta constatação remete a análise dos resultados eleitorais mais para exercícios de ciência política, de análise comparativa, que para uma reflexão político-histórica de significância monográfica. No entanto, e porque a apreciação numérica permite verificar a evolução da capacidade organizativa e mobilizadora do Estado Novo e apresentar o fim do processo eleitoral, preparámos um conjunto de tabelas onde nos é permitido não só apreciar os resultados eleitorais de 1942, discriminados, mas também compará-los com outras eleições legislativas no primeiro ciclo eleitoral do Estado Novo. Nestas tabelas, que veremos de seguida, interessa apreciar a evolução eleitoral neste ciclo, verificar a relação entre as primeiras eleições legislativas e as eleições de 1942; e entre estas e a eleição presidencial de Fevereiro de 1942, por razões de proximidade temporal e porque o corpo eleitoral, legalmente definido, era o mesmo⁴⁶.

6.4. Análise aos resultados eleitorais

“As percentagens da votação, se não atingiram as da eleição presidencial – o que não admira, perante o alto prestígio do venerado Chefe do Estado – foram, no entanto, uma eloquente demonstração de civismo e de unidade nacional que o povo português deu ao Mundo”⁴⁷.

Vida Mundial Ilustrada n.º 77 [5 de Novembro de 1942]

Os resultados oficiais das eleições de 1 de Novembro, amplamente divulgados com grandes parangonas nos principais jornais diários (*Diário da Manhã* e *Diário de Notícias*), colocaram nos 900 000 o número de eleitores que depositara a confiança na lista apresentada. Para uma percentagem de 87,6% (no continente), o número por nós apurado é de 877 177, mas não obtivemos os resultados de Moçambique e do Estado Português da Índia (ver tabela 17). É a primeira vez que o Estado Novo consegue atingir tal número redondo em eleições gerais, o que permite uma leitura dos resultados globais muito positiva para o regime, que atingia assim, com facilidade, os seus objectivos: a aprovação com uma maioria próxima da unanimidade da lista apresentada pela União Nacional para a Assembleia Nacional. A percentagem obtida confirma ainda o carácter aclamatório e plebiscitário da eleição. O número final é, no entanto, inferior ao registado nas eleições administrativas de 1941, onde o “número de votantes apurado (...) foi de 914 064”⁴⁸.

⁴⁶ Relembramos que as condições de acesso ao voto, quer para as eleições presidenciais, quer para as legislativas, eram expostas no Decreto-Lei n.º 23 406, de 27 de Dezembro de 1933.

⁴⁷ Ver *Vida Mundial Ilustrada*, n.º 77, 5 de Novembro de 1942.

⁴⁸ Ver circular da Direcção-Geral de Administração política e civil para o director do Scretariado de propaganda nacional, datada de 15 de janeiro de 1942; cf. IANTT/SNI/NT 5594.

Tabela 17 – Resultados eleitorais das eleições legislativas e presidenciais de 1942

Distrito	Legislativas 1942		
	Eleitores Inscritos	Votantes	%
Aveiro	61142	53342	87.2
Beja	21217	19327	91
Braga	49326	43287	87.7
Bragança	24951	22432	89.9
Castelo Branco	30858	28244	91.5
Coimbra	57073	51371	90
Évora	19348	17157	88.6
Faro	35102	30847	87.8
Guarda	30211	27494	91
Leiria	49836	46175	92.6
Lisboa	168730	130120	77.1
Portalegre	19555	18029	92.2
Porto	102206	88657	86.7
Santarém	57650	50459	87.5
Setúbal	34039	29145	85.6
Viana do Castelo	30252	27789	91.5
Vila Real	28267	25472	90.1
Viseu	47775	41774	87.4
Total Continente	867538	751021	86.5
Funchal	s.i.	14313	s.i.
Ponta Delgada	s.i.	13789	s.i.
Angra Heroísmo	s.i.	11274	s.i.
Horta	s.i.	8317	s.i.
Total Ilhas	s.i.	47693	s.i.
Total Cont. e Ilhas	s.i.	798714	s.i.
Cabo Verde	s.i.	18179	
São Tomé	2730	2298	84.1
Angola	22743	30607	
Moçambique	s.i.	s.i.	
Guiné	1300	1100	84.6
Índia	s.i.	s.i.	
Macau	s.i.	1002	
Timor	2339	1867	79.8
Total Colónias	s.i.	54911	s.i.
Total Nacional	s.i.	853625	s.i.

Notas: a diferença de votos e de eleitores toma como referência as eleições gerais de Novembro de 1942.

	Presidenciais 1942			Diferença Eleitores		Diferença Votos	
	Eleitores	Votantes	%	N	%	N	%
64429	59282	92	-3287	-5.1	-5940	-10	
23254	21677	92.3	-2037	-8.7	-2350	-10.8	
51231	45489	88.9	-1905	-3.7	-2202	-4.8	
26267	23863	90.1	-1316	-5	-3633	-15.2	
34636	33186	96	-3778	-10.9	-4942	-14.8	
59593	55620	93.3	-2520	-4.2	-4249	-7.6	
19641	17870	90.9	-293	-1.4	-733	-4.1	
35086	31908	91	+16	+0.04	-1061	-3.3	
32976	29837	94.4	-2765	-8.3	-3404	-11.4	
51099	47562	93	-1263	-2.4	-1387	-2.8	
173510	155109	89	-4780	-2.7	-24989	-16.1	
20812	19456	93.5	-1257	-6	-1427	-7.3	
107726	93202	86.5	-5520	-5.1	-4645	-4.9	
60418	55967	93	-2668	-4.4	-5508	-9.8	
36734	33115	90	-2695	-7.3	-3970	-11.9	
30160	27768	92	+92	+0.3	+21	+0.07	
30440	27673	90.9	-2173	-7.1	-2201	-7.9	
48668	44298	91	-893	-1.8	-2524	-5.5	
906680	822882	90.7	39142	4.3	71801	8.7	
s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	
s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	
s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	
s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	
s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	
s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	
s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	
2279	2193	97	+451	+16.5	+105	+4.5	
s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	
s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	
s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	
20593	17730	86	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	
852	839	98.4	s.i.	s.i.	+163	+16.2	
2025	1875	92.5	+314	+13.4	+8	+0.4	
s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	
s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	

Naturalmente, por tudo o que temos vindo a descrever neste trabalho, e não podemos deixar de o repetir, estes resultados não exprimem a livre vontade do eleitorado. Não quer isto dizer que não houvesse quem livremente desse o seu aval e apoio ao Estado Novo e o exprimisse eleitoralmente; mas em todo o caso, é a obsessiva e violenta intervenção governamental nos assuntos eleitorais – à qual temos vindo a fazer referência – que deve ser tomada em conta: por ser sistémica, planeada e ideologicamente sustentada.

Apesar da elevada percentagem ao nível nacional, encontramos alguma discrepância nas votações distritais. Os números oficiais apresentados variam entre os 77.1% de Lisboa e os 93.2% de Leiria (o distrito onde a União Nacional se encontrava melhor organizada, recordamos), com vários distritos com votações acima dos 90% (Aveiro, Beja, Castelo Branco, Leiria, Portalegre, Viana do Castelo e Vila Real). Destaca-se da análise distrital a votação de Lisboa, o único distrito abaixo dos 80% (77%) e as baixas percentagens de Setúbal (85.7%), Braga e Porto (86.6 e 86.7%, respectivamente).

Os 900 000 votos anunciados, comparado com os resultados das eleições de 1934, significa um aumento de quase 300 000 votos, ou seja, existe em 1942 mais de um terço do eleitorado votante do que nas primeiras eleições legislativas do Estado Novo⁴⁹. Significa isso que, apesar de todos os problemas logísticos, o sistema de recenseamento montado pelo Ministério do Interior – coadjuvado pelas estruturas da União Nacional – tinha conseguido incrementar de forma significativa o corpo eleitoral, acrescentando-lhe mais um terço no espaço de oito anos.

Comparativamente com as eleições gerais de 1938, todos os distritos de Portugal continental (onde existem dados comparados) aumentaram o número de eleitores e o número de votos. No entanto, e comparando com as eleições presidenciais de Fevereiro de 1942, e com a excepção de Viana do Castelo e Faro, todos os distritos perderam eleitores, votos e percentagens.

Comparando as eleições legislativas e presidenciais de 1942, só nos distritos de Faro e de Viana do Castelo, como já referimos, se verificou aumento do número de eleitores e somente no distrito de Viana do Castelo se verificou o aumento do número de votantes. No resto do país, os números da eleição de Novembro são inferiores à eleição de Fevereiro: em Lisboa votaram menos 24 989 (16%), em Braga menos 5940 (10%), Bragança menos 3633 (15%), por exemplo. Nas colónias, curiosamente, este padrão inverte-se, verificando-se aumento de eleitores e de votos nos casos detectados, o que pode ser explicado pela fraca participação eleitoral nos actos anteriores, pelo facto das estruturas da União Nacional e da administração do Estado começarem a apresentar um nível de organização razoável.

Em todo o caso, não deixa de surpreender como duas eleições tão próximas no tempo – e com o mesmo caderno eleitoral de suporte – apresentem resultados tão dispersos, especialmente no número de recenseados. Estamos a referir-nos a uma diferença, no continente, de cerca de 40 000 eleitores, o que confirma não só uma enorme flutuação nos cadernos como uma permanente abertura dos mesmos (que,

⁴⁹ Ver tabela 18.

Tabela 18 – Número de eleitores e votantes nas eleições de 1934, 1938 e 1942, em Portugal continental

Distrito	1942			1938			1934		
	Eleitores	Votos	%	Eleitores	Votos	%	Eleitores	Votos	%
Aveiro	61142	53342	87.2	49001	44319	90.4	40865	35985	88.1
Beja	21217	19327	91	19241	16259	84.5	14173	9156	64.6
Braga	49326	43287	87.7	46625	38407	82.3	33121	29132	87.9
Bragança	24951	22432	89.9	16318	14691	90	15563	14263	91.6
Castelo Branco	30858	28244	91.5	23062	20545	89	18630	16781	90
Coimbra	57073	51371	90	54326	44900	82.6	26963	28324	95.1
Évora	19348	17157	88.6	16459	14005	80.2	12683	8562	67.5
Faro	35102	30847	87.8	28974	22942	79	18478	15469	83.7
Guarda	30211	27494	91	29110	24594	84.5	20434	19803	96.9
Leiria	49836	46175	92.6	44380	38197	86	34934	30221	86.5
Lisboa	168730	130120	77.1	151349	120914	79.8	98508	77887	79
Portalegre	19555	18029	92,2	16294	14152	86.8	12796	10370	81
Porto	102206	88657	86.7	91506	75618	82.5	72931	54188	74.3
Santarem	57650	50459	87.5	51223	44051	86	35329	28779	81.4
Setúbal	34039	29145	85.6	29378	24910	84.8	18159	11741	64.6
Viana do Castelo	30252	27789	91.5	25544	21980	86	18716	15092	80.6
Vila Real	28267	25472	90.1	27921	24292	87.3	23066	20091	87.1
Viseu	47775	41774	87.4	43510	36787	94	34454	30506	88.5
Total Continente	867538	751021	86.5	764221	641563	83.9	549803	456350	83.3

aliás, já tínhamos identificado). O diferencial entre o número de votos – mais de 70 000 – ajuda a confirmar a ideia de que o regime depositava uma maior atenção nas eleições para a chefia do Estado, colocando mais recursos logísticos (boletins de voto, como vimos) e exigindo das suas estruturas políticas a apresentação de uma taxa de participação substancialmente superior ao requerido para as eleições gerais (taxas entre os 85 e os 90%, como solicitado no distrito de Viseu).

Comparando os resultados eleitorais de 1934, 1938 e 1942 (tabela 18 e 19), verificamos que o número total e absoluto de eleitores recenseados em Portugal continental aumentou 320 758 entre as primeiras e as terceiras eleições legislativas (aumento de 58%), passando de 550 135 em 1934 para 870 922 em 1942, o que possibilitou um incremento da taxa de cobertura da população definida como politicamente activa, de 8.2% de 1938 para 12% de 1942. Percentualmente, o número de eleitores inscritos nos cadernos aumentou 28% entre 1938 e 1934 e 11.9% entre 1942 e 1938. Os distritos que mais beneficiaram deste incremento foram os de Coimbra,

Tabela 19 – Resultados comparados. Diferença do número de eleitores e votantes entre as eleições legislativas de 1942 e as de 1934 e 1938 (em Portugal continental)

Distrito	Diferença entre 1942 e 1938			
	Eleitores		Votos	
	N	%	N	%
Aveiro	12123	19.2	9023	16.9
Beja	1976	9.3	3068	15.8
Braga	2701	5.4	4880	11.2
Bragança	8633	34.5	7741	34.5
Castelo Branco	7796	25.2	7699	27.2
Coimbra	2747	4.8	6471	12.5
Évora	2889	14.9	3152	18.3
Faro	6128	17.4	7905	25.6
Guarda	1101	3.6	2900	10.5
Leiria	5456	10.9	10978	23.7
Lisboa	17 381	10.3	9206	7
Portalegre	3261	16.6	3877	21.5
Porto	10 700	10.4	13 039	14.7
Santarem	6427	11.1	6408	12.6
Setúbal	4661	13.6	4235	14.5
Viana do Castelo	4708	15.5	5809	20.9
Vila Real	346	1.2	1180	4.6
Viseu	4265	8.9	4987	11.9
Total Continente	103 299	11.9	112 558	14.9

Setúbal, Faro e Lisboa, todos com uma melhoria de número de recenseados acima dos 40%.

Uma leitura mais em detalhe permite verificar que existe maior aumento geral do número de recenseados entre 1934 e 1938 do que o ocorrido entre 1938 e 1942. Entre as primeiras e as segundas eleições existem mais 214 000, e entre estas e as eleições de 1942 mais 103 299. Naturalmente, o número de votos expressos em urna, apresentados oficialmente, sofreu um progressivo incremento entre estes actos eleitorais. Assim, em 1934 votaram 456 350 eleitores, em 1938 foram 762 221, e em 1942 o número foi de 867 538, em Portugal continental. As percentagens de aprovação da lista, fixas nos 83% em 1934 e 1938, também foram melhoradas, apresentando números mais próximos dos 90% (85.5%).

	Diferença entre 1942 e 1934				Diferença entre 1934 e 1938			
	Eleitores		Votos		Eleitores		Votos	
	N	%	N	%	N	%	N	%
	20 286	33.1	17 357	32.5	8136	16	8330	18.7
	7044	33.1	10 171	52.6	5068	25.3	7103	43.6
	16 205	32.5	14 155	32.7	13 504	27.2	9275	24.1
	9288	37.6	8169	36.4	755	3.9	428	2.9
	12 228	39.6	11 463	40.5	4414	19.1	3564	17.3
	30 110	52.7	13 047	25.3	27 363	50.3	16 576	36.9
	6665	34.4	8595	50	3376	22.9	5443	38.8
	16 624	47.5	15 378	49.8	10 496	36.2	7473	32.5
	9777	32.3	7691	27.9	8676	29.8	4791	19.8
	14 902	29.9	15 954	34.5	9446	21.2	7976	20.8
	70 222	41.6	52 233	40.1	52 841	34.9	43 027	35.5
	6759	34.5	7659	42.8	3498	21.4	3782	26.7
	29 275	28.4	34 469	38.8	18 575	20.2	21 430	28.3
	22 321	38.7	21 680	42.9	15 894	31	15 272	34.6
	15 880	46.6	17 404	59.7	11 219	38.1	13 169	52.8
	11 536	38.1	12 697	45.6	6828	26.7	6888	31.3
	5201	18.3	5381	21.1	4855	17.3	4201	17.2
	13321	27.8	11 268	26.9	9056	20.8	6281	17
	317 644	36.6	284 771	37.9	214 000	28	185 009	28.8

Em suma, e quando comparado o primeiro ciclo eleitoral do Estado Novo (o que decorre entre 1934 e 1945), podemos concluir que o regime conseguiu apurar as fórmulas de recenseamento, identificando mais eleitores de ano para ano. Também se verifica que os resultados globais apurados e publicitados, apesar de nunca atingirem as percentagens das eleições presidenciais (acima dos 90%), vão ao encontro dos desejos e ambições do governo (que para isso trabalhou), atingindo-se a almejada aclamação pública do regime, próxima da unanimidade, confirmando o carácter plebiscitário dos actos eleitorais nesta fase do Estado Novo.

Capítulo 7

Análise prosopográfica às primeiras quatro legislaturas do Estado Novo (1934-1945)

“Por profissões; – províncias e colónias; – simpatias em política internacional; – ideologia política, – legislaturas; – número de funcionários públicos”¹.

António de Oliveira Salazar [1942]

Neste último capítulo pretendemos apresentar sucintamente algumas características prosopográficas da Assembleia Nacional eleita a 1 de Novembro de 1942, repartindo a nossa atenção nas categorias relacionadas com a idade, a naturalidade e proveniência geográfica, a formação académica e origem profissional, e o percurso político dos nossos deputados, numa análise monográfica e comparada. A estas variáveis, tradicionais nas análises acerca da composição de elites, acrescentaremos algumas apreciações acerca das taxas de renovação da Assembleia Nacional entre 1934 e 1945.

Com algumas excepções, devidamente assinaladas, recorreremos, como fontes para a elaboração desta análise, essencialmente à produção académica de José Tavares Castilho (“A Assembleia Nacional, 1934-74: esboço de caracterização”, in *Penélope* n.º 24, 2001, p. 65-84; e *Os Deputados da Assembleia Nacional, 1935-1974*); conferidos adicionalmente pelos trabalhos de Fernando Rosas (*As primeiras eleições do Estado Novo...*), para a assembleia eleita em 1934; de Rita Almeida Carvalho sobre o Parlamento do pós-guerra (*A Assembleia Nacional do Pós-Guerra...*); bem como os *Anais da Assembleia Nacional* para 1942.

¹ Critérios acrescentados à mão por Salazar, no verso do parecer apresentado pela Assembleia Nacional. Ver Anexo 5 e IANTT/AOS/CO/PC 17A, p. 53 a 55.

7.1. Idade

Tabela 20 – Grupos etários

Grupos etários	1934		1938		1942		1945	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
<31 Anos	2	2,2	1	1,1	–	–	–	–
De 31 a 40	28	31,1	26	28,9	17	18,9	11	9,2
De 41 a 50	35	38,9	39	43,3	46	51,1	57	47,5
De 51 a 60	21	23,4	15	16,7	20	22,2	42	35
> 60	4	4,4	9	10	7	7,8	10	8,3
Total	90	100	90	100	90	100	120	100
Média etária	45.2 Anos		46.3 Anos		47.6 Anos		50.1 Anos	

Tabela 21 – Gerações

Ano de Nascimento	1934		1938		1942		1945	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
1865-1869	2	2,2	1	1,1	–	–	–	–
1870-1874	4	4,4	4	4,4	–	–	–	–
1875-1879	9	10	6	6,7	5	5,6	3	2,5
1880-1884	11	12,2	4	4,4	4	4,4	7	5,8
1885-1889	15	16,7	14	15,6	12	13,3	19	15,8
1890-1894	25	27,8	23	25,6	19	21,1	23	19,2
1895-1899	16	17,8	18	20	23	25,6	32	26,7
1900-1904	6	6,7	17	18,9	23	25,6	25	20,8
1905-1909	2	2,2	3	3,3	4	4,4	9	7,5
1910-1914	–	–	–	–	–	–	2	1,7
Total	90	100	90	100	90	100	120	100

A tabela 20 apura que mais de metade dos deputados eleitos em 1942 tem entre os 41 e os 50 anos de idade (46 deputados), mais de um quinto entre os 51 e 60 anos (20 deputados), e 18% entre os 31-40 anos (17 deputados). Sete deputados tem mais de 60 anos, sendo a idade média dos parlamentares da terceira legislatura de 47.6 anos, abaixo dos 53 anos de Salazar. Estamos perante uma câmara politicamente adulta, com três quartos dos deputados com idades compreendidas entre os 41 e os 60 anos. A percentagem de jovens e de seniores é diminuta, não existindo nenhum deputado com menos de 35 anos e somente 17 com idades abaixo dos 40 anos (assumindo-se este grupo como o da renovação geracional²), e somente 7 com idades superiores aos 60 anos³. A amplitude etária é compreendida entre os 35 anos de Manuel José Ribeiro Ferreira e os 67 anos do decano da Assembleia, e o seu Presidente, José Alberto dos Reis.

A apreciação comparada das primeiras quatro legislaturas permite constatar que a média etária aumenta progressivamente (45.2 anos na I Legislatura, 46.3 na II, 47.6 da III), atingindo os 50.1 anos na IV Legislatura. Esse crescimento processa-se essencialmente pelo esvaziamento do grupo etário mais jovem, dos menos de 40 anos⁴, e pelo progressivo incremento do grupo entre os 41 e 50 e do grupo dos mais de 60 anos; o que sugere um processo de transferência entre grupos etários, explicada pelo natural envelhecimento dos deputados que permanecem na Assembleia Nacional. Por outro lado, verificamos que é gradualmente menosprezada a valorização de deputados jovens e muito jovens (abaixo dos 40 e dos 31 anos), o que indicia um relativo fracasso no que respeita a renovação das gerações.

Ao cruzarmos estes dados com os da tabela 21, verificamos que a maioria dos parlamentares da Assembleia eleita em 1942 nascem entre 1885 e 1905, o que indica que terão atingido a sua maioridade política (com 20 anos) entre 1905 e 1925, o que significa que parte desta elite é maturada politicamente no período da Monarquia Constitucional e parte no período da República. No sentido contrário, apenas nove deputados nascem já em plena República, e sofrem o seu processo de maturação política em pleno Estado Novo.

² Destes jovens, Álvaro Favila Viera era deputado desde 1934; José Alçada Guimarães e Maria van Zeller desde 1938; e Manuel Ferreira fora deputado em 1934, mas não em 1938. Todos os outros 13 nomes eram parlamentares pela primeira vez.

³ Estes decanos tinham todos experiência parlamentar anterior e, com exceção de Fernando Borges Júnior e Querubim Guimarães (que não foram convidados a exercer na legislatura de 38/42), todos eram deputados desde 1934.

⁴ Entre 1934 e 1945 assiste-se a um decréscimo de 33.3% em 1934, 30% em 1938, 18.9% em 1942 e 9.2% em 1945.

7.2. Naturalidade

Tabela 22 – Naturalidade dos deputados nas primeiras quatro legislaturas, por distritos (1934/1949)

Distritos	1934		1938		1942		1945		Total 34/45
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	
Lisboa	16	17,8	21	23,3	11	12,2	18	15	66
Porto	6	6,7	6	6,7	7	7,8	8	6,7	27
Lisboa e Porto	22	24,4	27	30	18	20	26	21,7	93
Aveiro	6	6,7	6	6,7	3	3,3	8	6,7	23
Beja	4	4,4	3	3,3	2	2,2	4	3,3	13
Braga	5	5,6	6	6,7	7	7,8	8	6,7	26
Bragança	3	3,3	4	4,4	5	5,6	6	5	18
Castelo Branco	3	3,3	3	3,3	8	8,9	8	6,7	22
Coimbra	6	6,7	2	2,2	2	2,2	7	5,8	17
Évora	2	2,2	2	2,2	3	3,3	2	1,7	9
Faro	–	–	–	–	1	1,1	1	0,8	2
Guarda	4	4,4	5	5,6	6	6,7	7	5,8	22
Leiria	5	5,6	3	3,3	2	2,2	3	2,5	13
Portalegre	4	4,4	3	3,3	4	4,4	4	3,3	15
Santarém	2	2,2	5	5,6	3	3,3	3	2,5	13
Setúbal	1	1,1	1	1,1	2	2,2	3	2,5	7
Viana do Castelo	3	3,3	1	1,1	2	2,2	3	2,5	9
Vila Real	2	2,2	–	–	1	1,1	1	0,8	4
Viseu	8	8,9	7	7,8	9	10	9	7,5	33
Açores	4	4,4	3	3,3	7	7,8	6	5	20
Madeira	3	3,3	5	5,6	3	3,3	4	3,3	15
Resto do país	65	72,2	59	65,5	70	77,8	87	72,5	281
Angola	1	1,1	1	1,1	1	1,1	1	0,8	4
Cabo Verde	–	–	–	–	–	–	1	0,8	
Guiné	–	–	–	–	–	–	–	–	
Índia	2	2,2	2	2,2	1	1,1	3	2,5	8
Macau	–	–	–	–	–	–	–	–	
Moçambique	–	–	–	–	–	–	–	–	
São Tomé	–	–	–	–	–	–	1	0,8	1
Timor	–	–	–	–	–	–	–	–	
Colónias	3	3,3	3	3,3	2	2,2	6	5	14
Estrangeiro	–	–	1	1,1			1	0,8	2
Total	90	100	90	100	90	100	120	100	390

**Tabela 23 – III Legislatura (1942/45). Naturalidade. Capitais de distrito/
Resto do país (clivagem urbano/rural)**

	Total	%
Capital de distrito	27	30
Resto do país	63	70
Total	90	100

Tabela 24 – III Legislatura (1942/45). Discriminação das capitais de distrito

Distritos	Total	% do Total
Lisboa	10	9
Funchal	3	3,3
Aveiro	2	2,2
Ponta Delgada	2	2,2
Porto	3	3,3
Coimbra	2	2,2
Bragança	1	1,1
Viseu	2	2,2
Angra do Heroísmo	2	2,2
Total	27	30

Tabela 25 – Clivagem Norte/Sul⁵

Clivagem Norte/Sul	Total	%
Norte	30	33,4
Porto	7	7,8
Centro	22	24,4
Lisboa	11	12,2
Sul	8	8,9
Ilhas	10	11,1
Colónias e estrangeiro	2	2,2
Total	90	100

⁵ Considerou-se como “Distritos do Norte” os de Braga, Bragança, Guarda, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu; como “Distritos do Centro” os de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Leiria, Portalegre, Santarém; e, finalmente, como “Distritos do Sul”, os de Beja, Évora, Faro e Setúbal.

A análise da tabela 22 permite verificar que todos os distritos do país estão representados na Assembleia Nacional. O Parlamento, que até 1942 não tivera nenhum deputado natural do Algarve, egeria agora Quirino dos Santos Mealha. Da mesma forma, Vila Real, que “perdera” dois deputados em 1938, recuperara agora um lugar. No entanto, a base de recrutamento parlamentar baseado na naturalidade apresenta algumas características que importa realçar. A primeira é o peso relativo das duas principais cidades do país, Lisboa e Porto, com a capital a oferecer 11 deputados (12.2%) e a cidade invicta 7 (7.8%, abaixo de Viseu, Castelo Branco, Braga e dos Açores). Por contraponto, quase 80% da Assembleia Nacional provinha do resto do país, destacando-se os distritos de Viseu (10%), Castelo Branco (8.9%), Braga (7.8%) e os dos Açores (7.8%), enquanto as colónias eram remetidas para valores marginais, com apenas um deputado originário de Angola e outro do Estado Português da Índia⁶.

Uma segunda leitura permite apreciar a clivagem entre a proveniência urbana e a rural, considerando para o efeito como zonas urbanas as capitais de distrito e como zonas rurais o resto do país. Assim, a tabela 23 permite concluir que apenas 30% dos deputados é natural de capitais de distrito, sendo 70% proveniente de fora delas. Das capitais de distrito, Lisboa assume uma preponderância evidente (10 em 27), seguida do Funchal e Porto (ambos com 3 em 27) (tabela 24).

A clivagem Norte/Sul (tabela 25) permite observar que existe um desnível geográfico na proveniência natural dos deputados de 1942, com claro predomínio do Norte do país em detrimento do Sul. A maioria dos deputados é natural do Centro ou do Norte do país, enquanto o Sul é a região de Portugal continental menos representada, com apenas 8.9% dos deputados eleitos em 1942. Por outro lado, as ilhas encontram-se sobrevalorizadas em relação à sua população (11% dos parlamentares), confirmando-se os valores marginais das colónias.

A comparação das quatro primeiras legislaturas permite verificar que, na essência, a elite parlamentar da III Legislatura é maioritariamente proveniente do Centro/Norte rural e pouco urbanizado, mantendo-se a primazia absoluta de Lisboa e a fraca presença do sul e da colónias.

Devemos, no entanto, matizar a significância desta variável, pois se a naturalidade é indicativa de certas características formativas, também é verdade que nos processos de formação das elites políticas existem outras variáveis importantes, como o são a formação académica, a proveniência universitária e o percurso político.

⁶ Francisco Cardoso de Melo Machado era natural de Luanda e Luís da Cunha Gonçalves, de Goa.

7.3. Escolaridade

Tabela 26 – Escolaridade

Escolaridade	1934		1942		1945	
	N	%	N	%	N	%
Com licenciatura	85	94.5	87	96.7	112	93.4
Sem licenciatura	5	5.5%	3	3.3	8	6.6
Total	90	100	90	100	120	100

Tabela 27 – Licenciaturas

Licenciaturas	1934 ⁷		1942 ⁸		1945 ⁹	
	Total	%	Total	% ⁹	Total	%
Cursos das Escolas Superiores das Forças Armadas	11	12,2	5	5,6/7.9	19	15,8
Licenciados em Agronomia	2	2,2	3	3,3/4.7	8	6,6
Licenciados em Arquitectura	1	1,2	–	–	–	–
Licenciados em Ciências	3	3,3	2	2,2/3.1	7	5,8
Licenciados em Ciências Económicas e Sociais	1	1,2	–	–	1	0,8
Licenciados em Direito	47	52,2	40	44,5/63.4	52	43,3
Licenciados em Engenharia	13	14,4	4	4,4/6.3	9	7,5
Licenciados em Farmácia	1	1,2	–	–	–	–
Licenciados em Medicina (e Bacharéis)	4	4,4	9	10/14.2	15	12,5
Licenciados em Veterinária	2	2,2	–	–	2	1,6
Formação Eclesiástica	–	–	–	–	1	0,8
Licenciatura em Filologia Românica	–	–	–	–	2	1,6
Sem curso superior	5	5,5	3	3.3/4.7		
Curso dos liceus	–	–	–	–	1	0,8
Cursos comerciais	–	–	–	–	2	1,6
Desconhecido	–	–	–	–	5	4,1
Sem licenciatura conhecida	–	–	24	26.6	–	–
Totais	90	100	90	100	124	102,8

⁷ Retirado de Fernando Rosas, *As Primeiras Eleições Legislativas sob o Estado Novo...* p. 48.

⁸ O primeiro valor corresponde à percentagem perante o total de deputados da Assembleia, enquanto o segundo valor retira do número final os 24 casos que não conseguimos apurar.

⁹ Rita Almeida de Carvalho, *A Elite Parlamentar no Pós-Guerra (1945-1949)...*, p. 112.

Nos dados disponíveis para a III Legislatura não nos foi possível confirmar a licenciatura de 24 deputados, pelo que proferiremos apenas alguns dados indicativos. O primeiro é relativo ao facto de 96.7% terem curso superior, seja ele nas diversas universidades estatais ou nas escolas superiores das Forças Armadas, confirmando-se assim que o processo formativo dos nossos parlamentares estende-se para além da zona da sua naturalidade (tabela 26). De facto, valores de 96.7% de deputados licenciados indicam claramente que apesar de a maioria dos parlamentares de 1942 serem provenientes do país rural, eles sociabilizam-se e politizam-se nos principais centros universitários do País: Lisboa, Porto e Coimbra.

O segundo ponto de análise é relativo aos cursos ostentados pelos deputados licenciados, constatando-se que a maioria apresenta o curso de Direito (63.4%), seguido de Medicina (14.2%). Com valores mais modestos encontram-se as proveniências das escolas superiores das Forças Armadas (7.9%), das Engenharias (6.3%), de Agronomia (4.7%) e de Ciências (3.1%) (tabela 27).

Uma leitura comparada entre a I, III e IV Legislaturas permite comprovar que a esmagadora maioria da elite parlamentar é licenciada o que, se recordarmos que no início do século xx menos de 3% da população portuguesa frequentava o ensino superior, indica estarmos perante um escol já muito seleccionado.

A segunda leitura comparada confirma a proveniência maioritária das licenciaturas de Direito (52.2% na I Legislatura, 63.4% na II e 43.3% na III), dividindo-se o restante protagonismo entre as licenciaturas das Forças Armadas, as licenciaturas Médicas e as Engenharias¹⁰. Das restantes proveniências, assinala-se a fraca presença de arquitectos, dos licenciados em Letras, dos Gestores ou Economistas e os valores residuais dos licenciados em Farmácia, Agronomia e em Ciências.

¹⁰ As licenciaturas militares apresentam valores mais elevados em 1934 e 1945 do que em 1942, enquanto se assiste ao incremento gradual de licenciados em Medicina.

7.4. Profissão

Tabela 28 – Profissões (1934/1949)

Profissões	1934		1938		1942		1945	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Militares	13	14,4%	11	12,2%	12	13,3%	19	15,8%
Exército	10	11,1%	6	6,7%	8	8,9%	14	11,7%
Marinha	1	1,1%	3	3,3%	4	4,4%	4	3,3%
Força Aérea	2	2,2%	2	2,2%	–	–	1	0,8%
Juiz ou magistrado do Ministério Público	5	5,6%	4	4,4%	2	2,2%	4	3,3%
Alto funcionário público	3	3,3%	3	3,3%	5	5,6%	1	0,8%
Funcionário público	3	3,3%	–	–	1	1,1%	9	7,5%
Professor universitário	8	8,9%	11	12,2%	8	8,9%	12	10,0%
Professor não universitário	1	1,1%	2	2,2%	5	5,6%	4	3,3%
Escritor ou jornalista	1	1,1%	1	1,1%	3	3,3%	2	1,7%
Advogado	28	31,1%	30	33,3%	32	35,6%	32	26,7%
Médico	4	4,4%	9	10,0%	8	8,9%	13	10,8%
Engenheiro	10	11,1%	8	8,9%	4	4,4%	3	2,5%
Gestor ou gerente comercial	–	–	1	1,1%	–	–	9	7,5%
Industrial, comerciante ou banqueiro	2	2,2%	2	2,2%	2	2,2%	2	1,7%
Proprietário ou agricultor	4	4,4%	3	3,3%	5	5,6%	5	4,2%
Político a tempo inteiro	–	–	–	–	–	–	1	0,8%
Outros	8	8,9%	5	5,6%	3	3,3%	4	3,3%
Total	90	100,0%	90	100,0%	90	100,0%	120	100,0%
Total N	90		90		90		120	

Tabela 29 – Funcionalismo Público/Sector Privado¹¹

	1934		1938		1942		1945	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Funcionário público	37	41.2	40	44.4	41	45.5	62	51.6
Sector privado	53	58.8	50	53.6	49	54.5	58	58.4
Total	90	100	90	100	90	100	120	100

Esta variável é a que se apresenta de mais complexa construção, colocando-nos diversos problemas metodológicos. Em primeiro lugar, devemos decidir se o produto final deve ser de soma 100, onde cada elemento apresenta apenas uma profissão, ou se pode acumular actividades, situação que implicará necessariamente um somatório superior a 100. Se a resposta for afirmativa, como no nosso caso, não podemos apresentar contagens duplas, pelo que, nos casos onde haja mais de uma profissão assumida (advogado + proprietário, militar + professor universitário, etc) temos de decidir que profissão deve ser a assinalada. Neste caso, privilegiámos as actividades que os próprios actores valorizam ou por que são reconhecidos (títulos profissionais e/ou académicos, cartões de visita, etc) ou, dependendo da informação biográfica disponível, os aspectos mais marcantes da actividade política e social do sujeito em causa.

Sob estes pressupostos, observamos que na III Legislatura as principais actividades declaradas são as jurídicas (advogados e juiz ou magistrado do Ministério Público), com mais de um terço da Assembleia a apresentar estas características, o que se encontra em concordância com as principais proveniências académicas. Seguem-se os militares (13.3%), os médicos (8.9%), professores universitários (8.9%), e os altos funcionários públicos, os professores não universitários e os proprietários ou agricultores (todos com 5.6%). Por fim, e com resultados menos expressivos, encontramos os engenheiros (4.4%), os escritores ou jornalistas (3.3%), os industriais, comerciantes ou banqueiros (2.2%) (tabela 28).

Estas características mantêm-se, na sua essência, na comparação com o conjunto das quatro primeiras legislaturas, mantendo-se as profissões jurídicas destacadas no topo das proveniências profissionais, seguidas dos militares. A partir de 1945, assiste-se à entrada dos gestores ou gerentes comerciais, profissão com presença residual nas câmaras até à altura.

¹¹ Para efeitos estatísticos são considerados como funcionários públicos as seguintes variáveis: militares” juiz ou magistrado do Ministério Público, alto funcionário público, funcionário público, professor universitário, professor não universitário e médico.

A tabela 29, relacionada com o funcionalismo público¹², outro critério de Salazar, demonstra que a maioria da assembleia provinha do sector privado, a que não é alheia a forte presença de advogados, tidos como trabalhadores fora da orbita estatal. Comparativamente, verificamos que o número de funcionários públicos vem aumentando progressivamente entre 1934 e 1945, passando a ser, depois da Guerra, a maioria profissional da Assembleia Nacional.

7.5. Renovação e permanência

Tabela 30 – Número de mandatos

Número de Mandatos	1934		1938		1942		1945	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
1 Mandato	90	100	35	38,9	39	43,3	60	50
2 Mandatos	–	–	55	61,1	20	22,2	22	18,3
3 Mandatos	–	–	–	–	31	34,4	13	10,8
4 Mandatos	–	–	–	–	–	–	25	20,8
Totais	90	100	90	100	90	100	120	100

A tabela 30 refere a percentagem de renovação e de permanência da elite parlamentar do Estado Novo nas suas primeiras quatro legislaturas, e permite verificar que a taxa de renovação é sempre superior a um terço da Assembleia, o que confirma as preocupações renovadoras diversas vezes assinaladas pelo Presidente do Conselho e por alguns dos seus principais colaboradores. No referido documento, recordamos, era referido que “a renovação (...) não deve ser tal que quebre o enquadramento e a consequente disciplina dos veteranos. Parece, por isso, que deve oscilar entre dois terços e dois quintos do total de deputados”, o que é confirmado pelos números finais apresentados.

¹² Para efeitos estatísticos são considerados como funcionários públicos as seguintes variáveis: militares, juiz ou magistrado do Ministério Público, alto funcionário público, funcionário público, professor universitário, professor não universitário e médico.

Percurso político prévio

Tabela 31 – Percurso político prévio

Percurso político prévio	1934		1938		1942		1945	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Ministro	10	11,1	14	15,6	10	11,1	11	9,2
Subsecretário de Estado	4	4,4	3	3,3	5	5,6	7	5,8
Director-Geral	2	2,2	2	2,2	3	3,3	2	1,7
Governador Colonial	–	–	–	–	1	1,1	4	3,3
Governador Civil	3	3,3	6	6,7	11	12,2	17	14,2
Presidente da Câmara	1	1,1	9	10,0	15	16,7	22	18,3
Deputado	–	–	55	61,1	51	56,7	60	50,0
Procurador à CC	–	–	–	–	–	–	5	4,2
Dirigente União Nacional	15	16,7	20	22,2	24	26,7	33	27,5
Dirigente Mocidade Portuguesa/ Legião Portuguesa	–	–	3	3,3	10	11,1	14	11,7
Sem funções	56	62,2	22	24,4	20	22,2	27	22,5
Total N	90	–	90	–	90	–	120	–

Por fim, a tabela 31 apresenta o percurso político prévio das quatro primeiras legislaturas, apresentando os seus resultados, em certa maneira a síntese da caracterização da nossa elite parlamentar.

A Assembleia Nacional em 1942 apresentava nos seus parlamentares eleitos 14 deputados com experiência governamental, 10 como ministros (5 deles no activo (Rafael Duque, ministro da Economia; Francisco Vieira Machado, ministro das Colónias; Mário de Figueiredo, ministro da Educação); e 5 com experiência como subsecretários de Estado (um no activo, Joaquim Dinis da Fonseca, subsecretário de Estado da Assistência Social)¹³. Com experiência de alto funcionário público, no caso director-geral, encontram-se 3 deputados. Existem ainda 11 deputados com experiência prévia de governador civil, e um de governador colonial (Marques Mano), nenhum no activo; e 15 presidentes de câmaras municipais. Relativamente aos cargos directivos nas instituições do regime, averiguámos a existência de 24 altos dirigentes da União Nacional, 7 da Legião Portuguesa e 3 da Mocidade Portuguesa.

¹³ Francisco Vieira Machado é duplamente contabilizado.

Encontrámos, como presidentes de comissões distritais em funções, António Carlos Borges por Santarém (que também conta com Artur Proença Duarte); Querubim Magalhães, em Aveiro; António Cortês Lobão, em Beja; João Xavier Camarate de Campos, em Évora; João Espregueira Rocha Páris, em Viana do Castelo; João Antunes Guimarães, no Porto (que tinha como seu vice-presidente José Nosolini, simultaneamente presidente da Comissão Concelhia do Porto; e ainda como membros Albano de Magalhães e Luís de Pina); Carlos Moura Carvalho, em Angola; Bicudo de Medeiros, presidente da distrital de Quelimane e provincial do Zambeze). Por seu lado, e do que foi possível apurar, José Formosinho Sanches fazia parte da Comissão Distrital de Lisboa e José Sá Carneiro da Comissão Concelhia do Porto.

São assim seis os presidentes de comissões distritais, número inferior ao verificado noutras eleições. Tal pode ser justificado pela má organização geral da União Nacional, pela disputa pela primazia política (e eleitoral) com os governadores civis e pela alteração do sistema eleitoral e do papel da UN no processo de selecção de deputados após 1945. Em todo o caso, seria interessante saber mais sobre as características da liderança política efectiva dos distritos, tema com falta de investigação primária e secundária e onde, pelo que apurámos, a tipologia das situações verificadas é muito diversa.

Na vertente comparada, podemos indicar que as características apresentadas pela elite parlamentar eleita em 1942 não se distinguem das referidas nos estudos de conjunto que apreciam as elites portuguesas, as elites fascistas ou as elites parlamentares em geral. Nestes, e em síntese as elites ali descritas também apresentam um elevado acesso a bens académicos, maioria de licenciaturas jurídicas, concentração profissional nas áreas do direito, das forças armadas e da medicina e uma elevada percentagem de funcionalismo público¹⁴.

¹⁴ Para as elites portuguesas ver Paul Lewis, “Salazar’s ministerial elite, 1932-1968”, *Journal of Politics*, 1978, p. 622-647 e *Latin Fascist Elites, The Mussolini, Franco and Salazar Regimes*, Praeger, London, 2002; Pedro Tavares de Almeida, António Costa Pinto, Nancy Bermeo, organização, *Quem Governa a Europa do Sul?*, Lisboa, ICS, 2006; e *Who Governs Southern Europe?*, Londres, Frank Cass, 2003; José Tavares Castilho, “A Assembleia Nacional, 1934-1974: esboço de caracterização”, in *Penélope*, n.º 24, Lisboa, 2001, p. 65-84; e José Magone, “Political recruitment and elite transformation in modern Portugal 1870-1999: the late arrival of mass representation”, in Heinrich Best e Maurizio Cotta, *Parliamentary Representatives in Europe, 1848-2000. Legislative Recruitment and Career in Eleven European Countries*, Oxford, Oxford University Press, 2000, p. 341-370.. Para estudos comparados com outras elites parlamentares europeias, ver Heinrich Best e Maurizio Cotta, *Parliamentary Representatives in Europe, 1848-2000. Legislative Recruitment and Career in Eleven European Countries*, Oxford, Oxford University Press, 2000.

Conclusões

Na introdução deste trabalho questionávamos porque é que “no quadro histórico da II Guerra um regime associado aos fascismos, de matriz autoritária e nacionalista, e quando muitas das democracias suspendem os seus actos eleitorais, celebra eleições a 1 de Novembro de 1942?”. Em nosso entender, e procurámos demonstrá-lo ao longo deste trabalho, a resposta acaba por ser encontrada no subtexto da campanha eleitoral: o regime organiza eleições gerais em 1942 porque é *normal* e legalmente previsto. E aproveita o momento eleitoral para activar a sua máquina política e eleitoral, refrescar e reforçar a propaganda e reorganizar as suas elites.

A primeira parte da resposta, a normalidade constitucional, acaba por remeter para a ideia do “fundamentalismo legalista”, característica do regime português e função associada aos seus actos eleitorais; a que facilmente se agrega à ideia do reenquadramento constitucional associado ao *ethos* refundador do Estado Novo, conceitos umbilicalmente aliados ao discurso e à obra do Estado Novo, nomeadamente durante a sua primeira década de existência¹. Era isso que se esperava, afinal, de um regime liderado por um ditador catedrático, que prometera uma “Revolução na Ordem” e uma solução política estável para a governança do país.

A ideia da normalidade constitucional é frequentemente requeitada no decurso da campanha eleitoral, representando o triunfo definitivo do Estado Novo sobre a “balbúrdia republicana” e a consolidação da Nova Ordem Portuguesa, consubstanciada na plebiscitação regular das suas instituições, das suas políticas e dos seus Chefes. A associação, nada inocente, a outros actos eleitorais ocorrentes no período bélico, procura consolidar a imagem de Portugal e do seu regime, à luz de leituras nacionais e importadas, como um sistema político consolidado, como um *país resolvido*².

¹ O “fundamentalismo legalista” deve ser considerado como uma das funções dos actos eleitorais do Estado Novo, associando-se assim às reveladas por Guy Hermet.

² Em Novembro, são noticiadas em diversa imprensa alusões às eleições locais na Suécia e às eleições estaduais e para o Congresso Norte-Americano. Recordamos que durante a guerra os seguintes estados produzem actos eleitorais: Austrália, a 21 de Agosto de 1943; Canadá, Março 1940; Dinamarca, Março 1943; Islândia, a 5 de Julho e 5 de Outubro de 1942; Irlanda, Junho de 1943 e Maio de 1944; Nova Zelândia, Setembro de 1943; Suécia, Setembro de 1940 e Setembro de 1944; Suíça, Outubro de 1943; Estados Unidos da América, Novembro de 1940 e Novembro de 1944. Referimo-nos a eleições gerais. Cf. Thomas Mackie & Richard Rose, *The International Almanac of Electoral History*, London, MacMillan, 1991.

Já a propaganda era a oportunidade do regime mostrar-se activo, de testar os seus argumentários, de mobilizar-se institucionalmente através da convocação das suas estruturas de enquadramento e preencher totalmente o espaço público e político. Como foi diversas vezes referido, ao longo deste trabalho, o Estado Novo, não via na eficácia propagandística de curto prazo o produto da sua estratégia de comunicação, pois a efemeridade política, de consumo imediato, não oferecia o tipo de controlo social permanente que procurava. Interessava sim o quotidiano, a consistência da mensagem, numa dinâmica mobilizadora de médio-longo prazo, com objectivos de doutrinação geracional, e com ritmos e picos de intensidade bem definidos. Uma propaganda de quotidiano com picos de excepcionalidade definida e prevista. As eleições gerais de Novembro de 1942 seriam, nesta lógica, mais um pico de intensidade no plano comunicativo/educativo do governo, como o tinham sido as presidenciais de Fevereiro, ou todos os 28 de Maio, ou todos os 1.º de Dezembro.

O discurso eleitoral, entretanto, assentou em cinco grandes temas: o da normalidade constitucional, já referido; o do excepcionalismo da situação portuguesa face ao conflito mundial; o da unidade nacional; o do agradecimento à obra dos Chefes, Salazar e Carmona; e o do contraponto com a experiência política da República, temas contextualizados nas ideias de estabilidade, normalidade política e validação da Revolução Nacional e Paz. Procurava-se demonstrar que Portugal, fruto da acção genial e inspirada dos seus Chefes, elaborava tranquilamente um acto eleitoral constitucionalmente previsto, enquanto o mundo se dilacerava numa guerra sem empate.

A campanha eleitoral, baseada em modernas técnicas de comunicação política, revelou a boa capacidade de mobilização do regime, assente essencialmente nas estruturas políticas e de enquadramento que criara; num processo que procurava, simultaneamente, activar e testar a capacidade de intervenção institucional do regime. Salazar concentrava a decisão institucional liderando o governo e a União Nacional, pouco investindo, em termos comparativos, nestas eleições. Os governos civis e a estrutura do Partido Único eram os responsáveis pela execução logística da campanha, deixando para os seus superiores hierárquicos – o ministro do Interior e o presidente da Comissão Executiva da União Nacional – a definição dos ritmos e dos discursos da campanha. A Legião Portuguesa e a Mocidade Portuguesa eram, junto com a Liga 28 de Maio, os grémios e os sindicatos, activados apenas para preencher o lugar secundário que a mecânica eleitoral lhes tinha destinado, enquanto a Igreja era remetida para um espaço tutelar e protector, mas presente e interventivo.

Na apreciação da organização do acto eleitoral fomos frequentemente transportados para a constatação prática das características autoritárias e totalitárias do regime, visíveis na fraude institucional verificada no processo de recenseamento, no acto eleitoral e no apuramento dos resultados; relativizando a análise dos dados eleitorais, remetendo-os mais para exercícios comparativos da politologia que para informação de consolidado valor historiográfico. Os resultados eleitorais eram significativos apenas na medida em que nos era apresentada a percepção que o regime tinha dele mesmo e dos níveis de aprovação que sente necessidade de alcançar. Neste sentido, a procura de percentagens perto dos 90% remetem para a ideia de unanimidade em torno do projecto nacional em construção pelo Estado Novo, correspon-

dendo à unidade nacional, doutrinária e política dos seus representantes em torno dos seus Chefes e das suas políticas, agora (re)afirmadas perante o mundo.

A terceira parte da resposta à questão remete-nos para os assuntos relacionados com a renovação da elite parlamentar do regime, obedecendo esta a critérios apertados, que procuravam o equilíbrio na proveniência geográfica, na representação profissional, na renovação e permanência. É operada através de um processo intenso, participado, dinâmico e imprevisível até certo ponto, totalmente tutelado por Salazar. Verifica-se também que existe um núcleo-duro de parlamentares, maioritariamente colocados na alta hierarquia do Estado ou da União Nacional (ministros, Comissão Executiva) e de um núcleo de renovadores. No entanto, quando comparado com a anterior legislatura, foi verificado que a taxa de renovação baixou, mantendo-se sensivelmente no terço da Assembleia. No total, foram envolvidos cerca de 250 nomes nos diversos processos de consulta, para os 90 lugares disponíveis. É ainda desmontada a validade do círculo nacional único, uma vez que se mantêm as dinâmicas de recrutamento distrital.

A lista final será alvo de diversas apreciações no período da campanha eleitoral, como vimos, sendo várias as considerações em torno do carácter *impessoal* da lista dos novos deputados, recordando-se que não vai votar-se uma lista de sentido individualista ou partidário, uma lista que represente este ou aquele grupo, este ou aquele interesse particular, esta ou aquela região, mas sim a unidade da nação em torno da política de Salazar.

Nas primeiras páginas deste trabalho demos conta da escassez de estudos eleitorais sobre o Estado Novo. Das 11 eleições legislativas realizadas estão estudadas duas, existindo, portanto, pouco material sistematizado. No entanto, pelo que conseguimos apurar, há condições para que seja produzido um estudo comparado sobre o processo de construção de diversas elites parlamentares no Estado Novo, uma vez que existem nos arquivos da Torre do Tombo pastas com informação sobre vários actos eleitorais. Também seria interessante alargar o espectro da análise eleitoral aos grémios, sindicatos e às diversas eleições administrativas. Do que nos foi proporcionado investigar, verificámos a existência de diversos conflitos eleitorais, nomeadamente ao nível local, demonstrando que a tranquilidade política apregoada no discurso eleitoral do regime não é totalmente verificável de eleição em eleição.

Esta constatação, que não foi fruto de apreciação directa neste trabalho, dirige a atenção para as redes que relacionam as estruturas médias e inferiores da administração pública e política, notoriamente visíveis na relação entre as estruturas da União Nacional e os governos civis (relação que também necessita investigação complementar). Esta reflexão coloca-nos ainda no debate sobre que político o Estado Novo construiu e qual o processo de desconstrução do tradicional cacique local, de matriz liberal – tantas vezes atacado no discurso anti-República.

Outra pista de investigação, também não objecto do nosso trabalho, refere-se ao aprofundamento dos estudos sobre a União Nacional, nomeadamente os relativos às suas estruturas inferiores e à sua presença nas colónias. É já basta a informação disponível no agora tratado, organizado e expurgado Arquivo da União Nacional no IANTT para que tais projectos possam ser prosseguidos. Falta também produzir

alguma investigação sobre o eleitorado – real e recenseado – para confrontarmos a base na qual o regime sustenta o seu discurso eleitoral. Do que tivemos a oportunidade de apurar, impressionaram-nos os relatos que davam conta da relação muito próxima entre eleitorado e funcionalismo público, induzindo que quem contratualizava com o Estado acedia simultaneamente aos cadernos eleitorais.

Por fim, também entendemos que se justifica um estudo teórico aprofundado sobre o significado das eleições no Estado Novo, definindo ciclos eleitorais, sistematizando a sua legislação e apurando as suas principais características estruturais.

Em suma, procurámos, nesta monografia, contextualizar o nosso objecto de estudo, expor as condições em que se realizou o acto eleitoral de 1 de Novembro de 1942, descrever a mecânica e a dinâmica da campanha eleitoral e apresentar o processo de recrutamento parlamentar. É um trabalho necessariamente incompleto, que nos levanta novas questões e nos indica novas pistas de investigação, algumas das quais procurámos sistematizar.

O acto eleitoral em causa não é mais ou menos importante que tantos outros. Assumiu características próprias, que fomos descrevendo, dentro das condicionantes históricas em que foi realizado. Insere-se no que entendemos ser o primeiro ciclo eleitoral do Estado Novo, o que perdura de 1933 a 1945 e que é condicionado por características fascistas-autoritárias, na forma e no conteúdo. E se uma síntese pudesse condensar as ideias-chave das eleições gerais de Novembro de 1942, ela seria a apresentada por Mário Pais de Sousa durante a campanha eleitoral, que sumariou o significado das nossas eleições: “Felizes dos povos que nesta hora estão em condições de se colocarem à volta de um acto de tão grande significado nacional”³.

³ Ver *Diário da Manhã*, de 12 de Outubro de 1942. Ver ainda *Jornal do Comércio*, *O Século*, *O Comércio do Porto* e *Diário de Notícias*, todos de 12 de Outubro de 1942.

Anexos

Anexo 1

Eleitores e votantes, 1860-1973

Tabela 1 – Eleitores e Votantes, Monarquia Constitucional, 1860-1910¹

Ano	População	Eleitores		Votantes		
		Total	% pop	Totais	% votos	% pop
1860	s.i.	310 494	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.
1861	3 693 362	302 169	8,2	194 818	64,5	5,3
1864	4 188 410	350 145	8,4	238 462	68,1	5,7
1865	s.i.	331 921	s.i.	239 060	72	s.i.
1868	s.i.	366 448	s.i.	266 018	72,6	s.i.
1869	3 942 281	368 237	9,3	222 055	60,3	5,6
1870 – A	s.i.	366 866	s.i.	227 298	61,9	s.i.
1870 – B	433 087	422 642	9,7	230 789	54,6	5,3
1871	s.i.	430 289	s.i.	242 714	56,4	s.i.
1874	4 370 765	452 036	10,3	291 402	64,5	6,7
1878	4 550 699	824 726	18,1	523 929	63,5	11,5
1879	s.i.	831 764	s.i.	539 915	64,9	s.i.
1881	s.i.	841 511	s.i.	491 766	58,4	s.i.
1884	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.
1887	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.
1889	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.
1890	5 049 729	951 490	18,8	s.i.	s.i.	s.i.
1892	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.
1894	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.

(Continua)

¹ **Fontes:** *Diário do Governo*. Lisboa, 1860-1886; *Anuário da Direcção Geral de Administração Política e Civil*. Lisboa, 1896-1909; António Joaquim de Sousa Júnior, org. – *Censo Eleitoral da Metrópole*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1916; Pedro Tavares de Almeida – *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista, 1868-1890*. Lisboa: Difel, 1991. Ver Materiais para a História eleitoral e parlamentar portuguesa, 1820 – 1926, disponível em [www <http://purl.pt/5854/1/index.html>](http://purl.pt/5854/1/index.html).

1895	5 237 280	493 869	9,4	s.i.	s.i.	s.i.
1897	5 312 922	525 466	9,9	s.i.	s.i.	s.i.
1899	5 356 604	551 437	10,3	s.i.	s.i.	s.i.
1900	5 423 132	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.
1901	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.
1904	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.
1905	5 667 172	679 926	12	s.i.	s.i.	s.i.
1906 – A	s.i.	677 693	s.i.	491 287	72,5	s.i.
1906 – B	s.i.	677 693	s.i.	489 778	72,3	s.i.
1908	s.i.	655 491	s.i.	450 199	68,7	s.i.
1910	5 911 212	969 171	11,8	s.i.	s.i.	s.i.

Tabela 2 – Eleitores e Votantes, I República, 1910-1926²

Ano	População	Eleitores		Votantes		
		Total	% pop	Totais	% votos	% pop
1911	5960056	846801	14,2			
1915	6130892	471557	7,7	282387	59,9	4,6
1918						
1919						
1921						
1922						
1925		574260		407960	71	

² Fontes: António Joaquim de Sousa Júnior, org. – *Censo Eleitoral da Metrópole*. Lisboa: Impr. Nacional, 1916; *Anuário Estatístico de Portugal*. Lisboa: Impr. Nacional, 1931. Ver Materiais para a História eleitoral e parlamentar portuguesa, 1820 – 1926, disponível em [www <http://purl.pt/5854/1/index.html>](http://purl.pt/5854/1/index.html).

Tabela 3 – Eleitores e Votantes, Estado Novo (e Ditadura Militar), 1926-1973³

Ano	População	Eleitores		Votantes		
		Total	% pop	Totais	% votos	% pop
1928 (P)	6 634 300	1 092 591	16,5	764 483	69,9	
1933 (PC)	7 057 400	1 238 224	17,6	738 929	59,7	
1934 (L)	7 147 000	588 957	8,2	476 706	80,9	
1935 (P)	7 236 700	s.d.	s.d.	688 589	s.d.	
1938 (L)	7 505 600	829 054	11,1	694 290	83,7	
1942 (P)	7 278 600	909 790	12,5	829 042	91	
1942 (L)	7 278 600	870 922	12	758 215	87,6	
1945 (L)	7 503 600	909 456	12,1	489 133	53,8	
1949 (P)	8 405 600	1 125 198	13,4	875 598	77,6	
1949 (L)	8 405 600	1 223 172	14,1	927 264	75,8	
1951 (P)	8 500 600	1 250 746	14,7	965 236	77,2	
1953 (L)	8 606 400	1 239 504	14,4	845 281	68,2	
1957 (L)	8 850 700	1 294 368	14,6	911 618	70,4	
1958 (P)	8 926 400	1 294 779	14,5	684 857	52,9	
1961 (L)	8 985 700	1 315 231	14,6	973 997	74,1	
1965 (L)	9 122 000	1 357 459	14,9	998 542	73,6	
1969 (L)	9 074 700	1 794 293	19,8	981 159	54,7	
1973 (L)	8 978 200	2 096 020	23,4	1 391 990	66,4	

L – Legislativas; P – Presidenciais; PC – Plebiscito Constitucional

³ Fontes: Manuel Braga da Cruz, *O Partido e o Estado...*

Anexo 2
Deputados candidatos da União Nacional
a 1 de Novembro de 1942

Tabela 4 – Novos Deputados

Com experiência parlamentar			
Fernando Borges Júnior		José Nosolini	
Sem Experiência Parlamentar			
Joaquim Mendes do Amaral	Albano Magalhães	Alfredo Soares de Melo	
Salvador Teixeira	Augusto Moreira	Cândido Pamplona Forjaz	
Rui Cunha	João Ameal	João Rocha Páris	
Quirino Mealha	Joaquim Trigo de Negreiros	José Clemente Fernandes	
Pedro Ribeiro	Júlio Andrade Freire	Luís Arriaga de Sá Linhares	
Artur de Oliveira Ramos	Manuel Múrias	José Soares da Fonseca	

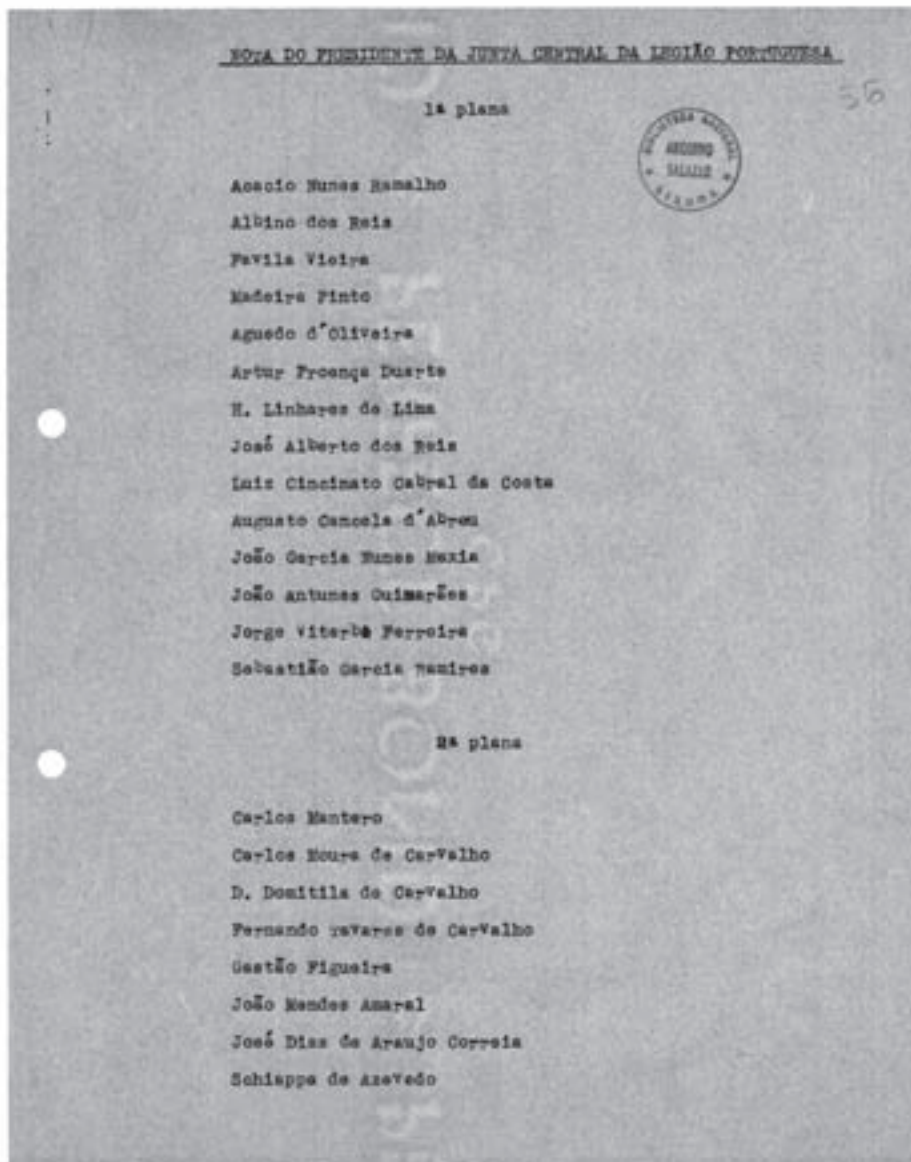
Tabela 5 – Deputados convidados a renovar

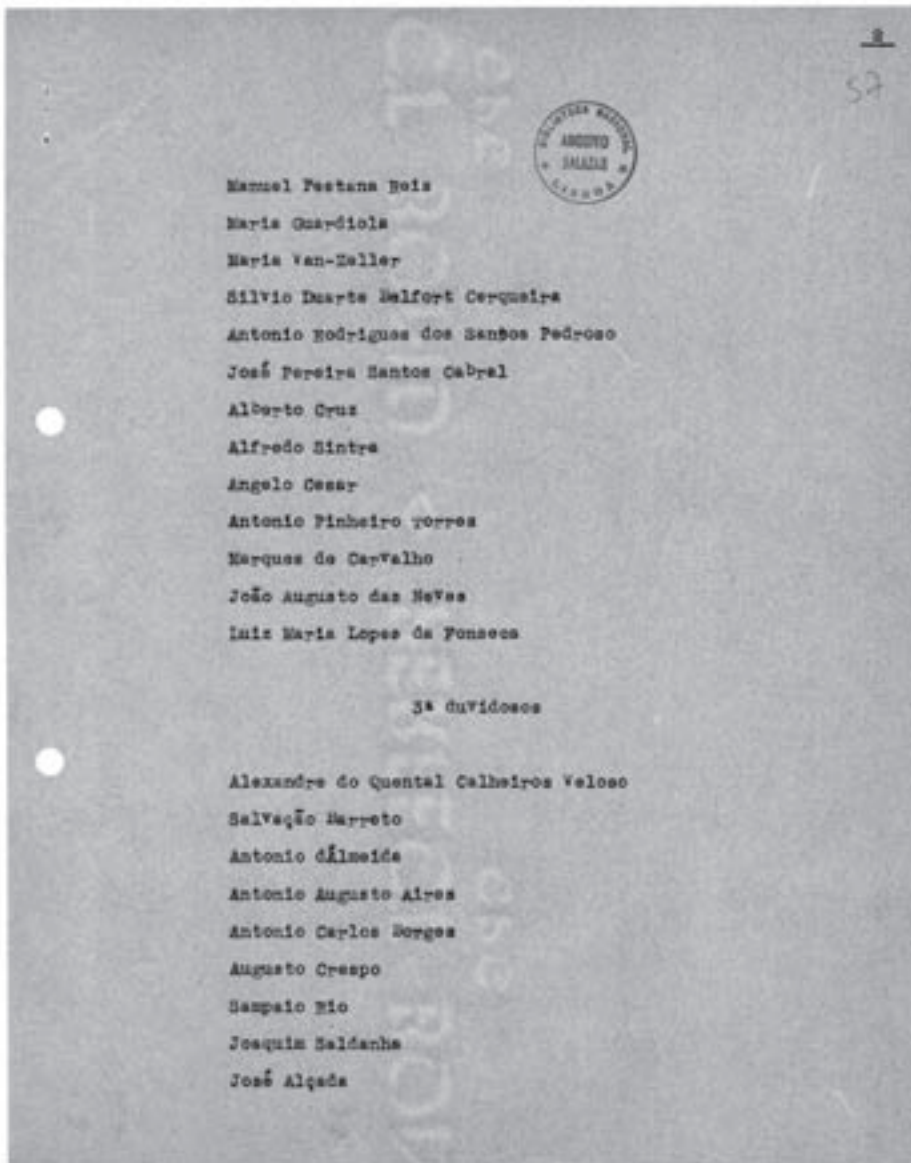
Deputados desde 1934			
Alberto Cruz	Albino Pinto dos Reis Júnior	Álvaro Favila Vieira	
Ulisses Aguiar Cortês	António Hintze Ribeiro	Artur Águedo de Oliveira	
Sebastião Ramires	João Antunes Guimarães	João Augusto das Neves	
Mário de Figueiredo	José Araújo Correia	José Maria Braga da Cruz	
António Madeira Pinto	José Alberto dos Reis	Henrique Linhares de Lima	
Deputados desde 1938			
Acácio Magalhães Ramalho	Alexandre Calheiros Veloso	Álvaro Salvação Barreto	
Mário Albuquerque	Joaquim Saldanha	José Alçada Guimarães	
Maria Luísa van Zeller	João Nunes Mexia		

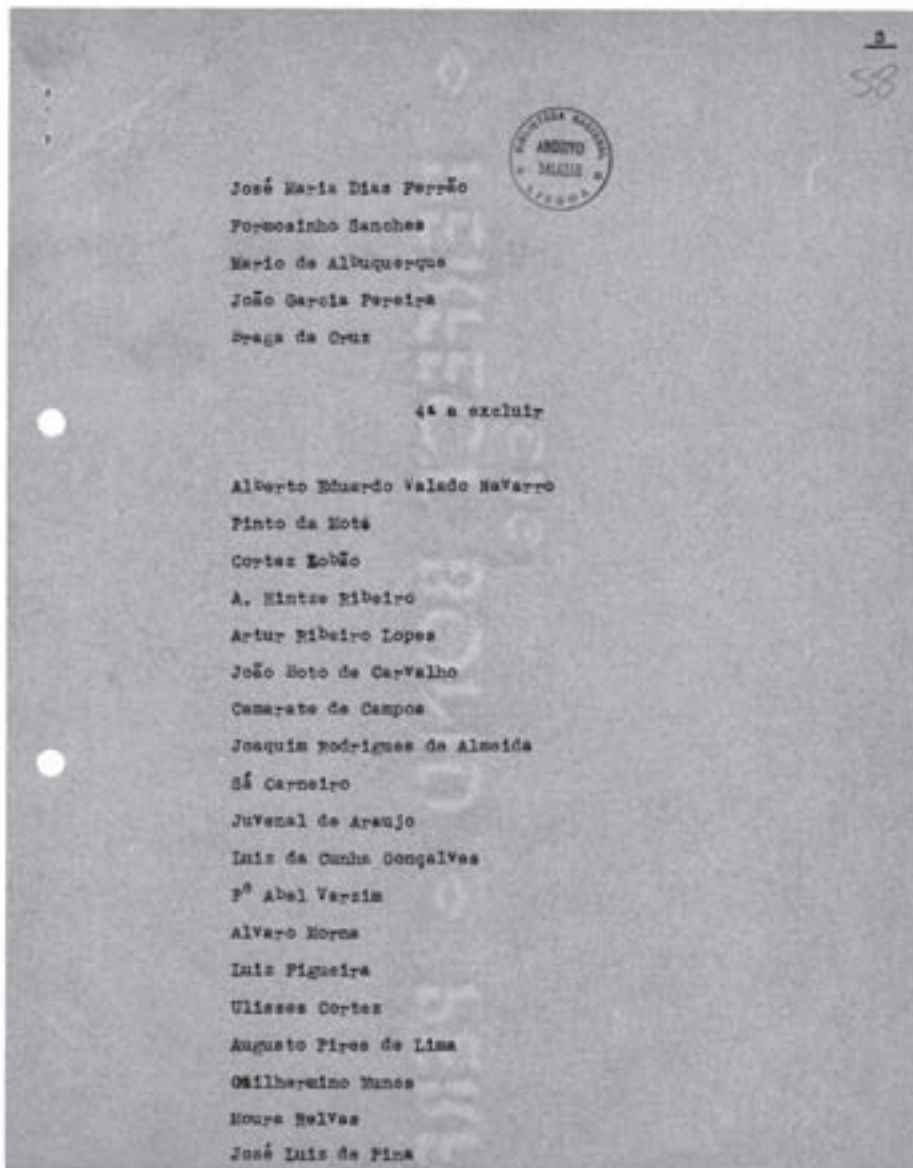
Anexo 3

Parecer da Legião Portu ra (1938-1942)

Anexo 3: cf: IANTT/AOS/CO/PC 17A, p. 56-58.







Análise do Parecer da Legião Portuguesa

Tabela 6 – Deputados com avaliação “SIM”

Nome		Legislatura	
Abel Varzim da Cunha e Silva		38	
Acácio Mendes de Magalhães Ramalho		38	42
Alberto Cruz	34	38	42
Albino Soares Pinto dos Reis Júnior	34	38	42
Álvaro Salvação Barreto		38	42
António Carlos Borges	34	38	42
António Cortês Lobão	34	38	42
António de Sousa Madeira Pinto	34	38	42
António Rodrigues dos Santos Pedroso	34	38	
Artur Águedo de Oliveira	34	38	42
Artur Proença Duarte	34	38	42
Artur Ribeiro Lopes		38	42
Artur Rodrigues Marques de Carvalho	34	38	42
Augusto Cancela de Abreu	34	38	
Augusto Pedrosa Pires de Lima		38	
Francisco Cardoso de Melo Machado	34	38	42
Gastão Carlos de Deus Figueira		38	
João Antunes Guimarães	34	38	42
João Garcia Nunes Mexia		38	42
João Luís Augusto das Neves	34	38	42
João Mendes da Costa Amaral	34	38	42
João Xavier Camarate de Campos	34	38	42
Joaquim de Moura Relvas	34	38	
Joaquim Saldanha		38	42
José Alberto dos Reis	34	38	42
José Alçada Guimarães		38	42
José Dias de Araújo Correia	34	38	42
José Gualberto de Sá Carneiro		38	42
José Maria Braga da Cruz	34	38	42
José Teodoro dos Santos Formosinho Sanches		38	42
Juvenal Henriques de Araújo	34	38	42

(Continua)

Nome		Legislatura	
Luís Cincinato Cabral da Costa		38	42
Luís da Cunha Gonçalves	34	38	42
Luís José de Pina Guimarães		38	42
Luís Maria Lopes da Fonseca	34	38	42
Manuel Rodrigues Júnior	34	38	
Mário Correia Teles de Araújo e Albuquerque		38	42
Sebastião Garcia Ramires	34	38	42
Sílvio Duarte de Belfort Cerqueira		38	
Ulisses Cruz de Aguiar Cortês	34	38	42

Tabela 7 – Deputados com avaliação “NÃO”

Nome		Legislatura	
Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa	34	38	
Alberto Eduardo Valado Navarro	34	38	
Álvaro de Freitas Morna	34	38	
António Augusto Correia de Aguiar	34	38	
António de Almeida Pinto da Mota	34	38	
António Faria Carneiro Pacheco	34	38	
Carlos Alberto Lopes Moreira		38	
Carlos Mantero Belard		38	
Carlos Moura de Carvalho		38	42
Domitila Homizinda Miranda de Carvalho	34	38	
Francisco de Paula Leite Pinto		38	
Francisco José Nobre Guedes	34	38	
Gabriel Maurício Teixeira		38	
José Maria Dias Ferrão		38	
Júlio Alberto de Sousa Schiapa de Azevedo	34	38	
Luís Augusto de Campos Metrass Moreira de Almeida	34	38	
Pedro Teotónio Pereira	34	38	
Samuel de Matos Agostinho de Oliveira		38	

Tabela 8 – Deputados com interrogações

Nome		Legislatura	
Alexandre de Quental Calheiros Veloso		38	42
Alfredo Delesque dos Santos Sintra	34	38	
Álvaro Henriques Perestrelo de Favila Vieira	34	38	42
Ângelo César Machado	34	38	42
António Augusto Aires	34	38	
António de Almeida		38	42
António Hintze Ribeiro	34	38	42
António Maria Pinheiro Torres		38	
Augusto Faustino dos Santos Crespo	34	38	
Fernando Tavares de Carvalho		38	
Guilhermino Alves Nunes		38	
Henrique Linhares de Lima	34	38	42
João Garcia Pereira	34	38	
João Maria Teles de Sampaio Rio		38	
Joaquim Rodrigues de Almeida	34	38	
José Pereira dos Santos Cabral	34	38	42
Luís Figueira		38	
Manuel Pestana dos Reis	34	38	
Maria Baptista dos Santos Guardiola	34	38	42
Maria Luisa de Saldanha da Gama van Zeller		38	42

Tabela 9 – Membros do governo

Nome		Legislatura	
André Francisco Navarro		38	
Clotário Luís Supico Ribeiro Pinto		38	
Francisco José Vieira Machado	34	38	42
Joaquim Dinis da Fonseca	34	38	42
Manuel Lopes de Almeida		38	
Manuel Ortins de Bettencourt	34	38	
Mário de Figueiredo	34	38	42
Rafael da Silva Neves Duque		38	42

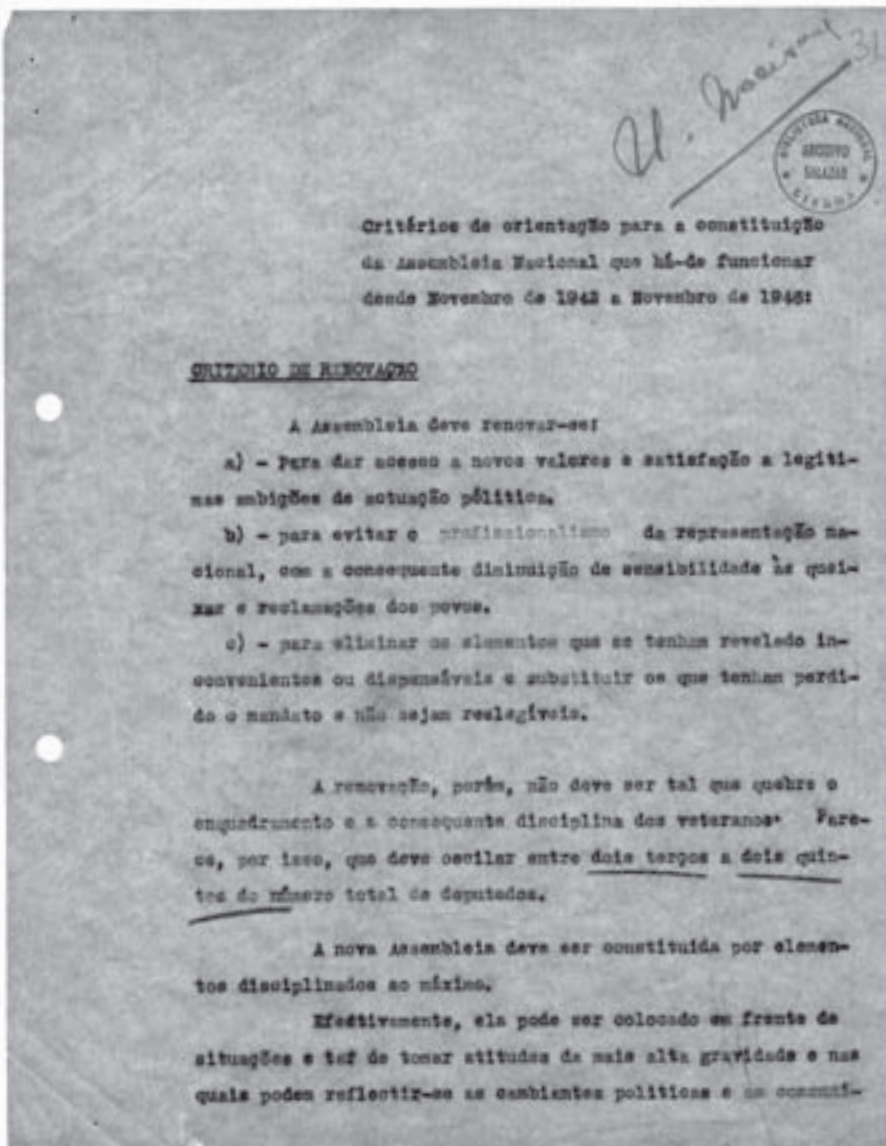
Tabela 10 – Sem referência

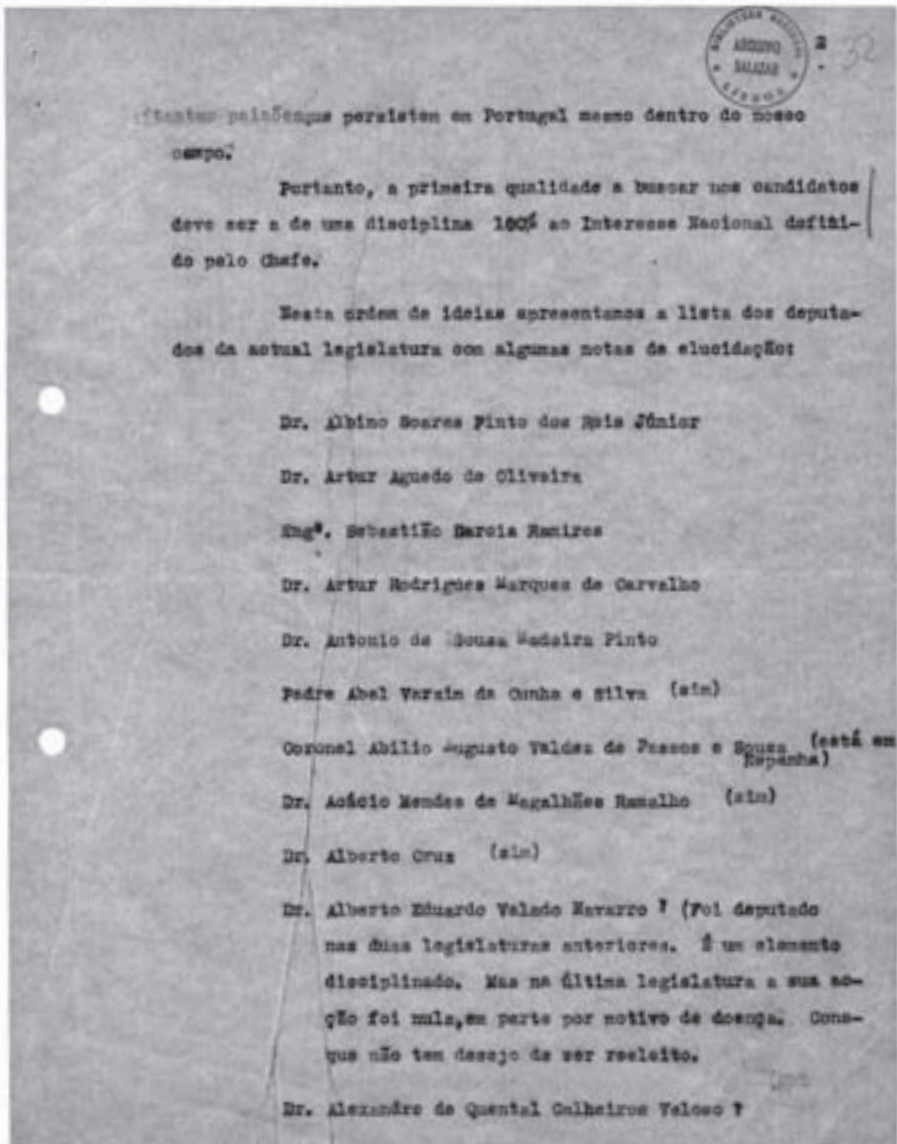
Nome		Legislatura	
Jorge de Viterbo Ferreira	34	38	42
Pedro Augusto Pinto da Fonseca Botelho Neves	34	38	
Vasco Borges	34	38	

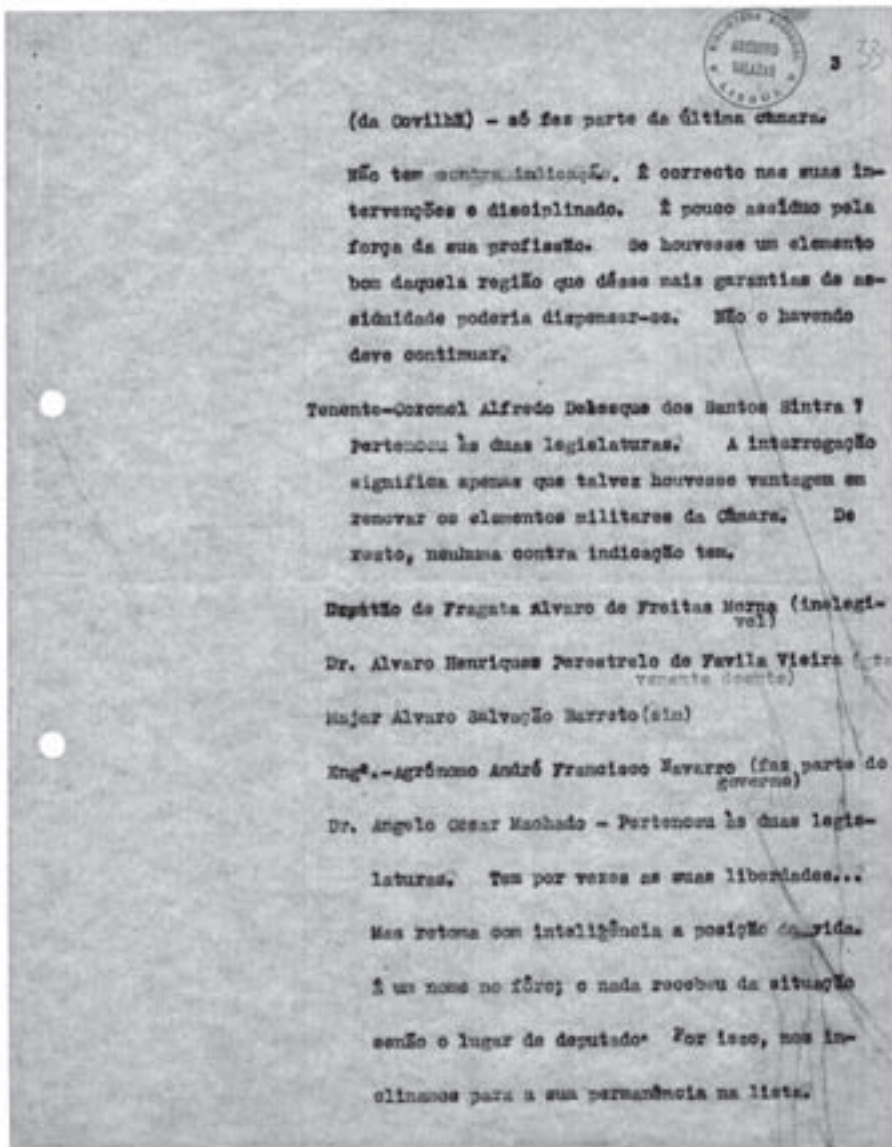
Anexo 4

Parecer da União Nacional sobre os deputados da segunda legislatura (1938-1942)


Anexo 4: cf: IANTT/AOS/CO/PC 17A, p. 31-41.







4



Dr. Antonio de Almeida ?

Dr. Antonio de Almeida Pinto da Neta ? É o decano da Assembleia. Mas ultimamente teve algumas intefrenções em que o self controle politico falhou.

Dr. Antonio Augusto Aires ?

Dr. Antonio Augusto Correia de Aguiar ? Perdeu o mandato por ter sido nomeado para o Banco Ultramarino. É pra não serem realitos para a legislatura imediata os que trocaram o mandato por um prato de lentilhas ou mesmo de foie-gras.

Dr. Antonio Carlos Borges (sim)

Major Antonio Cortez de Lobo (sim)

Dr. Antonio Faria Carneiro Pacheco (inelogivel)

Eng^o. Antonio Hintze Ribeiro - Pessoa de bem. Disciplinado. É homenagem a isto e ao seu nome tem já duas legislaturas. Poderia, por isso, pensar-se em trazer outros nomes dos Açores.

Dr. Antonio Maria Pinheiro Torres ? - Não faz esquecer o nome do tio. É disciplinado.

5
35

Eng.º Antonio Rodrigues dos Santos Pedrosa (sim)

Dr. Artur Proença Duarte (sim)

Dr. Artur Ribeiro Lopes ?

Eng.º Augusto Caneela de Abreu (sim)

Dr. Augusto Faustino dos Santos Crespo ? - Tem já duas legislaturas - É disciplinado e correcto? Tem bom nome. Por temperamento, pouco actuante numa assembleia politica.

(Walfra -
novo)

Dr. Augusto Pedrosa Feres de Lima (sim) -

Dr. Carlos Alberto Lopes Moreira - Renunciou. Está atingido pela praxe já referida. Além disso, nihil obstat.

Carlos Mantato Bolard - É trabalhador, de magnifico trato. Mas há necessidade de renovar.

Dr. Carlos Moura de Carvalho - Não quer ser realista, pelas incoerencias e encargos que isso lhe trax.

(Carvalho)

Dr. Clotário Luis Sulpicio Ribeiro Pinto (faz parte do governo)

Dr.ª D. Domitilla Hermizinda Miranda de Carvalho - Especialmente inteiramente indiana. Mas a experiencia da representação feminina aconselha a

a que se continui ? A meu ver, não.

Dr. Fernando Tavares de Carvalho ?

Francisco Cardoso de Melo Machado - (Conhecido na Assembleia pelo deputado agrário) é um elemento activo, com galeria no País, em questões agrícolas e financeiras. Apesar de ultimamente ter sido menos feliz (Aviso prévio sobre obras da Nitram-lia Agrícola, intervenção no debate sobre lucros extraordinários da guerra) penso que deve voltar à Assembleia.

Eng.º Francisco José Sobre Quedas - Ferido por ter renunciado.

Dr. Francisco José Vieira Machado - (faz parte do governo)

Eng.º Francisco de Paula Leite Teixeira (renunciou)

Capitão-tenente Gabriel Henrique Teixeira (está no Brasil)


Dr. Gastão Carlos de Deus Figueira (sim)

Dr. Guilherme Alves Nunes ?

Coronel Henrique Linhares de Lima ?

Dr. João Antunes Guimarães (sim)

7
32



Dr. João Beto de Cargalho

Eng^o.-silvicultor João Garcia Nunes Mexia (sim)

Dr. João Garcia Pereira (duas legislaturas)

Dr. João Luiz Augusto das Neves (sim)

Coronel João Maria Teles de Sampaio Rio [†] - É o presidente da Casa de Leiria. É disciplinado.

Dr. João Mendes da Costa Anaral (sim)

Dr. João Xavier Camarate de Campos (sim)

Dr. Joaquim Dinis da Fonseca(fna parte do governo)

Dr. Joaquim de Moura Neves (sim)

Dr. Joaquim Rodrigues de Almeida [†] - Tem duas legislaturas e nenhuma intervenção. É inteligente, honesto e disciplinado.

Dr. Joaquim Saldanha (sim)

Dr. José Alberto dos Reis (sim)

Dr. José Alçada Galmarães (sim)

Eng^o. José Dias de Araujo Correia (sim)

Dr. José Gualberto de Sá Carneiro (sim)

Dr. José Maria Braga da Cruz (sim)

8
38

Dr. José Maria Dias Ferrão (não)

Dr. José Pereira dos Santos Cabral - É um nome e uma personalidade. São razões afirmativas. Mas essas mesmo e outras obrigam a chamar a atenção para o seu caso.

Dr. José Teodoro dos Santos Fomesinho Ganches (sim)

General Julio Alberto de Sousa Schiappa de Azevedo †

Observa-se o mesmo que a propósito do anterior.

Dr. Juvenal Henriques de Azevedo (sim)

Dr. Luiz Augusto de Campos Netras Moreira de Almeida (românico)

Eng^o.-Agrônomo Luiz Cincinato Cabral da Costa (sim)

Dr. Luiz da Cunha Gonçalves (sim)


Dr. Luiz Figueira - Excelente homem. Mas nenhuma razão como deputado.

Dr. Luiz José de Pina Guimarães (sim)

Dr. Luiz Maria Lopes da Fonseca (sim)

Dr. Manuel Lopes de Almeida (faz parte do governo)

Capitão-tenente Manuel Ortins de Bettencourt (sim)

 9
39

Dr. Manuel Pestana Reis - É um elemento sã e disciplinado. Mas se a sua situação no ^{Ministério} ~~Ministério~~ da Marinha não impõe a sua reeleição pela 3ª. vez poderia deixar a câmara.

Dr. Manuel Rodrigues Junior - Renuncia o mandato. Mas, não obstante, deve ser reeleito, afigurando-se em seu favor uma excepção que a sua alta situação e as conveniências politicas justificam.

Dra. D. Maria Baptista dos Santos Guardião - Pessoalmente inteiramente indicada. Mas a experiência da representação feminina aconselha a que se continue. A meu ver, não.

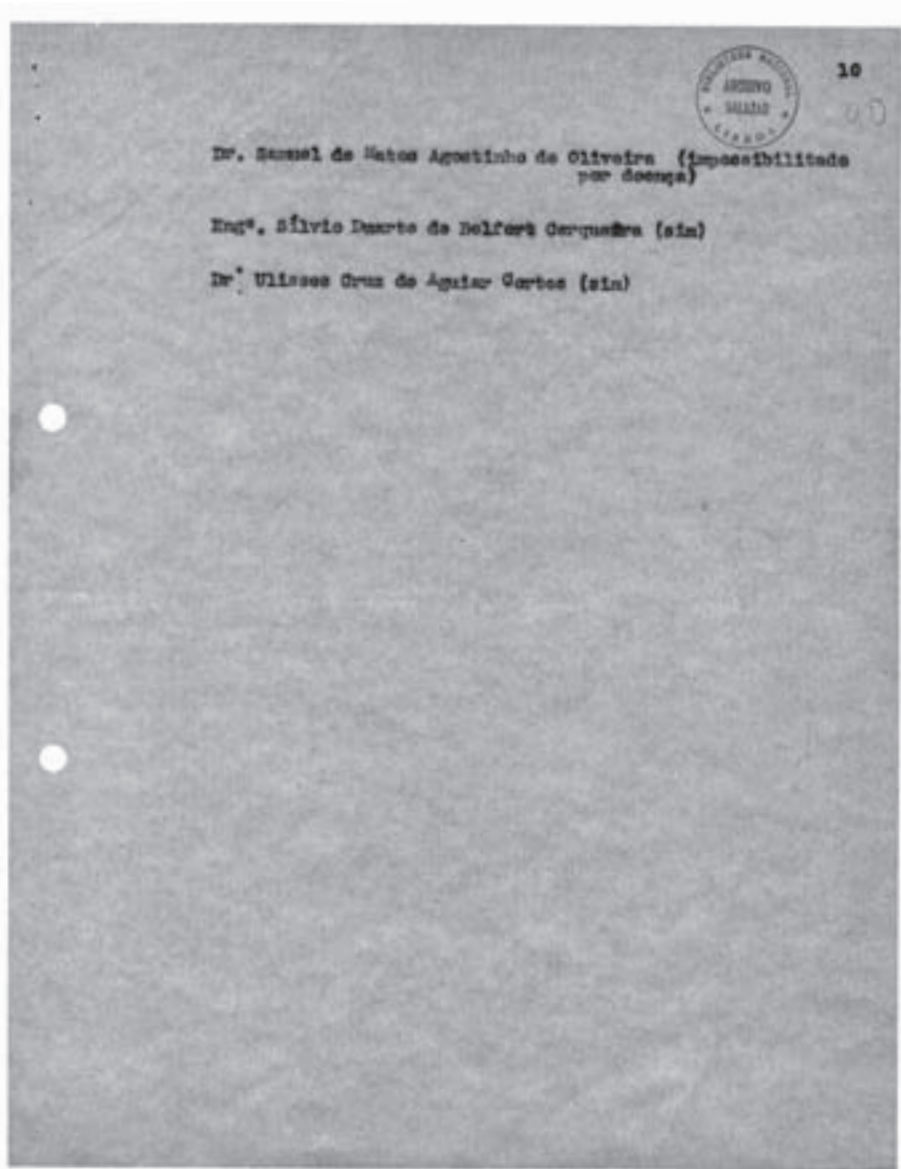
Dra. D. Maria Luiza de Saldanha da Gama Vanzeller - Pessoalmente inteiramente indicada. Mas a experiência da representação feminina aconselha a que se continue. A meu ver, não.

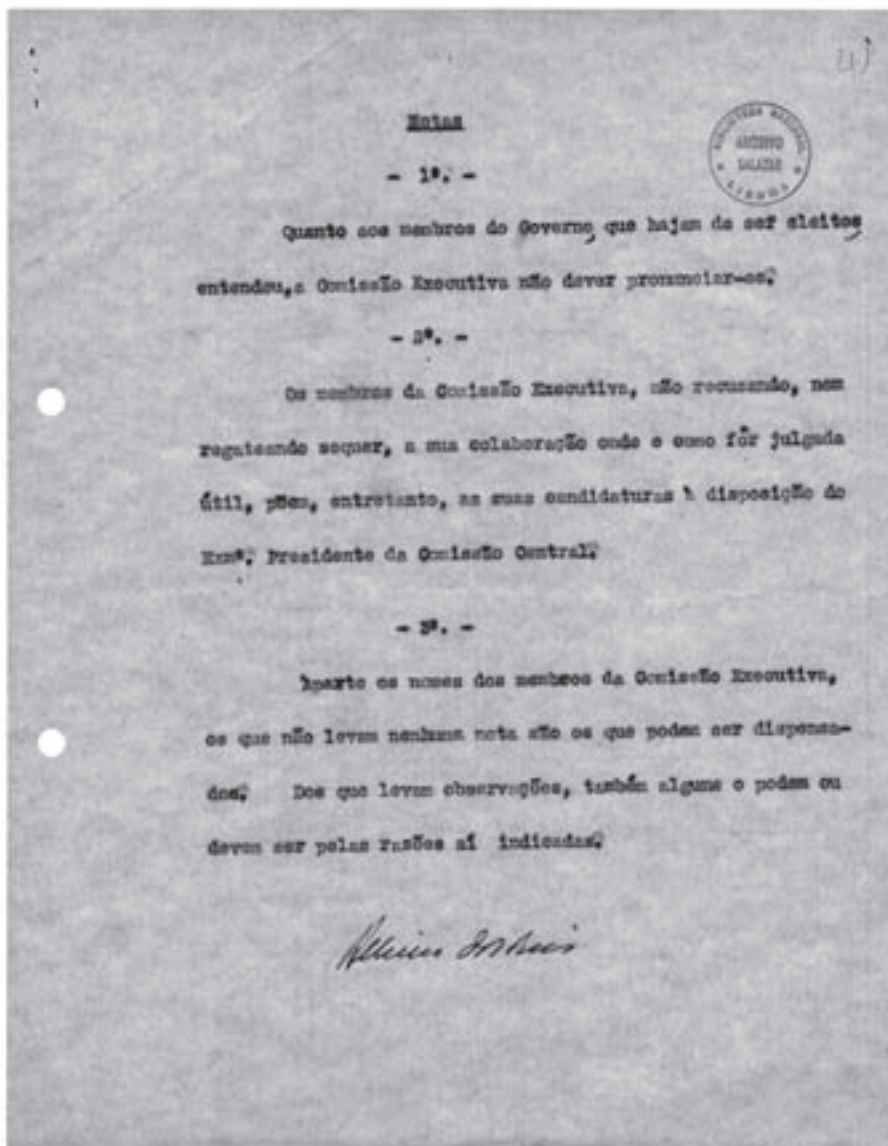
Dr. Mario Correia Teles de Araujo e Albuquerque (sim)

Dr. Mario de Figueiredo (faz parte do governo)

Dr. Pedro Teotónio Pereira (está em Madrid)

Dr. Rafael da Silva Neves Duque (faz parte do governo)





Análise do Parecer da União Nacional

Tabela 11 – Deputados identificados com “SIM”

Nome	Legislatura		notas
Abel Varzim da Cunha e Silva		38	
Acácio Mendes de Magalhães Ramalho		38	42
Alberto Cruz	34	38	42
Albino Soares Pinto dos Reis Júnior	34	38	42
Álvaro Salvação Barreto		38	42
António Carlos Borges	34	38	42
António Cortês Lobão	34	38	42
António de Sousa Madeira Pinto	34	38	42
António Rodrigues dos Santos Pedroso	34	38	
Artur Águedo de Oliveira	34	38	42
Artur Proença Duarte	34	38	42
Artur Ribeiro Lopes		38	42
Artur Rodrigues Marques de Carvalho	34	38	42
Augusto Cancela de Abreu	34	38	
Augusto Pedrosa Pires de Lima		38	
Francisco Cardoso de Melo Machado	34	38	42
Gastão Carlos de Deus Figueira		38	
João Antunes Guimarães	34	38	42
João Garcia Nunes Mexia		38	42
João Luís Augusto das Neves	34	38	42
João Mendes da Costa Amaral	34	38	42
João Xavier Camarate de Campos	34	38	42
Joaquim de Moura Relvas	34	38	
Joaquim Saldanha		38	42
José Alberto dos Reis	34	38	42
José Alçada Guimarães		38	42
José Dias de Araújo Correia	34	38	42
José Gualberto de Sá Carneiro		38	42
José Maria Braga da Cruz	34	38	42
José Teodoro dos Santos Formosinho Sanches		38	42
Juvenal Henriques de Araújo	34	38	42

(*Continua*)

Nome	Legislatura			notas
Luís Cincinato Cabral da Costa		38	42	
Luís da Cunha Gonçalves	34	38	42	
Luís José de Pina Guimarães		38	42	
Luís Maria Lopes da Fonseca	34	38	42	
Manuel Rodrigues Júnior	34	38		renunciou mas pode
Mário Correia Teles de Araújo e Albuquerque		38	42	
Sebastião Garcia Ramires	34	38	42	
Sílvio Duarte de Belfort Cerqueira		38		
Ulisses Cruz de Aguiar Cortês	34	38	42	

Tabela 12 – Deputados identificados com “NÃO”

Nome	Legislatura			notas
Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa	34	38		está em espanha
Alberto Eduardo Valado Navarro	34	38		consta que não quer
Álvaro de Freitas Morna	34	38		inelegível
António Augusto Correia de Aguiar	34	38		foi para o BNU; Não
António de Almeida Pinto da Mota	34	38		tem falhado politicamente
António Faria Carneiro Pacheco	34	38		inelegível
Carlos Alberto Lopes Moreira		38		renunciou; não
Carlos Mantero Belard		38		há necessidade de renovar
Carlos Moura de Carvalho		38	42	não quer
Domitila Homizinda Miranda de Carvalho	34	38		mulheres? Não
Francisco de Paula Leite Pinto		38		renunciou
Francisco José Nobre Guedes	34	38		ferido por ter renunciado
Gabriel Maurício Teixeira		38		Macau
José Maria Dias Ferrão		38		não
Júlio Alberto de Sousa Schiapa de Azevedo	34	38		mudar tropa
Luís Augusto Metrass Moreira de Almeida	34	38		renunciou
Pedro Teotónio Pereira	34	38		Madrid
Samuel de Matos Agostinho de Oliveira		38		doente

Tabela 13 – Indefinidos

Nome	Legislatura			notas
Alexandre de Quental Calheiros Veloso		38	42	não pode haver outro?
Alfredo Delesque dos Santos Sintra	34	38		mudar a tropa
Álvaro Henriques Perestrelo de Favila Vieira	34	38	42	gravemente doente
Ângelo César Machado	34	38	42	é chato mas sim
António Augusto Aires	34	38		?
António de Almeida		38	42	?
António Hintze Ribeiro	34	38	42	outro nome Açores?
António Maria Pinheiro Torres		38		?? É disciplinado
Augusto Faustino dos Santos Crespo	34	38		já tem 2, disciplinado
Fernando Tavares de Carvalho		38		?
Guilhermino Alves Nunes		38		?
Henrique Linhares de Lima	34	38	42	?
João Garcia Pereira	34	38		2 legislaturas
João Maria Teles de Sampaio Rio		38		? disciplinado
Joaquim Rodrigues de Almeida	34	38		2 legislaturas
José Pereira dos Santos Cabral	34	38	42	?
Luíis Figueira		38		nenhuma acção
Manuel Pestana dos Reis	34	38		pode deixar
Maria Baptista dos Santos Guardiola	34	38	42	mulheres? Não
Maria Luisa de Saldanha da Gama van Zeller		38	42	mulheres? Não

Tabela 14 – Membros do governo

Nome	Legislatura		
André Francisco Navarro		38	
Clotário Luís Supico Ribeiro Pinto		38	
Francisco José Vieira Machado	34	38	42
Joaquim Dinis da Fonseca	34	38	42
Manuel Lopes de Almeida		38	
Manuel Ortins de Bettencourt	34	38	
Mário de Figueiredo	34	38	42
Rafael da Silva Neves Duque		38	42

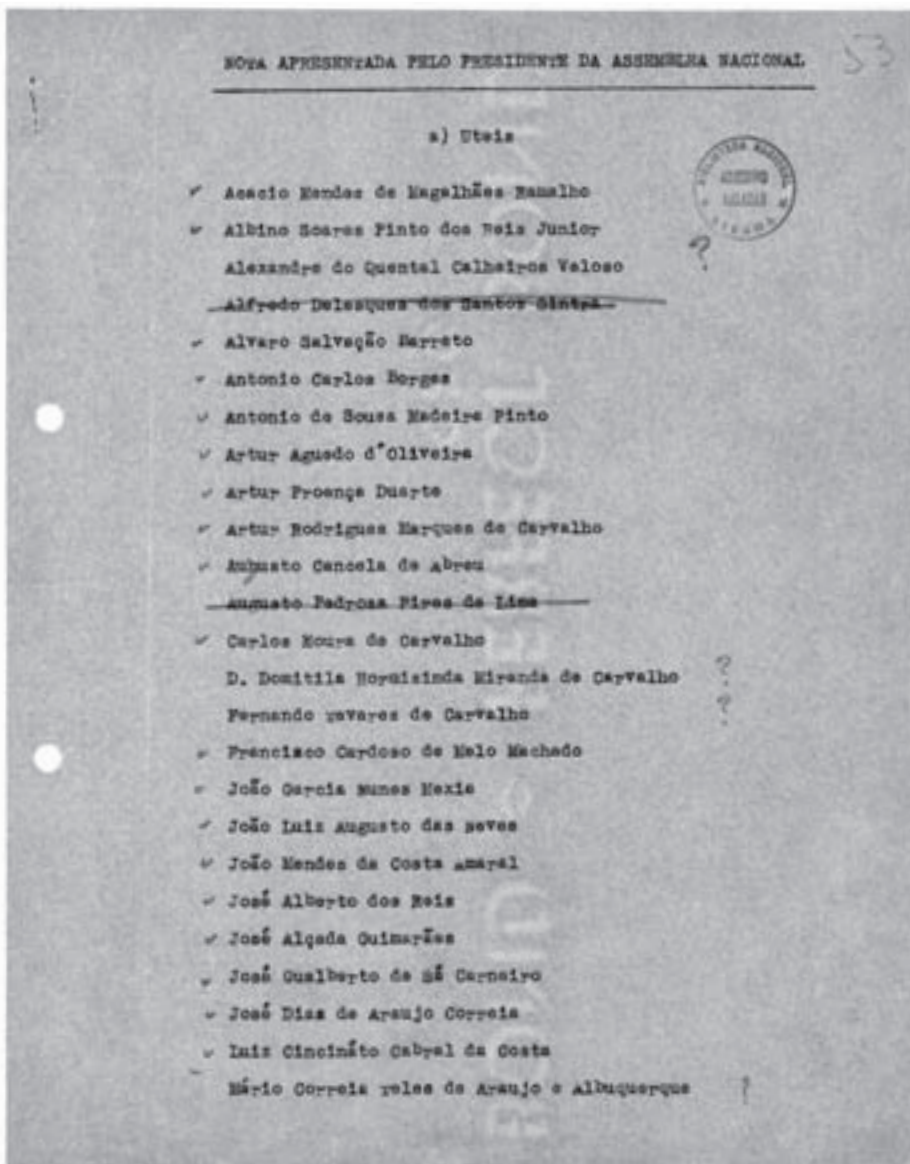
Tabela 15 – Sem referência

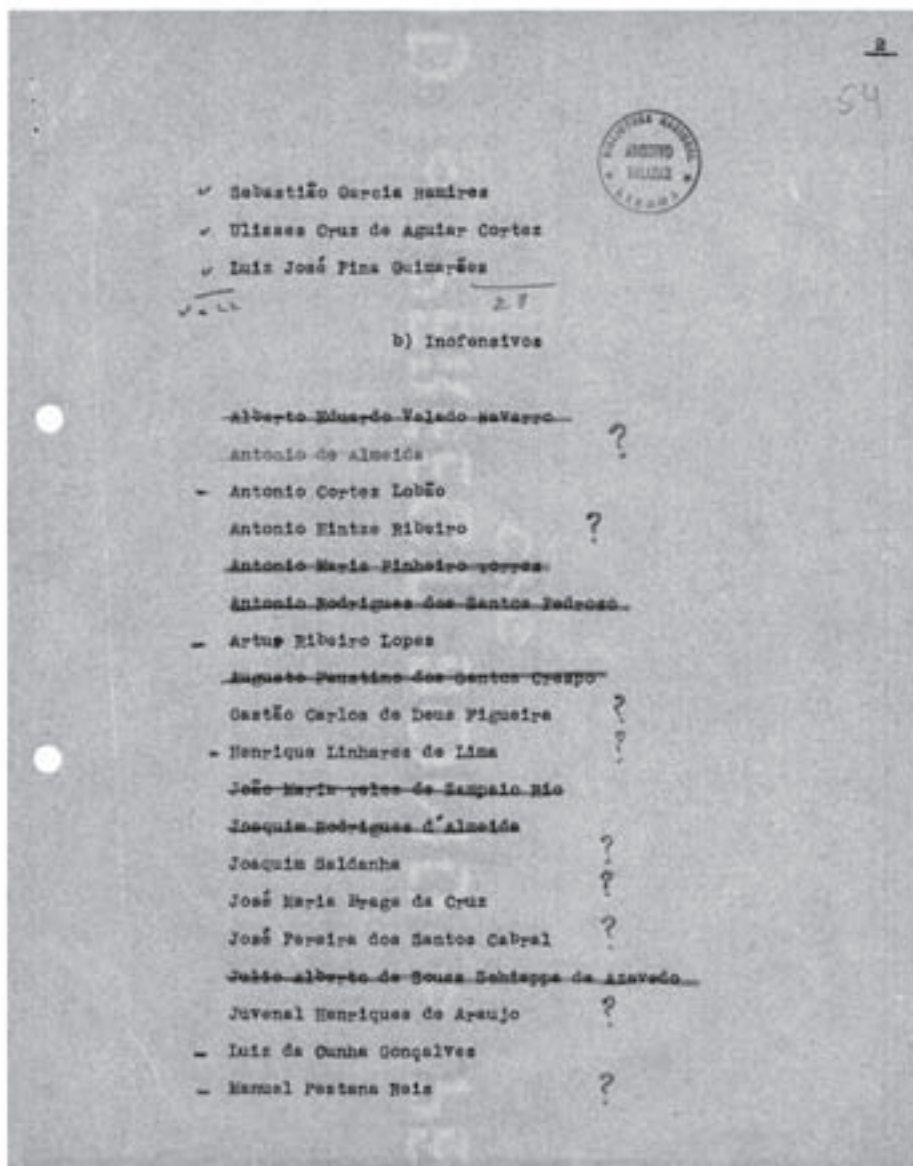
Nome	Legislatura		
Jorge de Viterbo Ferreira	34	38	42
Pedro Augusto Pinto da Fonseca Botelho Neves	34	38	
João Bôto de Carvalho		38	
Vasco Borges	34	38	

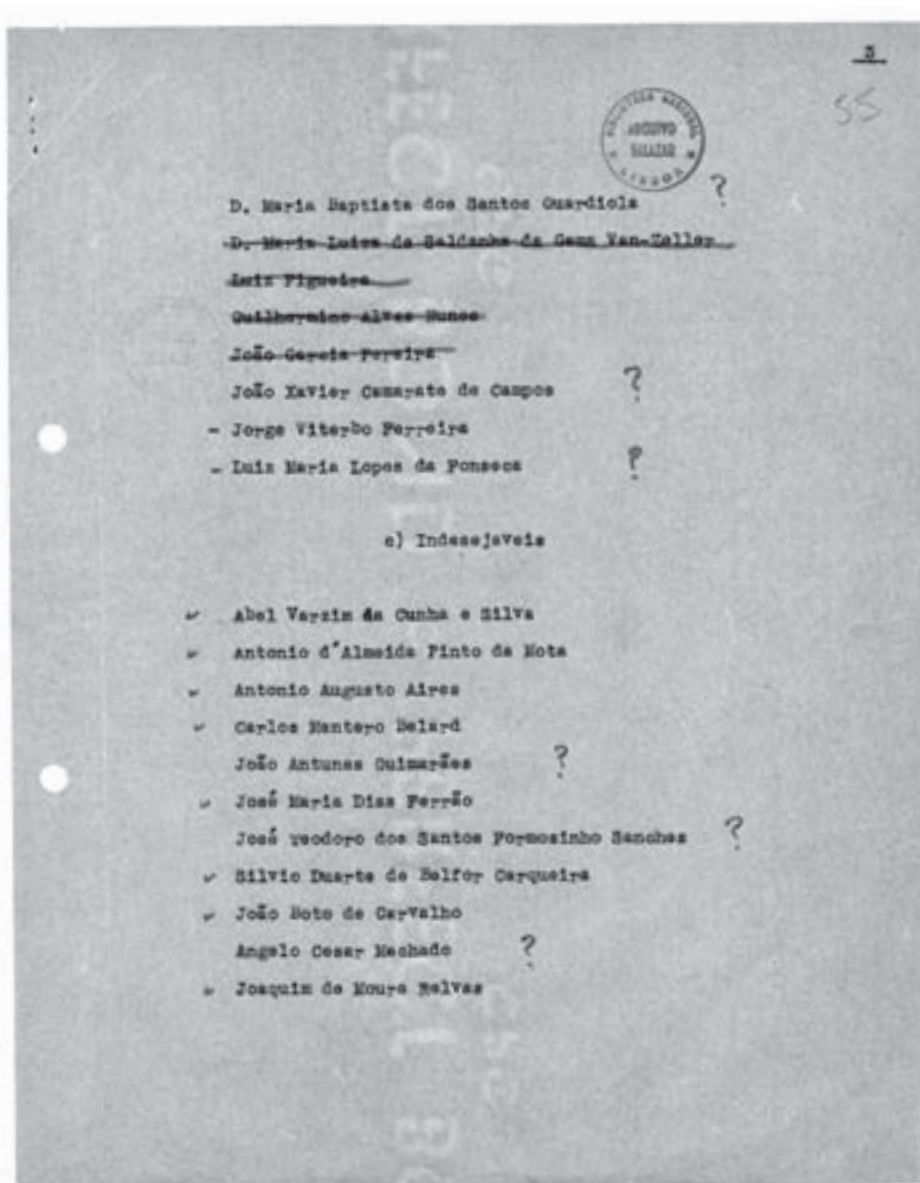
Anexo 5

Parecer do Presidente da Assembleia Nacional sobre os deputados da II Legislatura (1938-1942)

Anexo 5: cf. IANTT/AOS/CO/PC 17A, p. 53-55.







Análise do Parecer do Presidente da Assembleia Nacional sobre os deputados da II Legislatura (1938-1942)

Tabela 16 – Deputados considerados “ÚTEIS”

Nome		Legislatura	
Acácio Mendes de Magalhães Ramalho		38	42
Albino Soares Pinto dos Reis Júnior	34	38	42
Alexandre de Quental Calheiros Veloso		38	42
Alfredo Delesque dos Santos Sintra	34	38	
Álvaro Salvação Barreto		38	42
António Carlos Borges	34	38	42
António de Sousa Madeira Pinto	34	38	42
Artur Águedo de Oliveira	34	38	42
Artur Proença Duarte	34	38	42
Artur Rodrigues Marques de Carvalho	34	38	42
Augusto Cancela de Abreu	34	38	
Augusto Pedrosa Pires de Lima		38	
Carlos Moura de Carvalho		38	42
Domitila Homizinda Miranda de Carvalho	34	38	
Fernando Tavares de Carvalho		38	
Francisco Cardoso de Melo Machado	34	38	42
João Garcia Nunes Mexia		38	42
João Luís Augusto das Neves	34	38	42
João Mendes da Costa Amaral	34	38	42
José Alberto dos Reis	34	38	42
José Alçada Guimarães		38	42
José Dias de Araújo Correia	34	38	42
José Gualberto de Sá Carneiro		38	42
Luís Cincinato Cabral da Costa		38	42
Luís José de Pina Guimarães		38	42
Mário Correia Teles de Araújo e Albuquerque		38	42
Sebastião Garcia Ramires	34	38	42
Ulisses Cruz de Aguiar Cortês	34	38	42

Tabela 17 – Deputados considerados “INOFENSIVOS”

Nome		Legislatura	
Alberto Eduardo Valado Navarro	34	38	
António Cortês Lobão	34	38	42
António de Almeida		38	42
António Hintze Ribeiro	34	38	42
António Maria Pinheiro Torres		38	
António Rodrigues dos Santos Pedroso	34	38	
Artur Ribeiro Lopes		38	42
Augusto Faustino dos Santos Crespo	34	38	
Gastão Carlos de Deus Figueira		38	
Guilhermino Alves Nunes		38	
Henrique Linhares de Lima	34	38	42
João Garcia Pereira	34	38	
João Maria Teles de Sampaio Rio		38	
João Xavier Camarate de Campos	34	38	42
Joaquim Rodrigues de Almeida	34	38	
Joaquim Saldanha		38	42
Jorge de Viterbo Ferreira	34	38	42
José Maria Braga da Cruz	34	38	42
José Pereira dos Santos Cabral	34	38	42
Júlio Alberto de Sousa Schiapa de Azevedo	34	38	
Juvenal Henriques de Araújo	34	38	42
Luís da Cunha Gonçalves	34	38	42
Luís Figueira		38	
Luís Maria Lopes da Fonseca	34	38	42
Manuel Pestana dos Reis	34	38	
Maria Baptista dos Santos Guardiola	34	38	42
Maria Luisa de Saldanha da Gama van Zeller		38	42

Tabela 18 – Deputados “INDESEJÁVEIS”

Nome		Legislatura	
Abel Varzim da Cunha e Silva		38	
Ângelo César Machado	34	38	42
António Augusto Aires	34	38	

(Continua)

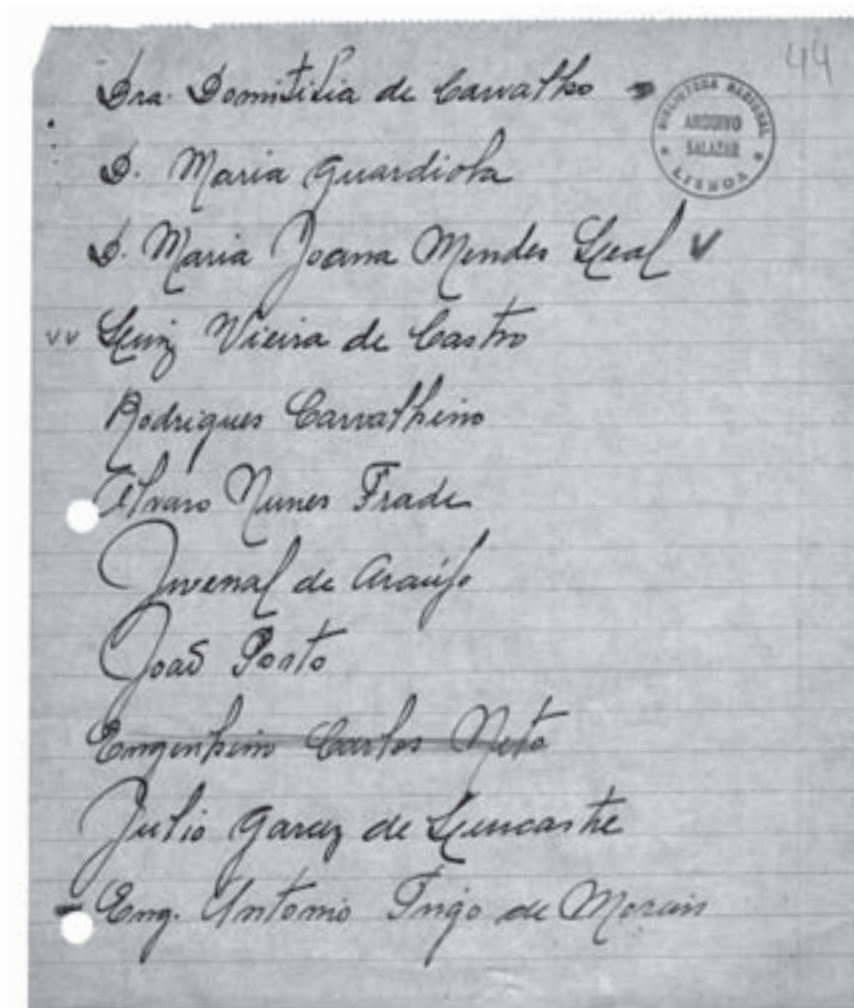
Nome		Legislatura	
António de Almeida Pinto da Mota	34	38	
Carlos Mantero Belard		38	
João Antunes Guimarães	34	38	42
João Bôto de Carvalho		38	
Joaquim de Moura Relvas	34	38	
José Maria Dias Ferrão		38	
José Teodoro dos Santos Formosinho Sanches		38	42
Sílvio Duarte de Belfort Cerqueira		38	

Tabela 19 – Deputados sem referência

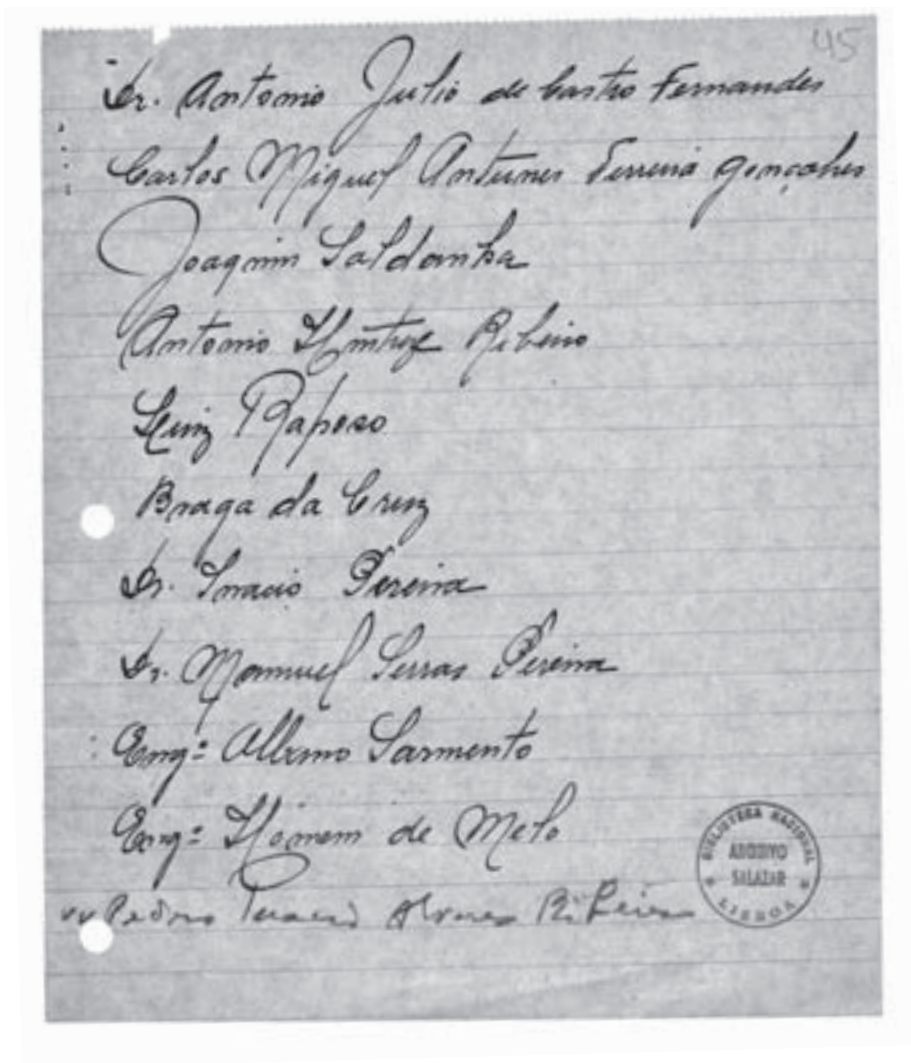
Nome		Legislatura	
Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa	34	38	
Alberto Cruz	34	38	42
Álvaro de Freitas Morna	34	38	
Álvaro Henriques Perestrelo de Favila Vieira	34	38	42
André Francisco Navarro		38	
António Augusto Correia de Aguiar	34	38	
António Faria Carneiro Pacheco	34	38	
Carlos Alberto Lopes Moreira		38	
Clotário Luís Supico Ribeiro Pinto		38	
Francisco de Paula Leite Pinto		38	
Francisco José Nobre Guedes	34	38	
Francisco José Vieira Machado	34	38	42
Gabriel Maurício Teixeira		38	
Joaquim Dinis da Fonseca	34	38	42
Luís Augusto de Campos Metrass Moreira de Almeida	34	38	
Manuel Lopes de Almeida		38	
Manuel Ortins de Bettencourt	34	38	
Manuel Rodrigues Júnior	34	38	
Mário de Figueiredo	34	38	42
Pedro Augusto Pinto da Fonseca Botelho Neves	34	38	
Pedro Teotónio Pereira	34	38	
Rafael da Silva Neves Duque		38	42
Samuel de Matos Agostinho de Oliveira		38	
Vasco Borges	34	38	

Anexo 6

Lista manuscrita, sem identificação



Anexo 6: cf. IANTT/AOS/CO/PC 17A, p. 44-45.



Análise da Lista manuscrita não identificada

Tabela 21 – Lista manuscrita não identificada

Names	Deputado em 1942	Notas	Deputado em 1934
Albano Sarmiento			
Álvaro Nunes Frade			
Antonio Hintze Ribeiro	x		x
Antonio Júlio de Castro Fernandes			
Antonio Trigo de Morais			
Braga da Cruz	x		x
Carlos Miguel Antunes Ferreira Gonçalves			
Carlos neto		riscado	
Domítilia de Carvalho			x
Homem de Melo			
Inácio pereira			
João Porto			
Joaquim Saldanha	x		x
Júlio Garcia de Lencastre			
Juvenal de Araújo	x		x
Luis Raposo			
Luis Vieira de Castro		vv	
Manuel Serras Pereira			
Maria Guardiola	x		x
Maria Joana Mendes Leal		v	
Pedro Alvares Ribeiro		Manuscrito (AOS?)	
Rodrigues Carvalheiro	x		

Anexo 7

**Candidatos novos a serem considerados + Deputados
que pertenceram à I Legislatura que deveriam voltar**

Anexo 7: cf. IANTT/AOS/CO/PC 17A, p. 42-43.

Candidatos novos dignos de serem considerados

42

Vieira

Dr. Abel Parta Neves
 Major Ricardo Durão
 Dr. Cavaleiro Ferreira
 Prof. Marcelo Castano
 Dr. Narmel Cristiano de Sousa
 Comandante Americo Tomas *na Junta de Recrutamento*
 Dr. Soares da Fonseca *na Junta de Recrutamento*
 Padre Miguel de Oliveira (Natividade)
 Eng.º Passoa Lopes *na Junta de Recrutamento*
 Dr. João Carlos de Sá Alves - advogado em Bragança
 Major Salvador Teixeira - ex-governador civil de Bragança
 Comandante da Viagem Naval - Lopes Alves
 Dr. Neta Veiga - do Instituto Nacional do Trabalho
 Dr. Cerveira Pinto - delegado do Inst. Naq. do T. do Porto
 Dr. Gromixo - Reitor do Liceu de Evora
 General Casimiro Teles
 Dr. Francisco Leite Duarte - *na Junta de Recrutamento*
 Dr. Roberto Vaz de Oliveira - advogado - Presidente da Câmara da Feira

Dr. Vasco Mourão - Porto
 Dr. José Aurora
 Dr. Fernando Magano - Profes. da Faculdade de Med. do Porto
 Dr. Missaia Barreto
 Dr. França Vigon - Inst. Nacional do Trabalho
 Dr. Galileu Tavares - Prof. do Liceu da Mortalegre - Ex-presidente da Com. Dist. de U.N.

Analado - Prof. Gonçalves Pereira - *na Junta de Recrutamento*
 Dr. Cândido Forjas (Presidente da Com. Dist. de Angra do Heroísmo - Prof. do Liceu

Dr. Albano Magalhães - Porto
 Dr. João Azeal
 Eng.º Silva Dias - *Comissão de Profes. da U.N.*

Dr. Carlos Frouça de Figueiredo - Director Geral do Ensino Técnico

Dr. Antonio Cristo - Advogado em Aveiro
 Com.º Joaquim Manuel Valente da Fonseca
 Dr. Moreira das Neves - (Porto)
 Major José Luciano Grove - Antigo Governador Civil
 Dr. Artur Correia Barbosa - Advogado - Presidente da Comissão Consultiva da União Nacional em Oliveira de Azeméis

43

Deputados que pertenceram à 1ª. legislatura
e que deveriam voltar à Câmara

Dr. Alberto Pinheiro Torres - para o caso de ser dispensado o
sobrinho

Dr. Manuel Ribeiro Ferreira - dispensado em 1938, conduziu-se
com sprumo e tem continuado a de-
senvolver uma actividade útil e cons-
trutiva no seu distrito e em Lisboa,
a politica da situação.

Eng.º.-agronomo Candido Duarte -

Dr. José Antonio Marques

Dr. Querubin Guimarães

Dr. Miguel Braga



Análise das Listas “Candidatos Novos a serem considerados” e Deputados que pertenceram à I Legislatura e que deveriam voltar à Câmara”

Tabela 22 – Lista “Candidatos novos dignos de serem considerados”

Nome	Deputado em 1942	Título	Nota 1	Nota 2
Abel Faria Neves		dr		
Albano Magalhães	X	dr		Porto
Américo Tomás		cmd	Junta Marinha Mercante	
António Cristo	X	dr	adv – Aveiro	
Artur Correia Barbosa		dr	advogado	presidente da Comissão Concelhia de Oliveira Azeméis
Bissaia Barreto				
Cândido Forjaz	X	dr	professor liceu	presidente Comissão Distrital União Nacional Angra Heroísmo
Carlos Proença de Figueiredo		dr		Director-geral do ensino técnico
Casimiro Teles		gen		
Cavaleiro Ferreira		dr		
Cerveira Pinto		dr	delegado INT Porto	
Fernando Magano			professor Faculdade Medicina	Porto
França Vigon		dr	INT	
Francisco leite Duarte		dr		?
Gonçalves Pereira		prof	professor Economia	mulato / judio
Gromicho	X	dr	reitor Liceu Évora	
João Ameal	X	dr		
João Carlos Sá Alves		dr	advogado em Bragança	
Joaquim Manuel Valente da Fonseca		cng	padre	?
José Aurora		dr	Porto	

Nome	Deputado em 1942	Título	Nota 1	Nota 2
José Luciano Cravos		major	ex-governador civil	
Lopes Alves		cmd	Aviação Naval	
Marcelo Caetano		prof		
Miguel de Oliveira		padre	Novidades	Padre <i>Novidades</i>
Moreira das Neves	X	dr	Porto	?
Mota Veiga		dr	INT	
Pessoal Lopes		eng	chefe gabinete ministro Economia	
Ricardo Durão		major		
Roberto Vaz de Oliveira		dr	advogado, presidente da Câmara Municipal Feira	
Salvador Teixeira	X	major	ex-governador civil de Braga	
Silva Dias	X	eng		Comissão Propaganda UN
Soares da Fonseca	X	Banco		
Tavares			professor liceu Portalegre	ex-presidente Comissão Distrital UN
Vasco Mourão		dr	Porto	

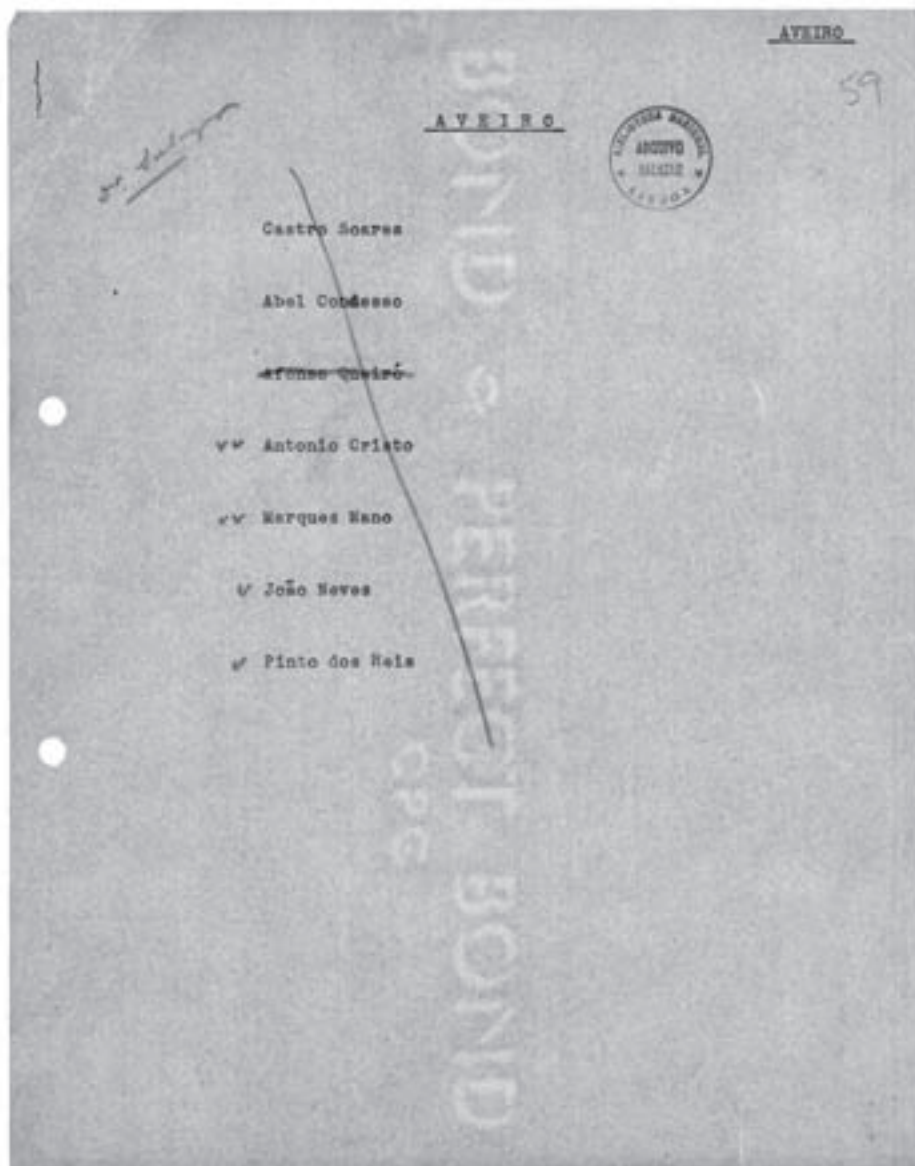
Tabela 23 – Lista “Deputados que pertenceram à I Legislatura e que deveriam voltar à Câmara”

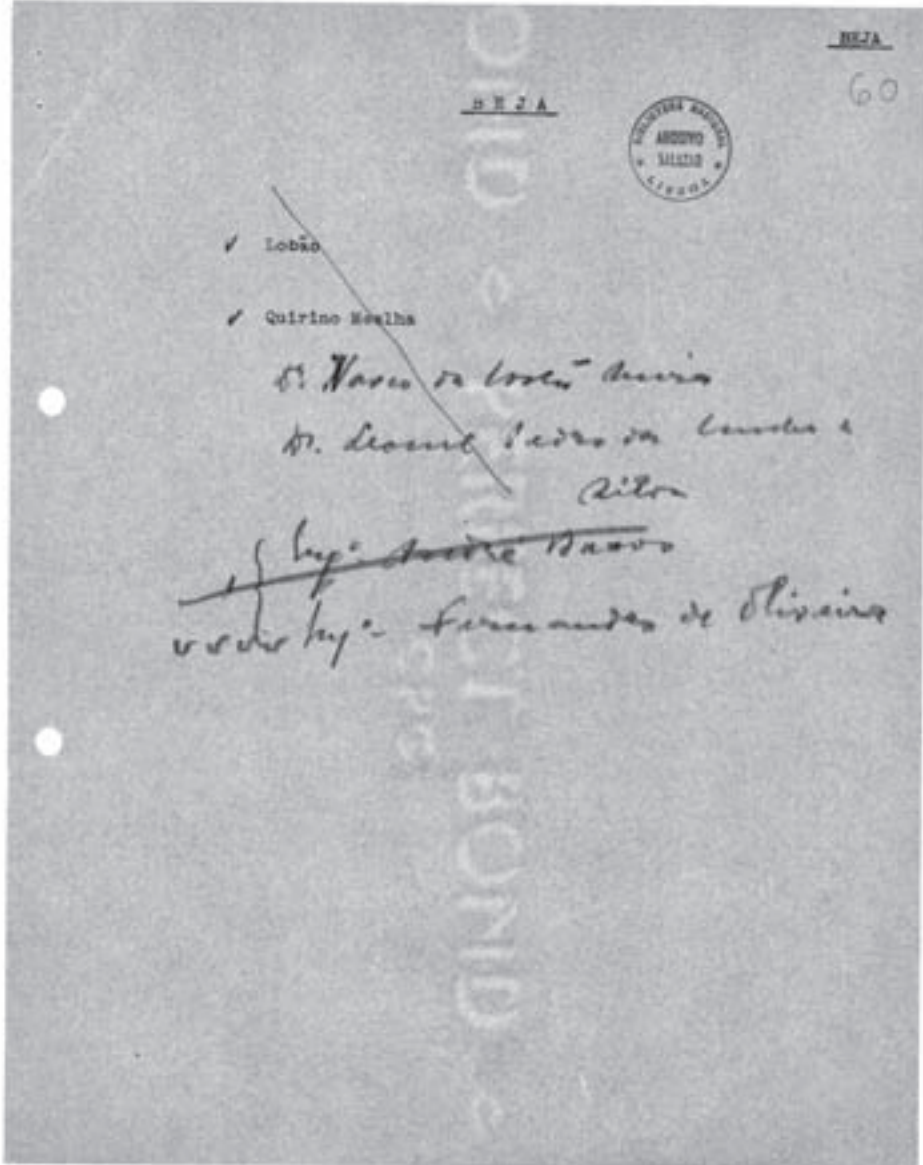
Deputados de 1934	Deputado em 1942	Notas
Alberto Pinheiro Torres		para o caso de ser dispensado o sobrinho
Manuel Ribeiro Ferreira	X	dispensado em 38, conduziu-se com apurmo
Cândido Duarte		
Miguel Braga		
José Antonio Marques		
Querubim Guimarães	X	

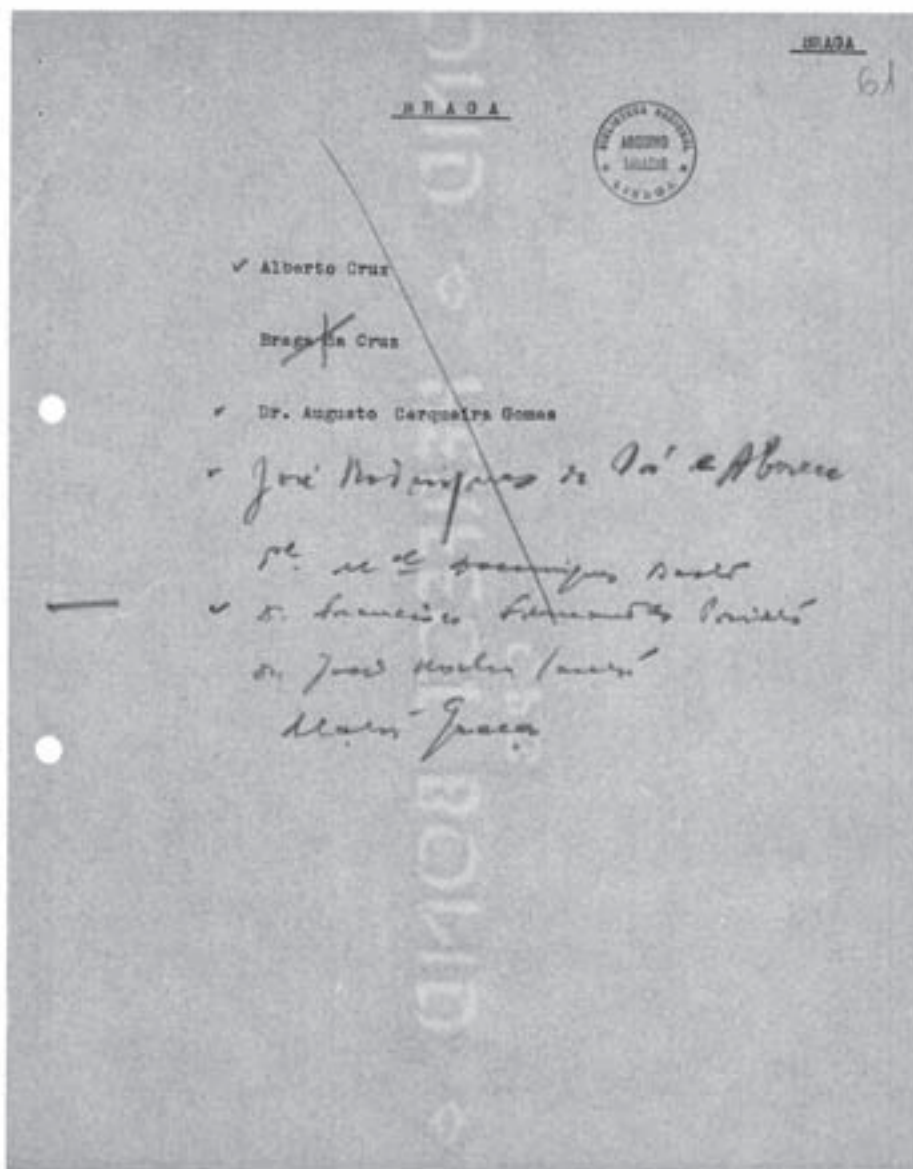
Anexo 8

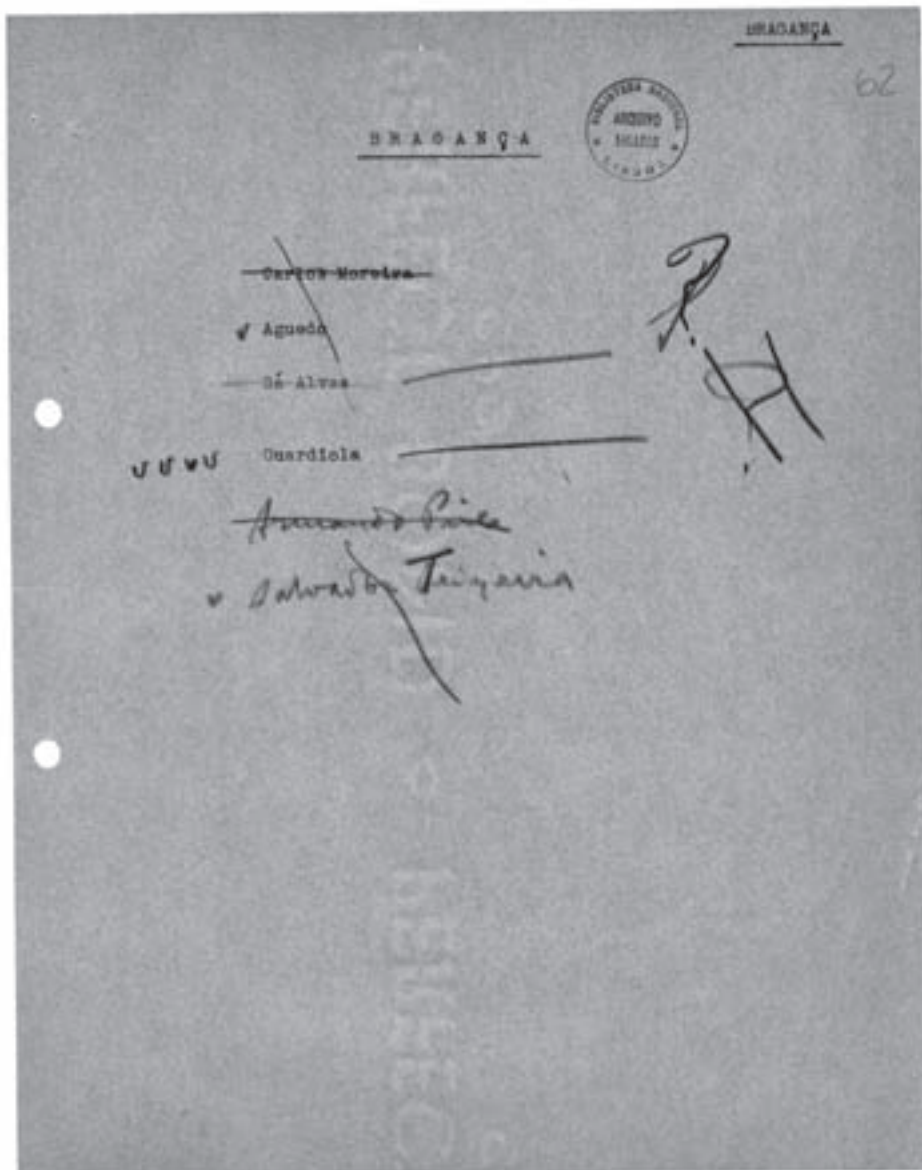
Lista “Distritos”

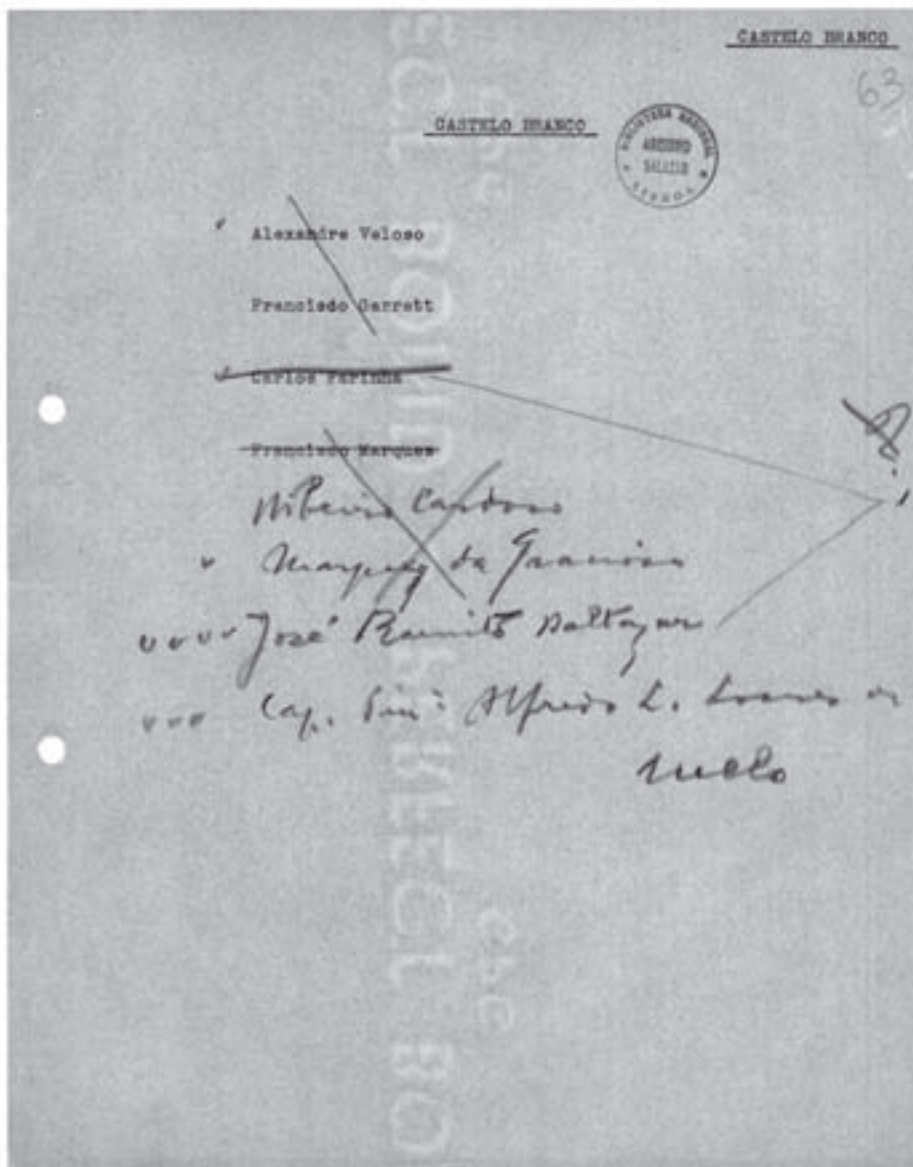
Anexo 8: cf. IANTT/AOS/CO/PC 17A, p. 59-79.

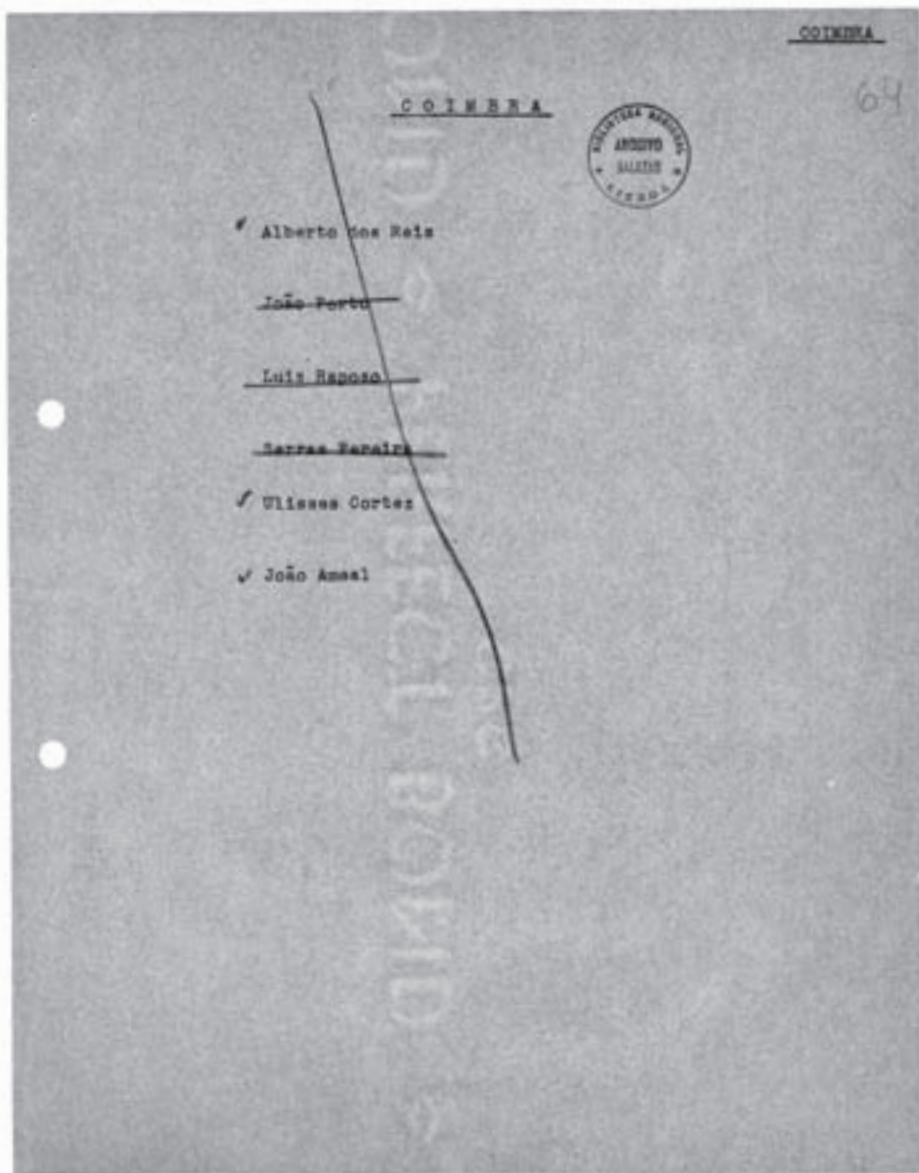


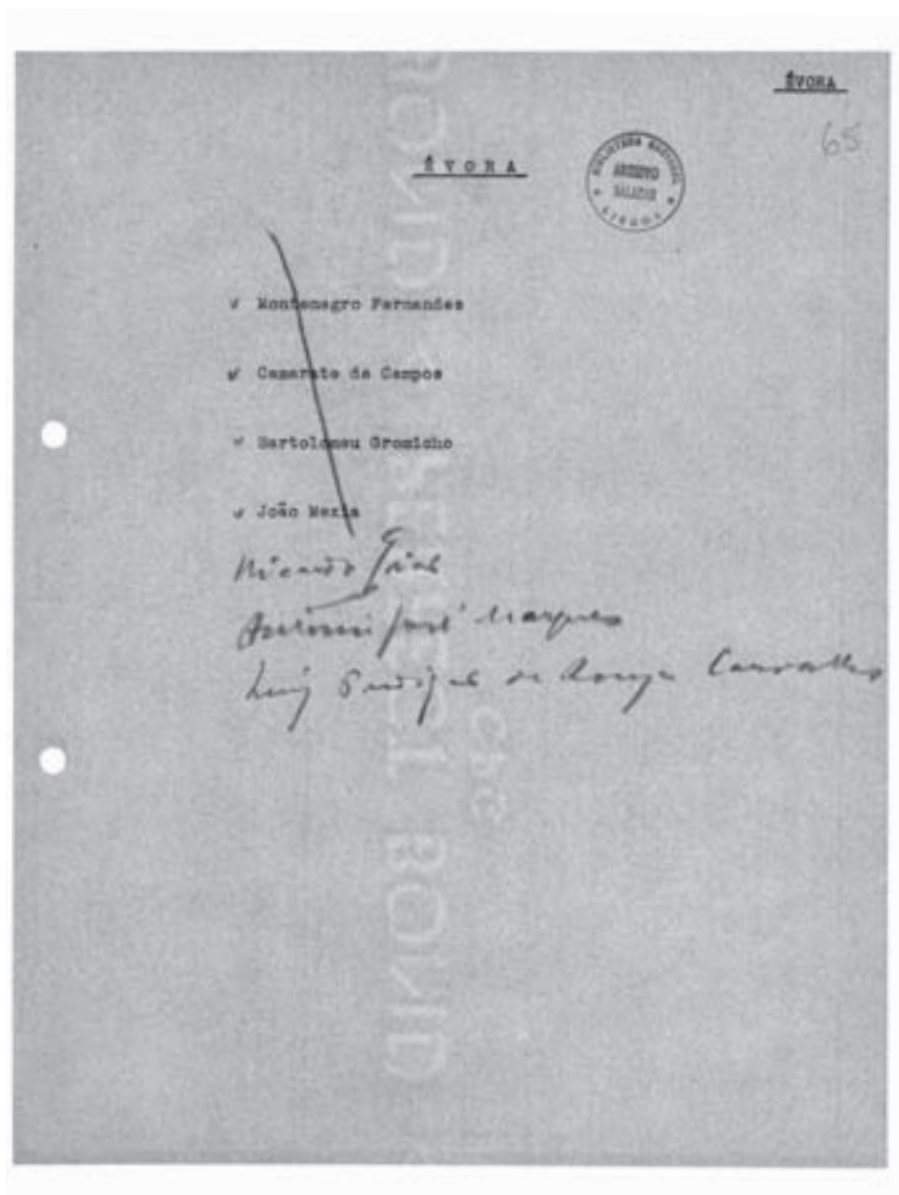


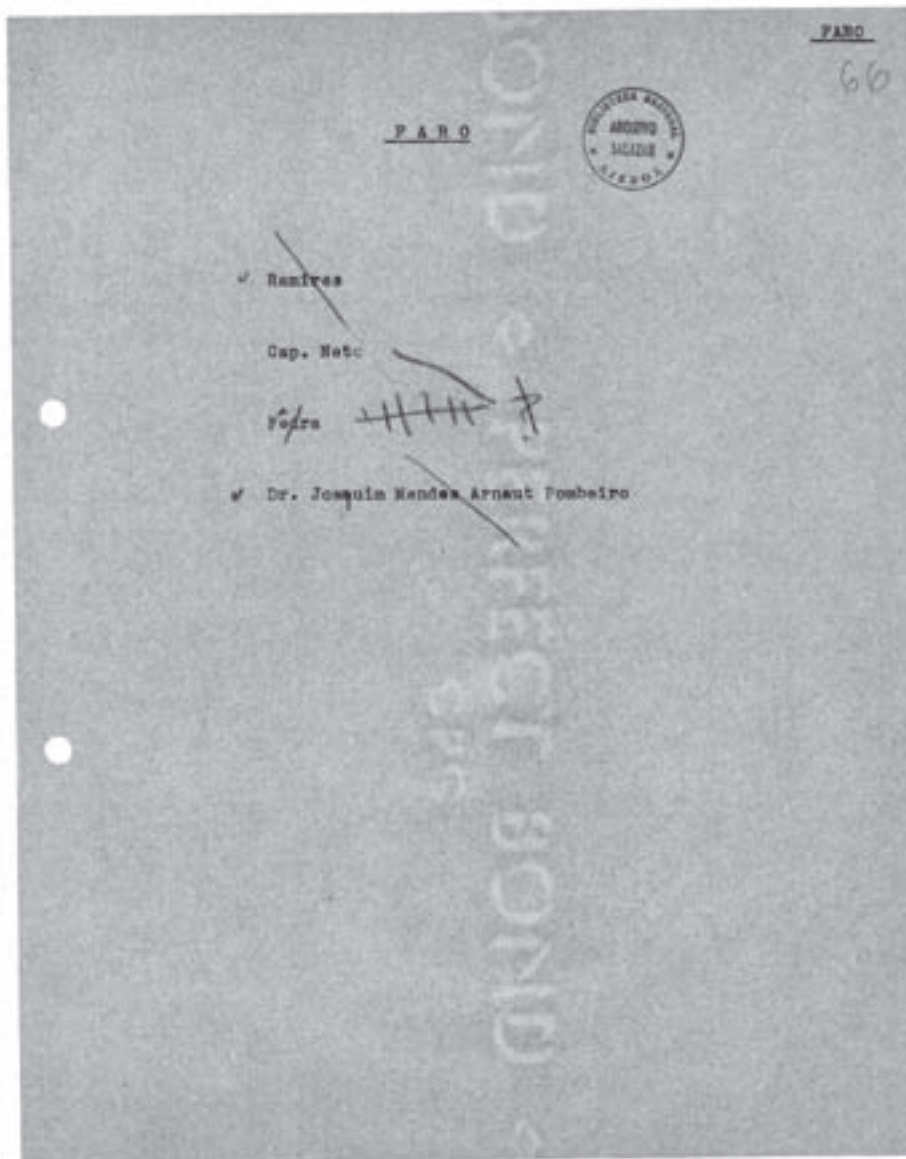


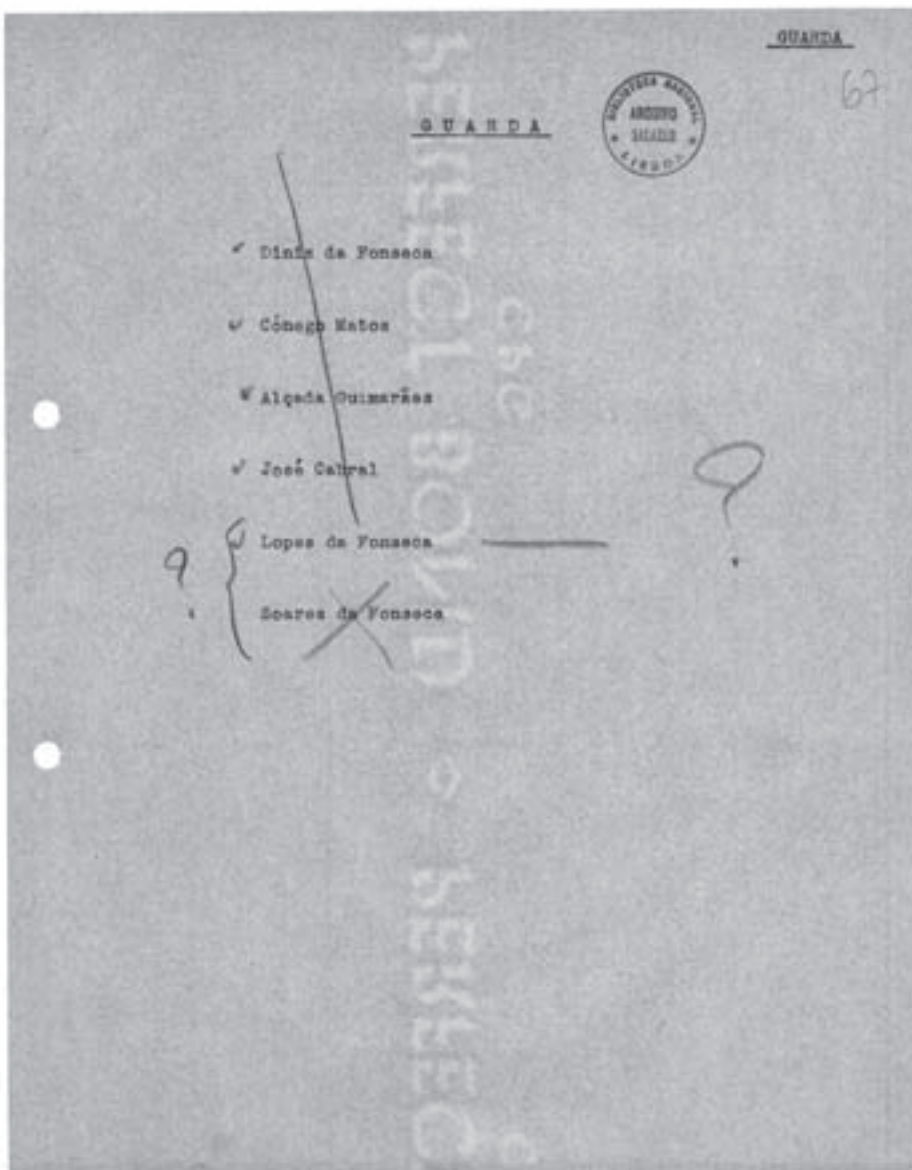


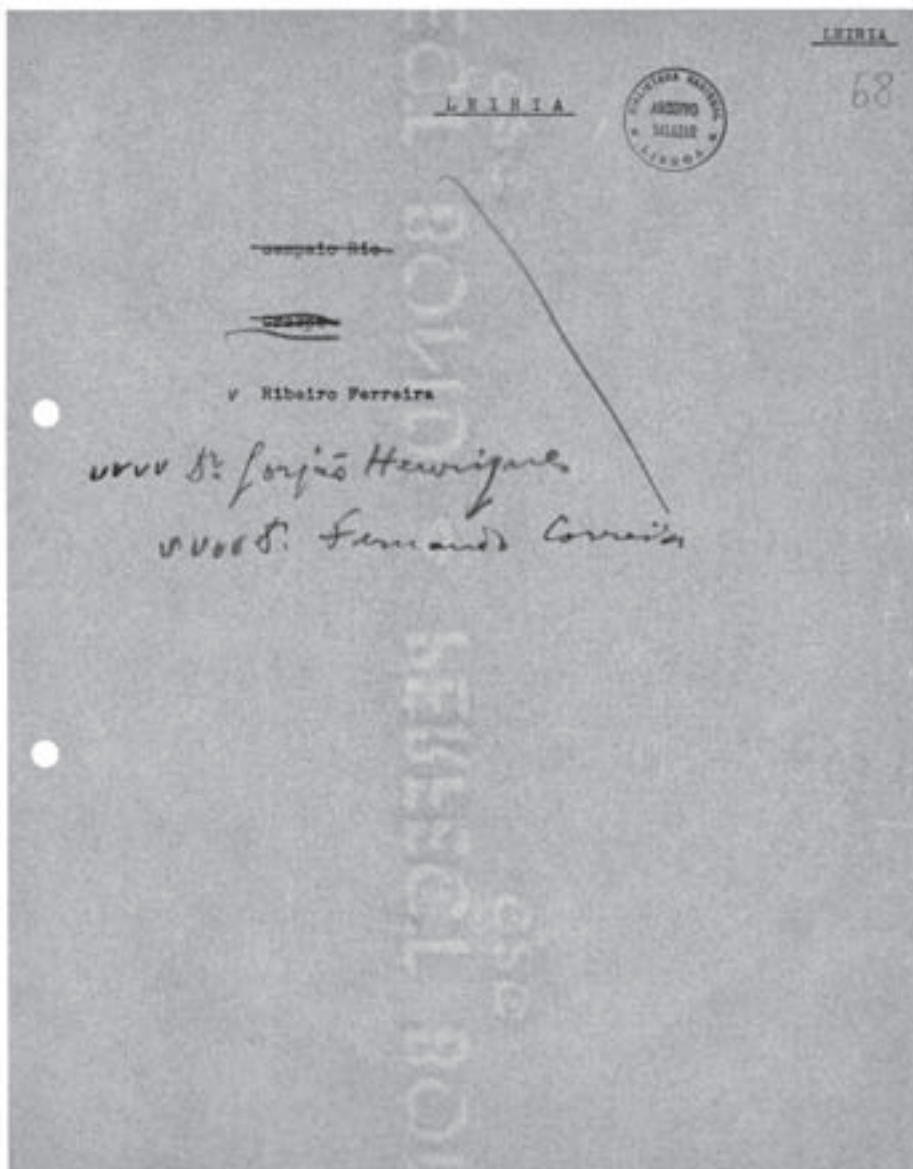


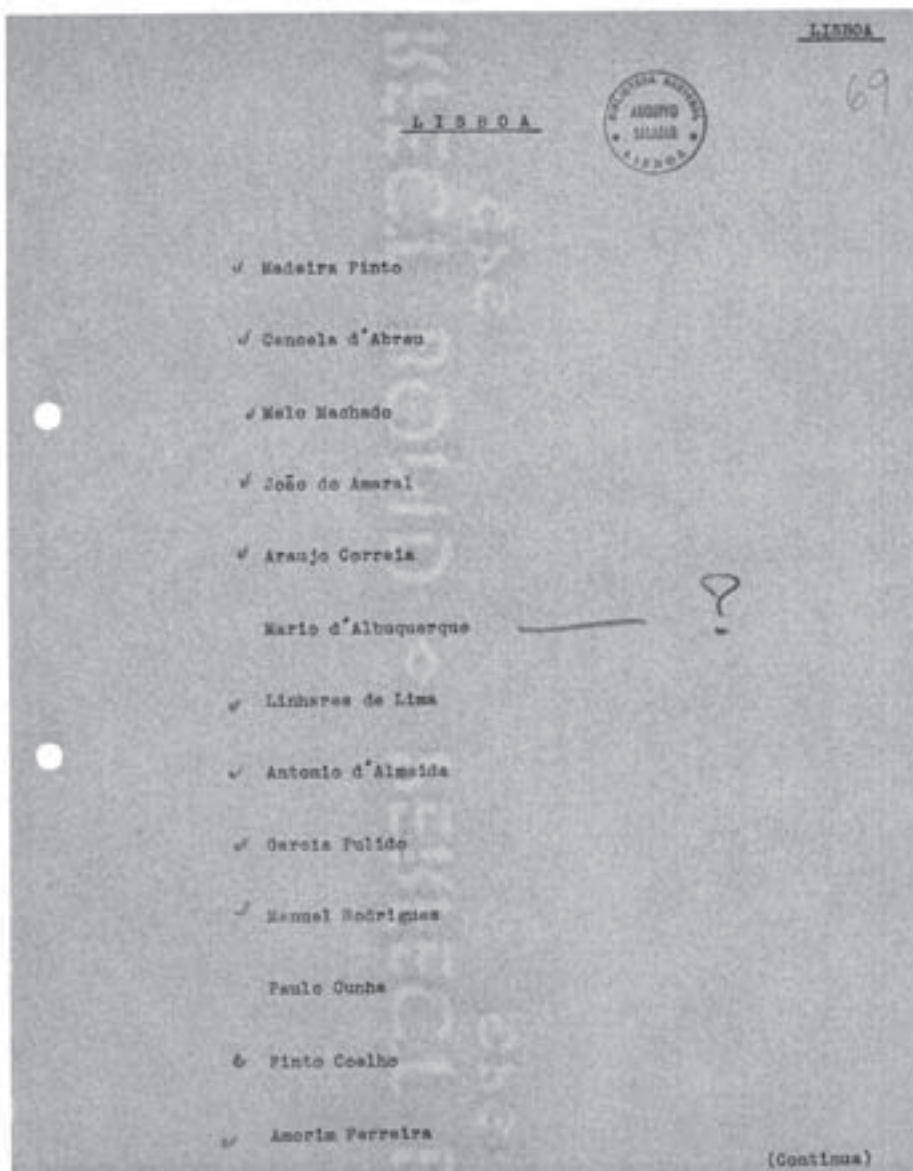


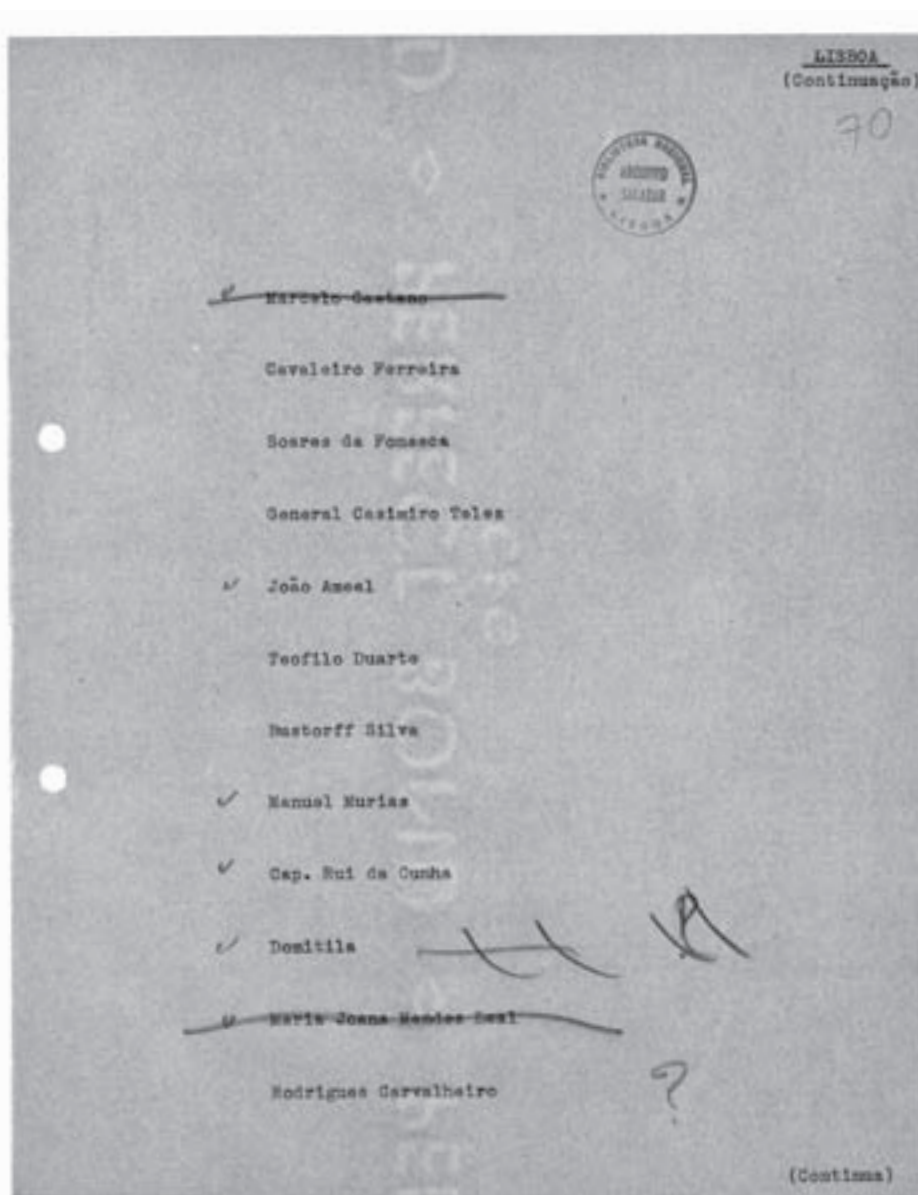


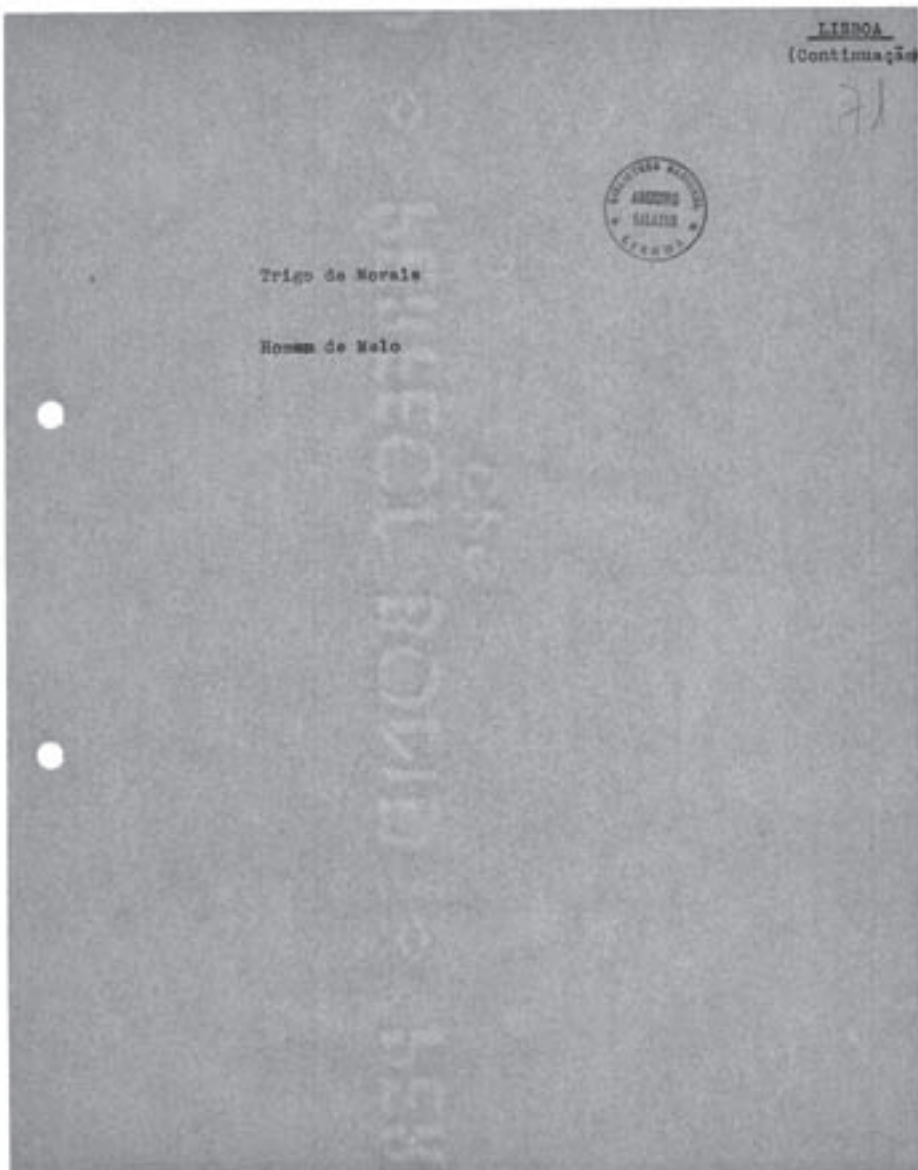


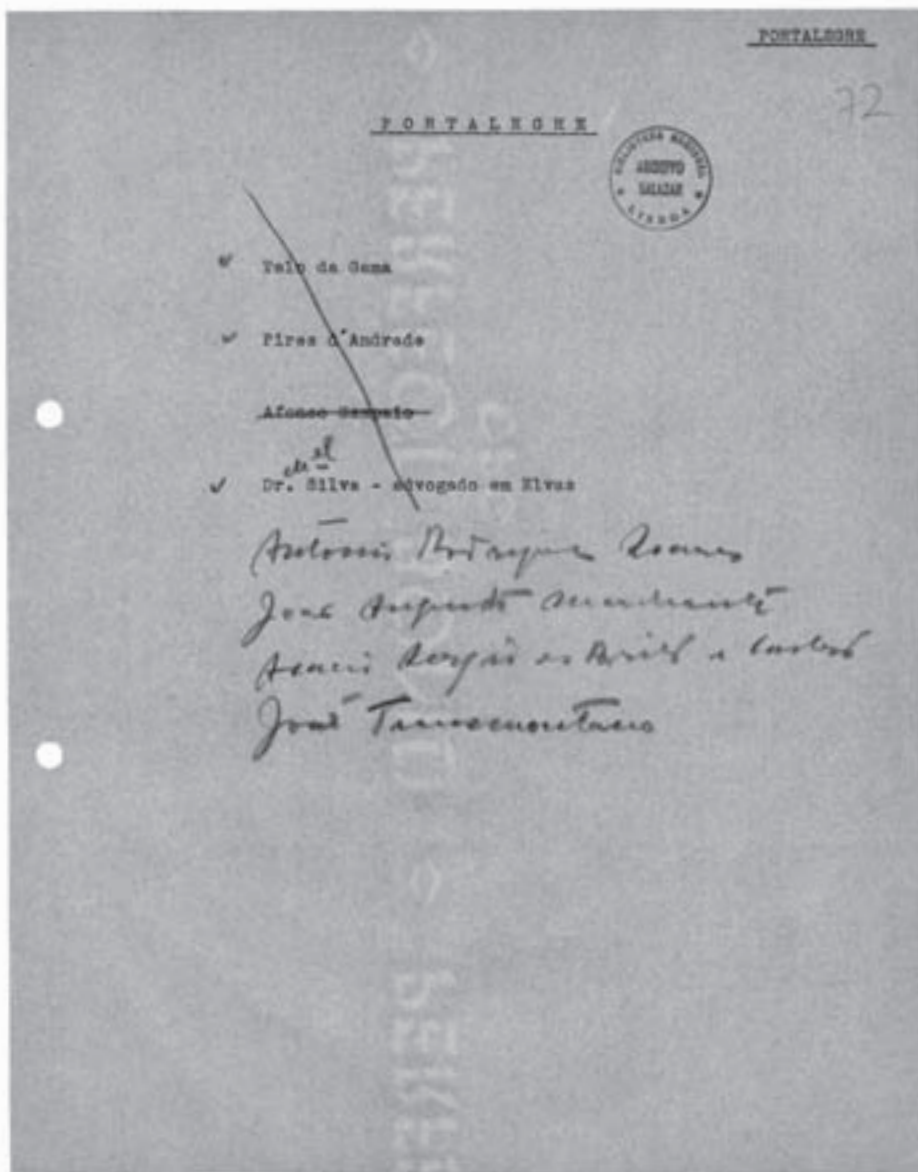


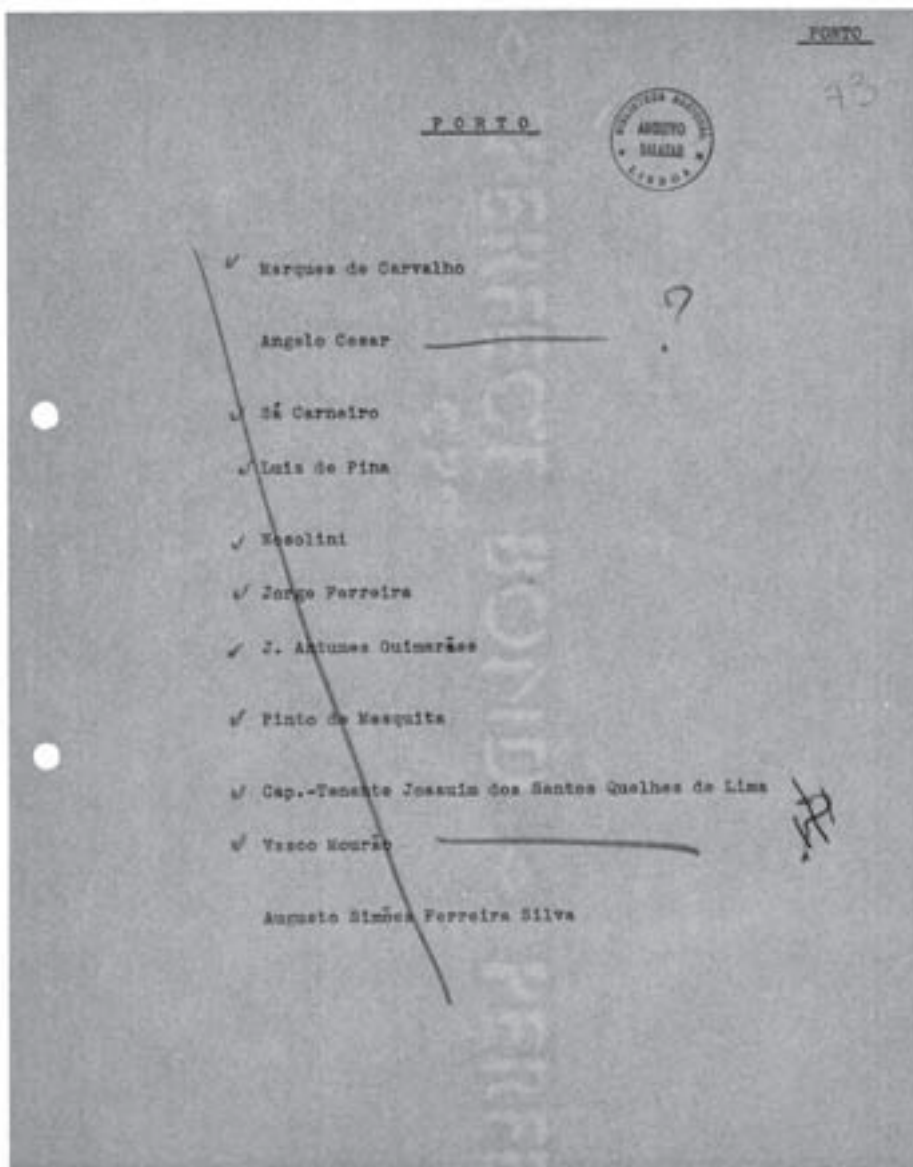


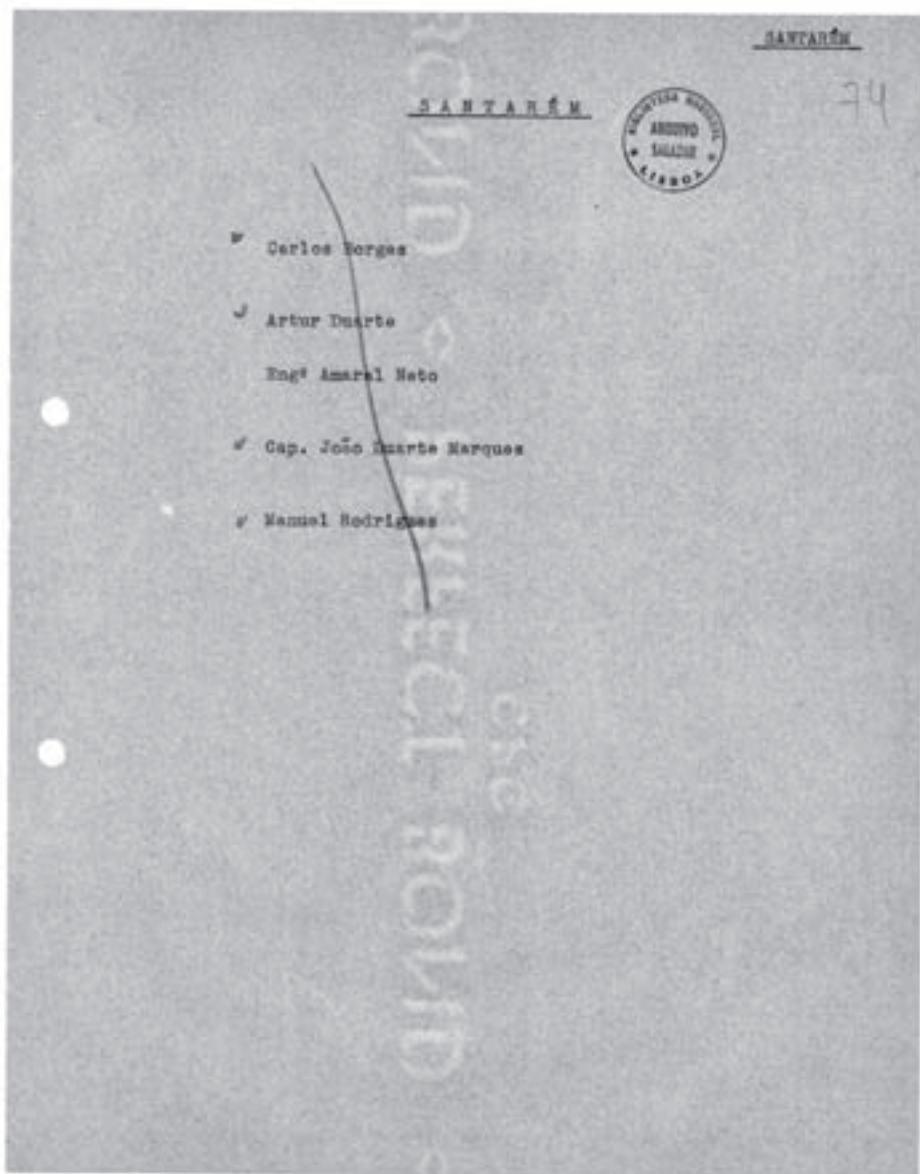


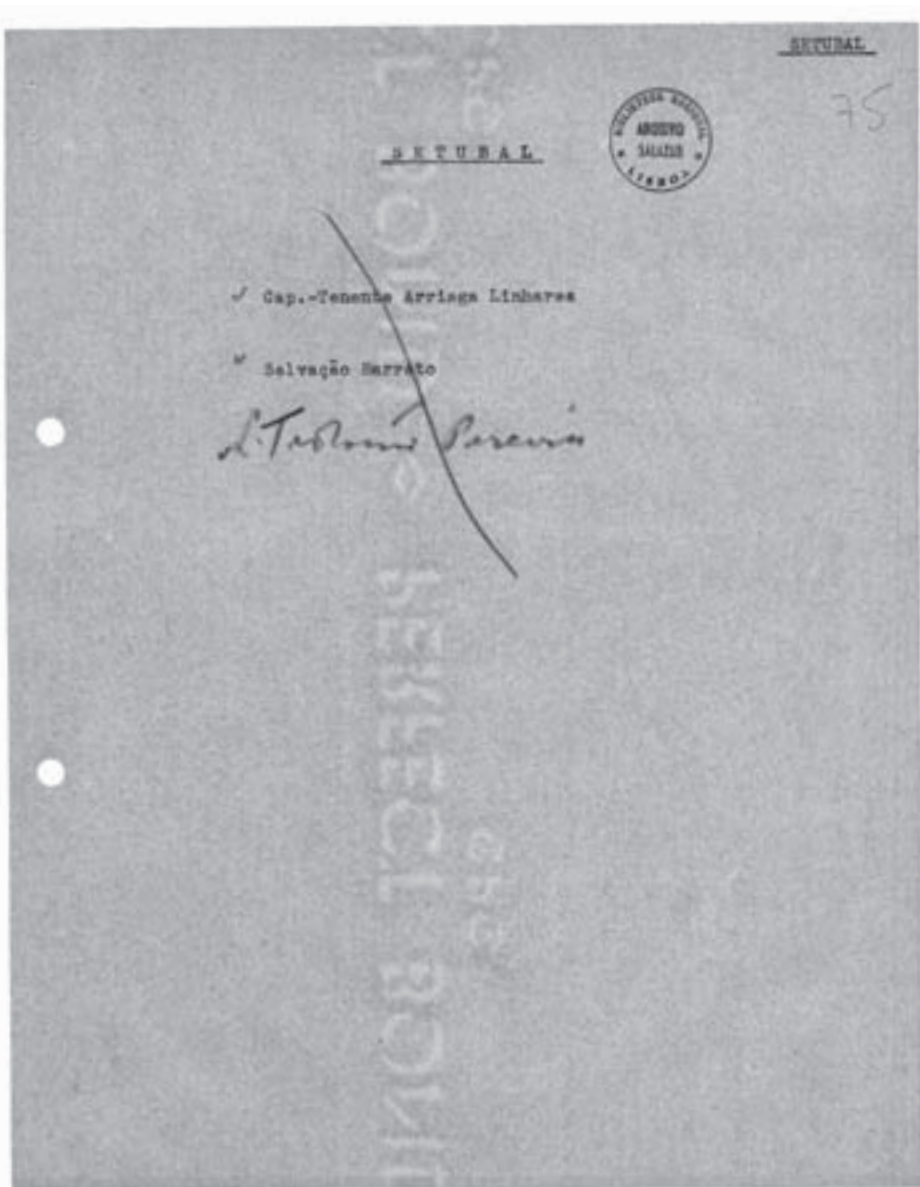


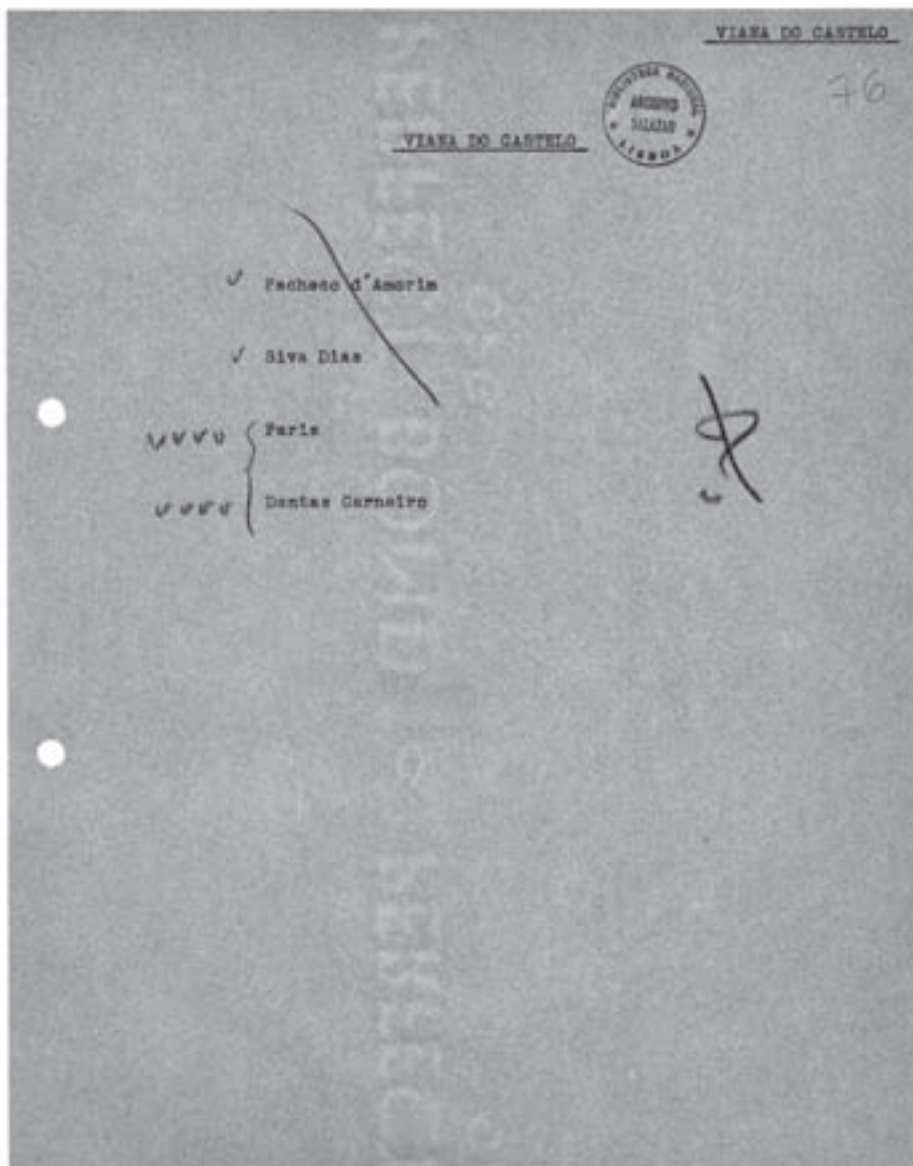


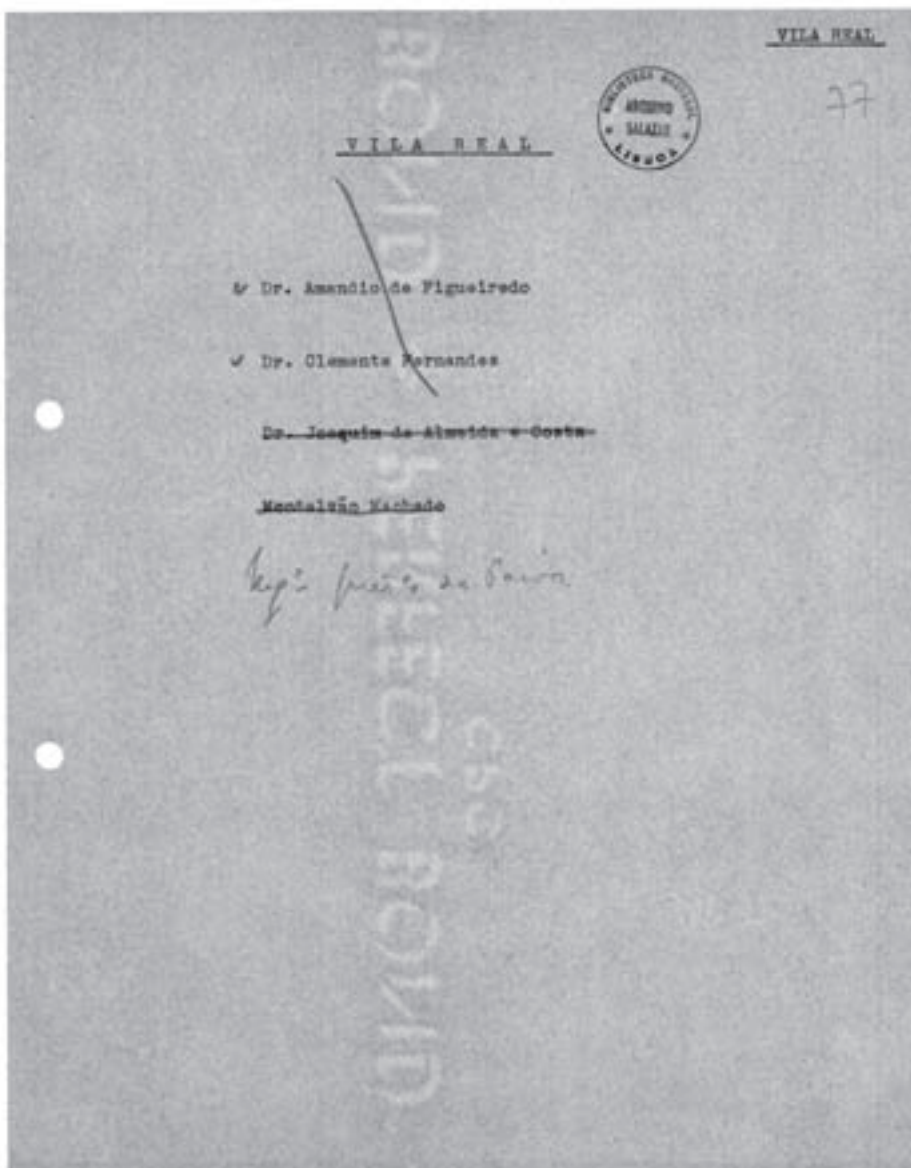


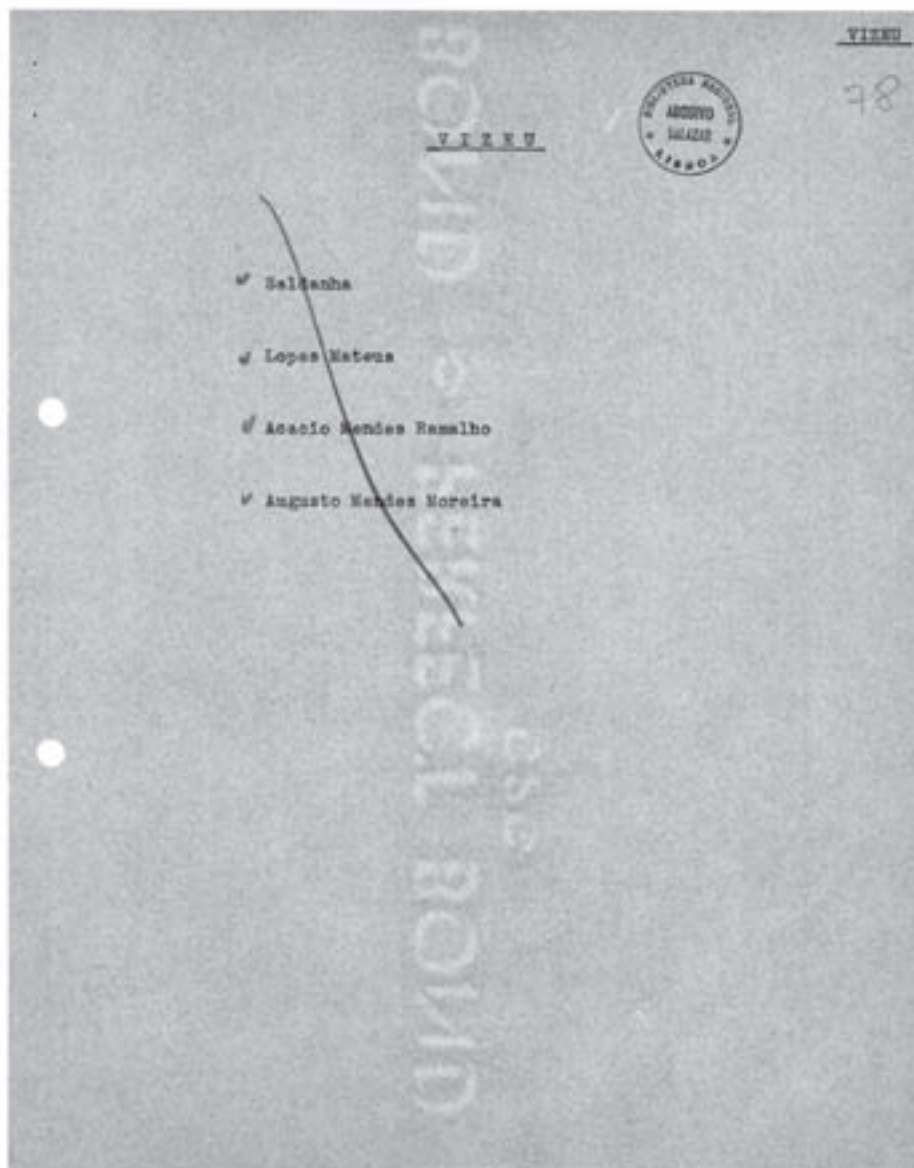


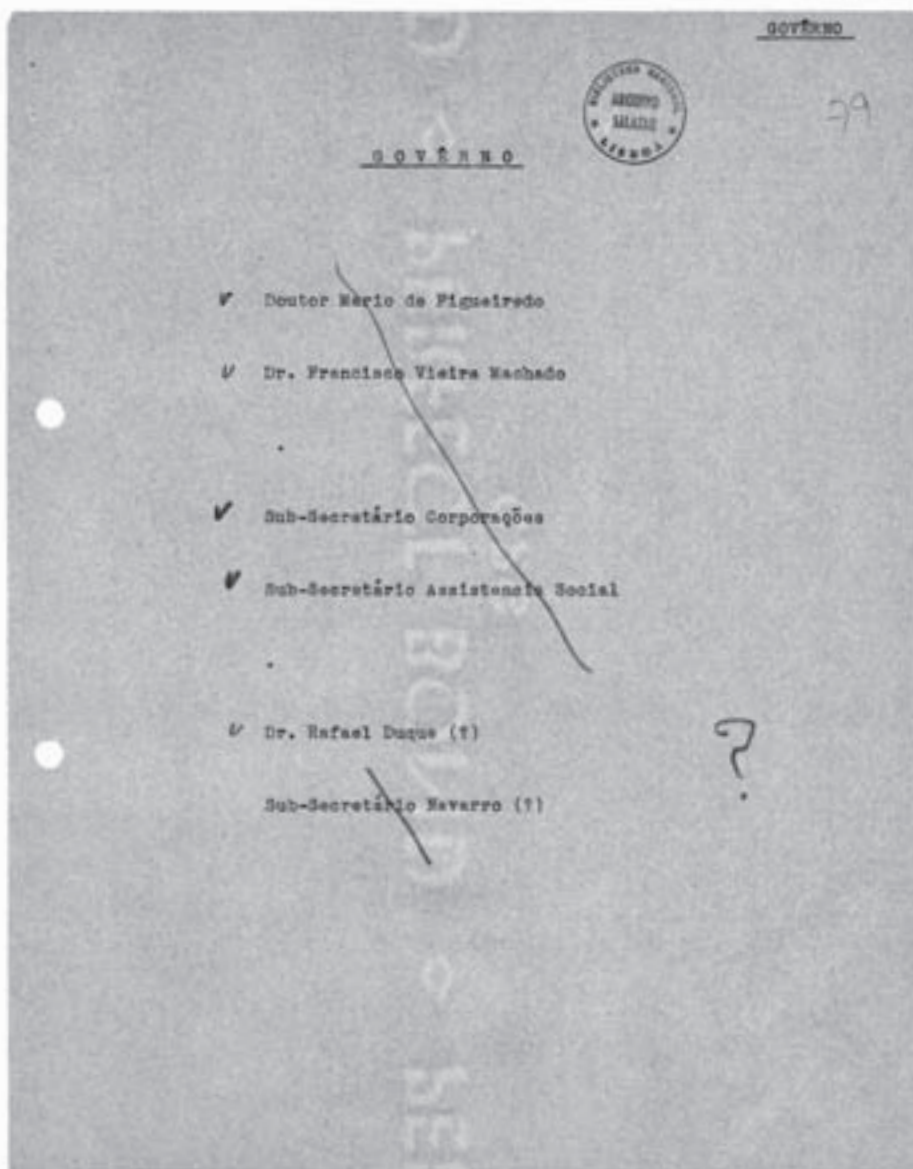












Análise da Lista “Distritos”

Aveiro Nome	Deputado em 1942	Sinal “v”	Notas	Deputado em 1945 (círculo)
Castro Soares				
Abel Condesso				
Afonso Queiró		riscado		
António Cristo	x	vv		
Marques Mano	x	v		Moçambique
João Neves	x	v		
Pinto dos Reis	x	v		Lisboa

Beja Nome	Deputado em 1942	Sinal “v”	Notas	Deputado em 1945 (círculo)
Lobão	x	v		Beja
Quirino Mealha	x	v		
Vasco da Costa Mira			à mão Salazar	
Leonel Pedro Cunha e Silva			à mão Salazar	
André Bravo		riscado	à mão Salazar	
Fernando Oliveira		vvvv	à mão Salazar	

Braga Nome	Deputado em 1942	Sinal “v”	Notas	Deputado em 1945 (círculo)
Alberto Cruz	x	v		Beja
Braga da Cruz	x		riscado	Braga
Augusto Cerqueira Gomes		v		Braga
José Rodrigues Sá Abreu	x	v	à mão Salazar	
Manuel Domingues Bastos (Padre)			à mão Salazar	
Francisco Fernandes Prieto	x		à mão Salazar	Braga
João Rocha Sanches			à mão Salazar	
Matos Graça			à mão Salazar	

Bragança Nome	Deputado em 1942	Sinal “v”	Notas	Deputado em 1945 (círculo)
Carlos Moreira		riscado		
Águedo	x	v		
Sá Alves		riscado	?	Bragança
Guardiola	x	vvvv	?	
Armando Pires		riscado	à mão Salazar	
Salvador Teixeira	x	v	à mão Salazar	Bragança

Castelo Branco Nome	Deputado em 1942	Sinal “v”	Notas	Deputado em 1945 (círculo)
Alexandre Veloso	x	v		
Francisco Garret				
Carlos Farinha			riscado	
Francisco Marques			riscado	
Ribeiro Cardoso		à mão Salazar	riscado	
Marques da Graciosa	v	à mão Salazar	riscado	
José Ranito Baltasar	x	vvvv	à mão Salazar	
Alfredo Soares de Melo		vvv	à mão Salazar	

Coimbra Nome	Deputado em 1942	Sinal “v”	Notas	Deputado em 1945 (círculo)
Alberto dos Reis	x	v		
João Porto			riscado	
Luis Raposo			riscado	
Serras Pereira			riscado	
Ulisses Cortes	x	v		Lisboa
João Ameal	x	v		Vila Real

Évora Nome	Deputado em 1942	Sinal “v”	Notas	Deputado em 1945 (círculo)
Montenegro Fernandes		v		
Camarate de Campos	x	v		Évora
Bartolomeu Gromicho	x	v		
João Mexia	x	v		Évora
Ricardo Gião			à mão Salazar	Évora
António José Marques			à mão Salazar	
Luis Perdigão Sousa Carvalho			à mão Salazar	

Faro Nome	Deputado em 1942	Sinal “v”	Notas	Deputado em 1945 (círculo)
Ramires	x	v		Faro
Capitão Neto				
Pêra		6 riscos	?	
Joaquim Arnaut Pombeiro	x	v		

Guarda Nome	Deputado em 1942	Sinal “v”	Notas	Deputado em 1945 (círculo)
Dinis da Fonseca	x	v		Lisboa
Cónego Matos	x	v		Guarda
Alçada Guimarães	x	v		Castelo Branco
José Cabral	x	v		Guarda
Lopes da Fonseca	x		?	Vila Real
Soares da Fonseca	x			Guarda

Leiria Nome	Deputado em 1942	Sinal “v”	Notas	Deputado em 1945 (círculo)
Sampaio Rio			riscado	
Crespo			riscado	
Ribeiro Ferreira	x	v		Leiria
Gorjão Henriques		vvvv	à mão Salazar	
Fernando Correia		vvvv	à mão Salazar	

Portalegre Nome	Deputado em 1942	Sinal “v”	Notas	Deputado em 1945 (círculo)
Telo da Gama	x	v		
Pires de Andrade	x	v		
Afonso Sampaio				
Silva	x	v		
Antonio Rodrigues Soares			à mão Salazar	
José Augusto Marchante			à mão Salazar	
Acácio Sergio de Brito e Castro			à mão Salazar	
José Transmontano			à mão Salazar	

Lisboa Nome	Deputado em 1942	Sinal “v”	Notas	Deputado em 1945 (círculo)
Madeira Pinto	x	v		Setubal
Cancela Abreu		v		Aveiro
Melo Machado	x	v		Lisboa
João do Amaral	x	v		Santarém
Araújo Correia	x	v		Castelo Branco
Mário de Albuquerque	x		?	
Linhares de Lima	x	v		Horta
Antonio de Almeida	x	v		
Garcia Pulido		v		
Manuel Rodrigues	x	v		
Paulo Cunha				
Pinto Coelho		v		Castelo Branco
Amorim Ferreira	x	v		Ponta Delgada
Marcelo Caetano		v	riscado	
Cavaleiro Ferreira				
Soares da Fonseca	x			Guarda
Casimiro Teles				
João Ameal	x	v		Vila Real
Teófilo Duarte				Timor
Bustorff Silva				Lisboa
Manuel Múrias	x	v		Viseu
Rui da Cunha	x	v		
Domitila		v	2 riscos	?

Lisboa Nome	Deputado em 1942	Sinal “v”	Notas	Deputado em 1945 (círculo)
Maria Joana Mendes Leal		v	riscada	
Rodrigues Carvalho	x			
Trigo de Morais				
Homem de Melo				Lisboa

Porto Nome	Deputado em 1942	Sinal “v”	Notas	Deputado em 1945 (círculo)
Marques de Carvalho	x	v		Porto
Ângelo César	x		?	
Sá Carneiro	x	v		Braga
Luis de Pina	x	v		
Nossolini	x	v		Viana Castelo
Jorge Ferreira	x	v		Porto
Antunes Guimarães	x	v		Porto
Pinto de Mesquita		v		
Joaquim Quelhas de lima	x	v		Porto
Vasco Mourão		v	?	
Augusto Simões Ferreira Silva		v		

Santarém Nome	Deputado em 1942	Sinal “v”	Notas	Deputado em 1945 (círculo)
Carlos Borges	x	v		Santarém
Artur Duarte	x	v		Santarém
Amaral Neto				
João Duarte Marques	x	v		
Manuel Rodrigues	x	v		

Setúbal Nome	Deputado em 1942	Sinal “v”	Notas	Deputado em 1945 (círculo)
Arriaga Linhares	x	v		
Salvação Barreto	x	v		
Luis Teotónio Pereira			à mão Salazar	Setúbal

Viana do Castelo Nome	Deputado em 1942	Sinal “v”	Notas	Deputado em 1945 (círculo)
Pacheco de Amorim		v		Coimbra
Silva Dias	x	v		Viana Castelo
Paris	x	vvvv	?	Viana Castelo
Dantas Carneiro		vvvv	?	

Vila Real Nome	Deputado em 1942	Sinal “v”	Notas	Deputado em 1945 (círculo)
Amândio de Figueiredo	x	v		
Clemente Fernandes	x	v		
Joaquim de Almeida e Costa			riscado	
Montalvão machado			riscado	
Guedes de Paiva			à mao	

Viseu Nome	Deputado em 1942	Sinal “v”	Notas	Deputado em 1945 (círculo)
Saldanha	x	v		45 Viseu
Lopes Mateus		v		
Acácio Mendes Ramalho	x	v		
Augusto Mendes Moreira	x	v		

Governo Nome	Deputado em 1942	Sinal “v”	Notas	Deputado em 1945 (círculo)
Mário de Figueiredo	x	v		Lisboa
Francisco Vieira Machado	x	v		
SSE Corporações	x	v		Coimbra
SSE Assistência Social	x	v		Lisboa
Rafael Duque	x	v		Santarém
SSE Navarro			?	Lisboa

Açores	Deputado em 1942	Sinal “v”	Notas 1	Notas 2	Deputado em 1945 (círculo)
Linhares de Lima	x	vv		Horta	Ponta Delgada
Arriaga Linhares	x	vv		Horta	
Amorim Ferreira	x	vv		Ponta Delgada	Ponta Delgada
António Marques Bettencourt		vv	riscado	Ponta Delgada	
Fernando Borges	x	vv		Angra	
Hintze Ribeiro	x		à mão Salazar	Ponta Delgada	
Cândido Pamplona Forjaz	x		à mão Salazar	Angra	
Côrte-Real			à mão Salazar	Angra	São Tome
Narciso Machado			à mão Salazar		

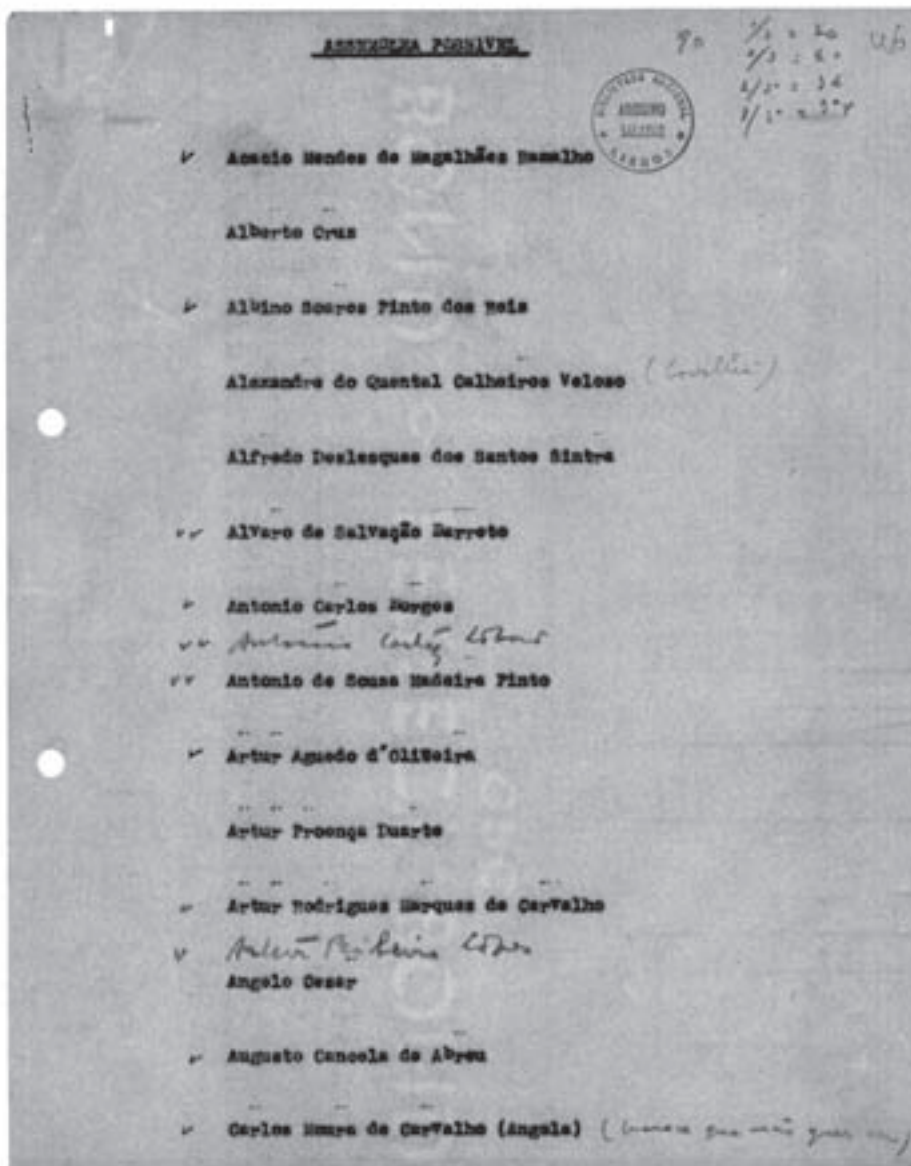
Madeira Nome	Deputado em 1942	Sinal “v”	Notas	Deputado em 1945 (círculo)
Juvenal	x	vv		
Favila	x	vv		Funchal
Pestana Reis		v		
Ferreira Rosa		vv		
Paulo Cunha				
Luis Vieira de Castro	x		à mão	Viana Castelo

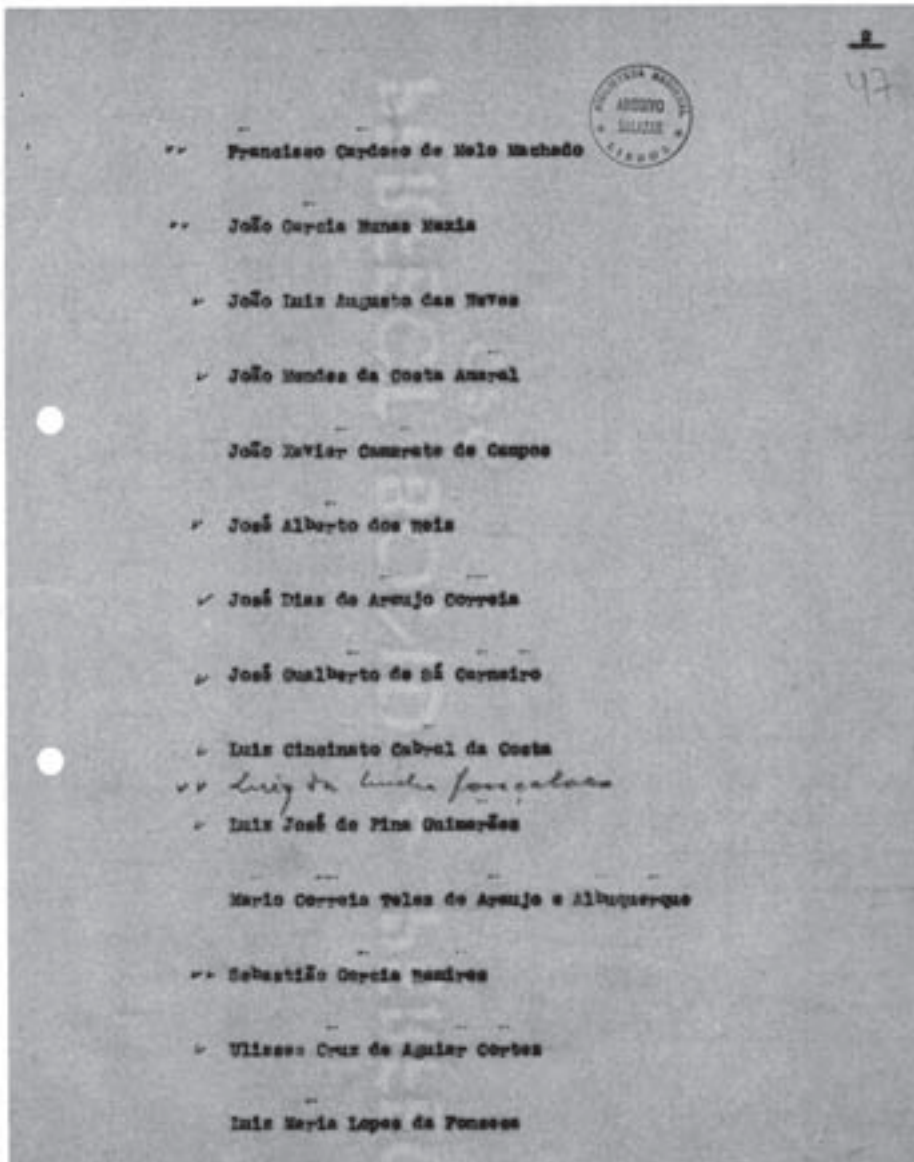
Colónias Nome	Deputado em 1942	Sinal “v”	Notas 1	Notas 2	Deputado em 1945 (círculo)
Carlos Moura Carvalho	x	v			Mocambique
Bicudo de Medeiros	x	vv			Mocambique
Marques Mano	x	vv			Mocambique
Antonio Almeida	x	vv			
Antonio Aguiar				Administrador BNU	
Antonio Aires				Medico veterinário	
Manuel Ferreira Rosa		vv	riscado		
Teófilo Duarte			?	Militar	Timor
Marino da Fonseca				??	
Nunes de Oliveira			à mão Salazar	??	
Gonçalo Cabral			à mão Salazar	Militar	Índia
Jerónimo Carneiro			à mão Salazar	??	
Júlio César Andrade Freire			à mão Salazar	Advogado	São Tome

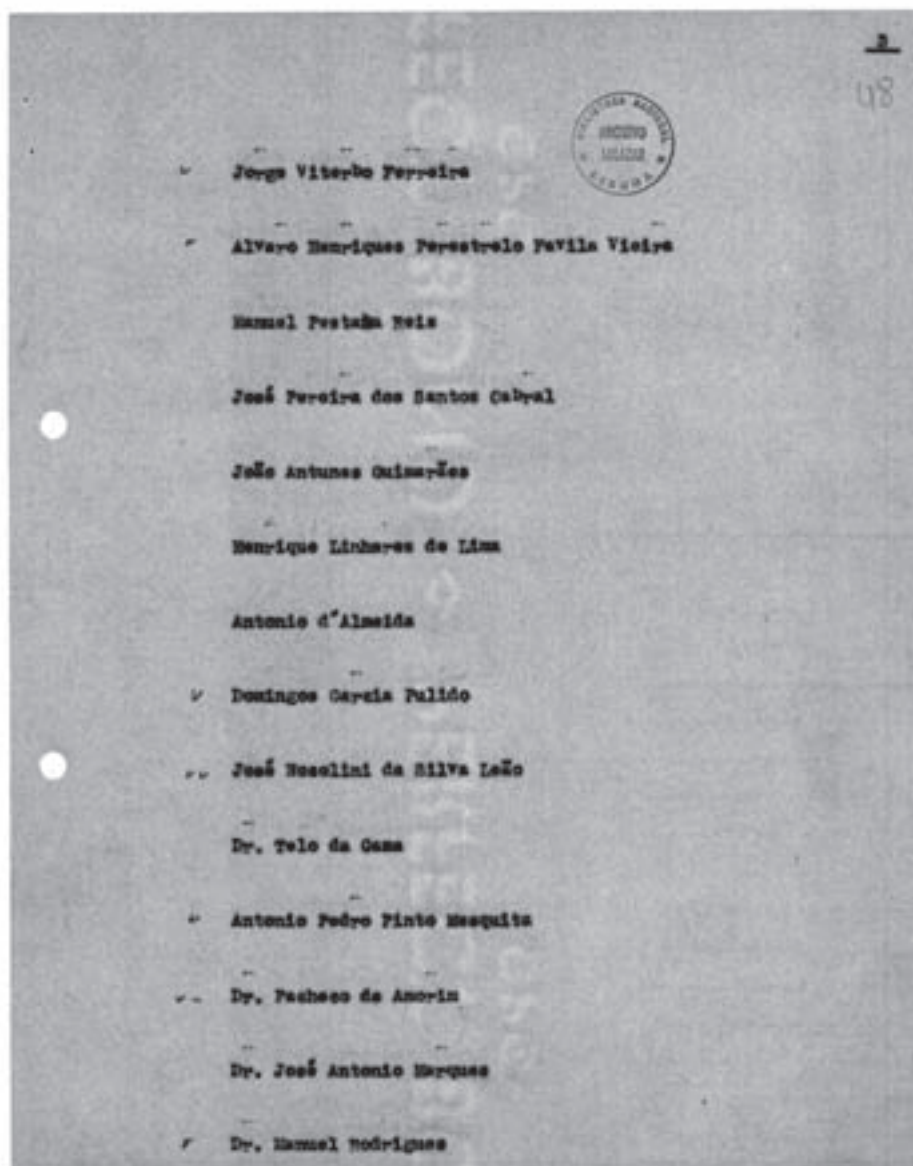
Anexo 9

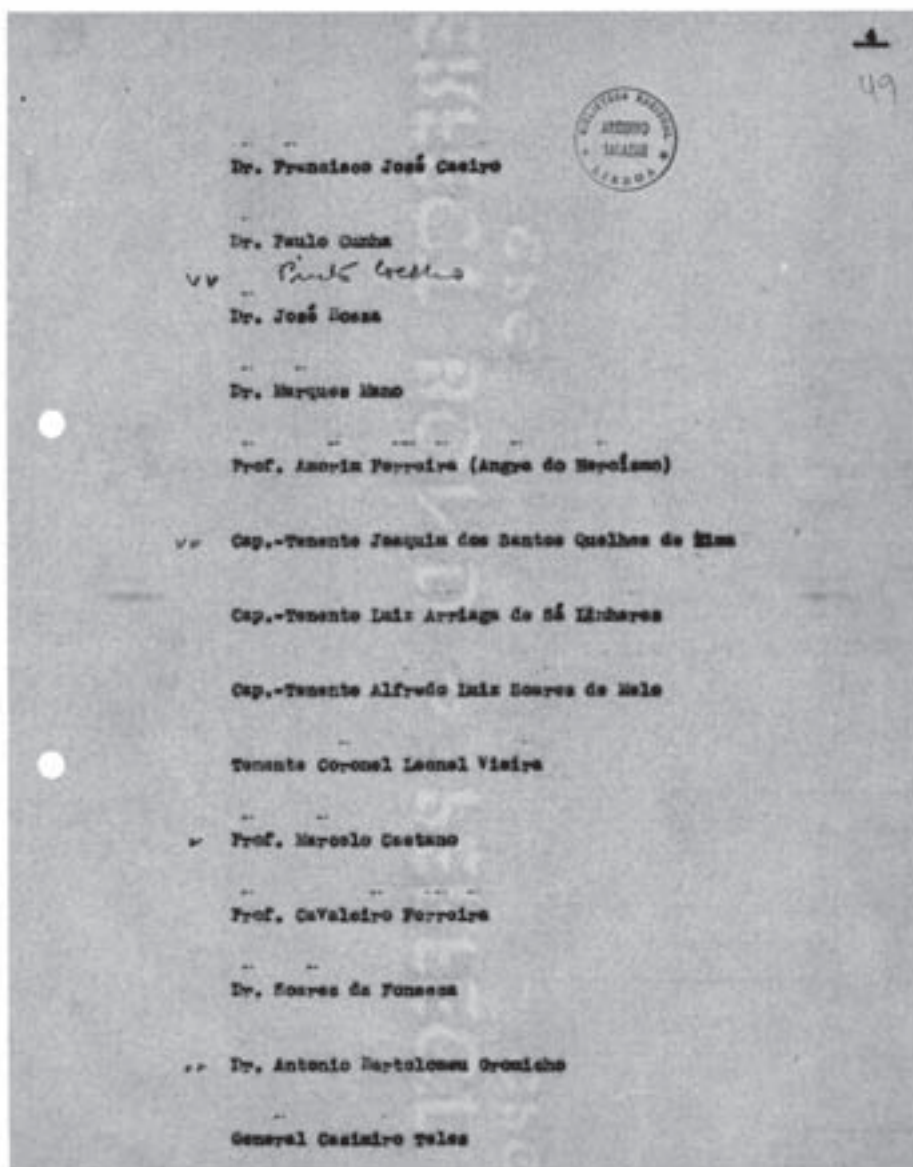
Lista “Assembleia Possível”

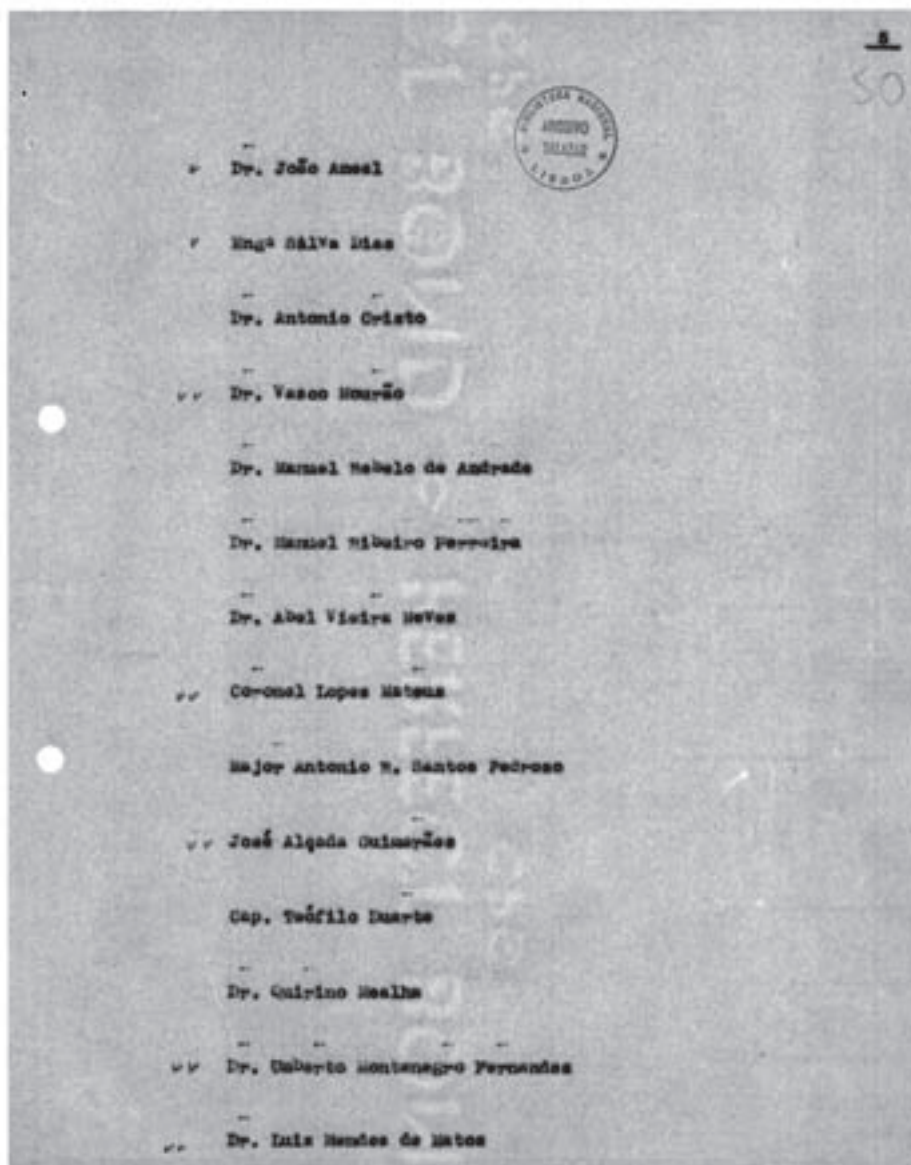
Abexo 9: cf. IANTT/AOS/CO/PC 17A, p. 46-52.

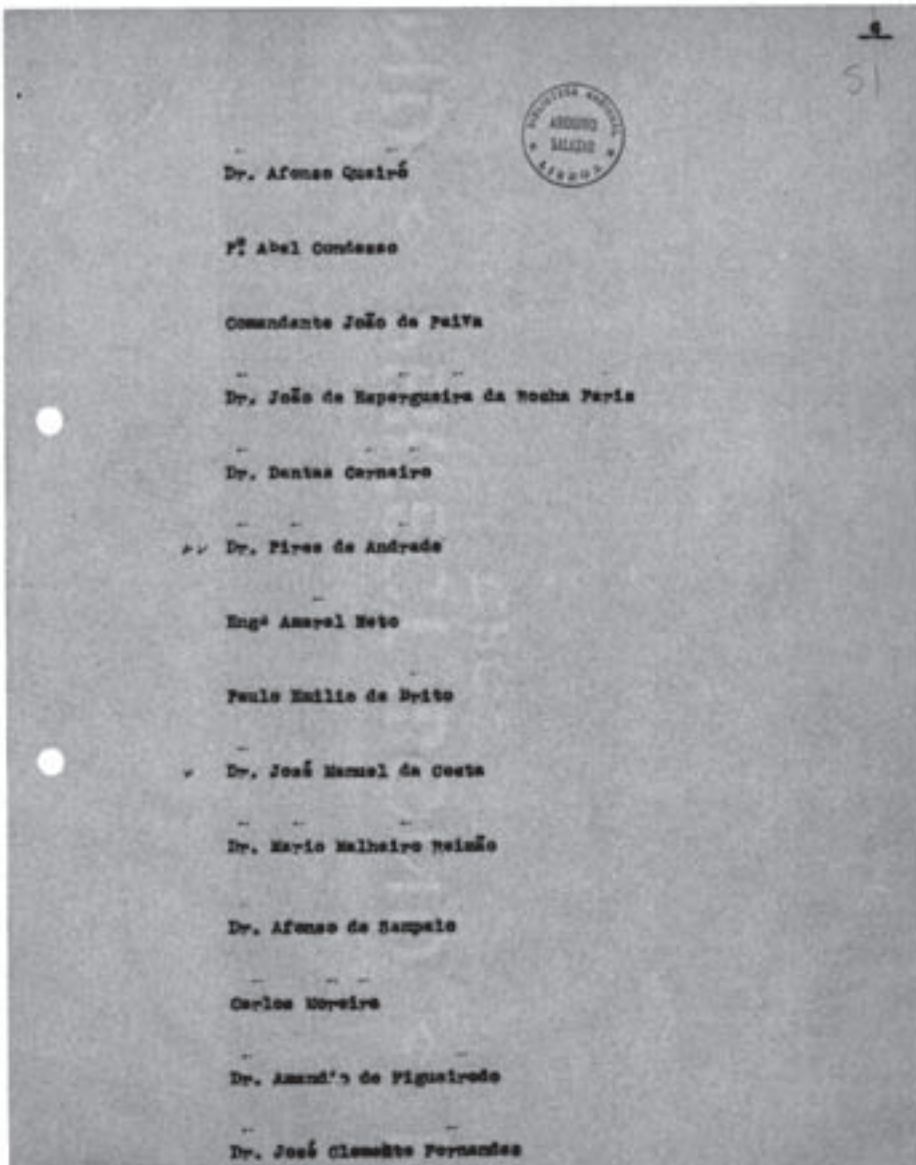


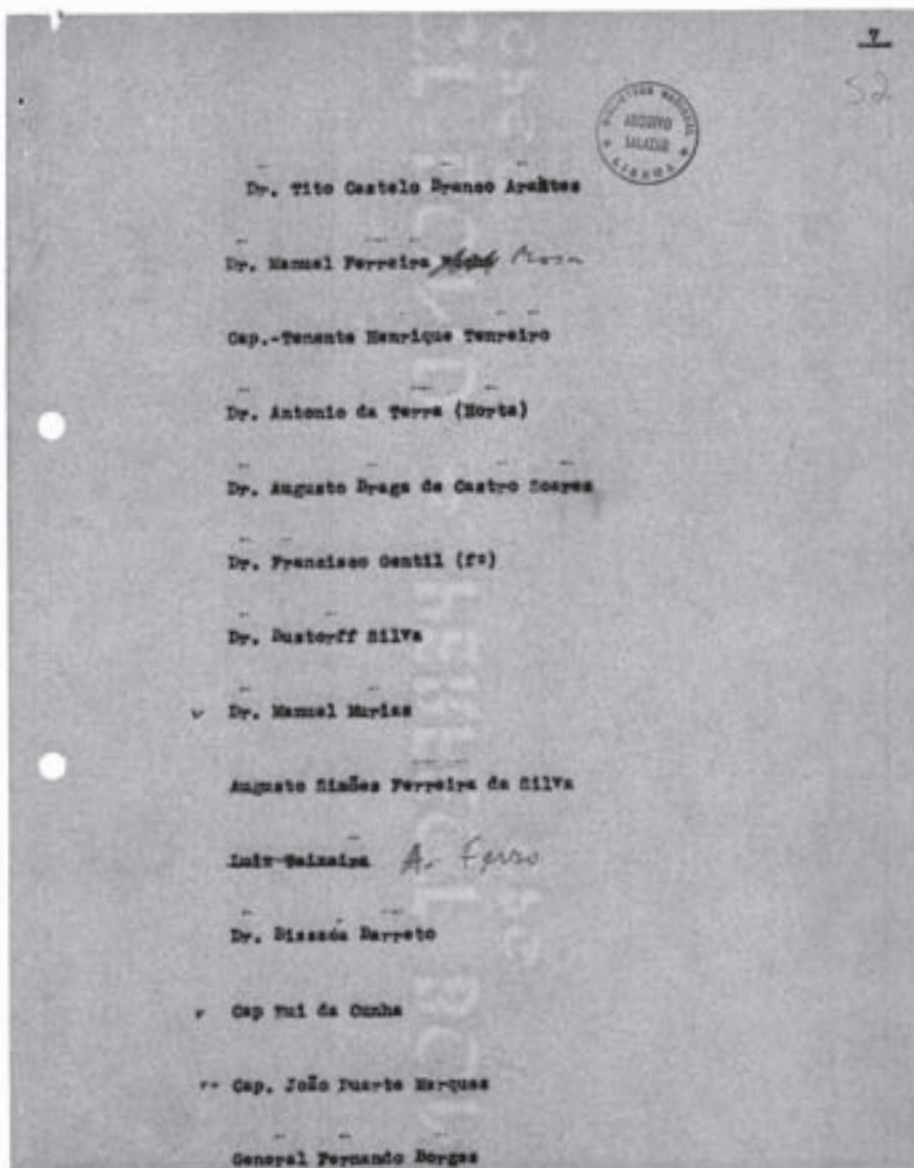












Análise da lista “Assembleia Possível”

Tabela 25 – Lista-base “Assembleia Possível” (páginas 1 e 2)

Nome	Legislatura (até 1945)			Página	Sinal “v”	Notas
Acácio Mendes de Magalhães Ramalho			42	1-2	v	
Alberto Cruz	34	38	42	1-2		
Albino Soares Pinto dos Reis Júnior	34	38	42	1-2	v	
Alexandre de Quental Calheiros Veloso		38	42	1-2		covilhã
Alfredo Deslandes Sintra				1-2		
Álvaro Salvação Barreto		38	42	1-2	vv	
Ângelo César Machado	34	38	42	1-2		
António Carlos Borges	34	38	42	1-2	v	
António Cortês Lobão	34	38	42	1-2	vv	acrescentado à mão
António de Sousa Madeira Pinto	34	38	42	1-2	vv	
Artur Águedo de Oliveira	34	38	42	1-2	v	
Artur Proença Duarte	34	38	42	1-2		
Artur Ribeiro Lopes		38	42	1-2	vv	acrescentado à mão
Augusto Cancela de Abreu				1-2	v	
Artur Rodrigues Marques de Carvalho	34	38	42	1-2		
Carlos Moura de Carvalho		38	42	1-2	v	parece que não quer
Francisco Cardoso de Melo Machado	34	38	42	1-2	vv	
João Garcia Nunes Mexia		38	42	1-2	vv	
João Luís Augusto das Neves	34	38	42	1-2	v	
João Mendes da Costa Amaral	34	38	42	1-2	v	
João Xavier Camarate de Campos	34	38	42	1-2		
José Alberto dos Reis	34	38	42	1-2	v	
José Dias de Araújo Correia	34	38	42	1-2	v	
José Gualberto de Sá Carneiro		38	42	1-2	v	
Luís Cincinato Cabral da Costa		38	42	1-2	v	
Luís da Cunha Gonçalves	34	38	42	1-2	vv	acrescentado à mão
Luís José de Pina Guimarães		38	42	1-2	v	
Luís Maria Lopes da Fonseca	34	38	42	1-2		

Nome	Legislatura (até 1945)			Página	Sinal “v”	Notas
Mário Correia Teles de Araújo e Albuquerque		38	42	1-2		
Sebastião Garcia Ramires	34	38	42	1-2	vv	
Ulisses Cruz de Aguiar Cortês	34	38	42	1-2	v	

Tabela 26 – Lista “Assembleia Possível” (Páginas 3 a 6)

Nome	Legislatura (até 1945)			Página	Sinal “v”	Notas
António de Almeida		38	42	3-6		
Álvaro Henriques Perestrelo de Favila Vieira	34	38	42	3-6	v	
António Pedro Pinto Mesquita				3-6	v	
Domingos Garcia Pulido				3-6	v	
Francisco da Silva Telo da Gama			42	3-6		
Henrique Linhares de Lima	34	38	42	3-6		
João Antunes Guimarães	34	38	42	3-6		
Jorge de Viterbo Ferreira	34	38	42	3-6	v	
José António Marques						
José Nosolini Pinto Osório da Silva Leão	34		42	3-6	vv	
José Pereira dos Santos Cabral	34	38	42	3-6		
Manuel Pestana Reis				3-6		
Manuel Rodrigues				3-6	v	
Pacheco do Amorim				3-6	v	
Alfredo Luís Soares de Melo			42	3-6		cap-tenente
António Bartolomeu Gromicho			42	3-6	v	
José Bossa				3-6		
Casimiro Teles				3-6		general
Cavaleiro Ferreira				3-6		
Francisco José Caeiro				3-6		
Joaquim dos Santos Quelhas Lima			42	3-6	vv	cap-tenente
José Soares da Fonseca			42	3-6		
Leonel Vieira				3-6		tem coronel
Luís de Arriaga de Sá Linhares			42	3-6		

(Continua)

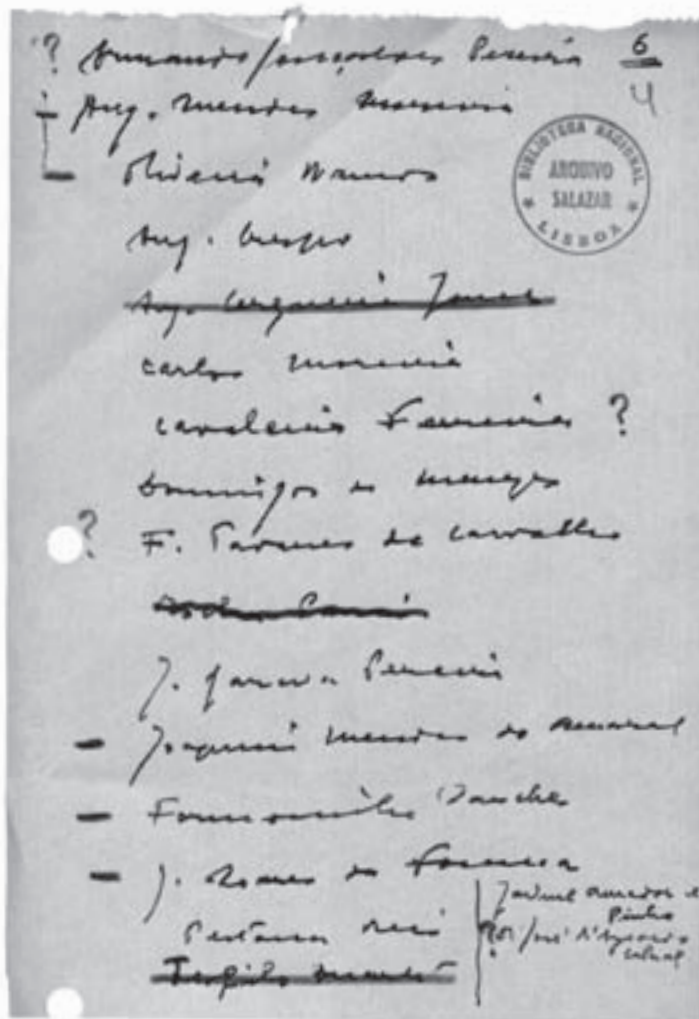
Nome	Legislatura (até 1945)		Página	Sinal “v”	Notas
Manuel da Cunha e Costa Marques Mano		42	3-6		
Marcelo Caetano			3-6	v	
Paulo Cunha			3-6		
Pinto Coelho			3-6	vv	acrescentado a mao
Herculano Amorim Ferreira		42	3-6		Angra H
Abel Vieira Neves			3-6		
António de Almeida Silva e Cristo		42	3-6		
António R. Santos Pedroso			3-6		major
Humberto Montenegro Fernandes			3-6	vv	
João Ameal		42	3-6	v	
José Alçada Guimarães	38	42	3-6	v	
José Luís da Silva Dias		42	3-6	v	
Lopes Mateus			3-6	vv	coronel
Luís Mendes de Matos		42	3-6	vv	
Manuel José Ribeiro Ferreira	34	42	3-6		
Manuel Rebelo de Andrade			3-6		
Quirino dos Santos Mealha		42	3-6		
Teófilo Duarte			3-6		
Vasco Mourão			3-6	vv	
Abel Condesso			3-6		
Afonso de Sampaio			3-6		
Afonso Queiró			3-6		
Amândio Rebelo de Figueiredo		42	3-6		
Amaral Neto			3-6		
Carlos Moreira			3-6		
Dantas Carneiro			3-6		
João de Espregueira da Rocha Páris		42	3-6		
João de Paiva			3-6		
João Pires Andrade		42	3-6	v	
José Clemente Fernandes		42	3-6		
José Manuel da Costa		42	3-6	v	
Mário Malheiro Reimao			3-6		
PauloEmilio de Brito			3-6		
Antonio da Terra			3-6		Horta

(Continua)

Nome	Legislatura (até 1945)			Página	Sinal “v”	Notas
Antonio Ferro				3-6		acrescentado a mão
Augusto Braga de Castro Soares				3-6		
Augusto Ferreira da Silva				3-6		
Bissaia Barreto				3-6		
Bustorff Silva				3-6		
Fernando Augusto Borges Júnior	34		42	3-6		
Francisco Gentil				3-6		
Henrique Tenreiro				3-6	V	cap-tenente
João Duarte Marques			42	3-6	vv	capitão
Manuel Ferreira Rosa				3-6		
Manuel Maria Múrias Júnior			42	3-6	v	
Rui Pereira da Cunha			42	3-6	v	capitão
Tito Castelo Branco Arantes				3-6		
Luis Teixeira				3-6		riscado

Anexo 10

Lista de Salazar (incompleta) ("Salazar 1")



Anexo 10: cf. IANTT/AOS/CO/PC 17A, p. 4.

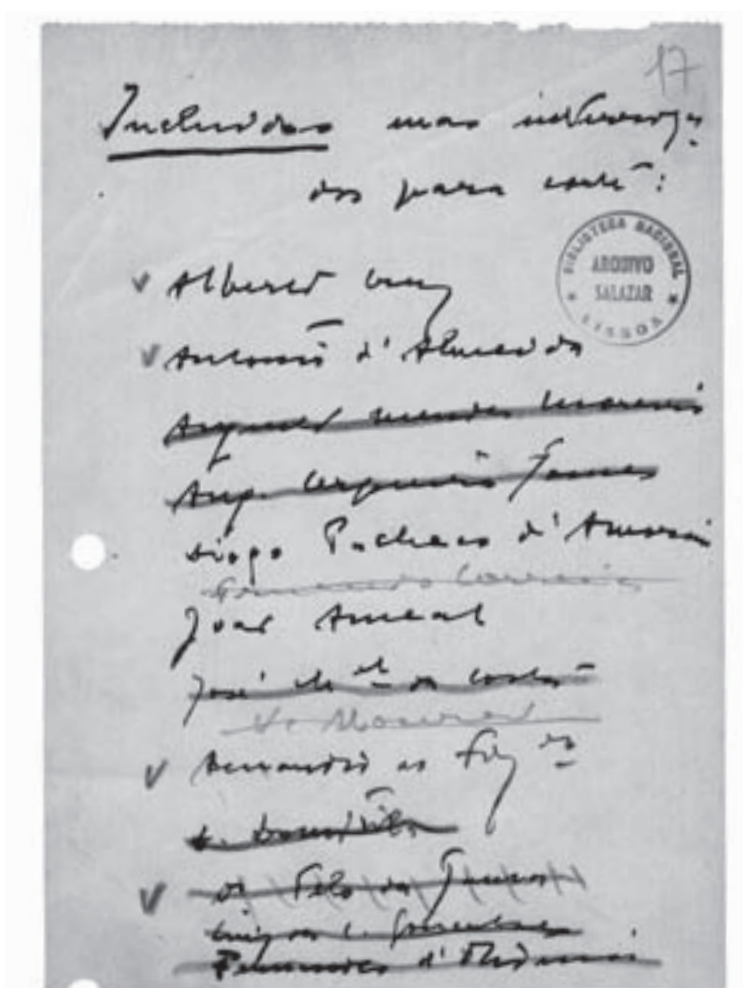
Análise da Lista “Salazar 1”

Tabela 27 – Lista Salazar 1

Nome	Deputado em 19MP 42	Notas
Gonçalves Pereira		?
Augusto Mendes Moreira	X	traço
Oliveira Ramos		traço
António Cristo	X	
Augusto Cerqueira Gomes		riscado
Carlos Moreira		
Cavaleiro Ferreira		?
Domingos de Meneses		
F Tavares de Carvalho		?
??? Carneiro		riscado
J. Garcia Pereira		
Joaquim Mendes do Amaral	X	traço
Formosinho Sanches	X	traço
J. Soares da Fonseca	X	traço
Pestana Reis		
Teófilo Duarte		riscado
Jaime Amador Pinho	X	
José Azevedo Cabral		?

Anexo 11

Listas “Incluídos mas indicados para corte” e “Excluídos mas a considerar” (“Salazar 2”)



Anexo 11: cf: IANTT/AOS/CO/PC 17A, p. 17-18.

18

Exclusões nas eleições -
partes para apro-
vitar-se com

✓ José Manuel Branco
✓ José Luís Cabral
Augusto Branco
Carlos Moreira
Branquinho de Almeida
F. Passos de Carvalho
José Manuel Mendes do Amaral
✓ Augusto
Fernando de Almeida
✓ António de Albuquerque
✓ Braga da Cruz
✓ Lopes de Almeida
✓ Manuel de Albuquerque
✓ Rodrigues de Almeida
~~Francisco José~~ Francisco Pereira



Análise da Lista “Salazar 2” (“excluídos mas interrogados para aproveitamento eventual” e “incluídos mas interrogados para corte”)

Tabela 28 – Incluídos mas interrogados para corte

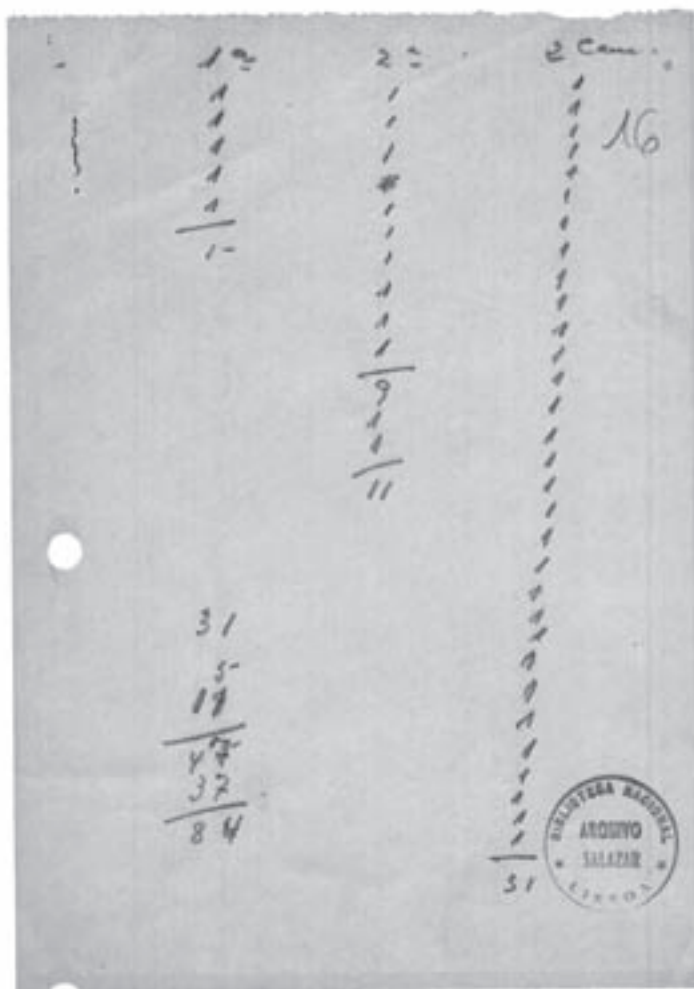
Nome	Deputado em 1942
Alberto Cruz	x
António de Almeida	x
Augusto Mendes Morais	
Augusto Cerqueira	
Diogo Pacheco do Amorim	
Fernando Correia	
Joao Ameal	x
José Manuel da Costa	x
Vasco Mourao	
Amandio Figueiredo	x
Domintilia	
Telo da Gama	x
Luis Gonçalves	x
Fernandes Oliveira	

Tabela 29 – Excluídos mas interrogados para aproveitamento eventual

Nome	Deputado em 1942
Jeronimo Carneiro	
Gonçalo Cabral	
Augusto Crespo	
Carlos Moreira	x
Domingos Meneses	
F. Tavares de Carvalho	
Joaquim Mendes do Amaral	x
Van Zeller	x
Formosinho Sanches	x
Jose Braga da Cruz	x
Lopes da Fonseca	x
Mário de Albuquerque	x
Rodrigues Carvalheiros	x
Pamplona Forjaz	x
Gonçalves Pereira	

Anexo 12

Esquema mental de Salazar (1)



Anexo 12: Cf. IANTT/AOS/CO/PC 17A, p. 16.


Anexo 13

Esquema mental de Salazar (2)

N 2

1 —	2 —	3 19
2 —	10 —	2
3 —	8 —	2
4 —	29 —	4
5 —	14 —	3
6 —	11 —	3
7 —	10 —	7
8 —	8 —	3
9 —	11 —	2
10 —	5 —	3
		<u>37</u>
	90	7
		<u>44</u>

Novos 38



Anexo 13: cf. IANTT/AOS/CO/PC 17A, p. 19.

Análise do “esquema mental de Salazar (1)” e “esquema mental de Salazar (2)”

Tabela 30 – Esquema mental de Salazar (2)

1. ^a	2. ^a	2 cam
1	1	1
1	1	1
1	1	1
1	-	1
1	1	1
5	1	1
	1	1
	1	1
	1	1
	1	1
	9	1
	1	1
	1	1
	11	1
		1
		1
		1
		1
		1
31		1
5		1
11		1
47		1
37		1
84		1
		1
		1
		1
		1
		1
		1
		31

Tabela 31 – Esquema mental de Salazar (1)

Página	Nomes válidos	Novos deputados	Notas
1	7	3	1
2	10	2	2
3	8	2	3
4	9	4	4
5	11	3	5
6	11	3	6
7	10	7	7
8	8	3	8
9	11	7	9
10	5	3	10
Total	90	37	

¹ Dos 7 nomes, Acácio Magalhães Ramalho, Alberto Cruz (interrogado e riscada a interrogação), Albino Pinto dos Reis e Salvação Barreto já tinham sido deputados; enquanto Alfredo Soares de Melo, Amândio Figueiredo (“?”, riscada a interrogação) e Amorim Ferreira (recusará), serão novos convidados.

² A lista propunha 10 nomes, 3 novos, e a lista confirma-os. Nomes válidos: Calheiros Veloso, Favila Vieira, António Carlos Borges, Cortês Lobão, Hintze Ribeiro (“?” e riscada interrogação). Madeira Pinto e António de Almeida (“?” e riscada interrogação), todos deputados. Os deputados com interrogações já tinham sido questionados no parecer da Assembleia Nacional. Bartolomeu Gromicho, Silva e Cristo. António Pedro Mesquita (que recusará o convite) tinha sido deputado na legislatura finda.

³ Na terceira página há coincidência perfeita entre o descrito por Salazar e o encontrado na lista “Assembleia Nacional – 2ª ed.”. Aqui são 8 os nomes, 2 novos. Assim, Augusto Mendes Moreira (acrescentado à mão por Salazar) e Cerqueira Gomes (também acrescentado à mão e que recusará o convite), serão os novos convidados. Artur Águedo de Oliveira, Marques de Carvalho, Proença Duarte e Ribeiro Lopes manterão os lugares de deputados. Cancela de Abreu, deputado desde 1934, e Lopes Mateus (acrescentado à mão, não por Salazar), deputado só em 1934, serão convidados, mas recusarão.

⁴ A quarta página não se encontra totalmente de acordo com o avançado por Salazar. Dos 9 nomes só identificamos como certos 6. A justificação pode ser encontrada nos 4 identificados como válidos e posteriormente riscados (Dantas Carneiro, Domitila, Fernando Correia e Fernando de Oliveira [à mão, Salazar]). Novos convidados foram Telo da Gama, e Bicudo de Medeiros (acrescentado à mão por Salazar). Já com experiência na Câmara serão convidados, Moura de Carvalho, Melo Machado, Pacheco Amorim (acrescentado à mão não por Salazar, e que recusará), e Garcia Pulido, que também declinará.

⁵ Página muito confusa, com muitos acrescentos e riscos. Estavam previstos 11 nomes, 3 novos deputados. Identificámos 13 nomes, 5 novos deputados. Francisco Prieto (acrescentado por Salazar), João Ameal e Duarte Marques foram convidados. Gonçalo Cabral e Jerónimo Carneiro, ambos acrescentados por mão de Salazar, não estarão na lista de 19 de Setembro. Borges Júnior, Vieira Machado, Linhares de Lima, João Nunes Mexia, João Augusto das Neves, João Mendes da Costa Amaral, Camarate de Campos e Antunes Guimarães, todos com experiência, serão convidados.

⁶ A sexta página volta a encontrar o esquema numérico do Presidente do Conselho com a lista “Assembleia Nacional – 2ª ed.”. Estão previstos 11 nomes válidos, 3 novos. Sem experiência parlamentar encontra-se Quelhas Lima, Arnaut Pombeiro (acrescentado à mão, por Salazar) e Ranito Baltazar. Com experiência em São Bento, encontravam-se Joaquim Saldanha, Dinis da Fonseca, Viterbo Ferreira, Alberto dos Reis, Sá Carneiro, Nosolini, José Cabral e Araújo Correia.

⁷ A sétima página também coincide. São apontados 10 nomes, 7 novos. Com experiência encontramos José Alçada Guimarães, Juvenal Araújo e Luís Cincinato da Costa. Sem experiência parlamentar estão José Clemente Fernandes, José Manuel da Costa (“?”), José Silva Dias, José Rodrigues de Sá e Abreu (à mão, Salazar), Luís Vieira de Castro, Luís Pinto Coelho, que recusaria, e Luís Arriaga de Sá Linhares.

⁸ A página 8 também não apresenta uma total concordância com a exposição do Presidente do Conselho, talvez pelos nomes de Pestana Reis e Luís da Cunha Gonçalves (“?”, e que será deputado), inicialmente validados, estarem riscados. Ambos já tinham sido deputados, e são dois os nomes em falta. Assim, os 3 novos nomes são os de Marques Mano, Luís Matos e Manuel Múrias. Deputados com experiência estão Pina Guimarães, Manuel Rodrigues Júnior, que recusaria, e Manuel Ribeiro Ferreira.

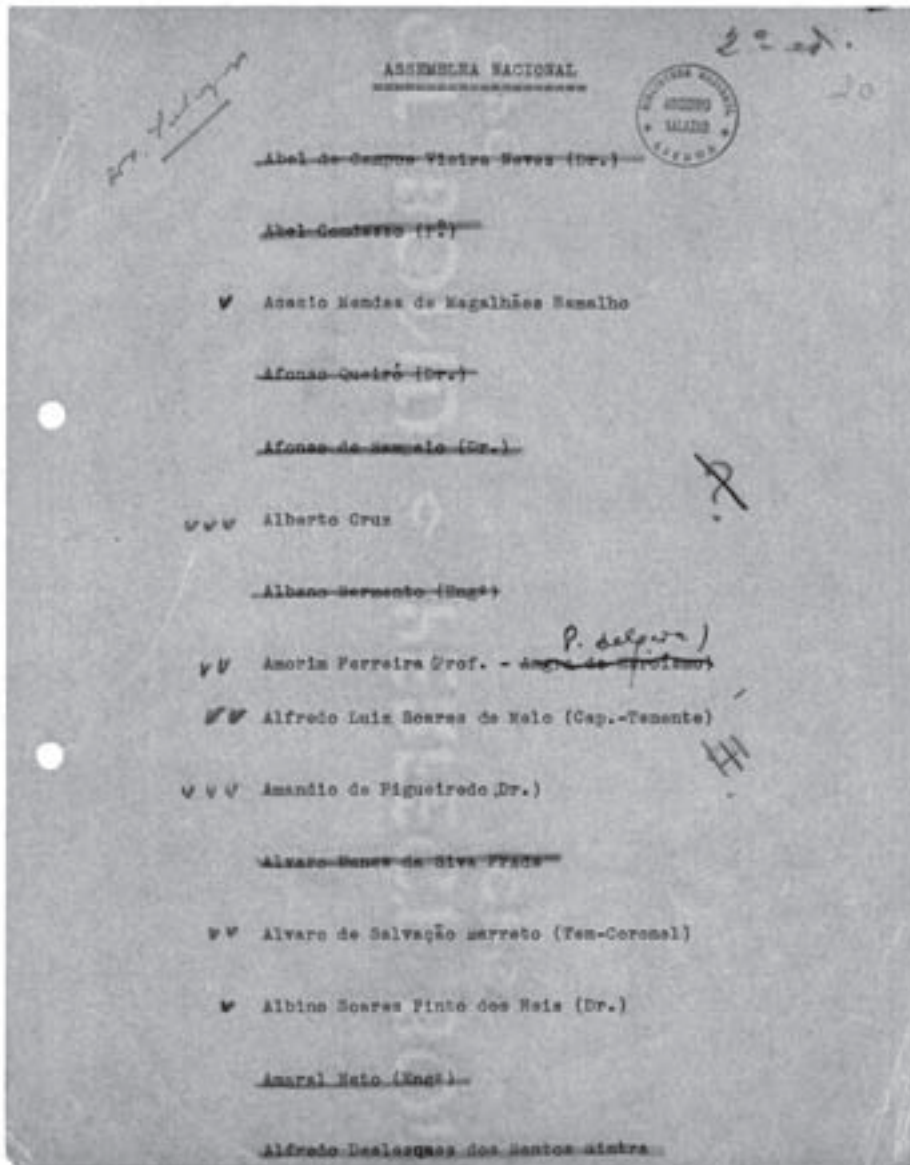
⁹ Os documentos não são totalmente coincidentes. Salazar apontara 11 nomes, deles 7 novos deputados. Encontrámos 6 novos nomes: Manuel Joaquim da Conceição e Silva (à mão, Salazar), Pedro Ribeiro, João Pires Andrade, Quirino Mealha, João de Espregueira da Rocha Páris (à mão, Salazar) e Rui Cunha. Experientes são Maria Guardiola, Mário de Figueiredo (à mão, Salazar), Sebastião Garcia Ramires e Rafael Duque (à mão, Salazar). Existem dois nomes cortados que poderiam ser o nome em falta: Marcelo Caetano e Maria Joana Leal.

¹⁰ A última página volta a apresentar concordância entre o esquema elaborado por Salazar e a lista “Assembleia Nacional – 2ª ed.”. Assim, são previstos 5 nomes, 3 novos. Luís Lopes da Fonseca (à mão, Salazar) e Ulisses Cortês representariam os já deputados; enquanto Joaquim Trigo de Negreiros (à mão, Salazar, depois riscado, depois acrescentado “fica”), Luís Teotónio Pereira, que não estaria na lista de 19 de Setembro, e Humberto Montenegro Fernandes, que recusaria, seriam os novos nomes.

Anexo 14


Lista “Assembleia Nacional, 2.^a ed.”

Anexo 14: cf. IANTT/AOS/CO/PC 17A, p. 20-29.



2

21



✓✓✓ Alexandre do Quental Calheiro Veloso (Dr.)

✓ Alvaro Henriques Perestrelo Favila Vieira (Dr.)

✓ Antonio Carlos Borges (Dr.)

~~António Francisco Navarro (Engº-Agricultor)~~

~~Angelo Cesar Machado (Dr.)~~

✓✓ Antonio Cortez Lobão

~~✓✓ António Augusto da Costa~~

~~António Sérgio de Moraes (Engº)~~

~~António João Castro Fernandes (Dr.)~~

✓✓✓✓ Antonio Nintze Ribeiro (Engº)

✓✓ Antonio de Sousa Madeira Pinto (Dr.)

✓✓ Antonio d'Almeida (Dr.)


✓ Antonio Pedro Pinto Mesquita

✓✓ Antonio Bartolomeu Greniche (Dr.)

✓✓✓ Dr. Antonio Cristo (Dr.)

1

22



~~Antonio B. Santos Pedrosa (Major)~~

~~Antonio de Ferra (Dr. - Norte)~~

~~Antonio Juliao Gustorff-Silva~~

~~Antonio Ferragum~~

VV *Antonio Lopes Matos (S.º)* #1

~~Antonio Augusto Correia de Aguiar (Dr.)~~

~~*Antonio Pires*~~

~~Artur de Oliveira Ramos (Dr.)~~ #2

✓ Artur Aguedo d'Oliveira (Dr.)

✓ Artur Rodrigues Marques de Carvalho (Dr.)

VVV Artur Froença Duarte (Dr.)

✓ Artur Ribeiro Lopez (Dr.)

✓ Augusto Camela de Abreu (Dr.)

VVV *Augusto Augusto Augusto* ?

~~Augusto Paulino dos Santos Crasto (Dr.)~~ ?

~~Augusto Braga de Castro Soares (Dr.)~~

VVV *Augusto Augusto Augusto* ?

~~Augusto Costa~~

~~Augusto Augusto Ferreira de Silva~~

4
23

VV *ly: Roberto de ...*

V Carlos Moura de Carvalho (Dr.) - Angola
Luís de Paiva ... (Dr.)
~~Gaspar Teles (General)~~

~~Gaspar ... (Prof)~~

~~Gaspar Alberto Lopes ... (Dr.)~~ ?

~~Carlos Venturo ...~~

~~Carlos Miguel Antunes Ferreira Gonçalves~~

? - V *Diogo ... (Prof.)*
V Domingos Garcia Pulido (Dr.)

~~... (Dr.)~~

VVV ~~... (Dr.)~~ ?

~~Domingos de ... (Dr.)~~ ?

VVV ~~... (Dr.)~~ ?

VV Francisco Cardoso de Melo Machado (Prop)


~~... (Dr.)~~

VVV Francisco Yelo da Gama (Dr.) ?

~~Francisco José ... (Dr.)~~

~~Francisco ... (Dr.)~~

8
24



VV Fernando Borges (General)

~~Jernando Soares de Carvalho (Dr.)~~

VVVV ~~Francisco Lourenço Peral~~

V Francisco José Vieira Machado (Dr.)

VVV ~~Eng. Gonçalo (Lima)~~

~~Castão Carlos de Deus Figueira (Dr.)~~

~~Henrique de Almeida~~

VV Henrique Linhares de Lima (Coronel)

~~Henrique Figueira (Cap. Tenente)~~

VV ~~João Garcia Nunes Mexia (Eng.)~~

~~João Figueira de Almeida~~

V João Luiz Augusto das Neves

VVV ~~Jernando (Lima)~~

V João Mendes da Costa Amral

~~João Figueira~~

VVV João Xavier Camarate de Campos

VVV João Antunes Guimarães (Dr.)

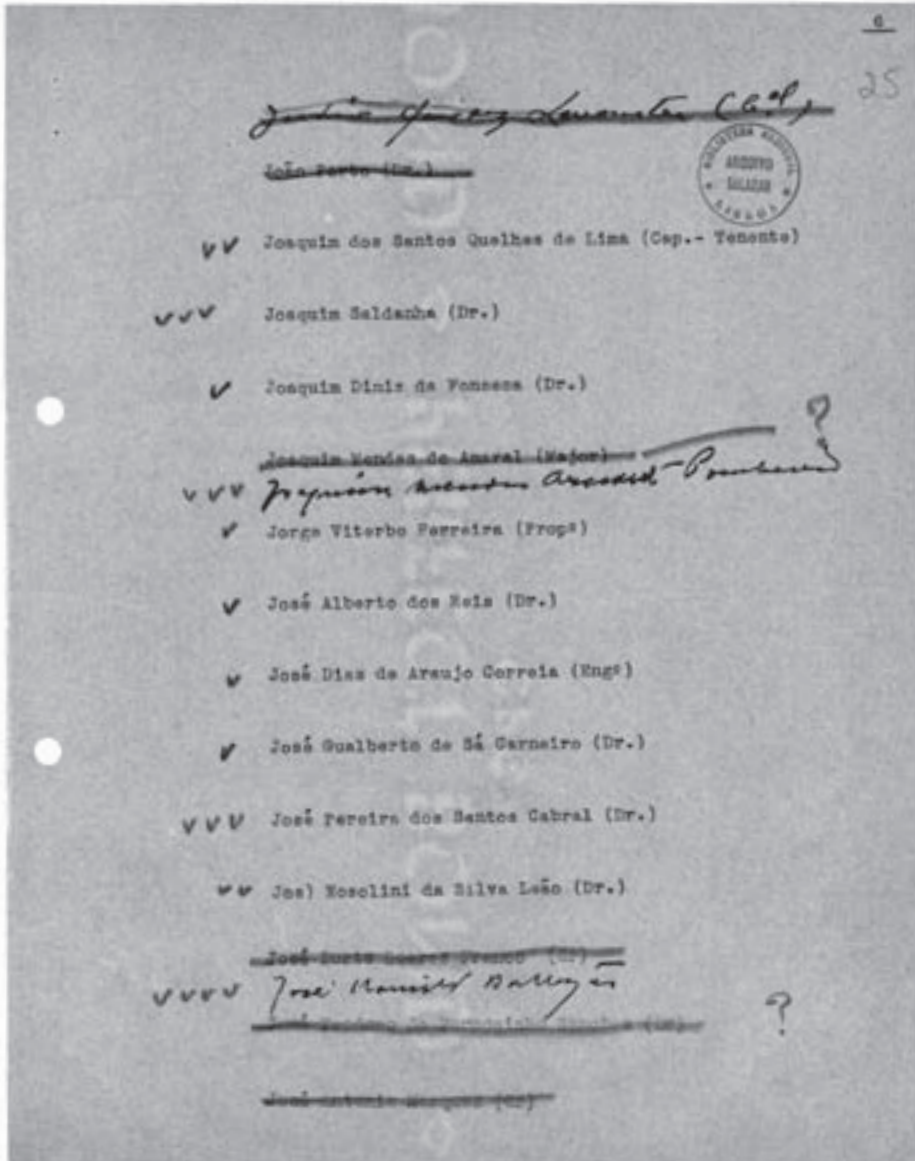
V João Amal (Dr.)

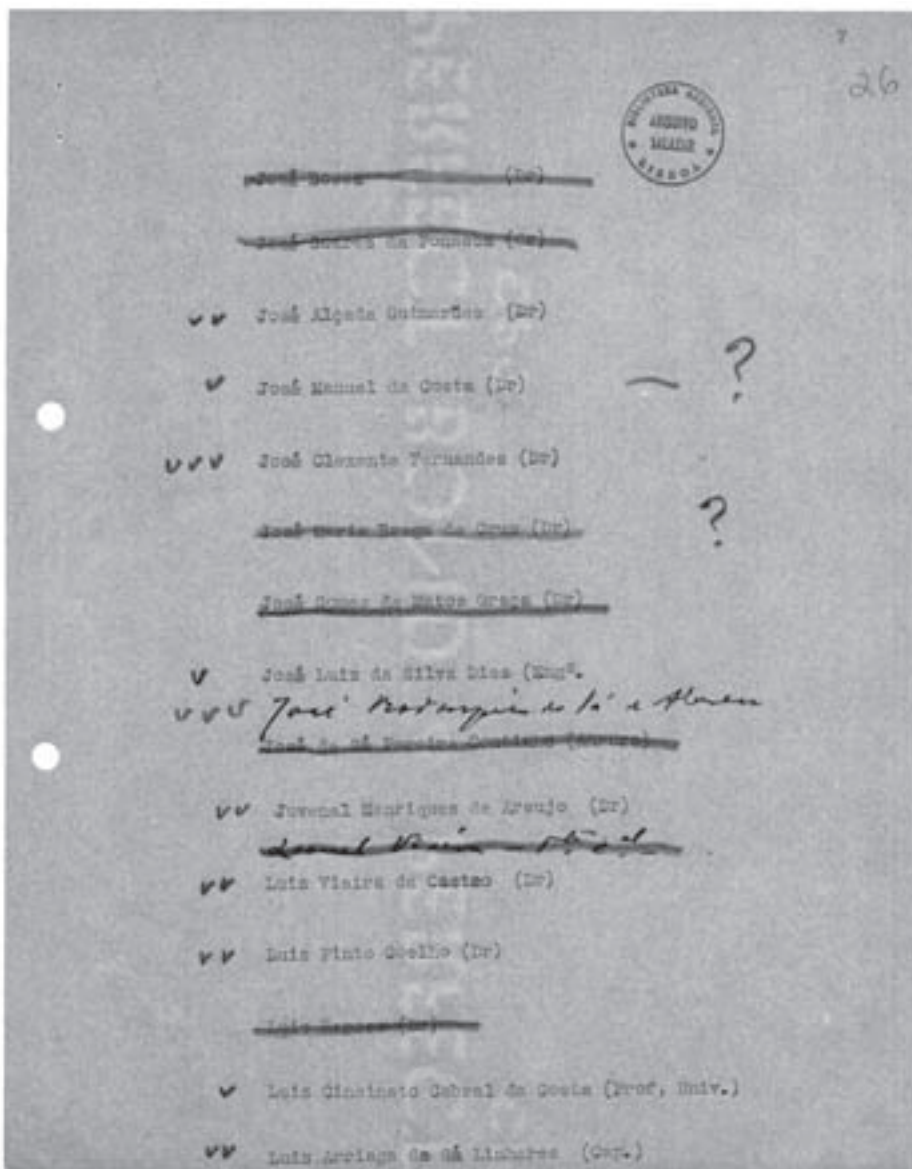
~~João Raposo de Sousa Basto (Dr.)~~

VV João Duarte Marques (Cap)

~~João Garcia Figueira (Dr.)~~


(Lima = 1.7. 9)



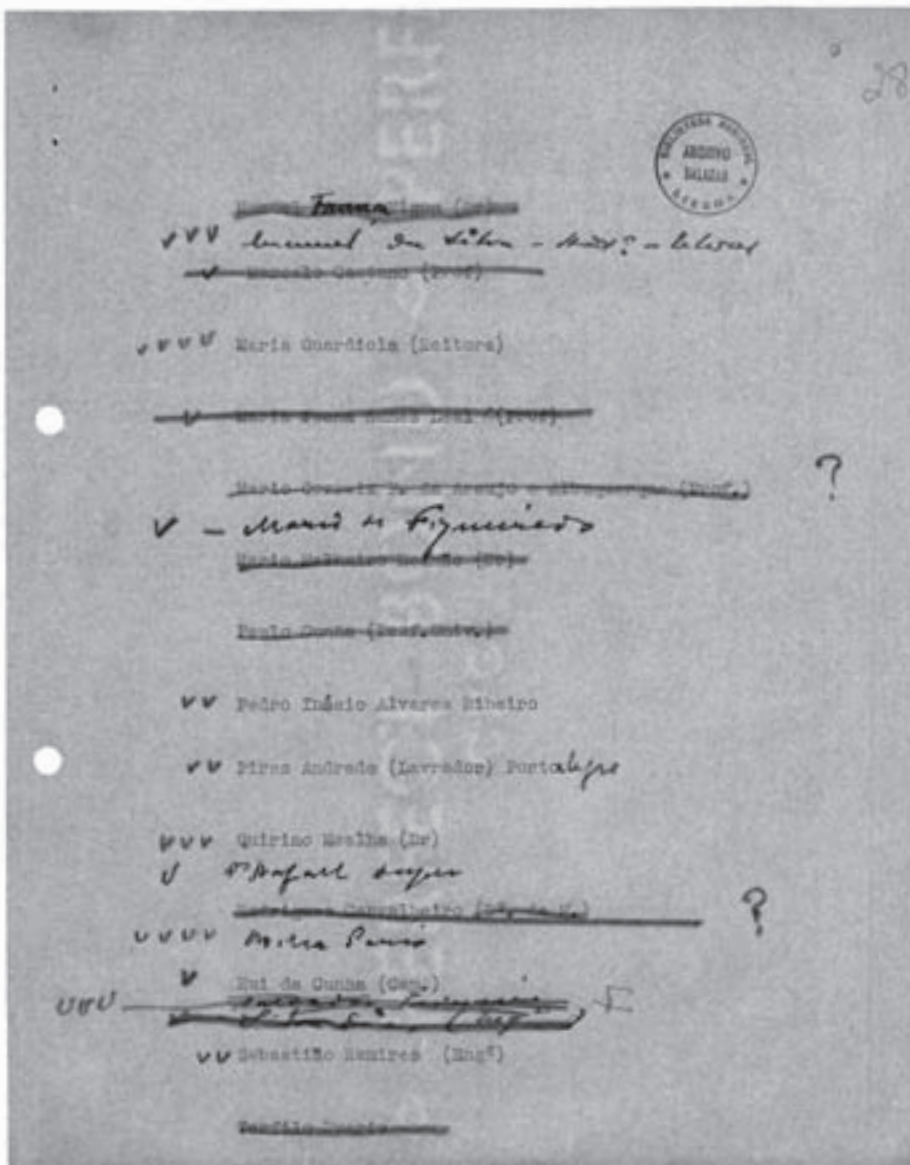


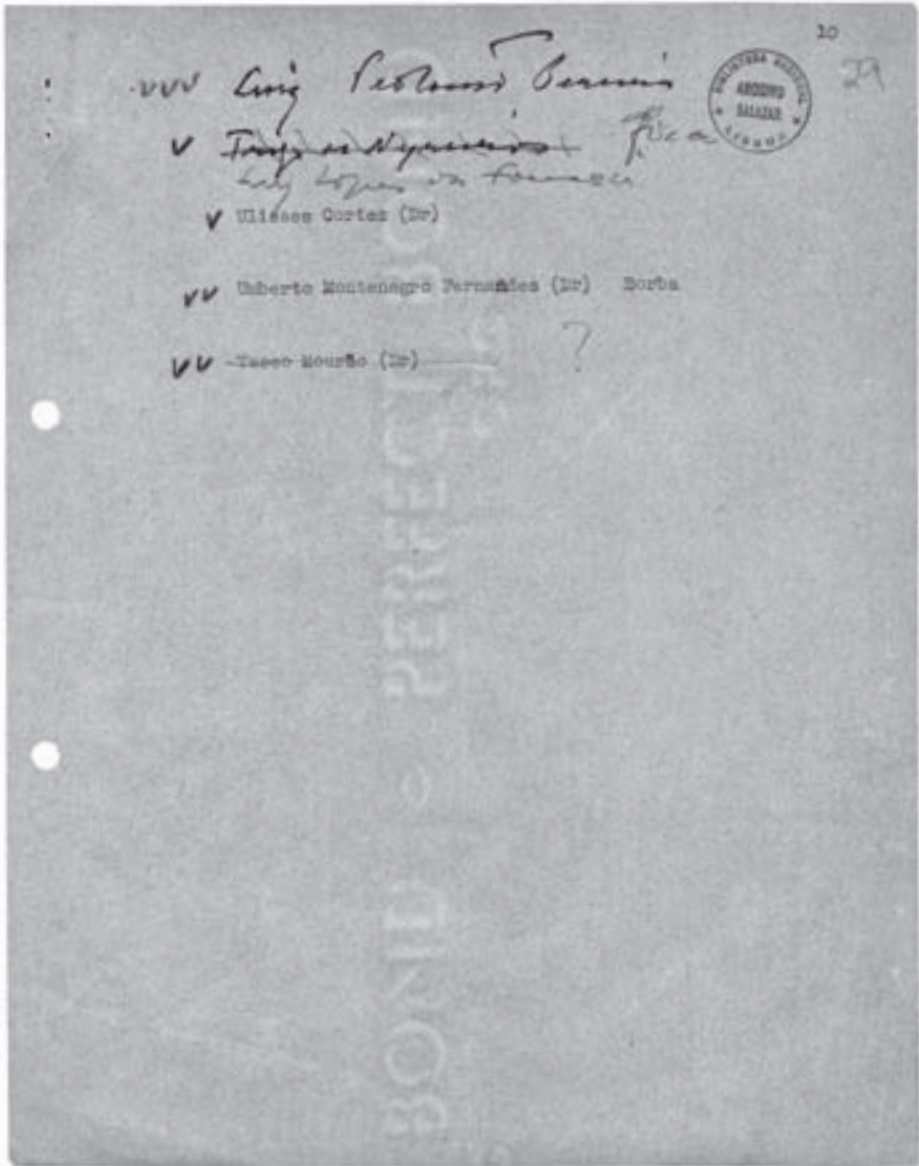
270

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO



✓✓ ~~Luiz Mendes de Matos (Dr)~~ ?
~~Luiz Mendes de Matos (Dr)~~ #
 ✓ Luiz José de Piná Guimarães (Prof. Univ.)
~~Luiz Mendes de Matos (Dr)~~ ?
 ✓✓ Luiz Mendes de Matos (Dr) Secretário
~~Luiz Mendes de Matos (Dr)~~
~~Luiz Mendes de Matos (Dr)~~
 ✓✓ Manuel Rodrigues Neto (Dr)
~~Manuel Rodrigues Neto (Dr)~~
 ✓ Manuel Rodrigues Junior (Dr)
~~Manuel Rodrigues Neto (Dr)~~
 ✓✓✓ Manuel Marques Mano (Juiz)
 ✓✓✓ Manuel Ribeiro Ferreira (Dr)
~~Manuel Rodrigues Neto (Dr)~~
 ✓ Manuel Murias (Dr)





Análise da lista “Assembleia Nacional. 2.^a ed.”

Tabela 32 – Lista-base “Assembleia Nacional – 2.^a ed.”

Names	Deputado em 1942	Sinal “V”	Notas 1	Notas 2
Abel Campos Vieira Neves			riscado	
Abel Condesso			riscado	
Acácio Mendes de Magalhães Ramalho	x	v		
Afonso de Sampaio			riscado	
Afonso Queiró			riscado	
Albano Sarmento			riscado	
Alberto Cruz	x	vvvv		
Albino Soares Pinto dos Reis Júnior	x	v		
Alexandre de Quental Calheiros Veloso	x			
Alfredo Deslandes Santos Sintra			riscado	
Alfredo Luís Soares de Melo	x	vv		
Álvaro Henriques Perestrelo de Favila Vieira	x			
Álvaro Nunes da Silva Frade			riscado	
Álvaro Salvação Barreto	x	vv		
Amândio Rebelo de Figueiredo	x	vvv		
Amaral Neto			riscado	
Amorim Ferreira		vv		
André Navarro			riscado	
Ângelo César Machado	x		riscado	
António Augusto Correia de Aguiar			riscado	
António Bartolomeu Gromicho	x	vv		
António Bettencourt		vv	riscado	outra mão
António Carlos Borges	x			
António Cortês Lobão	x	vv		
António de Almeida	x	vv		
António de Almeida Silva e Cristo	x	vvv		
António de Sousa Madeira Pinto	x	vv		
Antonio Ferro			riscado	
António Hintze Ribeiro	x	vvvv		
Antonio Judice Bustorff Silva			riscado	
António Júlio Castro Fernandes			riscado	

(*Continua*)

Nomes	Deputado em 1942	Sinal "V"	Notas 1	Notas 2
Antonio Lopes Mateus		vv		outra mão
António Pedro Mesquita		v		
António Santos Pedroso			riscado	
Antonio Terra			riscado	
Antonio Trigo de Morais			riscado	
Armando Pires (Bragança)			riscado	
Artur Águedo de Oliveira	x	v		
Artur Oliveira Ramos			riscado	
Artur Proença Duarte	x	vvv		
Artur Ribeiro Lopes	x	v		
Artur Rodrigues Marques de Carvalho	x	v		
Augusto Braga de Castro Soares			riscado	
Augusto Cancela de Abreu		v		
Augusto Cerqueira Gomes		vvv	?	à mão Salazar
Augusto Costa			riscado	
Augusto Faustino dos Santos Crespo			riscado	?
Augusto Leite Mendes Moreira	x	vvv		à mão Salazar
Augusto Simões Ferreira da Silva			riscado	
Calos Alberto Lopes Moreira			riscado	?
Cândido de Meneses Pamplona Forjaz de Lacerda	x			à mão Salazar
Carlos Mantero Belard			v	
Carlos Miguel Antunes Ferreira Gonçalves			riscado	
Carlos Moura de Carvalho	x	v		
Casimiro Teles			riscado	
Cavaleiro Ferreira			riscado	
Dantas Carneiro			riscado	
Diogo Pacheco Amorim		v	?	à mão Salazar
Domingos de Meneses			riscado	?
Domingos Garcia Pulido		v		
Domitila Carvalho		vvvv	riscado	?
Fernando Augusto Borges Júnior	x	vv		
Fernando Bissaia Barreto			riscado	
Fernando Correia		vvvv	riscado	?

(Continua)

Nomes	Deputado em 1942	Sinal "V"	Notas 1	Notas 2
Fernando de Oliveira			riscado	
Fernando Tavares de Carvalho			riscado	
Francisco Cardoso de Melo Machado	x	vv		
Francisco da Silva Telo da Gama	x	vvv		?
Francisco Eusébio Fernandes Prieto	x	vvv		à mao Salazar
Francisco Gentil			riscado	
Francisco José Caeiro			riscado	
Francisco José Vieira Machado	x	v		
Gaspar Henriques		vvv	riscado	à mao Salazar
Gastão Carlos de Deus Figueira			riscado	
Gonçalo (??)		vvv		à mao Salazar
Henrique Linhares de Lima	x			
Henrique Tenreiro		vv	riscado	
Homem de Melo			riscado	à mao Salazar
Ignácio Pereira ???			riscado	à mao Salazar
Jacinto Bicudo de Medeiros	x	vv		à mao Salazar
Jerónimo Carneiro		vvv		à mao Salazar
João Ameal	x	v		?
João Antunes Guimarães	x	vv		
João de Espregueira da Rocha Páris	x		riscado	
João de Espregueira da Rocha Páris	x	vvv		à mao Salazar
João de Paiva			riscado	à mao Salazar
João Duarte Marques	x	vv		
João Filipe de Melo Osório		vv	riscado	à mao Salazar
João Garcia Nunes Mexia	x	vv		
João Garcia Pereira			riscado	
João Luís Augusto das Neves	x	v		
João Mendes da Costa Amaral	x	v		
João Pires Andrade	x	vv		
João Porto			riscado	

(Continua)

Nomes	Deputado em 1942	Sinal "V"	Notas 1	Notas 2
João Xavier Camarate de Campos	x			
Joaquim Dinis da Fonseca	x	v		
Joaquim dos Santos Quelhas Lima	x	vv		
Joaquim Mendes Arnaut Pombeiro	x	vvv		à mao Salazar
Joaquim Mendes do Amaral	x		riscado	?
Joaquim Saldanha	x	vvv		
Joaquim Trigo de Negreiros	x	v	fica	à mao Salazar
Jorge de Viterbo Ferreira	x	v		
José Alberto dos Reis	x	v		
José Alçada Guimaraes	x	vv		
José António Marques			riscado	
José Bossa			riscado	
José Clemente Fernandes	x	vvv		?
José de Sá Pererira Coutinho			riscado	
José Dias de Araújo Correia	x	v		
José Gomes da Matos Graça			riscado	
José Gualberto de Sá Carneiro	x	v		
José Luís da Silva Dias	x	v		
José Manuel da Costa	x	v		?
José Maria Braga da Cruz	x		riscado	
José Nosolini Pinto Osório da Silva Leão	x	v		
José Pereira dos Santos Cabral	x	vvv		
José Porto Soares Franco				
José Ranito Baltazar	x	v		à mao Salazar
José Rodrigues de Sá e Abreu	x			à mao Salazar
José Soares da Fonseca			riscado	
José Teodoro dos Santos Formosinho Sanches	x		riscado	?
Julio Lencastre				à mao Salazar
Juvenal Henriques de Araújo	x	vv		
Leonel Vieira			riscado	
Lopes Alves			riscado	à mao Salazar
Luís Cincinato Cabral da Costa	x	v		

(Continua)

Nomes	Deputado em 1942	Sinal "V"	Notas 1	Notas 2
Luís da Cunha Gonçalves		vv	riscado	?
Luís de Arriaga de Sá Linhares	x	vv		
Luis Figueiredo			riscado	?
Luís José de Pina Guimarães	x	v		
Luís Lopes Vieira de Castro	x	vv		
Luis Maria Lopes da Fonseca			riscado	?
Luís Maria Lopes da Fonseca	x			à mao Salazar
Luís Mendes de Matos	x	vv		
Luis Pinto Coelho		vv		
Luis raposo			riscado	
Luis Teotónio Pereira		vv		à mao Salazar
Manuel da Cunha e Costa Marques Mano	x	vvv		
Manuel Ferreira Rosa			riscado	
Manuel França Vigon			riscado	
Manuel Joaquim da Conceição e Silva	x	vvvv		à mao Salazar
Manuel José Ribeiro Ferreira	x	vvv		
Manuel Lopes de almeida			riscado	
Manuel Maria Múrias Júnior	x	v		
Manuel Pestana Reis		vv	riscado	
Manuel Rebelo de Andrade			riscado	
Manuel Rodrigues júnior		v		
Manuel serras Pereira			riscado	
Marcelo Caetano		v	riscado	
Maria Baptista dos Santos Guardiola	x	vvvv		
Maria Joana Nunes Leal		v	riscado	
Mário Correia de Araújo Albuquerque			riscado	?
Mário de Figueiredo	x	v		à mao Salazar
Mário Malheiro Romão			riscado	
Paulo Cunha			riscado	
Pedro Inácio Alvares Ribeiro	x	vv		
Quirino dos Santos Mealha	x	vvv		
Rafael da Silva Neves Duque	x	v		à mao Salazar
Rodrigues Carvalheiro			riscado	?

(Continua)

Nomes	Deputado em 1942	Sinal "V"	Notas 1	Notas 2
Rui Pereira da Cunha	x	v		
Salvador Nunes Teixeira	x	vvv	riscado	À ma Salazar
Sebastião Garcia Ramires	x	vv		
Silva Soares			riscado	À ma Salazar
Teófilo Duarte			riscado	
Ulisses Cruz de Aguiar Cortês	x	v		
Umberto Montenegro Fernandes		vv		
Vasco mourão		vv	riscado	
Total	79		77	26

Deputados que não estão na lista

Albano Camilo de Almeida Pereira Dias de Magalhães

António Rodrigues Cavalheiro

Herculano Amorim Ferreira

Jaime Amador e Pinho

José Dias de Araújo Correia

José Soares da Fonseca

Júlio César de Andrade Freire

Luís da Cunha Gonçalves

Maria Luisa de Saldanha da Gama van Zeller

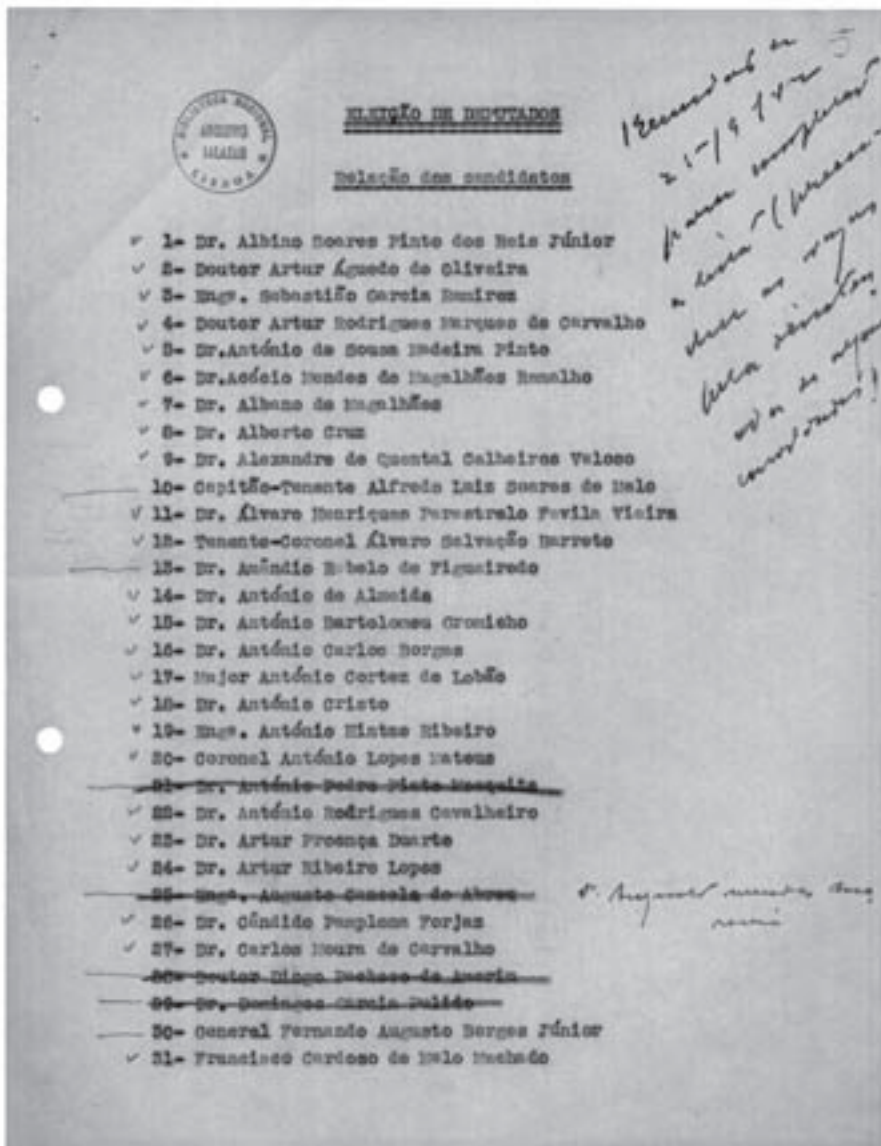
Mário Correia Teles de Araújo e Albuquerque

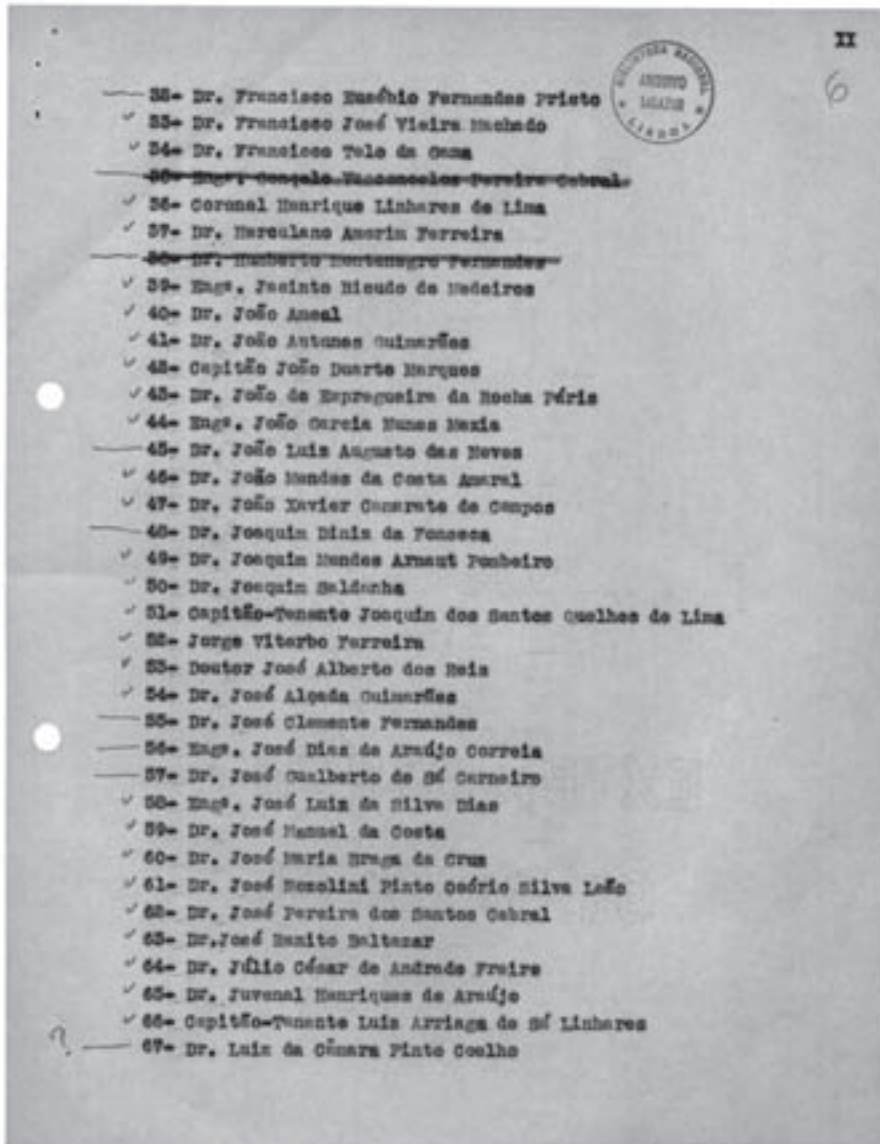
Querubim do Vale Guimarães

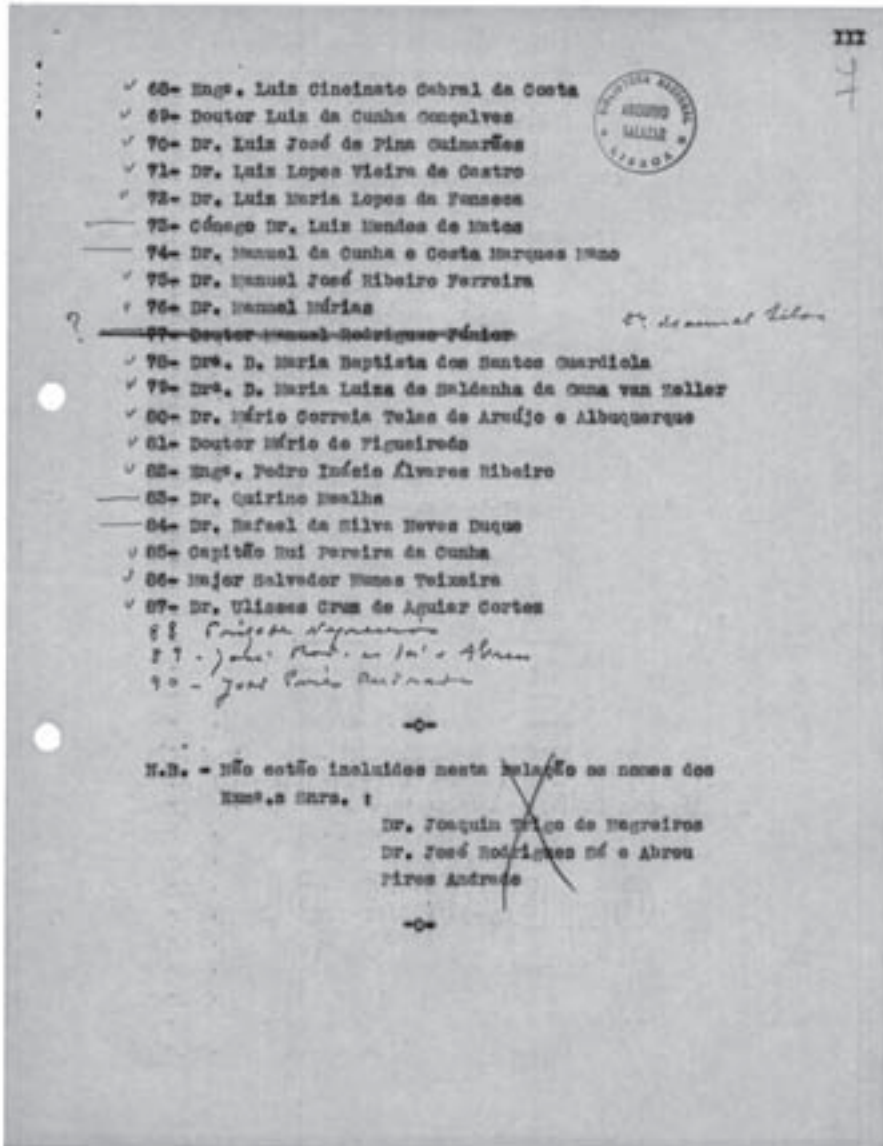
Anexo 15

Lista “Eleição de Deputados. Relação dos candidatos”

Anexo 15: cf. IANTT/AOS/CO/PC 17A, p. 5-7.







Análise à lista “Eleição de Deputados, relação de candidatos”

Tabela 33 – lista “Eleição de Deputados, relação de candidatos”

Nome	Notas 1	Notas 2	Legislaturas	
Acácio Mendes de Magalhães Ramalho	v		38	42
Albano Camilo de Almeida Pereira Dias de Magalhães	v			42
Alberto Cruz	v		34	38
Albino Soares Pinto dos Reis Júnior	v		34	38
Alexandre de Quental Calheiros Veloso	v			38
Alfredo Luís Soares de Melo	risco			42
Álvaro Henriques Perestrelo de Favila Vieira	v		34	38
Álvaro Salvação Barreto	v			38
Amândio Rebelo de Figueiredo	risco			42
António Bartolomeu Gromicho	v			42
António Carlos Borges	v		34	38
António Cortês Lobão	v		34	38
António de Almeida	v			38
António de Almeida Silva e Cristo	v			42
António de Sousa Madeira Pinto	v		34	38
António Hintze Ribeiro	v		34	38
António Rodrigues Cavalheiro	v			42
António Lopes Mateus		não será deputado	34	
António Pedro Pinto Mesquita		riscado	34	
Artur Águedo de Oliveira	v		34	38
Artur Proença Duarte	v		34	38
Artur Ribeiro Lopes	v			38
Artur Rodrigues Marques de Carvalho	v		34	38
Augusto Cancela Abreu		não será deputado	34	38
Cândido de Meneses Pamplona Forjaz de Lacerda	v			42
Carlos Moura de Carvalho	v			38
Diogo Pacheco de Amorim		riscado		
Domingos Garcia Pulido		riscado		
Fernando Augusto Borges Júnior	v		34	42

Nome	Notas 1	Notas 2	Legislaturas		
Francisco Cardoso de Melo Machado	v		34	38	42
Francisco da Silva Telo da Gama	v				42
Francisco Vasconcelos Pereira Cabral		riscado			
Francisco Eusébio Fernandes Prieto		acrescentado			42
Francisco José Vieira Machado			34	38	42
Henrique Linhares de Lima	v		34	38	42
Herculano Amorim Ferreira	v				42
Humberto Montenegro Fernandes		riscado			
Jacinto Bicudo de Medeiros	v				42
João Ameal	v				42
João Antunes Guimarães	v		34	38	42
João de Espregueira da Rocha Páris	v				42
João Duarte Marques	v				42
João Garcia Nunes Mexia	v			38	42
João Luís Augusto das Neves	risco		34	38	42
João Mendes da Costa Amaral	v		34	38	42
João Pires Andrade		acrescentado			42
João Xavier Camarate de Campos	v		34	38	42
Joaquim Dinis da Fonseca	risco		34	38	42
Joaquim dos Santos Quelhas Lima	v				42
Joaquim Mendes Arnaut Pombeiro	v				42
Joaquim Saldanha	v			38	42
Joaquim Trigo de Negreiros		acrescentado			42
Jorge de Viterbo Ferreira	v		34	38	42
José Alberto dos Reis	v		34	38	42
José Alçada Guimarães	v			38	42
José Clemente Fernandes	risco				42
José Dias de Araújo Correia	risco		34	38	42
José Gualberto de Sá Carneiro	risco			38	42
José Luís da Silva Dias	v				42
José Manuel da Costa	v				42
José Maria Braga da Cruz	v		34	38	42
José Nosolini Pinto Osório da Silva Leão	v		34		42
José Pereira dos Santos Cabral	v		34	38	42
José Ranito Baltazar	v				42
José Rodrigues de Sá e Abreu		acrescentado			42

Nome	Notas 1	Notas 2	Legislaturas		
Júlio César de Andrade Freire	v				42
Juvenal Henriques de Araújo	v		34	38	42
Luís Cincinato Cabral da Costa	v			38	42
Luís da Cunha Gonçalves	v		34	38	42
Luís de Arriaga de Sá Linhares	v				42
Luís José de Pina Guimarães	v			38	42
Luís Lopes Vieira de Castro	v				42
Luís Maria Lopes da Fonseca	v		34	38	42
Luís Mendes de Matos	risco				42
Luís da Camara Pinto Coelho		não será deputado			
Manuel da Cunha e Costa Marques Mano	risco				42
Manuel José Ribeiro Ferreira	v		34		42
Manuel Maria Múrias Júnior	v				42
Manuel Rodrigues Junior		riscado			
Maria Baptista dos Santos Guardiola	v		34	38	42
Maria Luisa de Saldanha da Gama van Zeller	v			38	42
Mário Correia Teles de Araújo e Albuquerque	v			38	42
Mário de Figueiredo	v		34	38	42
Pedro Inácio Alvares Ribeiro	v				42
Quirino dos Santos Mealha	risco				42
Rafael da Silva Neves Duque	risco			38	42
Rui Pereira da Cunha	v				42
Salvador Nunes Teixeira	v				42
Sebastião Garcia Ramires	v		34	38	42
Ulisses Cruz de Aguiar Cortês	v		34	38	42

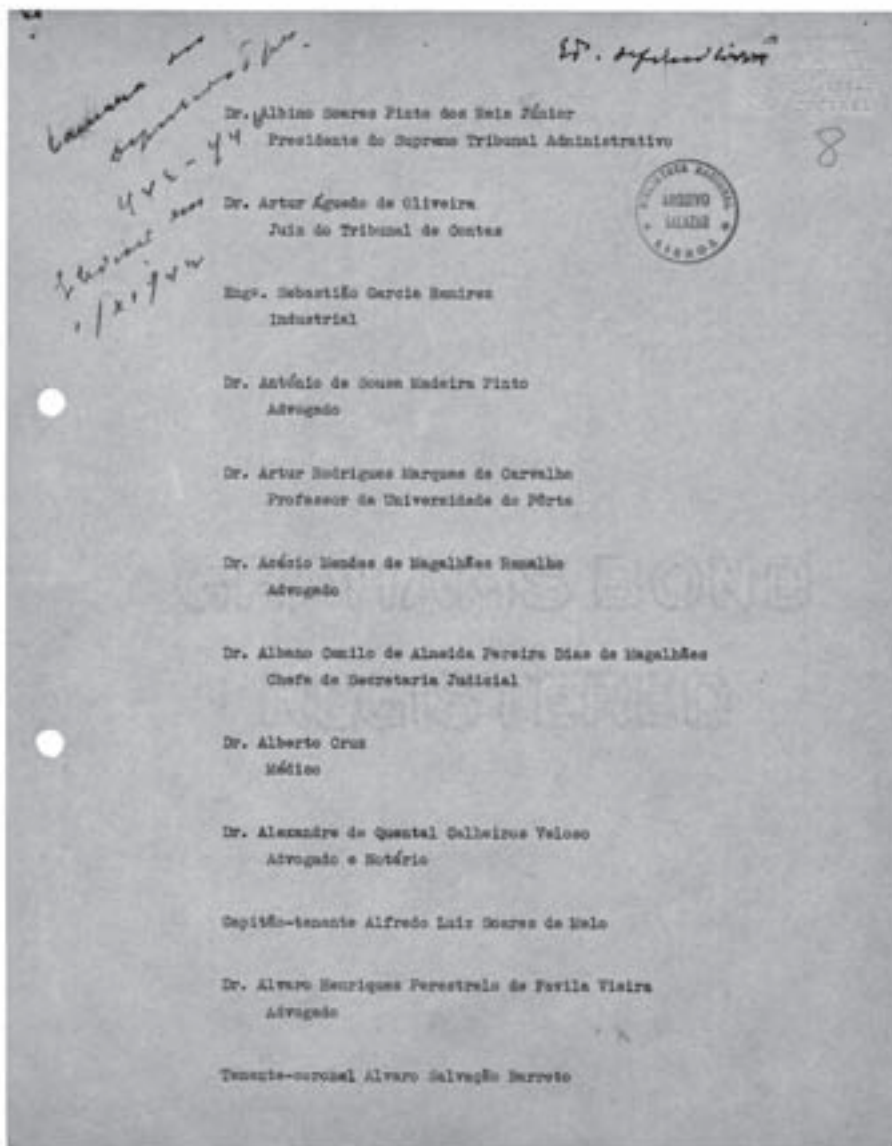
Deputados que não estão na lista

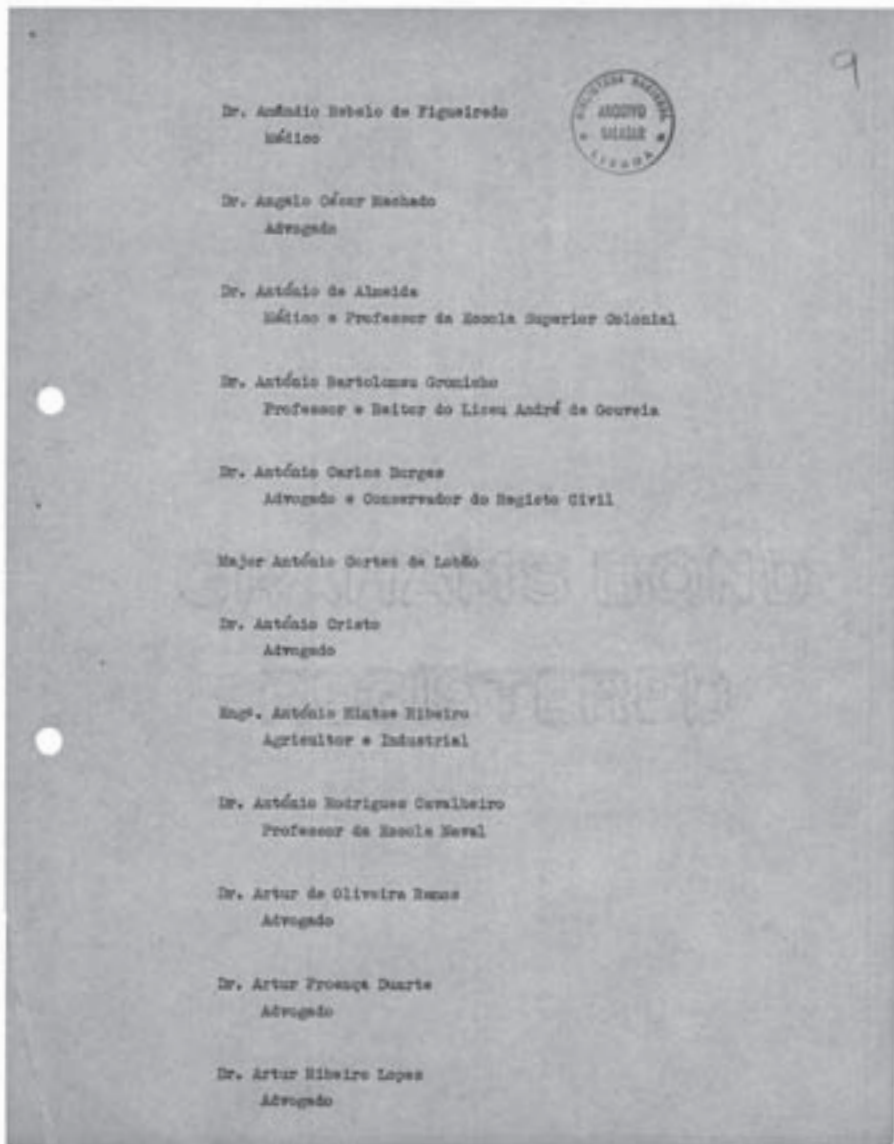
Ângelo César Machado	v		34	38	42
Artur de Oliveira Ramos	v				42
Augusto Leite Mendes Moreira		substituí			42
Jaime Amador e Pinho		acrescentado			42
Joaquim Mendes do Amaral	v				42
José Soares da Fonseca					42
José Teodoro dos Santos Formosinho Sanches				38	42
Manuel Joaquim da Conceição e Silva		substituí			42
Querubim do Vale Guimarães		acrescentado	34		42

Anexo 16

Lista “Ed. Definitiva”

Anexo 16: cf. IANTT/AOS/CO/PC 17A, p. 8-15.





10



Dr. Augusto Leite Mendes Moreira
Advogado

Dr. Cândido Fagundes Forjaz
Professor da Escola Padre Jerónimo Sullivan de Andrade

Dr. Carlos Moura de Carvalho
Notário

General Fernando Augusto Borges Júnior

Francisco Cardoso de Melo Machado
Proprietário

Dr. Francisco Machado Fernandes Prieto
Professor e Diretor da Escola Nº 6 de Mirante

Dr. Francisco José Vieira Machado
Ministro das Colónias

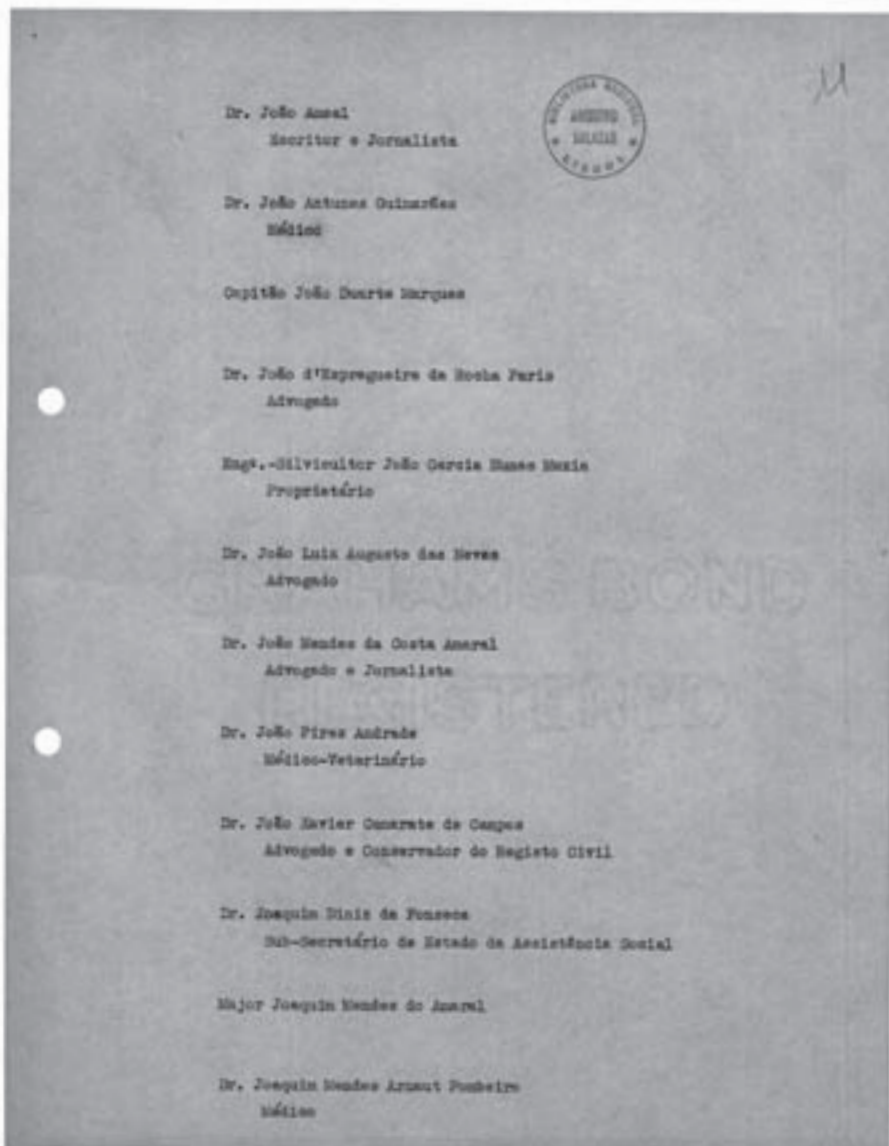
Dr. Francisco da Silva Telo da Gama
Proprietário

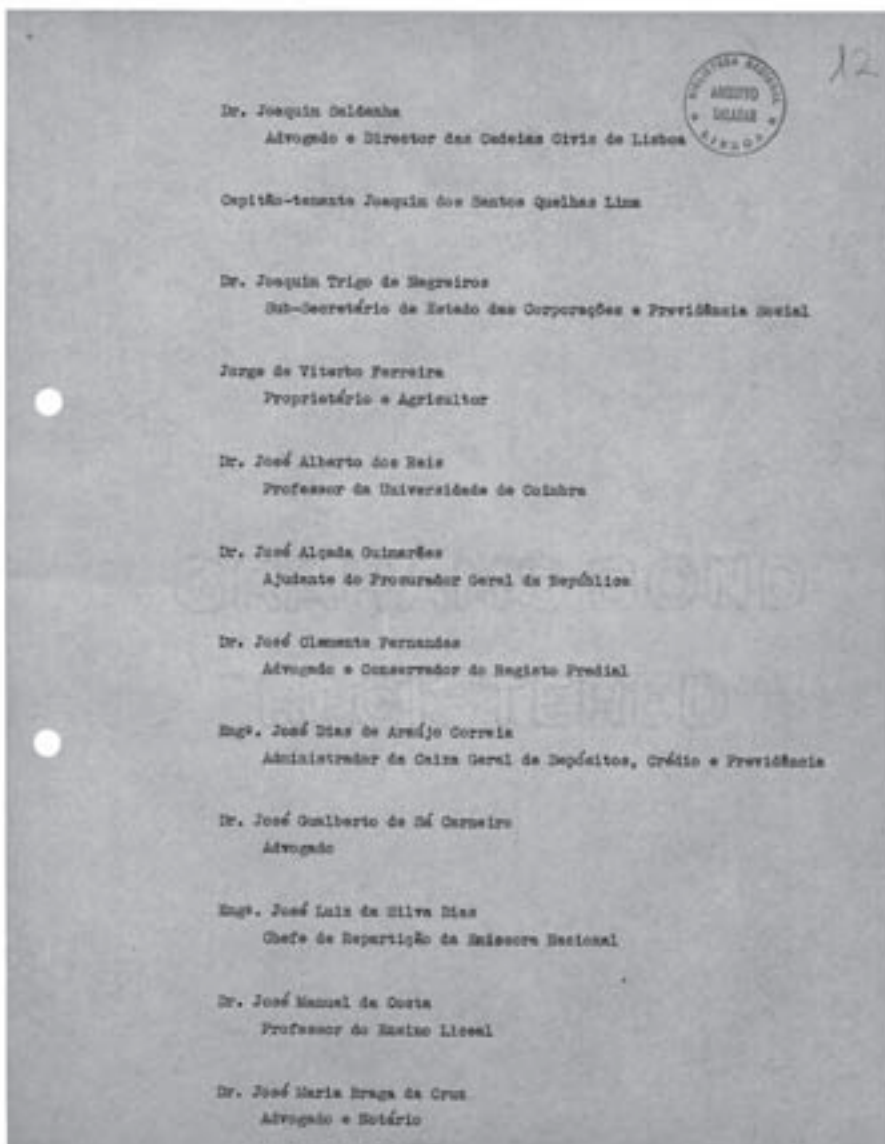
Coronel Henrique Linares de Lima

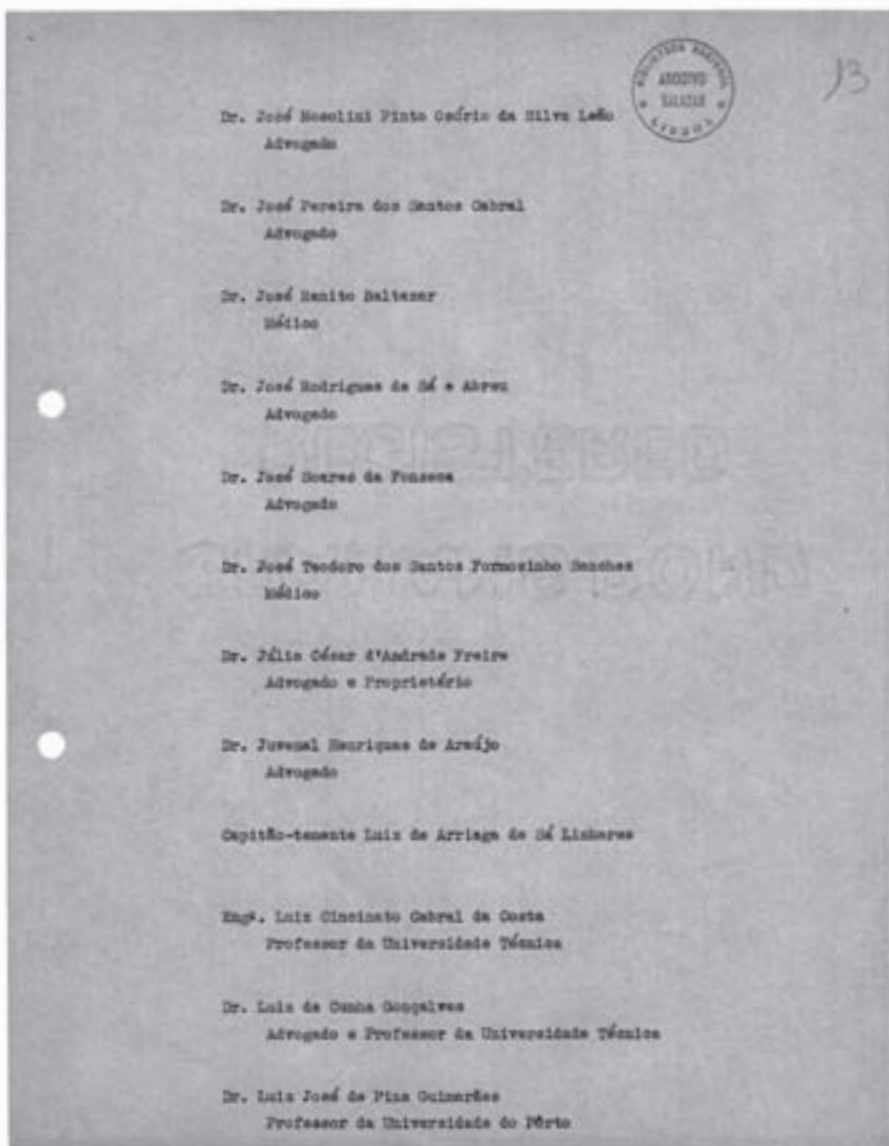
Dr. Hervilano Amorim Ferreira
Professor da Universidade de Lisboa

Eng. Jacinto Ricardo de Medeiros
Director dos Serviços em Africa, da Companhia da Zambésia

Jaine Amador e Pinho
Proprietário







14



Dr. Luis Lopes Vieira de Castro
Vogal da Junta do Crédito Público

Dr. Luis Maria Lopes da Fonseca
Consultor Jurídico do Pórtu de Lisboa

Cónego Dr. Luis Mendes de Matos
Professor do Seminário Maior da Guarda

Dr. Manuel da Cunha e Costa Marques Mano
Juiz do Tribunal de Contas

Dr. Manuel Joaquim da Conseqüênça e Silva
Advogado

Dr. Manuel José Ribeiro Ferreira
Advogado

Dr. Manuel Maria Múrias Júnior
Director do Arquivo Histórico Colonial

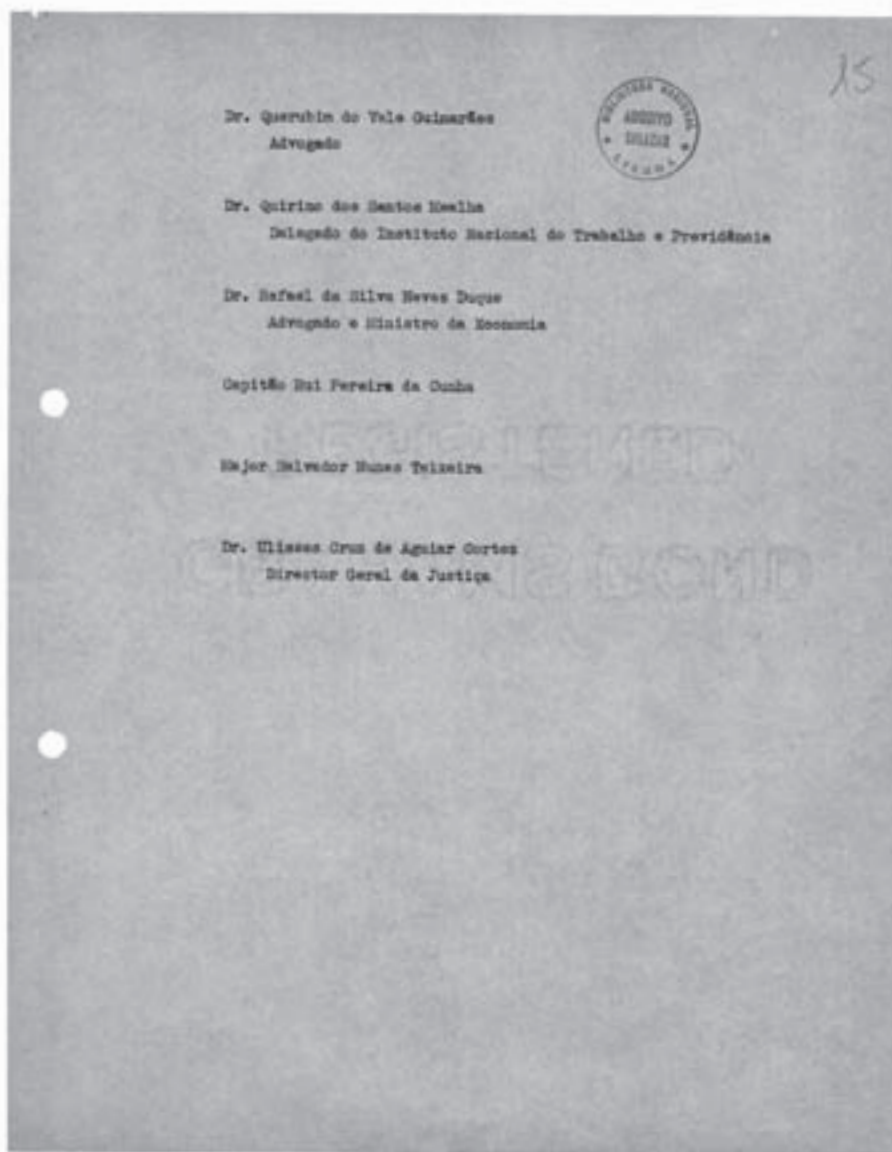
Drª. D. Maria Baptista das Santos Guerdola
Professora e Reitora do Liceu Maria Amélia Vas de Corvalho

Drª. D. Maria Luiza de Salcacha da Gama van Keller
Médica

Dr. Mário Correia Teles de Araújo e Albuquerque
Professor da Universidade de Lisboa

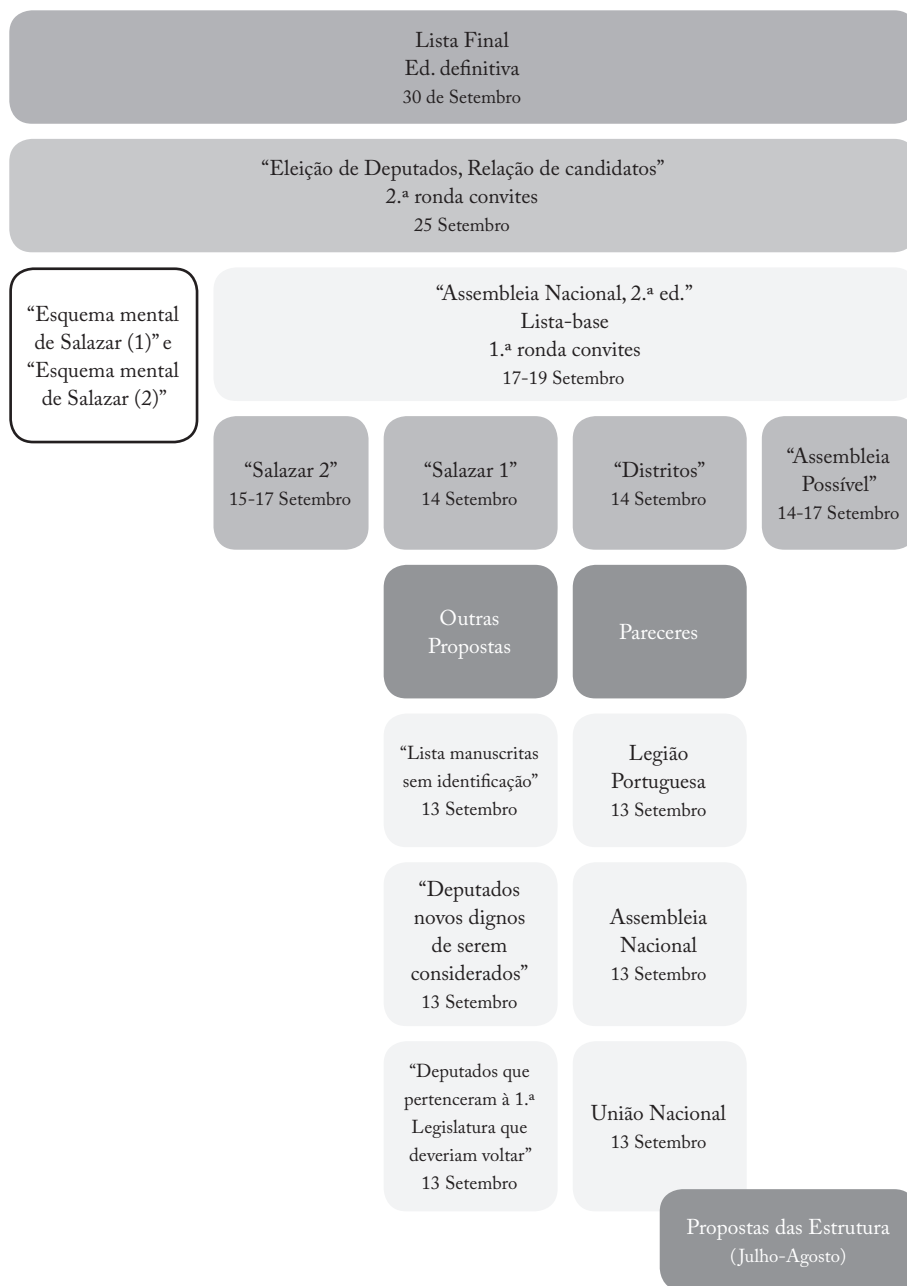
Dr. Mário de Figueiredo
Professor da Universidade de Coimbra e Ministro da Educação Nacional

Engª. Pedro Inácio Alveres Ribeiro
Proprietário



Anexo 17

Construção da Lista de Deputados. Cronologia e Listas.



Fontes e bibliografia (seleccionadas)

I – FONTES

1. FONTES PRIMÁRIAS

1.1. ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E SEUS ESPÓLIOS

1.1.1. Arquivos

Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (IANTT)

Arquivo da Legião Portuguesa

Arquivo do Ministério do Interior

Arquivo da Mocidade Portuguesa

Arquivo Oliveira Salazar

Arquivo Particular de Albino dos Reis Jr.

Arquivo da PIDE/DGS

Arquivo da Polícia de Segurança Pública

Arquivo da Presidência do Conselho de Ministros

Arquivo do SPN/SNI

Arquivo da União Nacional

Arquivo Histórico Parlamentar da Assembleia da República

Boletins e Registos Biográficos dos Senhores Deputados e Dignos Procuradores (1935-1973)

Processos Individuais dos Parlamentares

Arquivo da Cinemateca Portuguesa

Arquivo da Fundação Mário Soares

Arquivo do Governo Civil de Lisboa

Arquivo dos governos civis de: Lisboa, Porto, Santarém, Évora, Portalegre, Viseu, Guarda, Leiria

Arquivo Histórico-Social do ICS

Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros

Arquivo da RDP

Espaço Memória dos Exílios

Public Record Office

1.1.2. Bibliotecas

Biblioteca Nacional

Biblioteca do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Hemeroteca de Lisboa

1.2. FONTES DE ÓRGÃOS DE SOBERANIA

1.2.1. Constituições, Diários da Assembleia Nacional, Legislação

1.2.1.1. *Constituições*

Constituição de 1911

Constituição de 1933

1.2.1.2. *Diários da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa (1935-1973)*

I Legislatura (1935-1938)

II Legislatura (1938-1942)

III Legislatura (1942-1945)

Sessão Extraordinária (Maio-Junho 1945)

Quarta Legislatura (1945-1949)

1.2.1.3. *Legislação*

Decreto n.º 15 063, de 25 de Fevereiro de 1928

Decreto n.º 22 229, de 21 de Fevereiro de 1933

Decreto-lei n.º 23 406, de 27 de Dezembro de 1933

Decreto-lei n.º 23 203, de 6 de Novembro 1933

Decreto-lei n.º 24 631, de 6 de Novembro de 1934

Decreto-lei n.º 27 995, de 27 de Agosto 1937

Decreto-lei n.º 28 135, de 5 de Novembro 1937

Decreto-lei n.º 31 095, de 31 de Dezembro 1940

Decreto-lei n.º 34 938, de 22 de Setembro de 1945

Decreto-lei n.º 34 938, de 22 de Setembro 1945

Decreto-lei n.º 35 426, de 31 Dezembro de 1945

Decreto-lei n.º 42 536, de 28 de Setembro 1959

Decreto-lei n.º 43 548, de 21 de Março de 1961

Decreto-lei n.º 23 406, de 27 de Dezembro de 1933

Decreto-lei n.º 24 631, de 6 de Novembro 1934

Lei n.º 2100, de 29 de Agosto de 1959

Lei n.º 2137, de 26 de Dezembro 1968

1.2.2. Documentação da Administração Central

1.2.3 Outras publicações oficiais

1.2.3.1. *Boletins*

1.2.3.2. *Circulares*

1.2.3.3. *Notas oficiosas*

1.2.3.4. *Da Legião Portuguesa*

MORAIS, Alexandre de; GUEDES, J. Correa Guedes, *Manual do Legiãoário*, Editorial Império, 1937.

1.2.3.5. Da União Nacional

1.2.3.5.1. Congressos da União Nacional

I Congresso da União Nacional. Discursos – Teses – Comunicações. Vol. I, Lisboa, Edições da União Nacional, 1935.

II Congresso da UN, *Resumo das teses da I Secção (Política Interna)*; s. e; s.l., s.d. [1944]

III Congresso da União Nacional, *Resumo das teses da 4.ª secção*, s.e; s.l., s.d. [1951]

1.2.3.5.1. Outras publicações da União Nacional

Má Fé da Oposição (A), s.l., Edições da União Nacional, s.d. [1945]

Conferência sobre a União Nacional proferida pelo Engenheiro Nobre Guedes no Centro de Estudos Corporativos em 31-X-1936, Lisboa, Publicações reservadas aos membros das brigadas doutrinadoras e comissões da União Nacional, 1936.

OLIVEIRA, Águedo de, *A União Nacional como Direcção Política Única*, Lisboa, Edições da União Nacional, 1938.

UNIÃO NACIONAL, *A Campanha Eleitoral de 1961. Documentos Políticos*, s.e., Lisboa, 1961.

1.2.3.6. Do SPN/SNI

Ano Nono da Revolução Nacional, Lisboa, SPN, 1937.

Revolução Contínua (A). União Nacional – Mocidade – Legião, SPN, 1943.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO (nota oficiosa de 16 de Junho de 1934), *Duas Escolas Políticas*, Lisboa, Edições SPN, 1934.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO, *Le Portugal d'Aujourd'hui. Principes et Institutions de l'État Nouveau Portugais*, Lisboa, Éditions SPN, 1935.

1.3. PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS (COMISSÃO DO LIVRO NEGRO SOBRE O REGIME FASCISTA – CLNRF/PCM)

CLNRF, *Assis Gonçalves – Relatórios para Oliveira Salazar. 1931-1939*, Mem Martins, PCM, 1981.

CLNRF, *Cartas e Relatórios de Quirino de Jesus a Oliveira Salazar*, Mem Martins, PCM, 1987.

CLNRF, *Correspondência entre Mário de Figueiredo e Oliveira Salazar*, Mem Martins, PCM, 1986.

CLNRF, *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar, Vol. I (1931-1939)*, Mem Martins, PCM, 1987.

CLNRF, *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar, Vol. II (1940-41)*, Mem Martins, PCM, 1989.

CLNRF, *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar, Vol. III (1942)*, Mem Martins, PCM, 1990.

CLNRF, *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar, Vol. IV (1943-1944)*, Mem Martins, PCM, 1991.

CLNRF, *Correspondência de Santos Costa para Oliveira Salazar, Vol. I (1934-1950)*, Mem Martins, PCM, 1988.

CLNRF, *Discriminação Política no Emprego no Regime Fascista*, Mem Martins, PCM, 1982.

CLNRF, *Eleições no Regime Fascista*, Mem Martins, PCM, 1979.

CLNRF, *Eleições Presidenciais – 1951 e Correspondência entre Oliveira Salazar e Craveiro Lopes*, Mem Martins, PCM, 1983.

CLNRF, *Estudantes no Regime Fascista (Os)*, Mem Martins, PCM, 1983.

CLNRF, *Livros Proibidos no Regime Fascista*, Mem Martins, PCM, 1981.

CLNRF, *Política de Informação no Regime Fascista I (A)*, Mem Martins, PCM, 1980.

- CLNRF, *Política de Informação no Regime Fascista II (A)*, Mem Martins, PCM, 1980.
 CLNRF, *Presos Políticos no Regime Fascista, 1932-1935*, Mem Martins, PCM, 1981.
 CLNRF, *Presos Políticos no Regime Fascista II, 1936-1939*, Mem Martins, PCM, 1982.
 CLNRF, *Presos Políticos no Regime Fascista III, 1940-1945*, Mem Martins, PCM, 1984.
 CLNRF, *Presos Políticos no Regime Fascista IV*, Mem Martins, PCM, 1985.
 CLNRF, *Presos Políticos no Regime Fascista V*, Mem Martins, PCM, 1987.
 CLNRF, *Presos Políticos no Regime Fascista VI*, Mem Martins, PCM, 1988.
 CLNRF, *Proibição da Tíme no Regime Fascista*, Mem Martins, PCM, 1982.
 CLNRF, *Repressão Política e Social no Regime Fascista*, Mem Martins, PCM, 1986.
 CLNRF, *Trabalho, Sindicatos e Greves no Regime Fascista*, Mem Martins, PCM, 1984.

1.4. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEZ ANOS DE POLÍTICA EXTERNA (1936-1947)

Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial (A), 15 vol., Lisboa, INCM, 1961-1993

1.5. DISCURSOS DE ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR

- SALAZAR, António de Oliveira, *Discursos e Notas Políticas I (1928-34)*, Coimbra, Coimbra Editora, 1935.
 SALAZAR, António de Oliveira, “A constituição das Câmaras na evolução da política portuguesa” [1934], in SALAZAR, António de Oliveira, *Discursos 1926-1934*, Coimbra, Coimbra Editora, 1935, p. 367-388.
 SALAZAR, António de Oliveira, “Ditadura administrativa e revolução política [1930]”, in SALAZAR, António de Oliveira, *Discursos I, 1928-1934*, Coimbra, Coimbra Editora, 1935, p. 45-46.
 SALAZAR, António de Oliveira, “Princípios fundamentais da revolução política [1930]”, in SALAZAR, António de Oliveira, *Discursos I, 1928-1934*, Coimbra, Coimbra Editora, 1935, p. 69-96.
 SALAZAR, António de Oliveira, “A constituição das Câmaras na evolução da política portuguesa, 1934”, in SALAZAR, António de Oliveira, *Discursos 1926-1934*, Coimbra, Coimbra Editora, 1935, p. 367-388.
 SALAZAR, António de Oliveira, *Discursos e Notas Políticas II (1935-37)*, Coimbra, Coimbra Editora, 1937.
 SALAZAR, António de Oliveira, *Discursos e Notas Políticas III (1938-43)*, Coimbra, Coimbra Editora, 1943.
 SALAZAR, António de Oliveira, “Defesa Económica – Defesa Moral – Defesa Política [1942]”, in SALAZAR, António de Oliveira, *Discursos III, 1938-1943*, Coimbra, Coimbra Editora, 1943, p. 321-352.
 SALAZAR, António de Oliveira, *Na reeleição do Chefe do Estado*, 1942, in SALAZAR, António de Oliveira, *Discursos III, 1938-1943*, Coimbra, Coimbra Editora, 1943, p. 307-318.
 SALAZAR, António de Oliveira, *Discursos e Notas Políticas IV (1943-50)*, Coimbra, Coimbra Editora, 1951.
 SALAZAR, António de Oliveira, “Votar é um grande dever” [1945], in SALAZAR, António de Oliveira, *Discursos IV, 1943-1950*, Coimbra, Coimbra Editora, 1950, p. 169-191.
 SALAZAR, António de Oliveira, “No fim da campanha [1949]”, in SALAZAR, António de Oliveira, *Discursos IV, 1943-1950*, Coimbra, Coimbra Editora, 1951, p. 387-400.
 SALAZAR, António de Oliveira, “Discurso de Salazar na Câmara dos Deputados”, *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 157, de 19 de Maio de 1945, p. 471-472.

1.6. PERIÓDICOS E REVISTAS**1.6.1. Periódicos**

Ação, 1942
Açoriano Oriental (O), Outubro 1942
Aurora do Lima, Outubro e Novembro de 1942
Avante!, entre 1934 e 1942
Comércio de Angola (O), Outubro 1942
Comércio do Porto (O), Outubro e Novembro de 1942
Diário de Coimbra, Setembro a Novembro de 1942
Diário de Lisboa, Outubro e Novembro de 1942
Diário da Madeira, 1942 e 1943
Diário da Manhã, Outubro e Novembro de 1942
Diário de Notícias, Outubro e Novembro de 1942
Diário Popular, Outubro a Dezembro de 1942
Jornal do Comércio, Setembro a Novembro de 1942
Novidades, Setembro a Novembro de 1942
Primeiro de Janeiro (O), Outubro e Novembro de 1942
Século (O), Setembro a Novembro de 1942
Século Ilustrado (O), Novembro de 1942
Rádio Nacional, Outubro e Novembro de 1942
Rádio Roma, 1941
República, Outubro e Novembro de 1942
Semanário da Vida Portuguesa, Novembro de 1942
Vértice, Novembro de 1945
Voz (A), Outubro e Novembro de 1942

1.6.2. Revistas

Análise Social
Estudos sobre o Comunismo
História
História (nova série)
Ler História
Penélope
Rumo
Revista Española de Investigacion Sociológica
Revista História das Ideias
Risco
Seara Nova
Vértice

1.7. FONTES ORAIS**1.8. FONTES AUDIOVISUAIS, ICONOGRÁFICAS E FILMES**

Jornal Português (vários números)
Revolução de Maio (A)

1.9. ESPÓLIOS PESSOAIS (A EXISTIREM E A SEREM DISPONIBILIZADOS)**1.10. FONTES DA INTERNET**

II – BIBLIOGRAFIA

2. OBRAS DE ENQUADRAMENTO

2.1. OBRAS GERAIS E COLECTIVAS

- AAVV, *3.º Congresso da Oposição Democrática. Teses (7.ª Secção – Organização do Estado e Direitos do Cidadão)*. Aveiro, 4 a 8 de Abril de 1973, Lisboa, Seara Nova, 1974.
- AAVV, *3.º Congresso da Oposição Democrática. Teses*. Aveiro, 4 a 8 de Abril de 1973, Lisboa, Seara Nova, 1974.
- AAVV, *A Igreja e o Estado em Portugal. Da 1.ª República ao Limiar do Século XXI*. Actas dos Encontros de Outono, 21-22 de Novembro de 2003, Vila Nova de Famalicão, Editora Ausência e Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2004.
- AAVV, *As Vítimas de Salazar*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2007.
- AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, Vol. I, Lisboa, Fragmentos, 1987.
- AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, Vol. II, Lisboa, Fragmentos, 1987.
- AAVV, *O Fascismo em Portugal*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1982.
- AAVV, *O Século dos Comunismos*, Lisboa, Notícias Editorial, 2004.
- AAVV, *Oposição Democrática. Campanha Eleitoral de 1965. Documentos de Interesse para a Pátria*, s.e, s.l. 1965.
- AAVV, *Para um Dossier da Oposição Democrática*, Póvoa do Varzim, Nova Realidade, 1969.
- AAVV, *Portugal na Segunda Guerra Mundial. Contributos para uma Reavaliação*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1999.
- AAVV, *Programa para a Democratização da República*, Porto, Tipografia J.R. Gonçalves, 1961.
- AAVV, *Revistas, Ideias e Doutrinas. Leituras do Pensamento Contemporâneo*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003.
- AAVV, *Salazar e o Salazarismo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989
- AAVV, *Salazar sem Máscaras*, Lisboa, Nova Arrancada, 1998.
- BARRETO, António, (coord.), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa, ICS, 1996.
- BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena, (coord.), *Dicionário da História de Portugal*, Vol. 7, 8 e 9, Porto, Figueirinhas, 2000.
- BARROS, Tomás de, *Sumário de História de Portugal*, Porto, Editora Educação Nacional de Adolfo Machado, 1948 (24.ª ed.).
- FERREIRA, José Medeiros, *Portugal em Transe (1974-1985)*, História de Portugal: oitavo vol., Cronologia e Índices, in MATTOSO, José, ((dir.)), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal: das Revoluções Liberais aos nossos Dias*, Lisboa, Palas Editores, 1986, 3.ª ed.
- MARQUES, A. H. de Oliveira; SERRÃO, Joel, (coord.), *Nova História de Portugal*. 10 vol., Lisboa, Editorial Presença, 1987-2004.
- MATOS, Sérgio Campos de, *Crises em Portugal nos Séculos XIX e XX*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002.
- MATTOSO, José, (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994
- MATTOSO, José, (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992-1993.
- PINTO, António Costa, (coord.), *Portugal Contemporâneo*, Madrid, Sequitur, 2000.
- PROENÇA, Maria Cândida, (coord.), *Maio de 1968: Trinta Anos depois os Movimentos Estudantis em Portugal*, Lisboa, Edições Colibri/IHC da Universidade Nova de Lisboa, 1999.

- PROENÇA, Maria Cândida, (coord.), *O Sistema de Ensino em Portugal (Séculos XIX e XX)*, Lisboa, Edições Colibri/IHC da Universidade Nova de Lisboa, 1998.
- PROENÇA, Maria Cândida, (coord.), *Um Século de Ensino da História*, Lisboa, Edições Colibri/IHC da Universidade Nova de Lisboa, 2001.
- REIS, António do Carmo, *Nova História de Portugal*, Lisboa, Notícias Editorial, 1999, 2.^a ed.
- REIS, António, *As Grandes Correntes Políticas e Culturais do Século XX*, Lisboa, [actas] do XI curso de verão do IHC-UNL; (coord.) científica de, Edições Colibri, 2003.
- REIS, António, (coord.), *A República Ontem e Hoje*, Lisboa, III Curso Livre de História Contemporânea, Edições Colibri/Fundação Mário Soares/IHC da Universidade Nova de Lisboa, 2002.
- REIS, António, (dir.), *Portugal Contemporâneo*, 6 Vol., Lisboa, Alfa, 1989-1993.
- ROSAS, Fernando, (coord.), *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, actas do Colóquio Internacional de Portugal e a Guerra Civil de Espanha, (coord.), IHC da FCSH/Edições Colibri, 1998.
- ROSAS, Fernando, (coord.), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Lisboa, Presença, 1992.
- ROSAS, Fernando, *O Estado Novo (1926-1974)*, Vol. VII da *História de Portugal* da direcção de José Mattoso, Lisboa, Estampa, 1994.
- ROSAS, Fernando, *Portugal Século XX (1890-1976). Pensamento e Acção Política*. Lisboa, Notícias Editorial, 2004.
- SARAIVA José Hermano, (dir.), *História de Portugal*, Vol. 6, Estella (Navarra – Espanha), Alfa, 1985.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, 17 vol., Lisboa, Verbo, várias datas.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal, Vol. XIII: do 28 de Maio ao Estado Novo (1926-1935)*, Lisboa, Verbo, 2000.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal, Vol. XIV: da 1.^a Legislatura à Visita Presidencial aos Açores (1935-1941)*, Lisboa, Verbo, 2000.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal, Vol. XV: da II Guerra à Morte do Marechal Carmona (1941-1951)*, Lisboa, Verbo, 2003.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, (coord.), *Portugal e a Guerra: História das Intervenções Militares Portuguesas nos Grandes Conflitos Mundiais (Séculos XIX e XX)*, Lisboa, IHC da FCSH/Edições Colibri, 1998.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano; PINTO, António Costa, (coord.), *A Primeira República Portuguesa. Entre o Liberalismo e o Autoritarismo*, Lisboa, Edições Colibri/IHC da Universidade Nova de Lisboa, 2000.
- TORGAL, Luís Reis, (coord.), *O cinema sob o Olhar de Salazar*, Rio de Mouro, Temas e Debates, 2001.

Dicionários e Cronologias

- AAVV, *Pequeno Dicionário Político*, Moscovo, Edições Progresso, 1984.
- ALMEIDA, Pedro Tavares de, org., *Legislação Eleitoral Portuguesa, 1820-1926*, s.l., Presidência do Conselho de Ministros/Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998.
- ANDRADE, John, *Dicionário do 25 de Abril. Verde Fauna, Rubra Flora*, Lisboa, Nova Arrancada, 2002.
- CRUZ, José de Matos, *Prontuário do Cinema Português 1896-1989*, Lisboa, Cinemateca Portuguesa, 1989.
- CRUZ, Manuel Braga da; PINTO, António Costa, (coord.), *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1935-1974*, Vol. I e Vol. II, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais/Assembleia da República, 2005.

- LEMOS, Mário Matos e, *Jornais Diários Portugueses do Século XX. Um Dicionário*, Coimbra, Ariadne Editora/CEIS 20, 2006
- MALTEZ, José Adelino, *Tradição e Revolução. uma Biografia do Portugal Político do Século XIX ao XXI*, Vol. II (1910-2005), Lisboa, Tribuna, 2005.
- ROSAS, Fernando; BRITO, José M. Brandão de, (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.
- ROSAS, Fernando; BRITO, José M. Brandão de, (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.
- TORGAL, Luis Reis; LEMOS, Mário Matos e, (coord.), *Candidatos da Oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo (1945-1973)*, Lisboa, Texto e Assembleia da República, 2009.

Sobre o Estado Novo e Salazar (de e sobre Oliveira Salazar)

- ALEXANDRE, Valentim, *O roubo das Almas. Salazar, a Igreja e os Totalitarismos (1930-1939)*, Lisboa, Dom Quixote, 2006
- ALMEIDA, Pedro Ramos de, “Salazar: o imperialismo no poder”, *Vértice*, 13, 1989, p. 55-62.
- ALMEIDA, Pedro Ramos de, *Salazar. Biografia da Ditadura*, Lisboa, Edições Avante, 1999.
- ANTUNES, João Freire, *Salazar e Caetano. Cartas Secretas, 1932-1968*, s.l., Círculo de Leitores, 1993.
- AZEVEDO, J. Cândido de, “O equilíbrio do orçamento e o ‘milagre financeiro’ de Salazar”, *História*, 6, 1979, p. 2-14.
- BARREIRA, Cecília, “A ascensão de Salazar começou em 1922”, *História*, 31, Maio 1981, p. 70-79.
- BRÁS, Manuel P., *Salazar: a Cadeira do Poder*, Lisboa, Presença, 2008.
- CABRITA, Felícia, *Os Amores de Salazar*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2006.
- CAETANO, Marcelo, *Minhas Memórias de Salazar*, s.l., Verbo, 2000, 4.ª ed. [1977].
- CARVALHO, Rita [Almeida], “Salazar e a concordata com a Santa Sé”, *História*, 31 (nova série), 1997, p. 4-15.
- CRUZ, Manuel Braga da, “Notas para uma caracterização política do salazarismo”, *Análise Social*, 72-73-74, Vol. XVIII, Lisboa, 1982, p. 773-794.
- CRUZ, Manuel Braga da, “Salazar e a Política”, in AAVV, *Salazar e o Salazarismo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989, p. 59-70
- DACOSTA, Fernando, *Máscaras de Salazar. Narrativa*, Lisboa, Notícias Editorial, 1997, 3.ª ed.
- FERRO, António, *Salazar, o Homem e a sua Obra*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1933.
- FERRO, Francisco, “Salazar e a democracia – o meu ponto de vista”, in AAVV, *Salazar sem Máscaras*, Lisboa, Nova Arrancada, 1998, p. 119-128.
- FIGUEIREDO, António de, *Portugal: Cinquenta Anos de Ditadura*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1975.
- GARCIA, Maria Madalena, *Arquivo Salazar, Inventário e índices*, Lisboa, Editorial Estampa/Biblioteca Nacional, 1992.
- GARNIER, Cristine, *Férias com Salazar*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, Lisboa, 2002. 3.ª ed. [1952].
- GASPAR, José Martinho, *Os Discursos e o Discurso de Salazar*, Lisboa, Prefácio, 2001.
- GEORGEL, Jacques, *O Salazarismo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1985.
- JANEIRO, Helena; SILVA, Isabel Alarcão e, “A imagem de Salazar nos cartazes de propaganda política oficial (1933-1949)”, *Vértice*, 13, 1989, p. 63-69.
- LOFF, Manuel, *Salazarismo e Franquismo na Época de Hitler (1936-1942)*, Porto, Campo das Letras, 1996.

- LUCENA, Manuel, “Interpretações do salazarismo: notas de leitura crítica I”, *Análise Social*, 83, Vol. XX, Lisboa, 1984, p. 423-451.
- MATOS, Helena, *Salazar – Vol. I. A Construção de um Mito*, Mem Martins, Temas e Debates, 2003.
- MATOS, Helena, *Salazar – Vol. II. A Propaganda*, Mem Martins, Temas e Debates, 2004.
- MEDINA, João, “Salazar e Franco, dois ditadores, duas ditaduras”, *História*, 20 (nova série), 1996, p. 4-15.
- MEDINA, João, “Sidonismo e salazarismo”, *História*, 3, 1979, p. 2-13.
- MELLO, Manuel José Homem de, (coord.), *Cartas de Salazar a Craveiro Lopes, 1951-1958*, Lisboa, Moraes, 1983.
- MELO, Daniel, *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*, Lisboa, ICS, 2001.
- MESQUITA, António Pedro, “Salazar e o conceito de Democracia”, *Vértice*, 110 (2.ª série), Lisboa, 2003, p. 69-92.
- MESQUITA, António Pedro, *Salazar na História Política do seu Tempo*, Lisboa, Caminho, 2007.
- NOGUEIRA, Franco, *Salazar, a Mocidade e os Princípios, 1889-1928*, Vol. I, Coimbra, Atlântida Editora, Sarl, 1977.
- NOGUEIRA, Franco, *Salazar, a Resistência, 1958-1964*, Vol. V, Porto, Livraria Civilização Editora, 1988.
- NOGUEIRA, Franco, *Salazar, as Grandes Crises, 1936-1945*, Vol. III, Coimbra, Atlântida Editora, Sarl., 1978.
- NOGUEIRA, Franco, *Salazar, o Ataque, 1945-1958*, Vol. IV, Coimbra, Atlântida Editora, Sarl., 1980.
- NOGUEIRA, Franco, *Salazar, o Último Combate, 1964-1970*, Vol. VI, Porto, Livraria Civilização Editora, 1985.
- NOGUEIRA, Franco, *Salazar, os Tempos Áureos, 1928-1936*, Vol. II, Coimbra, Atlântida Editora, Sarl., 1977.
- O, Jorge Ramos do, “As circunstâncias ocorrentes. Notas para uma compreensão do pragmatismo de Oliveira Salazar”, in AAVV, *Salazar e o Salazarismo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989, p. 189-218.
- O, Jorge Ramos do, “Salazar na oposição”, *Vértice*, 13, 1989, p. 39-48.
- O, Jorge Ramos do, *O Lugar de Salazar. Estudo e Antologia*, Lisboa, Alfa, 1990.
- OLIVEIRA, César, “Da ditadura militar à implantação do salazarismo”, in REIS, António, (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Vol. 4, Lisboa, Alfa, 1990, p. 13-32.
- OLIVEIRA, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha* Lisboa, O Jornal, 1987.
- OLIVEIRA, César, *Salazar e o seu Tempo*, Lisboa, O Jornal, 1991.
- PAIS, João Machado, “Raízes ideológicas do Estado Novo”, *Vértice*, 13, 1989, p. 31-38.
- PINTO, Jaime Nogueira, *António de Oliveira Salazar. O Outro Retracto*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007.
- PINTO, Jaime Nogueira, *Salazar Visto pelos seus Próximos*, Lisboa, Bertrand Editora, 2007, 3.ª ed. [1993].
- REBELO, José, *Formas de Legitimação do Poder no Salazarismo*, Lisboa, Livros e Leituras, 1998.
- RITA, Maria da Conceição; VIEIRA, Joaquim, *Os meus 35 Anos com Salazar*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2007.
- RODRIGUES, José Paulo, *Salazar. Memórias para um Perfil*, Lisboa, Edições Pró-Homem, 2000.
- ROSAS, Fernando, “A lenta agonia do salazarismo” in ROSAS, Fernando, *O Estado Novo (1926-1974)*, Vol. VII da *História de Portugal* da direcção de José Mattoso, Lisboa, Estampa, 1994; p. 503-543.

- ROSAS, Fernando, “Salazar e o salazarismo: um caso de longevidade política”, in AAVV, *Salazar e o Salazarismo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989, p. 13-58.
- ROSAS, Fernando; CARVALHO, Rita Almeida; OLIVEIRA, Pedro, *Daniel Barbosa, Salazar e Caetano. Correspondência Política 1945-1974*, 2 vol., Lisboa, Círculo de Leitores, 2002.
- ROSAS, Fernando; OLIVEIRA, Pedro; BARROS, Júlia Leitão de, *Armando Monteiro e Oliveira Salazar. Correspondência Política 1926-1955*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996.
- SALAZAR, António de Oliveira, “Entrevista de 14 de Novembro de 1945 ao *Diário de Notícias e O Século*” in MORAIS, João; VIOLANTE, Luis, *Contribuições para uma Cronologia dos Factos Económicos e Sociais, Portugal 1926-1985*, Lisboa, Livros Horizonte, 1985, p. 109.
- SALAZAR, António de Oliveira, “Lição de Salazar para a Reunião dos Governadores Civis. Sala do Conselho de Estado – no Palácio de São Bento – Às 17 horas do dia 8-X-1942; segundo os apontamentos do Governador Civil de Vila Real”, in IANTT/AOS/CP-129, pt. 4.1.3/4. Sebenta elaborada por Assis Gonçalves e enviada, para aprovação, a Salazar.
- SALAZAR, António de Oliveira, “Mensagem do Senhor Presidente do Conselho e Presidente da Comissão Central da União Nacional, Doutor António de Oliveira Salazar, dirigida ao país, em 9 de Novembro de 1961”, in União Nacional, (1961), *A campanha Eleitoral de 1961. Documentos Políticos*, Lisboa, s.e., p. 9-17.
- SALAZAR, António de Oliveira, *A Eleição do Chefe do Estado*, Lisboa, Edições SNI, 1935
- SALAZAR, António de Oliveira, *A obra do regime na campanha eleitoral* (discurso proferido em 31 de Maio de 1958, no Palácio de São Bento), SNI, Lisboa, 1958.
- SALAZAR, António de Oliveira, *Apelo ao Povo*, Lisboa, SNI, 1961
- SALAZAR, António de Oliveira, *Como se Levanta um Estado*, Lisboa, *Mibilis in Mobile*, 1991 [1937].
- SALAZAR, António de Oliveira, *Como se Reergue um Estado*, Lisboa, Esfera do Caos, 2007 [1937]
- SALAZAR, António de Oliveira, *Duas Escolas Políticas*, Lisboa, Edições SPN, 1934.
- SALAZAR, António de Oliveira, *Erros e fracassos da era política* (discurso proferido a 18 de Fevereiro de 1965), SNI; Lisboa, 1965.
- SALAZAR, António de Oliveira, *Inéditos e Dispersos I. Escritos Político-sociais e Doutrinários (1908-1928)*, organização de Manuel Braga da Cruz, Venda Nova, Livraria Bertrand, 1997.
- SALAZAR, António de Oliveira, *Inéditos e Dispersos II. Estudos Económico-financeiros (1919-1928)*, organização de Manuel Braga da Cruz, Venda Nova, Livraria Bertrand, 1997.
- SALAZAR, António de Oliveira, *Miséria e medo (discurso proferido a 25 de Novembro de 1947)*, SNI, Lisboa, 1947.
- SALAZAR, António de Oliveira, *Na posse da Comissão Executiva da União Nacional* (discurso proferido a 6 de Dezembro de 1958), SNI, Lisboa, 1958.
- SALAZAR, António de Oliveira, *O governo e a política* (discurso proferido a 19 de Janeiro de 1956), SNI, Lisboa, 1956.
- SALAZAR, António de Oliveira, *Os nossos interesses de Nação* (discurso na reunião das comissões dirigentes da União Nacional, em 23/2/1946, na sala da biblioteca da Assembleia Nacional), SNI, 1946.
- SALAZAR, António de Oliveira, *Para que os surdos ouçam e os próprios cegos vejam. Na campanha da eleição presidencial* (discurso proferido na sessão de propaganda realizada no Palácio dos Desportos, Lisboa, a 19 de Julho de 1951), SNI, Lisboa, 1951.
- SALAZAR, António de Oliveira, *Reparos à campanha eleitoral*, Lisboa, SNI, 1965
- SALAZAR, António de Oliveira, *Une Révolution dans la Paix*, Paris, Flammárion, 1937.

- SALAZAR, António de Oliveira, *Votar é um grande dever*, Lisboa, Ed. do SNI, 1945.
- TUSELL, Javier, “Franquismo e salazarismo”, in AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, Vol. I, Lisboa, Fragmentos, 1987, p. 31-48.

Intervenções parlamentares

- AMEAL, João, *Intervenção na sessão n.º 154 da III Legislatura (sessão extraordinária) da Assembleia Nacional, ocorrida a 4 de Julho de 1945* e publicada no *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, 188, de 5 de Julho de 1945, p. 737.
- ARAÚJO, Juvenal, *Intervenção na sessão n.º 184 da III Legislatura (sessão extraordinária) da Assembleia Nacional, ocorrida a 3 de Julho de 1945* e publicada no *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, 187, de 4 de Julho de 1945, p. 721.
- ARAÚJO, Juvenal, *Intervenção na sessão n.º 183 da III Legislatura (sessão extraordinária) da Assembleia Nacional, ocorrida a 2 de Julho de 1945* e publicada no *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, 186 de 3 de Julho de 1945, p. 712.
- CORTÊS, Ulisses, *Intervenção na sessão n.º 154 da III Legislatura (sessão extraordinária) da Assembleia Nacional, ocorrida a 4 de Julho de 1945* e publicada no *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, 188, de 5 de Julho de 1945, p. 734-737.
- FIGUEIREDO, Mário de, *Intervenção na sessão n.º 183 da III Legislatura (sessão extraordinária) da Assembleia Nacional, ocorrida a 2 de Julho de 1945* e publicada no *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, 186 de 3 de Julho de 1945, p. 707.
- GUIMARÃES, José Alçada, *Intervenção na sessão n.º 183 da III Legislatura (sessão extraordinária) da Assembleia Nacional, ocorrida a 2 de Julho de 1945* e publicada no *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, 186, de 3 de Julho de 1945, p. 710.
- SALDANHA, Joaquim, *Intervenção na sessão n.º 184 da III Legislatura (sessão extraordinária) da Assembleia Nacional, ocorrida a 3 de Julho de 1945* e publicada no *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, 186, de 4 de Julho de 1945, p. 723.

Instituições do Estado Novo

- ADINOLFI, Goffredo, *Ai Confini del Fascismo. Propaganda e Consenso nel Portogallo salazarista (1932-1944)*, Milano, Franco Angeli, 2007.
- ANTÓNIO, Lauro, *Cinema e Censura em Portugal*, Lisboa, Ática, 1978.
- CASTANHEIRA, João Pedro, *Os Sindicatos e o Salazarismo. História dos Bancários do Sul e Ilhas. 1910-1969*, Lisboa, Edição do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, 1983.
- CRUZ, Manuel Braga da, “O integralismo lusitano nas origens do salazarismo”, *Análise Social*, 70, Vol. XVIII, Lisboa, 1982, p. 137-182.
- CRUZ, Manuel Braga da, *O Estado Novo e a Igreja Católica*, Lisboa, Bizâncio, 1998.
- FARIA, Telmo, *Debaixo de fogo! Salazar e as Forças Armadas (1935-41)*, Lisboa, Edições Cosmos/ Instituto da Defesa Nacional, 2000.
- MIGUEL, Aura, *Rádio Renascença: os Trabalhos e os Dias (1933-1948)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1992.
- NUNES, João Paulo Avelas, “As organizações de Juventude do Estado novo (1934-1949)”, *Revista História das Ideias*, 17, Instituto de História e Teoria das Ideias/Faculdade de Letras, Coimbra, 1995, p. 167-227.
- PATRIARCA, Fátima, *Sindicatos Contra Salazar. A Revolta do 18 de Janeiro de 1934*, Lisboa, ICS, 2000.
- PIMENTEL, Irene Flunser, “A Mocidade Portuguesa Feminina nos dez primeiros anos de vida (1937-47)”, *Penélope*, 19-20, Lisboa, 1998, p. 161-187.
- PIMENTEL, Irene Flunser, *História das Organizações Femininas no Estado Novo*, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2000.

- PIMENTEL, Irene, *A PIDE/DGS, 1945-1974*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2007.
- REZOLA, Maria Inácia, “O sindicalismo católico no Estado Novo”, in AAVV, *A Igreja e o Estado em Portugal. Da 1.ª República ao Limiar do Século XXI*. Actas dos Encontros de Outono, 21-22 de Novembro de 2003, Vila Nova de Famalicão, Editora Ausência e Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2004, p. 131-156.
- REZOLA, Maria Inácia, *O Sindicalismo Católico no Estado Novo. 1931-1948*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999.
- RIBEIRO, Maria da Conceição, *A Polícia Política no Estado Novo, 1926-1945*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000.
- RIBEIRO, Nelson, *A Emissora Nacional nos Primeiros Anos do Estado Novo, 1933-1945*, Lisboa, Quimera, 2005.
- RODRIGUES, Luis Nuno, *A Legião Portuguesa. A Milícia do Estado Novo, 1936-1944*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996.
- TORGAL, Luis Reis, *A Universidade e o Estado Novo*, Coimbra, Minerva História, 1999.
- VALENTE, José Carlos, “Sindicatos Nacionais” in *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 916-923.
- VALENTE, José Carlos, *Estado Novo e Alegria no Trabalho. Uma História Política da FNAT (1935-1958)*, Lisboa, Edições Colibri/INA TEL, 1999.

Bibliografia de contextualização geral do Estado Novo.

- ACCIAIUOLI, Margarida, *Exposições do Estado Novo. 1934-1940*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998.
- ARAÚJO, António de, *A Lei de Salazar. Estudos sobre a Constituição política de 1933*, Coimbra, Tenacitas, 2007.
- CAMPINOS, Jorge, *O Presidencialismo do Estado Novo*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1978.
- CARVALHO, Maria Manuela, “O ensino da História no Estado Novo”, in PROENÇA, Maria Cândida, (coord.), *Um Século de Ensino da História*, Lisboa, Edições Colibri/IHC da Universidade Nova de Lisboa, 2001, p. 75-91.
- CRUZ, Manuel Braga da, “A revolução nacional de 1926: da Ditadura Militar à formação do Estado Novo”, *Revista de História das Ideias*, 7, Coimbra 1985, p. 347-371.
- CUNHAL, Álvaro, *O Partido com Paredes de Vidro*, Lisboa, edições Avante, 1985 (3.ª ed.).
- GALLAGHER, Tom, “Dictatorial Portugal, 1926-1974. A bibliography”, *Essays in Portuguese Studies*, 3, ICGMP, 1979.
- LUCENA, Manuel, *A Evolução do Sistema Corporativo Português. I – O Salazarismo*, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1976.
- LUCENA, Manuel, *A Evolução do Sistema Corporativo Português. II – O Marcelismo*, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1976.
- MADUREIRA, Arnaldo, *A Formação Histórica do Salazarismo (1928-1932). O Quadro Político em que se Estruturou o Salazarismo*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000.
- MADUREIRA, Arnaldo, *Antecedentes Imediatos do Salazarismo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1997.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Maçonaria Portuguesa e O Estado Novo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1995, 3.ª ed.
- NEVES, Helena; CALADO, Maria, *O Estado Novo e as Mulheres*, Lisboa, Biblioteca-Museu República e Resistência, 2001.
- NUNES, João Paulo Avelas, “Ideologia e História no Estado novo (1933-1949)”, *Vértice*, 56, Lisboa, 1993, p. 12-23.

- OLIVEIRA, César, “O Estado Novo e os municípios corporativos”, in OLIVEIRA, César, (dir.), *História dos Municípios e Poder Local (Dos Finais da Idade Média à União Europeia)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p.285-325.
- PATRIARCA, Fátima, *A Questão Social no Salazarismo. 1930-1947*, Vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995.
- PATRIARCA, Fátima, *A Questão Social no Salazarismo. 1930-1947*, Vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995.
- PEREIRA, Nuno Teotónio; FERNANDES, José Manuel, colab., “A arquitectura do Estado Novo de 1926 a 1959”, in AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, Vol. II, Lisboa, Fragmentos, 1987, p. 232-358.
- PIMENTA, Alfredo, *Nas Vésperas do Estado Novo*, Lisboa, Nova Arrancada, 1998.
- RAMOS, Rui, “O Estado Novo perante os poderes periféricos: o governo de Assis Gonçalves em Vila Real (1934-39)”, *Análise Social*, 90, Vol. XXII, Lisboa, 1986, p. 109-135.
- RAMOS, Rui, *Outra opinião. Ensaios de História*, Lisboa, O Independente, 2004.
- RIAS, Ana Paula, “Génese e consolidação do Estado Novo – a escola e a sociedade 1930-1960”, in PROENÇA, Maria Cândida, (coord.), *Maió de 1968: Trinta Anos depois os Movimentos Estudantis em Portugal*, Lisboa, Edições Colibri/IHC da Universidade Nova de Lisboa, 1999, p. 93-112.
- ROSAS, Fernando, “Da Ditadura Militar ao Estado Novo: a ‘longa marcha’ de Salazar” in ROSAS, Fernando, *O Estado Novo (1926-1974)*, Vol. VII da *História de Portugal* da direcção de José Mattoso, Lisboa, Estampa, 1994, p. 151-241.
- ROSAS, Fernando, “Estado Novo, Império e Ideologia imperial”, *Revista História das Ideias*, 17, Instituto de História e Teoria das Ideias/Faculdade de Letras, Coimbra, 1995, p. 13-33.
- ROSAS, Fernando, “Estado Novo, universidade e depuração política do corpo docente”, in PROENÇA, Maria Cândida, (coord.), *Maió de 1968: Trinta Anos depois os Movimentos estudantis em Portugal*, Lisboa, Edições Colibri/IHC da Universidade Nova de Lisboa, 1999, p. 77-92.
- ROSAS, Fernando, “Marcelismo: a libertação tardia (1968-1974)”, in ROSAS, Fernando, *O Estado Novo (1926-1974)*, Vol. VII da *História de Portugal* da direcção de José Mattoso, Lisboa, Estampa, 1994, p. 545-558.
- ROSAS, Fernando, “O Estado Novo nos anos 30”, in ROSAS, Fernando, *O Estado Novo (1926-1974)*, Vol. VII da *História de Portugal* da direcção de José Mattoso, Lisboa, Estampa, 1994, p. 243-299.
- ROSAS, Fernando, “Quem manda”, in ROSAS, Fernando, *O Estado Novo (1926-1974)*, Vol. VII da *História de Portugal* da direcção de José Mattoso, Lisboa, Estampa, 1994, p. 111-117.
- ROSAS, Fernando, “Salazarismo e desenvolvimento económico nos anos 30 e 40”, in PINTO, António Costa, (coord.), *Portugal Contemporâneo*, Madrid, Sequitur, 2000, p. 93-110.
- ROSAS, Fernando, *O Estado Novo nos Anos Trinta. Elementos para o Estudo da Natureza Económica e Social do Salazarismo (1928-1938)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996, 2.^a ed.
- ROSAS, Fernando, *Salazarismo e Fomento Económico. O Primado do Político na História Económica do Estado Novo*, Lisboa, Notícias Editorial, 2000.
- SANTOS, Maria Helena Carvalho dos, “Do outro lado do Estado Novo”, in AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, Vol. II, Lisboa, Fragmentos, 1987, 71-79.
- SARAIVA, José Hermano, “O Estado Novo”, in SARAIVA, José Hermano, (dir.), *História de Portugal*, Vol. 6, Estella (Navarra – Espanha), Alfa, 1985, p.135-195.
- SILVEIRA, Paula, “Os valores do quotidiano no Estado Novo: ruptura ou continuidade?”, in AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, Vol. II, Lisboa, Fragmentos, 1987, 303-321.

- SODRÉ, Nelson Werneck, *Do Tenentismo ao Estado Novo, Memórias de um Soldado*, Lisboa, Petrópolis, Vozes, 1986, 2.^a ed..
- TORGAL, Luis Reis, “Historiografia do Estado Novo”, in ROSAS, Fernando; BRITO, José M. Brandão de Brito, (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 425-431.
- TORGAL, Luis Reis, “Igreja e Estado no regime de Salazar entre a ‘separação’, a ‘concordata’ e a polémica”, in AAVV, *A Igreja e o Estado em Portugal. Da 1.^a República ao Limiar do Século XXI*. Actas dos Encontros de Outono, 21-22 de Novembro de 2003, Vila Nova de Famalicão, Editora Ausência e Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2004, p. 95-130.
- TORGAL, Luis Reis, “Salazarismo, Alemanha e Europa. Discursos políticos e culturais”, *Revista História das Ideias*, 16, Instituto de História e Teoria das Ideias/Faculdade de Letras, Coimbra, 1994, p. 73-104.
- TORRE GOMEZ, Hipolito de la, “Algumas notas em torno da contra-revolução do 28 de Maio”, in AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, Vol. I, Lisboa, Fragmentos, 1987, p. 165-178.
- WHEELER, Douglas, *A Ditadura Militar Portuguesa (1926-1933)*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1986.

Sobre Portugal nos anos 40 e a II Guerra Mundial:

- AGUDO, Manuel Ros, *A Grande Tentação. Os Planos de Franco para Invadir Portugal*, Alfragide, Casa das Letras, 2009.
- ANDRADE, Gilberto Osório de, *Os Fundamentos da Neutralidade Portuguesa*, Lisboa, Livraria Bertrand, s.d. [194?]
- ANTUNES, José Freire, *Roosevelt, Churchill e Salazar. A Luta pelos Açores, 1941-1945*, Madrid, Ediclube, 1995.
- BARATA, Manuel Themudo, “Estado Novo e política de defesa na II Guerra Mundial”, in TEIXEIRA, Nuno Severiano, (coord.), *Portugal e a Guerra: História das Intervenções Militares Portuguesas nos Grandes Conflitos Mundiais (Séculos XIX e XX)*, Lisboa, IHC da FCSH/Edições Colibri, 1998, p.127-145.
- BARROS, Júlia Leitão de, “Anglofilia e germanofilia em Portugal durante a segunda guerra mundial”, in AAVV, *Portugal na Segunda Guerra Mundial. Contributos para uma Reavaliação*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1999, p. 91-136.
- CARRILHO, Maria, “Política de defesa e de rearmamento”, in AAVV, *Portugal na Segunda Guerra Mundial. Contributos para uma Reavaliação*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1999, 11-48.
- DELGADO, Humberto, *Crónicas Militares e Políticas da II Guerra Mundial*, Lisboa, Editorial Inquérito, 2003
- JANEIRO, Helena Pinto, “A propaganda gaulista (1940-1942)”, *História*, 4, (3.^a série), 1995, p. 26-37.
- JANEIRO, Helena Pinto, *Salazar e Petain. Relações Luso-francesas durante a II Guerra Mundial (1940-1944)*, Lisboa, Edições Cosmo, 1998.
- LIMA, Campos, “A crise do liberalismo político e do liberalismo económico”, *Vida Contemporânea*, 8, 1934, p. 698-706.
- LOPES, António Cordeiro, “Uma visão do interior do Estado Novo sobre a crise mundial – Guerra, Ocidente, Europa (1943)”, in MATOS, Sérgio Campos de, (coord.), *Crises em Portugal nos Séculos XIX e XX*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, p. 219-248.

- LOUÇA, António, *Conspiradores e Traficantes. Portugal no Tráfico de Armas e de Divisas nos Anos do Nazismo (1933-1945)*, Cruz Quebrada, Oficina do Livro, 2005.
- LOUÇA, António, *Hitler e Salazar. Comércio em Tempos de Guerra, 1940-1944*, Lisboa, Terramar, 2005, 2.^a ed.
- LOUÇA, António, org., *Portugal Visto pelos Nazis. Documentos 1933-1945*, s.l., Fim de Século, 2005.
- MATOS-CRUZ, José de, “Portugal – O cinema da Guerra”, in AAVV, *Portugal na Segunda Guerra Mundial. Contributos para uma Reavaliação*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1999, 229-244.
- MOTTA, Carlos Teixeira da, *O caso de Timor na II Guerra Mundial. Documentos Britânicos*, Instituto Diplomático/Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1997.
- NOGUEIRA, Franco, *Relatórios anuais, 1942 a 1955*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2005.
- OLIVEIRA, César, “A sobrevivência das ditaduras e a mentalidade peninsular na II Guerra Mundial”, in AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, Vol. I, Lisboa, Fragmentos, 1987, p. 357-366.
- OLIVEIRA, César, *Portugal e a II República de Espanha*, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1985.
- OLIVEIRA, José Manuel Paquete de, “A guerra vista através da imprensa portuguesa”, in AAVV, *Portugal na Segunda Guerra Mundial. Contributos para uma Reavaliação*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1999, p. 231-228.
- PAXTON, Robert O., “A França de Vichy sob uma perspectiva comparada”, in AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, Vol. I, Lisboa, Fragmentos, 1987, p. 49-58.
- PIMENTEL, Irene Flunser, *Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2006.
- PRETO, Rolão, *Para Além da Guerra*, Lisboa, Edições Gama, 1942.
- REBELLO, Luiz Francisco, *Portugal Anos Quarenta. Espectáculo/documentário em 10 seqüências*, Lisboa, Editorial Caminho, 1983.
- ROSAS, Fernando, “A Igreja em Portugal nos anos 40”, *História*, 46, 1982, p. 2-17.
- ROSAS, Fernando, “A indústria portuguesa durante a Segunda Guerra Mundial”, in AAVV, *Portugal na Segunda Guerra Mundial. Contributos para uma Reavaliação*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1999, 49-90.
- ROSAS, Fernando, “O Pacto Ibérico e a neutralização da península na II Guerra Mundial”, *História*, 57, 1983, p. 3-17.
- ROSAS, Fernando, “O PCP e a II Guerra Mundial”, in *Estudos sobre o comunismo*, n.º 0, Lisboa, Julho 1983, p. 3-22.
- ROSAS, Fernando, “Os anos da guerra e a primeira crise do regime”, in REIS, António, (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Alfa, 1989, p. 33-74.
- ROSAS, Fernando, “Sob os ventos da guerra: a primeira crise séria do regime (1940-1949)”, in ROSAS, Fernando, *O Estado Novo (1926-1974)*, Vol. VII da *História de Portugal* da direcção de José Mattoso, Lisboa, Estampa, 1994, p. 301-419.
- ROSAS, Fernando, *Portugal entre a Paz e a Guerra, 1939-1945*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995.
- TEIXEIRA, Luiz, *Portugal e a Guerra. Neutralidade colaborante*, Lisboa, Editorial Ática, 1945.
- TELO, António José, “A neutralidade portuguesa na Segunda Guerra Mundial”, in TEIXEIRA, Nuno Severiano, (coord.), *Portugal e a Guerra: História das Intervenções Militares Portuguesas nos Grandes Conflitos Mundiais (Séculos XIX e XX)*, IHC da FCSH/Edições Colibri, Lisboa, 1998, p. 109-125.
- TELO, António José, “As relações peninsulares num período de guerras globais (1935-1945)”, in ROSAS, Fernando, (coord.), *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, actas do

- Colóquio Internacional de Portugal e a Guerra Civil de Espanha, Lisboa, IHC da FCSH/Edições Colibri, 1998, p. 133-151.
- TELO, António José, “Relações Portugal – EUA (1940-1941)”, in AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, Vol. I, Fragmentos, Lisboa, 1987, p. 371-394.
- TELO, António José, *A Neutralidade Portuguesa e o Ouro Nazi*, Lisboa, Quetzal Editores, 2000.
- TELO, António José, *Contributos para o Estudo da Guerra Secreta e da Propaganda em Portugal*, Faculdade de Letras, 1989, policopiado.
- TELO, António José, (coord.), *O Fim da Segunda Guerra Mundial e os Novos Rumos da Europa*, Lisboa, Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa/Edições Cosmos, 1996.
- TELO, António José, *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)*, Vol. I, Lisboa, Vega, 1991.
- TELO, António José, *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)*, Vol. II, Vega, Lisboa, 1991.
- VALENTE, José Carlos, “O 1.º de Maio sob o Estado Novo corporativo”, *História*, 33, (nova série), 1997, p. 4-17.

Sobre Fascismo, totalitarismo e autoritarismo

- BENOIST, Alain de, *Comunismo e Nazismo. 25 Reflexões sobre o Totalitarismo no Século XX (1917-1989)*, Lisboa, Hugin, 1999.
- CABRAL, Manuel Villaverde, “A estética do nacionalismo: modernismo literário e autoritarismo político em Portugal no início do século xx”, in TEIXEIRA, Nuno Severiano; PINTO, António Costa, (coord.), *A Primeira República Portuguesa. Entre o Liberalismo e o Autoritarismo*, Lisboa, Edições Colibri/IHC da Universidade Nova de Lisboa, 2000, p.181-211.
- CABRAL, Manuel Villaverde, “O Fascismo português em perspectiva comparada”, in AAVV, *O Fascismo em Portugal*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1982, p. 19-30
- CABRAL, Manuel Villaverde, “Sobre o fascismo e o seu advento em Portugal: ensaio de interpretação a pretexto de alguns livros recentes”, *Análise Social*, 48, Vol. XII, Lisboa, 1976, p. 873-915.
- CABRAL, Manuel Villaverde, “The Aesthetics of Nationalism: Modernism and Authoritarianism in Early Twentieth-Century Portugal”, in *Luso-Brazilian Review*, XXVI, 1989, p. 15-43.
- CAMPOS, Ismael Saz, “Repensar o Fascismo”, in MORENO FONSERET, Roque, ed., *Plebiscitos y Elecciones en las Dictaduras del Sur de Europa (siglo XX)*, Alicante, Marfil, 2003, p. 29-59.
- COLLOTTI, Enzo, *Fascismo, Fascismos*, Lisboa, Editorial Caminho, 1992.
- DIMITRO, *A III Internacional e o Fascismo*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1975.
- FELICE, Renzo de, *Breve história do Fascismo. Uma síntese da página mais trágica do século XX italiano*, Cruz Quebrada, Casa das Letras, 2005.
- FISCHER-GALATI, Stephen, “Regimes autoritários da Europa Oriental: estudo comparado”, in AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, Vol. I, Lisboa, Fragmentos, 1987, p. 87-98.
- FREI, Norbert, *O Estado de Hitler. O Poder Nacional-socialista de 1933 a 1945*, Lisboa, Notícias Editorial, 2003.
- GENTILE, Emilio, “O partido no fascismo italiano”, in AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, Vol. I, Fragmentos, Lisboa, 1987, p. 77-86.
- GRIFFIN, Roger, *A Fascist Century*, New York, Palgrave MacMillan, 2008
- GRIFFIN, Roger, ed., *Fascism (Oxford readers)*; Oxford, Oxford University Press, 1995
- GRIFFIN, Roger, *International Fascism: Theories, Causes and the New Consensus*, New York, Arnold Publishers, 1998.

- GRIFFIN, Roger, *Modernism and Fascism. The sense of beginning under Mussolini and Hitler*, New York, Palgrave MacMillan, 2007.
- GRIFFIN, Roger, *The Nature of Fascism*, London, Routledge, 1993.
- IORDACHI, Constantin (ed.), *Comparative Fascist Studies. New perspectives*, London, Routledge, 2010.
- KALLIS, Aristotle A., (ed.), *The Fascism Reader*, London, Rutledge, 2003
- KUHNH, Reinhard, “Nacional Socialismo = Fascismo ?”, in AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, Vol. I, Lisboa, Fragmentos, 1987, p. 117-126.
- LARSEN, Stein Ugelvik; HAGTVET, Bernt; MYKLEBUST, Jan Petter, *Who where the fascists*, Bergen, Universitetsforlaget, 1980.
- LINZ, Juan, “Some notes towards a comparative study of fascism in sociological historical perspective”, in *Fascism: a Reader's Guide. Analyses, Interpretations, Bibliography*, s.l., s.e., s.d.
- LINZ, Juan, *Fascism, Breakdown of Democracy, Authoritarian and Totalitarian Regimes: Coincidences and Distinctions*, Estudio/Working paper 2002/192, Madrid, Instituto Juan March, 2002.
- LINZ, Juan, *Totalitarian and Authoritarian Regimes*, Boulder, Lynne Rienner Publishers, 2000.
- LOFF, Manuel, “O Nosso Século é Fascista!” *O Mundo Visto por Salazar e Franco (1936-1945)*, Porto, Campo das Letras, 2008
- LOURENÇO, Eduardo, “Fascismo e cultura no antigo regime”, *Análise Social*, 72-73-74, Vol. XVIII, Lisboa, 1982, p. 1431-1436.
- LUCENA, Manuel, “Notas para uma teoria dos regimes fascistas”, *Análise Social*, 125-126, Vol. XXIX, Lisboa, 1994, p. 9-32.
- MALLET, Robert, *International Fascism, 1919-45*, London, Frank Cass, 2002.
- MARTINS, Hermínio, “Portugal”, in WOOLF, Stuart, *European Fascisms*, New York, s.e., 1969; p. 302-336.
- MEDINA, João, “O Congresso Fascista em Montreux (1934)”, in AAVV, *O Fascismo em Portugal*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1982, p. 187-194
- MEDINA, João, *Salazar e os Fascistas. Salazarismo e Nacional-sindicalismo, a História de um Conflito 1932-1935*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1978.
- MICHEL, Henri, *Os Fascismos*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1977.
- MORGAN, Philip, *Fascism in Europe, 1919-1945*, London, Routledge, 2003;
- NUNES, João Arsénio, “A formação do Estado fascista em Portugal à luz da correspondência diplomática britânica (1926-1933)”, in AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, Vol. I, Fragmentos, Lisboa, 1987, p. 189-198.
- NUNES, João Paulo Avelas, “O conceito de fascismo na História recente de Portugal”, *Vértice*, 52, Lisboa, 1993, p. 53-65.
- NUNES, João Paulo Avelas, *Tipologias de Regimes Políticos. Para uma Leitura Neo-moderna do Estado Novo e do Nuevo Estado*, (separata da revista Portuguesa de História, tomo XXXIV), Coimbra 2000.
- PALLA, Marco, “O regime fascista italiano”, in AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, Vol. I, Lisboa, Fragmentos, 1987, p. 59-76.
- PAXON, Robert O., *The Anatomy of Fascism*, London, Penguin Books, 2004.
- PAXON, Robert O., *Vichy France. Old Guard and New Order, 1940-1944*; New York, Columbia University Press, 2001.
- PAYNE, Stanley, “A taxonomia comparativa do autoritarismo”, in AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, Vol. I, Lisboa, Fragmentos, 1987, p. 23-30.

- PAYNE, Stanley, “Autoritarismo português et autoritarismes européens”, *Revista História das Ideias*, 16, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias/Faculdade de Letras, 1994, p. 7-18.
- PAYNE, Stanley, *A History of Fascism, 1914-1945*, s.l., The University of Wisconsin Press, 1995
- PAYNE, Stanley, *Fascism in Spain, 1923-1977*, Madison, The University of Wisconsin Press, 1999.
- PIMENTEL, Irene Flunser, “A presença do fascismo italiano em Portugal”, *História*, 4, (3.ª série), 1995, p. 14-25.
- PINTO, António Costa, “A ideologia do fascismo revisitada: Zeev Sternhell e os seus críticos”, *Ler História*, 6, 1985, p.109-120.
- PINTO, António Costa, “Back to European Fascism”, *Contemporary European History*, 15, 2006, p. 103-106.
- PINTO, António Costa, “Chaos and Order: Preto, Salazar and Charismatic Appeal in Inter-war Portugal”, in *Totalitarian Movements and Political Religions*, Vol. 7, 2, 2006, p. 203-214.
- PINTO, António Costa, “O fascismo e a crise da Primeira República: os nacionalistas lusitanos (1923-23)”, *Penélope*, 3, 1989, p. 44-62.
- PINTO, António Costa, “O salazarismo e o fascismo europeu: os primeiros debates nas ciências sociais”, in AAVV, *Salazar e o Salazarismo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989, p. 153-188.
- PINTO, António Costa, *O Salazarismo e o Fascismo Europeu. Problemas de Interpretação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Estampa, 1992.
- PINTO, António Costa; LARSEN, Stein Ugelvik, “Conclusion: Fascism, Dictators and Charisma” *Totalitarian Movements and Political Religions*, Vol. 7, 2, 2006, p. 251-257.
- PINTO, António Costa; RIBEIRO, Nuno Afonso, “Fascismo e juventude nos primórdios do Estado Novo: a Acção Escolar Vanguarda (1933-1936)”, in AAVV, *O Fascismo em Portugal*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1982, p. 229-258
- ROSAS, Fernando, “A crise do liberalismo e as origens do ‘autoritarismo moderno’ e do Estado Novo em Portugal”, *Penélope*, 2, Lisboa, 1989, p. 97-114.
- ROSAS, Fernando, “Cinco pontos em torno do estudo comparado do fascismo”, *Vértice*, 13 (II Série), Lisboa, Abril 1989, p. 21-29.
- SANDOICA, Helena Hernandez, (org.), *Los Fascismos Europeus, Madrid, Itmo, 1992.*
- SANTOS, Fernando Piteira, “O fascismo em Portugal, conceito e prática”, in AAVV, *O Fascismo em Portugal*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1982, p. 8-18
- SCHIRO, Luís Bensaja dei, “Apontamentos para uma integração do fascismo salazarista no fascismo europeu”, *Vértice*, 13, 1989, p. 83-92.
- SCHMITTER, Philippe C., *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*, Lisboa, ICS/Imprensa das Ciências Sociais, 1999.
- SOLER, Manuel Aznar, *II Congresso Internacional de Escritores Antifascistas (1937)*. Vol. II, *Pensamiento literario y compromiso antifascista de la inteligencia española Republicana, Barcelona, Laia B, 1978.*
- STERNHELL, Zeev, ((coord.)), *Nascimento da Ideologia fascista*, Venda-Nova, Bertrand Editora, 1995.
- STERNHELL, Zeev; SZNAJDER, Mário; ASHERI, Maia, *The Birth of Fascist Ideology. From Cultural Rebellion to Political Revolution*, Princeton, Princeton University Press, 1995.
- TORGAL, Luis Reis, “Salazarismo, fascismo e Europa”, *Vértice*, 52, Lisboa, 1993, p. 41-52.
- VICENTE, Ana, “Do autoritarismo e das mulheres nas Segundas e Terceiras Repúblicas”, *Revista História das Ideias*, 16, Instituto de História e Teoria das Ideias/Faculdade de Letras, Coimbra, 1994, p. 371-385.
- VOLPE, Giocchino, *História do Movimento Fascista*, Roma, Novíssima, 1941.

- WOOLDLEY, Daniel, *Fascism and Political Theory*, London, Routledge, 2010.
- WOOLF, Stuart, “Fascismo e autoritarismo: em busca de uma tipologia do fascismo europeu”, in AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, Vol. I, Lisboa, Fragmentos, 1987, p. 15-22.
- WOOLF, Stuart, *European Fascisms*, New York, s.e, 1969.

Sobre eleições, elites políticas e oposição

Eleições

- ABREU, Luísa, *As eleições legislativas de 1 de Novembro de 1942*, Universidade Nova de Lisboa, FCSH, História de Portugal Contemporâneo (4.º Ano), Lisboa, Setembro, 2000 (policopiado).
- ALEXANDRA, Nair, “A História recortada: viagem aos jornais portugueses”, in DELGADO, Iva; PACHECO, Carlos; FARIA, Telmo, (org.), *Humberto Delgado, as Eleições de 1958*, Lisboa, Veja, 1998, 287-321.
- ALEXANDRA, Nair, *As Eleições de 1958 e a Imprensa Portuguesa*, Lisboa, Biblioteca-Museu República e Resistência, 1998.
- ALMEIDA, Pedro Tavares de, “Comportamentos eleitorais em Lisboa (1878-1910)”, *Análise Social*, Vol. XXI, 1985, p. 111-153.
- ALMEIDA, Pedro Tavares de, *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, Difel, 1991.
- ALMEIDA, Pedro Tavares de; SOBRAL, José Manuel, “Caciquismo e poder político. Reflexões em torno das eleições de 1901”, *Análise Social*, 72-73-74 (Vol. XVIII), Lisboa, 1982, p. 649-671.
- AMARAL, João Bosco Mota, “Com vista às eleições”, *Rumo*, 146, 1969, p.286-288.
- ARANTES, Tito, *Balanço duma Campanha Eleitoral*, s.l., Edições da União Nacional, 1953.
- BARCAN, Joel D.; OKUMU, John J., “Semi-competitive elections, clientelism, and political recruitment in a no-party state: the Kenyan experience”, in HERMET, Guy [et.al.], (ed.), *Elections Without Choice*, Hong Kong, The MacMillan Press, 1978, p. 88-107.
- BARROS, Fernando de Araújo, “O problema da representação nacional. As vias da representação orgânica” in *IV Congresso da União Nacional, resumos das comunicações. 1.ª secção, vida política*, Lisboa, Edições da União Nacional, 1956, p. 13-15.
- BAYART, Jean-François, “Clientelism, elections and system of inequality and domination in Cameroun”, in HERMET, Guy [et.al.], (ed.), *Elections Without Choice*, Hong Kong, The MacMillan Press, 1978, p. 66-87.
- BROCHADO, Costa, *Para a História do Liberalismo e da Democracia Directa em Portugal*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1959.
- CAETANO, Marcelo, *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional, tomo I*, Coimbra, Almedina, 1991 [6.ª ed.]
- CALDEIRA, Arlindo Manuel, “O partido de Salazar: antecedentes, organização e funções da União Nacional (1926-1934)”, *Análise Social*, 94, Vol. XXII, Lisboa, 1984, p. 943-977.
- CANOTILHO, J.J. Gomes, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, Coimbra, Almedina, 2003 [7.ª ed.]
- CRUZ, Manuel Braga da, “Assembleia Nacional”, in BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena, (coord.), *Dicionário da História de Portugal*, Vol. 7, Porto, Figueirinhas, 2000, 132-134.
- CRUZ, Manuel Braga da, “Eleições”, in BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena, (coord.), *Dicionário da História de Portugal*, Vol. 7, Porto, Figueirinhas, 2000, 607-615.

- CRUZ, Manuel Braga da, “União Nacional” in BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena, (coord.), *Dicionário da História de Portugal*, Vol. 9, Porto, Figueirinhas, 2000, p.545-555.
- CUNHA, Joaquim Moreira da Silva, “O problema da representação nacional. As vias da representação orgânica”, in *IV Congresso da União Nacional, resumos das comunicações. 1.ª seção, vida política*, Lisboa, Edições da União Nacional, 1956, p. 9-12.
- DELGADO, Iva, “A campanha”, in DELGADO, Iva [et. al.], (org.), *Humberto Delgado, as Eleições de 1958*, Lisboa, Veja, 1998, p. 63-112.
- DELGADO, Iva, “O império da vigilância” in DELGADO, Iva [et. al.], (org.), *Humberto Delgado, as Eleições de 1958*, Lisboa, Veja, 1998, p. 215-224.
- DELGADO, Iva; PACHECO, Carlos; FARIA, Telmo, (org.), *Humberto delgado, as Eleições de 1958*, Lisboa, Veja, 1998.
- DIAS, Francisco Oliveira, “As eleições de 1969 e o futuro”, *Rumo*, 155, 1970, p. 40-45.
- DUARTE, Marta; OLIVEIRA, Pedro Aires de, “As eleições portuguesas: um olhar inglês” in DELGADO, Iva [et. al.], (org.), *Humberto Delgado, as Eleições de 1958*, Lisboa, Veja, 1998, p. 391-426.
- “Eleições”, Separata 3 ao n.º 100 de *O Tempo e o Modo*, Outubro-Novembro 1973.
- “Eleições e a CDE (As)”, Separata 2 ao n.º 100 de *O Tempo e o Modo*, Outubro-Novembro 1973.
- ESTEVES, João, *As Origens do Sufragismo Português*, Lisboa, Bizâncio, 1998.
- FALCÃO, Jorge Figueiredo, “A realidade da Democracia portuguesa através do corporativismo”, in *IV Congresso da União Nacional, resumos das comunicações. 1.ª seção, vida política*, Lisboa, Edições da União Nacional, 1956, p. 24-26.
- FERREIRA, José Medeiros, “As Forças Armadas no contexto das eleições de 1958”, in DELGADO, Iva [et. al.], (org.), *Humberto Delgado, as Eleições de 1958*, Lisboa, Veja, 1998, p. 227-237.
- FERREIRA, João Palma, (coord.), *As Eleições de Outubro de 1969. Documentação Básica*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1970.
- FERREIRA, Sofia, *Esperança Defraudada. O Porto nas eleições presidenciais de 1949 e de 1958*, tese de mestrado apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em Março de 2008.
- FOLCH, Abel Escribá, *Legislatures in authoritarian regimes*, Estudio/Working Paper 2003/196, Madrid, Instituto Juan March, 2003.
- GODINHO, José Magalhães, *A Legislação eleitoral e a sua Crítica*, Lisboa, Prelo, 1969
- HERMET, Guy, “State-controlled elections: a framework”, in HERMET, Guy [et. al.], (ed.), *Elections Without Choice*, Hong Kong, The MacMillan Press, 1978, p. 1-18.
- HERMET, Guy; ROSE, Richard; ROUQUIE, Alain, editores, *Elections Without Choice*, Hong Kong, The MacMillan Press, 1978, p. 1-18.
- HERMET, Guy; ROUQUIE, Alain; LINZ, Juan J., editores, *Des Élections pas comme les Autres*, Paris, Presse de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1978.
- “História das farsas eleitorais desde a 2.ª Guerra Mundial até à actualidade”, in *Tempo e o Modo*, n.º 110, Abril 1975, p. 17-32.
- HUNEEUS, Carlos, “Elecciones no-competitivas en las dictaduras burocratico-autoritarias en America Latina”, *Revista Espanola de Investigaciones Sociologicas*, 18, 1981, p. 101-138.
- JANEIRO, Helena; PAULO, Heloísa, *Norton de Matos e as Eleições Presidenciais de 1949: 60 Anos Depois*, Lisboa, Colibri, 2010.
- JANEIRO, Helena Pinto; SILVA, Isabel Alarcão e, *Cartazes de Propaganda Política do Estado Novo, 1933-1949*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1988.
- JIMENEZ REDONDO, Juan Carlos, “Repercussões das eleições na imprensa franquista”, in DELGADO, Iva [et. al.], (org.), *Humberto Delgado, as Eleições de 1958*, Lisboa, Veja, 1998, p. 322-336.

- LENZ, Gabriel; LADD, Jonathan, *A quantitative investigation of the extension of the franchise in the West*, paper presented at the Annual Meeting of the American Political Science Association, 2003.
- LEVITSKY, Stein; WAY, Lucan A., “Autocracy by democratic rules: the dynamics of competitive authoritarianism in the post-Cold War Era”, paper prepared for the conference *Mapping the Great Zone: Clientelism and the Boundary between Democratic and Democratizing*, Columbia University, 4-5 Abril de 2003.
- LINZ, Juan, “Non-competitive elections in Europe”, in HERMET, Guy [et.al.], (ed.), *Elections Without Choice*, Hong Kong, The MacMillan Press, 1978, p. 36-64.
- LOFF, Manuel, “El proceso electoral salazarista (1926-1974) en el contexto de 150 anos de sufragio elitista en Portugal”, in MORENO FONSERET, Roque, (ed.), *Plebiscitos y Elecciones en las Dictaduras del Sur de Europa (siglo XX)*, Alicante, Marfil, 2003, p. 175-200.
- LOFF, Manuel, “Electoral proceedings in Salazarist Portugal (1926-1974): formalism and fraud”, in ROMANELLI, Rafaele, (ed.), *How Did They Became Voters?*, Haia, Kluwer Law International, 1998, p. 226-250.
- LOPES, Fernando Farelo, *Os Partidos Políticos. Modelos e Realidades na Europa e em Portugal*, Oeiras, Celta, 2004
- LOPES, Fernando Farelo, *Poder Político e Caciquismo na 1.ª República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.
- LUIS, Alexandre António da Costa, “As eleições presidenciais de 1949. Dois ‘Portugais’ em confronto”, *Revista História das Ideias*, 16, Instituto de História e Teoria das Ideias/Faculdade de Letras, Coimbra, 1994, p. 283-322.
- MACEDO, H. Veiga de, *Três Campanhas Eleitorais, um Pensamento*, Santa Maria de Lamas, Rios & Irmão, 1970.
- MACKIE, Thomas; ROSE, Richard, *The International Almanac of Electoral History*, London, MacMillan, 1991, 3.ª ed.
- MADEIRA, João, “Las oposiciones entre la abstencion y la intervencion en las ‘elecciones’ del Estado Novo”, in MORENO FONSERET, Roque, (ed.), *Plebiscitos y Elecciones en las Dictaduras del Sur de Europa (Siglo XX)*, Alicante, Marfil, 2003, p. 255-272.
- MADEIRA, João, “Uma primavera turbulenta”, in DELGADO, Iva [et. al.], (org.), *Humberto Delgado, as Eleições de 1958*, Lisboa, Veja, 1998, p. 27-62.
- MARQUES, A. H. Oliveira, *A primeira legislatura do Estado Novo – 1935/1938*, Lisboa, Edições Europa-América, 1974.
- MARQUES, Ângelo Raposo, “O problema da representação nacional e do sufrágio universal” in *IV Congresso da União Nacional, resumos das comunicações. 1.ª secção, vida política*, Lisboa, Edições da União Nacional, 1956, p. 16-20.
- MARTIN, Denis, “The 1975 Tanzanian elections: the disturbing six per cent”, in HERMET, Guy [et.al.], (ed.), *Elections Without Choice*, Hong Kong, The MacMillan Press, 1978, p. 129-144.
- Materiais para a História eleitoral e parlamentar portuguesa*, disponível em [www: <http://purl.pt/5854/1/index.html>](http://purl.pt/5854/1/index.html)
- MIRANDA, Jorge, “Leis Eleitorais”, in BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena, (coord.), *Dicionário da História de Portugal*, Vol. 7, Porto, Figueirinhas, 2000, 368-370.
- MIRANDA, Jorge, *As Constituições Portuguesas. De 1822 ao texto actual da constituição*, Lisboa, Livraria Petrony, 1997, 4.ª ed.
- MONIZ, Jorge Botelho, *Campanha Eleitoral (palestras radiofónicas)*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1949.
- MOREIRA, Adriano, *Ciência Política*, Coimbra, Almedina, 1989.

- MOREIRA, José da Costa, “Para uma orgânica eleitoral caracteristicamente corporativa”, in *IV Congresso da União Nacional, resumos das comunicações. 1.ª secção, vida política*, Lisboa, Edições da União Nacional, 1956, p. 20-23.
- MOREIRA, Vital, “Do “obviamente demito-o” à revisão constitucional de 1959”, in DELGADO, Iva [et. al.], (org.), *Humberto Delgado, as Eleições de 1958*, Lisboa, Veja, 1998, p. 475-792.
- MORENO FONSERET, Roque, “Las consultas populares en las dictaduras del sur de Europa”, in MORENO FONSERET, Roque, (ed.), *Plebiscitos y Elecciones en las Dictaduras del Sur de Europa (Siglo XX)*, Alicante, Marfil, 2003, p. 11-24.
- MORENO FONSERET, Roque, “Las elecciones del tercio familiar en el regimen franquista”, in MORENO FONSERET, Roque, (ed.), *Plebiscitos y Elecciones en las Dictaduras del Sur de Europa (Siglo XX)*, Alicante, Marfil, 2003, p. 135-162.
- MORENO FONSERET, Roque, (ed.), *Plebiscitos y Elecciones en las Dictaduras del Sur de Europa (Siglo XX)*, Alicante, Marfil, 2003.
- MÚRIAS, Manuel, “As eleições de Domingo”, in *Ação. Semanário da Vida Portuguesa*, 80, 29 de Outubro de 1942.
- NAMORADO, Maria; PINHEIRO, Alexandre Sousa, *Legislação Eleitoral Portuguesa. Textos Históricos (1820-1974)*, Tomo I, Lisboa, Comissão Nacional de Eleições, 1998.
- NAMORADO, Maria; PINHEIRO, Alexandre Sousa, *Legislação Eleitoral Portuguesa. Textos Históricos (1820-1974)*, Tomo II, Lisboa, Comissão Nacional de Eleições, 1998.
- NASCIMENTO, Augusto, “Humberto Delgado versus isolamento de S. Tome e Príncipe”, in DELGADO, Iva [et. al.], (org.), *Humberto Delgado, as Eleições de 1958*, Lisboa, Veja, 1998, p. 376-388.
- PARREIRA, Anabela B. [et. al.], “O I congresso da União Nacional”, in AAVV, *O Fascismo em Portugal*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1982, p. 207-228
- PICARD, Elizabeth, “Syria returns to Democracy: the May 1973 legislative elections”, in HERMET, Guy [et. al.], (ed.), *Elections Without Choice*, Hong Kong, The MacMillan Press, 1978, p. 1129-144.
- “Posição do TM em face das eleições (A)”, Separata 1 ao n.º 100 de *O Tempo e o Modo*, Outubro-Novembro 1973.
- PRAVDA, Alex, “Elections in communist party state”, in HERMET, Guy [et. al.], (ed.), *Elections Without Choice*, Hong Kong, The MacMillan Press, 1978, p. 169-197.
- QUINTAS, José Manuel, “Eleições para a Assembleia Nacional”, in ROSAS, Fernando; BRITO, J.M. Brandão de, (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 288-291.
- QUINTAS, José Manuel, “Eleições para a Presidência da República”, in ROSAS, Fernando; BRITO, J.M. Brandão de, (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 291-293.
- QUINTAS, José Miguel, “Assembleia Nacional”, in ROSAS, Fernando; BRITO, J.M. Brandão de, (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 69-70
- RALHA, Eduardo, *Documentos de uma Campanha Eleitoral. Porque sou Candidato de Oposição*, Porto, Tipografia J. R. Gonçalves, 1953
- RAMOS, Rui, “Uma História da cidadania em Portugal”, *Análise Social*, 172, Vol. XXXIX, Lisboa, 2004, p. 547-570.
- RAPONE, Leonardo, “Oposición política y resistencia popular frente el plebiscito del ano 1929”, in MORENO FONSERET, Roque, (ed.), *Plebiscitos y Elecciones en las Dictaduras del Sur de Europa (Siglo XX)*, Alicante, Marfil, 2003, p. 241-254.

- RIDOLFI, Maurizio, “Los plebiscitos en el regimen fascista italiano”, in MORENO FONSERET, Roque, (ed.), *Plebiscitos y Elecciones en las Dictaduras del Sur de Europa (Siglo XX)*, Alicante, Marfil, 2003, p. 163-173.
- RODRIGUES, Luis Nuno, “Um primeiro passo em direcção à liberdade’: o *The New York Times* e o general Delgado”, in DELGADO, Iva [et. al.], (org.), *Humberto Delgado, as Eleições de 1958*, Lisboa, Veja, 1998, p. 427-447.
- ROMANELLI, Rafaele, (ed.), *How Did They Became Voters?*, Haia, Kluwer Law International, 1998.
- ROSAS, Fernando, “Constituição política de 1933”, in ROSAS, Fernando; BRITO, J.M. Brandão de, ((dir.)), *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 199-205.
- ROSAS, Fernando, “Governo/Presidência do Conselho de Ministros”, in ROSAS, Fernando; BRITO, J.M. Brandão de, ((dir.)), *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 391-398.
- ROSAS, Fernando, *As Primeiras Eleições Legislativas sob o Estado Novo. 16 de Dezembro de 1937*, Lisboa, Edições “O Jornal”, 1985.
- ROSE, Richard, “Is choice enough? Elections and political authority”, in HERMET, Guy [et.al.], (ed.), *Elections Without Choice*, Hong Kong, The MacMillan Press, 1978, p. 196-211.
- ROUQUIE, Alain, “Clientelist control and Authoritarian contexts”, in HERMET, Guy [et.al.], (ed.), *Elections Without Choice*, Hong Kong, The MacMillan Press, 1978, p. 19-35.
- SANTOS, José Reis, “Eleições Legislativas no Estado Novo,” *História*, 78 (nova série), 2005, p. 36-41.
- SANTOS, José Reis, *As eleições legislativas de 1942: quatro pontos de análise*, Trabalho apresentado no seminário de História de Portugal do Mestrado em História Contemporânea, vertente século xx, da FCSH da Universidade Nova de Lisboa, 2003 (policopiado).
- SANTOS, José Reis, *Para uma proposta de ciclos eleitorais no Estado Novo*, comunicação apresentada no III Congresso da Associação Portuguesa da Ciência Política, 2006.
- SCHEDLER, Adreas, “The logic of electoral authoritarianism”, in SCHEDLER, Adreas, (ed.), *Electoral Authoritarianism. The Dynamics of Unfree Competition*, Boulder, London, Lynne Rienner Publishers, 2006, p. 1-23.
- SCHEDLER, Adreas, (ed.), *Electoral Authoritarianism: the Dynamics of Unfree Competition*, Boulder, Lynne Rienner Publishers, 2006.
- SCHMITTER, Philippe, “The impact and meaning of ‘non-competitive, non-free and insignificant’ elections in authoritarian Portugal, 1933-1974”, in HERMET, Guy [et.al.], (ed.), *Elections Without Choice*, Hong Kong, The MacMillan Press, 1978, p. 145-167.
- SEVILLANO CALERO, Francisco, “El Nuevo Estado y la ilusion de la democracia organica”, in MORENO FONSERET, Roque, (ed.), *Plebiscitos y Elecciones en las Dictaduras del Sur de Europa (Siglo XX)*, Alicante, Marfil, 2003, p. 103-133.
- SIZIFREDO, Cristina, *As Eleições Legislativas de 1938*, Universidade Nova de Lisboa, FCSH, História de Portugal Contemporâneo (4.º Ano), Lisboa, Setembro 2000 (policopiado).
- SNYDER, Richard, “Beyond electoral authoritarianism: the spectrum of non-democratic regimes”, in SCHEDLER, Adreas, (ed.), *Electoral Authoritarianism. The Dynamics of Unfree Competition*, Boulder, London, Lynne Rienner Publishers, 2006, p. 219-231.
- SOARES, Francisco; CAVACO, Victor, “Análise dos resultados”, in DELGADO, Iva [et. al.], (org.), *Humberto Delgado, as Eleições de 1958*, Lisboa, Veja, 1998, p. 495-519.
- SOUSA, Marcelo Rebelo de, “Democracia orgânica in BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena, ((coord.)), *Dicionário da História de Portugal*, Vol. 7, Porto, Figueirinhas, 2000, p. 502-503.

- SOUSA, Marcelo Rebelo de; ALEXANDRINO, José de Melo, *Constituição da República Portuguesa anotada*, Lisboa, Lex, 2000.
- SOUSA, Paulo Silveira e, “Caciquismo e poder local na literatura sob o Estado Novo”, in OLIVEIRA, César, ((dir.)), *História dos Municípios e Poder Local (Dos Finais da Idade Média à União Europeia)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p.325-341.
- UNIÃO NACIONAL, *A campanha eleitoral de 1961. Documentos Políticos*, s.l., s.e., 1961
- WHEELER, Douglas L., “Estado presente de tranquilidade’ posto em causa: Portugal observado e analisado no contexto internacional” in DELGADO, Iva [et. al.], (org.), *Humberto Delgado, as Eleições de 1958*, Lisboa, Veja, 1998, p. 448-472.

Elites políticas

- ALMEIDA, Maria Antónia Pires de, “As elites municipais e a revolução: Portalegre 1941-1997”, PINTO, António Costa; FREIRE, André, (org.), *Elites, Sociedade e Mudança Política*, Oeiras, Celta, 2003, p. 9-35.
- ALMEIDA, Pedro Tavares de; PINTO, António Costa; BERMEIO, Nancy, (coord.), *Who Governs Southern Europe?*, Londres, Frank Cass, 2003
- ALMEIDA, Pedro Tavares de; PINTO, António Costa; BERMEIO, Nancy, (coord.), *Quem Governa a Europa do Sul?*, Lisboa, ICS, 2006
- ANTUNES, José Freire, “Os militares de Salazar”, *História*, 14, 1979, p. 8-15.
- BEST, Heinrich; COTTA, Maurizio, “Elite transformation and modes of representation since the mid-nineteenth century: some theoretical considerations”, in BEST, Heinrich; COTTA, Maurizio, *Parliamentary Representatives in Europe, 1848-2000. Legislative Recruitment and Career in Eleven European Countries*, Oxford, Oxford University Press, 2000, p. 1-28.
- BEST, Heinrich; COTTA, Maurizio, *Parliamentary Representatives in Europe, 1848-2000. Legislative Recruitment and Career in Eleven European Countries*, Oxford, Oxford University Press, 2000
- BEST, Heinrich; GAXIE, Daniel, “Detours to Modernity: Long-term trends of parliamentary recruitment in Republican France 1948-1999”, BEST, Heinrich; COTTA, Maurizio, *Parliamentary Representatives in Europe, 1848-2000. Legislative Recruitment and Career in Eleven European Countries*, Oxford, Oxford University Press, 2000, p. 88-137.
- BEST, Heinrich; HAUSMANN, Christopher; SCHMITT, Karl, “Challenges, failures and final success: the winding path of German parliamentary leadership groups toward a structurally integrated elite, 1948-1999”, BEST, Heinrich; COTTA, Maurizio, *Parliamentary Representatives in Europe, 1848-2000. Legislative Recruitment and Career in Eleven European Countries*, Oxford, Oxford University Press, 2000, 138-195.
- CAMPOS, Maria Amélia Clemente, *As Mulheres Deputadas e o Exercício do Poder Político Representativo em Portugal. Do Pós 25 de Abril aos Anos Noventa*, Lisboa, Edições Afrontamento, 2001.
- CARRILHO, Maria, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Século XX : para uma Explicação Sociológica do Papel dos Militares*, Lisboa, Imprensa Nacional casa da Moeda, 1985.
- CARVALHO, Rita Almeida, “A elite parlamentar no pós-guerra (1945-1949)”, *Penélope*, 24, Lisboa, 2001, p. 7-30.
- CARVALHO, Rita Almeida, *A Assembleia Nacional no pós-guerra (1945-1949)*, Assembleia da República/Edições Afrontamento, Lisboa, 2002.
- CARVALHO, Rita Almeida; FERNANDES, Tiago, “A elite política do marcelismo: ministros, secretários/subsecretários de Estado e deputados (1968-1974)”, in PINTO, António Costa; FREIRE, André, (org.), *Elites, Sociedade e Mudança Política*, Oeiras, Celta, 2003, p. 67-96.

- CASTILHO, José Tavares, “A Assembleia Nacional, 1934-1974: esboço de caracterização”, *Penélope*, 24, Lisboa, 2001, p. 65-84.
- CASTILHO, José Tavares, “A Câmara Corporativa (1935-1974). Perfil social e político” in PINTO, António Costa; FERNANDES, Tiago, (org.) – *Elites e Autoritarismo. O Estado Novo Português*, Lisboa 2007 (no prelo).
- CASTILHO, José Tavares, “A elite parlamentar do marcelismo”, in PINTO, António Costa; FREIRE, André, (org.), *Elites, Sociedade e Mudança Política*, Oeiras, Celta, 2003, p. 43-65.
- CASTILHO, José Tavares, *Os Deputados da Assembleia Nacional, 1935-1974*, Lisboa, Texto e Assembleia da República, 2009
- COTTA, Maurizio; Best, Heirinch, “Between professionalization and democratization: a synoptic view on the making of the European representative”, in BEST, Heinrich; COTTA, Maurizio, *Parliamentary Representatives in Europe, 1848-2000. Legislative Recruitment and Career in Eleven European Countries*, Oxford, Oxford University Press, 2000, 493-526.
- COTTA, Maurizio; MASTROPAOLO, Alfio; VERZICHELLI, Luca, “Parliamentary elite transformation along the discontinuous road of democratization: Italy, 1961-1999”, in BEST, Heinrich; COTTA, Maurizio, *Parliamentary Representatives in Europe, 1848-2000. Legislative Recruitment and Career in Eleven European Countries*, Oxford, Oxford University Press, 2000, p. 226-269.
- CRUZ, Manuel Braga da, “As elites católicas nos primórdios do salazarismo”, *Análise Social*, 116/117, Vol. XXVII, 1992, Lisboa, p. 547-574.
- CRUZ, Manuel Braga da, “Os Monárquicos e o Estado Novo de Salazar”, *Ler História*, 6, 1986, p. 61-83.
- FARIA, Cristina Azeredo, “A elite universitária da ditadura”, *História*, 23/24 (nova série), 1996, p. 42-59.
- FARIA, Telmo, “As ‘tropas’ de Santos Costa na elite do Estado Novo”, *História*, 23/24 (nova série), 1996, p. 26-41.
- FERNANDES, Tiago, “A ala liberal da Assembleia Nacional (1968-1974)”, *Penélope*, 24, Lisboa, 2001, p. 35-64.
- FERNANDES, Tiago, *Nem Ditadura, nem Revolução. A Ala Liberal e o Marcelismo (1968-1974)*, Lisboa, Assembleia da República e Publicações Dom Quixote, 2006,
- FONTES, Paulo F. Oliveira, “As organizações de juventude e o movimento católico no século xx em Portugal”, *História*, 31 (nova série), 1997, p. 16-29.
- GALLAGHER, Tom, “Os oitenta e sete ministros do Estado Novo de Salazar”, *História*, 28, 1981, p. 3-16.
- LEWIS, Paul H., *Latin Fascist Elites, the Mussolini, Franco and Salazar Regimes*, Praeger, London, 2002
- LEWIS, Paul, “Salazar’s Ministerial Elite, 1932-1968”, *Journal of Politics*, 1978, p. 622-647.
- LINZ, Juan; GANGAS, Pilar; MIR, Miguel Jerez, “Spanish diputados: from 1876 Restoration to consolidated democracy”, in BEST, Heinrich; COTTA, Maurizio, *Parliamentary Representatives in Europe, 1848-2000. Legislative Recruitment and Career in Eleven European Countries*, Oxford, Oxford University Press, 2000, p. 371-462.
- MAGONE, José, “Political recruitment and elite transformation in modern Portugal 1870-1999: the late arrival of mass representation in BEST, Heinrich; COTTA, Maurizio, *Parliamentary Representatives in Europe, 1848-2000. Legislative Recruitment and Career in Eleven European Countries*, Oxford, Oxford University Press, 2000, p. 341-370.
- OLIVEIRA, Pedro Aires, “O corpo diplomático português”, *História*, 23/24 (nova série), 1996, p. 8-25.

- PATRIARCA, Fátima, “Diário’ de Leal Marques sobre a formação do primeiro governo de Salazar”, *Análise Social*, 178, 2006, p. 169-222.
- PINTO, António Costa, “As elites políticas e a consolidação do salazarismo: o nacional-sindicalismo e a União Nacional”, *Análise Social*, 116-117, 1992, p. 575-613.
- PINTO, António Costa, “Elites, Partido Único e decisão política nas ditaduras na época do fascismo”, *Penélope*, 26, Lisboa, 2002, p. 161-186.
- PINTO, António Costa, “Elites, single-parties and political decision-making in fascist era dictatorships”, *Contemporary European History*, 11, 2002, p. 429-454.
- PINTO, António Costa, “Fascism era elites. Salazar’s ministerial elite, 1933-44”, *Portuguese Journal of Political Science*, Vol. 3, number 2, 2004, p. 103-113.
- PINTO, António Costa, “O império do professor: Salazar e a elite ministerial do Estado Novo (1933-1945)”, *Análise Social*, 157, 2001, p.1055-1076.
- PINTO, António Costa, “Regimes fascistas: elites, Partido Único e decisão política nas ditaduras da época do fascismo”, in REIS, António, (coord.), *As Grandes Correntes Políticas e Culturais do Século XX*, Lisboa, [actas] do XI curso de Verão do IHC-UNL, Edições Colibri, 2003, p. 11-42.
- PINTO, António Costa, *Os Camisas Azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal. 1914-1945*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.
- PINTO, António Costa; FERNANDES, Tiago (org.) – *Elites e Autoritarismo. O Estado Novo Português*, Lisboa, (no prelo)
- PINTO, António Costa; FREIRE, André, (org.), *Elites, Sociedade e Mudança Política*, Oeiras, Celta, 2003.
- PINTO, Jaime Nogueira, *A Direita e as Direitas*, Lisboa, Difel, 1996
- RUSH, Michael; CROMWELL, Valerie, “Continuity and change: legislative recruitment in the United Kingdom 1968-1999”, in BEST, Heinrich; COTTA, Maurizio, *Parliamentary Representatives in Europe, 1848-2000. Legislative Recruitment and Career in Eleven European Countries*, Oxford, Oxford University Press, 2000, p. 463-492.
- SANTOS, José Reis, *As eleições municipais no Estado Novo. Um estudo de caso da Câmara Municipal de Lisboa no Marcelismo (1968-1974)*, trabalho apresentado no seminário de História de Portugal do Mestrado em História Contemporânea, vertente século xx, da FCSH da Universidade Nova de Lisboa, 2003 (policopiado).
- SANTOS, José Reis, *As elites municipais e o 25 de Abril. Continuidades e descontinuidades na Câmara Municipal de Lisboa 1967/1979*, Lisboa, conferência apresentada na Biblioteca-Museu República e Resistência em 2003.
- SANTOS, José Reis, *Elites dirigentes do município de Lisboa no Marcelismo: 1967-1974*, Lisboa, CML, no prelo.
- SANTOS, José Reis, *Elites dirigentes do município de Lisboa no Marcelismo (1968-1974)*, Tese de pós-graduação em História de Lisboa apresentada na Universidade Autónoma de Lisboa, 2001.
- SANTOS, José Reis, *Os presidentes da Câmara Municipal de Lisboa: do fim da Monarquia à actualidade (1908-2003). Um esboço de caracterização*, trabalho apresentado no seminário de Recrutamento Político do Mestrado em História Contemporânea, vertente século xx, da FCSH da Universidade Nova de Lisboa, 2003 (policopiado).
- MATOS, Venerando António Aspra de, *Republicanos de Torres Vedras. Elites, Partidos, Eleições e Poder (1907-1931)*, Lisboa, Edições Colibri/Câmara Municipal de Torres Vedras, 2003.
- VIDIGAL, Luis, *Cidadania, Caciquismo e Poder. Portugal, 1890-1916. Estudos*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998.

Oposições

- “Política Nova”, in *Carta da OCPT a OLP, 5/11/1942*, transcrita em Acácio Tomas de Aquino, *O Segredo das Prisões Atlânticas*, Lisboa, Regras do Jogo, 1978
- ALMEIDA, João Miguel, *A Oposição Católica ao Estado Novo 1958-1974*, Lisboa, Edições Nelson de Matos, 2008
- “As greves de 8 e 9 de Maio de 1944”, in *Documentos para a História do Partido Comunista Português*, Lisboa, Edições Avante!, 1979.
- BANDEIRA, Filomena, “A oposição externa à ditadura: a revolta de Fevereiro de 1927 em Lisboa”, in AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, Vol. II, Fragmentos, Lisboa, 1987, 29-46.
- BARRETO, José, “Comunistas, católicos e os sindicatos sob Salazar”, *Análise Social*, 125-126, Vol. XIX, Lisboa, 1994, p.287-317.
- Cadernos Necessários*, 1969-1970, Porto, Afrontamento, 1975.
- CASTRO, Mário de, *Para uma Nova Civilização (razões por que aderi ao movimento de “Renovação Democrática”*, Lisboa, Seara Nova, 1933.
- CRUZ, Manuel Braga da, “A oposição eleitoral ao salazarismo”, *Revista História das Ideias*, 5, Coimbra, 1983, p. 701-781.
- CRUZ, Manuel Braga da, “Os monárquicos e o Estado Novo de Salazar” *Ler História*, 6, Lisboa, 1985, p. 61-83.
- CRUZ, Manuel Braga da, *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1986.
- CRUZ, Manuel Braga da, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1988.
- FARIA, Cristina, “As lutas estudantis contra a ditadura militar (1927-1931)”, in PROENÇA, Maria Cândida, ((coord.)), *Maio de 1968: Trinta Anos Depois os Movimentos Estudantis em Portugal*, Lisboa, Edições Colibri/IHC da Universidade Nova de Lisboa, 1999, p. 113-138.
- FARIA, Cristina, *As Lutas Estudantis Contra a Ditadura Militar (1926-1932)*, Lisboa, Edições Colibri, 2000.
- FARINHA, Luis, “O Revirvalho (1926-1940)”, in REIS, António, (coord.), *A República Ontem e Hoje*, Lisboa, III Curso Livre de História Contemporânea, Edições Colibri/Fundação Mário Soares/IHC da Universidade Nova de Lisboa, 2002, p. 145-160.
- FARINHA, Luis, “Putschismo”, in ROSAS, Fernando; BRITO, J.M. Brandão de, ((dir.)), *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 807-808.
- FARINHA, Luis, *O Revirvalho. Revoltas Republicanas Contra a Ditadura e o Estado Novo (1926-1940)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998.
- FREIRE, Dulce, “Greves rurais e agitação camponesa in ROSAS, Fernando; BRITO, J.M. Brandão de, (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 404-406.
- FREIRE, João Brito, “Greves operárias” in ROSAS, Fernando; BRITO, J.M. Brandão de, (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 401-404.
- FREIRE, José Geraldes, *Resistência Católica ao salazarismo-marcelismo*, Porto, Telos, 1976.
- GORJÃO, Vanda, *Mulheres em Tempos Sombrios. Oposição Feminina ao Estado Novo*, Lisboa, ICS, 2002.
- JÚDICE, José Miguel, “Oposição de direita a Marcelo Caetano in BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena, (coord.), *Dicionário da História de Portugal*, Vol. 8, Porto, Figueirinhas, 2000, p. 643-644.
- LOPES, Fernando Fareló, “Republicanos e Estado Novo”, in BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena, (coord.), *Dicionário da História de Portugal*, Vol. 9, Porto, Figueirinhas, 2000, p 239-241.

- MACATRÃO, Humberto Sousinha, “A baixa representatividade do povo português e a actuação futura da oposição democrática”, in AAVV, *3.º Congresso da oposição democrática. Teses (7.ª Secção – Organização do Estado e Direitos do Cidadão). Azeiro, 4 a 8 de Abril de 1973*, Lisboa, Seara Nova, 1974, p. 53-62.
- MADEIRA, João, “As greves de Junho – Julho de 1958”, in DELGADO, Iva [et. al.], (org.), *Humberto Delgado, as Eleições de 1958*, Lisboa, Veja, 1998, p. 27-62.
- MADEIRA, João, “Imprensa comunista”, in ROSAS, Fernando; BRITO, J.M. Brandão de, (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 451-454.
- Manifesto político do grupo “Renovação Democrática”, *A organização da Democracia*, s.l. Editorial R.D., s.d.
- MARQUES, A. H. Oliveira, *O General Sousa Dias e as Revoltas Contra a Ditadura*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1975.
- MARTINS, Susana, *Socialistas na Oposição ao Estado Novo. Um Estudo Sobre o Movimento Socialista Português de 1926 a 1974*, Lisboa, Casa das letras, 2005.
- MEIRELES, Quintão, “Explicação ao país porque não pode nem deve manter a sua candidatura à Presidência da República”, in AAVV, *Para um Dossier da Oposição Democrática*, Póvoa do Varzim, Nova Realidade, 1969, p. 69-81.
- MELO, Rose Nery Nobre de, *Mulheres Portuguesas na Resistência*, Lisboa, Seara Nova, 1975.
- MOREIRA, Adriano, “Democracia Cristã”, in BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena Mónica, ((coord.)), *Dicionário da História de Portugal*, Vol. 7, Porto, Figueirinhas, 2000, p. 500-502.
- MORENO SECO, Mónica, “Oposicion y disidencia ente las consultas populares franquistas”, in FONSERET MORENO, Roque, (ed.), *Plebiscitos y Elecciones en las Dictaduras del Sur de Europa (Siglo XX)*, Alicante, Marfil, 2003, p. 205-239.
- NUNES, João Arsénio, “Comunismo”, in ROSAS, Fernando; BRITO, José M. Brandão de Brito, ((dir.)), *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 173-181.
- O, Jorge Ramos do, “Censura”, in ROSAS, Fernando; BRITO, J.M. Brandão de, *Dicionário do Estado Novo...*, p. 139-141.
- Organização das Mulheres Comunistas, *Subsídios para a História das Lutas e Movimentos de Mulheres em Portugal sob o Regime Fascista (1926-1974)*, Lisboa, Edições Avante, 1994.
- PACHECO, Carlos, “Angola: a descrença dos africanos nos candidatos da Oposição” in DELGADO, Iva [et. al.], (org.), *Humberto Delgado, as Eleições de 1958*, Lisboa, Veja, 1998, p. 339-353.
- PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal, uma biografia política. “Daniel”, o jovem Revolucionário (1913-1941)*, Lisboa, Temas e Debates, 2000, 3.ª ed.
- PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal, uma Biografia Política. “Daniel”, o Prisioneiro (1949-1960)*, Lisboa, Temas e Debates, 2005.
- PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal, uma Biografia Política. “Duarte”, o Dirigente Clandestino (1941-1949)*, Lisboa, Temas e Debates, 2001.
- PEREIRA, Nuno Teotónio, “O arranque da dissidência católica”, in DELGADO, Iva [et. al.], (org.), *Humberto Delgado, as Eleições de 1958*, Lisboa, Veja, 1998, p. 128-136.
- PEREIRA, Nuno Teotónio, “Oposição católica” in BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena, ((coord.)), *Dicionário da História de Portugal*, Vol. 7, Porto, Figueirinhas, 2000, p. 642-643.
- POSTMA, Menmo, “A influência do general Humberto Delgado na juventude portuguesa e na população estudantil”, in DELGADO, Iva [et. al.], (org.), *Humberto Delgado, as Eleições de 1958*, Lisboa, Veja, 1998, p. 174-187.

- QUINTAS, José Manuel, “Os monárquicos”, in DELGADO, Iva [et. al.], (org.), *Humberto Delgado, as Eleições de 1958*, Lisboa, Veja, 1998, p. 137-173.
- RABY, David L., “O movimento popular”, in DELGADO, Iva [et. al.], (org.), *Humberto Delgado, as Eleições de 1958*, Lisboa, Veja, 1998, p. 113-127.
- RABY, David L., “O MUNAF, o PCP e o problema da estratégia revolucionária da oposição, 1942-47”, *Análise Social*, 84, Vol. XX, Lisboa, 1984, p. 687-700.
- RABY, David L., “O problema da unidade antifascista: o PCP e a candidatura do general Humberto Delgado, em 1958”, *Análise Social*, 72-73-74, Vol. XVIII, Lisboa, 1982, p. 869-883.
- RABY, David L., “Oposição democrática”, in BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena, ((coord.)), *Dicionário da História de Portugal*, Vol. 8, Porto, Figueirinhas, 2000, p. 644-646.
- RABY, David L., “Oposição in BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena, ((coord.)), *Dicionário da História de Portugal*, Vol. 8, Porto, Figueirinhas, 2000, p. 641-642.
- RABY, Dawn Linda, “A crise ideológica da oposição: o PCP de 1949 a 1957”, in AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, Vol. II, Lisboa, Fragmentos, 1987, p. 47-58.
- RABY, Dawn Linda, “O DRILL (1959-61). Experiencia única na oposição ao Estado Novo”, *Penélope*, 16, Lisboa, 1995, p. 63-86.
- RABY, Dawn Linda, *A resistência antifascista em Portugal – 1941/1974*, Lisboa, Salamandra, 1988.
- REGO, Manuela, “Esquerda democrática”, in BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena, ((coord.)), *Dicionário da História de Portugal*, Vol. 7, Porto, Figueirinhas, 2000, p. 659-660.
- REZOLA, Maria Inácia, “Imprensa clandestina”, in ROSAS, Fernando; BRITO, José M. Brandão de, (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 441-451.
- REZOLA, Maria Inácia, “Movimento operário católico nos anos 40. Desactivação ou ruptura?”, *História*, 31 (nova série), 1997, p. 30-45.
- ROSAS, Fernando, “Putschismo” e oposição nos anos 40”, *História*, 50, 1982, p. 36-51.
- ROSAS, Fernando, “A Primeira República vista pelo Estado Novo e pela oposição democrática”, in REIS, António, ((coord.)), *A República Ontem e Hoje*, Lisboa, III Curso Livre de História Contemporânea, Edições Colibri/Fundação Mário Soares/IHC da Universidade Nova de Lisboa, 2002, p. 99-108.
- ROSAS, Fernando, “O país, o regime e a oposição nas vésperas das eleições de 1958”, in REIS, António, (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Vol. 5, Lisboa, Alfa, 1990, p. 15-20.
- ROSAS, Fernando, “Oposição republicana”, in ROSAS, Fernando; BRITO, José M. Brandão de, (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 695-700.
- ROSAS, Fernando, “Os anos da guerra e a primeira crise do regime”, in REIS, António, (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Vol. 4, Lisboa, Alfa, 1990, p. 33-74.
- ROSAS, Fernando, “Quando a oposição aceitou abater bandeiras”, *Diário de Notícias*, 23 de Junho de 1984, p. 31 e 32
- ROSAS, Fernando, “Unidade Antifascista”, in ROSAS, Fernando; BRITO, José M. Brandão de, (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 991-996
- SÉRGIO, António, *Textos Políticos*, Lisboa, Alfa, 1990.
- SÉRGIO, António, [et. al.], *Lisboa, Campanha Eleitoral da Oposição. Depoimento Contra Depoimento*, Lisboa, edição dos serviços centrais da candidatura, 1949.

- SILVA, Isabel Alarcão e, “Estado Novo e oposição: um breve retrato”, *História*, 8 (nova série), Lisboa, 1995, p. 40-47.
- TENGARRINHA, José Manuel, “Os republicanos na resistência à Ditadura e ao Estado Novo”, in REIS, António, (coord.), *A República Ontem e Hoje*, Lisboa, III Curso Livre de História Contemporânea, Edições Colibri/Fundação Mário Soares/IHC da Universidade Nova de Lisboa, 2002, 129-143.
- TENGARRINHA, José, “A oposição democrática portuguesa e a Europa”, in TELO, António José, (coord.), *O Fim da Segunda Guerra Mundial e os Novos Rumos da Europa*, Lisboa, Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa/Edições Cosmos, 1996, p. 231-237.
- TENGARRINHA, José, “Os caminhos da unidade democrática contra o Estado Novo”, *Revista História das Ideias*, 16, Instituto de História e Teoria das Ideias/Faculdade de Letras, Coimbra, 1994, p. 387-431.
- TENGARRINHA, José, “Os caminhos da Unidade Democrática contra o Estado Novo”, *Revista História das Ideias*, Vol. 16, Coimbra, 1994, p. 387-431.
- VALENTE, José Carlos, “Salazar, os sindicatos e as greves (1942)”, *História*, 8 (nova série), Lisboa, 1995, p. 28-39.
- VEIGA, Pedro, *O Movimento da Renovação Democrática ou o Novo Cenáculo da Vida Mental Portuguesa (1932-1945)*, Porto, Tipografia Nunes, 1981.
- VEIGA, Pedro, *Subsídios para a história da República durante o salazarismo. Os movimentos de 1932, 1945, 1953 e de 1969. Cinzas duma Vida Quase Extinta*, Porto, Tipografia Nunes, 1981.
- VENTURA, António, “A crise da oposição democrática no início dos anos cinquenta”, in MATOS, Sérgio Campos de, *Crises em Portugal nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, p. 249-258.
- VENTURA Mário, “A censura como arma de repressão política”, in AAVV, *3.º Congresso da oposição democrática. Teses (7.ª Secção – Organização do Estado e Direitos do Cidadão). Aveiro, 4 a 8 de Abril de 1973*, Lisboa, Seara Nova, 1974, p. 199-212.
- VIDIGAL, Luis, “Atitudes e mentalidades na oposição ao Estado Novo: o caso de Aquilino Ribeiro”, in AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, Vol. I, Lisboa, Fragmentos, 1987, p. 59-69.
- VILAÇA, Alberto, *O MUD Juvenil em Coimbra. História e Estórias*, Porto, Campo das Letras, 1998.

Memórias e testemunhos

- AMARAL, Diogo Freitas do, *O Antigo Regime e a Revolução. Memórias políticas (1941-1975)*, Venda-Nova, Bertrand/Nomen, 1996.
- BROCHADO, Costa, *O Sr. Norton de Matos e a sua Candidatura*, Lisboa, Portugália Editora, 1948.
- CAETANO, Marcelo, *Depoimento*, Rio de Janeiro, Record, 1974.
- CAETANO, Marcelo, *Minhas Memórias de Salazar*, s.l., Verbo, 2000, 4.ª ed.
- Emídio Guerreiro: 100 anos de Existência*, Lisboa, Biblioteca-Museu República e Resistência, 1999.
- FERREIRA, Jacinto, *Quatro Anos na Assembleia Nacional*, Lisboa, Edição das Comissões de Freguesia de Lisboa da Causa Monárquica, 1953.
- GALVÃO, Henrique, *Da Minha Luta Contra o Salazarismo e o Comunismo em Portugal*, Lisboa, Arcádia, 1976 [1965].
- GODINHO, José Magalhães, *Pela Liberdade*, Lisboa, Alfa, 1990
- GONÇALVES, Bento, *Inéditos e Testemunhos*, Lisboa, Edições Avante, 2003.

- MATOS, Norton de, *A Nação*, Lisboa, Edição dos serviços centrais da candidatura, 1949.
- MATOS, Norton de, *Os Dois Primeiros Meses da Minha Candidatura à Presidência da República*, Lisboa, Edição do Autor, 1948.
- OLIVEIRA, César, *Os Anos Decisivos. Portugal 1962-1985, um Testemunho*, Lisboa, Editorial Presença, 1993.
- OLIVEIRA, Eugénio de, “Depoimento – A Luta contra o Regime (1940-1974)”, in REIS, António, (coord.), *A República Ontem e Hoje*, Lisboa, III Curso Livre de História Contemporânea, Edições Colibri/Fundação Mário Soares/IHC da Universidade Nova de Lisboa, 2002, p. 161-172.
- REBELO, José Pequito, *o Meu Testemunho*, Lisboa, Edição do Autor, 1949.
- RUAS, Henrique Barrilaro, “Depoimento – o problema do Estado Nacional”, in AAVV, REIS, António, (coord.), *A República Ontem e Hoje*, Lisboa, III Curso Livre de História Contemporânea, Edições Colibri/Fundação Mário Soares/IHC da Universidade Nova de Lisboa, 2002, p. 81-87.
- SÉRGIO, António, [et. al.], *Lisboa, Campanha Eleitoral da Oposição. Depoimento Contra Depoimento*, Lisboa, Edição Dos serviços centrais da candidatura, 1949.
- SOARES, Mário, “Depoimento – Oposição Democrática ao Estado Novo”, in REIS, António, (coord.), *A República Ontem e Hoje*, Lisboa, III Curso Livre de História Contemporânea, Edições Colibri/Fundação Mário Soares/IHC da Universidade Nova de Lisboa, 2002, p. 115-125.
- SOARES, Mário, *Escritos Políticos*, Lisboa, Edição do Autor, 1969.
- SOARES, Mário, *Portugal Amordaçado*, Lisboa, Arcádia, 1974.

Outra Bibliografia

- “História do Partido Revisionista Português (Período 1929-1942)”, *Tempo e o Modo*, 113, Setembro 1975, p. 23-27.
- ABREU, Filomena, “A Rádio Portuguesa e a Guerra Civil Espanhola”, in ROSAS, Fernando, Rosas, (coord.), *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Actas do Colóquio Internacional de Portugal e a Guerra Civil de Espanha, Lisboa, IHC da FCSH/Edições Colibri, 1998, p. 123-132.
- AMADO, Casimiro, “A escola única em Portugal: do debate doutrinal nos anos 20 e 30 às realizações democráticas”, in PROENÇA, Maria Cândida, (coord.), *O Sistema de Ensino em Portugal (séculos XIX e XX)*, Lisboa, Edições Colibri/IHC da Universidade Nova de Lisboa, 1998, p.87-110.
- AMARAL, João, *O Roubo do Príncipe. Salazar e o Casamento do Duque de Bragança*, Lisboa, Tribuna, 2007.
- AMEAL, João, “O Estado Novo e os mitos de 89”, *Diário da Manhã*, 8 de Outubro de 1942, p. 1.
- AMEAL, João, “Salazar, orador e pensador”, in AAVV, *Salazar Sem Máscaras*, Lisboa, Nova Arrancada, 1998, p. 129-136.
- AMEAL, João, *A Revolução da Ordem*, Lisboa, Tipografia Ingleza, 1932.
- AMEAL, João, *História de Portugal, das Origens a 1940*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1962, 5.^a ed.
- AMORIM, Pacheco de, *Princípios Fundamentais do Pensamento Marxista*, Lisboa, Editorial Império, 1942.
- ARENDRT, Hannah, *A Condição Humana*, Lisboa, Relógio d’Água, 2001 [1958]
- ARENDRT, Hannah, *Compreensão Política e Outros Ensaios. 1930-1954*, Lisboa, Relógio d’Água, 2001.
- AVILLEZ, Maria João, *Soares*, Lisboa, Público, 1996.

- BAYLE, Jean, *A Democracia Falhou?*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1949.
- BELO, Maria; ALAO, Ana Paula; CABRAL, Iolanda Neves, “O Estado Novo e as mulheres”, in AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, Vol. II, Lisboa, Fragmentos, 1987, 263-280.
- BRITO, José M. Brandão de, “Concorrência e corporativismo”, in AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, Vol. I, Fragmentos, Lisboa, 1987, p. 311-324.
- CAETANO, Marcelo, *Constituições Portuguesas*, s.l, Verbo, s.d.
- CAETANO, Marcelo, *Manual de Direito Administrativo*, Coimbra, Coimbra Editora, 1951, 3.^a ed.
- CAETANO, Marcelo, *Problemas da Revolução Corporativa*, Lisboa, Acção, 1941,
- CARDIA, Mário Sottomayor, “Os Reformismos político-sociais europeus entre 1900 e 1940”, in REIS, António, *As Grandes Correntes Políticas e Culturais do século XX*, Lisboa, [actas] do XI curso de Verão do IHC-UNL; (coord.), Edições Colibri, 2003, p. 43-80.
- CARDIA, Sottomayor, (org.), *Seara Nova. Antologia*, Lisboa, Alfa, 1990
- CARDOSO, J. Pires, *O Problema da Radiodifusão em Portugal. Alguns Aspectos*, Lisboa, Emissora Nacional, 1941.
- CARRILHO, Maria, “A projectada Liga Republicana e as últimas tentativas dos liberais contra a institucionalização do Estado Novo”, in AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, Vol. I, Lisboa, Fragmentos, 1987, p. 179-188.
- CARVALHO, Paulo Archer de, “Da nação portuguesa (1914-1938) ao integralismo lusitano (1932-1934): A insurreição dos intelectuais”, in AAVV, *Revistas, Ideias e Doutrinas. Leituras do Pensamento Contemporâneo*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003, p.135-152.
- CARVALHO, Rita Almeida, *António Oliveira Salazar – Manuel Gonçalves Cerejeira, Correspondência Política (1928-1968)*, Lisboa, Temas e Debates, 2010.
- CASACA, José Paulo Martins, “Sete falsas hipóteses sobre a “Campanha do Trigo””, in AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, Vol. I, Lisboa, Fragmentos, 1987, p. 337-356.
- CASTELO-BRANCO, Fernando, “A radiodifusão dos discursos de Salazar como factor da sua ascensão política”, in AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, Vol. II, Lisboa, Fragmentos, 1987, 245-262.
- CASTRO, Luis Vieira de, *O Mundo que Finda e o Mundo que Começa*, Funchal, Empresa Gráfica Regional, 1935.
- CASTRO, Raul, “Ideologia e demagogia – Para desmascarar a desmontagem dos muitos ideológicos do corporativismo”, in AAVV, *3.º Congresso da oposição democrática. Teses (7.ª Secção – Organização do Estado e Direitos do Cidadão). Aveiro, 4 a 8 de Abril de 1973*, Lisboa, Seara Nova, 1974, p. 11-18.
- CLIMACO, Cristina, “Portugueses nos campos do sudoeste de Franca (1939-41)”, *Penélope*, 16, Lisboa, 1995, p. 25-61.
- COSTA, Adelino, *Organização Política e Administrativa da Nação*, Lisboa, Portugalíia, 1941, 4.^a ed. [1938].
- COSTA, António Firmino da, *O Que é a Sociologia*, Lisboa, Difusão Cultural, 1992.
- COSTA, José Ribeiro da, “Carmona”, in BARRETO, António Barreto; MÓNICA, Maria Filomena, (coord.), *Dicionário da História de Portugal*, Vol. 7, Porto, Figueirinhas, 2000, p. 232-235.
- COSTA, Ramiro da, *Elementos para a história do movimento operário em Portugal, 1820-1975, Vol. I (1820-1929)*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1979.
- COSTA, Ramiro da, *Elementos para a História do Movimento Operário em Portugal, 1820-1975, Vol. II (1930-1975)*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1979.

- CRUZ, Manuel Braga da, “Entre Nacionalismo e Democracia Crista”, in AAVV, *Revistas, Ideias e Doutrinas. Leituras do pensamento contemporâneo*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003, p.43-52.
- CRUZ, Manuel Braga da, *Transições Históricas e Reformas Políticas em Portugal*, Lisboa, Bizâncio, 1999.
- DUVERGER, Maurice, *Os Grandes Sistemas Políticos*, Coimbra, Almedina, 1985.
- Entrevista Complementar do Doutor Afonso Costa (...)*, Lisboa, s.n, 1935.
- Estado Nuevo Português. Principios y realizaciones (El)*, Lisboa, SPN, s.d.
- FARIA, Telmo, “Quem tem a tropa”, in DELGADO, Iva [et. al.], (org.), *Humberto Delgado, as Eleições de 1958*, Lisboa, Veja, 1998, p. 238-284.
- FARIA, Telmo, *Oscar Carmona. Fotobiografia*, Lisboa, Museu da Presidência da República, 2006.
- FARINHA, Luis, “1931: a ditadura face ao perigo espanhol”, *História*, 15 (3.a série), Lisboa, 1995, p. 4-13.
- FARINHA, Luis, “Fernando Queiroga: um revolucionário no exílio”, *Penélope*, 16, Lisboa, 1995, p. 87-105.
- FARINHA, Luis, “O republicanismo/reviralhismo e a Guerra Civil Espanhola”, in ROSAS, Fernando, ((coord.)), *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Actas do Colóquio Internacional de Portugal e a Guerra Civil de Espanha, Lisboa, IHC da FCSH/Edições Colibri, 1998, p. 153-176.
- FERNANDES, Thomaz Wylie, *L’Oeuvre du Professeur Salazar. La Reconstructioin Financière de Portugal*, Editions Lisboa, SPN, 1937.
- FERREIRA, António Matos, “A Acção Católica – questões em torno da organização e da autonomia da acção da Igreja Católica (1933-1958)”, in AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, Vol. II, Fragmentos, Lisboa, 1987, p. 281-302.
- FERREIRA, Isabel Alves, “Mocidade Portuguesa Feminina. Um ideal educativo”, *Revista História das Ideias*, 16, Instituto de História e Teoria das Ideias/Faculdade de Letras, Coimbra, 1994, p. 193-234.
- FERREIRA, José Medeiros, “As ditaduras ibéricas e a fundação da Aliança Atlântica”, in AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, Vol. I, Lisboa, Fragmentos, 1987, p. 395-401.
- FERREIRA, José Medeiros, “Relações entre as Forças Armadas e o poder político – um balanço do século xx”, in TEIXEIRA, Nuno Severiano, ((coord.)), *Portugal e a Guerra: História das Intervenções Militares Portuguesas nos Grandes Conflitos Mundiais (Séculos XIX e XX)*, Lisboa, IHC da FCSH/Edições Colibri, 1998, p. 11-31.
- FERREIRA, José Medeiros, *O Comportamento Político dos Militares. Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*, Lisboa, Editorial Estampa, 2001, 2.^a ed. [1992].
- FERREIRA, Virgínia, “A feminização do emprego nos escritórios (1940-1980)”, *História*, 15 (3.^a série), Lisboa, 1995, p. 24-29.
- FERREIRA, Vítor Matias, “Uma nova ordem urbana para a capital do império – a ‘modernidade’ da urbanização e o ‘autoritarismo’ do Plano Director de Lisboa, 1938-1948”, in AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, Vol II, Lisboa, Fragmentos, 1987, p. 259-276.
- FIGUEIREDO, António de, “Moçambique: mais longe e mais livre”, in DELGADO, Iva [et. al.], (org.), *Humberto Delgado, as Eleições de 1958*, Lisboa, Veja, 1998, p. 354-375.
- FIGUEIREDO, Mário de, *A Liberdade e a Democracia*, Lisboa, Companhia Nacional Editora, 1953.
- FONSECA, Carlos da, “A revolta imaginária: o operariado frente ao 28 de Maio”, *Revista História das Ideias*, 7, Instituto de História e Teoria das Ideias/Faculdade de Letras, Coimbra, 1985, p.373-390.

- FRANCO, Graça, *A Censura à imprensa (1820-1974)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.
- FREIRE, João Brito, “O Partido Comunista Português e a Guerra Civil de Espanha”, in ROSAS, Fernando, ((coord.)), *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Actas do Colóquio Internacional de Portugal e a Guerra Civil de Espanha, Lisboa, IHC da FCSH/Edições Colibri, 1998, p. 177-196.
- FREIRE, João, “A contestação ao regime republicano durante a Primeira República”, in REIS, António, ((coord.)), *A República Ontem e Hoje*, Lisboa, III Curso Livre de História Contemporânea, Edições Colibri/Fundação Mário Soares/IHC da Universidade Nova de Lisboa, 2002, p. 57-79.
- FREIRE, João, “Os anarquistas na conjuntura do após-guerra”, in AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, Vol. II, Fragmentos, Lisboa, 1987, 9-26.
- FREIRE, João, “Revistas anarquistas portuguesas: entre a política e a cultura”, in AAVV, *Revistas, Ideias e Doutrinas. Leituras do Pensamento Contemporâneo*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003, p.153-180.
- FREIRE, João, “Sobre o anarquismo português e a Guerra de Espanha”, in ROSAS, Fernando, (coord.), *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Actas do Colóquio Internacional de Portugal e a Guerra Civil de Espanha, Lisboa, IHC da FCSH/Edições Colibri, 1998, p. 197-207.
- FREIRE, João, *Anarquistas e operários. Ideologias, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*, Porto, Edições Afrontamento, 1992.
- GALLAGHER, Tom, “Fernando dos Santos Costa: guardião militar do Estado Novo 1944-1958”, in AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, Vol. I, Lisboa, Fragmentos, 1987, p. 199-220.
- GARRIDO, Álvaro, “Os bacalhoeiros em revolta: a ‘greve’ de 1937”, *Análise Social*, 165, Vol. XXXVII, 2003, p. 1191-1211.
- GARRIDO, Álvaro, “Universidade e juventude: da reprodução à contestação”, in PROENÇA, Maria Cândida, (coord.), *O Sistema de Ensino em Portugal (Séculos XIX e XX)*, Lisboa, Edições Colibri/IHC da Universidade Nova de Lisboa, 1998, p.161-174.
- GRUPO DOS PRESOS POLÍTICOS ACTUALMENTE EM CAXIAS, “A Repressão Fascista e a situação dos presos políticos em Caxias”, in AAVV, *3.º Congresso da oposição democrática. Teses (7.ª Secção – Organização do Estado e Direitos do Cidadão)*, Aveiro, 4 a 8 de Abril de 1973, Lisboa, Seara Nova, 1974, p. 63-74.
- HENRIQUES, Raquel Pereira, *António Ferro. Estudo e Antologia*, Lisboa, Alfa, 1990.
- IV Congresso da União Nacional, resumos das comunicações. 1.ª secção, vida política*, Lisboa, Edições da União Nacional, 1956.
- Ideologia, Instituições, Agentes e Práticas*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999.
- JIMENEZ REDONDO, Juan Carlos, “La política exterior de la República Espanola”, in ROSAS, Fernando, (coord.), *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Actas do Colóquio Internacional de Portugal e a Guerra Civil de Espanha, Lisboa, IHC da FCSH/Edições Colibri, 1998, p. 221-237.
- KALLIS, Aristotle A., *Nazi Propaganda and the Second World War*, Great Britain, Palgrave MacMillan, 2008.
- LEAL, Ernesto Castro, *António Ferro: Espaço Político e Imaginário Social (1918-32)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994.
- LINZ, Juan, *The Breakdown of Democratic Regimes. Crisis, Breakdown and Reequilibration*, Baltimore and London, The John Hopkins University Press, 1978.
- LOPES, Norberto, *Sarmento Pimentel ou uma Geração Traída (diálogos de Norberto Lopes com o autor das “memórias do capitão”)*, Lisboa, Editorial Aster, 1977.

- MADEIRA, João, “Comunismos Marxistas”, in REIS, António, *As Grandes Correntes Políticas e Culturais do Século XX*, Lisboa, [actas] do XI curso de Verão do IHC-UNL; (coord.), Edições Colibri, 2003, p. 81-94.
- MADUREIRA, Arnaldo, *O 28 de Maio, Elementos para a sua Compreensão. I – na Génese do Estado Novo*, Lisboa, Editorial Presença, 1982
- MADUREIRA, Arnaldo, *O 28 de Maio, Elementos para a sua Compreensão. II – na Hora do Corporativismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1982
- MAIA, João Arnaldo, “A informação em Portugal – monopólio de uma minoria dominante e uma arma ao serviço do Governo para envenenar a opinião pública”, in AAVV, 3.º Congresso da oposição democrática. Teses (7.ª Secção – Organização do Estado e Direitos do Cidadão). Aveiro, 4 a 8 de Abril de 1973, Lisboa, Seara Nova, 1974, p. 113-120.
- MANDRONERO, Manuel Burgus, “A fiscalização das fronteiras portuguesas durante a Guerra Civil de Espanha”, in AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, Vol. I, Lisboa, Fragmentos, 1987, p. 367-370.
- MANIQUE, António Pedro, “O “Casal de Família”. Reflexões em torno da sua origem e fundamentos político-ideológicos”, in AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao fim da Autarcia. 1926-1959*, Vol. I, Fragmentos, Lisboa, 1987, p. 221-231.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, “A literatura clandestina em Portugal durante a ditadura militar (1926-1932)”, in AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, Vol. II, Lisboa, Fragmentos, 1987, p. 27-28.
- MARTINS, Guilherme de Oliveira, “A paixão das ideias – História, conhecimento e compreensão”, in PROENÇA, Maria Cândida, (coord.), *O Sistema de Ensino em Portugal (Séculos XIX e XX)*, Lisboa, Edições Colibri/IHC da Universidade Nova de Lisboa, 1998, p. 17-20.
- MENESES, Filipe Ribeiro de, *Correspondência Diplomática Irlandesa sobre Portugal, o Estado Novo e Salazar. 1941-1970*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2005.
- MESQUITA, António Pedro, *Liberalismo, Democracia e o Contrário. Um Século de pensamento Político em Portugal (1820-1930)*, Lisboa, Edições Silabo, 2007.
- MIRANDA, Sacuntala de, “Crise económica, industrialização e autarcia da década de trinta”, in AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, Vol. I, Lisboa, Fragmentos, 1987, p. 249-257.
- MONCADA, Luis Cabral de, *Memórias ao Longo de uma Vida. Pessoas, Factos, Ideias*, s.l, Editorial Verbo, 1992.
- MORAIS, Armino José Baptista de, “Vinte anos de cinema português, 1930-1950: conteúdos e políticas”, in AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, Vol. II, Fragmentos, Lisboa, 1987, p. 187-208.
- NOGUEIRA, António Sá, *Ideal Republicano. A Ignorância é a Inimiga da Democracia*, Lisboa, Empresa Editora Luz, 1932.
- NUNES, João Arsénio, “Sobre alguns aspectos da evolução política do Partido Comunista Português após a reorganização de 1929 (1931-33)”, *Análise Social*, 67-68, Vol. XVII, Lisboa, 1981, p. 715-731.
- NUNES, João Paulo Avelas, *Sessenta anos de luta pela paz*, Lisboa, Editorial Caminho, 1978.
- NUNES, João Paulo Avelas; AMARO, António Rafael; SEABRA, Jorge, *O CADC de Coimbra, a Democracia Cristã e os Inícios do Estado Novo (1905-1934)*, Lisboa, Edições Colibri, 2000.
- O, Jorge Ramos do, “Modernidade e tradição – algumas reflexões em torno da exposição do Mundo Português”, in AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, Vol. II, Lisboa, Fragmentos, 1987, p. 177-186.

- O, Jorge Ramos do, *Os Anos de Ferro. O Dispositivo Cultural Durante a “Política do Espírito, 1933-1949. Que Foi a Democracia dos Partidos. Testemunhos Insuspeitos (O)*, s.l., Edição da União Nacional, s.d. [1945]
- OLIVEIRA, César, (dir.), *História dos Municípios e Poder Local (Dos Finais da Idade Média à União Europeia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.
- OLIVEIRA, César, *O Operariado e a Primeira República (1910-1924)*, Lisboa, Alfa, 1990.
- OLIVEIRA, Maurício de, *Diário de um Jornalista. 1926-1930*, Lisboa, Edição Póstuma do Autor, 1973.
- PACHECO, Carneiro, *Portugal Renovado (discursos)*, Lisboa, Bertrand, 1940
- PAIS, José Machado, “A crise do regime liberal republicano: algumas hipóteses explicativas”, in AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, Vol. I, Lisboa, Fragmentos, 1987, p. 129-144.
- PAULO, Heloísa, “Documentarismo e propaganda. As imagens e os sons do regime”, in TORRAL, Luis Reis, (coord.), *O cinema sob o Olhar de Salazar*, Rio de Mouro, Temas e Debates, 2001, p. 92-116.
- PAULO, Heloísa, “Os ‘insubmissos da colónia’: a recusa da imagem oficial do regime pela oposição no Brasil (1928-1945)”, *Penélope*, 16, Lisboa, 1995, p. 9-24.
- Paulo, Heloísa, “Vida e arte do povo português. Uma visão da sociedade segundo a propaganda oficial do Estado Novo”, *Revista História das Ideias*, 16, Instituto de História e Teoria das Ideias/Faculdade de Letras, Coimbra, 1994, p. 105-134.
- PAYNE, Stanley, “La quiebra de la Segunda República”, in ROSAS, Fernando, (coord.), *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Actas do Colóquio Internacional de Portugal e a Guerra Civil de Espanha, Lisboa, IHC da FCSH/Edições Colibri, 1998, p. 107-121.
- PEREIRA, José Pacheco, “A clandestinidade: componente da cultura comunista”, *Risco*, 14, Verão 1990, p. 89-99.
- PEREIRA, José Pacheco, “As primeiras séries do *Avante!* Clandestino”, *Estudos sobre o Comunismo*, 0, Lisboa, Julho de 1983, p. 23-26.
- PEREIRA, Pedro Teotónio, *Organização Corporativa*, Lisboa, SPN, 1935.
- PIMENTEL, Irene Flunser, “Cem anos da vida de mulheres em Portugal”, *História*, 34, (3.ª série), 2001, p. 12-23.
- PIMENTEL, Irene Flunster, *Cardeal Cerejeira, o Príncipe da Igreja*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2010.
- PINTO, António Costa, “A formação do integralismo lusitano (1907-17)”, *Análise Social*, 72-73-74 (Vol. XVIII), 1982, p. 1409-1419.
- PINTO, António Costa, “Portugal no século xx: introdução”, in PINTO, António Costa, (coord.), *Portugal Contemporâneo*, Madrid, Sequitur, 2000, p. 1-38.
- PINTO, António Costa; COVA, Anne, “O salazarismo e as mulheres. Uma abordagem comparativa”, *Penélope*, 17, 1997, p. 71-94.
- Por Carmona e Salazar, Presente!*, Lisboa, Edição da Comissão da União Nacional da Freguesia do Sacramento, 1949.
- PROENÇA, Maria Cândida, “O conceito de regeneração no Estado Novo”, in AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, Vol. II, Lisboa, Fragmentos, 1987, p. 251-262.
- QUEIROZ, Vasco de Barros, *Anedotário Político do Salazarismo e não Apenas...*, Lisboa, Editorial Eva, 1980.
- RAMIRES, Manuel, “A etapa totalitária do Estado Novo em Espanha: em especial da sua ideologia”, in AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, Vol. I, Lisboa, Fragmentos, 1987, p. 99-116.

- RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, História de Portugal: Vol. 6, in MATTOSO, José, (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.
- REGO, Raul, “Da censura prévia ao exame prévio”, in AAVV, *3.º Congresso da oposição democrática. Teses (7.ª Secção – Organização do Estado e Direitos do Cidadão). Aveiro, 4 a 8 de Abril de 1973*, Lisboa, Seara Nova, 1974, p. 129-142.
- REGO, Raul, *O Combatente da Liberdade*, Lisboa, Biblioteca-Museu República e Resistência, 2002.
- REIS, António, “Irracionalismos”, in AAVV, REIS, António, (coord.), *As Grandes Correntes Políticas e Culturais do Século XX*, [actas] do XI curso de Verão do IHC-UNL, Lisboa, Edições Colibri, 2003, p. 95-111.
- REIS, António, *Raul Proença. Biografia de um Intelectual Político Republicano*, Vol. I, Lisboa, ENCM, 2003
- RIBEIRO, António Manuel, “Ficção Histórica infanto-juvenil no Estado Novo. Colecção ‘Pátria’ de Virgínia Castro e Almeida (1936-1946)”, *Revista História das Ideias*, 16, Instituto de História e Teoria das Ideias/Faculdade de Letras, Coimbra, 1994, p. 161-192.
- ROGEIRO, Nuno, *O que é: Política*, Lisboa, Difusão Cultural, 1993.
- ROSA, Manuel Ferreira, *O Problema Político e a Solução do Estado Novo Português (esboço)*, Luanda, Tipografia Mondego, 1936.
- ROSAS, Fernando, “A crise de 1929 e os efeitos económicos na sociedade portuguesa”, in AAVV, *O Estado Novo. as Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, Vol. I, Lisboa, Fragmentos, 1987, p. 258-274.
- ROSAS, Fernando, “O condicionalismo externo” in “O Estado Novo (1926-1974)” in ROSAS, Fernando Rosas, *O Estado Novo (1926-1974)*, Vol. VII da *História de Portugal* da direcção de José Mattoso, Lisboa, Estampa, 1994, p. 119-149.
- SANTO, Sílvia Espírito, *Cecília Supico Pinto*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2008
- SANTOS, Manuel Pinto dos, “Um regime de governo forte sob inspiração nacionalista-corporativa”, in REIS, António, (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Alfa, 1989, p. 81-98.
- SCHWRTZMAM, Kathleen C., “Instabilidade democrática nos países semipérféricos. A Primeira República Portuguesa”, in AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, Vol. I, Lisboa, Fragmentos, 1987, p. 145-164.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Marcelo Caetano. Confidências do exílio*, Lisboa/São Paulo, Verbo, 1984 (10.ª ed.).
- SILVA, Amaro Carvalho da, *O Partido Nacionalista no Contexto do Nacionalismo Católico (1901-1910)*, Lisboa, Edições Colibri, 1996.
- SILVA, Armando Jorge, “Toponímia e ideologia(s), Lisboa, 1926-1961”, in AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, Vol. II, Lisboa, Fragmentos, 1987, p. 387-405.
- SILVA, Carlos Nunes da, “A urbanística do Estado Novo (1926-1959): nem nacional nem fascista”, in AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, Vol. II, Lisboa, Fragmentos, 1987, p. 277-286.
- SILVA, Isabel Alarcão da, “Modernidade e tradição nos cartazes de propaganda política do Estado Novo”, in REIS, António, (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Alfa, 1989, p. 321-330.
- SOARES, João; CARVALHO, Alberto Arons de; SOUSA, Osvaldo de, *A Censura na Iconografia e na Caricatura Portuguesa*, de Lisboa, Biblioteca-Museu República e Resistência/Humorgrafe, 1997.
- SOARES, João, [et. al.], *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Biblioteca-Museu República e Resistência, 1996.

- SOUSA, Marcelo Rebelo de, *Lições de Direito Administrativo*, Vol. I, Lisboa, Lex, 1999.
- STOER, Stephen R.; ARAÚJO, Helena Costa G., “A contribuição da educação para a formação do Estado novo: continuidades e rupturas (1926-1933)”, in AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarquia. 1926-1959*, Vol. II, Fragmentos, Lisboa, 1987, p. 125-148.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, “A Política Externa Portuguesa, 1890-1986”, in PINTO, António Costa, (coord.), *Portugal Contemporâneo*, Madrid, Sequitur, 2000, p. 61-92.
- TORGAL, Luis Reis, “Ensino da História e ideologia”, in PROENÇA, Maria Cândida, (coord.), *Um Século de Ensino da História*, Lisboa, Edições Colibri/IHC da Universidade Nova de Lisboa, 2001, p. 23-40.
- TORGAL, Luis Reis, “Propaganda, ideologia e cinema no Estado Novo”, in TORGAL, Luis Reis, ((coord.)), *O Cinema sob o Olhar de Salazar*, Rio de Mouro, Temas e Debates, 2001, p. 64-91.
- TORRE GOMEZ, Hipólito de la, “La conspiración hiberista de Manuel Azana”, in ROSAS, Fernando Rosas, (coord.), *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, actas do Colóquio Internacional de Portugal e a Guerra Civil de Espanha, Lisboa, IHC da FCSH/Edições Colibri, 1998, p. 209-220.
- TRABULO, António, *Diários de Salazar, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 2004.*
- TRINDADE, Luis, “Vanguardismos e realismos. O lugar da realidade no tempo da Revolução”, in REIS, António, *As Grandes Correntes Políticas e Culturais do Século XX*, Lisboa, [actas] do XI curso de Verão do IHC-UNL; (coord.), Edições Colibri, 2003, p. 113-128.
- TRINDADE, Luis, *O Espírito do Diabo. Discursos e Posições Intelectuais no Semanário O Diabo, 1934-1940*, Porto, Campo das Letras, 2004.
- ULRICH, Ruy Ennes, *Crítica do Socialismo Utópico, dos Idealistas e do Socialismo Revolucionário dos Marxistas*, Lisboa, União Nacional, 1940.
- VICENTE, António Pedro, “José Sebastião da Silva Dias”, in *Dicionário de História de Portugal...*, p. 529.
- VICENTE, António Pedro, “O cerco à embaixada da República Espanhola em Lisboa (Maio a Outubro de 1936)”, in ROSAS, Fernando Rosas, (coord.), *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Actas do Colóquio Internacional de Portugal e a Guerra Civil de Espanha, Lisboa, IHC da FCSH/Edições Colibri, 1998, p. 3-105.
- VILELA, A. Lobo, *Ao Serviço da Democracia*, Lisboa, Gráfica Lisbonense, 1945.
- VITAL, Fezas, “Discurso inaugural pronunciado pelo Exmo. Sr. Dr. Fezas Vital, reitor da Universidade, na sessão do Congresso de Barcelona (22 de Maio de 1929)”, *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, 1923, p. 429-443.

Índice onomástico

A

Abreu, António Lopes Fernandes de
Abreu, Abel Festas Cancela de
Abreu, Armando Cancela de
Abreu, Augusto Cancela de
Abreu, José Rodrigues de Sá e
Aguiar, António
Aguiar, Mário de
Aires, António
Alarcão, Miguel de
Albuquerque, Mário de
Almeida, António de
Almeida, João de
Almeida, Joaquim Rodrigues de
Almeida, José de
Almeida, Luís Augusto de Campos Metrass
Moreira de
Almeida, Manuel Lopes de
Alvares, Hipólito Fernandes
Alves, Lopes
Alves, Sousa
Amado, Fernando
Amaral, Francisco Keil do
Amaral, João Mendes Costa do
Amaral, Joaquim Mendes do
Ameal, João
Amorim, Diogo Pacheco de
Andrade, João Pires de
Araújo, Juvenal
Ascensão, Leão Ramos
Azevedo, José Almeida
Azevedo, Schiapa de, general

B

Baltasar, Barreto
Baltazar, José Ranito
Barbosa, António Cruz
Barbosa, Miranda
Barbosa, Tamagnini

Barreto, Álvaro Salvação
Barreto, Bissaia
Beirão, Caetano
Belard, Carlos Mantero
Belo, Gomes
Bettencourt, Manuel Ortins de
Bettencourt, Artur de Moraes
Biel, Júlio Frederico
Borges, António Carlos
Borges, Fernando, general
Borges, França
Borges, Vasco
Botte, José Sacadura
Braga, Miguel
Branco, Alberto
Branco, Domingos Calado (capitão)
Brandão, António José
Brandão, Augusto Pereira

C

Cabral, Gonçalo
Cabral, Henrique
Cabral, José
Cães, Luís Joaquim de
Caetano, Marcelo
Câmara, José Gago da
Câmara, Pedro da, D.
Camões, Luís de (coronel)
Campilho, Pedro Vicente de Moraes
Campos, João Xavier Camarate de
Cardia, Mário
Cardoso, Carlos Sá
Cardoso, José Augusto
Cardoso, Pires
Cardoso, Ribeiro (reverendo)
Carmona, Óscar (general)
Carneiro, Jerónimo
Carneiro, José Gualberto de Sá
Carvalho, Rodrigues

Carvalho, Carlos Moura de
 Carvalho, Domitila Hormizinda Miranda de
 Carvalho, João Bôto de
 Carvalho, Juvenal António da Silva
 Carvalho, Marques de
 Carvalho, Vasco
 Castro, Cirne de
 Castro, Luís Macedo e
 Castro, Luís Vieira de
 Castro, Mendes de (reverendo)
 Cavalheiro, António Rodrigues
 Cerqueira, Sílvio Belfort
 Coelho, Luís Pinto
 Correia, José Dias de Araújo
 Correia, Maximino
 Cortesão, Jaime
 Cortês, Ulisses Cruz de Aguiar
 Costa, António Nunes da
 Costa, Carlos Augusto Dias
 Costa, Delduque
 Costa, Jerónimo Sócrates da
 Costa, Joaquim Almeida e
 Costa, José Manuel da
 Costa, José Nunes da
 Costa, Luís Cincinato Cabral da
 Costa, Lopo de
 Costa, Santos
 Cunhal, Álvaro
 Curto, Ramada
 Coutinho, João Azevedo
 Crespo, Augusto Santos
 Cristo, António
 Cruz, Alberto
 Cruz, José Maria Braga da
 Cruz, Mateus Gregório da
 Cunha, Paulo
 Cunha, Rui da

D

Demeny, Luís Gonzaga Noronha da Gama
 Dias, José Luís da Silva
 Dias, Manuel José (tenente)
 Duarte, Artur Proença
 Duarte, Cândido
 Duarte, Teófilo
 Diniz, Almelim Moura
 Duque, Rafael
 Durão, Ricardo

E

Esquível, José
 Esteves, Mário Caes

F

Faleiro, Luís Maria da Silva Lima
 Faria, Joaquim (tenente-coronel)
 Fernandes, Humberto Montenegro
 Fernandes, Joaquim José
 Fernandes, José Clemente
 Fernandes, Manuel
 Ferrão, Angelino
 Ferrão, José
 Ferreira, Antero Gomes
 Ferreira, Herculano Amorim
 Ferreira, Jacinto
 Ferreira, Jorge Viterbo
 Ferreira, Manuel Gomes
 Ferreira, Manuel Ribeiro
 Ferreira, Rogério
 Ferro, António
 Figueira, Gastão de Deus
 Figueira, Luís
 Figueiredo, Amândio de
 Figueiredo, Fausto de
 Figueiredo, José Nunes de
 Figueiredo, Mário de
 Fogaça, Júlio
 Fonseca, Joaquim Dinis da
 Fonseca, José Soares da
 Fonseca, Luís Maria Lopes da
 Fonseca, Marino da
 Fonseca, Roberto Pereira (capitão)
 Fonseca, Sebastião Claro
 Fontainhas, ?
 Fontoura, Álvaro Eugénio Neves da
 Forjaz, Cândido Pamplona
 Freire, Júlio César Andrade
 Freitas, João Abel de
 Freitas, João Camacho de
 Freitas, João Figueira de
 Freitas, Matias de (capitão)

G

Gaita, José Joaquim
 Galvão, Miguel
 Gama, Francisco Telo da
 Gameiro, Fonteiro de Sousa e
 Gamito, António

Garção, Fernando Mayer
 Godinho, José Magalhães
 Gomes, Augusto Cerqueira
 Gomes, Mário Azevedo
 Gonçalves, Assis
 Gonçalves, Bento
 Gonçalves, Ernesto Marçal Martins
 Gonçalves, Fernão de Ornelas
 Gonçalves, Luís da Cunha
 Gouveia, Américo Homem de
 Grilo, Victor Hugo Velez
 Gromicho, António Bartolomeu
 Guardiola, João
 Guardiola, Maria dos Santos
 Guedes, Eduardo Bogarim Correia
 Guedes, Francisco José Nobre
 Guerra, Francisco José
 Guimarães, João Antunes
 Guimarães, José Alçada
 Guimarães, Luís José de Pina
 Guimarães, Querubim do Vale

H

Heitor, Dias (capitão)

I**J**

Jorge, Pires
 Júnior, Albino Pinto dos Reis
 Júnior, Fernando Borges
 Júnior, Joaquim Inácio Barcelos
 Júnior, Manuel Rodrigues

K**L**

Leal, Maria Joana Mendes
 Leal, Cunha
 LEÃO, José Nosolini Pinto Osório da Silva
 Leite (Lumbralles), João Pinto da Costa
 Leite, Manuel Rodrigues (coronel)
 Leite, Monteiro (major)
 Lemos, Eugénio de
 Lencastre, José
 Lima, António Augusto Pires de
 Lima, Henrique Linhares de

Lima, Joaquim dos Santos Quelhas (capitão-tenente)
 Lince, Francisco Serra
 Linhares, Luís de Arriaga de Sá
 Lobão, António Cortês de
 Lobo, José Ferreira (reverendo prior)
 Lopes, Artur Ribeiro
 Lopes, João Duarte
 Loureiro, Maia

M

Macedo, Luís Pastor de
 Machado, Ângelo César
 Machado, Bernardino
 Machado, Francisco Cardoso de Melo
 Machado, Francisco Vieira
 Machado, Ginestal
 Machete, Henrique Chancerelle de
 Madeira, Mário de Gusmão
 Magalhães, Albano
 Magalhães, Antunes
 Magalhães, Luís Pina de
 Magalhães, Querubim
 Malheiro, Araújo
 Mano, Manuel Marques
 Marques, Antero Leal
 Marques, Eduardo
 Marques, João Duarte
 Marques, José António
 Marques, José Augusto
 Marques, Teixeira
 Martins, Cipriano
 Martins, Henrique Augusto da Silva
 Matias, Luís Correia
 Mateus, António Lopes (coronel)
 Matos, Luís Mendes de (cónego)
 Matos, Manuel de
 Matos, Norton de
 Mealha, Quirino
 Medeiros, Jacinto Bicudo de
 Melo, Alfredo Luís Soares de
 Melo, Rocha
 Mendes, Acácio
 Meneres, José
 Mesquita, António Pedro Pinto de
 Mesquita, Simião Pinto
 Mexia, João
 Miguel, Francisco
 Miranda, António Augusto de

Miranda, Verdades (coronel)
 Moniz, Carlos Botelho
 Monteiro, Armindo
 Monteiro, Francisco
 Morais, Manuel
 Morais, Rui
 Moreira, Augusto Leite Mendes
 Moreira, Carlos Lopes
 Morna, Álvaro
 Mota, Pinto da
 Moura, Carlos
 Múrias, Manuel Maria

N

Nascimento, José Correia do
 Navarro, André
 Negreiros, Joaquim Trigo de
 Neves, João
 Neves, Pedro
 Nogueira, Franco
 Nogueira, Hamiltm
 Nosolini, José. VER LEÃO, José Nosolini
 Pinto Osório da Silva
 Nunes, ? (tenente)
 Nunes, Guilhermino
 Nuno, Dom Duarte

O

Oliveira, Artur Águedo de
 Oliveira, António Alves de
 Oliveira, José Gaspar de
 Oliveira, José de (é o mesmo que o anterior?)
 Oliveira, Nunes de
 Oliveira, Samuel de Matos Agostinho de

P

Pacheco, Carneiro
 Parreira, João Emiliano Cruz de Matos
 Páris, João de Espregueira da Rocha
 Pedroso, Santos
 Pereira, António de Melo Santos
 Pereira, João Garcia
 Pereira, José da Silva
 Pereira, Luís Teotónio
 Pereira, Manuel Colares
 Pereira, Pedro Teotónio
 Perienes, Francisco
 Pessoa, José (?) Magalhães
 Pimentel, Irene

Pimentel, João Sarmento
 Pina, Luís de
 Pinho, Jaime Amador e
 Pinto, António
 Pinto, Clotário Supico
 Pinto, Francisco Leite
 Pinto, Luís Supico
 Pinto, António Madeira
 Pires, Joaquim Costa
 Pirrayt, António do Amaral
 Pombeiro, Joaquim Mendes Arnaut
 Porto, João Maria
 Presidente, Miguel Galvão
 Preto, Rolão
 Prieto, Francisco Fernandes
 Pulido, Domingos Garcia

Q

Queiró, Afonso

R

Ramalho, Acácio Magalhães
 Ramires, Sebastião Garcia
 Ramos, Artur de Oliveira
 Rebelo, Pequito
 Reis, Albino Pinto dos
 Reis, Bruno Cardoso
 Reis, José Alberto dos
 Reis, Manuel Pestana dos
 Relvas, Moura
 Rezola, Inácia
 Ribeiro, António Emílio da Costa
 Ribeiro, António Hintze
 Ribeiro, Pedro Inácio Alvares
 Rio, João Sampaio
 Rodrigues, Bernardo
 Rodrigues, Gonçalves
 Rodrigues, Manuel

S

Saldanha, Joaquim
 Sampaio, Luís, brigadeiro
 Sampaio, Trigueiros
 Sanches, José Teodoro dos Santos
 Formosinho
 Santa Rita, Vasco
 Santos, Ary dos
 Santos, Eurico Pereira dos
 Santos, Rocha dos

Segurado, ? (tenente)
 Silva, Adriano Duarte
 Silva, António Maria da
 Silva, Armando Adão e
 Silva, Casimiro da
 Silva, Duarte
 Silva, Guedes da (tenente-coronel)
 Silva, Gomes da
 Silva, José Dias
 Silva, Manuel Joaquim da Conceição e
 Silva, Pestana da
 Sintra, Alfredo Delesques dos Santos
 Soares, Augusto Braga Costa
 Soares, Avelar
 Soares, Castro
 Soares, J. Pinto
 Soares, José Viegas
 Soares, Mário
 Soares, Pedro
 Sousa, Abílio Passos e
 Sousa, António Russel de
 Sousa, João de Novas, (Dom, deão)
 Sousa, Mário Pais de
 Sousa, Valentim de
 Subtil, Ernesto

T

Taborda, António Maria Pinto
 Tavares, Abrantes
 Tavares, António Raul Galiano
 Tavares, José Abrunhosa
 Tedeschi, ? (capitão)
 Teixeira, António José (coronel)
 Teixeira, Gabriel Maurício
 Teixeira, Salvador Nunes (coronel)
 Teles, Correia (general)
 Telo, António José
 Tenreiro, Henrique
 Torres, Alberto Pinheiro
 Torres, António Pinheiro
 Torres, Carlos Ferreira
 Trindade, Manuel

U

Ulrich, José Frederico

V

Valença, João
 Valente, Almeida (coronel)

Varela, António Pereira
 Vasconcelos, Guilhermino de (ou **Guilherme de Vasconcelos?**)
 Vasconcelos, Mário de
 Vaz, Rui de Morais (**Rui ou Ruy?**)
 Veiga, Mota
 Veloso, Alexandre Calheiros
 Ventura, Raul
 Vieira, Álvaro Favila
 Vieira, Manuel Nascimento
 Vieira, Pereira de
 Vieira, Rafael Sérgio
 Vital, Fezas

W**Y****X****Z**

Zeller, Maria Luísa van

Índice geográfico

A

Açores
Alcobaça
Alcochete
Aljustrel
Almada
Ameixoeira, freguesia da
Angola
Angra do Heroísmo
Antas
Arazede
Arazêde (é a mesma localidade da anterior?)
Arcos de Valdevez
Aveiro

B

Barcelos
Bardez
Barreiro
Barril de Alva
Beira
Beja
Bilbau
Bobadela
Braga
Bragança
Brasil
Buarcos

C

Cabo Verde
Caldas da Rainha
Caminha
Canacona
Cartaxo
Cascais
Castelo Branco
Cercal do Alentejo
Coimbra

Coja
Condeixa
Covas do Rio
Covilhã

D

Damão
Diu

E

Elvas
Espariz
Estados Unidos da América
Estoril
Estremoz
Évora
Espanha

F

Fânzeres
Faro
Figueiró dos Vinhos, concelho de
Flores
Fornos
Fornos de Algodres
Funchal

G

Gala
Goa
Grândola
Guarda
Guimarães
Guiné

H

Horta

I

Índia

J

Juncais

K

L

Lisboa

Leiria

Leomil, freguesia de

Lourenço Marques

M

Maceira

Macau

Madeira

Maiorca

Mangualde

Manica

Margão

Mapuça

Meda de Mouros

Melgaço

Messejana

Moimenta da Beira

Monção

Monte Pedral

Mormugão

Mortágua

Mouras

N

Negar-Aveli

Nelas

Nogueira de Cravo

Nouronho

O

P

Panala da Beira

Palmela

Pampilhosa da Serra

Paredes

Paredes de Coura

Penodono

Perném

Pico

Pinheiro de Coja

Ponda

Porto

Portalegre

Ponte da Barca

Ponta Delgada

Ponte de Lima

Praia

Proença-a-Nova

Q

Quelimane

Quepém

R

Rio de Janeiro

S

Salcete

Sangém

Sanquelin

Santa Leocácia

Santiago do Cacém

Santa Isabel, freguesia de

Santarém

Satari

Sebal Grande

Setúbal

S. Martinho do Bispo

S. Pedro de Alva

S. Pedro do Sul

Sines

Sobral do Monte Agraço

Sofala

Souto

T

Tarrafal

Tentúgal

Timor

Travanca de Lagos

U

V

Valença

Viana do Castelo
Vila Cova de Alva
Vila Flor
Vila Nova de Aencos
Vila Nova de Cerveira
Vila Viçosa
Viseu

W

Y

X

Z

Zambeze

